

Carlos Antônio Brandão  
Víctor Ramiro Fernández  
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro  
Organizadores

# ESCALAS ESPACIAIS, REESCALONAMENTOS E ESTATALIDADES: lições e desafios para América Latina



Observatório  
das Metrôpoles  
Instituto Nacional de  
Ciência e Tecnologia

LETRACAPITAL



Carlos Antônio Brandão  
V́ctor Ramiro Ferńandez  
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro  
*Organizadores*

ESCALAS ESPACIAIS,  
REESCALONAMENTOS E ESTATALIDADES:  
lições e desafios para América Latina



Observatório  
das Metŕpoles  
Instituto Nacional de  
Cíncia e Tecnologia

LETRCAPITAL

Copyright © Carlos Antônio Brandão, Víctor Ramiro Fernández e  
Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (organizadores), 2018

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.  
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida por meio impresso ou eletrônico,  
sem a autorização prévia por escrito da Editora/Autor.

EDITOR João Baptista Pinto  
CAPA E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães  
REVISÃO Dos autores

CIP - BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

E72

Escalas espaciais, reescalamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina /  
organização Carlos Antônio Brandão, Víctor Ramiro Fernández, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro.  
- 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2018.  
406 p. : il. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-85-7785-579-7

1. Geopolítica - América Latina. 2. América Latina - Condições sociais. 3. América Latina -  
Política social. I. Brandão, Carlos Antônio. II. Fernández, Víctor Ramiro. III. Ribeiro, Luiz Cesar de  
Queiroz. IV. Instituto Nacional Ciência e Tecnologia.

18-47428 CDD: 320.98  
CDU: 32(8)

---

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ  
Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro  
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5º andar – Ilha do Fundão  
Cep 21.941-901 – Rio de Janeiro, RJ  
Tel/Fax 55-21-3938-1950  
[www.observatoriodasmetrolopes.net](http://www.observatoriodasmetrolopes.net)

LETRA CAPITAL EDITORA  
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781  
[letracapital@letracapital.com.br](mailto:letracapital@letracapital.com.br)

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	7
Dialogar com o Norte e refundar o pensamento crítico espacial latino-americano <i>Carlos Antônio Brandão</i> <i>Víctor Ramiro Fernández</i> <i>Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro</i>	
<b>Capítulo 1</b> .....	43
Dinâmica do regionalismo e do globalismo: uma perspectiva de economia política crítica <i>Bob Jessop</i>	
<b>Capítulo 2</b> .....	71
Globalização ou glocalização? Redes, territórios e reescalonamento <i>Erik Swyngedouw</i>	
<b>Capítulo 3</b> .....	107
Perguntas abertas sobre o reescalonamento de Estado <i>Neil Brenner</i>	
<b>Capítulo 4</b> .....	140
Do debate sobre as escalas à apologia localista na América Latina <i>Blanca Rebeca Ramírez Velázquez</i>	
<b>Capítulo 5</b> .....	167
Novas direções na teoria urbana: para além da comparação? <i>Jamie Peck</i>	

<b>Capítulo 6</b> .....	223
Teoria urbana e geografia econômica nas encruzilhadas Norte-Sul: diálogos pós-estruturalistas e pós-coloniais <i>Felipe Nunes Coelho Magalhães</i> <i>João Bosco Moura Tonucci Filho</i>	
<b>Capítulo 7</b> .....	246
A escala metropolitana no contexto da metrópole liberal-periférica latino-americana <i>Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro</i>	
<b>Capítulo 8</b> .....	276
Desenvolvimento regional sob transformações transescalares: porque e como recuperar a escala nacional? <i>Victor Ramiro Fernández</i>	
<b>Capítulo 9</b> .....	326
Anotações para uma geoeconomia política transescalar do subdesenvolvimento histórico-geográfico desigual na periferia do capitalismo: lições para América Latina? <i>Carlos Antônio Brandão</i>	
<b>Capítulo 10</b> .....	361
De uma economia política das escalas espaciais a uma agenda renovada para os estudos críticos espaciais <i>Jeroen Klink</i> <i>Marcos Barcellos de Souza</i>	
<b>Posfácio</b> .....	398
<b>Sobre os organizadores e os autores</b> .....	404

## Introdução

# Dialogar com o Norte e refundar o pensamento crítico espacial latino-americano

*Carlos Antônio Brandão*

*Víctor Ramiro Fernández*

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*

Transformações no Capitalismo: reapropriar da literatura crítica internacional; recuperar o pensamento crítico latino-americano; renovar as ideias e as estratégias urbano-regional-metropolitanas.

Neste final da segunda década do Século XXI transformações profundas e pervasivas estão em curso no sistema capitalista em suas mais variadas escalas espaciais, recorrente e contestadamente reproduzidas. Há, em processo, um colossal reordenamento hierárquico e hegemônico escalar-espacial na escala mundial. Há, ao mesmo tempo, importantes metamorfoses na escala nacional de organização e construção de coerências econômicas, políticas e sociais. Desencadeiam-se mudanças nos marcos da reprodução estrutural do capitalismo em suas relações interescares centros-periferias, com distintas “variações” temporais e espaciais “*da*” e “*na*” periferia.

Quase dez anos já se passaram desde que a crise de 2007/2008 estourou no centro do capitalismo, e se espalhou por todo o globo, e continuamos ainda desafiados a separar e entender o que é novo e o que é velho: no modo de funcionamento do sistema capitalista e nos seus multidimensionais desdobramentos socioespaciais, escalares e estatais.

As teorias mais abrangentes que tentam dar conta de tantos processos complexos, alguns recorrentes, outros emergentes, não tem sido totalmente exitosa nesta hercúlea tarefa interpretativa da realidade histórica contemporânea. No que diz respeito às análises da condição periférica, subdesenvolvida e dependente, a situação de impotência é ainda mais grave.

Podemos constatar que, após as grandes contribuições formuladas pelo pensamento histórico-estrutural crítico latino-americano, a partir dos anos 1950 e, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, que buscaram analisar as especificidades da nossa posição singular no contexto capitalista, a partir do Sul, relatam um ainda não superado declínio de sua originalidade e ousadia para entender a dinâmica do capitalismo do século XXI em suas repercussões socioespaciais e estatais em nosso continente.

Pior: mais recentemente nos deparamos com mais uma daquelas cíclicas ondas de importação dos enfoques elaborados no centro, que vão sendo replicados em nossa muito específica situação subordinada no contexto mundial sem qualquer mediação teórica e histórica. Para além do discurso do fim das grandes narrativas e a crescente dominância assumida pelas perspectivas pós-modernas, acelerou-se a viagem acrítica de teorias, imaginários, representações, estratégias discursivas, instrumentos e metodologias do centro *em direção à* periferia. Esta perspectiva teórica replicadora e fragmentadora obstaculiza – e em grande medida impugna epistemologicamente – uma visão de conjunto, quando se deseja apreender as mais decisivas transformações do capitalismo atual, suas repercussões socioespaciais e seus impactos no contexto latino-americano.

Frente a estas duas dimensões – da realidade dinâmica real-concreta sistêmica do capitalismo contemporâneo e da realidade teórico-metodológica *desde* o Sul – pretende-se neste livro dialogar com o pensamento crítico elaborado nos espaços acadêmicos dos países desenvolvidos, porém buscando uma reapropriação renovadora das reflexões originais e criativas latino-americanas para pensar as transformações espaciais em processo nas diversas escalas espaciais, procurando delinear uma agenda de pesquisas o bastante profícua para contribuir para o reposicionamento do debate urbano-regional-metropolitano em nosso continente, o que pode ser feito tão-somente em processos coletivos, plurais e multidisciplinares de investigação, dada sua envergadura.

Neste cenário, um conjunto de interrogantes se potencia e permanece em grande medida ainda carente, tanto de diálogos mais abertos, quanto de tentativas de resposta melhor estruturadas. Algumas destas perguntas (requerendo pesquisas acuradas) poderiam, muito sinteticamente, ser formuladas da seguinte forma:



- Quais são efetivamente a natureza e as tendências das transformações geopolíticas, geoculturais e geoeconômicas no contexto atual na escala mundial?; Qual o alcance dessas mutações?; Como isso condiciona ou potencia a referida reemergência das problemáticas ligadas à produção social dos diferentes espaço?
- Qual é a autonomia das políticas urbanas e regionais frente aos processos de crescente mundialização econômica e institucional e o entrecruzamento de interesses que vem ocorrendo entre atores transnacionais e grupos locais e nacionais?; Como implementar estratégias urbano-regionais mais democráticas, populares e socialmente inclusivas em um contexto ultraconservador e de operação de poderosas redes políticas e econômicas globalizadas?
- Quais são as dimensões espaciais, as potencialidades e as formas de intervenção do Estado em relação a esses processos?; Qual é o padrão organizacional assumido ou a assumir pelo Estado espacialmente? Qual a natureza dos novos espaços do Estado? Como opera o reescalonamento do poder do Estado e quais são suas práticas espaciais?
- Qual é, em tal cenário, o protagonismo conferido à “sociedade civil” e aos movimentos sociais contra-hegemônicos e suas organizações e quais são as formas de envolvimento e de enfrentamento nas ações políticas impulsionadas pelo Estado e pelos grandes capitais?
- Como comparar processos socioespaciais tão distintos entre os países, regiões e cidades do hemisfério norte e do sul? E no interior dos espaços do Sul?
- Quais são as especificidades que assumem os aspectos listados acima nos cenários periféricos, e em particular nos espaços urbano-metropolitanos-regionais latino-americanos?

Estas e outras questões semelhantes que poderiam ser formuladas exigem renovadas investigações sobre macroprocessos, ousadia de reconstrução teórica e metodológica e pesquisas empíricas e teóricas coletivas e de grande fôlego.

\*\*\*

Dialogaremos neste livro sobretudo com uma literatura recente que tem contribuído sobremaneira para o avanço do entendimento do complexo papel da *dimensão espacial do capitalismo contemporâneo*. São elaborações originais e instigantes de autores como David Harvey, Doreen Massey, Neil Smith, Bob Jessop, Neil Brenner, Jamie Peck, Erik Swyngedouw, Edward Soja, Nigel Thrift, Nik Theodore, Adam Tickell, dentre muitos outros. Seus debates são travados em periódicos como *Antipode*, *Progress in Human Geography*, *Environment and Planning*, *International Journal of Urban and Regional Research*, *Area and Development* etc. Pensamos que, mesmo não sendo objeto neste livro, seria desafiante um projeto coletivo de fazer dialogar a vasta e profunda produção acadêmica destes autores com as reflexões latino-americanas que se desdobraram a partir de Milton Santos, Bertha Becker, Celso Furtado, Anibal Pinto, Raul Prebisch, José Luis Coraggio, Carlos de Mattos, Alejandro Rofmann, entre outros tantos.

O debate do campo crítico aqui comentado teve início com o escrutínio do fenômeno da globalização. Foi uma trajetória muito instigante que partiu da crítica à visão prevalecente, jornalística e conservadora, de descrições monolíticas que tomavam a globalização como uma onda abarcativa, unidirecional, implacável, não-contestável e inexorável, que teria o poder de aniquilar os Estados Nacionais e estabelecer, sem mediações, diálogos sinérgicos entre o local e o global (Ohmae, 1996). Como afirma Radhika Desai (2013) a globalização e o cosmopolitismo tem poucos defensores explícitos, mas muitos políticos e intelectuais “realistas”, que defendem que ela é “imparável”, i. e., impossível de ser contida.

Realizada a tarefa da crítica profunda à globalização, esse debate partiu para o relato minucioso das experiências de neoliberalismo (Thatcher, Reagan e Pinochet), para se avançar para o entendimento da neoliberalização como um processo contraditório, que se desenrola nos últimos 35 anos, sempre de modo diversificado, espacialmente desigual, flexível, mas dependente da trajetória, que tem se estendido e arraigado nas mais variadas escalas. Jamie Peck (2010), um dos principais expoentes desta renovada literatura, propõe uma definição processual de neoliberalização, que rompa com a visão estática e de coordenadas fixas, para colocar ênfase na adaptabili-

dade e nos processos contestáveis e contraditórios e de acomodação programática, que fazem e refazem, concreta e situadamente, as experimentações de políticas orientadas pelo e para o mercado. O objetivo central desta teorização é, dentre outros, discutir as teias transnacionais de transferência de políticas, os ciclos acelerados de experimentações regulatórias impulsionados pelas crises, seus efeitos diferidos em contextos diversos, a fim de explorar cenários possíveis de construção de formas de contraneoliberalização na atual reestruturação regulatória do capitalismo (Brenner; Peck e Theodore, 2012).

Esses autores propuseram uma periodização interessante, distinguindo dois momentos do processo de neoliberalização. Assim, as formas neoliberalizadoras teriam se processado em duas rodadas (fases/faces) de reestruturação regulatória bastante distintas. Em uma primeira, que denominam de *Roll-Back*, ou seja, de ataque ofensivo, em que promove-se o dismantelamento de instituições, o reordenamento dos centros de poder e dos espaços burocráticos, desorganizando e disciplinando sujeitos coletivos. Em uma segunda rodada, chamada de *Roll-Out*, de re-regulação, há um reentrincheamento, confrontando os diversos modos de governança existentes, e realizando uma incursão e implantação regulatória para *garantir dirigismos de conformação ao mercado* (Peck, 2010: 22). Esse debate é central para se aprofundar nas investigações de como os processos neoliberalizantes se estenderam e se arraigaram, em rodadas, em ondas e ciclos, seja em um primeiro momento mais destrutivo, seja em um momento mais proativo de (re)regulamentação. Outro ponto importante nessa periodização elaborada por eles foi o de distinguir dois grandes momentos: a passagem de um *Estado Nacional de Bem Estar Keynesiano* (KNWS), a um posterior, de *Regime Shumpeteriano de Workfare Pós-Nacional* (SPWR) (Jessop, 2006); (Brenner, 2004), no qual caberia analisar as formas que assumem as práticas próprias ao *Roll-Out*.

Neste sentido, torna-se urgente investigar concretamente, em variados contextos georegulatórios, novas formas de desenvolvimento desigual e o que Harvey (2017) denomina de novas lógicas de formação e propagação de crises.

Em um mundo que atravessa grandes transformações geoconômicas e geopolíticas, nos cinco continentes, encontramos hoje uma América Latina que experimentou mais de uma década de impor-

tantes políticas menos conservadoras, com a implementação de políticas sociais inclusivas, o avanço na garantia de alguns direitos fundamentais, socioeconômicos e políticos. Entretanto, esses direitos, duramente conquistados, estão agora sob ataque e desmonte, em ambiente de forte regressão sociopolítica, violento retrocesso anti-democrático, com o ingresso em uma nova rodada de neoliberalização, a exemplo do *Roll-Back* de Macri, na Argentina, e do governo Temer, no Brasil. Agora sob o guante hegemônico de Trump.

A busca dessa perspectiva holística, que não necessariamente sacrifica as especificidades territoriais e temporais, encontrou nas últimas três décadas abordagens de grande riqueza e complementariedade, refletidas em contribuições como as de Henri Lefebvre (1976, 1991); David Harvey (1982, 2001); Giovanni Arrighi (1986, 1994), Immanuel Wallerstein (1974, 1979), Fernand Braudel (1996, 1985), Doreen Massey (1984, 1994), José Luís Fiori (2007; 2014), dentre muitos outros. Todos têm o mérito de haver contribuído para uma compreensão das mudanças espaço-temporais do capitalismo atual, assim como de seus vínculos com as transformações socioeconômicas e institucionais, tanto seus momentos de auge como suas inevitáveis crises cíclicas.

Com suas especificidades, todas essas contribuições tiveram seu papel em manter um ângulo estrutural de análise dos arranjos espaciais, nos padrões emergentes de organização e articulação dos atores, agentes e sujeitos econômicos e políticos, e nas formas de existência e regulação do Estado.

Essa perspectiva global, abrangente e estrutural, é necessária: para entender o movimento dinâmico e contraditório do capitalismo, de sua complexa e expansiva reestruturação espacial e escalar, e para captar a forma penetrante com que essas mudanças impactaram as relações espaço-temporais.

Convivemos durante as décadas de 1980 e 1990 com uma forte defesa da reemergência das regiões e localidades, não só nos âmbitos acadêmicos, mas também nos das organizações responsáveis por impulsionar o desenvolvimento.

As tentativas iniciais de dar fundamento àquela reemergência se deram a partir das análises das mudanças operadas nas formas de organização e gestão da produção industrial (Piore; Sabel, 1984; Scott; Storper, 1986; Scott, 1988; Sabel, 1989) e dos reposicionamentos das estratégias das instâncias subnacionais descentralizadas.

Em grande parte da literatura, as interpretações e as políticas de desenvolvimento passaram progressivamente a ser aprisionadas dentro das fronteiras de um discurso localista, bastante monolítico, banalizador e ingênuo (Brandão, 2012), capitalizado pelos organismos internacionais e assimilado por inúmeras instâncias governamentais que lhe deram tradução e propagação política e institucional (Fernández et al., 2008). Tal tradução estimulou uma leitura simplificada, estereotipada, harmoniosa e bem pouco realista sobre as formas pelas quais as localidades poderiam autonomamente se auto-transformarem em protagonistas no contexto da globalização.

A replicação, o utopismo e a reprodutibilidade crescente de uma perspectiva propagandística do desenvolvimento local e regional, auspiciada desde os “manuais de boas práticas” e o impulso de “planos estratégicos”, assim como pela proliferação de uma grande quantidade de agências consultoras, alentou – e ao mesmo tempo foi alentada por – uma fragmentária reprodução de infinitos estudos de caso (Fernández et al., 2008), apresentados como referentes exitosos e *guias de aprendizagem* para novos empreendimentos e para a solução dos problemas dos territórios em atraso.

O resultado tem sido uma progressiva perda de capacidade explicativa acerca dos modos através dos quais a recuperação do protagonismo de regiões e localidades se entrelaça conceptual e empiricamente com as transformações contraditórias do sistema socioeconômico e espacial, possibilitando um posição privilegiada para determinadas fragmentos territoriais globalizados do capital, ao mesmo tempo em que se instaura um aprofundamento das desigualdades e exclusões (com variadas modalidades de expulsões, segundo Sassen, 2016). Em outros termos, simultânea e paradoxalmente, a retórica localista conviveu com a massacrante e universalizadora instalação do paradigma neoliberal, a propagação e replicação de casos exitosos e a difusão dessa perspectiva territorial voltada a seguir à risca as “pautas de manual”.

Uma vez que esta literatura localista ganhou os espaços acadêmicos e governamentais na Europa e nos EUA (Fernández, 2007); (Uitermark, 2002), ocorreu sua invasão na América Latina, viabilizado por uma transferência acrítica de leituras e dispositivos institucionais que – frente à falta de quadros teóricos autônomos – filtrava, com deficientes mediações teóricas e históricas, as dinâmicas geradas nos países centrais (Fernández et al., 2008).

Assim, neste contexto, para o pensamento crítico latino-americano os desafios colocados hoje passam por entender, questionar e responder a uma nova onda teórica propagada desde o centro em direção à periferia, a partir de enfoques que tem uma leitura em que os interesses, os conflitos e as relações de poder estão ausentes, bem como mascaram as novas e sofisticadas formas de dominação e de promoção de injustiças socioespaciais.

Uma abordagem crítica, *constituída desde a periferia*, demanda, junto à superação de uma série de ausências, desenvolver uma perspectiva holística, idiossincrática, sistemática e (multi e trans)escalarmente articulada, capaz de lograr uma compreensão da importância da lógica espacial no exame dos processos disputados de transformação social e econômicos das três últimas décadas, assim como para dar conta das possibilidades abertas para as díspares e heterogêneas nações, regiões e localidades que configuram o espaço latino-americano.

Um dos principais desafios é construir um programa de pesquisas que procure articular cinco “mundos teóricos”:

- a. O mundo do embate e da competição do Sistemas Interestatais, do jogo geopolítico, geocultural e geoeconômico, a partir das leituras de Braudel (1979; 1987), Polanyi (1944); Arrighi (1994), Wallerstein (1974; 1979) e Fiori (2014);
- b. O mundo das Redes, propondo uma releitura crítica, a partir da América Latina, das Cadeias Globais de Valor (Fernández, 2017), assim como das Redes Políticas Globais que articulam a extensão das mesmas e sua penetração dominante na periferia;
- c. O mundo das particularidades nacionais, em relação às transformações globais e à pervasividade das redes hierárquicas; reconhecendo o papel estratégico dos espaços nacionais, não obstante, transcendendo tanto o nacionalismo metodológico, como as limitações institucionalistas que dominam a base epistemológica e metodológica do enfoque *mainstream* das Variedades de Capitalismo (Fernández, 2017);
- d. O mundo das ressurgências, resistências, ressubordinações e reestruturações urbanas e regionais, conformadas no interior das variações nacionais periféricas, no marco das transformações que surgem das relações destas variações com aquelas Redes Globais;

- e. Finalmente, o mundo dos reposicionamentos e transformações do Estado; sendo o exame multiescalar desses aspectos, assim como o de suas capacidades nodais de resposta frente à fragmentação (Fernández, 2017), aspectos centrais para se levar adiante estratégias nacionalmente coordenadas e coerentes, marcadas por distintivas variações na periferia, no contexto das penetrantes e subordinantes ações das Redes Globais.

## As contribuições possíveis de uma perspectiva espacial-escalar das transformações espaçotemporais do capitalismo contemporâneo

A noção de escalas espaciais não é nova na geografia. Entretanto, mais recentemente, a perspectiva escalar repotencializou e se converteu em uma geradora crucial de dispositivos explicativos para abordar analítica e propositivamente as problemáticas socioespaciais, ao tempo em que possibilitou um estimulante instrumento para tentar reconectar as dinâmicas mundializadas com os processos localizados e regionalizados.

Tal contribuição certamente não foi imediata. Sua presença no campo da geografia esteve inicialmente associada a uma dimensão geométrica, numérica e cartográfica, escassamente articulada às transformações socioespaciais, que é o que realmente interessa (Sheppard; McMaster, 2003). Ou seja, eram vistas tão-somente em sua dimensão ordenada, analógica-métrica, geometral, estática, unidirecional, aceitas como mera relação de proporcionalidade e como representação, enquanto entidades fixas, observadas enquanto unidades imutáveis.

Entretanto, a partir da década de 1980, houve um salto significativo a partir de um grupo de geógrafos críticos, com destaque para Peter Taylor (1982), David Harvey (1982) e Neil Smith (1984), que instalaram uma perspectiva de escalas que buscava compreender os conflitivos e os acomodamentos nas estruturas do capitalismo e suas formas socioespaciais desiguais, para dar conta da arquitetura institucional-espacial (global, nacional, regional, local) emergente, a fim de examinar as alterações no conjunto das relações tempo-espaço.

Particular destaque merece dentro dessas contribuições a de Neil Smith, fundamentalmente por ter introduzido um conjunto de categorias, como as de “saltos escalares” e “políticas das escalas” (Smith, 1984; 1997; 2000), que deram conta de uma alta capacidade heurística e importante influência nos desenvolvimentos posteriores, centrados em ressaltar os processos socialmente conflitivos sobre os quais se reconfiguram de forma articulada o poder e o espaço.

Foi Neil Smith (1984) quem inaugurou a perspectiva mais promissora de escalas, depois sintetizada por Eric Swyngedouw (1997b), como *a resultante* das lutas sociais por poder e por controle político. Ambos ressaltaram que o crucial seria perguntar pelos processos socioespaciais, isto é, em quais escalas os processos sociais operam.

Estes desenvolvimentos teórico-metodológicos ganharam terreno nos anos 1990, e implicaram em um aprofundamento e, em grande medida, um salto qualitativo na abordagem dos aspectos adiantados pelos “pioneiros”. Tal aplicação viabilizou o exame das causas e fundamentos que envolvem as articulações entre os processos de mundialização e os de regionalização e localização, no contexto da profunda reestruturação escalar do modo de regulação capitalista operado sob o domínio das diversas formas de fordismo nos países centrais (Swyngedouw, 1997); (MacLeod; Goodwin, 1999); (Brenner, 1999); (Peck, 2002); (Jessop, 2000).

Esse debate, bastante profícuo no seio do pensamento espacial crítico, trouxe contribuições interessantes sobre a necessidade em se ter uma concepção transescalar e politizada do processo de reestruturação regulatória e em se analisar as práticas concretas de reescalamento, re-regulação institucional e as “relações escalares cruzadas” em relação aos processos de deslocalização e realocização.

Em tal contexto, a ideia de escala espacial e dos reescalamentos do Estado alastraram-se promissoramente. Novas formas organizacionais e novas modalidades de atuação foram cabendo ao Estado no enfrentamento da crise do padrão de reprodução fordista dos países centrais, consolidado desde o pós-guerra até o final dos anos 1970 (Brenner, 2003); (Jessop, 2006); (Peck, 2002).

À medida que esta discussão foi se agudizando no início do novo século, quase paralelamente se aprofundou o debate epistemológico sobre os significados e a pertinência da categoria de escala.



Foram questões instigantes que potenciaram um rico debate em torno de: o que são as escalas?; qual sua natureza?; como devem ser compreendidas e caracterizadas?; como elas são produzidas? são adequadas ao tratamento de quais fenômenos?; em que medida permitem entender ou dialogam com outros conceitos como os de Território, Região, Lugar, Redes etc.?

As respostas não foram fáceis, nem definitivas, nem fechadas, tendo em vista que, não obstante a importância adquirida pelas escalas para analisar esses aspectos estratégicos, se colocaram, pelo menos, três aspectos importantes:

- a) Em primeiro lugar, as análises centradas na problemática das escalas, ou bem aquelas que se valem das mesmas, estiveram longe de ocorrer sob clara precisão conceitual. Sua utilização – dentro e fora do âmbito acadêmico – tornou-se dominada pela ambiguidade (Marston et al., 2005), assim como por uma apelação caótica (Miller, 2009), abrangente demais (Jessop et al., 2008), marcada mais pela recorrência a metáforas (Herod, 2003), que pela precisão de seus significados. Em boa medida, como indica Harris (2006: 39), o conceito de escala “é confuso, frustrante, pouco entendido, e no entanto intrigante”.
- b) Sob o domínio dessa ambiguidade e imprecisão, e dessas apelações metafóricas, sua intervenção vem sendo ao mesmo tempo polifacética, se apresentando em alguns trabalhos associada com o tamanho e a hierarquia e, em outros, com a dinâmica dos atores ou dos processos socioespaciais (Howitt, 1998); (Paasi, 2004). Em decorrência, se colocaram os questionamentos se as escalas constituem *categorias de análise* ou *categorias de práticas* que emergem concretamente na realidade social como resultado do envolvimento dos atores (Moore, 2008).
- c) Finalmente, nesse cenário confuso, ambíguo, polissêmico e epistemologicamente não-consensual, desenvolvimentos teóricos associados à perspectiva relacional na compreensão do espaço (Allen, 1999; 2003; Massey, 1994; 2005), vem apresentando uma frente crítica com relação à pertinência e à utilidade do próprio conceito. Alguns autores destacaram que o que conta de forma quase exclusiva são as conecti-

vidades de atores multilocalizados (Thrift, 2004). Gerou-se dentro desta perspectiva um importante questionamento quanto à pertinência das escalas como realidades predeterminadas e predeterminantes do que deve ser uma região? (Amin, 2004), e também como instâncias que produzem por si um esquema de “hierarquias aninhadas” sobre as quais se conformam a dinâmica socioespacial (Thrift, 2004). Ainda que neste esquema alguns possam admitir conceber as escalas como um resultado final da atuação dos atores, se questiona que as mesmas possam ser o ponto de partida para a compreensão da região e da organização da dinâmica socioespacial. No contexto deste questionamento, em uma posição mais radical, alguns inclusive defendem diretamente sua erradicação da geografia humana, por induzir a uma presença de formas reificadas, produtoras de hierarquias, que impediriam o entendimento do espaço desde uma ontologia plana, pelas quais transitariam as conectividades (Marston et al., 2005).

Não obstante os aspectos anteriormente indicados, a potencialidade heurística do conceito e sua fortaleza auxiliaram no desafio de articular holisticamente as dinâmicas micro e macro das mudanças socioespaciais do capitalismo. Da mesma forma, este debate contribuiu para marcar uma continuidade nas produções acadêmicas em torno dos significados, funções e utilidades analíticas das escalas.

Três coletâneas importantes, compiladas neste século XXI (Brenner, 2017; Herod, Wright, 2002; Sheppard, McMaster, 2003; Keil, Mahon, 2009), ressaltaram a pertinência em se aprofundar os significados e o papel do conceito, buscando alçar as escalas espaciais a uma posição de um dos elementos essenciais na conformação de uma perspectiva multidimensional, capaz de dar conta da complexidade dos processos de transformações sócio-econômico-espaciais do capitalismo contemporâneo.

Nessa continuidade do debate, a reafirmação da pertinência das escalas na observação dos processos e políticas de desenvolvimento urbano-metropolitano-regional-rural-local dá lugar ao entendimento delas:

- a) Como uma das diferentes dimensões que conformam os processos socioespaciais, coproduzidas umas com as outras,

- a partir, tanto das lutas, como das rotinas sociais desenvolvidas conjuntamente e cotidianamente no dia-a-dia dos lugares (Brenner, 2001);
- b) Como instâncias não-reificadas/reificáveis (Moore, 2008), resultantes de uma construção social, emergente de redes – instáveis – (Passi, 2004; MacLeod; Jones, 2007; Leitner et al., 2002); ao mesmo tempo que de representações – variáveis – que conseguem se impor a partir da ação de um complexo específico de atores sociais, que as utilizam ou acionam no contexto de movimentos estratégicos, nos quais se envolvem, o que significa discutí-las no âmbito do poder e das lutas políticas (Toal, 2002);
  - c) Como uma dimensão complementar e não concorrente com outras dimensões da espacialidade, como as Redes, o Território e o Lugar (Jessop et al., 2008; Brenner, 2009). Em tal sentido, e precisamente pelo fato de observá-las *como uma* – dentre diferentes – dimensões dos processos socioespaciais, a noção de escala deve operar de forma complementar com as outras dimensões, na configuração da complexa dinâmica espacial da realidade concreta;
  - d) Como níveis de análise fundamentais para se pensar: a escala *place*, da reprodução da vida cotidiana (Brandão, 2017); a escala familiar da economia popular (Coraggio, 2015), a escala do bairro e da comunidade (Ribeiro, 2015), ou mesmo, podendo-se falar de nanoescalas (Souza, 2013).

## O debate sobre escalas espaciais posto nos trabalhos que compõem este livro

No contexto do apresentado anteriormente algumas questões se impõem: quais são as contribuições, contidas nos trabalhos que compõem este livro, ao debate sobre as escalas espaciais e aos processos de neoliberalização e reescalonamento do Estado? E, mais particularmente, ao entendimento das relações entre as escalas, as narrativas e as práticas do desenvolvimento urbano, metropolitano, local e regional?

Nosso propósito geral é de tentar contribuir para a reversão da, já inicialmente assinalada, paralisia e atrofia de um pensamento

próprio e, ao mesmo tempo, da falta de capacidade de recomposição holística-estrutural. Nesse sentido, é importante, não desconhecendo o formulado nos países desenvolvidos, mas ao contrário, procurando colocar em diálogo as variadas contribuições críticas produzidas naquelas paisagens geoinstitucionais e históricas centrais, com os elementos estruturais e com as realidades emergentes do complexo, específico – e também em transformação – cenário latino-americano.

O livro se estrutura em dez capítulos, além desta apresentação e de um posfácio, que procuram construir um panorama dos imensos desafios para a atualização do campo dos estudos urbano e regionais.

Cinco dos mais reconhecidos teóricos internacionais, cujas contribuições tem sido decisivas nos esclarecimentos e nos avanços em relação ao debates pioneiros sobre as escalas, abrem o livro. São trabalhos que contribuem para lançar questões estruturantes e abrangentes e buscam problematizar conceitos e requalificar a pertinência das escalas para entender as dinâmicas socioespaciais contemporâneas.

Em seguida, outros cinco, sul-americanos, procuram, com seus particulares “ângulos de análise” e “objetos de conhecimento”, introduzir a categoria das escalas espaciais, desde o reconhecimento das especificidades periféricas e nacionais, apontando os aspectos estratégicos que permitem, tanto aprofundar a investigação acadêmica, como reformular as políticas de desenvolvimento, em cenários que vão mais além do anglo-saxão, onde nasceu e se reproduziu essa categoria. Buscando conectar e fazer dialogar as problemáticas da produção social da escala, com processos empíricos de ordem essencialmente urbana, metropolitana e regional, quando possível sob um olhar comparado.

Pretende-se neste livro retomar o debate escalar desde uma perspectiva que dê prioridade à discussão sobre as alternativas metodológico-conceituais, mas também sobre as alternativas estratégico-políticas, desde a América Latina, capazes de operar, superando, formas e dispositivos fragmentadores e neoliberalizantes, a transformação social e espacial de nosso contexto brutal de desigualdades estruturais.

\*\*\*

Abrindo o livro, o Capítulo 1, de Bob Jessop, o teórico contemporâneo mais destacado nas investigações da dinâmica estatal no capitalismo atual, elabora em “Dinâmica do regionalismo e do globalismo: uma perspectiva de economia política crítica”, uma criativa discussão acerca da dinâmica espaço-temporal da globalização, destacando como ela é moldada pela interação, em diferentes escalas, entre as lógicas territoriais e o espaço de fluxos.

Faz-se referência, aqui, às cidades globais, às principais cidades-região, à cooperação inter-regional, e aos blocos macrorregionais, bem como aos esforços para a eliminação dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, dos investimentos e do capital financeiro, em uma escala ampliada global.

Considera as semelhanças e as diferenças entre as formas de integração europeia (Europa composta por cidades, Europa composta por regiões, Europa dos Estados nacionais e o federalismo europeu), a importância dos governos multiníveis e da governança em rede, e também das dinâmicas de integração regional no Leste da Ásia e em outras regiões. Ele também inclui observações sobre a crise financeira do Atlântico Norte, sobre a crise da integração europeia e sobre o futuro da globalização e do regionalismo, após a crise econômica global de 2008.

Jessop, discutindo como a globalização interage com outras dinâmicas escalares, empreende esta reflexão em três momentos analíticos: 1) criticando o conceito de globalização; 2) contrastando as lógicas da territorialização e a do espaço de fluxos; e 3) tentando entender a natureza do regionalismo, à luz dos dois primeiros passos.

Ao longo do capítulo chama a atenção para a dialética das complexas espacialidades com seus momentos baseados em diferentes lugares, escalas e redes. Afirma que não se pode confundir o campo em que os processos econômicos e sociais ocorrem e se desdobram, com suas dinâmicas causais. Demonstra como os processos estão enraizados na interação contingente de muitos processos causais diferentes.

Discute a definição de região, buscando uma mais complexa geografia relacional de regiões e, em seguida, aborda a relatividade de escalas, com seus mutáveis graus de hegemonia e hierarquia e

sobreposição de esferas de influência, com interconexões sempre relativizadas, provisórias e instáveis.

Ele procura distinguir a dialética da fixidez da dialética do movimento/fluidez nos processos de globalização/regionalização pondo ênfase nas relações e formas particulares de Estado. Partindo de Arrighi [1994] e Harvey [2003], Jessop irá desenvolver, de maneira bastante didática, as distinções entre a Lógica Capitalista do Poder e a Lógica Territorial do Poder. Ou seja, entre as lógicas territoriais e os espaços de fluxos, entre a geopolítica e a geoeconomia, entre os capitais privados em movimento e os Estados. Em um movimento espiralado, cada uma dessas lógicas gera contradições que são contrapostas por outras, em um movimento contínuo de ajustes e reações mútuas.

Em seguida discute como essas lógicas podem ser governadas, com possibilidade de desenvolvimento de relações verticais, horizontais ou transversais e/ou possibilidade de construção deliberada de alianças estratégias interlocais. São distinguidas as formas de governança multinível e de governança em rede.

Após Jessop apresenta a discussão das disputas transfronteiriças europeias e outras estratégias regionais e alternativas supranacionais, inclusive as tentativas de regionalização hoje ameaçadas. O Leste Asiático ganha destaque no capítulo, analisando no final do mesmo os limites e as potencialidades dos regionalismos e os globalismos depois da crise de 2018.

O Capítulo 2, “Globalização ou glocalização?: redes, territórios e reescalamento”, de Erik Swyngedouw, um pioneiro do debate clássico sobre escalas espaciais nos anos 1990, realiza uma síntese das contribuições levadas adiante desde as perspectivas do enfoque regulacionista, assim como de sua própria produção sobre as escalas espaciais (Swyngedouw, 1997; 2000).

O ponto de partida é uma tentativa de posicionar o seu conceito de *glocalização*, buscando uma alternativa crítica aos conteúdos ideológicos, políticos e econômicos, discursivos que comandam o extenso e difuso uso do conceito de globalização. O autor chama a atenção para o silenciamento da dinâmica geográfica inerente ao capitalismo, e portanto ao importantes processos de territorialização, des-territorialização e re-territorialização, sobre os quais se assentam grande parte das transformações econômico-sociais atuais. Destaca também o silenciamento das lutas socioes-

paciais que tem lugar para (re)definir determinados destinos da organização social e o profundo processo de reestruturação escalar promovido.

A observação das transformações na reprodução da vida social, política e econômica, desde uma perspectiva escalar, possibilita a obtenção de um contexto analítico espacialmente mais sensível à identificação das formas de dominação política e nas emergentes relações e geometrias variáveis do poder que as acompanham.

Para compreender a noção de glocalização, Swyngedouw afirma a necessidade de entender a configuração escalar desde uma dupla e complementar perspectiva: como *ordem regulatória* e como *redes*. Enquanto a primeira se refere aos arranjos geográfico-institucionais coagulados e cristalizados sob formas específicas de governo (nacional, regional, local), a segunda contempla os arranjos constituídos por meio de fluxos e redes que interconectam atividades econômicas e agentes.

No exercício de precisão conceitual realizado por ele, ambas as formas de configurar as escalas estão em permanente tensão e transformação, dando conta das realidades escalares de um contexto-paisagem redefinido, contestado e reestruturado, que expressa o campo dos conflitos e das lutas sociais. No contexto desses conflitos, as escalas, entendidas processualmente, redefinem suas vinculações, sua importância relativa e inclusive criam novas formas escalares. Por expressarem uma dada geometria de poder em transformação, essas mudanças representam o fortalecimento de uns e o empoderamento de outros, sob diferentes saltos escalares indicados por Neil Smith. As narrativas, políticas e práticas escalares são, claramente, partes integrantes da luta pelo poder.

A partir desta aproximação conceitual, o exame de Swyngedouw passa a se centrar no trânsito desde o arranjo escalar fordista existente, dinâmico, mas ao mesmo tempo instável e em mutação, até a formação de um novo arranjo pós-fordista – também instável –, que conduz à mudanças nas formas de regulação, nas relações e na hierarquização das escalas. Quando o arranjo escalar fordista, fundado em uma homogeneização regulatória com ancoradouro nacional – e forte protagonismo do Estado-nação – entrou em crise, foi imposta uma reestruturação das formas de regulação edificadas desde a trípole Capital, Trabalho e Estado. Isso implicou em uma nova formação escalar pós-fordista, resultado de uma nova

geometria de poder, também contestada e contraditória. A esse contexto, Swyngedouw adiciona os negócios financeiros, um campo largamente suprimido nos enfoques dominantes do pós-fordismo e do regionalismo.

Através dessas transformações sistêmicas, opera a nova mudança na geometria do poder, canalizado a partir de um processo de “esvaziamento” (*hollowing out*) do Estado nação e o desenvolvimento de formas autoritárias de controle político, o desmantelamento das práticas democráticas e a consolidação de variados modos de exclusão e exceção político-institucionais.

Ao passar do campo analítico ao propositivo, Swyngedouw procura nos alertar que essa nova geometria de poder é o resultado de lutas sociais, e que as mesmas se encontram baseadas em um determinado quadro de organização escalar. Nesse sentido, se impõe-se a necessidade de “políticas de escalas” concretas, que engendrem estratégias de resistência e que sejam capazes de afastar estas lutas dos “particularismos militantes” restritos à escala local. Ao contrário, conformar, desde saltos escalares próprios, formas de geração de alternativas efetivas, com um alcance socioespacial adequado.

O Capítulo 3, “Perguntas abertas sobre o reescalonamento de Estado”, de Neil Brenner, ressalta a importância do avanço da produção científica recente sobre rescalonamento de Estado e a premência em se avançar investigações teóricas, metodológicas e empíricas com redobrada atenção às questões de método, sobretudo para a construção de melhores mediações entre os conceitos abstratos e as pesquisas caso-a-caso. Propõe três fronteiras de investigação: lógicas de explicação, análises comparativas e questões de periodização.

Afirma que trabalhos recentes sobre o reescalonamento de Estado levaram a linhas profícuas de teorização e pesquisa no campo da economia geopolítica crítica. Segundo Brenner, essa literatura contém muitas questões teóricas, interpretativas, metodológicas e empíricas que merecem uma reflexão mais sistemática. Ao chamar a atenção para várias destas perguntas, ele objetiva promover a reflexão e o debate sobre as possíveis linhas de pesquisa futuras dentro deste campo de estudo ainda em desenvolvimento. Após o levantamento de várias vertentes de trabalho em curso sobre reescalonamento do Estado, incluindo o seu, já clássico, livro “New State Spaces” (Brenner, 2004), sugere que o campo agora repousa sobre



bases teóricas relativamente sólidas e que estas têm facilitado uma “primeira onda” de investigação concreta muito fértil. O que é necessário, segundo Brenner, agora seria uma maior atenção às questões de método, mais especificamente para as mediações que articulariam conceitos abstratos com as investigações contextualmente específicas. A exploração cuidadosa de tais mediações poderia viabilizar linhas de pesquisas concretas que fossem intelectualmente desafiadoras e analiticamente robustas, que pudessem ser mobilizadas como base para refinar e/ou reavaliar criticamente algumas das categorias do núcleo teórico da literatura, dos argumentos e das generalizações.

A fim de alcançar este objetivo, no entanto, os processos de reescalonamento de Estado devem ser distinguidos analiticamente de outras dimensões (territoriais; em nível local; em rede). Alerta ainda que noção de reescalonamento não deve ser esgarçada para abranger o espaço do Estado como um todo. O artigo conclui delineando brevemente três fronteiras de investigação que poderiam ser exploradas de forma produtiva dentro de uma possível “segunda onda” de trabalho sobre o reescalonamento do Estado – uma consideração mais cuidadosa de lógicas de explicação, a elaboração de análises comparativas e a investigação de questões de periodização.

No Capítulo 4, “Do debate sobre as escalas à apologia localista na América Latina”, Blanca Rebeca Ramírez Velázquez procura introduzir o debate sobre as escalas espaciais para analisar alguns aspectos relevantes da dinâmica regional mexicana. Inicia com uma interessante revisão teórica, identificando a variedade de visões que surgiram, particularmente no cenário anglo-saxão, propondo um exercício de recomposição desse debate em três diferentes momentos.

Nos dois primeiros momentos, ela deriva os problemas teóricos do redirecionamento que teria ocorrido na abordagem da produção das escalas, com o abandono de sua relação com a produção do espaço. O último momento parece marcado – para a autora – pela possibilidade de reconectar a discussão escalar com a produção do espaço, apelando para trabalhos nos quais ressalta essencialmente Doreen Massey (2005), não obstante a mesma, paradoxalmente, não incorporar explicitamente a categoria das escalas em sua reflexão.

Depois de sustentar uma reflexão escalar mais abstrata, Ramírez caminha para o campo empírico, procurando enfrentar a questão

sobre a importância que tem a reflexão concernente às escalas na explicação do desenvolvimento regional da América Latina, especialmente no caso do México. Ramírez focaliza sua atenção no “milagre do desenvolvimento regional” mexicano, concentrando-se no caso do Caribe mexicano, tentando demonstrar como a gestão da escala na produção do espaço adquire nesse caso importância não só para se refletir sobre o desenvolvimento regional, como também para se compreender a forma específica assumida pelo mesmo. Destaca, a este respeito, a “fragilidade e a dependência com que se construiu o desenvolvimento regional” no país, elementos que o seguem caracterizando, a partir das condições com as que se põe em risco o processo de acumulação no sudeste mexicano, na costa de Quintana Roo, convertida em uma das zonas economicamente mais dinâmicas do México. Analisa processos ocorridos desde seu planejamento como centro turístico nos anos 1970, após haver sido uma das zonas nacionais com maior marginalidade e atraso.

No Capítulo 5, “Novas direções em teoria urbana: para além da comparação?”, Jamie Peck dialoga com a ampla literatura recente sobre os processos de urbanização a partir de uma perspectiva comparada. Realiza um abrangente apanhado crítico da atual onda de intervenções em teoria urbana, que se estrutura em torno dos métodos comparativos e da relevância teórica da urbanização no Sul Global. Mapeando os diferentes agrupamentos nestes dois eixos, frequentemente situados em estreita relação com o pós-estruturalismo nos estudos urbanos, Peck apresenta suas críticas a partir de um ponto de vista informado por uma perspectiva de economia política, em grande parte buscando algumas possibilidades conciliatórias. A questão das escalas também é trazida à tona no argumento, que enxerga na literatura criticada uma postura localista e/ou baseada em *ontologias planas* que ignoram verticalidades hierárquicas hegemônicas e relações de dominação diretas evidenciadas em escalas espaciais mais amplas. O tema do neoliberalismo em suas relações com a cidade e a produção do espaço é outro eixo presente no texto, visto por aquele autor como um ponto muitas vezes explicitamente evitado, por vezes de maneiras pouco rigorosa, por parte da teoria urbana voltada à comparação e aos processos urbanos do Sul Global.

Peck afirma que há, no século XXI, tentativas de formulações mais multipolares, comparativas e cosmopolitas de se fazer teoria urbana que já lograram gerar uma série de abordagens alternativas

em estudos urbanos. No entanto, segundo ele, na prática, o desafio de uma teorização comparativa “mais mundana” foi muitas vezes respondido desigualmente, mais frequentemente por meio da identificação de diferenças e manobras desconstrutivistas, do que por meio de projetos de renovação e reconstrução da teoria urbana. O resultado provisório tem sido interpretado como um impasse na teoria urbana; com alguns até mesmo relatando sua morte. Embora estes relatos sejam certamente prematuros, há riscos, bem como oportunidades, de se adotar o particularismo e o policentrismo nos estudos urbanos, especialmente se isto vier a impedir: em primeiro lugar, a efetiva realização de metodologias comparativas; em segundo, a interrogação teórica de processos e padrões pan-urbanos, relacionalmente compreendidos; e em terceiro, o diálogo construtivo através de tradições teóricas, nomeadamente na interface entre a economia política e o pós-colonialismo.

Por fim é apontada a necessidade indiscutível da construção de novas geografias de teoria urbana que tenham a capacidade de sustentar variadas interrogações críticas marcadas por uma pluralidade de métodos e modos de análise.

No Capítulo 6, “Teoria urbana e geografia econômica nas encruzilhadas Norte-Sul: diálogos pós-estruturalistas e pós-coloniais”, Felipe Nunes Coelho Magalhães e João Bosco Moura Tonucci Filho propõem um panorama atual da produção intelectual situada nas interfaces entre geografia econômica e estudos urbanos, trazendo um apanhado de novos temas e abordagens que hoje marcam o cenário acadêmico internacional, sobretudo no circuito anglófono, que podem fertilizar e trazer oportunidades de diálogo com as perspectivas latino-americanas. Da mesma forma que no capítulo de Jamie Peck, aqueles autores apresentam debates, bem como formas de diálogo construtivo, ligados a aspirações e possibilidades de elaborar *pluralismos metodológicos*, entre vertentes da economia política do espaço e da urbanização com o pós-estruturalismo e o pós-colonialismo em suas diversas linhagens contemporâneas.

Apresentam diversas vertentes que procuram examinar os processos socioespaciais em curso, a partir do centro, buscando demonstrar possíveis oportunidades de trocas ou antropofagização, desde a periferia, dos novos ingredientes advindos desses contextos heterogêneos. Em uma perspectiva fértil, de mão dupla, desenham possíveis interações com nosso ambiente de pesquisa e teorização.

Mapeiam encruzilhadas de encontros (e desencontros) teóricos entre Norte e Sul, particularmente em torno dos temas e debates emergentes nas abordagens pós-estruturalistas e pós-coloniais. Nas primeiras, há o avanço das reflexões sobretudo em três grandes linhagens teóricas que se tornaram predominantes desde o início dos anos 2000: Foucault, Latour e Deleuze e Félix Guattari. Nas últimas, há as contribuições de Quijano, Porto-Gonçalves, Quental, dentre muitos outros, entre as vertentes latino-americanas do pensamento pós-colonial, sobretudo do grupo modernidade-colonialidade. Há no campo urbano-regional uma influência mais forte das perspectivas africanas, asiáticas e do meio oriente, com destaque para as reflexões teóricas e os estudos de caso de Ananya Roy, Jennifer Robinson e AbdouMaliq Simone.

Magalhães e Tonucci Filho propõem uma abordagem aberta, que dialoga e perpassa por perspectivas bastante distintas – muitas vezes posicionadas em oposição explícita umas às outras – a partir da ideia de que o olhar de uma só vertente tende a ser insuficiente para a teorização e a compreensão adequada da complexidade e do caráter intrinsecamente multifacetado dos processos socioespaciais contemporâneos. A interpretação a partir de um olhar plural permite o aproveitamento de partes pertinentes e construção de novas montagens, a partir de ingredientes que tenderam a se separar e a se opor de forma apriorística, nas últimas décadas, em função de um debate pouco nuançado e excessivamente binário e enrijecido.

Essas novas visões teóricas podem realizar uma agenda com a apreensão teórica da cidade como uma montagem de montagens, agenciamento de agenciamentos, que podem ser desmontadas e remontadas de múltiplas maneiras, revelando a complexidade das relações entre componentes heterogêneos, díspares ou híbridos (humanos e não-humanos, materiais e imateriais) que estão por trás da emergência ou dissolução de modos singulares de produção do espaço. A maior sensibilidade do pós-estruturalismo à multiplicidade e à diferença, pensados sempre relacionalmente, desafia as grandes narrativas e as tentativas de estabilização e congelamento do potencial do espaço em gerar fenômenos e encontros insuspeitos e emergentes.

O pós-estruturalismo pode e deve empreender investigações comparadas dos fenômenos urbanos latino-americanas com os processados em outros continentes no contexto do neoliberalismo.

A contribuição do pensamento crítico latino-americano sobre

as especificidades de suas formações socioeconômico-espaciais, pode realizar uma recuperação das particularidades brasileiras no contexto global, combinando-as a novos ingredientes – da perspectiva urbana, econômica e global contemporânea.

No Capítulo 7, “A escala metropolitana no contexto da metrópole liberal-periférica latino-americana”, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro procura questionar os paradigmas com os quais temos analisado as nossas particularidades como semiperiferia da economia mundo capitalista e também as nossas possibilidades históricas para encontrarmos caminhos alternativos na atual quadra conservadora. Afirma que tivemos um momento muito frutífero de reflexão autônoma, sobretudo nos anos 1950 a 1970, que posteriormente se enfraqueceu. Naquele momento áureo foi produzida uma autêntica e original teoria crítica, sobretudo pelo diálogo do pensamento cepalino com o marxismo latino-americano, com capacidade de influenciar não apenas a agenda intelectual, mas também a agenda de estratégias de desenvolvimento para o continente. Aponta no capítulo elementos essenciais para se reconstruir as bases para a compreensão do nosso específico processo de urbanização na escala metropolitana, a partir de um reflexo acerca da natureza das rodadas de neoliberalização na América Latina, no contexto das condições específicas de nossa trajetória na expansão global capitalista.

O autor abre espaço para a questão central de qual seria a leitura da cidade latino-americana no período recente, considerando a hipótese da inflexão da orientação liberal durante a primeira década do século XXI e depois o seu refluxo. Quais seriam as implicações sobre a cidade latino-americana do ciclo recente de crescimento econômico, com geração de emprego formal, aumento da renda do trabalho e diminuição das desigualdades de renda? Esse crescimento, se traduziu, ou não, em políticas urbanas e habitacionais que mudaram, em que medida, o cenário mais estrutural de crise urbana presente nos países do continente? Se historicamente os países do continente ingressaram em sociedades urbanas complexas, mas com cidades precárias e improvisadas, despreparadas para cumprirem seu papel de espaços sociais fundamentais para a produção da riqueza e a reprodução da vida, em que medida esse processo foi tocado ou mudado no período recente?

Nosso “capitalismo urbano” vem sendo um laboratório de *experimentos regulatórios liberais* que são transformados em protótipos e

depois difundidos pelas redes de cultura técnica. Tais experimentos neoliberais ocorrem, contudo, em disputa com outros, de caráter reformista, que expressam os ideais e as concepções de democracia, igualdade e justiça construídos e transformados em princípios e instrumentos de gestão e planejamento nos períodos anteriores, surgidos em vários países. A dinâmica das disputas entre modelos e orientações alternativas das políticas urbanas e habitacionais apresenta caráter híbrido e contraditório, combinando elementos neoliberais e reformistas na primeira metade desta década e parece abrindo espaços cada vez mais conservadores na segunda.

Ribeiro irá neste capítulo refletir e buscar esquadriñar uma agenda para uma ousada empreitada de buscar as bases de uma teoria urbana para a América Latina. A riqueza do esquadriamento realizado, busca recolher contribuições de Braudel, Wallerstein, Arrighi, Polanyi, Tilly, Fiori, dentre outros, para repensar as características da metropolização latino-americana, marcada por uma espécie de “mercantilismo urbano” como centro do tratamento político das grandes cidades do continente, resultando de um arco de alianças entre o Estado, as forças liberal-internacionalizantes e as forças liberais-nacionais.

Segundo ele, enquanto no núcleo a competição interestatal e aliança entre Estado e os donos do dinheiro desencadeou um momento de regulação nacional e social como forma de regular os conflitos entre globalização e fixação territorial do capital e entre capital e trabalho, no qual a cidade e o trabalho foram parcialmente desmercantilizados para assegurar a expansão do capital, na América Latina esta expansão leva ao seu contrário, ou seja, a intensa mercantilização do trabalho e da cidade, o que se constitui o núcleo explicativo do nosso processo de metropolização. Mas, esta dinâmica ocorreu de maneira diferenciada em termos de intensidade nos países do continente, em função dos seus processos de constituição do conflito capital x trabalho na formação da ordem industrial e dos Estados-Nações.

Neste contexto, propõe que devemos pensar estas contradições compreendendo o processo de neoliberalização como uma nova rodada de mercantilização da sociedade, na qual a cidade pode exercer papel central.

O Capítulo 8, “Desenvolvimento regional sob transformações transescalares: porque e como recuperar a escala nacional?”, de

Víctor Ramiro Fernández, recupera a noção de escala desde uma perspectiva representacional, explorando as limitações dos enfoques regionalistas dominantes, que permitiram, em marcada onda de modismo, sobretudo a partir dos anos 1990, a funcionalidade dos mesmos às dinâmicas fragmentadoras que estavam associadas às formas de reprodução estimuladas pelas frações globalizadas do capital global. Recuperando essa perspectiva representacional das escalas e sua importância para observar as reestruturações espaciais sob o capitalismo, Fernández ressalta a perdurável importância das hierarquias e dos tamanhos na configuração do poder, dos interesses e das estratégias que operam sob as dinâmicas transescalares que formam essas reestruturações capitalistas, para posteriormente contrastá-la com a perspectiva plana, bipolar e sem conflito que vem dominando os enfoques regionalistas e localistas.

Em seguida, Fernández propõe um exercício para superar essas limitações do regionalismo através da recuperação estratégica da escala nacional dentro dessa dinâmica transescalar. Para tal fim, se destaca originalmente as potencialidades e limitações dos enfoques das variedades de capitalismo e dos sistemas sociais de produção para um diagnóstico sobre as específicas trajetórias (nacionais) onde operam as regiões dos países periféricos.

Buscando elementos que permitem explicar as divergentes trajetórias nacionais do Leste Asiático e da América Latina, Fernández destaca: o papel determinante das qualidades e formas de intervenção do Estado; a estrutura e a dinâmica do capital produtivo e a diferencial capacidade de formar um núcleo de acumulação endógeno; a estrutura do capital financeiro, com os divergentes níveis de controle do mesmo por parte do Estado e a diferenciada capacidade de vinculação dessa forma do capital com o setor produtivo; os variados níveis de formalização e bem-estar da força de trabalho.

Esses elementos vão permitir a Fernández avançar em alguns delineamentos para uma renovada estratégia multiescalar fundada em um dinamismo regional nacionalmente articulado. Tal estratégia demanda a construção de um Estado com modalidade, isto é, dotado de qualidades institucionais e alta capacidade de articulação interescalar, além de envolvido na formação de um núcleo de acumulação endógeno e na subordinação do capital rentista aos desígnios produtivo e inovativos.

Finalmente o autor apresenta um proposta bastante interessante de abordagem e de intervenção de políticas públicas que se assentem

no desafio de conformar uma ordem transescalar, com epicentro nacional e solidez nodal do Estado, capaz de evitar tanto o centralismo paternalista e clientelar como o fragmentalismo funcional aos interesses do capital global. Ele supõe a combinação – dentro da especificidade das trajetórias nacionais e regionais – das formas *top down* com as *bottom up*, assentadas no dinamismo descentralizador forjado desde uma base coerente, social e territorial, de coalizão, em que se conjugariam os múltiplos atores e territórios que operam periféricamente e foram subalternizados na globalização.

No Capítulo 9, “Anotações para uma geoeconomia política transescalar do subdesenvolvimento histórico-geográfico desigual na periferia do capitalismo: lições para a América Latina?”, Carlos Antônio Brandão aborda questões acerca da natureza e do papel das escalas espaciais na dinâmica desigual e contraditória do capitalismo atual e problematiza sua utilização para pensar os espaços subdesenvolvidos e dependentes. Mostra como há um enorme acúmulo de reflexões sobre escalas espaciais, em uma perspectiva *a partir do Norte*, durante os últimos 35 anos (1982-2017), ao lado de um patrimônio científico vigoroso, que completa agora quase 80 anos (1940-2017), que vem procurando analisar as especificidades do capitalismo periférico, *a partir do Sul*, sobretudo discutindo a experiência latino-americana.

O capítulo pretende friccionar e colocar para dialogar esses dois “mundos teóricos” e almeja lançar elementos teóricos para a articulação da literatura sobre escalas espaciais, em qualquer capitalismo, com a literatura sobre as particularidades dos processos periféricos e subdesenvolvidos e com heteronomia, procurando elaborar uma reflexão sobre a escala nacional dependente.

Partindo da sistematização da literatura que investiga o caráter e a operação das escalas espaciais no capitalismo atual, critica a anterior vertente que via as escalas apenas em sua dimensão ordenada, cartográfica, geométrica e gráfico-representativa, e avança nos debates pós-1980, que buscaram construir uma interpretação das escalas como produto e resultante de processos sociais conflitivos, disputados e relacionais e enquanto instâncias, encarnação de relações sociais e dimensões nas quais a vida social é organizada e reproduzida.

Assume a distinção, já clássica na bibliografia, que divide analiticamente as escalas espaciais: 1) como “categoria de análise”,



recurso epistemológico e heurístico, ou seja, um certo plano analítico ou prisma de observação em dado nível de abstração, capaz de relatar e apreender os processos de produção socioespacial e com potencial para elucidar mediações; 2) como “categoria da prática”, campo e instrumento contestado e dinâmico das lutas sociais por fazer uso e controlar o espaço.

O ensaio discorre sobre as potencialidades científicas e políticas das escalas, sustentando que um determinado nível escalar possibilita tanto apreender dimensões do real concreto, quanto instaurar e organizar disputas, dispor de recursos políticos e discursivos e demarcar campos de confrontações, dando concreticidade a práticas socioespaciais específicas.

Brandão discute, em seguida, a natureza da escala nacional e como esta continua sendo decisiva no capitalismo contemporâneo. Assevera que a análise desta escala muito peculiar requer que se reintroduza sua investigação de forma rigorosa, a fim de se buscar construir estratégias multiescalares em um mundo plural de variedades de experiências, vias e estilos de desenvolvimento. Segundo ele, a escala nacional é uma construção multidimensional, orientada pelo comando e pela regulação em determinado recorte: dos enquadramentos normativo-institucional; dos parâmetros econômicos fundamentais, tais como câmbio, juros, salários, fisco e dívida pública; dos direitos de propriedade privada etc. Mas também é configuração cultural-identitária, que abriga e dá estruturação e coerência ao conjunto das forças reprodutivas e políticas em determinado território.

O autor procura recuperar as contribuições dos principais autores da economia política do desenvolvimento latino-americano, colocando-as em confronto com as limitações do pensamento social do Norte. Com isso, busca enfatizar as potencialidades das reflexões sobre o contexto subdesenvolvido periférico e seus próprios estilos, padrões e modos diversos de desenvolvimento. Pondera que o maior desafio para o resgate e a superação dialética deste patrimônio científico - não desperdiçando suas experiências originais e ousadas de elaboração sistemática de aportes teóricos que se empenharam em apreender as especificidades periféricas - seria tensionar, segundo lógicas de mão dupla, tanto as explanações elaboradas desde a periferia, quanto receber, depurar e mediar os aportes vindos do centro.

Em seguida o capítulo debate as restrições e os parcialismos do

pensamento crítico latino-americano para manejar uma abordagem mais dinâmica e sofisticada das variadas escalas espaciais. Esse pensamento, quando à perspectiva escalar, apresentou várias insuficiências. Suas análises foram insatisfatórias, pois: ficaram contidas em certo nacionalismo metodológico e em rígidas, diretas e mecânicas relações centro-periferia; não desceram ao subnacional; não desenvolveram o plano escalar da inter-regionalidade ou da interurbanidade (Brandão, 2015); não analisaram a escala da vida cotidiana etc. Pior ainda, não têm uma concepção substantiva e especializada do Estado enquanto campo conflituoso, condensação, sistema de dominação e de relações de poder e de lutas. Assim não poderia ter desenvolvido análises mais finas das relações escalares, dos processos de reescalonamento estatal e das dinâmicas das estatalidades, como está no centro das elaborações tentativas nos capítulos deste livro.

Com essa recuperação da dimensão escalar, Brandão demanda que a agenda de investigação crítica reconheça a variedade de possíveis trajetórias históricas-geográficas, assumindo que não existe um modelo monolítico e canônico a ser seguido nas experiências reais-concretas, senão uma pluralidade de vias e de possibilidades em curso ou em aberto.

A fim de buscar decifrar o papel das hierarquias (e as coerências construídas espacialmente) que estruturam os processos sociais em distintas escalas, níveis e instâncias, propõe explorar o problema das escalas dentro de um diálogo com as decisões e a dinâmica das ações dos atores, agentes e sujeitos concretos, classes sociais e suas facções, as hierarquias de poder de comando, as ações e encadeamentos de reações às decisões tomadas, que operam em diversas escalas espaciais, centrando nas relações de poder enquanto processo, exercício e fluxo.

No Capítulo 10, “De uma economia política das escalas espaciais a um agenda renovada para os estudos críticos espaciais”, Jeroen Klink e Marcos Barcellos de Souza pretendem contextualizar e avaliar criticamente o debate sobre reescalonamento espacial do Estado no Brasil, realizando uma leitura acerca da evolução das pesquisas sobre o tema. Partem da observação de que o debate sobre *Novos Espaços do Estado* no país já apresenta considerável avanço, tanto no que tange à aplicação dos conceitos e teorias originalmente formulados num contexto eminentemente eurocêntrico, assim como no esforço reflexivo necessário para adaptá-lo à realidade de um

país continental e subdesenvolvido. Se, num primeiro momento, foi necessário procurar “pontos de contato” entre tradições intelectuais diferentes, a análise da estatalidade no Brasil precisa continuar evoluindo teórica e empiricamente de maneira a desvelar as mudanças geoinstitucionais, as contradições e os conflitos nas estratégias políticas e econômicas da atualidade. Uma perspectiva metodológica adotada nestes trabalhos foi propor um diálogo aberto com estudos brasileiros e latino-americanos críticos (sobre subdesenvolvimento, desenvolvimentismo e urbanização) e, no confronto entre abordagens, desafiar duplamente as teorias eurocêntricas e alguns aspectos das tradições acadêmicas brasileira e latino-americana.

O capítulo analisa, na sua primeira parte, os principais conceitos e temas que inspiraram a abordagem dos Novos Espaços do Estado: o questionamento do imaginário dominante sobre a globalização, a proliferação e a relativização das escalas, o problema da governança, o nacionalismo metodológico, a conformação do fordismo norte-atlântico e do keynesianismo espacial, o problema da estatalidade e suas implicações para a questão urbana. Na segunda parte busca refletir sobre como estas questões se manifestavam no contexto de auge e crise do desenvolvimentismo no Brasil, e de suas narrativas dominantes. Apresentam e discutem uma primeira leva de trabalhos que investigam a regulação espacial do desenvolvimentismo a partir de sua evolução geo-histórica. Procuram analisar as contradições daquele regime socioespacial, as mudanças nas suas configurações territorial e escalar e suas relações com seu regime de acumulação e modo de regulação. Esforços de periodização foram realizados, considerando também a coevolução de estratégias de acumulação e projetos hegemônicos do Estado. Neste conjunto, a atuação do Estado foi analisada através da adoção de uma Abordagem Estratégico-Relacional, reforçada por elementos da Abordagem da Regulação, do Modo de Produção Estatista (Lefebvre) e dos estudos críticos sobre Desenvolvimento e Políticas Regionais e Urbanas no Brasil. Também foi relevante discutir a interação das iniciativas neoliberais orientadas para o mercado com o arcabouço regulatório, os padrões espaciais e os compromissos políticos herdados, a partir da crise do Estado Desenvolvimentista, o que passa a ser o objetivo de trabalhos preocupados com a neoliberalização do Estado.

Nessa lógica, serão os processos complexos e contestados de neoliberalização – e não mais as mudanças no regime de acumulação

do fordismo periférico – que comandarão os processos de reescalonamento. A premissa era que seria necessário entender o “neoliberalismo realmente existente” no Brasil – com a ressalva de que não se tratava de um neoliberalismo monolítico na escala nacional – através do qual as contradições em relação ao que seria um utópico e irreal neoliberalismo “puro” vêm à tona. As primeiras abordagens sobre o reescalonamento espacial do Estado no Brasil priorizavam os aspectos macroespaciais, ou seja, trabalhavam com maiores graus de abstração privilegiando processos mais gerais *vis a vis* a política complexa envolvida na reestruturação de lugares específicos. O capítulo comenta a evolução de trabalhos mais recentes, que têm enfatizado o reescalonamento de políticas setoriais e a diferenciação dos impactos da neoliberalização e seus reescalonamentos sobre contextos urbanos distintos, passando para níveis analíticos mais concretos.

Ao final, Klink e Barcellos propõem uma Agenda de Pesquisa para os estudos espaciais críticos no Brasil, que contempla, basicamente, dois aspectos: i) uma extensão empírica, incorporando novos estudos de casos e temas proximalmente relacionados; e ii) um aprofundamento conceitual, incluindo novas perspectivas teóricas e tentativas de promover novos diálogos e sínteses. Ambos os aspectos têm potencial para reforçar o arcabouço sobre os Novos Espaços do Estado no Brasil, como vêm sendo estudados. No primeiro caso, dão como exemplo de empreendimento de pesquisa o estudo do potencial do setor de infraestrutura urbana, que apresenta desafios importantes, tanto nos aspectos teóricos – sua centralidade em processos de reescalonamento, governança urbana e na financeirização – quanto no contexto nacional atual. No que tange ao aprofundamento conceitual, são indicadas novas perspectivas para o estudo da financeirização “realmente existente” no Brasil. Nesse caso, é necessário aprofundar sua disseminação para outras áreas além do setor habitacional, tais quais a financeirização da infraestrutura e da governança urbana, e também enriquecer o conceito, ao investigar financeirização da vida cotidiana e a financeirização corporativa. Argumentamos que a agenda da financeirização e dos espaços do Estado pode ser fortalecida com a aplicação da “terceira fase” da Abordagem Estratégico-Relacional, que se mescla com a Economia Política Cultural (EPC) e busca um diálogo com vertentes pós-estruturalistas. Neste sentido, seria possível aperfeiçoar o entendimento da construção social dos mercados (“financeirizados”), presente nos

debates sobre “performativity”, considerando as formações sociais, políticas e econômicas mais amplas e incluindo elementos importantes como ideologia, hegemonia e relações de poder, presentes na economia política cultural.

Por fim, no Posfácio, procura-se recuperar alguns argumentos desenvolvidos ao longo do livro e apontar problemáticas da conjuntura, buscando renovar as perguntas centrais e os desafios de agenda que se colocam na atualidade.

Este livro assume que um longo caminho deve ser percorrido coletivamente no campo dos estudos urbanos e regionais para incorporar estes pontos aqui levantados, da fronteira do pensamento crítico dos países centrais, nas agendas de pesquisas latino-americanas, procurando descolonizá-las.

Nesta tarefa hercúlea, há que juntar forças e travar disputas epistemológicas, teóricas e políticas pois “a luta por uma outra sociedade é, em boa medida, uma luta cultural. O neoliberalismo veio impulsionando expectativas e valores negativos que devem ser contrarrestados para evitar o suicídio de nossas sociedades” (Coraggio, 2015: 5).

Em um momento dramático da vida latino-americana, de nova e brutal rodada de neoliberalização e regressão político-institucional, nossa débil democracia e alguns dos avanços sociais e políticos que havíamos conquistado nos últimos anos, ou já foram totalmente desmantelados ou estão sob forte ameaça, lançamos aqui o debate sobre as escalas das lutas por maior justiça socioespacial em nosso continente. Este é o contexto maior em que estão inseridas as principais questões tratadas neste livro e esperamos que ela possa contribuir para o debate e a construção de resistências no campo dos estudos urbanos e regionais.

## Referências Bibliográficas

- ALLEN, J. (1999). Spatial assemblages of power: from domination to empowerment. In: MASSEY, D.; ALLEN, J. (edits.) (1999). *Human Geography Today*. Cambridge, Polite Press, pp. 194-218.
- ALLEN, J. (2003). *Lost geographies of power*. Oxford, Blackwell.
- AMIN, A. (2004). Regions unbound: towards a new politics of place. *Geografiska Annaler*, n. 86 (B), pp. 33-43.
- ARRIGHI, G. (1994). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, Editora da Unesp.

- ARRIGHI, G. (1986). The stratification of the world-economy: an exploration of the semiperipheral zone. *Review of Fernand Braudel Center*, summer, v. 10, n. 1, pp. 9-74.
- BRANDÃO, C. (2012). Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora da Unicamp.
- BRANDÃO, C. (2016). Espaços da destituição e as políticas urbanas e regionais no Brasil: uma visão panorâmica, *Nova Economia*, v. 26, Número Especial, Belo Horizonte, UFMG, 2016, pp. 654-671.
- BRANDÃO, C. (2017a). Cidades médias como provedoras de bens e serviços públicos e coletivos e como construtoras de cidadania e de direitos. In: SPOSITO, M. E.; SILVA, W. R. (orgs.). (2017). *Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades*. Rio de Janeiro, Consequencia.
- BRANDÃO, C. (2017b). Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 19, n. 38, pp. 45-69, jan./abr. .
- BRANDÃO, C. (2017c). *Territórios, escalas espaciais, decisões, poderes e conflitos*. Campina Grande, Editora da UEPB. (no prelo).
- BRAUDEL, F. (1979). *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes.
- BRAUDEL, F. (1987). *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro, Rocco.
- BRENNER, N. (2001). The limits to scale?: methodological reflections on scalar structuration. *Progress in Human Geography*, v. 25, n. 4, pp. 591-614.
- BRENNER, N. (2004). *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. Oxford, Oxford University Press.
- BRENNER, N. (2017). *New urban spaces: urban theory and the scale question*. New York, Oxford University Press.
- BRENNER, N.; PECK, J. e THEODORE, N. (2012). Após a neoliberalização?. *Cadernos Metrópole*, v. 14, n. 27, pp. 15-39, jan./jun. .
- BRENNER, N.; THEODORE, N. (edits.). (2008). *Spaces of neoliberalismo: urban restructuring in North America and Western Europe*. Oxford, Blackwell Publishing.
- BRENNER, N. (2009). A thousand leaves: notes on the geographies of uneven spatial development. In: KEIL, R.; MAHON, R. (edits.). (2009). *Leviathan undone?: towards a political economy of scale*. Vancouver, University of British Columbia Press, pp. 27-49.
- BRENNER, N. (2010). A globalização como reterritorialização: o reescalamento da governança urbana na União Europeia. *Cadernos Metrópole*, v. 12, n. 24, p. 535-564, jul./dez. .
- BRENNER, N. (edit.). (2014). *Implosions/explosions: towards a study of planetary urbanization*. Berlin, Jovis.
- BRENNER, N.; PECK, J. e THEODORE, N. (2012). Após a neoliberalização?. *Cadernos Metrópole*, v. 14, n. 27, pp. 15-39, jan./jun. .
- CASTRO, I. E. (1995). O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.;

- CORRÊA, R. L. (1995). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CORAGGIO, J. L. (2015). Economía social y economía popular en América Latina, presentado en el “I Congreso de Pensamiento Económico Latinoamericano”, Asociación del Pensamiento Latinoamericano, Buenos Aires, 25 de septiembre.
- DESAI, R. (2013). Geopolitical economy: after US hegemony, globalization and empire. London, Pluto Press.
- ESCOBAR, A. (2005). Más allá del Tercer Mundo: globalização y diferencia. Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH). Popayán, Universidad del Cauca.
- FERNÁNDEZ, V. R. (2017). La trilogía del erizo-zorro. Redes globales, trayectorias nacionales y dinámicas regionales desde la periferia. Barcelona, Anthropos; Santa Fe, Ediciones UNL.
- FERNÁNDEZ, V. R. (2016). Repensando las variedades de capitalismo desde la periferia. *Desenvolvimento em Questão*, Unijuí, v. 14, n. 34, pp. 5-34, abr./jun. .
- FERNÁNDEZ, V. R. (2014). Global value chains in global political networks: tool for development or neoliberal device?. *Review of Radical Political Economics*.
- FERNÁNDEZ, V. R.; PUENTE, M. J. G. (2013). Estado, producción y desarrollo: las capacidades nodales en una perspectiva latinoamericana. *Revista Estado y Políticas Públicas* n. 1, pp. 19-46.
- FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. (2010). Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila Editores/FCE-UNL.
- FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (comps.) (2008). Repesando el desenvolvimiento regional: contribuições globais para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires / Madrid: Miño y Dávila Editores/FCE-UNL.
- FERNÁNDEZ, V. R. (2007). Explorando las limitações del nuevo regionalismo en las políticas de la União Europeia: Una perspectiva latinoamericana. *Revista EURE*, Santiago de Chile, v. XXXIII n. 98, pp. 97-118.
- FIORI, J. L. (1997). O capitalismo e suas vias de desenvolvimento. In: FIORI, J. L. (1997). *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, Vozes.
- FIORI, J. L. (2007). Poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo, Boitempo.
- FIORI, J. L. (2014). História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo, Boitempo.
- GIBSON-GRAHAM, J. K. (2002). Beyond local vs. global: economic politics beyond the binare frame. In: HEROD, A.; WRIGHT, M. (edits.) (2002). *Geographies of power: placing scale*. Oxford, Blackwell Publishers, pp. 25-60.
- HARRIS, T. (2006). Scale as artifact: GIS, archaeological analysis, and ecological fallacy. In: MOLENEAUX, B.; LOCK, G. (edits.). (2006). *Confronting scale in archaeology: issues of theory and practice*. New York, Springer, pp. 39-53.
- HARVEY, D. (20013). *Os limites do capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.

- HARVEY, D. (2001). *Spaces of capital: towards a critical geography*. Nova York, Routledge.
- HARVEY, D. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Loyola.
- HARVEY, D. (2013). *Para entender o Capital – Livro I*. São Paulo, Boitempo.
- HARVEY, D. (2016). *The ways of the world*. London, Profile Books.
- HARVEY, D. (2013). *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo, Boitempo.
- HEROD, A. (2003). *Scale: the local and the global*. In: CLIFFORD, N. et al. (eds.). *Key concepts in geography*. London, Sage, pp. 229-247.
- HEROD, A.; WRIGHT, M. (eds.). (2002). *Geographies of power: placing scale*. Oxford, Blackwell Publisher.
- HOWITT, R. (1998). *Scale as relation: musical metaphors of geographical scale*. *Area*, v. 30, n. 1, pp. 49-58.
- JESSOP, B. (2000). *The crisis of the national spatio-temporal fix and the tendential ecological dominance of globalizing capitalism*. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 24, n. 2, pp. 323-360.
- JESSOP, B. (2006). ¿Narrando el futuro de la economía nacional e el estado nacional? puntos a considerar acerca del replanteo de la regulación e la re-invenção de la gobernancia. *Documentos y Contribuições en Administração Pública y Gestão Estatal*, v. 6, n. 7, pp. 7-44.
- JESSOP, B.; BRENNER, N.; JONES, M. (2008). *Theorizing socio-spatial relations*. *Environment and Planning*, v. 26, n. 3, pp. 389-401.
- KEIL, R.; MAHON, R. (eds.). (2009). *Leviathan undone?: towards a political economy of scale*. Vancouver, University of British Columbia Press.
- LEFEBVRE, H. (1976). *The survival of capitalism: reproduction of the relations of production*. New York, St Martin's Press.
- LEFEBVRE, H. (1974). *The production of space*. Oxford, Basil Blackwell.
- LEITNER H., PAVLIK C., SHEPPARD E. (2002). *Networks, governance, and the politics of scale: inter-urban networks and the European Union*. In: HEROD, A.; WRIGHT, M. (eds.). (2002). *Geographies of power: placing scale*. Oxford, Blackwell Publisher, pp. 67-84.
- MacLEOD, G.; JONES, M. (2007). *Territorial, scalar, networked, connected: in what sense a "regional world"?*. *Regional Studies*, v. 41, n. 9, pp. 1177-1191.
- MacLEOD, G.; GOODWIN, M. (1999). *Space, scale and state strategy: rethinking urban and regional governance rethinking urban and regional governance*. *Progress in Human Geography*, v. 23, n. 4, pp. 503-27.
- MARICATO, E. (2015). *Para entender a crise urbana*. São Paulo, Expressão Popular.
- MARSTON, S.; JONES, J.P.; WOODWARD, K. (2005). *Human geography without scale*. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 30, pp. 416-432.
- MARSTON, S.; SMITH, N. (2001). *State, scales and households: limits to scale thinking: a response to Brenner*. *Progress in Human Geography*, v. 25, n. 4, pp. 615-619.



- MASSEY, D. (1984). Spatial divisions of labour: social structures and the geography of production. London, Macmillan.
- MASSEY, D. (1994). Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). (2000). O espaço da diferença. Campinas, Papirus.
- MASSEY, D. (2008). Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- MILLER, B. (2009). Is scale a chaotic concept? notes on processes of scale production. In: KEIL, R.; MAHON, R. (edits.). (2009). Leviathan undone?: towards a political economy of scale. Vancouver, University of British Columbia Press, pp. 51-66.
- MONTEIRO NETO, A.; CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. (2017). Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. Rio de Janeiro: IPEA.
- MOORE, A. (2008). Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 2, pp. 203-225.
- OHMAE, K. (1996). O fim do Estado-Nação: a ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro, Campus.
- PAASI, A. (2004). Place and region: looking through the prism of scale. *Progress in Human Geography*, v. 28, n. 4, pp. 536-546.
- PECK, J. (2010a). Constructions of neoliberal reason. Oxford, Oxford University Press.
- PECK, J. (2010b). Economias políticas de escala: políticas rápidas e relações interestelar e workfare neoliberal. FERNÁNDEZ, V.R.; BRANDÃO, C.A. (edits.). (2010). Escalas y políticas de desarrollo regional: desafíos para América Latina. Buenos Aires, Miño y Dávila, pp. 77-120.
- PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. (2012). Mal estar no pós-neoliberalismo. *Novos Estudos*. São Paulo, Cebrap, n. 92, pp. 59-72, março.
- PECK, J. (2012). Neoliberalismo y crisis actual. *Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal*, Año 12, n. 19, pp. 7-27. Santa Fe, UNL.
- PECK, J.; THEODORE, N. (2007). Variegated capitalism. *Progress in Human Geography* v. 31, n. 6, pp. 731-772.
- PECK, J.; TICKELL, A. (2002). Neoliberalizing space. *Antipode*, v. 34, n. 3, pp. 380-404.
- PIORE, M. J.; SABEL, C. (1984). The second industrial divide: possibilities for prosperity. New York, Basic Books.
- ROLNIK, R. (2015). Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo, Boitempo.
- SABEL, C. (1989). Flexible specialisation and the re-emergence of regional economies. In: HIRST, P.; ZEITLIN, J. (eds.) (1989). Reversing industrial decline. London, Routledge, pp. 17-70.
- SASSEN, S. (2016). Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra.
- SCOTT, A. (1988). New industrial spaces: flexible production organization and regional development in North America and Western Europe. London, Pion.

- SCOTT, A.; STORPER, M. (eds.) (1986). *Production, work, territoire: the geographical anatomy of contemporary capitalism*. Winchester, MA, Allen and Unwin.
- SHEPPARD, E.; McMASTER, R. (2003). *Scale and geographic inquire: nature, society and method*. London, Blackwell.
- SMITH, N. (1988). *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- SMITH, N. (1997). *Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e a produção de escala geográfica*. In: ARANTES, A. A. (org.). (2000). *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus.
- SMITH, N. (2000). *Scale*. In: JOHNSTON, R.; GREGORE, D.; PRATT, G.; WATTS, M. (eds.). (2000). *The dictionary of human geography*. Malden, MA, Blackwell, pp. 724-727.
- SMITH, N. (2002). *Geografía, diferencia y las políticas de escala*. Terra Livre, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 127-146.
- SOUZA, M. L. (2013). *Escalas geográficas, “construção social da escala” e “política de escala”*. In: SOUZA, M. L. (2013). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 179-216.
- STOHR, W. B.; TAYLOR, D. (1981). *Development from above or below?: the dialectics of regional planning in developing countries*. Chichester, John Wiley and Sons.
- SWYNGEDOUW, E. (1997). *Neither global nor local: “glocalisation” and the politics of scale*. In: COX, K. (edit.) (1997). *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. New York, Guilford Press, pp. 137-166.
- SWYNGEDOUW, E. (2000). *Authoritarian governance, power and the politics of rescaling*. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 18, n. 1, pp. 63-76.
- SWYNGEDOUW, E. (2016). *Globalização ou glocalização?: redes, territórios e rescalonamento*. Neste volume.
- TAYLOR, P. (1982). *A materialistic framework for political geography*. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 7, pp. 15-34.
- THRIFT, N. (2004). *Intensities of feeling: towards a spatial politics of affect*. *Geografiska Annaler*, n. 86, pp. 57-78.
- TOAL, G. (2002). *Theorizing practical geopolitical reasoning: the case of U.S. Bosnia police in 1992*. *Political Geography*, n. 21, pp. 601-628.
- UITERMARK, J. (2002). *Re-scaling, “scale fragmentation” and the regulation of antagonistic relationships*. *Progress in Human Geography*, v. 26, n. 6, pp. 743-765.
- WALLERSTEIN, I. (1974). *The modern world-system*. New York, Academic Press.
- WALLERSTEIN, I. (1979). *The capitalist world-economy*. Cambridge, Cambridge University Press.

## Capítulo 1

# Dinâmica do regionalismo e do globalismo: uma perspectiva de economia política crítica

*Bob Jessop*

### Preâmbulo

Este capítulo discute a dinâmica espaço-temporal da globalização, destacando como ela é moldada pela interação, em diferentes escalas, entre lógicas territoriais e o espaço de fluxos. Faz-se referência, aqui, às cidades globais, às principais cidades-região, à cooperação inter-regional, aos blocos macrorregionais, bem como aos esforços para a eliminação dos obstáculos à livre circulação de mercadorias – o investimento de capital e o capital financeiro – em escala global.

Consideram-se aqui as semelhanças e as diferenças entre as formas de integração europeia (Europa composta por cidades, Europa composta por regiões, Europa dos Estados nacionais e o federalismo europeu), a importância do governo multinível e da governança em rede, e também as dinâmicas de integração regional no Leste da Ásia e em outras regiões. Ele também inclui observações sobre a crise financeira do Atlântico Norte, sobre a crise da integração europeia e sobre as perspectivas da globalização e do regionalismo, à luz da mais recente crise econômica global.

### Mercado Mundial ou Globalização ou Rearticulando Regiões ... ?

O mercado mundial oferece o horizonte definitivo da análise econômica, assim como a “sociedade mundial” oferece o horizonte definitivo da análise social. Em nenhum dos casos isso significa que a escala mundial é o principal (muito menos o único) *locus* de mecanismos causais globalmente significativos ou de forças sociais. Não se deve confundir o campo no qual os processos econômicos ou sociais se desdobram com suas dinâmicas causais. Por exemplo, a crise

financeira mundial, que veio à tona nos anos de 2007 e 2008 não se originou em uma escala global acima ou além de circuitos específicos do capital ancorados em determinados lugares. Sua procedência foi os EUA. Foi uma crise que estourou lá e se espalhou de forma desigual – através de um misto de contágio e vulnerabilidades endógenas – ao redor do globo. Mesmo em meio à crise econômica global mais grave desde a década de 1930, algumas localidades, regiões e economias nacionais se expandiram e, de fato, a crise tem reforçado um retorno ao centro de gravidade da economia, depois de séculos, daquilo que os europeus e os ianques costumam chamar de Oriente (para uma abordagem sobre esta mudança, ver Quah, 2011; para a ascensão do “Sul”, ver Petropoulos, 2013). Então, devemos abordar as ideias do mercado mundial ou da globalização com cuidado e considerar como elas interagem com outras dinâmicas espaciais. Farei isso em três etapas: (1) uma crítica ao conceito de globalização; (2) um contraste entre a lógica da territorialização e a do espaço de fluxos; e (3) uma consideração acerca da natureza do regionalismo à luz dos dois primeiros passos.

Globalização é um termo relativamente recente para distinguir uma série de processos desiguais com histórias muito extensas e múltiplas. Como termo, remonta, ao menos, aos primórdios da existência de um mercado mundial integrado e às reflexões sobre a literatura mundial, a paz mundial e a sociedade mundial – especialmente quando estas foram reforçadas pelo conhecimento do planeta (globo) enquanto perspectiva e horizonte últimos e definitivos da ação social.

Não é um único processo com uma lógica universal, unitária, que afeta todas as instituições e forças sociais, da mesma forma, em todos os lugares em que ocorre. Na verdade, a globalização se desenvolve de forma muito desigual, em razão de diversos limites objetivos e subjetivos. Neste sentido, ela é hipercomplexa na medida em que:

- emerge da interação entre as atividades em muitos sítios ao redor do globo, incluindo locais periféricos e semiperiféricos, bem como lugares centrais;
- surge de ações em muitas escalas que coexistem e se interpenetram de modo complexo. Na verdade, o que alguns descrevem como globalização também pode ser entendido, de maneira talvez mais explícita, em termos de uma dialética

complexa entre as mudanças na organização do espaço de fluxos e na organização do território, refletida, de maneira variada, na expansão de empresas multinacionais e bancos transnacionais; na internacionalização dos espaços econômicos nacionais, através de crescentes penetração (fluxos endógenos) e extroversão (fluxos exógenos); na construção de redes de cidades globais; na integração e na concorrência entre a tríade (EUA-Europa Ocidental-Ásia); na formação de regiões transfronteiriças; na localização internacional; na glocalização; e assim por diante;

- envolve um nexo cada vez mais denso de temporalidades e horizontes temporais, especialmente devido ao crescente distanciamento e/ou compressão espaço-temporal;
- resulta de estratégias concorrentes e contraestratégias e toma muitas formas diferentes. A integração do mercado mundial ao longo de vias neoliberais é apenas uma possível estratégia e até mesmo isso varia muito em grau e forma; e
- está enraizada na interação contingente de muito diversos processos causais.

As complexidades da globalização reordenam diferenças e complementaridades econômicas, políticas e socioculturais, ao longo de diferentes escalas, lugares e redes. Isto oferece oportunidades para que Estados supranacionais, nacionais e locais moldem tais diferenças e complementaridades e, assim, possam influenciar suas competitividades. Ao contrário de produzirem um “mundo plano” (Friedman 2005), livre de fricções espaciais, o que temos é algo “viscoso” (*sticky*). Além disso, é um mundo de lugares que permanecem hierarquicamente ordenados: alguns “espaços dos fluxos”, alguns Estados Territoriais (por exemplo, EUA, República Popular da China, Alemanha), alguns lugares (por exemplo, cidades globais), algumas escalas de ação econômica e política (por exemplo, a União Europeia), algumas redes (por exemplo, os *swaps* de taxas de juros) são mais importantes do que outros. Assim, encontramos um terreno irregular com fluxos irregulares, atritos diferenciais e poderes desiguais, com capacidades variadas de compressão e de distanciamento espaço-temporal.

Um aspecto desta crescente complexidade é a menor impor-

tância da escala nacional de organização econômica, política e social em relação às três primeiras décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial. Foram décadas de expansão econômica e de aumento da importância da organização regional em escalas abaixo, acima, e transversal, em relação à nível nacional. Isso se reflete na redescoberta da importância das regiões subnacionais e na ênfase mais recente colocada sobre o papel dos três grandes polos de crescimento (ou regiões da tríade) da economia global. Estes polos baseiam-se, supostamente, nas hegemonias regionais de EUA, Japão (posteriormente deslocado pela China), e na Alemanha, e revelam-se nas tentativas de criação de uma Área de Livre Comércio da América do Norte, um Espaço Econômico Europeu, e uma Comunidade Econômica Ásia-Pacífico (junto com a ASEAN, ASEAN + 3, ASEAN + 1 e a Cúpula do Leste Asiático ou EAS). O caso da América Latina é mais complicado, com a Colômbia desempenhando o papel de âncora da hegemonia norte-americana; o Brasil exercendo seu poder de líder regional; um interesse europeu tradicional no subcontinente; a Venezuela um ator importante no esforço para desenvolver a ALBA (Alternativa Bolivariana das Américas) como um bloco contra-hegemônico e a crescente cooperação regional com a China.

A celebração do “poder da tríade” em trabalhos muito recentes não nos deve impedir de ver três outras tendências importantes: (1) a crescente interpenetração das chamadas potências da tríade nelas mesmas, à medida que elas desenvolvem complementaridades específicas e formam alianças estratégicas; (2) as mudanças nas hierarquias nacionais dentro de cada tríade decorrentes do desenvolvimento desigual; e (3) a reemergência de economias regionais no interior de algumas economias nacionais, como parte do processo de internacionalização e/ou em reação à mesma. Essas mudanças também têm suas próprias bases estratégicas e/ou materiais, e não se deve considerar a regionalização como inerentemente supra- ou subnacional em sua dinâmica. Ao invés disso, há uma complexa rearticulação das economias mundial-regional-nacional-locais, com efeitos diferenciais em contextos variados. O relaxamento das tensões após a decomposição do bloco soviético também permitiu, por um tempo, o crescimento das conexões transfronteiriças congeladas e a abertura de zonas tampão defensivas e cinturões-sombra remotos como pontes que ligam potenciais parceiros econômicos (Jordan; Khanna, 1995; Gooneratne; Mosselman, 1996). Isto é reforçado onde as fronteiras

impostas de cima tinham dividido antigas regiões “históricas” com fortes identidades próprias e, em alguns casos, distintos agrupamentos étnico-nacionais. O resultado final é um mosaico de alianças transfronteiriças organizadas dentro e dentre regiões e continentes, às vezes baseadas na cooperação intergovernamental, às vezes na partilha da soberania, e às vezes em formas de dominação imperial ou neoimperial mais ou menos ocultas.

## O que é uma região?

Nós não devemos procurar um critério econômico objetivo inatingível para definir uma região (por exemplo, em termos de “territórios econômicos naturais”) ou confundir o conceito de região com unidades administrativas que estão abaixo, transversais, ou acima das fronteiras nacionais, tal como definido de tempos em tempos por autoridades políticas ou poderes militares. Além disso, as características das regiões também variam de acordo com legados históricos e sua incorporação em diferentes tipos de contextos econômicos, políticos e sociais, (por exemplo, regiões situadas em economias planificadas diferem das regiões situadas em economias mais descentralizadas, especialmente daquelas situadas em economias de mercado liberais). No geral, as geometrias variáveis de fronteiras econômicas e políticas tornam difícil para as autoridades competentes imaginar, construir e governar uma economia regional em termos de fronteiras pré-definidas. Ao contrário, as regiões são mais bem definidas em termos de sua co-constituição por fatores discursivos e materiais que, juntos, fornecem-lhes uma identidade imaginada mais ou menos coerente, assim como uma estruturação social. Isto coloca o problema de como demarcar uma região como uma matriz espaço-temporal significativa e viável de ação social e da ordem institucional dentro de um nexos mais amplo de relações sociais. Regiões estão sujeitas a lutas discursivas sobre o mapeamento e a nomeação (Jenson, 1995; Paasi, 2004; Sidaway, 2002) que são análogas às lutas anteriores sobre a formação de comunidades nacionais imaginadas (Anderson 2008); e por lutas mais substantivas sobre o seu desenvolvimento social, material e sobre sua institucionalização espaço-temporal. Lutas discursivas são especialmente importantes durante turbulências econômicas e políticas que criem oportunidades para novos projetos e programas regionais

(cf. Sidaway, 2002). O sucesso nesse âmbito depende tipicamente de coligações específicas de forças sociais que são capazes de combinar capacidades semióticas e materiais para moldar a formação da região. Além disso, a formação da região pode envolver não só os seus membros em potencial e vizinhos imediatos, mas também forças externas. As economias do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) constituem um exemplo recente interessante. Aqui observamos tentativas de integração destas economias na governança econômica global, na sequência da crise econômica (por exemplo, a ampliação do G-8 para o G-20), e da consolidação das cúpulas do BRIC como uma expressão dessa identidade emergente (para uma discussão mais aprofundada, ver, por exemplo, Petropoulos 2013).

Isto exclui uma visão das regiões como recipientes limitados de relações sociais e pontos, ao invés de uma geografia relacional de regiões mais complexa, em que diferentes imaginários regionais e diferentes princípios de organização social regional estão em jogo e que, além disso, as regiões operam não só como recipientes, mas também como conectores através de uma série de redes inter-regionais. Neste sentido, as regiões existem em um espaço caracterizado pela tensão entre confinamento e conexão, fixidez e fluxo, identidade imaginada e conexidade real. Como Massey (2011: 4) afirmou:

“Territórios são constituídos e devem ser conceituados relacionalmente. Assim, interdependência e identidade, diferença e conectividade, desenvolvimento desigual e o caráter de lugar, são cada par constituindo dois lados da mesma moeda. Eles existem em tensão constante entre si, cada um contribuindo para a formação, e explicação, do outro”.

Por exemplo, na constituição de uma região como um objeto de regulação ou governança econômica *e extra-econômica*, para facilitar o desenvolvimento econômico, é importante distinguir: (1) a economia regional *versus* seu ambiente econômico sub-, trans-, e supra-regional; e (2) a economia regional *versus* seu ambiente regional extra-econômico (a comunidade, o sistema político, Estado de bem-estar, sistema educacional, instituições religiosas etc.). A primeira distinção pressupõe que, quaisquer que sejam os caprichos e contingências do desenvolvimento econômico em escala global, pode ser possível endogeneizar e controlar pelo menos algumas



condições relacionadas ao desenvolvimento econômico regional. Aqui está em jogo a forma como os limites da economia regional são discursivamente construídos e como estes se materializaram. A segunda distinção refere-se às relações meios-fins envolvidas em tentativas de desenvolver estratégias regionais a partir de uma perspectiva econômica bem abrangente e diz respeito à gama de atividades que precisam ser coordenadas para realizar uma determinada estratégia de desenvolvimento econômico (cf. Jessop, 1997).

Dadas as complexidades da espacialidade, com seus momentos territoriais, baseados em lugares, escalares, e em rede (Jessop et al., 1988), há um amplo escopo para imaginários regionais concorrentes e diferentes tipos de construção da região. A região pode ser imaginada e construída de muitas maneiras, que vão desde territórios hermeticamente fechados, a nós porosos em um espaço de fluxos em rede. Quais dos muitos imaginários regionais concorrentes são selecionados e instituídos; quais não conseguem atrair ou perder sua atração e – portanto – são marginalizados, depende de uma dialética complexa de dependência da trajetória e moldagem do caminho em que “as circunstâncias que não as escolhidas pelos atores” incluem discursos herdados e tecnologias sociais disponíveis, bem como estruturas nas quais “os atores fazem a sua própria história”, através da rearticulação de amarras estruturais nas relações sociais compostíveis, de coexistência, bem como a elaboração de novos imaginários e tecnologias sociais inovadoras.

## A Relativização da Escala

As regiões, em sentido lato, existem em diferentes escalas. Desde o surgimento do mercado mundial têm sido útil distinguir uma hierarquia de regiões que tem uma forma fractal e mutante. No auge da hierarquia podemos discernir dois domínios amplos geoestratégicos (o domínio marítimo que compreende a Europa Ocidental, a América do Norte, o Leste Asiático marítimo, a Austrália, o litoral do Mediterrâneo; e o domínio Eurasiático continental que compreende, em particular, os territórios da antiga União Soviética e a China); vêm em seguida regiões geopolíticas subordinadas (por exemplo, Europa, Japão, América do Norte) e regiões geopolíticas independentes e externas aos dois principais domínios geoestratégicos (por exemplo, Sul da Ásia); abaixo destes

encontramos estados nacionais individuais; e, abaixo destes, por sua vez, as regiões econômicas subnacionais e as regiões transfronteiriças (cf. Cohen, 2003).

A implantação de tal hierarquia de escalas geopolíticas e geoeconômicas não implica que a importância relativa de cada escala, em termos econômicos e políticos corresponde a sua posição na hierarquia. Pelo contrário, estas potenciais escalas de organização são marcadas por diferentes e mutáveis graus de hegemonia e de hierarquia, sobreposição de esferas de influência, componentes nacionais e influências transnacionais, interdependências e bolsões de autocontenção, regiões embrionárias e moribundas, esferas marginais e áreas de confronto. É importante distinguir escalas dominantes, nodais e marginais e reconhecer que a escala dominante não é, necessariamente, localizada no pico da hierarquia (cf. Collinge, 1999).

Uma característica importante das alterações nos últimos 40 anos ou mais é a contribuição de internacionalização para o declínio da importância da escala nacional de organização econômica, política e social. No entanto, nenhuma outra escala de organização econômica e política (se “local” ou “global”, “urbana” ou “triádica”, “regional” ou “suprarregional”) ganhou, até o momento, uma primazia comparável ao da economia nacional, do estado nacional, ou da sociedade nacional. Collinge (1999) refere-se a esse fenômeno como a relativização da escala. Na verdade, existe uma concorrência intensa entre os diferentes espaços econômicos e políticos para se tornar o novo ponto de ancoragem de acumulação em torno do qual os planos escalares restantes (ainda que sejam muitos, ainda que sejam identificados) podem ser organizados de modo a produzir um grau adequado de coerência estruturada. Isto envolve projetos econômicos e políticos voltados para diferentes escalas e um consenso sobre a forma como estes devem ser conciliados ainda não foi produzido. Assim, podemos observar um problema generalizado (na verdade, “global”) hoje sobre a importância relativa a ser dada aos locais e espaços de ação econômica globais, nacionais, e os chamados “regionais”. Isto é evidente na contínua (ainda que muitas vezes transformada) significância de escalas menores (notadamente a urbana, a transfronteiriça, a nacional e a macrorregional) como sítios substantivos onde ocorrem as verdadeiras atividades econômicas; e nas estratégias econômicas orientadas para a articulação de outras escalas dentro do global. Desenvolvimentos

sociais e materiais subsequentes complicaram essa situação, aliás, com o surgimento do ciberespaço<sup>1</sup> como uma arena virtual de ação que parece estar em toda parte e em lugar nenhum. O ciberespaço proporciona tanto um meio de escapar dos grilhões e fricções das fronteiras territoriais em um espaço funcional, quanto um meio de conectar territórios e localidades de novas formas.

Além disso, à medida que novas escalas surgem e/ou escalas existentes ganham espessura institucional, as forças sociais tendem a desenvolver novos mecanismos para liga-las ou coordená-las. Isso gera uma complexidade crescente à medida que diferentes escalas de ação vêm a ser vinculadas em várias combinações de modos vertical, horizontal, diagonal, centrípeta, centrífuga, e turbilhonar (vórtex). Essa complexidade não pode ser capturada em termos de simples contrastes, tais como conceitos como global-nacional, global-local, ou ainda conceitos híbridos abrangentes, como “glocalização”, “glurbanização”<sup>2</sup> ou “transversal”. Ao invés disso, vemos atualmente uma proliferação de escalas espaciais discursivamente constituídas e institucionalmente materializadas e incrustadas que são relacionadas em hierarquias cada vez mais complexas e emaranhadas, em vez de serem simplesmente aninhadas umas dentro das outras. Elas têm diversas temporalidades, bem como espacialidades.

Estas complexidades oferecem mais oportunidades para reescalamento, salto de escalas, e assim por diante; elas também reordenam hierarquias espaciais e escalares produzindo novas formas de desenvolvimento desigual. Isso se reflete em mudanças entre “economias nacionais” e na ascensão e queda de regiões, novas formas de divisão “norte-sul”, e assim por diante. Em suma, seria mais apropriado, ainda que um pouco complexo, falar sobre os modos pluri-espaciais, multi-temporais, e poli-contextuais de imaginar, constituir, e governar as economias regionais e sua integração sempre relativa, provisória e instável em espaços econômicos mais incluídos, até – e englobando o próprio – mercado mundial. Este é o espaço verdadeiro, e teórico, no qual os estudos de imaginários regionais, estratégias regionais e regiões realmente existentes devem estar localizados.

---

<sup>1</sup> O ciberespaço está, de fato, longe de ser igualmente distribuído ou acessível e possui raízes em lugares específicos.

<sup>2</sup> Sobre *glocalização*, ver Brenner (1998), Swyngedouw (1997), e Drori et. al. (2014); sobre *glurbanização*, Jessop e Sum (2000) e Matusitz (2010); sobre transnacionalização, Smith (2000).

## As Complexidades do Reescalamento e da Rearticulação

A relativização da escala cria oportunidades para novos tipos de estratégia regional. Quatro tipos principais podem ser distinguidos:

1. Buscando localizar um determinado local ou região dentro de uma hierarquia vertical para maximizar as vantagens resultantes das suas relações para cada ponto da escala;
2. Desenvolvendo ligações horizontais entre as zonas ou regiões de tipo semelhante, ignorando a dimensão vertical em favor da construção de redes (redes de cidades globais seria um exemplo, regiões transfronteiriças, outro);
3. Construindo ligações “transversais”, isto é, ignorando uma ou mais escala(s) imediatamente vizinha(s) para se engajar com processos em outras escalas. Exemplos incluem triângulos de crescimento, zonas de processamento de exportação, portos livres e acessos regionais;
4. Tentando escapar das restrições escalares ou arraigadas localizando suas atividades em um espaço de fluxos sem fronteiras ou deslocando-o para um “ciberespaço”.

Estas opções podem ser combinadas para produzir estratégias mais complexas. Elas podem ser aplicadas em uma série de diferentes escalas e regiões transfronteiriças que pertencem principalmente às estratégias dos tipos 2 e 3 acima. De modo mais geral, essas estratégias podem ser consideradas a partir de dois pontos de vista: (1) os seus portadores primários - agentes econômicos privados (por exemplo, empresas, bancos, câmaras de comércio) ou órgãos públicos (por exemplo, os diferentes níveis de governo, associações locais ou regionais, *quangos* -organizações quase não-governamentais); e (2) a natureza da articulação interscalar envolvida - vertical (para cima e/ou para baixo), lateral (extroversão e introversão), transversal etc.

Sobre essa base, várias estratégias para reescalamento podem ser identificadas. Elas são apresentadas em ordem crescente, a partir do microrregional, passando pelas ligações transversais subnacionais, até o supranacional.

- Re-localização e re-regionalização, ou seja, a reemergência e

a revalorização das economias locais e regionais no contexto das economias nacionais (por exemplo, novos distritos industriais, “meios inovadores”, regiões de aprendizagem, *gateway cities*, ilhas do Mediterrâneo como pontes entre a Europa e África), ou, em alguns casos, a decomposição da economia nacional devido à crise econômica, a guerra civil, ou algum outro mecanismo de ruptura. Re-regionalização também pode envolver um reforço na escala das regiões (ver Smith, 1988);

- Metropolização multicêntrica ou polinucleada, ou seja, uma vasta expansão do tamanho e da escala das cidades líderes dentro de hierarquias urbanas para que se tornem enormes regiões metropolitanas ou mega-urbanas com vários centros;
- Inter-localização ou inter-regionalização, ou seja, o desenvolvimento de ligações horizontais entre localidades ou regiões contíguas na mesma escala, mas em diferentes estados nacionais (por exemplo, regiões transfronteiriças, alianças translocais, estados subfederais) que têm interesses econômicos e/ou políticos compartilhados ou complementares (Hocking, 1999) - ligações que muitas vezes contornam o nível nacional, mas às vezes podem ser patrocinadas por um ou mais estados nacionais, bem como pelas autoridades locais, urbanas e regionais e que podem ser refletidas no desenvolvimento de zonas de produção binacionais, metrópoles transfronteiriças ou fronteiras internacionais (Albert e Brock, 1996: 10, 20-21) e na emergência de corredores internacionais de desenvolvimento ao longo das principais artérias de transporte (por exemplo, ribeirinhas, costeiras, redes e *hubs* de transportes, etc.). Tais lugares são por vezes considerados como “glociais”, ou seja, localidades globalizadas. Na situação extrema, estes podem se tornar espaços extraterritoriais (por exemplo, centros financeiros *off-shore*, paraísos fiscais etc.);
- Trans-localização ou trans-regionalização, ou seja, o aumento de ligações horizontais entre as localidades ou regiões não-contíguas, na mesma escala, seja dentro ou entre os estados nacionais. Boisier (1994) categoriza tais relações como “regiões virtuais”, quando elas resultam de uma construção deliberada de alianças estratégicas inter-locais;

- Redes de cidades globais, ou seja, a formação de cidades globais que se orientam muito mais fortemente para fora, para o exterior, direcionadas a outras cidades globais, do que para a hinterlândia nacional. Isso pode ser visto como um caso especial de trans-regionalização, ao passo que cidades globais têm extensas regiões e porque a hierarquia da cidade global tem níveis mais baixos e nichos especializados que também formam ligações transnacionais. Nos casos em que a promoção de tais ligações resulta na extroversão de estratégias de desenvolvimento urbano destinadas a promover a competitividade da cidade na economia global, podemos nos referir ao fenômeno da “glurbanização” (ver Jessop e Sum 2000);
- Integração meso-regional - a formação de blocos sub-tríade, mas supranacionais, como, por exemplo, ASEAN, Mercosul, Caribcom, ALBA, que podem tanto formar blocos de construção para o próximo nível de integração ou então oferecer resistência a ele;
- Integração macrorregional - nomeadamente triadização, ou seja, a formação de blocos regionais econômicos multilaterais, patrocinados pelo Estado, abrangendo várias economias nacionais, oficialmente na América do Norte, Europa e norte do leste asiático;
- Inter-triadização, ou seja, a crescente interpenetração dos blocos tríade por multinacionais sediadas em cada um dos blocos, formam alianças estratégicas com parceiros de outros blocos tríade, com a aceitação dos interesses de tais empresas multinacionais no interior dos Estados triádicos e nacionais (cf. Poulantzas, 1975);
- Trans-triadização, ou seja, o desenvolvimento de fóruns bilaterais e cúpulas que envolvem diferentes pares de tríades, que procuram desenvolver e aprofundar as complementaridades específicas - notadamente através do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, a Nova Agenda Transatlântica, as Reuniões Ásia-Europa, ou, em um novo contexto, a cúpula dos BRIC e outras formas de cooperação entre os países do BRIC.

Isto aponta para o potencial das estratégias de aliança entre os Estados em escalas regionais similares ou diferentes (por exemplo, a União Europeia, seja como uma organização intergovernamental dos Estados nacionais, seja como uma “Europa das regiões”), que se combinam para assegurar a base para o desenvolvimento econômico e a sobrevivência política face à crescente concorrência e rivalidade globais. Essas alianças vão variar de acordo com a posição das economias envolvidas na hierarquia global. Assim, enquanto uma pequena economia aberta (seja capitalista, pós-socialista, ou socialista) pode buscar uma maior integração com o poder econômico dominante, em seu polo de crescimento triádico imediato, o poder dominante pode procurar não só seletivamente se conectar às economias vizinhas em sua órbita econômica e estratégica, mas também firmar alianças com outros poderes da tríade dominante. Uma estratégia alternativa para uma pequena economia aberta é buscar nichos de mercado na economia global (talvez através do incentivo de alianças estratégicas com empresas-chave em cada região tríade) ou formar alianças regionais com outras economias pequenas (se elas partilham fronteiras ou não) como uma base para incrementar suas capacidades econômicas e de influência. Além disso, uma vez que a economia nacional não é mais tida como uma verdade inabalável, encontramos também regiões subnacionais, cidades e espaços econômicos locais perseguindo estratégias orientadas para a mudança das formas de globalização e da competitividade internacional.

## Lógicas Territoriais e Espaço de Fluxos

A proliferação de horizontes temporais e espaciais associados com a relativização da escala nos últimos 40 anos (em relação à “idade de ouro” da ordem capitalista do pós-guerra em que os estados nacionais administravam economias nacionais em benefício das sociedades nacionais) envolve muito diversas oportunidades e ameaças para as forças econômicas, políticas e sociais em comparação com quando o primado da escala nacional era dado como certo. As empresas e os Estados são atores-chave no reescalonamento resultante e os esforços de articulação interescalar. Não existe uma correspondência simples entre as estratégias e atores: algumas empresas são territorialmente-fixas, outras se movem em um espaço de fluxos; Estados podem buscar incorporar as atividades econô-

micas no lugar ou promover “desfronteiramento” em nome de empresas nacionais móveis. Apesar de (e por causa) dessas complexidades, é útil fazer a distinção entre a lógica do território e a lógica do espaço de fluxos (ou *flow-space*) e de explorar as suas implicações para a dialética da fixidez e do movimento em uma cambiante ordem geoeconômica e geopolítica, em diferentes escalas, até a global.

Quatro questões são importantes de se levantar aqui antes de considerar as implicações da dialética da fixidez e o movimento para a dialética da globalização e regionalização. Em primeiro lugar, a dinâmica do mercado mundial é irreduzível aos fluxos - quer de mercadorias, do capital produtivo, do capital portador de juros, ou do capital variável (ou seja, a força de trabalho). Tal dinâmica apresenta dimensões territoriais importantes (refletido em conceitos como os distritos industriais, economias de aglomeração, as cidades globais e os capitalismo regionais ou nacionais). Em segundo lugar, os Estados são mais do que “recipientes de poder”: eles também funcionam como conectores de alimentação, ou seja, como nós em uma rede de Estados e de outras forças políticas. Em terceiro lugar, a integração do mercado mundial não exerce pressão sobre o *Estado* (soberano ou não) em geral, mas em formas particulares de Estado ou regime político com específicas capacidades e responsabilidades estatais. Assim, diferentes formas de integração afetam diferentes formas de Estado de maneiras bem diferentes. Em quarto lugar, o mercado mundial também coloca pressões sobre o capital e o trabalho, através do alargamento, aprofundamento e intensificação da competição global.

A distinção entre territorialização e o espaço de fluxos foi traduzida por Arrighi (1994) e Harvey (2004) em uma distinção entre duas lógicas de poder: a lógica territorial do Estado e a lógica capitalista da fixidez e do movimento. Enquanto Arrighi usou essa distinção para interpretar a evolução histórica na *longue durée*, Harvey tentou desenvolver uma narrativa dialética mais abstrata das relações entre as duas lógicas. Os aspectos-chave do argumento de Harvey compreendem:

1. Enquanto o Estado é baseado em primeira instância na lógica territorial do poder político, diplomático e militar orientado a limites territoriais fixos, o capitalismo é baseado, em primeira instância, na lógica espacial do poder [econômico] que flui através dos espaços e tempos contínuos.



	<b>Lógica Capitalista do Poder</b>	<b>Lógica Territorial do Poder</b>
<b>Atores-chave</b>	Capitais privados móveis, potencialmente de curta duração, que operam no campo aberto, e espacialmente dinâmico, da acumulação.	Estados duráveis, delimitados territorialmente, operando para defender/expandir fronteiras territoriais.
<b>Lógica Principal</b>	Geoeconomia dos fluxos de capitais, monopólios espaciais emergentes, e produção de novas escalas econômicas - com efeitos políticos inevitáveis (por exemplo, nós regionais de poder econômico como base para as classes dominantes que procuram envolver-se em expansões regionais e imperialistas). Interesses regionais podem capturar o Estado Territorial.	Geopolítica de estratégias territoriais dos estados e impérios para acumular controle sobre territórios - com efeitos econômicos inevitáveis (por exemplo, o crescimento do complexo industrial-militar, o acesso aos recursos, o protecionismo durante crises, promoção do comércio livre). Primazia dos interesses políticos pode levar a estados "falhos" ou a estados "párias".
<b>Característica Central</b>	O poder econômico flui de forma molecular e em rede, através do tempo e espaço contínuos. Integração trans-territorial resulta de estratégias espaciais monopolísticas. Os fluxos e ajustes espaço-temporais ignoram as fronteiras.	Poder político-militar defende e expande o controle territorial segmentado a fim de promover os interesses próprios do Estado. Envolve decisões estratégicas e reivindicações no nível de Estado e está ligado às fronteiras territoriais.
<b>Papel do Espaço/Território na Lógica Principal</b>	A lógica capitalista explora condições geográficas desiguais, "assimetrias" enraizadas nas relações de troca espaciais, mas também ultrapassa as fronteiras territoriais. Processos moleculares ultrapassam as fronteiras e os Estados regionais e nacionais e devem tentar gerir os fluxos moleculares.	Lógica territorial orientada para o aumento da riqueza e do bem-estar de um território em detrimento de outros. Pode envolver estados subnacionais, blocos regionais etc.; pode levar ao surgimento de hegemonia global, com base no território. Há risco de colapso imperial se a lógica territorial forçar seus limites.
<b>Lógica Secundária</b>	A lógica capitalista é melhor promovida através de Estados Territoriais que assegurem as condições-chave externas do circuito do capital. Estados capitalistas orientam suas políticas às necessidades econômicas, jurídicas, políticas e sociais do capitalismo mediado pelo mercado orientado para o lucro. Este capitalismo também requer capacidade de construção institucional do Estado (especialmente a da hegemonia territorial). Ações territoriais do Estado também abrem novos campos de investimento para o capital privado.	Poder político-militar depende de uma economia que gere riqueza e recursos, forte base tributária e força militar. Então o Estado rege sua economia para maximizar o dinheiro, a capacidade produtiva e o poderio militar. Ele usa coerção, diplomacia e política para promover os interesses econômicos que também servem aos interesses territoriais do estado. A hegemonia territorial administra a lógica do capital para sustentar seu poder.

2. Cada lógica gera contradições que devem ser contidas pela outra. Isto resulta em um movimento de espiral, à medida que contradições são deslocadas de uma lógica para a outra, em um processo contínuo de ajustamento mútuo e de reação. Isso se reflete em diferentes formas e dinâmicas de desenvolvimento geográfico desigual, lutas geopolíticas e políticas imperialistas.
3. O imperialismo refere-se a relações inter-estatais e adquire uma forma distintamente capitalista uma vez que a lógica da acumulação do capital domina a organização econômica. Para Harvey, o imperialismo capitalista pode ser compreendido ao “invocar uma dupla dialética, em primeiro lugar, da lógica capitalista e territorial do poder e, em segundo lugar, das relações interiores e exteriores do Estado capitalista” (2004: 183-4).
4. Existem diferentes formas de imperialismo capitalista, dependendo da primazia relativa das lógicas capitalistas ou territoriais do poder na fusão dialética das políticas estratégicas de controle sobre o território e os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo (2004: 26). É falso supor que “processos político-econômicos são guiados pelas estratégias de Estado e de império e que os estados e impérios sempre operam a partir de motivações capitalistas” (2004: 34). Em vez disso, existem potenciais tensões, disjunções, contradições ou mesmo antagonismos entre essas lógicas. Se a lógica territorial bloqueia a lógica do capital, há um risco de crise econômica; se a lógica capitalista mina a lógica territorial, há um risco de crise política (2004: 140).

A Tabela 1 sistematiza as observações de Harvey para apresentar um relato mais detalhado dessas lógicas de poder. Deve, contudo, ser reconhecido que a análise de Harvey da lógica territorial permanece pouca desenvolvida, comparada com sua análise crítica da economia política do “espaço de fluxos” (para uma crítica, ver Jessop, 2006).

Um caminho a seguir é combinar um interesse em teoria do capital e seus ajustes espaciais, temporais e espaços-temporais, com

um interesse em teoria do Estado e seus ajustes territoriais, que levem em conta a lógica territorial do poder para restringir a lógica do capital, confinando sua operação em fronteiras definidas e assim limitar a plena realização do mercado capitalista mundial (Jessop, 2002: 24-8). Este fenômeno era característico do apogeu do Estado nacional nos primeiros 30-40 anos de desenvolvimento do pós-guerra, e pode ser visto em formas diferentes, tais como o Estado de Bem-Estar Nacional Keynesiano, o Estado de desenvolvimento nacional do Leste Asiático, o Estado planejado socialista, e a industrialização baseada na substituição de importação, existente tanto na América Latina quanto na Índia. Cada uma dessas estratégias de base nacional tornou-se mais difícil graças à internacionalização e a resultante relativização da escala.

Isso aponta para as contradições inerentes surgidas a partir da crescente integração do mercado mundial - o que reduz os atritos que retardam o movimento do capital (especialmente as suas formas hipermóveis e super-rápidas) - e a sobrevivência continuada de Estados territoriais (tipicamente estados territoriais nacionais) descobrem que é difícil controlar esses fluxos e, ainda mais difícil, em muitos casos, para controlar a velocidade com a qual as crises financeiras e econômicas se desdobram e, por meio de efeitos de contágio, perturbando a vida econômica, política e social muito além dos sítios originais da crise. Em suma, a interação do espaço de fluxos e a lógica do território fornece um grande desafio para a governança global eficaz. Se somarmos a esta fonte fundamental de problemas a coexistência e, de fato, o enredamento do espaço e do território com as complexidades de múltiplas divisões escalares de trabalho e as variadas formas de ligação entre determinados lugares, somos confrontados com graves problemas das complexidades desestruturadas, imprevisíveis e des governáveis das relações socioespaciais.

## Territórios Governantes e Espaços-Fluxo, com referência especial para as Regiões

Estas observações colocam uma questão interessante sobre como a lógica da territorialização e dos fluxos se combinam em casos específicos de regionalização e, se efetivas, como estas lógicas - por vezes complementares, por vezes antagônicas - podem ser governadas.

Dois conjuntos de literatura são relevantes aqui: o primeiro conjunto começa a partir da lógica da territorialização e coloca o problema do *governo multinível*; o segundo conjunto começa a partir da lógica dos fluxos e coloca o problema da *governança em rede*.

## Governo Multinível

Governo multinível é um regime político caracterizado pela coordenação imperativa, através de um Estado Territorial (uma hierarquia multinível, mas de comando unificado), que é encarregado de (ou reivindica a responsabilidade por) gerenciar as relações entre as áreas delimitadas que estão sob o controle exclusivo daquele Estado. Este Estado pode ser um Estado territorial nacional grande (com pelo menos dois níveis de governo) ou uma confederação de Estados territoriais nacionais que delegou ao menos algumas competências a um ou mais níveis supranacionais de autoridade política. O primeiro é menos problemático e tem sido analisado por meio do estudo da administração pública e do federalismo. O desafio de organizar as relações entre os estados nacionais, de acordo com uma divisão escalar demarcada, de controle político, surgiu mais fortemente nos últimos 25-35 anos, em dois contextos: (1) a dissolução da União Soviética e a criação da Comunidade de Estados Independentes – CEI, e (2) a expansão da União Europeia.

A União Soviética era *um regime imperial multiestado dominada pela Rússia, que foi submetida à decomposição* e, posteriormente, foi reorganizada em uma CEI (que atualmente é composta por 11 dos 15 Estados membros da União Soviética. Outros três aderiram à União Europeia e à OTAN. Um deles é o ponto focal do conflito na Ucrânia e um outro, a Geórgia, deixou a CEI em 2009), que teve de encontrar um novo equilíbrio de poderes e competências através de espaços econômicos e Estados que tinham sido anteriormente integrados sob um comando central. Esta reorganização foi complicada por causa da divisão do trabalho entre os espaços econômicos, que foi orquestrada dentro do Comecon (Conselho para Assistência Econômica Mútua) – em alguns casos tem sido fácil reorientar as atividades econômicas (por exemplo, nas repúblicas turcas, ricas em petróleo), em outros, muito mais difícil (por exemplo, na República da Bielorrússia – o que acabou conduzindo a um acordo de unificação de políticas, em 1996, com a Rússia).

A União Europeia tem se expandido como um *estado federal multiestatal no processo de formação*, em que a relação entre diferentes níveis de organização política (cidades, regiões, estados nacionais, e as instituições europeias) devem ser estabelecidas e evoluíram até os dias atuais por meio de uma mistura de inovação incremental, em períodos estáveis, e integração radical induzida por crises, em períodos de turbulência. Assim, a Europa das Cidades e a Europa das Regiões são desenvolvimentos mais incrementais. As atuais propostas de uma integração fiscal-financeira mais estreita e um controle orçamentário centralizado são respostas à atual crise da Zona do Euro. O processo geral de integração é um processo complexo, híbrido, com diversas formas de governo e governança em diferentes campos políticos e períodos.

Debates teóricos e políticos sobre governo multinível na União Europeia variam entre duas posições polares. De um lado, encontramos uma afirmação do governo multinível, com base em um compromisso com a subsidiariedade, ou seja, a devolução máxima possível de poderes e competências para o menor nível de governo, com os níveis mais altos ficando responsáveis por problemas de política que não podem ser resolvidos em níveis mais baixos. No outro polo, encontramos argumentos para erguer um “Estados Unidos da Europa”, com o poder concentrado nas instituições a nível europeu e os níveis mais baixos atuando como retransmissores das decisões tomadas no nível europeu. No meio há uma vasta gama de propostas concorrentes e, mais importante, inclinações ou tendências, em desenvolvimento, competindo umas com as outras. Uma parte fundamental da experiência europeia a este respeito é que as crises que afetam o desenvolvimento econômico europeu tendem a gerar uma maior integração política para engendrar uma gerenciamento das crises mais efetivo. A crise atual na Zona do Euro ilustra bem isso, com a crescente pressão para a integração fiscal, monitoramento no nível da União Europeia dos orçamentos nacionais e políticas de crédito, e maiores poderes monetários para o Banco Central Europeu. Outra característica de gestão de crises é a consolidação das relações centro-periferia, dividindo o sul da Europa e a Europa Oriental – como espaços econômicos periféricos – de um centro Continental Europeu organizado sob a hegemonia alemã. Isso se reflete no recente surgimento de um novo método de governança (às vezes chamado de “Método Merkel”

ou “Método da União”), em que acordos intergovernamentais que envolvem a Comissão Europeia, o Conselho de Ministros, e o Parlamento Europeu são organizados de acordo com as suas competências específicas no âmbito da liderança da Alemanha, como o estado membro mais forte econômica e politicamente.

## Governança em rede

Isso depende de uma combinação de relações bem ordenadas de mercado (trocas econômicas), compromisso de negociação (deliberação orientada para o consenso) e solidariedade (compromissos de cooperação dignos de confiança). Ela pode surgir de forma espontânea, em resposta a iniciativas particulares por um ator chave ou partes interessadas, ou através de iniciativas do Estado para reduzir os encargos do governo, reunindo soberania e/ou partilha de responsabilidades para governar problemas complexos com uma gama de parceiros públicos, privados e do terceiro setor. A governança em rede é orientada para assegurar as condições para o fluxo de bens, serviços, tecnologias, capital e pessoas através de diferentes territórios, para conectar diferentes lugares em diferentes territórios em novas divisões do trabalho (por exemplo, redes de cidades, centros interdependentes de produção, diferentes formas de relação centro-periferia), ao longo de diferentes escalas de organização social (que podem não coincidir com as fronteiras territoriais), e diferentes conjuntos de laços sociais baseados na confiança mútua. Esse padrão está menos preocupado com a integração do governo em um emergente sistema de Estado supranacional ou federal. Está, sim, interessado em criar as condições para mercados integrados com mecanismos de governança acordados, mas sem coordenação geral. Isso é parecido com o modelo de regionalismo aberto que tem sido sugerido para o Leste Asiático e para a região do Pacífico em geral.

Na União Europeia, este padrão de governança é mais frequentemente associado com o oficialmente reconhecido Método Aberto de Coordenação (OMC – Open Method of Coordination). Este mecanismo envolve acordos comuns sobre missões, objetivos políticos, e resultados desejados *mais* os métodos descentralizados de buscar estes objetivos (escolhidos a nível nacional ou subnacional), bem como os mecanismos de monitoramento e relatoria para veri-

ficar o progresso nas suas ações. O seu desenvolvimento pode ser visto como parte de esforços contínuos (muitas vezes com propósitos cruzados) dos atores econômicos e políticos chaves para a produção de um melhor balanceamento entre os diferentes modos de coordenação econômica e política, através das divisões funcionais e territoriais, e para assegurar, sob a primazia do político, uma medida da unidade do aparato político e da legitimidade política para a União Europeia.

Refletindo a tendência para as lógicas de territorialização e dos espaço de fluxos gerarem contradições e crises que são manejadas em parte alternando seu primado nos arranjos de governança, nós descobrimos que o governo multi-nível e a governança em rede também são propensos a tensões específicas e tendências à crise. Isso se reflete no caráter híbrido de *government-cum-governance* na União Europeia. Essa combina elementos de ambas as formas, além de outros arranjos transversais – tornado mais complicado nos últimos anos pelo desenvolvimento de um novo eixo político baseado no interesse franco-alemão em manter a Zona Euro intacta, com decisões que estão sendo impostas aos Estados membros mais fracos (notadamente Grécia, mas com Portugal e Itália também sujeitos aos ditames franco-alemães) e um recurso ao “Método da União” como um meio de gestão de crises, em resposta a um estado de emergência econômica. Neste sentido, a União Europeia pode ser vista como uma das principais e, de fato, cada vez mais importantes, instâncias supranacionais de *metagovernança multi-espacial*, para uma ampla gama de problemas complexos e inter-relacionados.

Na verdade, porque as fontes e o alcance destes problemas vão muito além do espaço territorial ocupado por seus Estados membros, a União Europeia é um importante, ainda que complexo, ponto de intersecção (ou nó) no emergente, hipercomplexo, e caótico sistema de governança global (ou, melhor, de metagovernança global). Ela ainda é um nó, entre vários, dentro deste sistema emergente de metagovernança global e não pode ser plenamente compreendida sem levar em conta suas relações complexas com outros nós localizados acima, abaixo e transversais à União Europeia. De fato, enquanto poderíamos muito bem admitir a hipótese de que a escala europeia está se tornando cada vez mais dominante, no regime metagovernante multi-espacial da União Europeia, na verdade, ela é decisiva nos regimes metagovernantes multi-escalares emergentes que estão

se desenvolvendo em escala global sob a (cada vez mais tendente à crise) dominação dos Estados Unidos.

## Experiência Europeia e sua Relevância para o Leste Asiático

Rodadas anteriores do debate acadêmico e político questionaram se um modelo de estilo europeu de governo multinível é viável no Leste Asiático. O principal argumento contra a adoção deste modelo foram os degraus de desigualdade muito maiores observados entre as economias do Leste Asiático, com seus muito diversos níveis de desenvolvimento econômico, diferenciados modos de crescimento, seus muito contrastantes desafios econômicos, políticos, sociais e culturais, e, em alguns casos, desconfianças de longa data e rivalidades enraizadas em experiências passadas de colonialismo, guerras e disputas territoriais. Além disso, desde que mutuamente reconhecidas, as fronteiras internacionais estáveis e um compromisso com as instituições democráticas são condições prévias de adesão à União Europeia, as disputas sobre fronteiras e a variedade de regimes políticos também fazem com que o modelo da União Europeia seja difícil de alcançar na prática, mesmo que sua estrutura fosse passível de ser constituída. É por isso que o padrão dominante segue uma espécie de: regionalismo aberto; associações regionais mais frouxas e regimes internacionais com geometrias variáveis e múltiplas velocidades.

Estas conclusões iniciais devem ser melhor qualificadas à luz das experiências recentes na União Europeia. Ela passou por sucessivos ciclos de expansão, resultando que agora ela inclui uma gama crescente de economias nacionais com modos muito diferentes de crescimento e níveis de competitividade econômica internacional e com um vasto conjunto de desigualdades econômicas, políticas e sociais entre estados-membros. Isso aumentou a heterogeneidade da dinâmica de crescimento e os modos de regulação das economias regionais e nacionais diferentes, bem como as formas e medidas do desenvolvimento desigual e das disparidades.

Não é surpresa, assim, que as economias nacionais e os Estados nacionais tenham estado sujeitos a seus próprios problemas individuais estruturais e crises, bem como compartilhado tendências de crise derivadas de sua integração na economia do Atlântico Norte, na



economia eurasiática pós-soviética, e no mercado mundial de modo geral. Essas especificidades nacionais tornaram-se mais acentuadas, na esteira da crise financeira do Atlântico Norte e da crise econômica-política na zona do Euro, o que reflete problemas de longo prazo de compatibilidade econômica dentro de uma economia de mercado europeia integrada.

Isso indica que mesmo a União Europeia, em que as condições foram consideradas mais favoráveis, está descobrindo que esta forma de integração é difícil de manter em tempos turbulentos e propensos a crises. Isso se reflete em sérios debates políticos sobre a dissolução da zona do euro (com nenhum mecanismo constitucional previsto para a saída de um estado-membro da União Monetária Europeia) e até mesmo sobre a decomposição da União Europeia (ou, pelo menos, sua evolução para uma União Europeia de “duas velocidades”, ou “à la carte”). Estes problemas tornaram mais difícil prever a futura expansão da União Europeia (notadamente em relação à Turquia; que está localizada nos continentes asiático e europeu; tem uma grande população; e é considerada por muitos eleitores europeus atuais como uma nação não europeia, no que tange à religião, cultura e política).

Um contraste interessante pode ser visto aqui entre a abordagem europeia para a cooperação regional no “heartland” da Europa e a abordagem da China (e também do Japão pós-guerra), de maneira geral, para a cooperação regional no leste asiático. Enquanto que os Estados europeus estão dispostos a barganhar a soberania em diversas formas de cooperação intergovernamental, de governo multinível, e do Método Aberto de Coordenação, a China tem tendido a insistir em manter sua própria soberania, respeitando também a soberania daqueles vizinhos regionais que não são considerados parte do seu mandato territorial original, praticando sua concepção de “governança imperial” denominada “All-under-Heaven”. Este princípio se estende a outras esferas de cooperação regional (por exemplo, na América Latina e África). Por outro lado, há semelhanças entre a “Política Europeia de Vizinhança” e a política chinesa da “boa vizinhança” para com os vizinhos mais periféricos.

Em um contexto relacionado, Barma, Ratner e Weber (2007: 25) notam que a regionalização da China propõe gerir a política internacional através de uma síntese neo-Westfaliana composta de Estados rígidos que barganham uns com os outros sobre os termos de suas

relações externas, mas respeitam leal e firmemente os direitos de cada um de ordenar a sua própria sociedade, política e cultura, sem interferência externa.

Neste sentido, os modelos de governança em rede e o modelo intergovernamental pode ser mais útil para refletir sobre o regionalismo no Leste Asiático – com as implicações correspondentes que estas formas de cooperações serão mais superficiais, menos institucionalizadas, e menos suscetíveis de conduzir a uma maior integração no caso de crises. Este último ponto fornece uma interessante contraste com o que ocorre na União Europeia.

## Estratégias Regionais Supranacionais Alternativas

### **Quais são as principais alternativas ao governo multinível e à governança em rede?**

Uma opção é a adoção irrestrita do livre comércio e a integração incondicional, de forma rápida, ao mercado mundial. A defesa do livre comércio é tipicamente associada com poderes economicamente dominantes, isto é, os poderes que têm uma vantagem em novas tecnologias, um papel preponderante na produção e no comércio, e controle de uma moeda hegemônica. Geralmente não é proposta por aquelas economias fracas, com desenvolvimento tecnológico relativamente pobre, papel marginal na produção e no comércio mundial e de moedas fracas. Em tais casos, é mais provável que o livre comércio gere coerência econômica cadente ou desintegração da economia e sua subordinação às influências externas - seja por meio de crescente dependência tecnológica, penetração das importações em detrimento de empresas locais (com pouca chance de se ajustar estruturalmente), ou depreciação da moeda e aumento da inflação. Esta opção está implícita em muitas tentativas para a implantação reintrincheirada (*roll-out*) do neoliberalismo em escala mundial e, embora muitas vezes apresentada como uma abordagem de Estado mínimo, de *laissez-faire*, está ligada a grandes doses de coerção, especialmente quando impostas como condicionalidades para a concessão de fundos de emergência ou ajuda internacional.

Em segundo lugar, na extremidade oposta do espectro, existem vários planos para protecionismo, até mesmo para a autarquia. Esses planos envolvem retirada seletiva, quando não completa, da

economia mundial para desenvolver uma base econômica nacional forte antes de se expor à concorrência internacional. Esta abordagem é por vezes vinculado a argumentos como “indústria infante” e/ou que se inspira na fase de substituição de importações de trajetórias de crescimento de várias nações recém-industrializados (os chamados novos países industriais) do Leste Asiático antes que trilhassem um estilo de desenvolvimento conduzido por exportações. E, à luz da crise financeira global (mais apropriadamente designada crise do Atlântico Norte, dado o crescimento no Brasil, Rússia, Índia e China, bem como em algumas outras economias emergentes), que também está ligada às propostas de desconectar ou dissociar algumas economias nacionais ou regionais das economias de mercado neoliberal dominante. Estas propostas são, por vezes, defendidas em prol de alianças contra-hegemônicas de Estados, como os estados da ALBA, na América Latina.

Em terceiro lugar, podemos ter diferentes formas de mercado comum e de organização multilateral macroeconômica. Exemplos incluem a NAFTA, a EURASEC (Comunidade Econômica da Eurásia), a Cooperação Econômica do Mar Negro e o desenvolvimento da cooperação entre as economias do BRIC. Esses acordos estão surgindo na Ásia à medida que o centro de gravidade econômico muda em sua direção. A região do Leste Asiático vem desenvolvendo vários acordos de cooperação importante no âmbito da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), ASEAN + 3 e EAS (Cúpula do Leste Asiático), todos tendo a ASEAN como o centro de gravidade das diferentes redes que estão surgindo nas escalas regional, sub-regional e transfronteiriço. Um caso recente importante é a Parceria Trans-Pacífico - TTP (que inclui, dentre outros, os EUA, Austrália, Brunei, Chile, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Peru, Cingapura e Vietnã), um acordo de livre comércio que exclui deliberadamente a China, como parte da política de contenção norte-americana em relação ao gigante asiático.

## **Regionalismo e Globalismo depois da Crise**

Há uma mudança histórica em curso, à medida que a hegemonia dos Estados Unidos amaina e o governo norte-americano busca manter sua posição dominante, através de meios financeiros e coerção, em face de uma crescente multipolaridade no mercado e na ordem política mundial. Na sequência de previsões sobre o “século

japonês”, que sucederia o “século norte-americano”, agora lemos previsões sobre o século chinês, asiático ou do Pacífico. Tais previsões podem parecer prematuras, à luz dos crescentes problemas globais (energia, alimentação, clima, segurança), que poderiam desestabilizar ainda mais as grandes potências emergentes. Mas encontrar novas maneiras de lidar com as dinâmicas regionais e globais é crucial para o desenvolvimento de uma ordem mundial mais estável, mais justa e mais sustentável. Possibilitar à Ásia encontrar seu próprio lugar nesta nova ordem mundial, com um rebalanceamento adequado entre os estados do Atlântico Norte e as grandes potências emergentes da América Latina, Ásia e África é o desafio mais importante atualmente. O maior risco é que esse rebalanceamento seja feito por uma classe emergente transnacional (representada miticamente pelo “Homem de Davos”), que objetiva assegurar o seu futuro às expensas da classe média “squeezed middle”, do “precariado” (ou seja, uma analogia com o proletariado e com a crescente classe de pessoas que vivem em condições precárias), e aqueles que vivem na pobreza. Se este for o resultado, aqueles que controlam o espaço de fluxos haverão vencido à custa daqueles que estão sujeitos à lógica do poder territorial e da dominação.

## Referências Bibliográficas

- ALBERT, M.; BROCK, L. (1996). De-bordering the state: new spaces in international relations. *New Political Science*, n. 35, pp. 69-107.
- ANDERSON, B. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- ARRIGHI, G. (1994). O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, Editora da Unesp.
- BARMA, N.; RATNER, E.; WEBER, S. (2007). A world without the West. *The national interest*, n. 90, pp. 23-30.
- BOISIER, S. (1994). Crises y alternativas en los procesos de regionalización. *Revista de la CEPAL*, n. 52, pp. 177-89.
- BRENNER, N. (1998). Global cities, glocal states. *Review of International Political Economy*, v. 5, n. 1, pp. 1-38.
- COHEN, S. B. (2003). *Geopolitics of the world system*. Lanham, MD, Rowman & Littlefield.
- COLLINGE, C. (1999). Self-organization of society by scale: a spatial reworking of regulation theory. *Society and Space*, v. 17, n. 5, pp. 557-74.
- DRORI, G.S.; MARKUS, A.; HÖLLERER, M.A.; WALGENBACH, P. (2014).

Unpacking the globalization of organization: from term to theory to analysis. *European Journal of Cultural and Political Sociology*, v. 1, n. 1, pp. 85-99.

FRIEDMAN, T. L. (2005). *O mundo é plano: o mundo globalizado no século XXI*. São Paulo, Companhia das Letras.

GOONERATNE, W.; MOSSELMAN, E. E. (1996). Planning “across the borders”: border regions in Eastern and Southern Africa. *Regional Development Dialogue*, v. 17, n. 2, pp. 136-54.

HARVEY, D. (2003). *O novo imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola, 2011.

HOCKING, B. (1999). Patrolling the “frontier”: globalization, localization and the “actorness” of non-central governments. *Regional and Federal Studies*, v. 19, n. 1, pp. 17-39.

JENSON, J. (1995). Mapping, naming and remembering: globalization at the end of the twentieth century. *Review of International Political Economy*, v. 2, n. 1, pp. 91-116.

JESSOP, B. (1997). A neo-gramscian approach to the regulation of urban regimes. In: LAURIA, M. (ed.). (1997). *Reconstructing urban regime theory*. London, SAGE, pp. 51-73.

JESSOP, B. (2002). *The future of the capitalist state*. Cambridge, Polity.

JESSOP, B. (2006). Spatial fixes, temporal fixes, and spatio-temporal fixes. In: CASTREE, N.; GREGORY, D. (eds.). (2006). *David Harvey: a critical reader*. Oxford. Blackwell, pp. 142-66.

JESSOP, B.; BRENNER, N.; JONES, M.R. (2008). Theorizing socio-spatial relations. *Society and Space*, v. 26, n. 3, pp. 389-401.

JESSOP, B.; SUM, N. L. (2000). An entrepreneurial city in action: Hong Kong’s emerging strategies in and for (inter)urban competition. *Urban Studies*, v. 37, n. 12, pp. 2287-2313.

JORDAN, A.; KHANNA, J. J. (1995). Economic interdependence and challenges to the nation-state: the emergence of natural economic territories in the Asia-Pacific. *Journal of International Affairs*, v. 48, n.2, pp. 433-62.

MASSEY, D. (2011). A counter-hegemonic relationality of place. In: MCCANN, E.; K WARD, K. (eds.). (2011). *Mobile urbanism: cities and policy-making in the global age*. Minneapolis, University of Minnesota Press, pp.1-28.

MATUSITZ, J. (2010). Glurbanization theory: an analysis of global cities. *International Review of Sociology*, v. 20, n. 1, pp. 1-14.

PAASI, A. (2001). Europe as a social process and discourse: considerations of place, boundaries and identity. *European Urban and Regional Studies*, v. 8, n. 1, pp. 7-28.

PAASI, A. (2013). Regional planning and the mobilization of “regional identity”: from bounded spaces to relational complexity. *Regional Studies*, v. 47, n. 8, pp. 1206-19.

PETROPOULOS, S. (2013). Losing grasp over the global financial system: the retreat of the North vs. the advance of the South. *Journal of Global Faultlines*, v. 1, n. 1, pp. 79-88.

- POULANTZAS, N. (1975). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro, Zahar.
- QUAH, D. (2011). The global economy's shifting centre of gravity, *Global Policy*, v. 2, n. 1, pp. 3-9.
- SIDAWAY, J. (2002). *Imagined regional communities: integration and sovereignty in the global south*. London, Routledge.
- SMITH, M. P. (2000). *Transnational urbanism: locating globalization*. Oxford, Blackwell.
- SMITH, N. (1988). The region is dead! Long live the region!. *Political Geography Quarterly*, v. 7, n. 2, pp. 141-52.
- SWYNGEDOUW, E. (1997). Neither global nor local: "glocalization" and the politics of scale. In: COX, K. (edit.). *Spaces of globalization*. New York, Guilford, pp.137-66.

## Capítulo 2

# Globalização ou glocalização? Redes, territórios e reescalonamento

*Erik Swyngedouw*

“Não obstante, meu maior objetivo seja desenvolver uma máquina que impulse os grandes projetos de pessoas comuns. (...) Ela foi estruturada de forma que consiga ajudar as empresas financeiras e industriais as quais organizaremos em países estrangeiros. (...) Levem em conta, então, que eu espero duplicar, quadruplicar, quintuplicar esse capital na mesma velocidade com que nossas operações se estendam. Pensem também que devemos ter barras de ouro e muito dinheiro se quisermos superar os portentos previstos. E ainda... não posso garantir que não haverá pedras no caminho, é impossível andar pelo mundo tentando mudá-lo sem esbarrar em outros caminhantes” (Zola [1891] 1994: 119) .

## Introdução

Embora o debate recente sobre a suposta crescente globalização da economia mundial possa ser estimulante do ponto de vista intelectual, na verdade, parece cada vez mais um debate sobre o sexo dos anjos (Rayp, 1995). A internacionalização, a mundialização, a deslocalização, a competitividade internacional, a hibridização cultural e outros conceitos mais ou menos modernos conduzem a uma série de discursos altamente mediados. As diferentes maneiras de utilizar essas palavras e suas definições abstratas muitas vezes produzem uma confusão babilônica que parece servir a interesses e posições de poder (Hout, 1996) específicas. Neste capítulo defendo que 1) durante os últimos dez anos, ocorreu uma importante mudança discursiva que é uma parte fundamental de uma luta ideológica aguda, organização política, sócioeconômica e cultural da sociedade e da posição do cidadão que a forma; (2) o lugar de destaque do “global” em grande parte da literatura e política retórica confunde, marginaliza e silencia uma luta sócio-espacial intensa e constante

na qual a arena chave é a reconfiguração da escala espacial, ou as arenas ao redor das quais são erguidas e realizadas as coreografias sócio-espaciais do poder (Swyngedouw, 1997a; 1997b; 2000a) (entendo que as configurações escalares sejam como uma ou mais ordens reguladoras ou redes por meio das quais a “ordem reguladora” faz referência às disposições institucionais geográficas, por exemplo, os Estados, formas regionais/locais do governo ou organizações transnacionais como a União Europeia, enquanto o termo “redes” refere-se a disposições espaciais ou geográficas de atividades econômicas inter-relacionadas); (3) as duas escalas de fluxos econômicos e redes e escalas de experimentar uma influência territorial redimensionando através de um processo de “glocalização” e (4) a proliferação de novos modos e formas de resistência ao processo incansável de desterritorialização/reterritorialização do capital implica prestar uma maior atenção no desenvolvimento de uma “política de escala”.

A ideia de que a vida social é baseada em processos e que atravessa um eterno estado de mudança, de transformação e reconfiguração é crucial nessa discussão (ver Harvey, 1996). Acredito que começar uma análise a partir de uma escala geográfica determinada como escala local, regional, nacional ou global se opõe profundamente ao entendimento dinâmico e baseado em processos do mundo. Isso tem repercussões profundas para a relevância da escala espacial. Entendo que as configurações escalares são o resultado de processos socioespaciais que regulam e organizam as relações sociais do poder social, como a estruturação e reestruturação disputada da União Europeia ou o processo de desconcentração ou descentralização do Estado. O surgimento de novas escalas territoriais de governo e da redefinição de escalas existentes (como um Estado-nação) alteraram a regulação e organização das relações de poder social, político e econômico. Durante os últimos anos, foram publicadas muitas pesquisas sobre a construção social da escala e as transformações escalares profundamente disputadas da economia política das sociedades capitalistas avançadas (Dicken et al, 2001;. Herodes, Wright, 2002; Howitt, 1993; Smith, Dennis, 1987; Swyngedouw, 1992a; 1997a; 1997b; 2000b). A ênfase foi colocada sobre a elaboração e reelaboração de escalas sociais, políticas e econômicas de organização (Brenner, 1998; Collinge 1999; Cox, 1998; Delaney, Leitner 1997; MacLeod, Goodwin, 1999; Marston, 2000



Silvern, 1999), de regulação (Boyle, 2000; Berndt, 2000; Brenner, 1997; Leitner, 1997; Swyngedouw, 1992a), de ação social e de união (Herodes, 2001; Sadler, 2000; Walsh, 2000; Waterman, Wills, 2001) e de contestação (Castree, 1999; Miller, 1997; Torres, 2000). Além disso, chamou-se a atenção para a importância das posições escalares diferenciais dos grupos e classes sociais nas geometrias de poder do capitalismo (Kelly, 1999; MacLeod, 1999; Swyngedouw, 2000a), e nas estratégias escalares mobilizados tanto por elites quanto por grupos sociais subalternos (Brenner, 1999; Herodes, 1991; Swyngedouw, 1996a; Zeller, 2000). Ao conceber a reorganização atual da vida política e econômica a partir de uma perspectiva escalar, podemos voltar a definir o suposto processo da globalização de maneiras mais sensíveis, de acordo com a espacialidade do processo, a centralidade do domínio político e as relações e geometrias de mudança de poder.

## A realidade mítica do “global”: a globalização como ideologia e prática

“Por meio da exploração do mercado mundial, a burguesia conferiu um caráter cosmo-político à produção e ao consumo em todos os países. As antigas necessidades, satisfeitas através da produção nacional, agora são substituídas por novas necessidades que exigem produtos de terras e climas distantes. O antigo isolamento local e nacional e autossuficiência agora dão lugar a intercâmbios em todas as direções e independência universal das nações. O mesmo ocorre com a produção intelectual. As criações intelectuais de indivíduos nacionais se tornam propriedade comum. O unilateralismo nacional e a intolerância se mostram cada vez mais impossíveis, e a partir de inúmeras literaturas nacionais e locais começa a surgir uma literatura mundial” (Marx e Engels, 1844: 72) .

## O pensamento único: a globalização como uma ortodoxia discursiva ocidental

Durante os últimos dez ou quinze anos tem ocorrido uma mudança discursiva bastante notável. As décadas de 1960 e 1970 foram dominadas por teorias político-econômicas e movimentos ativistas políticos que se inspiraram em análises e projetos forte-

mente internacionalistas com base na ideia de que o capitalismo tem sido, desde o início, um projeto de expansão geográfica de expansão e integração espacial (embora em formas altamente irregulares). A internacionalização e globalização são agora apresentadas como processos que são decididamente novos e alteram profundamente as geometrias do poder na economia mundial (Massey, 1999; Amin, 2002). Embora muitas das primeiras análises fossem rudimentares e, muitas vezes a literatura internacionalista fosse produzida sem críticas, se voltarmos aos primórdios do século (Lênin, Rosa Luxemburgo, Hilferding), a literatura foi, no entanto, plenamente consciente da internacionalização do capitalismo que estava presente há muito tempo. Até então, a “globalização” não era a palavra de ordem, mas havia conceitos inspirados na política como o imperialismo e neo-imperialismo, neocolonialismo, desenvolvimento irregular, a nova divisão internacional do trabalho, entre outros. Muitos estudantes da época certamente se lembram de ter lido Gunder Frank, Cardoso e Faletto, Baran e Sweezy, Emmanuel, Samir Amin, Ernest Mandel, Baran e Sweezy, Miller ou Braverman, entre muitos outros.

Na década de 1980 ocorreu uma mudança no discurso bastante dramático em grande parte da literatura e retórica política (O’Brien, 1992; Grupo de Lisboa, 1994; Ohmae, 1995). A economia mundial mudou, ou pelo menos parece ter mudado, da ordem do Estado-nação Westfaliano a formas irrevogavelmente novas de organização que transcendiam o sistema de mundo tradicional com base no Estado e dominado por ele.

A “globalização” surgiu como o veículo retórico e o dispositivo analítico usado para descrever esta supostamente importante mudança na organização econômica e política da economia mundial e o conceito logo, também contagiou o âmbito cultural (Featherstone et al., 1995). A propagação da ideologia da globalização tornou-se um ato de fé. Praticamente todos os governos em todos os níveis imagináveis de governo, tomaram medidas para alinhar política econômica e social com as “exigências” e “requisitos” desta nova des (ordem) mundial competitiva (ver Peck; Tickell, 1995; 2002) e as forças de uma nova economia global “verdadeiramente”, baseadas no mercado livre. Em vista da ameaça, real ou imaginária, de proprietários e capitais (hiper) móveis que reestruturam suas atividades, os Estados regionais e nacionais sentem cada vez mais a

pressão para assegurar o reestabelecimento de uma cultura empresarial mais fértil. Deve-se exercer a restrição fiscal, os gastos sociais têm de ser controlados de forma rigorosa, os mercados de trabalho devem se tornar mais flexíveis, regulação social e ambiental devem ser reduzidas ao mínimo etc. Portanto, esse deve ser anunciado como o caminho essencial para as economias regionais e nacionais alcançarem o paraíso desejado da competitividade global e do crescimento sustentável.

Tudo isso representa uma impressionante mudança discursiva no modo de pensar dos anos 1960 e 1970, cuja retórica internacionalista de esquerda foi substituída em 1980 e 1990 por um discurso neoliberal do internacionalismo e da globalização marcado pelo mercado. Essa mudança discursiva merece um estudo minucioso de seu conteúdo ideológico e sua relação com a economia “real”. O discurso do internacionalismo neoliberal tornou-se, segundo a definição dos intelectuais franceses, um *Pensée Unique*, um conjunto de argumentos e crenças de caráter hegemônico e praticamente indiscutível e praticamente naturalizado e evidente. Este campo de visão hermético desafia críticas e dissidências de maneira que as visões ou vozes sejam marginalizadas e silenciadas, ou se afrontem a uma resistência incrível. Por sua vez, essa imaginação monolítica destrói o espectro político e torna difícil, se não quase impossível a articulação política de posições alternativas. La *Pensée Unique* tornou-se a regra hegemônica acadêmica e da receita política comum de uma elite internacional de economistas e analistas políticos. Isto se combina com uma elite cultural-econômica cosmopolita de gerentes de empresas, gerentes de fundos financeiros, consultoria de negócios, prestadores de serviços e similares. A elite política nacional, que está tanto à esquerda quanto à direita do espectro político tradicional encontra nesses argumentos uma desculpa para explicar sua incapacidade de unir programas políticos a uma sociedade civil cada vez mais privada do direito de representação e com menos poder, já que as vozes dissidentes e os projetos políticos alternativos não têm voz nas arenas políticas tradicionais. Na verdade, a globalização é uma triadização que deixa de fora grande parte do mundo e isso acontece muito mais agora que no século XIX e, especialmente no início do século XX. É evidente que essa ideologia da globalização é uma construção do Ocidente e o Japão é o enteado adotado com relutância. O conflito étnico que tomou

conta região dos Grandes Lagos, na África Central confirma que a imagem de uma cidade global não passa um simulacro da realidade. Embora indique uma redução na interdependência global, também mostra a desintegração total de uma região que, até recentemente (meados de 1970) estava conectada com outras partes do mundo de inúmeras maneiras. A África Subsaariana, sem dúvida, se beneficiaria de uma maior integração global. Para dizê-lo de forma mais antiquada, agora grande parte da África nem sequer conta com o luxo de ser explorada pelo capital global.

## A globalização como uma estratégia política

À luz do que foi dito, invocar a globalização tornou-se parte de uma poderosa ideologia político-econômica, através da qual as relações capital-trabalho e posições de poder de acordo com as classes mudaram profundamente. Enquanto a ascensão do neoliberalismo na década de 1980 girava em torno de estratégias que reduziram o Estado e lidavam com o que Gramsci chamaria de uma guerra de posição, a década de 1990 e os tempos posteriores foram caracterizados por refinanciamento muito mais dominante do Estado e de outras formas de governança que apontam o neoliberalismo de fundamento político como um dogma incontestável e sem oposição (Peck, Tickell, 2002). Hoje, essa guerra de manobra está decisivamente do lado capital, geralmente com forte apoio do Estado e se concentra em questões de salário social, como os custos trabalhistas diretos e indiretos, a falta de flexibilidade do mercado de trabalho, a dívida pública e o gasto público, a liberalização do comércio, privatização e a re-regulação neoliberal etc. De fato, os paralelos entre as condições econômicas do final do século XIX e início do século XX que elaboraram os críticos da tese da globalização podem ser facilmente estendidos ao domínio da ideologia político-econômica.

A hegemonia da “tese” da globalização se estende desde a direita conservadora até, inclusive, os que afirmam buscar projetos mais inclusivos, democráticos e progressistas do ponto de vista social (por exemplo, “Limits to Competition”, de Petrella (Group of Lisbon 1994), ou a visão de Tony Blair da Nova Bretanha). Essa ideologia se converte em um veículo para suprimir as possibilidades de resistência e a formulação de caminhos alternativos. Como qualquer boa

análise geográfica-histórica pode argumentar, a resistência e a construção de visões e estratégias alternativas sempre foram assuntos profundamente geográficos. Não é uma surpresa que, a maioria dos movimentos contemporâneos radicais que tentam enfrentar essa hegemonia da visão sejam alimentados com um fermento distintamente geográfico no qual a reivindicação da identidade territorial e a homogeneidade encontram terreno fértil entre aqueles que se sentem profundamente e amargamente desprovidos de poder por culpa das estratégias debilitantes que perseguem os que ocupam o locus do poder. Um exemplo preocupante são os expressivos resultados da Frente Nacional nas últimas eleições na França.

## A globalização como prática

O capitalismo sempre foi um projeto claramente geográfico e a globalização formou parte da empresa capitalista, pelo menos desde 1492, se não antes. Na verdade, de muitas maneiras a economia e cultura do mundo do século XIX e início do século XX estavam interligadas globalmente de modo mais ou menos mais ou menos similar ao atual. Mesmo uma leitura superficial dos eventos culturais, econômicos e geográficos da época colocariam isso em evidência, da mesma forma com que o faria uma análise comparativa estatística formal.

Assim, muitos desses eventos sempre deram prioridade ao tempo e à história em detrimento à geografia. Essa última era geralmente entendida como uma questão contextual e passiva. As estratégias espaciais ou geográficas raras vezes eram consideradas fundamentais e formativas para explicar a dinâmica de internacionalização. Na melhor das hipóteses, débeis tentativas de levar o espaço a sério resultaram na substituição do processo de exploração e dominação de classes por processos de exploração e de dominação espacial nos quais as alianças de classe em um território exploravam as alianças de classe em outros territórios (Harvey, 1995). Apesar do internacionalismo proclamado de muito trabalho de esquerda, a maioria das análises materialistas históricas estava claramente ligada ao Estado nacional e à formação de classes. Desde a interpretação de Lênin sobre luta de classes na Rússia até as interpretações mais recentes e incontáveis sobre a formação das classes trabalhadoras e as relações de classe em número igualmente grande de lugares diferentes, todos

tinham a ilusão de uma análise materialista histórica sensível ao elemento geográfico. No entanto, grande parte dessa literatura não conseguiu incorporar a premissa fundamental de que a dinâmica geográfica é intrinsecamente ligada, e tem sido por muito tempo, aos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (Harvey, 2003). Minhas citações do Manifesto Comunista e do romance de Zola refletem isso claramente. Nos últimos anos, raramente encontrei definições de globalização significativamente melhores que as escritas há mais de um século e meio, exceto as de Marx e Engels. Na atual fase de profunda agitação desses processos geográficos, a “globalização” se invoca rapidamente para resumir a desterritorialização e reterritorialização, mas de tal maneira que as converte em processos igualmente a-espaciais e a-geográficos e, portanto, profundamente debilitantes. Com frequência se esquece que, enquanto o capital expande seu alcance geográfico e atravessa todo tipo de barreiras geográficas, novos limites são criados e os anteriores são derrubados ou se tornam mais porosos.

Como Hirst e Thompson (1996; 1999), entre outros, têm explicado, provavelmente, o processo de globalização não é tão dominante e total como muitos afirmam. Eles mostram a maneira pela qual, pelo menos, até 1913, a interdependência internacional sob a perspectiva do comércio global e investimento estrangeiro direto (IED) eram significativamente maiores em comparação ao período posterior de desenvolvimento nacional “fordista” (1925-1973). Há apenas um par de anos, começamos a nos concentrar novamente (pelo menos relativamente) nas condições de integração que caracterizaram a economia mundial do início do século XX. Em outras palavras, podemos dizer que nada de novo aconteceu. Como Schumpeter demonstrou há muito tempo, a essência do capitalismo é baseada em uma destruição criativa perpétua na qual o “que é sólido desmancha no ar”, mas isso sempre acontece por meio de uma mudança e reestruturação geográfica. Como disse Harvey (1995: 5), a adoção do termo “globalização sinaliza uma reorganização geográfica profunda do capitalismo, fazendo com que muitas das suposições sobre as unidades geográficas naturais, dentro das quais se desenvolve a trajetória histórica do capitalismo, percam cada vez mais significado (se é que já o tinham)”. Devemos começar a ver como a dinâmica do capitalismo se baseia na reconfiguração eterna do espaço e a organização espacial na qual o espaço é um momento constitutivo.

Se não me equivoco, o termo “globalização” foi cunhado pela imprensa financeira, e isso não é surpreendente. A desterritorialização e reterritorialização dos mercados financeiros têm sido, sem dúvida, a mudança econômica regulamentar mais importante. Os fluxos de capital “reais” (ou seja, aqueles relacionados ao comércio internacional e o IED) se tornam pequenos em comparação com os fluxos de capital puramente financeiros. Enquanto em 1994 o comércio mundial chegava a cerca de US\$ 4,3 trilhões (sobre uma base anual), em 1996, o volume total diário médio dos mercados financeiros disparou, alcançando US\$ 1,4 trilhão, dos quais 90% giravam em torno do mundo em busca de ganhos especulativos (Swyngedouw, 1996b). Em 2003, este volume subiu para mais de US\$ 2 trilhões. Esta profunda internacionalização e desnacionalização do dinheiro no período subsequente ao colapso do Bretton Woods e a seguinte desordem monetária tornou-se, por assim dizer, a *pars-pro-toto*<sup>1</sup> para identificar a globalização de toda a economia.

Além disso, a revolução tecnológica e da informação tem aumentado e intensificado a globalização cultural. Como afirmado anteriormente, à medida que os fluxos globais de mídia tornaram-se mais densos, o intercâmbio direto real sob o ponto de vista econômico, com muitos lugares remotos que vemos na televisão todos os dias, na verdade, se desintegrou. A imagem de uma aldeia global tornou-se um ícone cultural comum dos nossos tempos, mas muitos lugares têm sofrido uma interdependência menor. Naturalmente, a velocidade do fluxo de matérias-primas aumentou, e isso impulsionou o processo de desterritorialização e reterritorialização a novos patamares. Sem dúvida essa aceleração da facilidade com que as pessoas e matérias-primas superam a barreira de espaço não tem precedentes.

Possivelmente, a reestruturação geográfica mais profunda se baseia no processo combinado de aceleração da formação da classe trabalhadora em muitas partes do mundo, o processo de hiperurbanização que continua ocorrendo rapidamente a passos largos e o movimento em massa de pessoas (principalmente trabalhadores), por meio do espaço. Assim, isso implica mais diferenciações culturais, étnicas e de gênero, entre outras, dentro da classe trabalhadora (algo que grande parte da análise recente não leva em conta) e

---

<sup>1</sup> N.do T.: (latim) tomar uma parte pelo todo.

também intensifica os processos geográficos que são tão vitais para a reestruturação atual.

Neste contexto, não é surpreendente encontrar em muitas partes do mundo, grande quantidade de tensões, conflitos e lutas geográficas, muitas dos quais nem sequer oferecem emancipação, poder ou são libertadoras. Consideremos por exemplo as barreiras incríveis construídas para dissuadir as forças de trabalho migratório de mover-se livremente para procurar sustento. Não se trata apenas do mal estar laboral na Coreia do Sul, o surgimento da primeira ação de trabalhadores e greves em toda a Europa contra o fechamento da fábrica da Renault, em Bruxelas (o fechamento da fábrica teve muito a ver com a superprodução no setor e pouco com a globalização), o genocídio na África Central, a resistência ao programa draconiano de austeridade na França, Itália e Alemanha, bem como a origem das lutas anti-internacionalistas e profundamente regionalistas que expõem as tensões espaciais e contradições que são o resultado do turbilhão de transformações espaciais que trouxeram recentes mudanças na organização dos processos de circulação de capital, mas também a recente onda de fechamentos de fábricas, reestruturação de empresas e colapsos bancários.

## A escala, governança e mediação do poder

A economia política do capitalismo é, como foi dito, um processo de transformação contínua dos horizontes temporais e espaciais de sua operação. As estratégias moleculares de capital mobilizadas por diversos atores atomísticos para produzir mapeamentos geográficos rizomáticos, que consistem em combinações complexas e camadas de nós e uniões que se interconectam para criar redes e fluxos de dinheiro, informações, matérias-primas e pessoas. Fluxos que moldam e definem estas redes são, obviamente, os fluxos locais em todos os momentos (Latour, 1993). Nos últimos anos, a organização em rede da economia tornou-se simultaneamente mais localizada ou regionalizada, por um lado, e por outro, mais transnacionalizada. Uma variedade de autores, entre eles Krugman (1995), Ohmae e Scott (2000) apontou que o crescimento econômico é baseado em aglomerações de empresas locais e/ou regionalmente conectadas que estão globalizadamente organizadas e ativas. Se considerarmos o exemplo arquetípico do Vale do Silício, o cluster geográfico de



empresas na “Terceira Itália” ou a concentração de serviços financeiros em Manhattan ou na cidade de Londres, cada um ilustra esse processo de intensa concentração territorial combinada com um alcance e uma perspectiva global. Em outras palavras, houve uma transformação escalar das redes de organização econômica. Naturalmente, as tensões, conflitos e geometrias de poder socioespaciais que infundem as redes, acabam por torná-las inerentemente instáveis, permeáveis e propensas ao conflito.

Além disso, essas redes econômicas (e, parcialmente culturais e sociais) não podem operar independentemente de, ou fora de uma organização política ou institucional paralela, ou seja, um conjunto de disposições institucionais construídas no plano territorial, que simultaneamente proveem certa coerência social, e permitem incentivar ao mesmo tempo a redistribuição estendida dessas redes econômicas (Jessop, 2002). Em outras palavras, o momento econômico requer o próprio “exterior” para funcionar. Sem disposições políticas ou institucionais organizadas no plano territorial (tais como o Estado ou outras formas de governança) que regulem os mercados, o dinheiro e a propriedade; e organizem a segurança e partes da entrega de serviços, a ordem econômica iria quebrar irremediavelmente.

Estas tensões têm sido sempre disputadas, mediadas e negociadas no campo da política, resultado de constantes mudanças nas formas de organização territorial ou geográfica e o surgimento de formas de governança que mudam no plano local. Por um longo tempo, e até hoje, o Estado nacional foi considerado *locus* de destaque para a regulação e resolução dessas tensões e conflitos. Esta foi e ainda é um importante regulamento para a negociação de vida social, econômica e cultural e para articular os processos acima de escala de desterritorialização/reterritorialização. No entanto, a geografia histórica do capitalismo e sua luta agitada com as características mais duráveis do espaço social e político sempre fizeram com que as formas existentes de organização territorial sejam porosas, instáveis e propensas transgressões e transformações. A produção do espaço por meio da reelaboração perpétua de redes de fluxos e acumulação de capital descarta as configurações espaciais e escalas de governança existentes, ao mesmo tempo que novas configurações e escalas são produzidos. Por exemplo, a meados do século XX, mal a ordem de Vestfália havia se rompido, as fronteiras nacionais começaram a ser transcendidas, tornaram-se mais porosas e as

escalas subnacionais e supranacionais de governança e organização tornavam-se mais proeminentes (Brenner et al., 2003 ).

Esta desconstrução e reconstrução de escalas espaciais que muitas vezes são consideradas como unidades naturalizadas para a existência social (muito do que se perpetua em certa literatura de relações geográficas e internacionais e que aponta formas escalares particulares, como formas locais, regionais, nacionais ou globais, como o terreno fundamental para a análise) reorganizam as relações de poder social de maneiras importantes. Durante o século XX, sem dúvida, o Estado nacional tornou-se a expressão emblemática da forma política proeminente da organização territorial.

No contexto atual de um importante processo de reescalamento no qual se reorganizam não só a escala do Estado nacional, mas também outras escalas de governança e regulação do conflito social e reprodução social, a ideologia de um processo ingovernável e sumamente abstrato de reorganização global alcança facilmente a popularidade. Como observado anteriormente, essa ideologia se tornou uma arma poderosa na luta pelo conteúdo, a responsabilidade democrática e as formas de poder que emergem nas novas configurações escalares que estão sendo construídas. Acredito que é exatamente esta reforma de escalas espaciais e sua articulação aninhada que é essencial para o processo atual de reorganização geográfica de hoje e que pode prover um terreno mais fértil para assumir a economia política da mudança contemporânea. (ver também Swyngedouw, 1997a).

## A reconfiguração da escala e do processo de “glocalização”. Definição de escala: a dialética da territorialidade e redes.

No restante deste capítulo será considerado o atual processo de transformação do ponto de vista da reorganização das escalas geográficas da vida econômica e política. Os principais temas serão, por um lado, as tensões entre o reescalamento/reescalamento rizomático de redes e fluxos econômicos, e, por outro, o reescalamento territorial das escalas de governança. Antes de mergulhar neste tópico, vou resumir os temas centrais sob uma perspectiva “escalar”:

1. As configurações escalares concebidas sejam como ordens reguladoras ou redes, além da sua representação discursiva

siva e teórica, são sempre um resultado, uma consequência do movimento perpétuo do fluxo da dinâmica sócio-espacial. Por isso, e prioridade política teórica nunca reside em uma escala geográfica particular, mas no processo através do qual as escalas individuais são formadas e, posteriormente transformadas. Há uma tensão permanente entre as “escalas de regulação” e as “escalas de redes”. A medida que essas últimas se constituem e se expandem por meio de processos de desterritorialização e reterritorialização, as primeiras surgem como compromissos territoriais institucionalizados que transmitem os processos de cooperação e concorrência. Consideremos, por exemplo, como a estruturação e reestruturação disputada a União Europeia constitui exatamente esse compromisso territorial entre “ordenamento” territorial e a reorganização competitiva das redes econômicas e sociais.

2. A luta para lidar com uma determinada escala em uma dada conjuntura socioespacial pode ser muito importante. As escalas espaciais nunca são fixas, mas são redefinidas, e constantemente disputadas e reestruturadas sob o ponto de vista da sua extensão, conteúdo, importância relativa e inter-relações. A redistribuição e reorganização constantes de escalas espaciais são essenciais para estratégias sociais e constituem a arena nas quais são travadas as batalhas pelo controle e empoderamento.
3. Uma abordagem da escala com base no processo centra a atenção nos mecanismos de transformação de escalas por meio do conflito social e da luta política e econômica. Os processos sócio-espaciais mudam a importância e função de determinadas escalas geográficas, reafirmam a importância de outras, e às vezes criam escalas completamente novas. Por sua vez, essas redefinições de escalas alteram a geometria do poder social, fortalecendo o poder e o controle de alguns e enfraquecendo outros.
4. Smith define este processo como “salto de escalas”, que aponta a forma em que a política se espacializa (1984); em outras palavras, o modo em que as estratégias políticas escalares estão ativamente mobilizadas como parte de estra-

tégias de empoderamento e enfraquecimento. A medida que a gestalt<sup>2</sup> escalar muda, a geometria do poder social dentro e entre as escalas também o faz.

5. Existe uma relação simultânea e “aninhada” (como uma boneca russa), mas particularmente hierárquica entre escalas territoriais, enquanto que as escalas de rede podem se expandir ou se contrair sob o ponto de vista relacional (Jonas, 1994; Smith, 1984 ; 1993). É claro que o poder social, junto com linhas étnicas, ecológicas, de gênero ou classe refere-se às capacidades de escala de indivíduos e grupos sociais. Engels sugeriu a forma em que o poder do movimento laboral, por exemplo, depende da escala em que opera e sindicalistas têm estratégias para controlar lugares e construir alianças territoriais que se estendem por um determinado espaço.
6. A configurações de escala mudam a medida que o poder se modifica, tanto sob o ponto de vista de seu aninhamento e inter-relações, quanto do ponto de vista da sua extensão espacial. No processo, constroem-se novas escalas sociais , econômicas e políticas, enquanto que outras escalas desaparecem ou são alteradas.
7. A escala também surge como o local onde a cooperação e a concorrência encontra um empate (frágil). Por exemplo, os sindicatos nacionais são formados por meio de parcerias e cooperação a partir dos movimentos de escalas mais baixas e necessitam manter um delicado equilíbrio entre a promessa de poder que faz a organização nacional e a luta competitiva que se deriva das lealdades locais e a luta inter-local.
8. O processo de formação de escalas são atravessados por muitos tipos de processos de fragmentação, de divisão e diferenciação (nacionalismo, localismo, diferenciação de classe, a concorrência etc.). A escala comporta-se como mediadora entre cooperação e competição, entre homogeneização e diferenciação; entre capacitação e comprometimento (Smith, 1984; 1993).
9. Portanto, esta mobilização de narrativas, políticas e práticas escalares torna-se uma parte fundamental das lutas e estra-

---

<sup>2</sup>N. do T.: (alemão) morfologia, forma ou configuração

tégias de poder político. Isso impulsiona as considerações de escala à frente da política de emancipação.

## Transformações de escala

Em resumo, a “escala” do território deve ser teorizada como algo que se “produz”, um processo que é sempre profundamente heterogêneo e disputado. Se a capacidade de se apropriar do lugar se baseia no controle do espaço, então a escala sobre a qual se estendem as linhas de comando exercerão uma forte influência sobre a capacidade de apropriação do lugar. O que é mais importante, devido ao poder de se apropriar do lugar sempre se disputa e briga, as alianças, os grupos sociais ou classes que avançam por uma determinada escala espacial irão moldar as condições de apropriação e controle do lugar terão uma influência decisiva nas posições de poder socioespaciais relativas.

Tudo isso sugere que a redistribuição e reorganização constantes das escalas espaciais são uma parte fundamental das estratégias e das lutas sociais pelo controle e empoderamento. Em um contexto de regulações sociais, culturais, econômicas e ecológicas heterogêneas, organizadas no plano corporal, local, regional, nacional ou internacional, os indivíduos, bens e capitais móveis e os fluxos de informação hiper-móveis (em rede) permeiam e ultrapassam essas escalas de maneiras que podem ser profundamente exclusivas e debilitantes para aqueles que operam em outros níveis da escala (Smith, 1988a; 1988b). As configurações geográficas como um conjunto de escalas interativas e aninhadas (a “gestalt de escala”) se produzem como empates em uma eterna luta transformadora, e, por vezes, transgressora de poder sócio-espacial. Estas lutas mudam a importância e a função de determinadas escalas geográficas, reafirmam a importância de outras, e por vezes, criam escalas geográficas, reafirmam a importância de outras, e às vezes criam escalas totalmente novas, mas o mais importante é que essas redefinições de escala alteram e expressam mudanças na geometria do poder social ao fortalecer o poder e controle de alguns e enfraquecer outros (ver também Swynedouw, 1993; 1996a). Esse é precisamente o processo que Smith chama de “salto de escalas”, um processo que aponta a forma na qual a política se espacializa mediante mecanismos de expansão e contração de objetos através do espaço (1993):

“Este processo de extensão é impulsionado pelas lutas étnicas, culturais lutas de classes sociais e de gênero. De um lado, as organizações dominantes tentam controlar os dominados confiando estes último e suas organizações a um plano manejável. Por outro lado, os grupos subordinados tentam se libertar das restrições de escalas impostas, aproveitando o poder e as instrumentalidades em outras escalas. E é nesse processo que a escala se produz de maneira ativa” (Jonas, 1994: 258).

A geografia histórica do capitalismo exemplifica esse processo de construção territorial “escalar” de espaço e produção disputada de escala. Os capitalistas têm sido geralmente muito sensíveis e elaboraram boas estratégias para os temas relacionadas com a escala geográfica de suas operações, prestando muita atenção para a importância de controlar espaços maiores na sua constante luta pelo poder com o trabalho e outros capitalistas. De forma similar, as estratégias eficazes de oposição também têm sido sensíveis às questões de escala. Consideremos talvez a forma com que os movimentos ambientais conseguiram ocasionalmente transformar questões locais em estratégias políticas em escalas maiores. A escala surge como o local para o controle e dominação, mas também como a arena onde cooperação e concorrência empatam de forma frágil. Por exemplo, os sindicatos nacionais são formadas por meio de alianças e movimentos de cooperação de menor escala. É preciso manter constantemente um delicado equilíbrio entre a promessa poder feita pela organização nacional e a luta competitiva derivada de lealdades locais, e a luta inter-local. Da forma similar, a cooperação e a concorrência entre capitais também estão profundamente estruturado em escalas (Herodes, 1991; Smith, Dennis, 1987). É claro que o processo de desterritorialização/reterritorialização rompe com as escalas espaciais e surgem configurações com novas escalas como limites são ultrapassados, permitindo o estabelecimento de novas fronteiras. Durante os períodos de grande agitação e desordem no plano social, econômico, cultural, político e nível ecológico, quando as rotinas temporais e espaciais são questionados, quebradas e reconfiguradas, ocorrem importantes processos de reescalamento geográfico que interrogam linhas de poder existentes, enquanto novas linhas são construídas. Ao longo dos últimos 20 anos parece ter acontecido exatamente isso. As novas condições polí-

tico-econômico e cultural-ecológicas agitaram outra vez os limites existentes, produziram novos limites e rearticularam escalas espaciais, de maneiras que às vezes são momentos promissores e às vezes perturbadores. Estas novas formações de escala nunca são neutras do ponto de vista social. Tanto as escalas de regulação/reprodução como as escalas de produção mudaram, mas enquanto regulação social tende a mover o individual, o privado ou o corporal, algumas escalas de produção e reprodução (mas não todas) impuseram um maior alcance e extensão espacial. Na próxima seção serão discutidas algumas das transfigurações centrais da escala e nova emergente “gestalt de escala”.

## A produção “fordista” da escala e suas contradições

A regulação “fordista” da Europa Ocidental girava em torno do Estado nacional. Esta era a escala proeminente na qual os conflitos eram travados e os compromissos eram estabelecidos (Swyngedouw, 1990; Altvater, 1993; Jessop, 1993a; 2002). As bases do Estado fordista e a regulação social das relações de trabalho residiam especificamente na luta do movimento operário para transcender a luta sindical local e “saltar escalas”, obtendo cada vez mais poder do Estado. De forma similar, a visão keynesiana das políticas macroeconômicas construía uma união precária, mas cada vez mais importante entre Estado e capital privado nacional. Criou-se um cenário tripartite institucionalizado focado principalmente em marcar uma linha tênue entre a concorrência e a luta por um lado, e da cooperação e do compromisso do outro, particularmente em torno da relação entre produção e consumo.

É bastante claro que a direção do processo de acumulação jazia firmemente nas mãos do capital privado, que assumiu uma forma abertamente urbana-regional aglomerada, enquanto o processo de reprodução ficou cada vez mais centrado sobre a família nuclear e suas divisões sexuais e de gênero. A homogeneização reguladora no espaço nacional de uma série de aspectos sócioeconômicos (salários, política social, intervenção do Estado, normas socioeconômicas, regras e procedimentos) articulou-se com um processo de desenvolvimento local e regional altamente irregular. Embora a escala de “Estado local” tenha perdido muito de seu poder, manteve-se como sendo a arena para uma série de importantes “políticas

comunitárias”. Por conseguinte, o Estado nacional tornou-se, tanto na teoria como na prática, a escala proeminente e quase naturalizada por meio da qual se articulavam e entendiam os processos subnacionais e internacionais.

Essa regulação baseada no Estado alterou a forma e a estrutura da concorrência, em parte como resultado de uma maior escala na qual os capitais individuais começaram a operar. A relação entre a produtividade e consumo permitiu uma expansão contínua da economia “nacional”. No entanto, a gradual internacionalização da produção e acumulação contribuiu para uma concorrência mais intensa no cenário internacional (Moulaert; Swyngedouw, 1989). Esta crescente internacionalização da produção, especialmente a partir de meados dos anos 1950, em meio a um mosaico de espaços de consumo regulamentadas a nível nacional demonstraria ser um dilema fundamental. Enquanto as redes de capital saltam escalas “saltavam escalas” para a organização da produção através da intensificação e extensão de seus fluxos e redes, o consumo e a reprodução continuavam fundamentalmente reguladas no plano nacional. Além disso, a regulação de várias funções de dinheiro operou em uma variedade de escalas. Durante o período entre guerras, o dinheiro foi regulamentado principalmente no plano nacional, sem valor de ancoragem internacional. O colapso do sistema financeiro no início de 1930 reforçou a necessidade de alguma forma de cooperação internacional para prevenir política de desvalorização que “empobrece o vizinho” sem sacrificar a concorrência internacional.

O acordo de Bretton Woods expressou tal compromisso, um compromisso que estava pouco firme, disputado e que esteve sujeito a mudanças, como o processo de internacionalização da economia que acelerou durante o período pós-guerra. Apenas o poder hegemônico dos Estados Unidos manteve uma certa coesão relativa. Este compromisso se ancorou no padrão ouro-dólar que estabilizou o sistema monetário internacional, ao fornecer um cofre relativamente seguro. No entanto, ao mesmo tempo que a regulação do valor do dinheiro se baseava nas regras do acordo de Bretton Woods e era supervisionada pelo Fundo Monetário Internacional (ver Swyngedouw, 1992a; 1996b; Leyshon, Tickell, 1994), empréstimos ou emissão dinheiro permaneceram firmemente na esfera do Estado-nação. Em suma, as diferentes formas e funções do dinheiro foram regulamentadas em diferentes escalas, que depois resultariam em



graves tensões e atritos devido ao aninhamento conflitante dessas várias escalas espaciais.

Em poucas palavras, o fordismo não era uma condição ou uma configuração estável, mas sim um processo dinâmico, disputado e sempre precário de mudança sócio-espacial durante o qual se produziu um conjunto aninhado de escalas espaciais novas ou redefinidas.

Durante as décadas de gestação e colapso do fordismo, gradualmente surgiram novas formas de escala e de novas tensões entre as escalas. Fora deste turbilhão, as escalas serão redefinidas, reestruturadas e rearticuladas.

### A adaptação de distúrbios “glocais”: o interrogante pós-fordista

O que é geralmente definido como “fordismo” um termo genérico problemático que agora parece cobrir quase tudo e, portanto, nada em particular (ver Amin, 1994), é uma série de processos altamente disputados, profundamente contraditórios e confusos e de lutas de poder que com frequência giram em torno da escala, o controle sobre escalas particulares, o conteúdo das existentes, a construção de novas e a articulação de todas elas.

Na fato, a “crise do fordismo” implica um reescalonamento territorial importante de uma série de práticas reguladoras (ver Moulaert et al., 2001; Peck; Tickell, 1994; Jessop, 1994a). Particularmente, os códigos, as normas e as instituições reguladoras mudam espacialmente de uma escala para outra. Esses reescalonamentos estão constantemente questionados, e o resultado varia consideravelmente de escala em escala, tanto no sentido horizontal, quanto vertical. A natureza, a substância e a configuração de novas escalas bem como seu “aninhamento” atestam as posições de poder relativas e em processo de mudança dos grupos e das classes sociais. No entanto, o imperativo da acumulação (que, é claro, é sempre limitado pelo lugar) e a tentativa de manter a circulação do capital parece ser de grande importância, embora os mecanismos específicos pelos quais isso ocorre pode ser muito diferente da uma escala para outra. Ao padrão geral que foi mencionado anteriormente dei o nome de “glocalização” e (Swyngedouw, 1992a; 1992b; ver também Luke, 1994) e se refere a (1) a reestruturação disputada do nível institucional de escala nacional, tanto no sentido ascendente

em direção às escalas supranacionais ou globais quanto em sentido descendente em direção à escala do corpo individual ou configurações locais, urbanas ou regionais e (2) as estratégias de localização global de formas chave de capital industrial, de serviços e financeiro. Na próxima seção, vamos considerar primeiro o reescalonamento em rede da economia e, em seguida, passaremos para a articulação de um reescalonamento territorial das escalas de governança.

## Reescalonamento de redes econômicas/ reescalonamento de territorialidades de governança

### **A adaptação da economia**

O sucesso econômico das cidades e regiões depende muito da configuração local dos setores e instituições e da estrutura de governança em que as economias regionais ou urbanas estão inseridas. A medida que oportunidades locais aumentam, o mesmo acontece com a importância das características “locais” de cidades e regiões para manter ou reforçar a sua vantagem competitiva global. De fato, o sucesso econômico duradouro das configurações locais como a Ilha de França, Londres, Bavária, Flandres, a região de Randstad, na Holanda e outros, sugere que o sucesso competitivo está em dívida com formas específicas criadas através da história da organização territorial e sócio-institucional (Swyngedouw, 2000a). Estas economias regionais são caracterizados por *fillières* locais ou regionais altamente especializados que estão embutidos em estruturas locais institucionais, políticas ou culturais. Muitas vezes cooperaram localmente, mas competem em escala global (Salais; Storper, 1993; Swyngedouw, 2000c). Existem muitos termos que têm sido associados com essas economias territoriais, alguns deles são “regiões aprendizes” (Maskell; Malmberg, 1995), “regiões inteligentes” (Cooke; Morgan, 1991), *milieux innovateurs* (Aydalot, 1986), “economias reflexivas” e “cidades competitivas” (Philo; Kearns, 1993) etc. Ao mesmo tempo, foram identificados novas estratégias organizacionais, tais como a firma “inserida” (Grabher, 1993), a desintegração vertical (Scott, 1988), parcerias estratégicas, entre outros. Nos setor de serviços é possível identificar processos semelhantes (Moulaert; Djellal, 1990). De fato, esses sistemas de produção territorial estão articulados com as redes nacionais, supranacionais e globais. Na verdade, a crescente

concorrência em uma escala de expansão se compara exatamente com o surgimento de um entorno de produção sensível no plano local/regional. No entanto, os complexos de produção localizados ou regionalizados possuem um caráter organizacional, do ponto de vista do comércio e de outras redes altamente internacionais e globais. A inserção de firmas em uma densa rede de entornos particulares de produção regional é parte de uma estratégia de globalização e integração global. As “forças da globalização” e as “demandas de competitividade global” mostram ser poderosos veículos para as elites econômicas para moldar as condições locais, de acordo com a imagem desejada: alta produtividade, baixos salários diretos e indiretos e um Estado ausente (Grupo de Lisboa, 1994). As empresas são ao mesmo tempo intensamente locais e intensamente globais.

Estes processos de produção com caráter “glocalizador” e redes internas das empresas não pode se separar dos níveis de “glocalização” de governança. O reescalonamento da regulação do salários e das condições de trabalho ou a desnacionalização/privatização de importantes empresas e serviços públicos em toda a Europa, por exemplo, abrem simultaneamente competição internacional e necessitam de uma maior sensibilidade às condições subnacionais. A regulação burocrática donexo salarial na escala da ligação nacional do Estado (algo pelo qual o movimento sindical lutou muito durante todo o século XX) tornou-se mais problemática uma vez que grande parte do sistema de produção se supernacionalizou. A globalização da empresa e da economia se compara com uma descentralização da regulação dos salários e outras condições de trabalho. O declínio das escalas de regulação do trabalho e reprodução social coincidiu com uma escala maior na organização da economia e as forças de produção. Este é apenas um dos muitos exemplos possíveis da crescente separação entre escalas de produção em rede e escalas territoriais de reprodução reguladora. Esse processo de internacionalização também questionou as formas tradicionais de concorrência oligopolista e colaboração entre as empresas dentro dos Estados, que foi substituído cada vez mais pela forte concorrência mundial entre as empresas de “glocalização”. O aninhamento e articulação das escalas geográficas é internalizado em redes de empresas e dentro de empresas que vão do local ao global e vice-versa. É claro, o sucesso nesse sentido é fugaz e a reestruturação e reorganização permanentes são essenciais para manter

a competitividade em um mundo onde os limites desaparecem (ao mesmo tempo que se criam novos limites). Essa situação foi particularmente aguda quando um grupo de cidades, regiões e países tornou-se menos competitivo e sentiu na pele a desindustrialização e a crise, enquanto outros prosperaram relativamente. Diferenciação e fragmentação a todos os níveis têm se tornado o corolário de internacionalização, globalização e à imposição de uma cultura totalizadora de matéria-prima. Como argumentou Debord (1991) há muito tempo, as matérias-primas como um apresentação heterogênea e sempre mudando e se expandindo, alcançou ocupação total da vida social (1970). As tensões entre um conjunto de culturas decididamente locais/regionais, as crescentes disparidades inter e intra-regionais e a fragmentação, pulverização e proliferação de identidades corporais, locais, regionais ou nacionais em uma paisagem cultural global homogeneizadora e padrões de consumo deram lugar a uma resistência mais intensa às normas culturais impostas, que giravam cada vez mais em torno da tirania de um mercado stalinista (Robertson, 1995).

Talvez o processo mais dominante de “glocalização” e redefinição das escalas opera por meio do sistema financeiro (Swyngedouw, 1996b). A ordem financeira global foi quebrada quando, em 1972, o acordo de Bretton Woods foi rompido, como resultado das tensões relacionadas, por um lado, com escalas territoriais diferenciais para regular o dinheiro, e por outro lado, com a escala em expansão da produção e o comércio. Nos interstícios desse mosaico é que surgem novos arranjos globais-locais, novos fluxos de dinheiro e novas configurações geográficas. Como Jeelof (1989) já assinalou, a volatilidade nos mercados de câmbio fez com que o planejamento de produção se tornasse arriscado e incerto. A internacionalização da produção e os fluxos de entrada/saída que caracterizaram grande parte da divisão do trabalho internacional, depois da guerra, tornou-se uma estratégia de alto risco. As diferentes localidades de produção e os locais de produção e comercialização estavam localizados em diferentes zonas cambiais e sujeitos à variações cambiais, rápidas, dramáticas e relativas. Isso causou caos no planejamento de localização estratégica das empresas a longo prazo.

Surgiu um novo mosaico de desenvolvimento irregular no qual o setor financeiro, agora livre do casulo de taxas de câmbio fixas, tornou-se a principal arena para a acumulação de capital e para

expansão febril. A “liberalização” do sistema financeiro global sinalizou o fim de um espaço monetário global integrado e, portanto, reafirmou um mosaico de diferentes moedas nacionais. As maioria das moedas flutuaria em valores relativos em comparação a outras moedas, dependendo, por um lado, a combinação de políticas econômicas e monetárias nacionais e, por outro, os fluxos monetários internacionais. As tentativas de regular o dinheiro em níveis de escala supranacionais, sub-globais (como as sucessivas tentativas de estabilizar as moedas no interior da União Europeia) e geográficos demonstraram ser extremamente difíceis e estavam repletos de tensões geoestratégicas e rivalidades entre Estados. Claro que as políticas monetárias e econômicas importam na esfera nacional, mas de maneiras que são profundamente diferentes dos mecanismos de funcionamento durante a era de Bretton Woods. A política monetária, em particular, passou a ocupar um lugar de destaque como um veículo para as políticas de crescimento econômico à medida que as políticas keynesianas de expansão baseadas na demanda interna deram lugar à estratégias voltadas para a expansão do comércio internacional e conseguiram uma melhor posição competitiva no mercado global (Drache; Gertler, 1991). Mas o mais importante é o fato de que os mercados monetários liberados e a volatilidade dos mercados monetários internacionais criaram um novo entorno de mercado. A compra e venda de moeda e a especulação sobre as flutuações da taxa de câmbio permitiram o desenvolvimento e crescimento rápido de um mercado de divisas especulativo e, a partir de meados da década de 1980, uma florescente mercado de derivativos (veja Swyngedouw, 1996b). É muito interessante o fato de que ganhar dinheiro comprando e vendendo dinheiro e especulando sobre os valores monetários futuros (mais próximo que pareça o futuro) tenha se tornado o principal meio para a acumulação. O dinheiro com expressão de valor em movimento e o capital como direito ao tempo (laboral) futuro estabeleceram uma arena para as desenfreadas financeiras desenfreadas. A especulação sobre os valores e futuros e a compra de tempo avançaram com criação de novos espaços e relações espaciais. Por exemplo, o mercado de divisas cresceu de um modesto US\$ 15 bilhões em 1970, quando a maior parte do das transações eram relacionadas diretamente a fazer acordos comerciais, para mais de US\$ 2 trilhões hoje.

O pacote é impulsionado por constantes evasivas, arbitragens e

a tomadas de posição especulativas nos mercados financeiros internacionais, que estão organizados como extensas redes de pontos nodais e fluxos internodais. Quase todos acordos envolvem transferências espaciais de dinheiro e mudanças nas posições relativas dos valores monetários de um estado (o que, por sua vez, têm uma influência sobre as taxas de juros, no poder de compra, posições competitivas, nos fluxos comércio, na política monetária e fiscal etc.). Essa volatilidade permite um ganho especulativo, enquanto que o fluxo de dinheiro contribui para reafirmar essas flutuações. A história desigual da União Monetária Europeia, por exemplo, ilustra como o confronto das demandas nacionais, a integração e estratégias financeiras globais se traduzem em eterna tensão e atrito constante (Gros; Thygesen, 1992; Injury; Thrift, 1992). As acaloradas e disputadas ações de implementação e adoção do euro são um exemplo de como uma política em particular, de escala, insere-se nessa nova *gestalt escalar* de dinheiro.

### **O reescalonamento do Estado e de outras formas institucionais**

A mudança de posição da escala do Estado parece ser muito importante no contexto de uma economia, cultura e política de glocalização. Embora essa não fosse a única escala fundamental para a regulação e contestação de um conjunto completo de práticas socioeconômicas e de classe no período pós-guerra, a posição e importância relativas do Estado estadual estão mudando de forma decisivas. Em um contexto no qual a relação entre o capital e o trabalho estava regulado no plano nacional, enquanto a circulação de capital subiu para abranger escalas espaciais maiores, houve uma tentativa coordenada para fazer do “imperativo de mercado” a legitimação ideologicamente e politicamente hegemônica da reforma institucional. Isso tomou forma através de uma variedade de processos combinados (1) o “esvaziamento” do Estado nacional, com (2) regimes políticos mais autoritários e muitas vezes de formas brandas, mas abertamente repressivas. Consideremos alguns desses processos cruciais de reescalonamento e identifiquemos a geometria de poder em mudança relacionada com a “glocalização” do estado ou outras formas institucionais ou reguladoras.

Em primeiro lugar, a regulação das relações do capital e trabalho tendia à recaída devido a algum tipo de negociação coletiva

nacional em formas altamente localizadas de negociação salarial e condições de trabalho. Por exemplo, o Reino Unido avançou muito nessa direção e uma constante pressão foi exercida para fazer com que os sindicatos e os trabalhadores aceitassem as transações de pagamento “locais”. Em outros lugares similares foram documentadas movimentos similares (ver Cox; Mair, 1991; Ohmae, 1995), mas, dependendo das configurações políticas particulares, a resistência a esses movimentos de setor popular foi mais bem sucedida em alguns países, como a Suécia e a Alemanha, do que outros.

Em segundo lugar, o “Estado de Trabalho Schumpeteriano” (Schumpeterian Workfare State) (veja Jessop, 1993b; 1994b; Peck, Jones, 1994) aboliu uma série de procedimentos reguladores institucionalizados para deixar a sua organização nas mãos do mercado (Christopherson, 1992) e, conseqüentemente, o dinheiro no poder. Como alternativa, são substituídos por formas institucionais e reguladoras, mas locais (o “local” pode tomar uma variedade de formas de escalas espaciais desde distritos ou cidades até regiões inteiras [ou uma combinação de ambas] ).

É desnecessário dizer que este “salto de escalas” altera as posições relativas de poder à medida que a cooperação interlocal se vê substituída pela concorrência interlocal. Isso aumenta o poder dos que podem “saltar escalas” vertical ou horizontalmente, em detrimento àqueles que têm um comando mais limitado da escala.

Em terceiro lugar, a reestruturação e ataque muitas vezes puro e simples aos regimes de assistência social nacional, conduzem igualmente a uma redução da escala (tamanho e espaço) das transferências de dinheiro público, enquanto a privatização permite uma proteção socialmente exclusiva que protege os corpos dos poderosos e abandona os corpos dos pobres.

Em resumo, o esvaziamento do Estado de bem-estar social reescala as relações no plano do corpo individual por meio de poderosos processos de exclusão social, cultural, econômica ou étnica. Em quarto lugar, a intervenção do Estado na economia se reescala, em igual medida, tanto no sentido descendente ao nível da cidade ou região na quais as parcerias públicas/privadas que dão forma a uma prática e ideologia empresarial necessária para realizar com sucesso um processo de intensificação da concorrência interurbana (Harvey, 1989), quanto no sentido ascendente. Esta última se manifesta em tentativas altamente disputadas e bastante limitadas para criar uma

forma de governo supranacional (por exemplo, a União Europeia) tentativas. De outro modo, instituições como o NAFTA (Tratado Norte-americano de Acordo de Livre Comércio) e do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), entre outros, testemunham processos semelhantes de ampliação do sistema político. Além disso, formou-se uma grande quantidade de arenas políticas informais globais e quasi-globais. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) poderia muito bem ser uma das primeiras organizações quasi-estatais mais divulgadas, mas há outros exemplos: as reuniões do G-7, G-77, o Clube de Paris e de outras reuniões “informais” de líderes “mundiais” que tentam regular (partes) da economia política global. Assim, a rivalidade competitiva entre esses “sócios” impede certo tipo de cooperação eficaz, que resultaria, ao contrário em uma forma alarmante de Estado autoritário.

Em quinto lugar, além dos efeitos socialmente irregulares, sócio-espacialmente e seletivamente enfraquecedor do “salto de escalas” que exemplifica este estado de “glocalização” ou outras formas de governo, este reescalonamento da governança muitas vezes ocorre por meio de procedimentos que não são democráticos em um sistema de governo cada vez mais autoritário. A dupla rearticulação das escalas políticas (descendente em direção ao nível regional/local, ascendente em relação à UE, NAFTA, GATT, etc., e sentido externo para o capital privado) leva à exclusão política, um estreitamento poder democrático e, conseqüentemente, uma redefinição (ou melhor, uma limitação) da cidadania. Em suma, a “glocalização” ou reescalonamento territorial das formas institucionais conduzem a dispositivos quasi-estatais porém autocráticos, antidemocráticos e autoritários (Swyngedouw, 1996a; 2000a; 2000b).

Em síntese, embora o grau de mudança e a profundidade do seu impacto ainda seja contestado, não há dúvida de que as formações políticas do século XIX e XX para articular a relação entre o Estado e a sociedade civil, por meio de diferentes formas de democracia representativa, que outorgam poder em formas de Estado transcendentais e hierarquicamente estruturadas, são complementadas por um grande número de novas formas institucionais de governança que exibem características bastante diferentes. (Baiocchi, 2001; Curtin, 1999; Taylor, 1999). A forma de Estado tradicional nas democracias liberais se articula, na teoria e na prática, por intermédio de formas de políticas que legitimam o poder do Estado de modo a



investi-lo no obséquio político dos cidadãos. Novas formas de governança exibem uma relação fundamentalmente diferente entre poder e cidadania para exposições e, conseqüentemente, constituem uma nova forma de governabilidade (Swyngedouw et al., 2002).

Em oposição aos acordos com base no Estado, que são formas hierárquicas e de comando e controle em sentido descendente que estabelecem regras e exercem poder (mas são reconhecidas como legítimas por convenções de representação, delegação, prestação de contas e controle acordados socialmente), os sistemas de governança são baseados em relações horizontais, em rede e interativas entre atores independentes, mas interdependentes que compartilham um alto grau de confiança, apesar do conflito interno e os projetos opostos, dentro de associações participativas institucionais ou organizativas (Schmitter, 2002). Estes são sistemas de negociação e acordo que operam para além do Estado, mas não independentemente dele. Os participantes de tais formas de governo participam (ou estão autorizados a participar) dessas formas relacionais em rede de tomada de decisão com o grau de popularidade que eles têm em relação aos assuntos que estas formas de governo tentam abordar (ver Schmitter, 2002: 62-63). Essas novas formas de governança são fundamentalmente as relações entre o Estado e a sociedade civil (ver Swyngedouw et al., 2002).

### **A política de escala mobilizadora**

As ações de captação, reestruturação e ocupação de lugares, enquanto se metaboliza a natureza física e social ocorrem por intermédio de processos sócio-espaciais conflitantes. A continuação transformadora das relações sócio-espaciais que operam por mecanismos profundamente fortalecedores/debilitantes produzem um conjunto aninhado de escalas espaciais relacionadas e interpenetrantes que definem as arenas de luta nas quais os conflitos precisam de mediação e regulamentos, e estabelecimento de compromissos. Portanto, a luta política e a elaboração de estratégias políticas muitas vezes giram em torno de questões de escala, e os equilíbrios que mudam o poder geralmente se relacionam com uma profunda rearticulação de escalas ou produção de um “gestalt de escala” totalmente nova. As transformações sócio-espaciais que têm caracterizado os últimos vinte anos ou mais são um testemunho para a reestruturação da escala, por meio da qual as velhas relações de

poder são transformadas. Os efeitos alarmantes desses processos recentes de “glocalização” sugerem que os espaços de circulação de capital subiram na escala, enquanto que a regulação da relação entre a produção e o consumo diminuiu na escala, alterando o equilíbrio de poder de maneira importante, polarizadora e exclusiva. O reescalonamento do Estado e a produção de novas articulações entre as escalas de governo, por sua vez, redefinem e reelaboram a relação entre o estado/governança e a sociedade civil entre o poder do Estado e a cidadania.

Por conseguinte, a luta social ocorrida durante as últimas décadas foi travada sobre questões de escala. No entanto, é profundamente alarmante ver que o poder monetário e uma cultura imperialista homogeneizadora tome o controle de escalas ainda maiores, embora muitas vezes a “política de resistência” pareça se deleitar com algum tipo de “particularismo militante” (ver Harvey 1996) no qual as lealdades locais, as políticas de identidade e a celebração dos Outros diferentes atestam uma impotência para abraçar uma política de escala de emancipação e empoderamento. Uma coisa é certa, a identidade, a diferença e a lealdade para com o lugar são essenciais em qualquer projeto de emancipação, mas a solidariedade, a união e a resistência coletiva demandam uma política decididamente em escala. Na verdade, estratégias de empoderamento em meio ao controle global dos fluxos monetários e turbilhões competitivos das corporações “glociais” industriais, financeiras, culturais e políticas exigem uma ação coordenada, alianças por intermédio do espaço e uma solidariedade eficaz (Harvey, 2003). A elaboração de estratégias para a política de escala precisa de negociações de diferença e semelhança para formular estratégias coletivas sem sacrificar lealdades locais e particularismo militante.

Os grupos opositores, estejam eles organizados em torno da classe trabalhadora, gênero, política ambiental e outros, são geralmente muito melhores e fortalecedores em suas estratégias para se organizar no local, mas no momento de construir alianças e organizar a colaboração sobre o espaço, são muitas vezes fracos e fragmentados (Harvey, Swyngedouw 1993). Em suma, o que é alarmante na política contemporânea de resistência não é que não se reconheça a importância primordial de escala, mas que grupos de opositores não consigam transcender os limites de um “particularismo militante” ou um “localismo” particular. A angústia de negar

a voz do Outro superou a resistência dos poderes totalizadores do dinheiro do capital.

Ironicamente, a retirada da formação de colaboração e coalizão, devido ao medo de perverter a identidade do Outro e de aniquilar a diferença altera as influências do poder, a marginalidade e a exclusão decididamente na direção das forças totalizadoras e homogeneizadoras da produção global da matéria-prima e a concorrência repressiva controladas por elites “glocais”.

Uma política de escala inclusiva precisa de uma visão e uma estratégia em que a obsessão unilateralista atual com a política de identidade na qual o corpo se tornou o local central é substituído por uma redação nova e uma reconstrução de afinidades do grupo. A resistência e as forças globalizadoras de acumulação de dinheiro e do capital exigem forjar alianças “escalares” à luz da diferença e singularidade geográficas. A luta bem sucedida do movimento operário na Coreia do Sul no início de 1997 para protestar contra a imposição de normas trabalhistas mais flexíveis (necessárias, como insistiu o Estado autocrático, para manter a posição competitiva internacional da Coreia do Sul) e seu sucesso na produção de um aliança nacional das forças da oposição sugere como uma política que é sensível às questões de escala pode ter uma influência substancial para combater reformas regulatórias socialmente regressivas. A proletarização altamente crescente do sudeste da Ásia e de outros lugares que são cada vez mais resistentes ao controle por regimes stalinistas de mercado, que muitas vezes negam até mesmo os direitos fundamentais dos cidadãos nesses lugares começam produzir uma série de alianças que poderiam transcender as idiosincrasias de resistência local por “saltos de escala”, que poderia começar a minar o poder do capital de dirigir o espaço. Na Europa, o fechamento da fábrica da Renault, em Bruxelas, foi testemunha da primeira mobilização bem sucedida de trabalho supranacional. Após as onda de choque que ocorreu com o fechamento inesperado da fábrica em toda a sociedade civil europeia, foi organizada a primeira greve que abarcou todo o continente e a primeira marcha de trabalho europeu em Paris para protestar contra as estratégias Renault. O reconhecimento de como podem ser usadas as estratégias escalares e como eles podem construir alianças através do espaço afetará o equilíbrio de poder e produzirá uma revisão de estratégias empresariais. A batalha contra a Renault foi perdida, mas nem Renault ou qualquer

outra empresa multinacional tentará fazer algo como o fechamento da fábrica de Bruxelas. Esta política de escala pode forjar muitas vezes alianças altamente únicas e improváveis. O boicote de consumidores da Shell Alemanha no período subsequente ao duplo desastre sócio-ecológico (Brent Spar e genocídio do povo Ogoni, na Nigéria) sugere, em igual medida a forma como a política de escala mobilizadora pode ser uma estratégia potencialmente bem sucedida na tentativa de forçar diferentes configurações sociais, políticas e ecológicas.

Ao mesmo tempo, é precisamente aí que reside o desafio da Europa. A luta pela representação em instâncias importantes para as decisões europeias, maior poder para o Parlamento Europeu, um sistema de votação mais inclusivo que defina os direitos dos cidadãos, mesmo para aqueles sem nacionalidade jurídica europeia, construindo formas tripartites negociação na Europa, a representação dos trabalhadores internacionais em companhias internacionais e um sistema fiscal redistributivo em toda a Europa são, entre outros, os pequenos ponteiros que apontam a direção de uma política de escala fortalecedora que pode redistribuir as relações de poder e produzir uma “gestalt de escala”, que respeite os direitos do cidadão e promova a inclusão e cooperação.

## Referências Bibliográficas

- ALTVATER, E. (1993) *The future of the market-an essay on the regulation of money and nature after the collapse of “actually existing socialismo*. London, Verso.
- AMIN, A. (edit.). (1994). *Post-fordism: a reader*. Oxford, Blackwell.
- AMIN, A. (2002). Spatialities of globalisation. *Environment and Planning A*, v. 34, n. 3, pp. 385-399.
- AYDALOT, P. (edit.). (1986). *Milieux innovateurs en Europe: innovative environments in Europe* Paris. Groupement de Recherche sur les Milieux Innovateurs en Europe. Sorbonne, Université de Paris I.
- BAIOCCHI, G. (2001). Participation, activism and politics: the porto alegre experiment and deliberative democratic theory. *Politics and Society*, v. 29, n. 1, pp. 43-72.
- BERNDT, C. (2000). The rescaling of labour regulation in Germany: from national and regional corporatism to intra-firm welfare?. *Environment and Planning A*, v. 32, n. 9, pp. 1569-1592.
- BOYLE, M. (2000). Euro-regionalism and struggles over scales of governance: the politics of Ireland’s regionalisation approach to structural fund allocations 2000-2006. *Political Geography*, v. 19, n. 6, pp. 737-769.

- BRENNER, N. (1997). State territorial restructuring and the production of spatial scale. *Political Geography*, v. 16, n. 4, pp. 273-306.
- BRENNER, N. (1998). Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 16, n. 4, pp. 459-81.
- BRENNER, N. (1999). Globalisation as reterritorialisation: the re-scaling of urban governance in the European Union. *Urban Studies*, v. 36, n. 3, pp. 431-51.
- BRENNER, N.; JESSOP, B.; JONES, M.; MACLEOD, G. (edits.) (2003). *State/space: a reader*. Oxford, Blackwell.
- CASTREE, N. (2000). Geographic scale and grass-roots internationalism: the Liverpool dock dispute, 1995-1998. *Economic Geography*, v. 73, n. 3, pp. 272-292.
- CHRISTOPHERSON, S. (1992). How the state and market are remaking the landscape of inequality. Department of City and Regional Planning, Ithaca, Cornell University.
- COLLINGE, C. (1999). Self-organisation of society by scale: a spatial reworking of regulation theory. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 17, n. 5, pp. 557-574.
- COOKE, P.; MORGAN, K. (1991) The intelligent region: industrial and institutional innovation in Emilia-Romagna-Regional. Industrial Research Report 7. Cardiff, University of Wales.
- COX, K. (1998). Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale or looking for local politics. *Political Geography*, v. 17, n. 1, pp. 1-23.
- COX, K.; MAIR, A. (1991). From localised social structures to localities as agents. *Environment and Planning A*, v. 23, n. 2, pp. 197-213.
- CURTIN, D. (1999). Transparency and political participation in EU governance: a role for civil society?. *Cultural Values*, v. 3, n. 4, pp. 445-471.
- DEBORD, G. (1992). *A Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- DELANEY, D.; LEITNER, H. (1997). The political construction of scale. *Political Geography*, v. 16, n. 2, pp. 93-97.
- DICKEN, P.; KELLY, P.F.; OLDS, K.; WAI-CHUNG YEUNG, H. (2001). Chains and networks, territories and scales: towards a relational framework for analysing the global economy. *Global Networks*, v. 1, n. 2, pp. 89-112.
- DRACHE, M.; GERTLER, M. (edits.) (1991). *The new era of global competition*. Montreal, McGill-Queen's University Press.
- ENGELS, F. [1845]. *A condição da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- FEATHERSTONE, M.; LASH, S.; ROBERTSON, R. (edits.) (1995). *Global modernities*, London, Sage.
- GRABHER, G. (edit.). (1993). *The embedded firm: on the socioeconomics of industrial networks*. London, Routledge.
- GROS, D.; THYGESEN, N. (1992). *European monetary integration: from the european monetary system towards monetary union*. London, Longman.

- GROUP OF LISBON (1994). *Grenzen aan de Concurrentie*. Brussels, University of Brussels.
- HARVEY, D. (1989). Do administrativismo ao empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio. In: HARVEY, D. (2005). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume, pp.163-190.
- HARVEY, D. (1995). Globalization in question. *Rethinking Marxism*, v. 8, n. 4, pp. 1-17.
- HARVEY, D. (1996) *Justice, nature and the geography of difference*, Oxford, Blackwell.
- HARVEY, D. (2003). *O novo imperialismo*. São Paulo, Loyola.
- HARVEY, D.; SWYNGEDOUW, E. (1993). Economic restructuring and grassroots resistance. In: HAYTER, T.; HARVEY, D. (edits.). *The City and the factory*. London, Mansell.
- HEROD, A. (1991). The production of scale in United States labour relations. *Area*, v. 23, n. 1, pp. 82-88.
- HEROD, A. (2001). *Labor geographies: workers and the landscapes of capitalismo*. New York, Guilford.
- HEROD, A.; WRIGHT, M. (edits.). (2002). *Geographies of power: placing scale*. Oxford, Blackwell.
- HIRST, P. ; THOMPSON, G. (1998). *Globalização em questão*. Petrópolis, Vozes.
- HOUT, W. (1996). Globalization, regionalization and regionalism: a survey of contemporary literature. *Acta Politica*, v. 31, n. 2, pp. 161-181.
- HOWITT, R. (1993). A world in a grain of sand: towards a reconceptualisation of geographical scale. *Australian Geographer*, v. 24, n. 1, pp. 33-44.
- JEELOF, G. (1989). Global strategies of Philips. *European Management Journal*, v. 7, n. 1, pp. 84-91.
- JESSOP, B. (1993a). Fordism and post-fordism: critique and reformulation. In: SCOTT, A.; STORPER, M. (edits.). *Pathways to regionalism and industrial development*. London, Routledge.
- JESSOP, B. (1993b). Towards a Schumpeterian Workfare State?: preliminary remarks on post-fordist political economy. *Studies in Political Economy*, v. 40, n. 1, pp. 7-39.
- JESSOP, B. (1994a). Post-fordism and the state. In: AMIN, A. (edit.). (1994). *Post-fordism: a reader*. Oxford, Blackwell.
- JESSOP, B. (1994b). The transition to post-fordism and the Schumpeterian Workfare State. In: BURROWS, R.; LOADER, B. (edits.). (1994). *Towards a post-fordist welfare state?*. London, Routledge.
- JESSOP, B. (2002). *The future of the capitalist state*. Cambridge, Polity Press.
- JONAS, A. (1994). The scale politics of spatiality. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 12, n. 3, pp. 257-264.
- KELLY, P. F. (1999). The geography and politics of globalization. *Progress in Human Geography*, v. 23, n. 3, pp. 379-400.

- KRUGMAN, P. (1995). *Development, Geography and Economic Theory*. Cambridge/MA, MIT Press.
- LATOUR, B. (1994). *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- LEITNER, H. (1997). Reconfiguring the spatiality of power: the construction of a supranational migration framework for the European Union. *Political Geography*, v. 16, n. 1, pp. 123-143.
- LEYSHON, A.; THRIFT, N. (1992). Liberalisation and consolidation: the single european market and the remaking of the european financial capital. *Environment and Planning A*, v. 24, n. 1, pp. 49-81.
- LEYSHON, A.; TICKELL, A. (1994). Money order? the discursive construction of bretton woods and the making and breaking of regulatory space. *Environment and Planning A*, v. 26, n. 12, pp. 1861-1890.
- LUKE, T. W. (1994). Placing power/siting space: the politics of global and local in the new world order. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 12, n. 5, pp. 613-628.
- MacLEOD, G. (1999). Place, politics and “scale dependence”: exploring the structuration of euro-regionalism. *European Urban and Regional Studies*, v. 6, n. 3, pp. 231-253.
- MacLEOD, G.; GOODWIN, M. (1999). Reconstructing an urban and regional political economy: on state, politics, scale, and explanation. *Political Geography*, v. 18, n. 6, pp. 697-730.
- MARSTON, S. (2000). The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 2, pp. 219-242.
- MARX, K. ; ENGELS, F. [1844]. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre, L&PM Pocket, 2001.
- MASKELL, P.; MALMBERG, A. (1995). Localised learning and industrial competitiveness, ponencia apresentada. *Regional Studies Association Conference on “Regional Futures”*, Gothenburg, 6-9 de Mayo.
- MASSEY, D. (1999). Imagining globalization: power-geometries of space-time. In: BRAH, A.; HICKMAN, M. J.; MAcGHAILL, M. (edits.). (1999). *Global futures: migration, environment and globalization*. London, Macmillan.
- MILLER, B. (1997). Political action and the geography of defence investment: geographical scale and the representation of the massachusetts miracle. *Political Geography*, v. 16, n. 2, pp. 171-185.
- MOULAERT, F.; DJELLAL, F. (1990). Les firmes de conseil en technologie de l'information: des economies d'agglomération en réseaux. Trabalho apresentado na Conferência “Métrôpoles en Déséquilibre”. Lyon, 22-23 de Novembro.
- MOULAERT, F.; SWYNGEDOUW, E. (1989). A regulation approach to the geography of flexible production systems. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 7, n. 3, pp. 327-345.
- MOULAERT, F., SWYNGEDOUW, E.; WILSON, P. (2001). Spatial responses to fordist and post- fordist accumulation and regulation. In: JESSOP, B. (edit.) (2001).

- Regulation theory and the crisis of capitalism. Cheltenham and Northampton, MA, Edward Elgar.
- O'BRIEN, R. (1992). *Global financial Integration: the end of geography*. London, Pinter.
- OHMAE, K. (1996). *O fim do Estado-Nação: a ascensão das economias regionais*. Rio de Janeiro, Campus.
- PECK, J.; JONES, M. (1994). Training and enterprise councils: Schumpeterian Workfare State or what?. *Environment and Planning A*, v. 27, n. 9, pp. 1361-1396.
- PECK, J.; TICKELL, A. (1994). Searching for a new institutional fix: the after-fordist crisis and the global-local disorder" en Amin, A. (ed.) *Post-Fordism: A Reader* Blackwell, Oxford.
- PECK, J. ; TICKELL, A. (1995). Business goes local: dissecting the business agenda in Manchester. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 19, n. 1, pp. 55-78.
- PECK, J.; TICKELL, A. (2002) "Neoliberalizing space. In: BRENNER, N.; THEODORE, N. (edits.). (2002). *Spaces of neoliberalismo: urban restructuring in North America and Western Europe*. Oxford, Blackwell.
- PHILO, C. ; KEARNS, G. (edits.). (1994). *Selling places*. Oxford, Pergamon Press.
- RAYP, G. (1995). Misleidende globalisatie. *Vlaams Marxistisch Tijdschrift*, 3, pp. 43-61.
- ROBERTSON, R. (1995). Glocalization: time-space and homogeneity-heterogeneity. In: FEATHERSTONE, M.; LASH, S. ; ROBERTSON, R. (edits.). (1995). *Global modernities*. London, Sage.
- SADLER, D. (2000). Organizing european labour: governance, production, trade unions and the question of scale. *Transactions, Institute of British Geographers NS*, v. 25, n. 1, pp. 135-152.
- SALAS, R.; STORPER, M. (1993). *Les mondes de production. enquête sur l'identité économique de la France*, Paris, Editions de l'EHESS.
- SCHMITTER, P. (2002). Participation in governance arrangements: is there any reason to expect it will achieve "sustainable and innovative policies in a multi-level context"?", en Grote, J.R.; Gbikpi, B. (eds.) *Participatory Governance. Political and Societal Implications*, Opladen, Leske & Budrich.
- SCOTT, A. (1988) *New industrial spaces*, London, Pion.
- SCOTT, A. (2000) *Regions and the world economy*, Oxford, Oxford University Press.
- SILVERN, S. E. (1999). Scales of justice: law, american indian treaty rights and the political construction of scale. *Political Geography*, n. 18, pp. 639-668.
- SMITH, N. (1988). *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- SMITH, N. (1988a). Regional adjustment or restructuring. *Urban Geography*, v. 9, n. 3, pp. 318-324.



- SMITH, N. (1988b). The region is dead! long live the region. *Political Geography Quarterly*, v. 7, n. 2, pp. 141-152.
- SMITH, N. (1993). Homeless/global: scaling places. In: BIRD, J.; CURTIS, B.; PUTNAM, T.; ROBERTSON G.; TICKNER, L. (eds.), *Mapping the futures-local cultures, global change*. London, Routledge.
- SMITH, N.; DENNIS, W. (1987). The restructuring of geographical scale: coalescence and fragmentation of the northern core region. *Economic Geography*, v. 63, n. 2, pp. 160-182.
- SWYNGEDOUW, E. (1990). L'espace, le fordisme et le Limbourg. *Contradictions*, n. 58-59, pp. 115-151.
- SWYNGEDOUW, E. (1992a) "The Mammon quest: "glocalization", interspatial competition and the monetary order: the construction of new scales. In: DUNFORD; M.; KAFKALAS, G. (edits.) (1992). *Cities and Regions in the New Europe*. London, Belhaven Press.
- SWYNGEDOUW, E. (1992b). Territorial organization and the space/technology nexus. *Transactions Institute of British Geographers N.S.*, v. 17, n. 4, pp. 417-433.
- SWYNGEDOUW, E. (1993). Communication, mobility and the struggle for power over space", en GIANNOPOULOS, G.; GILLESPIE, A. (edits.) (1993). *Transport and communication innovation in Europe*. London, Belhaven Press.
- SWYNGEDOUW, E. (1996a). Reconstructing citizenship, the re-scaling of the state and the new authoritarianism: closing the Belgian Mines. *Urban Studies*, v. 33, n. 8, 1499-1521.
- SWYNGEDOUW, E. (1996b). Producing futures: international finance as a geographical Project. In: DANIELS, P.; LEVER, W. (edits.). (1996). *The global economy in transition*. Harlow, Longman.
- SWYNGEDOUW, E. (1997a). Neither global nor local: "glocalisation" and the "politics of scale". In: COX, K. (edit.). (1997). *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. New York/London, Guilford/Longman.
- SWYNGEDOUW, E. (1997b). Excluding the other: the contested production of a new "gestalt of scale" and the politics of marginalisation. In: LEE, R.; WILLS, J. (edits.). (1997). *Society, place, economy: states of the art in economic geography*. London, Edward Arnold.
- SWYNGEDOUW, E. (2000a). Authoritarian governance, power and the politics of rescaling. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 18, n. 1, pp. 63-76.
- SWYNGEDOUW, E. (2000b). Elite power, global forces and the political economy of "glocal" development. In: CLARK, G.; FELDMAN, M. ; GERTLER, M. (edits.). (2000). *Handbook of economic geography*. Oxford, Oxford University Press.
- SWYNGEDOUW, E. (2000c). Territories of innovation: innovation as a collective process and the globalisation of competition. In: LAWTON-SMITH, H. (edit.). (2000). *Technology transfer and industrial change in Europe*. London, Macmillan.
- SWYNGEDOUW, E., PAGE, B.; KAÏKA, M. (2002). Sustainability and policy innovation in a multi-level context. In: GETIMIS, P.; HEINELT, H.; KAFKALAS, G.; SMITH, R.; SWYNGEDOUW, E. (edits.). (2002). *Participatory governance in multi-level context: concepts and experience*. Opladen, Leske and Budrich.

TAYLOR, G. (1999). State regulation and the politics of public service: the case of the water industry. London/New York, Mansell.

TOWERS, G. (2000). Applying the political geography of scale: grassroots strategies and environmental justice. *Professional Geographer*, v. 52, n. 1, pp. 23-36.

WALSH, J. (2000). Organizing the scale of labour regulation in the United States: service-sector activism in the city. *Environment and Planning A*, v. 32, n. 9, pp. 1593-1610.

WATERMAN, P.; WILLS, J. (2001). Place, space and the new labour internationalism. Oxford, Blackwell.

ZELLER, C. (2000). Rescaling power relations between trade unions and corporate management in a globalising pharmaceutical industry: the case of the acquisition of Boehringer Mannheim by Hoffman-La Roche. *Environment and Planning A*, v. 32, n. 9, pp. 1545-1567.

ZOLA, E. [1891]. Money. Stroud, Alan Sutton, 1994.

## Capítulo 3

# Perguntas abertas sobre o reescalonamento de Estado

*Neil Brenner*

## Introdução

Trabalhos recentes sobre o reescalonamento de Estado estabeleceram linhas produtivas de teorização e pesquisa no campo da economia geopolítica crítica. No entanto, essa literatura contém muitas questões teóricas, interpretativas, metodológicas e empíricas que merecem uma reflexão mais sistemática. Ao chamar a atenção para várias destas perguntas, este artigo tem como objetivo promover a reflexão e debate sobre as possíveis futuras linhas de pesquisa dentro deste campo de estudo ainda em desenvolvimento. Após o levantamento de várias vertentes de trabalho em curso sobre os processos de reescalonamento do Estado, incluindo os meus próprios esforços em ‘New State Spaces’ (Brenner, 2004), sugiro que o campo agora repousa sobre bases teóricas relativamente sólidas e que estas têm facilitado uma “primeira onda” muito fértil de investigação concreta. O que é necessário agora, creio, é uma maior atenção às questões de método, especificamente, para as mediações que ligam conceitos abstratos para investigações contextualmente específicas e concretas. A exploração cuidadosa de tais mediações poderia viabilizar linhas de pesquisas concretas, que fossem intelectualmente desafiadoras e analiticamente robustas, que possam, então, ser mobilizadas como base para refinar e/ou reavaliar criticamente algumas das categorias do núcleo teórico da literatura, seus argumentos e suas generalizações. A fim de alcançar este objetivo, no entanto, os processos de reescalonamento de Estado devem ser distinguidos analiticamente de outras dimensões (territoriais; em nível local; em rede) da reestruturação espacial do Estado. A noção de reescalonamento não deve ser esticada para abranger o espaço do Estado como um todo. O artigo conclui delineando brevemente três fronteiras de investigação que poderiam ser exploradas de

forma produtiva dentro de uma possível “segunda onda” de trabalhos sobre o reescalonamento do Estado – uma consideração mais cuidadosa de lógicas de explicação, a elaboração de análises comparativas e questões de periodização.

## Novas Geografias da Estatalidade?

Nos últimos anos geógrafos críticos, economistas políticos heterodoxos, sociólogos e urbanistas estiveram mais atentos com as variáveis geografias da estatalidade ao longo da geografia histórica do capitalismo moderno. Relatos tradicionais da estatalidade necessariamente pressupunham determinadas suposições geográficas, mas geralmente o faziam sem questionar – de maneira reflexiva – seus pressupostos históricos e epistemológicos ou a possibilidade de que configurações do *espaço do Estado* estabelecidas pudessem ser transformadas qualitativamente. Contudo, as transformações geoeconômicas e geopolíticas do período pós-1970, romperam de maneira severa e reconstituíram as formações herdadas do espaço territorial nacional, levando a um interesse acadêmico sem precedentes em investigar as *dimensões geográficas do poder do Estado*. Enquanto que a imutabilidade aparentemente fossilizada das geografias territoriais entrincheiradas foi empurrada de forma dinâmica em um movimento histórico, estudiosos contemporâneos têm sido confrontados com uma tarefa hercúlea, ainda que empolgante, de desenvolver novas estruturas, categorias e métodos através dos quais possam mapear os *novos espaços estatais* que estão sendo construídos em diversos sítios e escalas, por toda a economia mundial.

A nova pesquisa sobre a *economia geopolítica do espaço do Estado* é caracterizada por uma notável amplitude: ela agora engloba uma gama quase perturbadora de orientações teóricas, campos disciplinares/pós-disciplinares, focos de pesquisa substantiva e preocupações normativas-políticas (para uma visão geral, consulte Brenner et al., 2003). Seria, portanto, ilusório classificar esse tipo de pesquisa como a representação de uma única “literatura”. Este trabalho pode ser melhor classificado como uma constelação heterogênea de discussões distintas, ainda que inter-relacionadas, de uma problemática; a saber, *a construção/transformação espacial do poder do Estado*.

Tomado como um todo, o envolvimento com esta problemática engloba vários conjuntos fundamentais de questões:

**Questões de teoria.** Como – e por quê – o poder do Estado (moderno) é constituído espacialmente? Quais formas concretas que a constituição espacial da estatalidade assume?

**Questões de método.** Por meio de que tipos de categorias, técnicas analíticas e lógicas de explicação devemos investigar a (re) articulação espacial do poder do Estado?

**Questões de periodização e variação contextual.** Como e por que as formas espaciais do Estado evoluíram ao longo do tempo? Como e por que elas variam de acordo com os contextos e escalas?

**Questões de análise de conjuntura.** Como e por que as formações herdadas do *espaço do Estado* estão sendo reconstituídas sob o capitalismo contemporâneo? Será que certas formas institucionais, arenas regulatórias ou esferas políticas estão servindo como locais privilegiados ou “vanguardas” para tais transformações? Quais são as consequências dos padrões contemporâneos de reestruturação espacial do Estado para a estruturação da vida político-econômica (por exemplo, os padrões de governança, investimento de capital, desenvolvimento desigual, cidadania, exploração, desigualdade social e/ou mobilização política)?

**Perguntas normativo-políticas.** Será que os padrões contemporâneos de reestruturação espacial do Estado e suas implicações variadas estão aí para serem afirmados ou criticados na análise social científica? Será que as modalidades alternativas de reestruturação espacial do Estado são desejáveis, e, em caso afirmativo, como elas podem ser promovidas?

Embora cada uma destas questões tenha recebido algum grau de atenção entre os analistas espacialmente sintonizados com o poder do Estado, a maior parte do trabalho recente tem se concentrado nas questões conjunturais listadas acima. Alguns dos mais perspicazes trabalhos recentes sobre reestruturação espacial do Estado interseccionam de perto com várias contribuições importantes para a economia política radical e heterodoxa, que investigam a reconstrução das formas de Estado fordistas-keynesianas e desenvolvimentistas do pós-guerra e a subsequente consolidação de regimes de “workfare” ou de concorrência estatal pós-keynesianos, pós-fordistas, pós-nacionais e pós-desenvolvimentistas. Como demonstram essas intersecções, análises de padrões contemporâneos de mudanças regulatórias e institucionais cada vez mais exigem um envolvimento reflexivo com a mudança dos parâmetros espaciais da condição de

Estado e, de modo mais geral, com o desenvolvimento desigual das formas de regulação ao longo de lugares, territórios e escalas .

A última década de pesquisas sobre reescalamento de Estado deve ser situada em oposição ao cenário destas férteis discussões daquilo que poderia ser chamado de produção do espaço do Estado.

Ao lado de variegados processos de reestruturação territorial do Estado, a re-elaboração de regimes de fronteira, o surgimento de novas modalidades de *place-making* e a consolidação de novas formas de governança em rede. É amplamente reconhecido hoje que há, na clássica formulação de Lipietz (1994: 32), um grande “re-embaralhamento da hierarquia de espaços”, que está se desenrolando no capitalismo contemporâneo.

O reescalamento de Estado representa um dos mais proeminentes exemplos dos processos de reescalamento – outros são o reescalamento da acumulação de capital, o reescalamento dos processos de urbanização e o reescalamento de políticas contenciosas. (Brenner, 2004; Leitner et al., 2007; Swyngedouw de 2000 ; Uitermark, 2002) <sup>1</sup>

Mais de 15 anos atrás, quando Swyngedouw (1992) publicou sua análise de glocalização, que é agora bem conhecida, o conceito de uma nova escala era relativamente obscuro e repercutiu principalmente dentro de um círculo de geógrafos radicais interessados na articulação escalar do desenvolvimento desigual da diferença espacial (por exemplo, Smith, 1992). Hoje a noção de uma nova escala – transformada em não menos importante por meio do trabalho pioneiro de estudiosos como Swyngedouw, Smith e outros – se tornou uma das palavras-chave da economia geopolítica crítica, um importante ponto focal para artigos de periódicos, questões temáticas, conferências acadêmicas, trabalhos editados, teses de doutorado e monografias de investigação. A pesquisa sobre reescalamento de Estado foi substancialmente enriquecida pela literatura mais ampla sobre o que Keil e Mahon (2009), recentemente cunharam como “a nova economia política de escala”, sendo que este último ajudou a orientar a investigação sobre o reescalamento de Estado dentro da ampla constelação de processos de reescalamento que estão animando a mudança político-institucional dentro do capitalismo contemporâneo. Em grande medida

---

<sup>1</sup> Estes processos de reescalamento podem ser distinguidos analiticamente, mas em qualquer contexto histórico-geográfico, eles estão mutuamente entrelaçados.

pois, durante os últimos 30 anos, os processos de reescalamento do Estado ricochetearam ao longo do sistema interestatal mundial, e com particular intensidade, rapidez e volatilidade, a investigação tornou-se uma das correntes mais vibrantes da pesquisa contemporânea em espaço do Estado (para uma recente e excelente visão geral de tendências europeias, consulte Gualini, 2006).

Ao passo que a investigação no espaço do Estado é bastante heterogênea, se não completamente pós-disciplinar, a vertente de tal investigação orientada para a questão do reescalamento de Estado tem sido circunscrita de maneira um pouco mais estreita. A agenda intelectual subjacente à pesquisa sobre o reescalamento do Estado é geralmente entendida de maneira pós-disciplinar. No entanto, os principais defensores dessa agenda geralmente são baseados em apenas algumas comunidades acadêmicas – sobretudo aquelas voltadas ao estudo da geografia política-econômica, dos estudos urbano-regionais, assim como algumas vertentes intersticiais de estudos sobre a descentralização e a econômica política internacional crítica/heterodoxa.<sup>2</sup>

Em princípio, o debate sobre o reescalamento de Estado poderia ser estendido de forma mais ampla através das ciências sociais, uma vez que, sem dúvida, tem implicações de longo alcance para quase qualquer investigação do poder do Estado, governança e argumentação política. Para o momento, no entanto, o caráter um tanto autossuficiente de pesquisas sobre reescalamento de Estado tem uma importante vantagem prática: fornece aos estudiosos que trabalham neste campo uma oportunidade para consolidar seus conceitos teóricos básicos, para esclarecer seus fundamentos metodológicos e estender suas substantivas reivindicações empírico-históricas.

---

<sup>2</sup> No contexto dos Estados Unidos, por exemplo, os debates sobre o reescalamento do Estado até agora parece ter tido pouca influência dentro da sociologia política dominante e da sociologia urbana; seu principal impacto sobre a ciência política dos EUA tem sido no campo da política urbana. Curiosamente, o historiador Maier (2000) se apropriou do discurso de reescalamento para analisar a consolidação e descentralização do território durante a história mundial do século 20, e Sassen (2006), de igual modo, recentemente mobilizou esta terminologia para analisar mudanças de prazos ainda mais longos em configurações mundiais de território, autoridade e direitos. Há, é claro, várias outras importantes literaturas da ciência social que lidam com a problemática do reescalamento do Estado, sem, no entanto, conceituá-la como tal – por exemplo, os estudos de governança global, a integração europeia, governança a vários níveis, relações intergovernamentais, descentralização, reforma de governança metropolitana, reorganização do governo local e redes de políticas. Para efeitos do presente, eu entendo a “literatura” sobre o reescalamento do Estado principalmente com referência às contribuições que explícita e reflexivamente usam a terminologia “reescalamento”.

## Viradas escalares e o Estado “pós-nacional”

A “virada escalar” dentro dos estudos da condição de Estado contemporâneo é ilustrada paradigmaticamente na grande síntese de Jessop (2002), “The Future of the Capitalist State”. Enquanto a monografia teórica prévia de Jessop, “State Theory” (1990) analisara o Estado e o sistema interestatal como “sítios” de estratégias políticas, ele – naquele momento – não examinou explicitamente suas constituições espaciais ou escalares. Como muito do que era publicado na economia política dominante e radical à época, Jessop conceituou as geografias do estatuto de Estado como sendo configuradas relativamente sem problemas em torno de duas escalas mais ou menos fixas da vida político-econômica; global e nacional – nas quais e através das quais estratégias políticas podem ser articuladas.

Por outro lado, a obra de Jessop (2002) e seus escritos subsequentes têm dedicado atenção grande e sistemática para aquilo que ele atualmente denomina de “economia política do reescalonamento de Estado” e desenvolveram uma conceituação, reflexivamente diferenciada por escala, do *Regime de Workfare Schumpeteriano Pós-nacional* (da sigla em inglês, SWPR) contemporâneo. A reconstituição das formas de Estado sob o capitalismo contemporâneo agora afirma envolver, simultaneamente, uma reformulação de suas arquiteturas escalares, que são conceituadas como dimensões intrínsecas do aparato institucional do Estado, e todas as formas de intervenção do Estado. Não mais, então, são as escalas do estatuto de Estado concebidas como plataformas estáveis de organização institucional, com atenção analítica fincada principalmente sobre as estratégias políticas que operam através delas. Em vez disso, no trabalho mais recente de Jessop, a organização escalar estatal é examinada não só como um local para estratégias políticas, mas também como um dos seus principais mecanismos e resultados (ver também MacLeod e Goodwin, 1999).

Esta reorientação conceitual significa que as estruturas escalares estatais agora estão sendo entendidas como historicamente maleáveis; elas podem ser rompidas e recosturadas através das próprias estratégias políticas que ativam. Além disso, o reescalonamento das instituições e políticas agora é conceituado como um dos principais meios através dos quais as forças sociais podem tentar reorganizar o equilíbrio de poder de classe e gerir as relações sociais



contraditórias do capitalismo (ver também Gough, 2004). Enquanto a noção de Jessop do SWPR está estreitamente ligada a sua avaliação das lógicas mutáveis da acumulação do capital sob o capitalismo do conhecimento, a sua coerência interna depende da proposição de que a arquitetura escalar pós-nacional do estatuto de Estado contemporâneo difere qualitativamente do que a da forma anterior de Estado, o Estado Nacional de Bem-estar social Keynesiano (da sigla em inglês, KWNS).

Será que os processos contemporâneos de reescalonamento de Estado produziram uma constelação de poder estatal pós-nacional ou “desnacionalizada” (Habermas, 2001; Sassen, 2006)? É consideravelmente mais honesto caracterizar a trajetória geral dos processos de reescalonamento de Estado em vez de escolher um rótulo abrangente para as suas consequências institucionais e espaciais variegadas. Em parte, porque o conceito do nacional é geralmente entendido a-historicamente, como uma unidade atemporal de organização territorial, esta questão continua a ser uma fonte de confusão considerável entre os analistas de reescalonamento do Estado. De fato, Jessop e vários outros pensadores que contribuíram com os debates sobre reescalonamento ocasionalmente têm sido mal interpretados como postulantes de uma formação recém-consolidada de espaço do Estado que contorna efetivamente o poder do Estado nacional (ver, por exemplo Cerny, 2006; Mansfield, 2005).

Na minha leitura, no entanto, a noção de pós-nacional na obra de Jessop é um conceito tendencial, não substancialista. Primeiro, ele é explicitamente definido com referência a vários processos – em particular, relativização da escala e a mobilização de estratégias políticas para a construção de uma nova escala cujos resultados supostamente permanecem incertos, contestados e contraditórios (Jessop, 2002: 252). Em segundo lugar, no conceito de Jessop, o conceito do pós-nacional é histórica e geograficamente específico. Destina-se a ser, principalmente, uma base para contrastar espaços estatais atualmente emergentes às paisagens regulatórias herdadas do capitalismo fordista-keynesiano, que haviam sido tendencialmente nacionalizados antes e durante aquele período. O argumento de Jessop em “O futuro do Estado Capitalista” (1993), portanto, não é que o nacional foi marginalizado ou, como ele propôs em uma formulação anterior menos precisa, “esvaziado” ou “oco”. Em vez disso, Jessop está sugerindo que o nacional está sendo redefinido em relação a

outras escalas (locais, regionais e triádicas) da organização institucional, experimentação regulatória e estratégia política. Assim entendida, a distinção nacional/pós-nacional que está incorporada dentro do contraste apontado por Jessop entre KWNS/SWPR não é baseada em uma soma zero ou ainda/ou lógica. Ao contrário, ela é fundamentada em uma série de generalizações à respeito as articulações escalares tendencialmente envolventes que ocorrem entre os principais locais de existência do Estado desde a crise sistêmica do capitalismo Fordista-Keynesiano na década de 1970.

A questão de como rotular as tendências (cronicamente instáveis) e os resultados (endemicamente provisórios) dos processos contemporâneos do reescalonamento do Estado permanece altamente complexa. Em particular, tais procedimentos generalizantes são notoriamente suscetíveis às falácias metodológicos da teleologia, do substancialismo e essencialismo que se tornaram particularmente desenfreados no seio de debates anteriores sobre a suposta transição para o “pós-Fordismo” (para uma crítica e avaliação, ver Jessop e Sum, 2006). Em minha opinião, Jessop não sucumbe a esses perigos metodológicos. Não obstante, o conteúdo escalar do terceiro termo da sigla conceitual SWPR – o “P” – criado por Jessop, é em realidade consideravelmente mais complexo do que indica a sigla proposta. Por conta própria, o ‘pós-nacional’ é uma zona de rearticulação que está atualmente sendo constituída através de transformações institucionais multiescalares contextualmente específicas, e lutas políticas. Pode, portanto, ser metodologicamente prudente, ainda que estilisticamente deselegante, representar este conteúdo escalar simplesmente como um colchete aberto contendo um ponto de interrogação (“SW[?]R”), uma vez que isso sublinharia explicitamente o caráter relativamente incipiente de processos contemporâneos de reescalonamento, especialmente relativos à nacionalização intensiva de tendências que obtiveram durante “les trente glorieuses”.

No entanto, acredito que tais precauções seriam excessivas. O uso de conceitos gerais para caracterizar processos emergentes de escalonamento de Estado é analiticamente desejável enquanto isto – quando conquistado rigorosamente – puder ajudar a iluminar as mudanças institucionais (de outra forma) disparatadas e aparentemente rudimentares, os realinhamentos de políticas e lutas políticas. Consequentemente, a literatura sobre reescalonamento se

beneficia substancialmente dos esforços contínuos para elaborar generalizações ‘panorâmicas’ em relação a tendências contemporâneas. Muitas vezes, é somente por meio de uma retrospectiva considerável que as generalizações coerentes em relação a um período de intensa volatilidade podem ser efetivamente elaboradas. Enquanto uma síntese macroespacial e macro-histórica pode não ser atingível no presente momento, esta aspiração analítica pode, sem dúvida, proporcionar um poderoso estímulo para o pensamento criativo e para a pesquisa sobre os processos de reescalamento do Estado. Se a noção de pós-nacional de Jessop continua a ser uma formulação preliminar e até mesmo um pouco enganosa, ela tem servido para estimular debates produtivos sobre a natureza e trajetória dos processos contemporâneos de reescalamento de Estado. Presumivelmente, os futuros esforços para construir uma etiqueta teórica apropriada para os espaços estatais reescalados do capitalismo contemporâneo poderiam ter uma função intelectual similar.

## Reescalamento de Estado como uma estratégia política

A virada escalar de Jessop, juntamente com as obras fundamentais de Harvey (1982) e Lefebvre (1991, 2009), forneceram muita inspiração para os meus próprios esforços desde o final da década de 1990 em prol do desenvolvimento de uma teorização sintonizada com a escala de uma existência de Estado contemporâneo e uma análise teórico-estatal dos processos de reescalamento contemporâneos. Muitos dos meus escritos iniciais sobre esses temas implantavam a linguagem da escala como um rótulo genérico para os níveis de organização estatal e espacial – por exemplo, as escalas globais, nacionais, regionais e locais do sistema interestatal moderno (ver, por exemplo, Brenner, 1998). Em contrapartida, o meu livro “New State Spaces” (2004) adotou uma estratégia metodológica diferente. Em vez de focar em escalas específicas do poder estatal; ou examinando a estrutura escalar de uma forma de Estado particular, eu adotei um processual metodológico – na verdade, uma versão espacializada da abordagem estratégico-relacional de Jessop (1990) na qual a seletividade escalar estadual é entendida como uma expressão, um meio para, e um resultado de estratégias políticas. Isto significava que os processos de reescalamento devem ser entendidos em termos

de estratégias políticas contextualmente específicas que lhes engendrem (ver também Swyngedouw, 1997). A questão, a partir deste ponto de vista, era como e por que estratégias políticas são mobilizadas para transformar configurações já estabelecidas de organização escalar do Estado e como tais estratégias de reescalonamento, por sua vez, evoluem ao longo do tempo.

Para enfrentar esse conjunto de questões, eu foquei minha análise nos problemas de regulação sistêmicos associados com os processos de urbanização capitalista e, mais genericamente, com o processo de desenvolvimento espacial desigual sob o capitalismo. Minha hipótese é que, assim como ocorre com outros problemas de regulação sistêmica no capitalismo (por exemplo, a comoditização do trabalho, a reprodução do capital, a circulação de dinheiro e assim por diante), os processos de urbanização iriam gerar formas contextualmente específicas de deslocamento socioespacial e formação de crises, bem como estratégias correspondentes de intervenção política projetadas para enfrentar estes últimos. Com base em abordagens que enfatizaram o caráter contraditório da intervenção do Estado sob o capitalismo (por exemplo, Jessop, 1990, 2002; Lefebvre, 2009; Offe, 1984; Poulantzas, 1978), eu presumi que as estratégias do Estado para regular o processo de urbanização iriam frequentemente engendrar consequências sócio-espaciais disfuncionais e até mesmo auto-debilitantes em vez de uma gestão eficaz do desenvolvimento territorial.

A minha análise na última metade de “New State Spaces” revelou que, com as (ainda que desiguais) expansão, intensificação e aceleração dos processos de urbanização no decorrer do século 20, os Estados europeus ocidentais de fato mobilizaram uma série de estratégias políticas destinadas a estabilizar, gerenciar e redirecionar padrões de desenvolvimento urbano. Através de uma análise transnacional de tais estratégias políticas da Europa ocidental durante o período de 1960 a 2000, encontrei fortes evidências de que suas arquiteturas escalares foram qualitativamente modificadas, particularmente desde os anos 1980. Desde o início desta década, a orientação espacial redistributiva (e nacionalizante) das políticas urbanas e regionais do pós-guerra foi amplamente ultrapassada. À medida que a formação regulatória do keynesianismo espacial foi desestabilizada e desmontada, diversos tipos de política locacional urbana foram mobilizados, de uma só vez a nível nacional, a nível regional

e a nível local, através do sistema estatal europeu ocidental. Em vez de promover o desenvolvimento urbano e regional “equilibrado” no interior de economias espaciais nacionais relativamente auto-cêntricas, o objetivo mais amplo das políticas locais urbanas é posicionar grandes cidades e cidades-regiões estrategicamente dentro de circuitos supranacionais (tanto europeus quanto globais) de acumulação do capital. Enquanto tanto o keynesianismo espacial quanto as políticas urbanas locais estão associados a falhas políticas endêmicas e desarticulações político-econômicas, minha pesquisa sugere que tais tendências de crises induzidas pelo Estado – nas palavras de Offe (1984), a “crise da gestão de crise” – foi particularmente difundida durante o período pós-1980. De tal maneira, o capítulo final do livro sugeriu que, desde os anos 1990, novas formas de reescalamento de Estado surgiram em grande parte em resposta às tendências de crise geradas através da primeira onda da política local urbana. Isto levou à construção de novas escalas de intervenção do Estado (bairros, regiões metropolitanas e redes interurbanas transnacionais) para a cristalização de tendências de crise adicionais e desarticulações; e, posteriormente, a uma intensificação e aceleração dos processos de reescalamento. Portanto, os processos de reescalamento do Estado, portanto, parecem ser ativados por meio de falha regulatória.

Metodologicamente, então, “New State Spaces” interpreta o escalonamento de Estado através de uma lente de análise distinta. Ele examinou a evolução das seletividades escalares das respostas do Estado a um problema de regulamentação específica sob o capitalismo do pós-Guerra e do final do século 20, e, com base nisso, ele elabora uma análise esquemática de tendências de médio e longo prazo do reescalamento do Estado durante um período de 40 anos. O conceito estilizado de um “Regime Reescalado de Competição Estatal” (da sigla em inglês, RCSR) representa o fruto analítico daquele esforço (para uma abordagem análoga aos processos de reescalamento com referência ao problema regulatório da comoditização do trabalho de-comoditizado, consulte Peck, 2001, 2002). Essencialmente, o conceito de RCSR foi introduzido para demarcar um conjunto institucional dilacerado por crises, auto-enfraquecedor e contraditório – ainda que significativamente reescalado – em vez de rotular uma forma de Estado estabilizado ou correção espaço-temporal sob o capitalismo neoliberalizante (contra Cerny,

2006). Assim como a noção de SWPR de Jessop, como apresentada acima, o conceito de RCSR é tendencial, processual e relacional em vez de substancialista.

## Níveis de abstração e a espiral dialética

Uma característica metodológica igualmente central de “New State Spaces” foi a adoção da distinção do realismo crítico entre os conceitos abstratos e pesquisa concreta (Sayer, 1992). O lastro analítico do livro foi apresentado com firmeza no que eu chamo de “nível meso”, que combina tanto conceitos abstratos quanto provas concretas para propor uma ampla periodização de padrões de desenvolvimento territorial do Estado em toda a Europa ocidental durante o período de 40 anos sob investigação.

Isso significava, por um lado, a elaboração de bases teóricas para a análise do processo espacial estatal como tal sob o capitalismo moderno. Aqueles fundamentos teóricos visam não só informar a investigação sobre a regulamentação da urbanização capitalista, mas também facilitar a pensar sobre reescalonamento de Estado, e de fato, sobre a reestruturação espacial do Estado de forma mais geral. Por outro lado, esta abordagem de nível meso implicou a escavação de histórias contextualmente específicas (nacionais, regionais e locais) de reorganização institucional e mudança de políticas através de alguns dos principais países da União Europeia (UE).<sup>3</sup> O objetivo era determinar se quaisquer generalizações macro-históricas poderiam ser aventadas em relação à ampla trajetória do reescalonamento de Estado durante os períodos pós-Guerra e pós-década de 1980. O que foi, assim, apresentado como uma rede conceitual abstrata simples delineando os parâmetros básicos para a evolução da seletividade espacial do Estado (Brenner, 2004: 104) evoluiu posteriormente, através de modos cada vez mais concreto-complexos de análise, para uma série diagramas de nível meso destinados a expressar, de forma esquemática, as tendências essenciais e as tendências de crise associadas a cada uma das grandes ondas de reescalonamento de Estado examinadas no livro (Brenner, 2004: 132, 134-136, 214, 215-219, 273, 283, 291). Em vez de postular uma convergência de espaços estatais em torno de uma forma singular ou modelo, estes diagramas de nível meso tinham a

---

<sup>3</sup> A análise centrou-se principalmente no Reino Unido, Holanda, França, Alemanha, Itália e partes da Escandinávia.

intenção de resumir os padrões compartilhados de escalonamento de Estado que se cristalizaram ao longo de formações político-espaciais bem diversas e intensamente variadas.

Esta estratégia de investigação contém perigos metodológicos expressivos (Sayer, 1992) – por exemplo, a construção de conceitos abstratos faltando um ponto de referência concreto (más abstrações); a espera por conceitos abstratos para explicar ou prever a forma precisa das tendências concretas ou eventos (sobre-extensão); a imposição de conceitos abstratos sobre tendências concretas às quais eles não se aplicam corretamente (generalização); e o tratamento de histórias concretas simplesmente como um meio para ilustrar princípios abstratos ou reivindicações de interpretação de nível meso (reduccionismo). Ainda assim, deve-se reconhecer que as estratégias de pesquisa que tentam operar principalmente ou exclusivamente no nível concreto confrontam armadilhas metodológicas igualmente significativas – incluindo aí o voluntarismo, o empirismo e o falsificacionismo ingênuo (Sayer, 2000).

A chave para evitar esses problemas é manter distinções claras e reflexivas entre os vários níveis de abstração nos quais a investigação sobre reescalamento de Estado é organizada. De tal forma, é possível espiralar dialeticamente entre os níveis relevantes de abstração à propósito de, simultaneamente, aprofundar o entendimento teórico (de espaço estatal e processos de reescalamento), para iluminar tendências de nível meso (percursos e trajetórias de reescalamento) e para decifrar conjunturas histórico-concretas e lutas (experimentos de regulamentação específicos de escala, estratégias de reescalamento, lutas políticas sobre a organização escalar, as falhas de regulação articuladas por escala). O desafio de navegar esta espiral dialética alcança não somente o âmbito dos estudos de reescalamento de Estado, mas também o seio de qualquer abordagem da ciência social, incluindo o marxismo, a teoria da regulação e a economia evolucionária, que aceita alguma forma de epistemologia realista crítica (ver, por exemplo, Fleetwood, 1999; Jessop e Sum, 2006; Lawson, 1997; Sayer, 2000).

## Tendências recentes de reescalamento

Refletindo retrospectivamente sobre os argumentos de “New State Spaces” muitos anos após sua publicação, eu gostaria de

continuar a defender a ampla interpretação das tendências europeias ocidentais de nível meso presentes no livro. Especificamente a reorientação das estratégias espaciais estatais de modalidades nacionalmente redistributivas para formas – urbano-cêntricas, orientadas para a competitividade – de política locacional que ainda aparecem como algo bastante difundido em toda a União Europeia (UE).

Nos últimos anos, esta tendência tem sido ilustrada de forma bastante dramática na França sob Sarkozy, onde a DATAR, que serviu de “cockpit” institucional do planejamento espacial francês por 40 anos, foi recentemente substituída pelo DIACT, uma nova agência estatal voltada para o planejamento e competitividade.<sup>4</sup> Além disso, Sarkozy mobilizou recentemente um projeto arquitetônico, administrativo e de planejamento, em larga escala, para estabelecer a “Grande Paris”, uma maciça aglomeração urbana que se estende desde o porto de Le Havre no Canal da Mancha, atravessando o país até Rouen no Oeste francês.<sup>5</sup> Na Holanda, com a adoção da Estratégia Espacial Nacional (Nota Ruimte 2006), o governo central continua a explorar formas de canalizar os investimentos tanto públicos como privados na Randstad, a sua principal região urbana, sem com isso negligenciar os créditos fiscais e políticos articulados em outro lugar dentro do território nacional. Na maioria dos países da UE, no entanto, as políticas locacionais urbanas não estão sendo promovidas em uma escala tão grande, ou debatidas de forma tão explícita na esfera pública. Ao invés disso, elas são geralmente obtidas através de recalibramentos institucionais, reorientações políticas e experimentos regulatórios mais sutis, ainda que não menos difundidos, seja dentro de agências estatais estabelecidas ou no seio de órgãos recém-criados pós-keynesianos de governabilidade. Enquanto isso, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) começou a promover políticas de competitividade local e regional tal como se fossem as reações governamentais mais apropriadas,

---

<sup>4</sup> A DATAR (Délégation interministérielle à l'Aménagement du Territoire et à l'Attractivité Régionale) foi criada em 1963; e desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento e implementação de vários projetos habitacionais, políticas de desenvolvimento regionais e de infraestrutura ao longo de todo o alto período fordista (Brenner, 2004: 148). O DIACT (Délégation Interministérielle à l'Aménagement et à la Compétitivité des Territoires) tem várias funções administrativas, incluindo a promoção da coesão territorial, mas um dos seus principais projetos é o estabelecimento de “pólos de competitividade” em toda a França.

<sup>5</sup> Veja Samuel (2008), bem como a questão tema da Revue ESPRIT (10/2008, 60-194), “Les chantiers du Grand Paris”.



as “melhores práticas”, para um ambiente geoeconômico cada vez mais incerto.

À luz dessas tendências, eu creio que o cenário desolador de médio prazo postulado nas páginas finais de “New State Spaces” (2004: 295-304) continua a impor considerável plausibilidade.

Políticas locacionais urbanas parecem ter sido tendencialmente “encaixadas” em toda a UE (e além, na verdade), apesar de suas consequências disfuncionais e muitas vezes auto-boicótantes, para os panoramas de desenvolvimento econômico. Contudo, as fontes políticas distintas, os contornos institucionais e efeitos político-econômicos desse encaixe institucional continuam a variar de forma significativa entre contextos nacionais, regionais e locais, e, conseqüentemente, também variam as possibilidades de “se desvençillar” da trajetória regressiva de desenvolvimento que acarreta. Pois, como com qualquer projeto de reescalonamento, as políticas locacionais urbanas só podem ser perpetuadas por meio da mobilização contínua de forças sociais, alianças territoriais e recursos que as promovam (veja Keating, Cairney e Hepburn, 2009; bem como Jones; MacLeod, 2004; Park, 2003, 2008)<sup>6</sup>. Particularmente à luz dos seus efeitos invasivamente desconcertantes sobre a dinâmica de crescimento urbano-regional e sistemas nacionais de coordenação regulamentar, a sustentabilidade de políticas urbanas locacionais de longo prazo continua a ser muito discutível (argumentos mais recentes para esse efeito incluem Markusen, 2007, e Turok, 2009).

Nos futuros imediato e de médio prazo, à medida que as tendências à crise do capitalismo pós-keynesiano e neoliberalizante continuarem a se agitar através das paisagens econômicas europeia e mundial, mais modificações às políticas locacionais urbanas tornam-se mais prováveis – por exemplo, em sua configuração escalar/espacial, em sua estrutura institucional e em sua substantiva orientação política. Será que tais modificações corresponderão a meros “remendos” dentro dos parâmetros básicos de um regime arraigado, orientado para a competitividade, de governança econômica? Ou eles vão sinalizar os inícios da reorganização qualitativa

---

<sup>6</sup> Como Bayirbag (2007) nota, o papel de tais alianças territoriais e imaginários espaciais no reescalonamento do espaço estatal permanece pouco compreendida e merece atenção mais extensa tanto teórica quanto empírica. Os escritos de Kevin Cox, Jamie Gough, Martin Jones, Michael Keating, Gordon MacLeod e Bae-Gyoon Park oferecem incursões extremamente úteis para essa tarefa, mas ainda há muito trabalho a ser feito para compreender as bases sociais e ideológicas do reescalonamento do Estado.

daquele regime, ou mesmo a sua sentença de morte? Estas questões só podem ser confrontadas por meio de pesquisas mais concretas, informadas pela consciência reflexiva de suas implicações comparativas e seus riscos (geo)políticos.

## Em direção a uma segunda rodada de pesquisa sobre reescalonamento de Estado?

À medida que uma nova orientação teórica, estrutura ou conceito inspira estudiosos a reconsiderar interpretações estabelecidas de um fenômeno, ela pode abrir novas linhas de acesso a questões de pesquisa que tinham sido previamente consideradas solucionadas. Essas inovações podem também revelar problemas ignorados ou negligenciados que estejam exigindo investigação mais sistemática, e, assim, abrir campos de investigação e questões de pesquisa inteiramente novos. Cada uma dessas oportunidades para investigar o reescalonamento de Estado agora está sendo aproveitada. Na verdade, agora tornou-se evidente que a “primeira rodada” de trabalho sobre reescalonamento de Estado está em curso há pelo menos uma década. Há sinais de que esta fase inicial de desenvolvimento da teoria e pesquisa exploratória está agora a atingir a maturidade. Por um lado, a literatura sobre reescalonamento de Estado está se expandindo rapidamente, com referência a diversos domínios da política de Estado, formas de reorganização institucional, os locais das alterações regulamentares e as modalidades de governabilidade (veja Lobão, Martin e Rodríguez-Pose). Enquanto isso, os parâmetros empíricos para esta pesquisa também estão sendo estendidos para locais e territórios em toda a economia mundial. Assim, agora há evidências consideráveis sugerindo que o reescalonamento de Estado está se desenrolando, não só dentro da UE, mas também, por exemplo, dentro de partes do Leste europeu (Drahokoupil, 2007), dos EUA (Cox, 2009), Canadá (Boudreau et al., 2007; Mahon, 2005), México (Mills, 2006), Austrália (Lawson, 2007; McGuiirk, 2004), África do Sul pós-Apartheid (Samson, 2008), Turquia (Bayirbag, 2007; Ercan e Oguz, 2006), Irã (Rouhani, 2003), Coreia do Sul (Park, 2003, 2008), Malásia (Bunnell e Coe, 2005), Gana, Índia (Grant e Nijman, 2004; Ren e Weinstein, 2008) e China pós-reforma (Smart e Lin, 2007; Zhang, 2008), entre outros contextos. Finalmente, muitos campos tradicionais da ciência administrativa e

da análise política – por exemplo, o estudo das relações intergovernamentais, descentralização, regionalismo, localismo, centralismo e federalismo, estão sendo reexaminados através da lente dos debates sobre reescalamento. Isto permitiu aos pesquisadores relacionar discursos acadêmicos técnicos a questões fundamentais no âmbito da economia geopolítica da transformação do Estado (Martinez-Vazquez; Timofeev, 2009). Especialmente para os estudiosos que têm por muito trabalhado para integrar as considerações escalares à economia geopolítica comparativa, estes desenvolvimentos são encorajadores.

Só o tempo dirá se os debates em curso sobre reescalamento de Estado terão um impacto construtivo duradouro sobre as ciências sociais. É esclarecedor, neste contexto, lembrar o terreno analítico coberto pelos debates britânicos de localidades ocorridos na década de 1980, que anteciparam algumas das principais preocupações que estão agora a ser abordadas sob a rubrica de reescalamento do Estado, ainda que durante uma fase anterior da reestruturação espacial do Estado (ver, por exemplo, Dickens et al., 1985; Duncan e Goodwin, 1989; Harloe et al., 1990). Os debates de localidades produziu uma riqueza de percepções sobre o desenvolvimento desigual da regulação estatal ao longo do lugar, do território e da escala, e influenciaram muitos dos primeiros contribuintes para discussões recentes de reescalamento do Estado. No entanto, com a exceção de citações para estudiosos como Kevin Cox, Mark Goodwin e Neil Smith, cujo trabalho se estendem por ambas as literaturas, as referências aos debates de localidades foram praticamente ausentes nas discussões contemporâneas de reescalamento do Estado.

Esta aparente amnésia teórica tem várias origens; por exemplo, a evolução da moda acadêmica e a heterogeneidade, e mesmo o ecletismo, metodológico da literatura sobre reescalamento. Mas, eu diria, também resulta em parte do paroquialismo geográfico dos debates de localidades em si. Pois, embora os debates de localidades estivessem fincados sobre fundamentos teóricos sofisticados, eles eram orientados quase exclusivamente para o contexto do Reino Unido e foram, assim, em grande parte, enquadrados dentro de uma arena espacial única e definida nacionalmente. Esta circunstância reforça a importância dos horizontes metodológicos explicitamente transnacionais que definiram as literaturas sobre reesca-

lonamento de Estado desde suas origens.<sup>7</sup> A maioria dos trabalhos sobre reescalonamento de Estado ainda está focada em “casos” ou “exemplos” individuais (sejam eles uma cidade, uma região, um Estado nacional ou um bloco multinacional). Contudo, essas análises estão normalmente situadas analiticamente dentro de um contexto global mais amplo – desenvolvido de forma desigual – de reescalonamento de processos, práticas e lutas. Particularmente para os pesquisadores de orientação crítica, que tenderam a se distanciar das posições dominantes acerca dos debates sobre globalização devido a seu impulso homogeneizante e totalizante, a noção de reescalonamento serviu para demarcar uma tendência geral de reestruturação socioespacial mundial que não obstante envolve formas de rediferenciação espacial intensamente modeladas, ainda que contextualmente específicas (Smith, 1997; Swyngedouw, 1992, 1997). Debates sobre o reescalonamento de Estado estendem esta percepção a arranjos institucionais hierarquicamente estruturados gerando uma contranarrativa potente às previsões do declínio do Estado, ou mesmo e erosão estatal, as quais impregnavam a pesquisa sobre a globalização durante os anos 1980 e início dos anos 1990. O conceito de reescalonamento já concedeu uma rubrica conceitual relativamente coerente e unificadora dentro da qual interpretar tais padrões, de outra forma díspares, de reestruturação socioespacial em todo o mundo e de reorganização institucional específica do território.

Mas aqui reside o que pode muito bem se tornar o “calcanhar de Aquiles” desta literatura toda – a tendência a generalizar ou subespecificar o conceito de reescalonamento à medida que é aplicado a uma gama cada vez maior de transformações político-institucionais e sócioespaciais. Assim como a própria noção de escala (Brenner, 2001), o conceito de uma reescalonamento está sendo cada vez mais utilizado como uma categoria genérica descritiva, como um rótulo abrangente para as transformações socioespaciais contemporâneas ou, em alguns casos, como um “conceito caótico” (Sayer, 1992)

---

<sup>7</sup> Uma edição temática da revista *Environment and Planning A* (1991: 23, 2) dedicada ao debate de localidades pode muito bem marcar um ponto de transição fundamental entre essas literaturas distintas. Enquanto a maioria das contribuições para a edição especial foi orientada para os déficits de análise e os elos perdidos dentro dos debates de localidades, vários autores aproveitaram a ocasião para articular algumas das principais agendas metodológicas que posteriormente atuariam debates sobre os processos de reescalonamento (ver, em particular, Cox e Mair, 1991).

sem um referente empírico claramente especificado.<sup>8</sup> No entanto, assim como os processos de reescalonamento não abrangem todos os aspectos da reestruturação sócioespacial, o reescalonamento de Estado não é sinônimo com Estado de reestruturação espacial como tal. Ao invés disso, representa uma entre várias dimensões-chave do espaço estatal contemporâneo, os outros sendo a territorialização, o *place-making*, e a interligação/reticulação (Brenner, 2009; Jessop et al., 2008). Dada a natureza contenciosa de debates recentes sobre o conceito de escala (ver, por exemplo, Collinge, 2005; Jonas, 2006; Marston et al., 2005; Sayre, 2005), seria irrealista esperar que todos os analistas de reestruturação espacial do Estado chegassem a um acordo sobre uma definição única e compartilhada de reescalonamento do Estado. Entretanto, a menos que os estudiosos explicitamente especifiquem seus próprios entendimentos particulares daquilo este processo implica, teórica e empiricamente, a distinção entre transformações escalares de espaço estatal e outras dimensões da reestruturação estatal espacial será dissolvida. Conseqüentemente, a investigação sobre reescalonamento permanecerá vulnerável à críticas desconstrutivas e ontológicas, assim como ao problema consideravelmente mais mundano da imprecisão metodológica.

De minha parte, continuo a crer que os estudos de reescalonamento de Estado representam um meio importante para explorar as amplas questões sobre o espaço estatal – teóricas, metodológicas, históricas, conjunturais e normativo políticas – que foram apresentadas no início deste ensaio. A questão de reescalonamento não esgota a problemática do espaço de Estado, mas representa indiscutivelmente uma dimensão chave deste último, especialmente sob condições contemporâneas, em que escalas herdadas de atividades regulatórias estão sendo profundamente recosturadas em grande parte da economia mundial. Além disso, como Jonas (2006) explica, a reformulação das divisões escalares de regulação é muitas vezes mediada através de estruturas rede, territorializadas ou baseadas em lugares, processos, mecanismos e relações. Por esta razão, a investigação do reescalonamento do Estado – quer como um fenômeno que precisa ser explicado ou como a explicação desse fenômeno –

---

<sup>8</sup> A minha participação em várias conferências acadêmicas internacionais recentes em Geografia (AAGs, Boston, Abril de 2008) e estudos urbanos (RC21/ISA, Tóquio, Dezembro de 2008), onde o conceito de reescalonamento foi muitas vezes utilizado como sinônimo de noções igualmente vagas, como reestruturação, neoliberalização e a globalização, reforçou a minha preocupação em relação a essas tendências dentro da literatura publicada.

não necessita cometer um pesquisador a mapear todo o contexto espacial de tais processos exclusivamente em termos escalares. Pelo contrário, o léxico de escala geográfica é mais poderoso quando é reflexivamente combinado com outras rubricas conceituais que estão em sintonia com o caráter das relações socioespaciais polimórficas sob o capitalismo moderno, incluindo aquelas associadas com espaço de Estados (Brenner, 2009; Jessop et al., 2008).

Portanto, apesar de chamados recentes para substituir conceitos escalares com aqueles do local, da ensamblagem e da rede, parece provável que a investigação sobre processos de reescalonamento do Estado, ao lado de outros processos de reescalonamento, vai continuar a ganhar ímpeto intelectual. A primeira rodada do debate sobre reescalonamento de Estado estava intimamente entrelaçada com discussões de reterritorialização do Estado, de “re-limitação” e, em menor extensão, a política do place-making. É de se esperar que a próxima onda de pesquisas sobre o reestruturação espacial de Estado implicará explorações mais sistemáticas de como as instituições estatais reescaladas e reterritorializadas interagem com formas de governança relacionais, rizomáticas ou em rede – e vice versa (ver Pike; Tomaney, 2009; Büchs, 2009; bem como Bulkeley, 2005).

### Três fronteiras de pesquisa

Afora essas considerações teóricas e de definição, acredito que a próxima rodada de pesquisas sobre o reescalonamento de Estado poderia se beneficiar substancialmente de maior reflexividade metodológica em todos os níveis da espiral dialética, do abstrato para o concreto e assim por diante. Nos termos descritos acima, isso implicaria, em primeiro lugar, o desenvolvimento de novas técnicas para articular os conceitos abstratos e argumentos gerais da primeira onda de investigação sobre reescalonamento de formas contextualmente específicas de investigação. Uma exploração cuidadosa de tais mediações conceituais poderia, por outro lado, proporcionar uma base para interrogar criticamente parte dos alicerces teóricos da literatura produzida durante a primeira – por exemplo, suas categorias essenciais, suas narrativas macro-históricas organizadoras, suas generalizações conjunturais e seus diagnósticos políticos. Estas são tarefas amplas e de grande alcance, e há muitas maneiras potencialmente frutíferas para enfrentá-las, cada uma

das quais envolve distintas combinações de abstração-concretude, técnicas de mediação financeira e entendimentos de reflexividade metodológica. Para os presentes efeitos, eu gostaria de chamar a atenção a três questões específicas, cujas explorações sistemáticas, creio eu, ajudariam a alcançar os dois objetivos acima referidos e, por consequência, promoveriam as pesquisas sobre o reescalamento do Estado.

(1) Lógicas de explicação. Na maioria das análises, o reescalamento de Estado é visto em termos estruturais, como a expressão ou resultado de tendências político-econômicas de grande escala – por exemplo, a crise do fordismo no Atlântico Norte, a acelerada integração geoeconômica, a competição interespaçial intensificada e assim por diante. Em avaliações mais centradas no agente, o reescalamento do Estado é entendido em termos estratégicos, como uma resposta política às desarticulações, aos desafios e contradições induzidas através dessas tendências macroestruturais. Ocasionalmente, o reescalamento do Estado também é visto como um ‘*explanans*’, isto é, como uma tendência ou condição que gera consequências político-econômico específicas – por exemplo, desenvolvimento espacial desigual intenso, fracasso regulatório acelerado, novas formas de cidadania, novos padrões de conflito político e assim por diante. Na maioria dos casos, no entanto, essas lógicas metodológicas são pressupostas de maneira não reflexiva em vez de serem explicitamente elaboradas. Ainda assim, isso poderia esclarecer os objetivos, desafios e implicações da pesquisa sobre o reescalamento do Estado, reforçando simultaneamente a sua precisão metodológica.

O que é, exatamente, a agenda explanatória de um determinado estudo de caso de reescalamento de Estado? Reforçar, atualizar ou substituir conceitualizações teóricas existentes? Demonstrar que o reescalamento está ocorrendo em um contexto institucional no qual este processo não havia sido reconhecido? Mostrar que o reescalamento do Estado está assumindo uma forma específica, talvez uma diferente daquelas que foram enfatizadas em estudos anteriores? Ou, talvez, para mostrar como o processo de reescalamento do Estado gerou outros resultados ou desenvolvimentos que são de importância social-científica ou politicamente significativos? O léxico de reescalamento do Estado continua a ser um poderoso instrumento de interpretação

para a caracterização de dimensões fundamentais do Estado de reestruturação espacial histórica e contemporânea. Como nunca, agora que este vocabulário analítico foi consolidado, a observação de que as instituições do Estado estão a ser redimensionadas é relativamente familiar e não mais algo surpreendente. Por conseguinte, como Lobão, Martin e Rodríguez-Pose (2009) da mesma forma argumentam, este é um momento oportuno para pesquisadores elaborarem procedimentos metodológicos mais criativos e ousados, destinados a iluminar exatamente como, quando, onde e por que processos de reescalonamento do Estado se manifestam, como tais processos evoluem ao longo do tempo, e como eles impactam vários domínios da vida político-econômica.

Isto não é simplesmente uma chamada para pesquisas mais concretas, mas para pesquisas concretas de um tipo particular. Seu objetivo não seria simplesmente ilustrar uma proposição teórica ou descrever a forma contextualmente específica concreta em que uma tendência macroespacial postulada tem sido articulada. Sua competência, em vez disso, seria escavar mais sistematicamente algumas das diversas fontes, formas, contradições e consequências de reescalonamento do Estado e, com base nisso, rever e, se necessário, suplantam os entendimentos e compreensões da primeira onda de pesquisas sobre o reescalonamento do Estado. Existem inúmeras estratégias analíticas através das quais tal agenda pode ser perseguida, mas, para ser eficaz, elas certamente precisam estar baseadas sobre um alto nível de reflexividade no que diz respeito ao enquadramento da pergunta de pesquisa, a escolha apropriada dos métodos, e os suportes teóricos, analíticos e políticos da análise.

(2) *Comparações.* Cox (2009) oferece algumas reflexões perspicazes sobre como os padrões norte-americanos de reescalonamento do Estado diferem daquele obtidos dentro da Europa Ocidental, e ele também enfatiza, construtivamente, as diferenças entre os processos de reescalonamento no interior de vários Estados europeus. Até o momento, no entanto, há pouco trabalho sistemático comparando os percursos de reescalonamento do Estado, seja com referência a territórios estatais específicos, formas institucionais, arenas políticas ou problemas regulatórios (exceções incluem Giersig, 2008; Grant e Nijman, 2004; Mahon, 2005; Ren e Weinstein, 2008). A investigação comparativa dos processos de reescalonamento é particularmente desafiadora, pois, mesmo à medida



que percursos determinados de reorganização escalar estão sendo forjados, as unidades de análise que estão sendo comparadas são, elas mesmas, prováveis que estejam em evolução. Portanto, estudos comparativos de reescalonamento do Estado exigirão a elaboração de estratégias de pesquisa orientadas para o processo, nas quais as trajetórias, em vez de unidades, são analiticamente justapostas. Mas, dada a ausência de uma unidade fixa de análise, é igualmente imperativo que tais investigações especifiquem da maneira mais precisa possível o sentido em que os processos de reestruturação do Estado sendo submetidos a análises comparativas representam processos de reescalonamento em oposição a alguma outra modalidade de reorganização político-espacial.

Não importa o quanto seus parâmetros empíricos e de definição são em última análise demarcados, as abordagens comparativas ao reescalonamento do Estado poderiam revelar-se bastante profícuas: elas têm o potencial de iluminar as variadas formas, padrões e sequências em que os processos de reescalonamento se desenrolam, bem como suas interconexões diferenciais com outros eixos de reestruturação socioespacial. Tais comparações de constatações de variações também podem facilitar a elaboração de generalizações de nível meso no tocante às trajetórias de médio e longo prazo de processos de reescalonamento em relação a padrões mundiais de reestruturação capitalista e desenvolvimento espacial desigual. Dada a proliferação de pesquisas sobre processos de reescalonamento de Estado em tantas arenas regulatórias em toda a economia mundial, é de se esperar que novos eixos multiescalares de comparação sejam explorados através e dentro das diversas regiões do mundo.<sup>9</sup>

(3) Periodizações. Muitas pesquisas sobre reescalonamento de Estado introduziram vários tipos de narrativas escalares em periodizações estabelecidas de desenvolvimento-capitalista – por exemplo, as derivadas da teoria da regulação, da teoria estatal neo-marxista ou da teoria do sistema mundial (para um panorama eficiente, consulte Albritton et al., 2001). Teóricos como Jessop (2002), Lipietz (1994), Peck e Tickell (1994), Smith (2004) e Swyngedouw (1997) foram além, e integraram considerações escalares de maneira siste-

---

<sup>9</sup> Eu acredito que a colaboração internacional será crucial para enfrentar essa tarefa. O volume editado por Park; Hill; Saito (2011) sobre reescalonamento do Estado e neoliberalização nos Estados desenvolvimentistas do Leste asiático representam um excelente exemplo de como esse tipo de pesquisa pode ser conduzido.

mática em sua conceituação de como as várias fases do desenvolvimento capitalista devem ser compreendidas e diferenciadas umas das outras. Em tais análises, processos de reescalonamento não são simplesmente detalhes descritivos dentro de um momento temporalmente definido de crescimento do capitalista. Em vez disso, as fases são elas mesmas compreendidas para serem escalonadas enquanto suas unidades político-econômicas constitutivas são associadas com configurações historicamente específicas de organização escalar e articulação interscalar, bem como com tendências de crise de escala específica (ver também Brenner, 1998). É esse conjunto de pressupostos que sustentam a compreensão compartilhada do capitalismo fordista-keynesiano como algo organizado predominantemente em torno de unidades político-econômicas nacionalizadas (“correções escalares”), e sua interpretação associada do capitalismo pós-1970 usando termos como relativização da escala, glocalização, desordem global-local e flexão da escala.

A minha análise em “New State Spaces” se inspirou extensivamente nestas periodizações escalares do capitalismo contemporâneo, mas se esforçou a explorar ainda uma outra possibilidade, ou seja, a de que os processos de reescalonamento do Estado podem ser periodizados eles mesmos. A questão, em outras palavras, não era apenas compreender como um entendimento de reescalonamento do Estado poderia contribuir para uma periodização espacializada do desenvolvimento capitalista, mas também, mais especificamente, se as arquiteturas de organização escalar do Estado evoluíram em padrões históricos mais ou menos regularizados pontuados por rupturas, quebras e crises. Enquanto a minha avaliação de projetos espaciais estatais e estratégias espaciais estatais na esfera da política urbana enfatizou suas múltiplas, e muitas vezes contraditórias, ligações com ciclos de acumulação de capital e suas expressões em paisagens econômicas desigualmente devolvidas, também descobriu uma periodicidade distinta dentro de formas de organização escalar estatal da Europa Ocidental. Sugeri que os padrões sucessivos de seletividade escalar estatal associados com o keynesianismo espacial, políticas de crescimento endógeno, políticas urbanas locais e políticas reescaladas locais estavam permeadas por tendências de crise profunda e que a ruptura e a transformação de tais padrões ocorreu quando tais tendências tornaram-se incontroláveis.

No entanto, enquanto eu enfatizei a natureza fundamental-

mente descontínua das formas de reescalonamento do Estado pós-década de 1980, eu também ressalté suas “dependências de trajetória”, isto é, as suas continuidades com geografias institucionais herdadas. O reescalonamento do espaço do Estado nunca implica a criação de uma “folha em branco” sobre a qual poderiam ser estabelecidos arranjos escalares totalmente novos, mas ocorre por meio de um processo de “estratificação” conflituoso em que as estratégias emergentes de reescalonamento colidem com, e retrabalham apenas parcialmente paisagens herdadas organização escalar estatal (ver também Brenner e Theodore, 2002). Assim concebidas, quaisquer tentativas de delinear “fases” temporalmente distintas e coerentes do reescalonamento de Estado apresentam dilemas fundamentais tanto metodológicos quanto empíricos. Pois, como Jessop e Sum (2006: 324, 327) explicam, todas as formas de periodização implicam uma demonstração de como “a continuidade relativa se alterna com a descontinuidade relativa”, e, concomitantemente, como momentos de “dissolução-conservação” dependentes da trajetória podem ocorrer.

Em minha opinião, a periodização representa uma das fronteiras mais desafiadoras e emocionantes para a pesquisa atual sobre reescalonamento do Estado: ela exige uma síntese cuidadosa da argumentação teórica, de nível meso interpretação e pesquisa de concreto, bem como a atenção sustentada ao metodológico lógicas e horizontes comparativos discutido acima. No entanto, além das amplas generalizações macro-históricas apresentadas na literatura teórica sobre reescalonamento do Estado, como descrito acima, e ocasionais reflexões baseadas em estudos de caso, esta tarefa ainda tem de ser confrontada sistematicamente. Por exemplo, a minha proposta periodização de estratégias de governança urbana reescaladas na Europa Ocidental certamente necessita de mais especificações concretas, e, possivelmente, modificações, a fim de decifrar as descontinuidades e dependências de caminho associadas com trajetórias institucionais nacionais e repertórios de políticas (como apropriadamente sugerido, por exemplo, em Pelkonen, 2005, 2008; e nas contribuições de Cox (2009) e de Scarpa (2009). Além disso, na minha análise, as “regras de transição” que regem os processos de reescalonamento da Europa Ocidental não foram devidamente exploradas no nível concreto e, portanto, merecem mais atenção empírica. Curiosamente, no entanto, grande parte da pesquisa

concreta que já foi concluída por estudiosos de reescalonamento do Estado contém incursões potencialmente úteis sobre esses tipos de perguntas. Especificamente, a investigação concreta sobre o reescalonamento do Estado sugere pelo menos duas principais estratégias metodológicas através das quais mais uma reflexão mais sistemática sobre a periodização de tais processos pode ser obtida.

Uma primeira abordagem a esta tarefa envolve a investigação sobre a diferenciação escalar e posterior reescalonamento de políticas estatais específicas (por exemplo, habitação, emprego, inovação ou políticas monetárias). Aqui, a noção de uma nova escala refere-se, essencialmente, a uma trajetória política. Na medida em que o referente escalar para uma determinada política de Estado evolui ao longo do tempo, uma periodização se torna possível. A vertente significativa da literatura sobre reescalonamento de Estado está focada em tais trajetórias políticas ou, em alguns casos, aglomerados de trajetórias políticos. O estudo de Hackworth (2003) sobre o reescalonamento da política de habitação dos Estados Unidos durante o período pós-1970, o estudo de Mahon (2005) de interações locais/nacionais na política de creches em Toronto e Estocolmo no período pós-década de 1980, e a análise de Swyngedouw (1996) do reescalonamento das políticas monetárias globais desde 1945 proporcionam excelentes ilustrações de tal abordagem. O desafio da periodização envolve aqui examinar uma ou várias trajetórias políticas durante um período de tempo específico, a fim de determinar se um padrão mais amplo de uma reescalonamento está se manifestando.

Uma segunda abordagem para a periodização do reescalonamento do Estado envolve examinar a articulação escalar evolutiva de um determinado espaço institucional-territorial – seja ele uma agência reguladora supranacional, um Estado nacional, uma região, uma cidade ou uma zona transfronteiriça. Aqui, a noção de uma nova escala refere-se a um processo de reorganização institucional. Na medida em que a configuração escalar da instituição ou território sob investigação é qualitativamente modificada – seja através da recalibração de escalas organizacionais existentes ou através da construção de outras inteiramente novas – surge o desafio da periodização. Este tipo de pesquisa é também bastante difundido na literatura sobre reescalonamento do Estado, particularmente entre os pesquisadores urbanos e regionais. Por exemplo, uma edição temática recente de “Estudos Europeus de Planejamento” (2006: 14,

7) contém estudos de reestruturação da governança territorial na região de Flandres, na Bélgica, na região do *Randstad* holandês, os *Länder* alemães, as *Communautés d'Agglomération* francesas e várias regiões britânicas pós-devolução (para uma visão geral, consulte Gualini, 2006). Em cada um destes casos, os autores traçam o reescalonamento de espaços estatais na região estudada com referência à evolução impugnada de instituições governamentais formais, bem como estratégias emergentes de intervenção político-econômica. Nesta modalidade de pesquisa, o desafio da periodização envolve determinar o grau em que as escalas dominantes de organização institucional dentro de um determinado território, foram qualitativamente reformuladas, e relacionar estes reescalonamentos às mudanças de médio e longo prazo em condições econômicas, estratégias espaciais estatais, alianças político-territoriais e o equilíbrio de forças sociais.

Estas duas abordagens para a periodização do reescalonamento do Estado certamente não são mutuamente exclusivas. De fato, se forem combinados dentro de uma agenda de pesquisa teoricamente fundamentada e bem orientada, podem poderosamente se complementar para gerar percepções tanto concretas quanto de nível meso concretas sobre as trajetórias de reescalonamento de Estado em diferentes regiões do mundo e em espaços estatais nacionais. Essa investigação é, creio eu, cada vez mais essencial como um meio de avaliar, rever, ajustar e/ou atualizar as periodizações esquemáticas relativamente abstratas que foram elaboradas de forma produtiva na primeira rodada de pesquisa sobre reescalonamento por autores como Swyngedouw, Jessop e Smith.

Será que foi a escala nacional de fato a base primária de organização político-econômica durante o período fordista-keynesiano? Está ocorrendo, de fato, uma relativização de escalas sob o capitalismo pós-keynesiano? Será que de fato a escala triádica composta por UE, Leste asiático e América do Norte está emergindo como um foro de regulamentação potencialmente dominante sob o capitalismo do começo do século XXI? A concorrência interespaçial entre cidades e regiões, está de fato se intensificando no capitalismo pós-keynesiano, e será que as instituições estatais reescaladas exacerbando esta competição? O reescalonamento do Estado assume formas divergentes em diferentes regiões do mundo, entre as “variedades de capitalismo”, e no Sul do globo? Os

processos de reescalonamento do Estado facilitam ou prejudicam o desenvolvimento econômico? Será que eles aliviam ou agravam a desigualdade territorial? Será que eles minimizam ou intensificam a probabilidade de falha regulatória? Quais forças sociais e alianças político-territoriais estão subjacentes aos processos de reescalonamento do Estado? Podem forças sociais e alianças político-territoriais bloquear, desviar ou redirecionar a trajetória de reescalonamento do Estado? Existem alternativas progressistas, espacialmente redistributivas para as formas neoliberalizadas e baseadas na concorrência de reescalonamento do Estado? Nesta fase da pesquisa, percepções sobre estas e muitas outras perguntas intrigantes macrointerpretativas dependem cada vez mais do desenvolvimento de periodizações mais concreto-complexas de políticas, instituições e realinhamentos associados com padrões contextualmente específicos de reescalonamento do Estado.

É por meio da elaboração posterior de tais periodizações, creio eu, que os padrões de âmbitos nacional e regional específicos de reescalonamento do Estado podem ser iluminados, esperançosamente conduzindo à construção de narrativas novas, de nível meso, quanto às suas trajetórias de médio e longo prazo, ritmos temporais, tendências de crise e implicações político-econômicas. A este nível meso de análise, as questões de periodização cruzam muito estreitamente com a agenda de pesquisa comparativa descrita acima. Pois, como indicado, abordagens comparativas aos processos de reescalonamento do Estado envolvem necessariamente a investigação de trajetórias e percursos de mudança, e não unidades espaciais fixas e delimitadas. Por esta razão, elas não podem ser separadas a partir das tarefas e desafios da periodização. O movimento espiral de pesquisa sobre o reescalonamento de Estado, portanto, continua.

## Referências Bibliográficas

- ALBRITTON, R.; ITOH, M.; WESTRA, R. (edits). (2001). *Phases of capitalist development: booms, crises, globalizations*. New York, Palgrave.
- BAYIRBAG, M. (2007). *Local entrepreneurialism, state re-scaling and scalar strategies of representation: the case of the city of Gaziantep, Turkey*. Unpublished PhD thesis. School of Public Policy and Administration, Carleton University.
- BOUDREAU, J.-A., HAMEL, P., JOUVE, B. E KEIL, R. (2007). *New state spaces in Canada: metropolitanization in Montreal and Toronto compared*. *Urban Geography*, n. 28, pp. 30-53.

- BRENNER, N. (1998). Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. *Environment and Planning D: Society and Space*, n. 16, pp. 459-481.
- BRENNER, N. (2001). The limits to scale?: methodological reflections on scalar structuration. *Progress in Human Geography*, n. 15, pp. 525-548.
- BRENNER, N. (2004). *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. New York, Oxford University Press.
- BRENNER, N. (2009). A thousand leaves: notes on the geographies of uneven spatial development. In: KEIL, R.; MAHON, R. (eds.). *Leviathan undone?: towards a political economy of scale*. Vancouver, University of British Columbia Press, pp. 27-49.
- BRENNER, N.; JESSOP, B.; JONES, M. (eds.). (2003). *State/space: a reader*. Boston, MA, Blackwell.
- BRENNER, N.; THEODORE, N. (2002). Cities and the geographies of “actually existing” neoliberalism. In: BRENNER, N.; THEODORE, N. (eds.). (2002). *Spaces of neoliberalism: urban restructuring in Western Europe and North America*. Oxford, Blackwell, pp. 2-32.
- BÜCHS, M. (2009). Examining the interaction between vertical and horizontal dimensions of state transformation. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 2, n. 1, pp. 35-49.
- BULKELEY, H. (2005). Reconfiguring environmental governance: towards a politics of scales and networks. *Political Geography*, n. 24, pp. 875-902.
- BUNNELL, T. E COE, N. (2005). Refragmenting the “political”: globalization, governmentality and Malaysia’s multimedia super corridor. *Political Geography*, n. 24, pp. 831-849.
- CERNY, P. (2006). Restructuring the state in a globalizing world: capital accumulation, tangled hierarchies and the search for a new spatio-temporal fix. *Review of International Political Economy*, n. 13, pp. 679-695.
- COLLINGE, C. (2005). The difference between society and space: nested scales and the returns of spatial fetishism. *Environment and Planning D: Society and Space*, n. 23, pp. 189-206.
- COX, K. R. (2009). “Rescaling the state” in question. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 2, n. 1, pp. 107-121.
- COX, K.; MAIR, A. (1991). From localised social structures to localities as agents. *Environment and Planning A*, v. 23, pp. 197-214.
- DICKENS, P.; DUNCAN, S.; GOODWIN, M., et al. (eds). (1985). *Housing, states and localities*. New York, Methuen.
- DRAHOKOUPIL, J. (2007). The state of the capitalist state in east-central Europe: towards the Porterian post-national regime. In B. Sergi, W. Bagatelas, and J. Kubicova (eds). *Industries and Markets in East and Central Europe*, pp. 175-198. Aldershot, Ashgate.
- DUNCAN, S.; GOODWIN, M. (1989). *The Local State and Uneven Development*. London, Polity.

- ERCAN, F.; OGUZ, S. (2006) Rescaling as a class re-relationship and process: the case of public procurement law in Turkey. *Political Geography*, 25: 641–656.
- FLEETWOOD S. (ed). (1999). *Critical Realism in Economics: Development and Debate*. London, Routledge.
- GIERSIG, N. (2008). *Multilevel Urban Governance and the European City: Discussing Metropolitan Reforms in Stockholm and Helsinki*. Wiesbaden, VS Verlag.
- GOUGH, J. (2004). Changing scale as changing class relations. *Political Geography*, v. 23, pp. 185–211.
- GRANT, R.; NIJMAN, J. (2004). The rescaling of uneven development in Ghana and India. *Tijdschrift voor economische en sociale geografie*, v. 95, pp. 467–481.
- GUALINI, E. (2006). The rescaling of governance in Europe: new spatial and institutional rationales. *Euro-pean Planning Studies*, v. 14, pp. 881–904.
- HABERMAS, J. (2001). *The postnational constellation*. Cambridge, MA, MIT Press.
- HACKWORTH, J. (2003). Public housing and the rescaling of regulation in the USA. *Environment and Planning A*, v. 35, pp. 531–549.
- HARLOE, M.; PICKVANCE, C.; URRY, J. (edits.). (1990). *Place, policy and politics: do localities matter?*. London, Unwin Hyman.
- HARVEY, D. (1982). *Os limites do capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- JESSOP, B. (1990). *State Theory*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.
- JESSOP, B. (1993). Towards a schumpeterian workfare state?: preliminary remarks on post-fordist political economy. *Studies in Political Economy*, v. 40, spring, pp. 7–40.
- JESSOP, B. (2002). *The future of the capitalist state*. London, Polity.
- JESSOP, B.; BRENNER, N.; JONES, M. (2008). Theorizing sociospatial relations. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 26, pp. 389–401.
- JESSOP, B.; SUM, N-L. (2006). *Beyond the regulation approach*. Cheltenham, Edward Elgar.
- JONAS, A. E. G. (2006). Pro scale: further reflections on the “scale debate” in human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 31, n.3, pp. 399–406.
- JONES, M.; MacLEOD, G. (2004). Regional spaces, spaces of regionalism: territory, insurgent politics and the English question. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 29, n. 4, pp. 433–452.
- KEATING, M.; CAIRNEY, P.; HEPBURN, E. (2009). Territorial policy communities and devolution in the UK *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 2, n. 1, pp. 51-66.
- KEIL, R.; MAHON, R. (edits.). *Leviathan undone?: towards a political economy of scale*. Vancouver, University of British Columbia Press.
- LAWSON, T. (1997). *Economics and reality*. London, Routledge.



- LAWSON, S. (2007). The post justice city? spatial targeting, social disadvantage and rescaling urban governance in Australia. *Governance*, n. 1, pp. 1-18.
- LEFEBVRE, H. (1974). *The Production of Space*. Cambridge, Blackwell, 1991.
- LEFEBVRE, H. (2009). State, space, world: selected essays. In: BRENNER, N.; ELDEN, S. (eds.). Minneapolis, University of Minnesota Press.
- LEITNER, H., PECK, J. E SHEPPARD, E. (eds). (2007). *Contesting neoliberalism: urban frontiers*. New York, Guilford.
- LIPIETZ, A. (1994). The national and the regional: their autonomy vis-a-vis the capitalist world crisis. In: PALAN, R.; GILLS, B. (eds.). *Transcending the state-global divide*. Boulder, Lynne Rienner Publishers, pp. 23-44.
- LOBAO, L.; MARTIN, R.; RODRÍGUEZ-POSE, A. (2009). Editorial: rescaling the state: new modes of institutional-territorial organization. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 2, n. 1, pp. 3-12.
- MacLEOD, G. e GOODWIN, M. (1999). Space, scale and state strategy: rethinking urban and regional governance. *Progress in Human Geography*, v. 23, n. 4, pp. 503-527.
- MAHON, R. (2005). Rescaling social reproduction: child-care in Toronto/Canada and Stockholm/Sweden. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 29, n. 2, pp. 341-357.
- MAIER, C. (2000). Consigning the twentieth century to history: alternative narratives for the modern era. *American Historical Review*, 105: 807-831.
- MANSFIELD, B. (2005). Beyond rescaling: reintegrating the 'national' as a dimension of scalar relations. *Progress in Human Geography*, 29: 458-473.
- MARKUSEN A. (edit.). *Reining in the competition for capital*. Kalamazoo, MI: W.E. Upjohn Institute for Employment Research.
- MARSTON, S.; JONES, J. P.; WOODWARD, K. (2005). Human geography without scale. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 30: 416-432.
- MARTINEZ-VAZQUEZ, J.; TIMOFEEV, A. (2009). A fiscal perspective of state rescaling *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 2, n. 1, pp. 85-105.
- McGUIRK, P. M. (2004). State, strategy and scale in the competitive city: aneoGramscian analysis of the governance of 'global Sydney'. *Environment and Planning A*, 36: 1019-1043.
- MILLS, L. (2006). Maternal health policy and the politics of scale in Mexico. *Social Politics*, 13: 487-521.
- OFFE, C. (1984). Crisis of crisis management: elements of a political crisis theory. In: OFFE, C.; KEANE, J. (1984). *Contradictions of the Welfare State*. London, Hutchinson, pp. 35-64.
- OECD (2005). *Building Competitive Regions: Strategies and Governance*. Paris: OECD Organization for Economic Co-Operation and Development.
- PARK, B-G.; HILL, R. C.; SAITO A. (eds). (2011). *Locating Neoliberalism in East Asia: Neoliberalizing Spaces in Developmental States*. Oxford, Wiley-Blackwell.
- PARK, B.-G. (2003). Territorialized party politics and the politics of local economic

- development: state-led industrialization and political regionalism in South Korea. *Political Geography*, 22: 811–839.
- PARK, B.-G. (2008). Uneven development, inter-scalar tensions, and the politics of decentralization in South Korea. *International Journal of Urban and Regional Research*, 32: 40–59.
- PECK, J. (2001). *Workfare states*. New York, Guilford.
- PECK, J. (2002). Political economies of scale: fast policy, interscalar relations and neoliberal workfare. *Economic Geography*, 78: 332–360.
- PECK, J. e TICKELL, A. (1994). Searching for a new institutional fix. In A. AMIN (ed). *Post-Fordism: A Reader*. Cambridge, MA: Blackwell, pp. 280–315.
- PELKONEN, A. (2005). State restructuring, urban competitiveness policies and technopole building in Finland: a critical view on the glocal state thesis. *European Planning Studies*, 13: 685–706.
- PELKONEN, A. (2008). The Finnish competition state and entrepreneurial policies in the Helsinki Region. Research Reports No. 254, Department of Sociology, University of Helsinki.
- PIKE, A.; TOMANEY, J. (2009). The state and uneven development: the governance of economic development in England in the post-devolution UK. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 2, n. 1, pp. 13–34.
- POULANTZAS, N. (1978). *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro, Graal.
- REN, X. e WEINSTEIN, L. (2008). “Metropolitanizing” the state: scalar transformations and mega-project development in Shanghai and Mumbai. Paper presented at the Annual Meetings of the Association of American Geographers, Boston, April.
- ROUHANI, F. (2003). Islamic yuppies? state rescaling, citizenship, and public opinion formation in Tehran, Iran. *Urban Geography*, n. 24, pp. 169–182.
- SAMSON, M. (2008). Rescaling the state, restructuring social relations: local government transformation and waste management privatization in post-apartheid Johannesburg. *International Feminist Journal of Politics*, 10: 19–39.
- SAMUEL, H. (2008). Nicolas Sarkozy Plans for ‘Grand Paris’. Available online at <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/france/2080999/Nicolas-Sarkozy-plans-for-'Grand-Paris'.html> [Accessed 1 January 2009].
- SASSEN, S. (2006). *Critica del Estado: territorio, autoridad y derechos. De los ensamblajes medievales a los ensamblajes globales*. Madrid, Katz.
- SAYER, A. (1992). *Method in social science*. New York, Routledge.
- SAYER, A. (2000). *Realism and social science*. London, Sage.
- SAYRE, N. (2005). Ecological and geographical scale: parallels and potential for integration. *Progress in Human Geography*, 29: 276–290.
- SCARPA, S. (2009). The scalar dimension of welfare state development: the case of Swedish and Finnish social assistance systems. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 2, n. 1, pp. 67–83.
- SMART, A. e LIN, G. (2007). Local capitalism, local citizenship and translocality:

rescaling from below in the Peal River Delta. *International Journal of Urban and Regional Research*, 31: 280–302.

SMITH, N. (2002). Geografia, diferencia y las políticas de escala. *Terra Livre*, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 127-146, 2002.

SMITH, N. (1997). The satanic geographies of globalization: uneven development in the 1990s. *Public Culture*, 10, pp. 169-192.

SMITH, N. (2004). Scale bending and the fate of the national. In E. SHEPPARD; R. McMASTER (eds). *Scale and Geographic Inquiry*. Cambridge, MA: Blackwell, pp. 192-212.

SWYNGEDOUW, E. (1992). The Mammon quest. ‘Glocalisa-tion’, interspatial competition and the monetary order: the construction of new scales. In M. Dunford and G. Kafkalas (eds). *Cities and Regions in the New Europe*. London: Belhaven Press, pp. 39-68.

SWYNGEDOUW, E. (1996). Producing futures: global finance as a geographical project. In: DANIELS, P.; LEVER, W. (edits.). (1996). *The global economy in transition*. Essex, Longman, pp. 135-163.

SWYNGEDOUW, E. (1997). Neither global nor local: “glocalization” and the politics of scale. In: COX, K. (ed). *Spaces of globalization*. New York, Guilford Press, pp. 137-166.

SWYNGEDOUW, E. (2000). Authoritarian governance, power and the politics of rescaling. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 18, n. 1, pp. 63–76.

TUROK, I. (2009). The distinctive city: pitfalls in the pursuit of differential advantage. *Environment and Planning A*, v. 41, pp. 13–40.

UITERMARK, J. (2002). Rescaling, “scale-fragmentation” and the regulation of antagonistic relationships. *Progress in Human Geography*, n. 26, pp. 743-765.

ZHANG, C. (2008). Tourism, state (re)scaling and the spatiality of urban-regional development: the case of Guilin. Trabalho apresentado na Conferência RC21 - Committee on Urban and Regional Development, International Sociological Association, Tokyo, December.

## Capítulo 4

# Do debate sobre as escalas à apologia localista na América Latina

*Blanca Rebeca Ramírez Velázquez*

### Introdução

Nos últimos anos é cada vez mais recorrente que os estudos, tanto de geógrafos, como de urbanistas latino-americanos, levem um título e que, posteriormente, recorram a um subtítulo que quase sempre é o mesmo: estudo do caso... Referindo-se, sem dúvida, ao lugar onde exemplificarão o processo econômico ou de desenvolvimento urbano, regional ou territorial em questão, mas também em ocasiões que discorram sobre narrativas, cultura ou qualquer outro tema que seja motivo de seu interesse e preocupação. Certamente aludindo, também, a uma maneira de situar seu estudo em uma escala definida, que geralmente é a local.

Isto é certamente inquietante para quem está interessado em reconhecer as relações que se geram em territórios específicos, por duas razões: 1) por um lado, o tema nos remete a um processo de marcante atualidade, que pretende ser exemplificado a partir de uma dimensão que é, sem dúvida, de caráter local. Porém parece que se volta a dimensionar essa escala como fechada, limitada e autossustentada, como contendo todos os elementos que a definem em seu interior, enquanto se ela é apresentada como sendo uma parte importante do desenvolvimento global dos processos contemporâneos; 2) por outro, nos preocupa sobremaneira que tais estudos terminem proporcionando repetições acríticas da bibliografia que trata o tema, quase sempre anglo-saxônica ou francesa. Muda a preferência por tal ou qual marco teórico, porém são sempre meras exemplificações, a partir da dimensão local. Perguntaríamos então: os referentes teóricos são os globais, pois vêm de fora, e os locais remetem aos internos, que se autoarticulam, sem mediações, sem conexões ou sem processos que os integrem?

Evidentemente, não pretendemos estar de acordo com essa

postura, por isso perguntamo-nos: de onde veio este manejo automático da escala que a tudo autossustenta ou autocontém? Nos parece que há duas origens: a primeira refere-se à supervalorização que se deu na contemporaneidade ao processo de globalização, como um referente inquestionável sobre a possibilidade de gerar uma transformação endógena econômica e social da América Latina e, inclusive, assumiu-se um novo paradigma de desenvolvimento sustentável (Ramírez, 2010b); A segunda, que se soma a esta, vem dos estudos da pós-modernidade, que conferiu à escala local uma importância desmedida e uma enorme capacidade definidora de se vincular, quase automaticamente, com a escala global. Assim, sem dúvida, estamos diante de uma supervalorização das duas escalas, que se querem articular, todavia perdendo-se os contextos, os processos e os agentes que, sem dúvida, são importantes para definir os fenômenos que estamos querendo analisar.

Sob este contexto, motiva-nos argumentar que o manejo da escala não é um processo automático. Pelo contrário, requer um redimensionamento das escalas para apresentar processos mais integrados e integrais, sem que se parcializem em uma, a global, ou à outra, a local. Para explicar isso, em uma primeira parte, realiza-se uma análise da discussão anglo-saxônica sobre as escalas entre 1990 e 2005, para apresentar, na segunda, uma avaliação crítica das consequências que esta discussão trouxe para a América Latina nos últimos anos, a partir do que vem sendo denominada “*a apologia aos estudos localistas*”. Concluir-se-á, com a necessidade de conceituar este debate com um *manejo integral das escalas*, as quais intervêm no que denominaremos *escalas de processo, dos contextos e dos agentes*.

## 1. A escala na geografia: um conceito com diferentes significados

Durante muitos anos, o problema da escala na geografia limitou-se exclusivamente à expressão numérica que definia que um fenômeno específico podia ser representado em um mapa, bem como a dimensão espacial particular da matéria que correspondia a cada ciência (os átomos na física por exemplo). Visto dessa perspectiva, a escala fica adstrita a um conceito eminentemente cartográfico (Sheppard; McMaster, 2003), que pouco teria a ver com a investigação de processos de transformação territorial, e muito menos

com a possibilidade de integrar essa dimensão na construção do desenvolvimento regional de qualquer lugar.

A partir da década de 1980, com a vinculação que houve entre a bibliografia anglo-saxônica da discussão geográfica àquela das ciências sociais na geografia crítica, introduziu-se temas e debates que antes eram considerados como dados e estáticos na concepção do espaço geográfico. A passagem de uma geografia quantitativa à outra que reivindicava uma reflexão teórica, em que predominavam uma visão marxista e uma maneira de perceber como as relações sociais de produção impactavam no espaço, resultou em novos rumos abertos no pensamento geográfico e, particularmente, no interior da geografia humana (Livingstone, 1999).

Com o desenvolvimento da discussão, começou-se a reconhecer outros tipos de escalas que não a cartográfica - que é a relação entre a distância de um mapa com a correspondente no terreno - que se independentiza da geográfica, definida como a extensão com a qual se aborda um fenômeno ou um estudo determinado, ou da operacional, que se refere ao nível pelo qual os processos relevantes se realizam. Sally Marston (2000) propõe, agregando às definições anteriores, que a escala refira-se a uma medida que introduza o tempo, uma vez que indica o nível de resolução de um processo que pode ser de longo ou curto prazo. A escala, nesse sentido, é também uma maneira de associar o espaço com o tempo.

Esses três olhares contribuíram, junto com outras visões, para a geração de um debate que tenta definir o papel da escala no pensamento geográfico, o mesmo que tentaremos sistematizar aqui, buscando deixar claro as diversas posturas teóricas.

Antes de iniciar o debate caberia perguntar: como se define as escalas espaciais nesta diversidade de visões que as analisam, centrando a atenção na geografia humana?

Em primeiro lugar, é preciso identificar as que consideram a *escala como uma representação*, que permeou boa parte do pensamento dos anos 1960 e 1970 do século passado. Essa visão mudou com o passar do tempo e, sobretudo, com a introdução da dimensão do processo e da produção do espaço, por Henri Lefebvre (2001), desde a década de 1960, e que esteve depois presente em uma boa parte da discussão. Por sua vez, Doreen Massey (2005) argumenta que, todavia, há problemas que não se restringem exclusivamente à escala, e sim à própria concepção do espaço, postura que será

retomada mais adiante. Mas como podemos definir a escala para além das visões expostos anteriormente?

Para Neil Brenner (2000), a escala é uma arena hierarquizada e um produto das relações sociais capitalistas. Neil Smith (1982), por sua vez, desde seu trabalho sobre desenvolvimento desigual, argumentava sobre a existência de diferentes escalas no desenvolvimento do capitalismo. Sofisticando sua análise vai elaborar a interpretação de que escalas definem, confrontam e organizam as formas da diferenciação espacial que moldam a paisagem, sendo a produção da escala geográfica, mais do que a escala por si mesma, que deveria se constituir como o foco apropriado de pesquisa.

Para Sally Marston (2003: 172), a escala se faz, e não se constitui, como uma categoria ontologicamente dada: a escala não é uma nomenclatura preestabelecida para ordenar o mundo; mas o resultado contingente de tensões entre as forças estruturais e a intervenção dos agentes humanos. Erik Swyngedouw (1997), por sua vez, fala de *lugares escalares*, definidos como a materialização das relações sociais de empoderamento e de desempoderamento e a arena pela qual, e através da qual, operam tais relações. Com o tempo, Swyngedouw a identifica também como *configurações espaciais*, definidas como o resultado dos processos sócioespaciais que relegam e organizam as relações sociais de poder (Swyngedouw, 2003).

Herod e Wright (2002) agregam a esse debate o fato de que as escalas não são processos em si mesmo, mas, sim, constituem um esqueleto dentro do qual e, através do qual, a vida social se desenvolve. Nessa perspectiva, as escalas não têm existência independente das práticas sociais através das quais estão constantemente reconfiguradas.

Quando se presta atenção à bibliografia geográfica sobre as políticas de escala (Brenner, 2001; Marston e Smith, 2001), a definição torna-se ainda mais complexa, uma vez que existem variações sobre seu significado preciso - particularmente no que diz respeito a como o poder se enuncia, onde está localizado e o grau de atenção que se dá às práticas concretas e aos conflitos na construção da escala. Como é possível verificar, as definições são diversas e o mais interessante é que cada autor pode mudar com o tempo, como o caso de Neil Smith que tem atuado no tema desde o início do debate.

## 2. Os momentos do debate

O estudo sobre a produção das escalas na geografia é um tema amplo que se remete à década de 1960 do século passado. No trabalho de Sally Marston et al. (2005) há uma bibliografia detalhada dos autores e artigos que começaram a discutí-la, desde aquela época. No entanto, a discussão contemporânea, que já alcança quase 30 anos, produziu uma quantidade ampla de trabalhos que foram selecionados e, cujas contribuições, para efeitos deste capítulo, integraram-se em três momentos diferentes do debate.

Em seus primórdios a discussão estava fortemente centrada nas relações entre escala, produção do espaço e desenvolvimento do capitalismo. No segundo momento, percebe-se uma tendência de tornar a discussão da escala independente da relacionada com o espaço, fazendo-a um todo, podendo-se dividir as posturas entre aqueles que consideram a escala como uma discussão ontológica (Smith, 1984, 2003) e aqueles que aderem às posturas construtivistas (Swyngedouw, 2003, Marston, 2000). Em terceiro lugar, existe uma tendência dual, que considera o tema a partir de um retorno à discussão do espaço, que agora é considerado como “espaço de fluxos” (Taylor, 2003; Leitner, 2003); e outra que a percebe como uma discussão que apresenta muitos problemas, chegando àqueles que consideram necessário abandoná-la e, em seu lugar, retomar o que denominam uma “ontologia plana de lugar” (Marston et al., 2005).

Apesar dessas discussões, ainda há, até o momento, uma divisão importante entre os pontos de vista de quem tenta analisar o problema da escala na geografia física - na qual o tema das hierarquias é relevante - e as posturas que prevalecem na geografia humana, sobretudo as dos geógrafos críticos, que são os que têm produzido uma grande quantidade de bibliografia sobre o tema (Sheppard e McMaster, 2003).

### 2.1. Os pioneiros do debate

O início do debate remete às propostas de Peter J. Taylor (1982), David Harvey (1982) e Neil Smith (1984), caracterizadas por apropriarem-se da perspectiva da economia política, que inclui não somente os geógrafos marxistas daquele momento, como também um grupo muito amplo que praticava a disciplina como parte da perspectiva da teoria crítica: “ênfatizando a produção social da



existência” (Johnston, 1997) e, por conseguinte, também do espaço geográfico.

A proposta de Taylor (1982) surge da necessidade de reintroduzir o Estado na geografia de uma maneira diferente da que se havia feito na geografia política tradicional. Nela, o Estado aparece como o agente mais importante na transformação e ordenamento dos espaços, mas ligado à divisão política das nações, com ações dentro da reprodução social do espaço político. A necessidade de passar à análise da economia política da acumulação do capital está presente em sua contribuição, utilizando como instrumento o manejo do espaço dividido em três escalas: a da realidade, na qual se desenvolve o processo de acumulação; a do Estado Nação, que é a da ideologia; e da experiência; que é a urbana (Taylor, 1982). O autor propôs uma economia política de acumulação capitalista a partir do que chamou a “economia política da escala”, organizada a partir dos fundamentos do sistema mundo de Wallerstein. Assim, Taylor gerou um divisor de águas importante nas discussões sobre a maneira como era possível desenvolver os estudos do espaço geográfico, partindo da compreensão da acumulação de capital e da importância que o Estado tinha em sua dinâmica.

Um trabalho intermediário, pouco citado nos textos que abrangem o debate, é o de Brenner (1998) que destaca a contribuição de Harvey em 1982, a partir da análise dos “arranjos hierárquicos” do capitalismo, trabalhados no capítulo de conclusão dos “Limites do Capital”. Essa visão se apresenta como um avanço em relação ao trabalho de Smith (1984), cuja proposta analisa o processo de desenvolvimento de acumulação desigual do capitalismo. É citada a necessidade de centrar a atenção na produção do espaço, desenvolvida a partir da proposta de Lefebvre (2001), argumentando a importância da escala nesse processo. A hierarquização diferencial do capitalismo facilita as diversas fases em que a acumulação é desenvolvida, o que conforma um sistema integrado da economia (Smith, 1984). O autor usa a dialética da homogeneidade e a diferenciação para descrever como cada uma das escalas está produzida na prática. Ele faz a si mesmo duas perguntas importantes para explicá-las: primeira, por que a dialética da homogeneidade-diferenciação não resulta somente em uma disparidade estática em níveis de desenvolvimento, mas em um modelo dinâmico de desenvolvimento desigual? E, segunda, em quais escalas opera esta dialética e como derivam? (Smith, 1984).

Para esse momento de sua proposta, reconhece, da mesma maneira que a de Taylor, três tipos de escalas: a urbana, a global e a do Estado Nação, embora a maneira de entendê-las seja diferente daquele autor.

A partir dessas propostas, a discussão sobre a escala desenvolveu-se no interior da geografia, dando como resultado um leque de interpretações que fragmentaram, de maneira aberta, uma visão geral que pudesse tratar do tema. Chama a atenção a diversidade das definições, a evolução do tema e os múltiplos olhares com os quais ele se debruça, não somente na geografia humana, como também na geografia física (Sheppard; McMaster, 2003), e nas posturas nas quais a inclusão da dimensão natural torna-se parte importante da discussão (Swyngedouw, 2003).

Nesse primeiro momento, o debate se caracteriza pelos aspectos seguintes. Primeiro, assume-se que o antecedente esteja em Lefebvre (2001), com exceção de Taylor, que se embasa nos aportes de Wallerstein, mas não se diz como passar da produção do espaço à produção da escala. Interpreta-se que são consideradas como semelhantes, sem que se explicita como a escala passa a ser um elemento fundamental da produção do espaço, mas sim do capitalismo. Em segundo lugar, aceita-se a existência de elementos políticos e de política que incidem diretamente na reprodução do capital, contudo, degenera-se em uma sobredeterminação política do conceito de escala, uma vez que a inscreve quase exclusivamente às políticas de escala e à intervenção do Estado na produção da escala e não do espaço. Em terceiro lugar, a proposta apresenta problemas, tais como a excessiva hierarquização, a partir da qual são percebidas e analisadas as diferentes escalas; a rigidez com a qual ela é manejada, já que são concebidas como fixas, delimitadas por fronteiras, incorporadoras de processos (*nested*), e não dinâmicas em suas relações horizontais e verticais. Por último, eliminou-se, como parte fundamental das escalas geográficas, o âmbito regional que foi, por muitos anos, a escala essencial nas discussões sobre o tema, priorizando-se a urbana e a global como centrais na discussão.

## A hierarquização e o construtivismo da escala

No segundo momento da discussão, amplia-se o desenvolvimento do tema, com uma tendência a incrementar a independência escala/espaço, para focar-se na primeira – processo caracterizado

por Taylor como uma explosão dos tratamentos da escala como objeto de estudo (2003) – a tal grau que chega-se a falar de uma “teoria da escala” (Marston e Smith, 2001). Apesar disso, será Sally Marston (2000, 2001) que se afasta primeiro das tendências dominantes e mantém o contexto da produção do espaço na discussão. São duas características fundamentais que o debate adota: por um lado, apresenta-se um desenvolvimento muito detalhado de temas e formas relacionados com a escala como a “ajuste de escala” (scalar fix), a “política da escala” (politics of scale), os “salto de escala” (scalar jumping) e a “redirecionalidade da escala” (scalar bending), entre outras, que tratam de aprofundar sobre as maneiras que a escala funciona - sobretudo na relação Estado-desenvolvimento do capitalismo. Por outro lado, delimita-se uma divisão importante entre a visão construtivista e a ontológica.

Em relação às contribuições da primeira visão, Brenner cooperou desde 1998 com a discussão, embasado no trabalho de Harvey (1985) e, posteriormente, na concepção de Lefebvre sobre o Estado, argumentando que existe um processo sucessivo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização em cada circuito da circulação do capital. Neste processo, formam-se configurações multiescalares de organização territorial com as quais e através das quais o capital circula e se fixa, segundo lógicas denominados de ajuste escalar (scalar fix) (Brenner, 1998). De acordo com o autor, essas são constituídas a partir das contradições que se apresentam entre a fixação e a mobilidade originada pela circulação do capital. A ênfase coloca esse em desenvolvimento da escala urbana que supõe ser a predominante da determinação das condições de reprodução capitalista (Brenner, 2000).

Adicionadas às posturas de Brenner, estão as de Smith, que foi o autor que mais contribuiu para o desenvolvimento categorial da escala. Entre elas, ressalta a política da escala (politics of scale) - que se refere às escalas que definem os limites, confinamentos e identidades ao redor das quais o controle e o poder são exercidos, bem como sua disputa (1993); a de salto de escala (jumping scales), entendida como as condições do poder político e das reivindicações que se expandem de uma escala a outra (2003); a de “redirecionalidade da escala” (scalar bending), que se refere à mudança entre a escala a que se ajustam determinadas atividades e as que estão sistematicamente desafiadas e desestabilizadas (2003).

Percebe-se no autor uma tendência para abrir-se a outras escalas, (Smith, 1993). Esse fato é relevante, pois Smith volta a dar importância à escala regional, argumentando que é o local de produção econômica nos seguintes termos: “a escala regional está estreitamente ligada aos longos ritmos da economia nacional e global, e a identidade regional é construída desproporcionalmente ao redor dos tipos de trabalho que lá se desenvolvem. A região pode ser concebida como uma rede concentrada de conexões econômicas entre produtores, demandantes, distribuidores e uma miríade de atividades subsidiárias, todas localizadas em localidades urbanas ou rurais – conjuntos de produção”(1993: 108).

Ao mesmo tempo, argumenta-se que é na escala regional que a divisão social do trabalho expressa-se mais claramente, sendo essa também uma dimensão importante na organização de movimentos sociais que podem impactar nos níveis nacionais ou mesmo globais (Smith, 1993).

Independentemente de que para alguns autores as escalas se abrem e incluem, desde o corpo até a global, o problema da hierarquização segue presente, apesar das propostas que tentam resolvê-lo: como as redes horizontais e as hierarquias verticais que Letner (2003) propõe; a dualidade entre a estabilidade (*fixity*) e a fluidez, que gera uma resolução de maleabilidade de resolução geográfica (Smith, 1993).

A proposta de Swyngedouw, contribui para o tema em vários aspectos, uma vez que aborda as configurações espaciais, partindo da integração da natureza à escala, as quais implicam que numa escala está implícita a outra e, por isso, assume-se que as escalas global e local não estão separadas. O autor propõe a utilização da categoria de “glocal”, argumentando que há formas diversas em que os processos contemporâneos de integração global estão reorganizando os contextos sociais, políticos e econômicos do desenvolvimento urbano local (1992). Apesar de todas essas propostas, Sally Marston, Jones III e Woodward (2005) assumem que o problema da hierarquia não se resolve e segue presente nas discussões sobre a escala, porém em uma visão muito mais complexa do tema.

Em relação ao segundo ponto de vista, o construtivista, a escala não aparece como uma categoria ontológica, que é explicada a partir do próprio ser da escala e das relações sociais que são produzidas nela. Pelo contrário, elas são o resultado das tensões que existem

entre as forças estruturais e as dos agentes, visão que é apoiada por Swynegedouw, (2003), Marston (2000), Leither (1997, 2003) entre outros.

Alguns problemas derivados das posturas e discussões anteriores podem questionar alguns pontos: primeiro, não fica claro, se é o mesmo, a construção da escala (Swynegedouw, 2003; Smith, 2003; Leitner, 2003: 240), os “arranjos hierárquicos”, dos quais Harvey (1982) falava no momento anterior, ou as mudanças de escala na produção capitalista (Leither, 2003: 240). Desse modo, pode-se seguir argumentando sobre a existência de uma sobredeterminação da escala sobre a produção de espaço, que se acentua neste momento da discussão. Isso permite questionar a postura de Smith que argumenta que “cada reestruturação do capital é uma reestruturação social e política da escala” (2003: 194), perguntando-se se a escala é intrínseca ao capitalismo, ou é intrínseca ao espaço que se reestrutura pelo capitalismo. Essa é, sem dúvida, uma pergunta importante, que questiona a visão ontológica e a construtivista, cuja resposta fará, novamente, voltar os olhos à maneira como o espaço se produz, mais do que tornar independentes espaço/escala no processo de construção do primeiro. Em relação a esse ponto, Holly (1978: 56) trata desse problema ao enfatizar que: “a escala deveria ser entendida (...) como um fator na construção e na dinâmica das totalidades geográficas, mais do que simplesmente o produto das relações geográficas que as geram”.

Em segundo lugar, se é bem importante a consideração das políticas de escala como um elemento fundamental para a compreensão da dinâmica política na transformação do espaço. Não somente se mantém, como também incrementa-se, a sobredeterminação da política em consideração às relações de produção. No entanto, posturas como as de Marston (2001, 2003) fazem referência à necessidade de refletir também sobre as escalas da reprodução social do capitalismo, que fazem aparecer ao consumo como um elemento fundamental para definir outros tipos de escala. A essa visão o autor supracitado une a perspectiva de Leither (2003) que argumenta que há, também, reescalamentos e reconfigurações escalares nas relações de reprodução social e nas de consumo - as mesmas que são parte da construção da escala. O autor questiona também que não é igual discutir e analisar as políticas estatais a partir da política de escala, do que as determinações que levaram a definir ou

a consolidar um tipo específico de planejamento, em alguma região ou lugar – elemento que não é percebido em nenhum momento da discussão.

Em terceiro lugar, apesar das escalas abrirem-se a outras dimensões do espaço, deixando as restrições do primeiro momento, a ênfase colocada à relação global-local faz com que a urbana seja a mais representativa e a de maior relevância entre os autores (Brenner, 2000, 2001; Swyngedouw, 2003, Marston, 2003, Taylor, 2003, Leitner, 2003). Nas discussões anteriores, discorria-se pouco a respeito da relação direta entre a escala e a organização do planejamento regional. Ao se inserir na discussão no momento da globalização, a escala regional perdeu-se na discussão geográfica. Houve quem argumentasse sobre a sua desapareição e importância (Hiernaux, 1991), para dar prioridade a outras: a urbana, para alguns como Taylor (1982), Smith (1984), Harvey (1982), Brenner (1998, 2000); a relação global-local, para outros como Swyngedouw (1997, 2003), embora Smith a reivindique (1993), apesar da importância que posteriormente passou a dar à urbana.

Por último, a passagem da escala às configurações espaciais que Swyngedouw cita, metodologicamente falando, fica pouco clara em dois sentidos: qual seria a diferença entre escala e configuração escalar, ou se seriam a mesma coisa? No caso de não serem, de que maneira uma delas transforma-se em uma configuração?, que parece ser um processo mais complexo. No entanto, Swyngedouw insiste na produção social e material da escala (2003: 132), uma vez que aceita que o espaço ou a produção do espaço tem, em seu próprio processo de transformação, uma escala específica, que é preciso reconhecer para avaliar o impacto de sua produção e dos alcances de sua transformação.

## A escala no espaço de fluxos ou a não-escala

Neste terceiro momento da discussão, percebe-se duas tendências. A primeira articula com as discussões antes analisadas, retornando à concepção de espaço, porém a partir de posturas que o concebem como o espaço de redes e fluxos (Taylor, 2003 e Leither, 2003) que lança mão da proposta apresentada por Castells (1999). Essa mudança é importante e tem relação com a forma como se concebe a escala no interior dos processos, seguindo a visão cons-

trutivista. A segunda se embasa nas críticas que autores como Marston, Jones III e Woodeard (2005) fazem à complexidade da discussão e aos problemas que essa apresenta, sugerindo superá-la e passar à construção da categoria de “ontologias planas”, que, em sua opinião, resolveria as inconsistências que as hierarquias estruturalistas geraram.

Em relação à primeira, pode-se dizer que o início de uma transformação importante na concepção do espaço deu-se a partir do fim do século XX, com a ruptura dos paradigmas nas ciências sociais. As críticas à concepção tradicional do espaço fixo e imóvel que era trabalhada na geografia, muda por uma que lhe concede uma dimensão de movimento e transformação do espaço igual ao tempo, por isso requer instrumentos específicos para compreender sua dinâmica e suas transformações. Há autores que admitiram, então, que o tempo tinha também escala e a necessidade de introduzir a discussão na conjunção tempo-espaço (Holly, 1978). Com as contribuições de Castells (1999) e os teóricos das redes e fluxos, a discussão sobre a escala mudou para introduzir-se como uma parte importante da dimensão metodológica de análise sobre o território, e na qual começa-se a considerar uma dimensão “temporal e espacialmente fluida” (Sheppard; McMaster, 2003).

Taylor e Leitner apoiam-se nessa concepção: o primeiro para resolver o problema das fronteiras na concepção de escala, as mesmas que são reduzidas com a globalização (2003) e, a segunda, argumentando que as redes e os fluxos transgridem as fronteiras políticas, produzindo mudanças importantes nas políticas de escala (2003). Além disso, sustentam-se na concepção de cidades globais desenvolvida por Sassen (1991), que tem impactado na caracterização contemporânea das cidades. Não é objetivo deste capítulo entrar na discussão sobre as redes e os fluxos gerados pela globalização, nem de cidades mundiais. Contudo, é preciso admitir que houve muitos críticos que argumentaram pela falta da territorialização que se apresenta nessa visão e os problemas que essa ausência ocasiona (Ramírez, 2009).

No entanto, é claro que nessa perspectiva de fluxos, a definição dos processos dá-se na escala global e as outras aparecem como se estivessem postas no mesmo nível. Apesar de existir o aparente confronto entre o global e o local, pareceria que as situações importantes são definidas todas na esfera global e somente se materializam

localmente. O autor argumenta da seguinte maneira: “os meios de inovação andam sobre as redes globais de produção e distribuição que estendem seu alcance sobre todo o planeta. Por isso, alguns investigadores sustentam que o novo sistema industrial não é global, nem local, mas sim “uma nova articulação de dinâmicas globais e locais” (Castells, 1999: 425).

As cidades de fluxos ficam desprovidas de funções que tradicionalmente haviam sido consideradas, já que parecia que predomina o trabalho à distância com o incremento do tráfico nas cidades, fenômeno que, facilmente, pode estar presente e talvez até em crescimento, longe de ser ainda o predominante e substituir a importância da escala urbana (1999: 427). Com isso, o que existe é uma superterminação da escala global, já que se afirma que é nela que se gera o valor, nos fluxos financeiros, organizando o trabalho da empresa em rede. Cabe acrescentar, também, que a escala de fluxos é global, mas a dos processos é local (Castells, 1999), através da qual ficam fracionadas as escalas, dependendo da forma como se inserem no processo de fluxo.

Para os fins do tema que aqui nos ocupa, o importante é a volta da discussão da escala como parte de uma concepção de espaço, ponto que será retomado mais adiante, além da consideração que, novamente, é feita da região na escala regional-global. Ambos os trabalhos centram sua atenção na dimensão da Comunidade Econômica Europeia, enfatizando a escala da cidade-região, no caso de Taylor (2003), e da relação sub-cidade-região, no de Leitner (2003). A esse respeito, menciona-se que, “a análise dos complexos de cidades mundiais mostra uma complicada geografia da globalização que contém uma natureza altamente regional”, e acrescenta que não se constituem como unidades fechadas, e sim ligadas por redes e sub-redes, que se convergem em uma configuração não contínua de regiões (2003). A importância de competir com unidades abertas de espaços regionais é o que mais se ressalta nesta proposta que se adianta ao que Smith ainda evidencia neste momento com relação “a escala proporcional às fronteiras ou aos limites, (2003) independentemente de ser vista como um elemento de empoderamento, ao possibilitar a defesa de alguns lugares a partir das identidades e das relações sociais ou atividades ali desenvolvidas (2003).

A segunda postura está embasada na argumentação que Marston, Jones III e Woodward (2005) preveem. Esses autores



insistem em questionar a importância que a hierarquia pode ter como uma ordem epistemológica que seria necessária manter no estudo. Eles dão razões de peso para sustentar a existência de dificuldades importantes na hierarquização no tratamento das escalas. A primeira é de caráter operacional, uma vez que, em sua opinião, apesar do quão amplo tenha sido o debate, são escassos os argumentos que permitam solucionar o problema das hierarquias. A segunda centra-se na dificuldade que existe para resolver a vinculação micro-macro e o problema das visões binárias que existe sobre o tema, embora não citem especificamente como se adscvem à problemática da escala, questões como as de lugar e espaço, diferença e igualdade, defensiva e aberta. Assim, anunciam o perigo em se converter a escala em uma mais daquelas conceituações determinadas que, ao invés de ajudar a entender processos, restringem a teoria em categorias pouco úteis para a análise.

Sobre os problemas enunciados anteriormente, deve-se acrescentar que, em certas ocasiões, as escalas se converteram em entidades congeladas do espaço geográfico as quais permitem adentrar-se pouco na identificação das transformações que se dão com a complexidade dos processos. O vocabulário é pobre para manejar interconexões e interdependências entre as escalas, e no interior dos agentes, que se situam em uma mesma escala. Brenner argumenta que as categorias de local, urbano e regional demarcam ilhas separadas das relações sociais (2000), as quais, em certas ocasiões, são quase impossíveis de interconectar. Isso, combinado à maneira como no âmbito acadêmico se separam os objetos de pesquisa por territórios (regional, urbano, rural) que obstruem os esforços para explorar as dinâmicas das relações interescares de transformação.

Dadas essas dificuldades, os autores apresentam três possíveis alternativas para resolvê-las: busca-se uma nova categoria que substitua a de escala e suas hierarquias; encontra-se uma maneira de trabalhá-la que permita a hibridização dos processos, tal como apresentam-se na realidade contemporânea, ou abandona-se por completo a discussão e o uso da escala hierárquica e coloca-se em seu lugar outro instrumento de análise (Marston et al. 2005).

Essa última é a opção pela qual inclinam-se, insistindo na necessidade de analisar a complexidade de relações emergentes através do que denominam “ontologias planas do local”. A partir da consideração da composição/decomposição de processos, da existência

de relações diferenciais e eventos emergentes, antecipam algumas considerações para trabalhá-la (2005: 425), apresentando-a como um lugar de coexistência no marco de como o espaço é concebido e transformado. Baseando-se na proposta de Schatzki, que argumenta que a escala e a globalização são evidentes e “axiomáticas” para a concepção do mundo, “a ontologia plana problematiza o mundo onde todo o contemporâneo vive e está ligado, através da manifestação de lugares interconectados”(Marston et al., 2005: 426).

Em suma, pareceria que o que se busca corretamente é voltar, novamente, ao estudo do espaço como o objeto próprio de análise, a partir da interpretação de suas manifestações, da análise dos processos de articulação/vinculação. Identificam a conjunção co-presencial (hibridação, no léxico de alguns autores), que origina as formas complexas dos processos territoriais, as mesmas que, por vezes, a hierarquização estruturalista impede. A proposta da “ontologia plana do lugar”, no entanto, tem o problema de retornar a uma concepção plana do espaço, a qual levou-se anos para ser discutida, analisada e solucionada na geografia. Mais do que apresentar um avanço, pareceria um retrocesso ao conceito de espaço plano e que, contraditoriamente ao que se assume, em lugar de permitir a análise das coexistências em suas múltiplas localizações e trajetórias, as coloca em um mesmo plano. Isso elimina da discussão o conceito de espaço multidimensional que permite conhecer de onde vêm e como vinculam-se no espaço de relações.

Se este for o caso, como poder-se-ia construir uma epistemologia (chamada ontologia em sua proposta) que realmente permitisse resolver o problema da vinculação espaço/escala? A partir de que parâmetros pode-se, então, analisar as coexistências e copresenças que com as hierarquias permanecem isoladas? Demarcando essa postura, parece-nos que o problema enraíza-se mais na metodologia da reconstrução do processo do que no próprio ser do espaço e da escala.

## O retorno: da escala ao espaço

Um dos problemas cruciais na discussão sobre a escala é a maneira como ela é discutida, fazendo-a independente da produção do espaço. Fundamentou-se bem essa concepção a partir do trabalho de Lefebvre, como foi mencionado anteriormente, considerando-a

uma totalidade, mas esqueceu de contextualizá-la novamente em relação à sua origem: o espaço e sua transformação. Embora seja aceito como parte fundamental do trabalho metodológico que é preciso refletir sobre a escala dos agentes, grupos ou processos de maneira específica, para competir depois com a identificação real das relações sociais, é preciso questionar se uma teoria sobre a produção da escala é requerida ou se é possível teorizar sobre ela a partir dos supostos trabalhados sobre a produção do espaço. É um problema ontológico, quer dizer, do ser da escala, ou epistemológico, que se refere à metodologia de como concebe-se um espaço dimensional e plano?.

Algumas propostas podem ajudar na resolução desses questionamentos. A visão de Massey (1998), por exemplo, embora não fale, em nenhum momento, sobre escala, no entanto, continuamente a interliga com o reconhecimento das trajetórias territoriais de grupos; está implícita ao lugar com o que a autora chama de “geometrias do poder”, nas quais a ideia fundamental é fazer com que se passe de uma concepção plana, fechada e estática do espaço a uma que o conceba como dinâmico, multidimensional e aberto, sem fronteiras. Como ela expõe esta ideia?

O trabalho de Massey situa-se no contexto que May e Thrift (2001) destacam como um dos principais desafios no estudo do espaço tempo: como lutar com a diferença e a multiplicidade de tempos em diferentes direções que geram uma rede complexa de relações no espaço. Suas contribuições foram desenvolvidas em diferentes trabalhos por mais de 10 anos (1992, 1996, 1998), culminando com o livro “Pelo espaço” (2005), que dá uma resposta metodológica à análise do espaço e à maneira como abordá-lo desde os supostos mencionados. Escrito a partir da prática geográfica, o texto tem contribuído para transformar, em grande medida, os fundamentos do pensar sobre o espaço, o lugar e as regiões.

Para os fins do tema desta discussão, é preciso argumentar que a autora passa da concepção de um espaço plano que está dividido em pedaços, a um que se constrói a partir de uma “simultaneidade dinâmica, constantemente desconectada por novas chegadas, esperando invariavelmente ser determinada (e, por conseguinte, sempre indeterminada) pela construção de novas relações”, que se dão a partir da contemporaneidade dos encontros e desencontros (Massey, 2005). Narrativas, representações e histórias articulam, falam ou

interpretam estas trajetórias e estes discursos sobre o espaço, construindo sempre novos sentidos para os lugares.

Disso tudo, surge uma pergunta: onde está a escala nesta perspectiva? Por um lado, ela nunca aparece abertamente tratada nas contribuições da autora supracitada, mas ela a introduz quando fala de globalização e sua maneira de incidir no espaço e no lugar; por outro, Massey(2005) critica as formas discursivas e as práticas políticas que imaginam o local como produto do global, negando sua contraparte, ou seja, a construção local e global, independentemente de que, para ela, o local seja o Estado Nação, a cidade ou as pequenas localidades. Além disso, a autora acrescenta que “para uma compreensão relacional da globalização neoliberal, ‘os lugares’ são entrelaçamentos em diferentes direções das amplas geometrias do poder que formam um todo entre elas e ‘o global’ ” (Massey, 2005). Assim, em uma forma dinâmica e dialética, a escala é um elemento contextual que se adequa, dependendo da maneira como os encontros e os vínculos se desenvolvem, a partir da origem, às trajetórias e aos destinos com os quais se encontram, gerando com eles copresenças ou coexistências múltiplas, os quais é preciso reconhecer e evidenciar.

De que maneira isso se liga à possibilidade de engendrar espaços diferentes no futuro? Se sua visão é a de um espaço em movimento contínuo e dinâmico, ela permite não somente conceber seu presente, como também a de imaginar que no futuro pode ser diferente. Agrega-se a isso a possibilidade de lutar com múltiplos agentes, tempos e direções, possibilitando, então, a maneira como esse imaginário poderia ser, ou um diferencial, ou uma disputa, com diferentes visões que poderiam, em algum tempo e espaço, encontrar-se e transformar as trajetórias presentes. Essa visão se afasta daquela que tradicionalmente se tinha, na qual o agente principal do planejamento seria o Estado, e na qual o imaginário que dele emana seria o que prevalece nas tendências posteriormente geradas.

## Algumas reflexões sobre o debate

Uma das discussões mais relevantes que se obtém desse tema é aceitar que o espaço se constrói dentro de um contexto determinado. É esse contexto que define a escala pela qual é preciso trabalhar para identificar os processos. Ou de que maneira se reconhece

ou se define a escala de trabalho? A esse respeito, é preciso diferenciar entre a identificação da escala de um objeto de estudo específico, a qual denominaremos escala de processo, que é necessária na definição da investigação e de reconhecimento de sua produção. Por exemplo, se é possível definir com antecipação se o trabalho a ser desenvolvido tem uma escala global, urbana, metropolitana ou municipal. O que é preciso aceitar é que esta não é fechada, nem fixa e que tem outras, digamos, múltiplas determinações em sua definição, pelas quais é preciso deixá-la aberta e com as possibilidades de identificar as outras variadas determinações que a influenciam, cada uma com sua escala determinada. Nesse sentido, pode-se argumentar que em todo processo em que há uma escala, há também um contexto que tem suas próprias lógicas, e agentes que a compõem, que podem estar em processo, mas lidando com outra escala mais local. Compartilharemos este tema mais adiante.

Outro questionamento importante refere-se ao fato de se saber se as relações sociais e materiais são geradas pela escala ou seria o contrário. A esse respeito, é preciso argumentar que a escala não produz as relações, mas é necessário aceitar que o fato de que processos e/ou agentes localizam-se em alguma escala específica, assim é que se geram as alternativas para produzir relações diferentes situadas nas escalas específicas. Isso, metodologicamente é, com certeza, um aspecto muito importante a se considerar para ter precisão na maneira, alcance e exatidão com que se identificam as escalas em alguma determinada investigação.

Uma discussão importante diz respeito à escala ser um atributo do espaço ou do processo. A esse respeito, se se aceita o fato de que o espaço é multiescalar e aberto às múltiplas determinações e possibilidades, a precisão estaria em cada processo, contexto, grupo ou agente que tem sua própria escala e não é independente dela. Reconhecê-la em seu movimento é o que se faz importante com o fim de identificar, também, como em sua trajetória observa-se, em escalas específicas, com outros agentes e processos que permitem, então, gerar as relações entre eles. Assume-se, nesta postura, que ao ser uma escala um atributo do espaço multidimensional, essa redefine-se na medida em que é o espaço que flui e se transforma.

A escala em si mesma não produz nem se modifica, e sim o faz a partir dos vínculos e das relações com as quais se estabelecem e se definem as relações entre trajetórias de agentes, grupos ou

processos. Por conseguinte, para identificar a reestruturação das relações sociais, o reconhecimento da localização espaço/escala agente é importante. A relação reproduz e faz com que a escala apareça e, inversamente, para que se possa afirmar que existe uma relação dialética entre escala e relação.

Por último: ao se reconhecer a existência de diferenças que se hierarquizam ou situam-se em diferentes escalas, para que as reconhecemos e como e quando se juntam? Pareceria que, para responder a essa pergunta há um acordo genérico no debate: chegar e concluir no reconhecimento das relações existentes no território. Até aqui o desenvolvimento do debate no âmbito dos países anglo-saxônicos instiga-nos a perguntar: de que maneira essa discussão impactou os latino-americanos?

## O impacto na América Latina

Como exemplificamos nos parágrafos anteriores, a nível teórico essa discussão tem sido muito rica nos países anglo-saxônicos, porém tem tido pouca ascendência na academia latino-americana. Uma primeira tentativa de difundí-la foi feita em 2010, a partir de um texto dirigido por Fernández e Brandão. No âmbito do trabalho empírico, o efeito, sem dúvida, tem sido significativo, sobretudo pela necessidade de vincular o global aos efeitos locais, reviravolta originada pela imposição da globalização como um modelo aberto e externo de desenvolvimento para fora, no qual argumenta-se que as mudanças locais inseridas nos processos globais são, fundamentalmente, para alcançar o desenvolvimento que o modelo anterior não conseguiu. A consequência gerada é uma apologia dos enfoques localistas que manejam essa relação de forma automática<sup>1</sup> e que estão longe de conter em seu interior um manejo escalar integral da produção do espaço, o que limita a compreensão relacional dos processos. Percebemos cinco problemas fundamentais nesse manejo da escala.

O primeiro problema é que se reconhece uma separação entre a teoria, que geralmente é anglo-saxônica ou francesa, gerada a partir das reflexões e dos processos que se desenvolvem nesses países, e os processos empíricos que são locais e latino-americanos. Essa postura

---

<sup>1</sup> Para exemplificar esta afirmação, refere-se à revisão de textos publicados em revistas como *Ciudades*, *Eure* e muitas outras que se difundem cotidianamente na América Latina.

tem repercussões importantes na maneira como estamos interpretando os processos no continente. Aceitá-la significa, por um lado, que a teoria é global e o empírico é local, o que de maneira alguma é certo, já que confunde o geral como global com o particular/local. Por outro lado, isso representaria que não se pode fazer teoria a partir do local, regional ou latino-americano, o que representa, assim, um erro maior que o anterior. A produção da escala, nesse sentido, significaria que tanto o global quanto o local têm formas específicas de entender e de fazer teoria, mas é necessário pensá-la em ambos os entornos. Por não fazê-lo, seguiremos resumindo e repetindo o que dizem os teóricos dos países do norte, tratando de ajustar os processos locais a uma explicação global, bem como integrá-los, a partir de categorias como a *glocalização*, que parece os relacionar e integrar, porém está longe de proporcionar elementos claros que logrem desvendar as conexões, os vínculos e os alcances que geram quando entram em relação.

O segundo, centra-se em uma crítica à concepção dualista que se percebe no interior da oposição entre o global e o local. Essa tem sido amplamente trabalhada por autores como Herod e Wright (2002) em relação à escala. No entanto, Massey já o adiantava, desde 1992, como um dos problemas centrais que despolitiza a visão do espaço e sua possível interpretação das relações de poder que neste se encontram. Ao nosso ver, esse dualismo apresenta duas posturas: uma, que opõe o global ao local, vendo-os como opostos, nos quais os fluxos e o desenvolvimento correspondem ao primeiro e, por conseguinte, ao movimento e à mudança. A outra assume que no local somente são vistos os efeitos que os processos gerais têm, mas como efeitos imóveis que não mudam (Herod e Wright, 2002: 18). A escala global é móvel, mas não a local, que é fixa e imutável.

Dois discursos se contrapõem a essa visão: por um lado, o que aceita a desestabilização da oposição global/local a partir da criação de projetos de transformação do desenvolvimento econômico e político desde o local (Gibson-Graham, 2002); e outro, que argumenta que todos os lugares que reproduzem as condições que permitiram caracterizar os territórios (urbanos de preferência) como globais podem ter a mesma natureza e até serem denominados da mesma forma. Assim, descobrimos que, como Tóquio, Londres e Nova York, que foram caracterizados por Sassen (1991) como cidades globais, qualquer cidade, seja capital ou alguma de

terceiro ou quarto posto no interior de um país latino-americano, pode ser denominada também como cidade global.

Não há dúvidas de que a influência de ambas as posturas tem problemas no manejo da escala, mas, sobretudo, desde a postura política: a primeira, porque promove a independência da escala local como um possível agente de desenvolvimento; bem como lhe dá possibilidades de transformação e mudança de dentro em uma postura muito pós-modernista, fazendo-a independente e assumindo que, desde o local, sem mediação alguma, pode-se alcançar uma forma de desenvolvimento independente e autônoma. Embora isso possa ser possível em alguns casos, o contexto particular no qual se maneja cada situação local poderia jogar luz para a definição de se isso é possível ou não. A falta de um contexto claro é um dos problemas centrais dessa visão.

O segundo discurso assume que tudo o que se encontra no global, pode ser identificado no local e com esse único elemento (bancos ou serviços especializados) pode-se conceber como global qualquer território latino-americano, independentemente de seu nível de desenvolvimento ou inserção real em processos de índole global. Contrariamente à postura independentista da visão anterior, essa adota uma visão moderna do processo, uma vez que a globalização gera processos homogêneos em todos os espaços e os homogeneiza (podemos encontrar muitas cidades globais e similares), de modo a eliminar a especificidade do local, ao tratar como iguais todas as cidades. É preciso argumentar e aceitar que a globalização, ao ser uma forma específica de desenvolvimento do capitalismo neoliberal contemporâneo, tem a dupla perspectiva de homogeneizar e diferenciar os processos que lhe são próprios. Seu resultado gera formas de desenvolvimento desiguais, tanto no âmbito econômico como no político, incluindo as diferenças culturais importantes de que é preciso, em ambos os casos, identificar desde o local e em sua vinculação com o global.

O terceiro problema que encontramos está relacionado a uma oposição entre o global e o local, mas que é visto como uma hierarquização, mais do que como oposição. Ou seja, pareceria que o manejo dos diferentes tipos de escala vai das maiores, ou o que é pior, das mais importantes e influentes, às menores, que são menos importantes, apesar de que poderiam ser consideradas, em alguns casos, definidoras no processo. Com isso apresenta-se uma confusão



entre escala/tamanho, bem como entre fronteiras ou hierarquias, na colocação ou na importância do processo (Martson et al. 2005:428). Daí a onda de *apologia* à escala *global*, como a mais relevante ou a maior, pode por a perder a dimensão real dos diferentes momentos e formas em que esta escala influi na escala local. Por sua vez a onda de *apologia localista* também se contrapõe àquela e assume que a definição real e total dos processos está no local, e não em uma interação que possa existir entre essas duas escalas, e com outras que às vezes intervêm na definição e, dependendo do processo e do lugar, em seu significado e caracterização. Em suma, poder-se-ia argumentar que há uma confusão entre agente e processo, mas também entre estrutura e contexto, tomando estes como escala fixa e sem movimento.

Essa visão está influenciada, certamente, pelo estruturalismo ou pelo pós-estruturalismo que incidiu direta ou indiretamente nos últimos anos na definição do espaço e dos processos com eles relacionados. Apesar da existência de hierarquizações importantes na definição das desigualdades que se encontram no espaço, esses tipos de visões independentizam as relações entre os níveis hierárquicos do espaço, como se fossem autônomos uns em relação aos outros. Isso impede de evidenciar e tratar as conexões que existem entre as diferentes escalas hierarquizadas em momentos específicos. Com isso retorna-se ao que Martson et al. (2005) propõem em suas *ontologias planas do lugar*, que eliminam a possibilidade de fazer uma análise relacional interescolar dos processos.

O quarto problema, da maneira como se apresentaram o debate e o estudo das escalas, refere-se à forma como na proposta de análise escalar tem-se priorizado o estudo do poder, na qual tem-se eliminado do discurso e da análise a política. Com ele, assumimos que há uma reviravolta na política e na intervenção estatal ao estudo do poder e do controle político que põem o Estado como um agente a mais do processo, e não como em ocasiões que o vimos na América Latina, como o que dirige e orienta a estratégia de desenvolvimento econômico, político, social e cultural em nossos territórios. Nestas posturas, que privilegiam suas análises relacionais de poder, sobre a política, torna-se difícil a introdução e o conhecimento da hierarquia do *status* político dos agentes. Pareceria que os globais são os que têm o poder, em desproporção com os locais, a quem há que empoderar, em alguns casos, lhes atribui diretamente o poder de

mudar. Essa é uma visão dicotômica das escalas. Perguntamo-nos: quem tem que empoderar a quem? O Estado aos agentes de seu território, ou as empresas ou agências globais para cumprir com funções previamente estabelecidas que reproduzem e aumentam a dependência no lugar de dar independência e direção aos processos e agentes locais.

Mas também, e sobretudo, preocupa-nos que não fique clara a função que tem o Estado nação na definição e orientação dos processos, que pareceria nem sequer existir ou estar em perigo de extinção, o que é um problema porque é ele o responsável pela direcionalidade do desenvolvimento dos países na atualidade. Nesse sentido, assumimos que, hoje em dia, não fica clara a definição ou a conjunção entre o poder e o Estado, e procede-se, em certas ocasiões, a vinculá-los de maneira forçada ou, o que é pior, confundí-los. Tampouco fica claro no debate qual é a responsabilidade que cada agente estatal tem, em suas diferentes escalas, na transição capitalista da América Latina.

Nesta confusão tem contribuído, em grande medida, a forma como tem-se apropriado os intelectuais da visão que Foucault concebeu sobre o estudo do espaço, e a maneira como se aprofundou a identificação dos agentes que controlam ou se apropriam de um espaço determinado. A diferença fundamental é que esse controle é feito por agentes individuais ou por um Estado visto como generalidade de inspeção ou vigilância, mais do que como responsabilidade pela orientação e direcionalidade que o desenvolvimento tem em uma sociedade determinada. Nessa visão de poder e escala, a hierarquização do poder social, enquanto formas de controle que este tem na sociedade, é uma dos aportes dados. Porém esta visão pode apresentar-se, se não se retoma em uma forma integral, como dissociações duplas no interior das hierarquias escalares existentes, que independentizam ou eliminam a responsabilidade social que o Estado tem no desenvolvimento.

Por último, na medida em que aceitamos que a escala é um instrumental metodológico para ascender a um espaço em movimento e em constante produção (Ramírez, 2003), é preciso aceitar que esse espaço é criado por quem está interessado em compreender a realidade, que supõe a possibilidade de identificar a multidimensionalidade e a complexidade que têm os processos territoriais, sejam esses de caráter natural, social, econômico ou cultural. Nesse

sentido, as escalas como tais não são parte da realidade e, sim, uma forma metodológica que nos permite penetrar na identificação de agentes e processos no território, com o fim de explicitar redes de relações. Essas redes nos permitem conhecer um espaço que não é plano, mas sim composto por um número ilimitado de dimensões e de possibilidades reais, que têm cada uma um espaço determinado. Se aceitarmos essa definição como válida na explicação da realidade que vivemos, torna-se necessário reconhecer que ela está composta por processos específicos que nos interessam, no interior dos quais, são alçados agentes diferenciais que, de múltiplas maneiras, os compõem e os reproduzem; e além disso, ambos agentes e processos estão inseridos em contextos específicos que os definem e transformam ao largo de sua redimensionalização em um determinado território.

Neste caso, nos parece que em diversas ocasiões estamos confundindo a *escala do processo* - o qual, dependendo da dimensão e do trabalho que estamos fazendo, pode, decerto, ser local, nacional, regional ou qualquer das escalas que se esteja trabalhando - com a *escala do contexto*, na qual este processo está inserido, que poderia ser, dependendo do processo, porém nem sempre, a global. Em outras palavras, reconhecemos como importante unicamente a *escala dos agentes*, que não necessariamente devem ou podem ser locais, pois há agentes regionais de grande importância para definir algum processo, e não conseguimos identificar claramente, então, *qual é o onde*, ou seja, a escala em que estes processos se desenvolvem. Neste sentido, e sem a necessidade de cotejá-las como binômios ou separá-las como estruturas, o que denominamos como *manejo integral da escala* implica em um jogo de identificações de processos com contexto ou em ocasiões-contextos, com agentes, que se movem em dimensões territoriais diversas, em momentos específicos e diferenciais. Isso permite, realmente, estabelecer conexões e vínculos que não representem escalas isoladas ou mecânicas, cuja explicação requer, sem dúvida, uma explicação muito mais ampla.

## Referências Bibliográficas

- BRENNER, N. (2001). The limits to scale? methodological reflections on scalar structuration, *Progress in Human Geography*, v.25, n.4, pp. 591-614.
- BRENNER, N. (2000). The urban question: reflections of Henri Lefebvre, urban

- theory and the politics of scale. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.24, n.2, pp. 361-379.
- BRENNER, N. (1998). Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales, *Environmental and Planning D, Society and Space*, n.16, pp. 459-481.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (1969). Dependência e desenvolvimento na América Latina. São Paulo, Zahar.
- CRANG, M. (2000). Relics, places and unwritten geographies in the work of Michel De Certau (1925-86). In: CRANG, M.; THRIFT, N. (eds.) *Thinking space*. Londres. Routledge, colección *Critical Geographies*, pp. 136-156.
- DELANEY, D.; LEITNER, H. (1997). The political construction of scale. *Political Geography*, v.16, n.2, pp. 93-97.
- HOLLY, B. (1978). The problem of scale in time-space research. In: CARLSTEIN, T.; PERKERS, D.; THRIFT, N. *Time and regional dynamics: timing space and spacing time*. London, Edward Arnold, pp. 5-18.
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura*. São Paulo, Paz e Terra.
- COLLINGE, C. (2006). Flat ontology and the deconstruction of scale: a response to Martson, Jones and Woodward. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 31, pp. 244-251.
- DELANEY, D. & LEITNER, H. (eds.) (1997). *Political geography of scale*. *Political Geography*, v.16, n.2.
- FERNÁNDEZ, R.; BRANDÃO, C. (eds.) (2010). *Escalas y políticas del desarrollo regional en América Latina*. Buenos Aires, Miño y Dávila.
- GOBIERNO DEL ESTADO DE QUINTANA ROO (2005). *Enciclopedia de los Municipios de México*. Instituto Nacional para el Federalismo y Desarrollo Municipal del Gobierno del Estado de Quintana Roo.
- HARVEY, D. (2003). *Espaços da esperança*. São Paulo, Loyola.
- HARVEY, D. (1985). The geopolitics of capitalism. In: GREGORY, D.; URRY, J. (1985). *Social relations and spatial structures*. London, MacMillan.
- HARVEY, D. (1982). *Os limites do capital*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- HEROD, A.; WRIGHT, M. W. (2002). *Geographies of power: placing scale*. Oxford, Blackwell Publishing.
- HIERNAUX, D. (1991). En la búsqueda de un nuevo paradigma regional. In: Ramírez, B. (comp.), *Nuevas tendencias en el análisis regional*. México, Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, pp. 33- 48.
- JOHNSTON, R. J. (1991). *Geography and geographers: Anglo-American human geography since 1945*. London, Arnold, 5<sup>th</sup> edition.
- LEITNER, H. (2003). The politics of scale and networks of spatial connectivity: transnational interurban networks and the rescaling of political governance in Europe. In: SHEPPARD, E.; MCMASTER, R. (2003). *Scale and geographic inquiry: nature, society and method*. London, Blackwell, pp. 236-254.

- LIVINGSTONE, D. (2009). The geographical tradition. London, Blackwell.
- SHEPPARD, E.; MCMASTER, R. (2003). Introduction: scale and geographic inquiry. SHEPPARD, E.; MCMASTER, R. (2003). Scale and geographic inquiry: nature, society and method. London, Blackwell, London, Blackwell, pp. 1-21.
- MARSTON, S. (2000). The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 2, pp. 219-225.
- MARSTON, S. (2003). A long way from home: domesticating the social production of scale In: SHEPPARD, E.; MCMASTER, R. (2003). Scale and geographic inquiry: nature, society and method. London, Blackwell, pp. 170-190.
- MARSTON, S.; JONES III, J. P.; WOODWARD, K. (2005). Human geography without scales. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 30, pp. 417-432.
- MARSTON, S.; SMITH, N. (2001). State, scales and households: limits to scale thinking: a response to Brenner. *Progress in Human Geography*, 25, pp. 615-619.
- MASSEY, D. (2005). Pelo espaço. Rio de Janeiro, Bertran Brasil.
- MASSEY, D. (1992). Politics and space/time. *New Left Review*, n. 196, nov./dec., pp. 65-84.
- MASSEY, D. (1998). Power geometries and the politics of space-time. Heidelberg, Heidelberg University.
- MAY, J.; THRIFT, N. (edits.) (2001). *Timespace: geographies of temporality*. New York, Routledge.
- PRADILLA, E.; RAMÍREZ, B. R. (1993). México y el TLC: de la integración “silenciosa” a la homogeneización territorial fragmentaria. *Revista Interamericana de Planificación*, v. XXVI, n. 103, jul./sep., SIAP, pp. 19-53.
- RAMÍREZ, B. R. (2010a). De la escala al espacio en la construcción del desarrollo regional. In: FERNÁNDEZ, V. R.; BRANDÃO, C. (directs.). *Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina*. Argentina, Miño y Dávila, pp. 217-238.
- RAMÍREZ, B. R. (2010b). De la ciudad global a la ciudad neoliberal: una propuesta teórica y política. In: ALFIE, M, et al. (coords.). (2010). *Sistema mundial y nuevas geografías*. Mexico, UAM-Atcapotzalco, UAM-Cuajimalpa.
- RAMÍREZ, B. R. (2006). Espacio-tiempo en la comprensión del territorio, *Ciudades*, n. 70, México, Red Nacional de Investigación Urbana, abr./jun., pp. 3-16.
- RAMÍREZ, B. R. (2003). Modernidad, posmodernidad, globalización y territorio: un recorrido por los campos de las teorías. México, Miguel Ángel Porrúa/UAM-Xochimilco.
- ROFFMAN, A. (1975). Influencia del proceso histórico en la dependencia externa y en estructuración de las redes regionales y urbanas actuales. In: UNIKEL, L.; NECOCHEA, V. (1975). *Desarrollo urbano y regional en América Latina: problemas y políticas*. **México, Fondo de Cultura Económica, Problemas y Políticas**, Lecturas, n. 15, pp. 61-82.
- SASSEN, S. (1991). *The global city*. Princeton, Princeton University Press.

- SHEPPARD, E.; McMASTER, R. (2003). Scale and geographic inquiry: nature, society and method. London, Blackwell.
- SHEPPARD, E.; McMASTER, R. (2003a). Scale and geographic inquiry: contrasts, intersections and boundaries. In: SHEPPARD, E.; McMASTER, R. (2003). Scale and geographic inquiry: nature, society and method. London, Blackwell, pp. 256-267.
- SCHATZKI, T. (2002). The site of the social: a philosophical account of the constitution of social like and change. Pennsylvania, Pennsylvania State University Press.
- SMITH, N. (2003). Scale bending. In: SHEPPARD, E. & R. MCMMASTER, S. Scale and geographic inquiry: nature, society and method. London: Blackwell, pp. 192-212.
- SMITH, N. (1993). Homeless/global: scaling places. In: BIRD, J. et al. (1993). Mapping the futures: local cultures, global change. London, Routledge, pp. 87-118.
- SMITH, N. (1984). Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- SWYNGEDOUW, E. (2003). Scaled geographies: nature, place and the politics of scale In: SHEPPARD, E.; MCMMASTER, S. (2003). Scale and geographic inquiry: nature, society and method. London, Blackwell, pp. 129-152.
- SWYNGEDOUW, E. (1997). Excluding the other: the contested production of a new "gestalt of scale", and the politics of marginalization. In: LEE, R.; WILLS, J. (edits.) Geographies of Economies. London, Edward Arnold, pp.167-77.
- SWYNGEDOUW, E. (1992). Territorial organization and the space/technology nexus. Transactions of the Institute of British Geographers, n.17, pp. 387-405.
- TAYLOR, P. (2003). Is there a Europe of Cities? world cities and the limitations of geographical scale analyses. In: SHEPPARD, E.; MCMMASTER, S. (2003). Scale and geographic inquiry: nature, society and method. London, Blackwell, pp. 213-235.
- TAYLOR, P. (1982). A materialistic framework for political geography. Transactions of the Institute of British Geographers, n. 7, pp.15-34.

## Capítulo 5

# Novas direções na teoria urbana: para além da comparação?<sup>1</sup>

*Jamie Peck*

Tradução: Felipe Nunes Coelho Magalhães

### Introdução

Incentivos a formas mais multipolares, comparativas e cosmopolitas de se fazer teoria urbana vêm circulando por mais de uma década, começando a gerar uma série de abordagens alternativas em estudos urbanos. No entanto, na prática, o desafio de uma teorização comparativa mais mundana foi muitas vezes respondido de forma desigual, mais frequentemente por meio da identificação de diferenças e manobras desconstrutivistas do que através de projetos de renovação e reconstrução da teoria urbana. Até o presente momento, o resultado tem sido interpretado como um impasse na teoria urbana; com alguns chegando a relatar sua morte. Embora estes relatos sejam certamente prematuros, há riscos, bem como oportunidades, na adoção do particularismo e do policentrismo nos estudos urbanos, especialmente se isto vier a impedir: em primeiro lugar, a efetiva realização de metodologias comparativas; em segundo, o questionamento teórico de processos e padrões pan-urbanos, relacionalmente compreendidos; e em terceiro, o diálogo construtivo através de tradições teóricas diversas, nomeadamente na interface entre a economia política e o pós-colonialismo.

---

<sup>1</sup> Agradecimentos: Este trabalho foi apresentado na palestra da Regional Studies no encontro anual da Associação de Geógrafos Americanos em Tampa, Flórida. Sou grato a Sally Hardy, Arnoud Lagendijk, e Marc Welsh pelo convite para esta apresentação. Agradeço também a Neil Brenner, Ruth Fincher, Tom Howard, Felipe Nunes Coelho Magalhães, Carolyn Prouse e Andrew Shmueli pelos comentários e conversas em torno de uma versão anterior deste trabalho, e aos pareceristas da revista *Regional Studies* por seus comentários, dúvidas e sugestões. Desnecessário reiterar que as pessoas acima não têm qualquer responsabilidade para com os argumentos expostos aqui, e que, mesmo que eu tenha me beneficiado de muitos conselhos, eles continuam sendo de minha total responsabilidade.

## Olhando para fora

Escrevo este artigo em Vancouver, mas olhando para fora, o que traz consequências metodológicas todavia indeterminadas. De alguns pontos de vista globais, Vancouver está bem no seio da produção teórica do norte. Durante o século XX, a Euro-América foi a região de origem de modelos urbanos padronizados, de visões de um futuro urbano convergente e modernizado que foram exportadas livremente para locais distantes, às vezes com pouca preocupação acerca das condições, necessidades ou gostos locais. De outra perspectiva, Vancouver está nas franjas desta zona hegemônica, a alguma distância das capitais dominantes de produção teórica, como Chicago e Los Angeles. (O lugar já foi conhecido como “Cidade Terminal”, o que condizia, afinal, com sua posição histórica na beirada do Império.) Talvez a razão de ser um pouco difícil de se posicionar Vancouver no mapa da teoria urbana, no entanto, seja menos relacionada às particularidades da “Terra de Lótus” do Canadá do que ao fato do mapa, em si mesmo, ter sido amplamente desacreditado. Não se trata de afirmar que as cidades do oriente e do Sul global tenham representado territórios desconhecidos. Mas elas estavam gravemente sub-representadas e deturpadas no mundo muito menor da teoria urbana do século XX, sendo interpretadas diante da suposta norma da cidade Ocidental, moderna, e muitas vezes à sombra de déficits de desenvolvimento a elas atribuídos. Uma sucessão de críticas pós-coloniais e pós-estruturais tem abalado essa visão de mundo teórica, desconstruindo a arrogância imperial das “escolas” do urbanismo do ocidente e do norte, provincializando seus teatros de produção e questionando suas pretensões de relevância global (ver, por exemplo, Robinson, 2006; McFarlane, 2011; Roy; Ong, 2011; Parnell; Oldfield, 2014). A promessa inspiradora é que agora as “cidades em todos os lugares [podem] ser trazidas para conversas teóricas mais amplas” na produção de novas geografias teóricas (Robinson, 2014: 7; Roy, 2009).

Uma série de editoriais e declarações proeminentes tem convocado, de formas diversas, a desconstrução de modelos universalistas ou ‘globais’: por um revigoramento dos estudos urbanos comparativos; pela provincianização da teoria urbana; pelo reconhecimento de circunstâncias divergentes, de complexidades localizadas e diversidades não enquadradas em padrões pré-estabelecidos; pela



circunspecção e a humildade explicativas; e, em alguns casos, por um recuo das próprias teorias urbanas generalistas (para uma gama de pontos de vista, ver Nijman de 2007, Ward, 2008; Roy, 2009; Farias, 2010; McFarlane, 2010; Robinson, 2011a, 2014A, 2004b; McFarlane; Robinson, 2012; Seekings, 2013;. Sheppard et al., 2013). Uma consequência desta dinâmica é que eventuais alegações de exceção contracultural, divergências indisciplinares e diferenças ideográficas têm viajado com inédita credibilidade nos estudos urbanos. A singularidade e a particularidade estão de volta (mais uma vez), e a busca por exceções – bem como o posicionamento a seu favor – às regras urbano-teóricas gerais tornaram-se correntes significativas na literatura.

Há muitas contribuições a serem bem recebidas nestas elaborações. Elas estão sacudindo hierarquias explicativas antigas e colocando de lado conceitos obsoletos. Aspiram não somente a cutucar a agulha da teoria urbana, mas a reorientar sua própria bússola. E abrem espaço para uma pluralidade muito mais rica de vozes e formatos que alguns têm comparado a uma democratização da teoria urbana. Na literatura crítica, lugares especiais foram reservados para urbanismos insurgentes, delinquentes, subalternos, e ‘alternativos’, à medida que benefícios adicionais têm sido identificados no questionamento de alegações teóricas generalizadas através de estudos de caso em torno de exceções e disrupções. Fundamentalmente, as cidades do sul global e do oriente, e as cidades do período ‘pós-colonial’, são exploradas em seus próprios termos, e não como anomalias teóricas. Ao longo deste caminho, um novo ímpeto foi gerado por uma grande variedade de metodologias exploratórias, comparativas e arriscadas. E é somente de forma irregular que a antiga gleba de influência está sendo defendida. Mais do que meramente desenterrado, muito do antigo relvado foi destruído, e os quinhões estão sendo reivindicados agora num terreno explanatório bem diferente. Talvez mil novos urbanismos irão florescer?

Parece que estão a ser criadas novas condições de possibilidade para a (produção da) teoria urbana, o que Leitner e Shepard (2014) caracterizam como um novo ‘ecossistema’ de produção de conhecimento. Mas também parece existir um crescente sentimento de desarticulação, dissipação e fragmentação. Parte desse mal-estar pode decorrer do fato de que os novos membros estão encontrando tardiamente seu caminho para o outrora exclusivo clube da teoria

urbana, é claro. Mas há também uma preocupação mais profunda, de que o campo pode estar perdendo força num momento prolongado de fragmentação desconstrutiva. Há uma década, nos primeiros estágios desta ‘abertura’ sem precedentes dos estudos urbanos, Taylor e Lang (2004, p. 955) detectaram sinais de ‘desintegração conceitual’, associando a proliferação de novos significados urbanos com retornos explanatórios decrescentes. Uma pesquisa recente encontra o campo reanimado mas ao mesmo tempo um pouco dissipado, trazendo o questionamento, se os estudos urbanos poderiam vir a se tornar uma “zona sem teoria” (Blokland; Harding, 2014: 219). Scott e Storper (2014: 3, 11) argumentam de forma mais explícita: eles observam múltiplas “discordâncias [sobre] como exatamente as cidades devem ser conceituadas e estudadas”, queixando-se que os estudos urbanos tornaram-se “susceptíveis a descontinuidades e disjunções endêmicas cada vez mais amplas”, enraizadas numa propensão aparentemente maior “a tratar todas as cidades como casos especiais e insistir na futilidade e perigos da abstração conceitual”. Neil Brenner observou que as correntes ascendentes no campo parecem ser não somente “em grande medida descritivas [mas também] quase autodestrutivamente anti-teóricas”, percebendo nelas um flerte com “um novo tipo de positivismo” (citado em Arboleda, 2014: 23).

Uma das virtudes da teoria urbana, especialmente a teoria urbana crítica, é seu estado constante de reconstrução – de forma não muito diferente da própria cidade. Mas há algumas contracorrentes curiosas e contraditórias operando na mais recente reforma. O campo finalmente se torna mais mundano, em termos geográficos, mas, ao mesmo tempo, tem havido uma irônica virada, em alguns setores, em direção à introspecção metodológica. A rejeição das teorias da globalização trouxe consigo o risco de subestimação de pressões, tendências e padrões pan-urbanos, e das matrizes retrabalhadas do poder globalizado. Movimentos na direção de provincianizar e desessencializar as teorias urbanas têm reinscrito novos binários, muitas vezes inadvertidamente. Há casos em que a própria abstração é rotulada como uma prática questionável do “norte”, ou uma forma de universalismo neocolonial, enquanto os urbanismos profundamente hibridizados e supostamente “mais complexos” e “mais fundamentados” do oriente e do ocidente são posicionados como a alteridade diante de um terreno onde a teoria urbana é “conhecida”, (sobre-)teori-

zada, e onde o pensamento nomotético reina supremo de forma ostensiva. Numa época em que o terreno movediço da teoria urbana é sem dúvida mais pluralista e contestado que nunca, há sinais de que novas balcanizações estão surgindo, e possivelmente até mesmo uma nova divisão entre modos planetários e particularistas de teorização, à medida que diálogos entre posições e perspectivas parecem ter se tornado mais, e não menos, difíceis. A excursão ao redor do(s) mundo (s) dos estudos urbanos contemporâneos que se segue não pode fazer mais do que breves paradas em algumas de suas mais notáveis atrações e/ou localidades. Inevitavelmente não exaustiva, tal excursão irá se debruçar sobre algumas das frentes mais ativas de reinvenção da teoria urbana contemporânea, onde grande parte da ação advém de um aglomerado influente de críticas pós-estruturais e pós-coloniais, inicialmente sob o signo do urbanismo ‘comum’ . A viagem será dividida em dois trajetos, onde o primeiro apresenta um inventário seletivo de algumas das intervenções mais significativas em teoria urbana ao longo das últimas duas décadas, enquanto o segundo concentra-se em manifestações de correntes particularistas em estudos urbanos. A primeira parte lida com o tema do excepcionalismo. Ele se inicia com o apogeu da modelagem da cidade global, entendida não só como um paradigma teórico, mas, ao fim e ao cabo, como uma prescrição normativa (emprestada), para em seguida documentar a adoção compensatória das abordagens das cidades comuns, com sua ótica de análise mais fundamentada, sua ética anti-essencialista, suas metodologias de ‘agenciamentos’ e ontologias geralmente mais aplainadas do mundo urbano. A segunda parte se concentra menos nos princípios e mais sobre a prática de estilos ascendentes de saberes urbanos, traçando algumas das consequências metodológicas e interpretativas do que parecem ser compromissos sobrepostos com modos mais “particularistas” de investigação.

A conclusão do artigo não é um fim de viagem, mas apenas outra estação do caminho neste espaço de tráfego intenso da teoria urbana. Como crítica à deriva particularista nos estudos urbanos contemporâneos, este não é o lugar para se apresentar uma alternativa de pleno direito, até porque ela terá certamente de ser plural, e não singular. O presente texto, contudo, chama a atenção para a necessidade de se abordar a desavença aparente entre importantes correntes no urbanismo pós-estruturalista, pós-colonial e de agenciamento e as abordagens atuais em economia política urbana. Uma

cultura mais pluralista da teoria urbana implicará um toma-lá-dá-cá entre todos os lados, bem como uma crítica robusta, ainda que certamente beneficiada por aquilo que tem sido chamado de “imaginação comparativa” (Leitner; Sheppard, 2015; Robinson, 2014b). Guinadas em direção ao particularismo, à desconstrução e às singularidades de estudos de caso permitiram a abertura de novos espaços em (e para a) teoria urbana, assim como novas formas de pensa-la, o que torna sua prática baseada em registros mais diversos e que passam por terrenos mais variegados. Entretanto, na esteira desses movimentos de abertura, há uma crescente necessidade de se explorar formas alternativas de abstração conceitual e reconstrução teórica. Não é suficiente o simples posicionamento de casos singulares a uma distância ambivalente de teorias supostamente importadas. O trabalho atual de reconstrução da teoria urbana deve ocorrer na transversal dos casos, o que significa confrontar e problematizar conectividades substantivas, processos recorrentes e conexões de poder relacional, além de documentar a diferença de uma maneira ‘contrastante’ entre as cidades. Este trabalho também deve ocorrer através de/por dentre escalas distintas, posicionando a própria escala urbana e trabalhando para localizar as cidades não apenas dentro de grades laterais de diferença, na dimensão “planar”, mas também em termos relacionais e conjunturais. Estas questões de “posicionalidade” (cf. Sheppard, 2002) têm recebido atenção insuficiente nas diversas viradas em direção à desconstrução particularista nos estudos urbanos. Mas elas são indiscutivelmente vitais para a realização de uma missão comparativa. A economia política urbana, que na sua forma mais inerte tem sido oposta a alguns destes trabalhos desconstrutivos, tem um papel importante a desempenhar nessas conversas e no projeto comum de reconstrução teórica. Escrito a partir da perspectiva da economia política urbana, e em simpatia com os objetivos do urbanismo comparativo, o presente trabalho identifica uma série de problemas na prática metodológica, no entanto, que podem vir a impedir um projeto tão reconstrutivo.

## Explorando exceções

Grande parte do dinamismo da teoria urbana vem do descobrimento de exceções disruptivas – em relação a expectativas normativas, ordens hegemônicas, antigos modelos, condições corriqueiras

ou hipóteses encaradas como verdades. Mas “o excepcional” foi convocado a prestar um serviço muito diferente recentemente. Iniciou-se com o imaginário escalar ressurgente da globalização na década de 1990, associado à emergência da cidade global como uma categoria aspiracional. Naquela abordagem, as cidades globais excepcionalmente poderosas foram reconhecidas como as geradoras (se não as autoras) de regras urbanas generalizadas, renunciando uma hierarquia – tendo sempre o topo em vista – de cidades que almejavam, acima de tudo, serem consideradas mundiais. Isto foi seguido, no que parece ter se tornado o segmento pós-milenar predominante, por sucessivas rodadas de crítica pós-estruturalista e pós-colonial, com implicações transformadoras para a prática de investigação urbana, para as geografias da teorização urbana, e para a ontologia da própria cidade. No lugar das cidades globais de alto ranking, têm sido as chamadas “cidades comuns” – em vários estados de exceção teórica – as contempladas numa matriz de (contra)narrativas. É claro, as sensibilidades desconstrutivas e pluralistas deste período mais recente não são desconectadas do centralismo hierarquizado da cidade global precedente. Teria sido previsível que uma resposta ao que alguns viam como tendências de cima para baixo da década de 1990 viria na forma de uma proliferação do urbanismo de baixo para cima? Trabalhando com o tema da excepcionalidade, a discussão aqui começa com aquelas exceções que quase tornaram-se a regra, as cidades globais, antes de rastrear algumas das intervenções críticas mais significativas que vieram na sequência, com a ascensão do urbanismo comum seguido do pós-colonial, que não apenas discordaram, mas desafiaram a matriz estabelecida da teoria urbana.

## Cidades Extraordinárias

Sob o signo da globalização, “a classificação da cidade global [foi estabelecida] como uma qualidade teórica almejada” na década de 1990, um período que Robert Beauregard (2003: 192) memoravelmente criticou como um logro que era ao mesmo tempo teórico e hiperbólico: “A não ser que sua cidade seja ‘globalizada’”, observou ele, “o teórico instiga uma obscuridade”. Aquele clube de cidades no topo do sistema global urbano atraía cada vez mais atenção teórica, justamente as cidades com crédito suficiente para serem *condutoras* das dinâmicas da globalização e das normas metropoli-

tanais, que foram reconhecidas como centros de poder concentrado e do controle financeiro, ao mesmo tempo expressando e internalizando a lógica da globalização capitalista. À medida que as cidades brigavam por posições (muitas vezes conformando jogos de soma zero) em competições por investimentos, pela atenção da mídia, por profissionais talentosos, e até mesmo nas próprias tabelas de rankings de cidades, o imperativo explanatório também se dedicava a *posicionar* cidades globalmente. As principais contribuições daquilo que rapidamente se tornou um programa de pesquisa variada e profunda sobre as cidades globalizantes incluíam a conexão de tendências econômicas dominantes [como] a reestruturação industrial, padrões mutantes de investimento de capital, a expansão e concentração espacial das indústrias de serviços e de produtos financeiros, a segmentação do mercado de trabalho, a polarização socioespacial e os conflitos étnicos e de classe... ao surgimento de uma hierarquia urbana mundial e às forças econômicas globais subjacentes (Brenner; Keil, 2006: 5).

Fortes ligações foram estabelecidas entre as estruturas “internas” das cidades e suas relações “externas”, quase ao ponto de tornar essa distinção anacrônica e produzir um novo imaginário das cidades como formações conjunturais (ou “ligas”) num sistema mais amplo, impulsionado principalmente pelos imperativos (político-) econômicos. O princípio analítico subjacente era que “as cidades são localizadas e articuladas num sistema global hierárquico dominado pela lógica do capitalismo competitivo” (Smith, 2000: 8).

Em pouco tempo, este tornou-se praticamente o único jogo na cidade; as características excepcionais e definidoras do mundo das cidades-alfa foram ressaltadas, frequentemente em termos superlativos e vistas de acordo com ‘características de época’; e enquanto alguns se concentravam no mapeamento do sistema urbano *qua* sistema (ver Taylor, 2003), houve uma mudança metodológica paralela em direção aos “estudos de caso de uma só cidade” situadas globalmente (Beauregard, 2003: 191). De certa forma, isto mimetizou a nova ortodoxia do globalismo competitivo – cidades numa guerra de todos contra todos, lutando por posições sob o jugo de disciplinas globalizantes. Cidades localizadas no topo das hierarquias globais, devidamente unguidas como condutoras do sistema, começaram a servir como “protótipos” de formas urbanas hegemônicas (cf. Brenner, 2003; Bunnell, 2014). Estas seriam localizadas,

em termos relativos, dentre seus pares similarmente poderosos, mas também decididamente *acima* da classe *lumpen* de cidades “comuns” e menos integradas globalmente, que desapareciam nas longas sombras projetadas pelas metrópoles do topo, numa *hinterland* marcada por controles exteriorizados e efeitos cascata. Liderando através da exceção, a percepção era de que as cidades-alfa estavam conduzindo a novas normas urbanas – e não só no âmbito da teoria, mas também das políticas públicas.

Ainda que a teorização da cidade global fosse inicialmente um produto de várias vertentes do urbanismo crítico (ver Friedmann; Wolff, 1982; Friedmann, 1986; Sassen, 1991; Brenner; Keil, 2006), no fim da década de 1990, o campo que ela ajudara a criar seria colonizado por “abordagens dominantes do urbanismo global que notadamente trabalhavam com o pressuposto de que o capitalismo e a democracia liberal são normas naturais e ubíquas”, um projeto ortodoxo senão explicitamente neoliberal “disseminado através de imagens sedutoras da mídia, da pesquisa e das práticas pedagógicas de várias comunidades corporativas, acadêmicas e de formuladores de políticas públicas e (...) saturado por desigualdades de poder” (Sheppard et al., 2013: 2-3). O que se parece muito com um (outro) caso da teoria urbana heterodoxa sendo capturado, cooptado, e corrompido pelas próprias estruturas de poder que eram o ímpeto para a crítica original. Não somente apropriaram-se de determinadas visões da cidade global como um modelo de desenvolvimento dominante, mas também as críticas do empreendedorismo urbano foram descaradamente traduzidas num manual prático de como fazer a gestão pragmática da cidade “sob” o globalismo competitivo (OECD, 2007; cf. Theodore; Peck, 2012: 34). O que começou como uma exploração crítica do poder e do status de excepcionalidade aparentemente se transformou em entendimentos prescritivos e pragmáticos de dominação ortodoxa urbana (global). Para Beauregard (2003), o exagero retórico que acompanhou esta inclinação global nos estudos acadêmicos urbanos na década de 1990 comprometeu suas ambições radicais, na medida em que proclamações pré-teóricas ao status paradigmático – ou de “modelo” – se mesclaram às agendas normativas visando o crescimento econômico e a governança da cidade, em novas rodadas de ufanismo cívico e promoção do lugar e em condições generalizadas de “responsabilização” desconcentrada e ansiedade competitiva (por status). O

excepcionalismo gerava um efeito cascata, onde cidades situadas no topo da hierarquia mundial eram alardeadas como modelos a serem imitados, exercendo uma forma de disciplinamento normativo, bem como competitivo.

## Simple e comuns?

Uma reação a tais estilos cada vez mais prescritivos de teorização urbana de cima para baixo veio, apropriadamente, na forma de uma série de alternativas dissidentes, perturbadoras e insurgentes aos modelos de urbanismos elitistas e encharcados de poder, vendidos por alguns como narrativas universais de desenvolvimento. Uma intervenção notadamente precoce, de Ash Amin e Stephen Graham, buscou reintroduzir efusivamente a “cidade comum” na teoria urbana, contrariando a tendência de se privilegiar – politicamente, bem como teoricamente – cidades diferenciadas/extraordinárias como símbolos de urbanidade de ponta. No entanto, não se tratava somente de se chamar atenção a essas práticas cotidianas urbanas, e, na verdade, a esses lugares que haviam se tornado ocluídos em (algumas) visões da cidade-global, mas também de uma convocação à humildade explanatória. Amin e Graham (1997: 417-418) discordaram dos estilos de abstração que aparentemente estavam se tornando habituais no campo, onde modelos urbanos eram muitas vezes construídos por meio de leituras unilaterais (ou “totalizantes”, como eles retrataram) de aspectos particulares, digamos, dos arranjos de governança, dinâmicas econômicas ou “culturais”; ao invés disso, eles se empenharam num tratamento não-essencialista da “cidade multiplex”, onde “diversas extensões de teias relacionais se aglutinam, interconectam e fragmentam”. Esta rejeição de reivindicações totalizantes em prol da adoção mais completa da complexidade transversal urbana também foi uma advertência direcionada às teorias críticas da urbanização todavia existentes, especialmente aquelas enraizadas na economia política, que caracteristicamente abstraem princípios (declarados) de pertinência explanatória, privilegiando alguns agentes de transformações urbanas sobre outros em meio a modos contingentes de atualização (ver Walton, 1990; Sayer, 1992). Ao invés disso, novos *tipos* de teoria, de fato novos tipos de explicações, seriam buscados nas intersecções das formações urbanas híbridas, *dentro das* cidades comuns.



Esta valorização da complexidade cotidiana e das possibilidades emergentes ecoou a rejeição anterior, por parte de Nigel Thrift (1996: 1485) da modelagem de estágios (históricos) e da teorização urbana (sobre-)generalizada; contra a predileção por teorias unificadoras integrativas, ele respondeu que, na verdade, não havia “nenhum contexto maior” a ser encontrado, “apenas um conjunto de desenhos em constante evolução”. Esboços discutíveis de cidades comuns, em toda a sua diversidade finamente granulada, partiriam de inúmeras formas de representação mais singular da cidade, cujos delineamentos mais robustos haviam sido previamente inscritos por funções econômicas (globalizantes). Esta virada contra o “urbanismo do contexto mais amplo” devidamente definiu o cenário para uma reimaginação ontológica do urbano em si, processual, experiencial, sem limites, e formulado “sem pretensões de visão total ou generalizações”, uma perspectiva pós-estruturalista que foi declarada como não só separada das, mas em alguma tensão com as concepções da cidade “como um local ligado a, e constituído por, uma espacialidade capitalista mais ampla” (Amin; Thrift, 2002: 26, 54). De acordo com esta perspectiva, cidades não devem ser representadas como substitutas para os processos de transformação, épocas históricas, modelos totalizantes, ou como engrenagens de uma máquina maior. Em vez disso, elas devem ser vistas como espaços de complexidade irreduzível, variedade ilimitada, criatividade mobilizada de baixo para cima, e potencial efervescente. Naquilo que se tornaria um tema recorrente neste modo desconstrutivista de teorização urbana, as diversidades materiais e vividas das cidades foram promovidas através de uma prática desintegradora de abstração.

A crítica das cidades comuns foi a de que conceitos (rígidos) estavam sendo privilegiados em detrimento de casos (diversos), ecoando o modo pelo qual o global parecia estar superando o local. Amin e Graham sublinharam o contraste com os modos anteriores de teorização urbana da seguinte forma:

O problema dos exemplos paradigmáticos é que sua análise tende inevitavelmente a generalizar a partir de cidades muito específicas, tanto na identificação da natureza mutável dos ativos urbanos quanto no destaque de sugestões normativas para a inovação em políticas públicas em outros lugares. O que deveria ser um debate sobre a variedade e a especificidade rapidamente se reduz à suposição [de] um certo grau de homogeneidade interurbana (...), tanto

na natureza dos setores que levam à transformação urbana quanto no processo de mudança das cidades. A exceção, por um processo de redução ou totalização, torna-se a norma, aplicável à grande maioria daquelas que poderiam ser chamadas de cidades ‘não-excepcionais’ (Amin; Graham, 1997: 417).

A adoção de ontologias mais planas neste primeiro posicionamento acerca do urbanismo comum parecia coincidir, pelo menos inicialmente, com concepções de um planeta mais achatado, política, material e conceitualmente – não o mundo de divisões norte / sul ou de picos e vales globais, mas aquele marcado por complexidades relativamente indisciplinadas e diversidades geograficamente “niveladas”. A convocação era à libertação do estudo da cidade das chamadas teorias estruturais ou essencialistas dos sistemas e das forças e processos (inter)urbanos. Ao invés disso, e “pelo lado de dentro”, cidades comuns deveriam ser exploradas expansivamente e de forma aventureira e não-essencialista. Em certo sentido, todos os lugares eram agora diferentes (ou comuns), e nenhum lugar era mais diferente (ou comum) do que qualquer outro. Houve diversidade, mas também uma espécie de *ordinariedade* uniforme, no lugar de um mundo marcado por gradientes de poder, centros dominantes e hierarquias interurbanas: “A cidade *multiplex* no norte”, Amin e Graham (1997: 426) observaram, “provavelmente já não é mais tão diferente daquela do sul, em termos de variedade e complexidade de seus circuitos socioeconômicos”.

Talvez as diferenças norte-sul tenham progressivamente se dissolvido numa *multiplexidade* ubíqua, ou talvez não, mas havia outras coisas em questão ali; especificamente, um desejo de se manter distância explicativa daquelas tradições teóricas e metodológicas que haviam procurado sistematizar diferenças (inter)urbanas, e conectá-las a hierarquias explicativas, ou expressar isso em termos estruturais, (neo)marxistas, ou nos termos do sistema-mundo. Desenvolvendo essa linha de argumentação, Amin e Thrift (2002: 8) reconheceram que a geração anterior de teóricos urbanos havia “mudado o caminho de forma considerável no sentido de reconhecer a natureza variada e plural da vida urbana”, mas, no entanto, reiteraram sua oposição à “tendência de se generalizar a partir de fenômenos prevalentes ou de processos condutores”. Ao invés disso, eles se empenharam em deliberadamente evitar uma leitura essencialista, já que nós não pensamos que as múltiplas dinâmicas da

cidade permitem que ela seja teorizada em termos de estruturas de condução. Dirigimo-nos a outro urbanismo que mostra a cidade como lugar de mobilidade, fluxo e práticas cotidianas, e no qual se lê as cidades a partir de seus padrões fenomenológicos recorrentes (Amin; Thrift, 2002: 7).

Esta cidade anti-essencialista é infinitamente (re)feita através da prática diária, é uma cidade que se (re)constrói. A falha dos urbanismos essencializantes, em contraste, é sua prática de retratar cidades individuais como instâncias de sistemas mais amplos (trans-urbanos e multiescalares), variavelmente sujeitos a restrições ou forças externas (Farias, 2010). Em contraste com essas abordagens da teoria crítica urbana que tendem a priorizar processos globalizantes (ou, de outra forma, pan-urbanos), disciplinamentos, incentivos, transformações e restrições, e que tendem a ver as cidades como palcos para lutas e conflitos assimetricamente carregados, a cidade anti-essencialista é um local de vitalidade e potencial praticamente sem restrições. Isso exige novas formas de leitura da cidade, não nos interstícios de regimes globalizantes de poder mas como criadoras de seus próprios destinos, gerados não nas alturas inebriantes das funções de *headquarters*, mas a partir do nível da rua e através de explorações de escala aproximada dos ritmos diários de emergência e possibilidade. É uma receita para se proliferar contos da cidade, ao invés de alguma Grande História do urbanismo milenar. Do mesmo modo, deu-se voz ao que se provou ser um ceticismo permanente em relação a formas recebidas de extrapolação cruzada e abstração pan-urbana, especialmente onde tais rotinas interpretativas podem ser de alguma forma contaminadas com os resíduos do economismo, o (sub-)padrão crítico através do qual uma grande parte da economia política urbana é julgada de forma negativa. (Explorações sob o signo do globalismo são igualmente questionadas como formas alternativas de estruturalismo e determinação de cima para baixo.) O anti-essencialismo e a agência urbana entraram, à medida que as teorias estruturais e forças motrizes saíram. Cidades comuns talvez, mas a teoria comum não serviria.

## Viradas pós-coloniais

Se Amin e Thrift confessaram ter as “cidades do norte ... em mente” ao escrever o seu manual para estudos urbanos anti-essen-

cialistas, o mesmo certamente não poderia ser dito da reinterpretação expansiva de Jennifer Robinson (2006) da história das *Cidades Comuns*, neste caso através da lente da crítica pós-colonial e (não menos importante) do ponto de vista da África do Sul. Ao se mudar de Durban para Londres, ela havia sido tomada pela ideia de como as cidades do sul foram relegadas à categoria de coadjuvantes no teatro da teoria urbana convencional (se é que elas foram autorizadas a subir no palco), sendo reconhecidas de modo oblíquo como exceções (atrasadas) a uma regra modernista-metropolitana, à medida que as cidades ocidentais monopolizaram os holofotes explanatórios. Relegadas a uma categoria de pouco mais do que restos, neste modo imperialista de teorização, foram esses conceitos vazios e caóticos como ‘cidades terceiro-mundistas’, que foram (mal)definidos, em grande parte, em termos de déficits de desenvolvimento e culturais presumidos. O campo dos estudos urbanos também foi geograficamente “segmentado”, e aqueles que despontavam como trabalhos de fato comparativos tendiam a operar, com cautela e de forma conservadora, de um lado ou do outro de um arraigado binário norte/sul (McFarlane; Robinson, 2012). Em face disso, as cidades sul-africanas eram desajustadas mesmo nos bastidores deste mundo dualizado, sendo que as taxonomias bicolores da teoria urbana se conflitavam com o “modo através do qual nós havíamos pensados nelas”, Robinson (2006; xi) lembrou, “como parte do mundo das cidades – excepcionais, talvez, em termos de seu racismo, mas certamente merecendo serem consideradas em relação a cidades de todos os lugares”. A serviço de uma compreensão mais mundana da ordinaryness, ela também fez objeção ao hábito de se atribuir importância a apenas algumas cidades e certas características das cidades [a favor de uma] abordagem das “cidades comuns” [que] *toma o mundo das cidades como ponto de partida* e atende à diversidade e complexidade de todas as cidades. [Ao invés] de enxergar apenas algumas cidades como originadoras do urbanismo, num mundo de cidades comuns, maneiras de ser urbano e de se fazer novos tipos de futuros urbanos são diversas (...), [e] produto da inventividade das pessoas nas cidades em todos os lugares (Robinson, 2006: 1, grifo do autor).

A intervenção marcante de Robinson prometeu nada menos do que uma reorientação programática dos estudos urbanos, na forma de um maior grau de “empenho teórico cosmopolita e curioso”; o

que ela denominou de “urbanismo pós-colonial abriria portas para que a teoria viajasse em qualquer direção”( Robinson, 2006: 63), tendo como seu ponto de partida a consideração do mundo diversificado das cidades, ao invés de classificações colonizadoras. No lugar da tradição bipolar da teorização urbana, dividida entre avaliações positivas de cidades globais (como os supostos *loci* de ordem global), e os modelos deficitários de cidades mundiais em desenvolvimento (que de forma invertida haviam sido compreendidas por meio de leituras parciais de *desordem*, pobreza, informalidade, e assim por diante), viria um urbanismo mais abrangente e expansivo, ao mesmo tempo ricamente comparativo e profundamente enraizado, e (mais uma vez) não através de abstrações unilaterais ou leituras estilizadas, mas necessariamente conscientes do “valor de análises da escala da cidade em si” (Robinson, 2006: 117).

Isto equivaleria a um chamado para uma completa reorientação dos estudos urbanos, teorizada com uma nova bússola. Necessitava-se de uma “imaginação espacial” totalmente diferente: abordagens pós-coloniais à teoria urbana seriam compreensivelmente céticas em relação a universalismos presunçosos gerados a partir de experiências ocidentais (específicas); rejeitar-se-iam avaliações etnocêntricas, juntamente com categorias taxonômicas nascidas do modernismo e do desenvolvimentismo; a diferença urbana [seria ao invés] encarada como diversidade, e não através de “ordenações hierárquicas ou da incomensurabilidade” (Robinson, 2006: 118, 41). Trabalhando numa vertente paralela, pesquisadoras(es) urbanas(os) feministas também têm se esforçado para transcender o “legado epistemológico hierárquico da modernidade e do desenvolvimentismo” (Peake; Rieker, 2013: 1). E como Ananya Roy (2009: 820) colocaria mais tarde, isto invocava novas geografias de teoria urbana, uma vez que “não era suficiente simplesmente estudar as cidades do sul global como interessantes, anômalas, diferentes, ou esotéricas”. Assim, enquanto o urbanismo pós-colonial teria que ser transnacionalmente inclusivo, reivindicando um lugar para cidades do Leste e do sul no campo do teoricamente visível, certamente não seria “global” no sentido mais ortodoxo e hierárquico, uma vez que seria errado “assumir (...) subordinação a qualquer lógica global em particular” (Robinson, 2006: 101, 126).

Estes argumentos influentes foram parcialmente fundados numa crítica afiada aos conceitos da cidade global, em razão de seu

instrumentalismo e economicismo (supostamente essencialistas), e por suas externalidades politicamente normalizantes, como destaca o caráter performativo dos discursos sobre a cidade global oficialmente sancionados como uma “ficção reguladora (...) uma imagem autorizada do sucesso da cidade” (Robinson, 2006: 104-107, 111). Mas o urbanismo pós-colonial precisava ocasionar mais do que a inversão dos tratamentos convencionais e da “tabela de tempos da teoria urbana” através da promoção de urbanismos meridionais como universais alternativos ou premonições de uma norma global alternativa; em vez disso, o objetivo seria “descentrar [ao invés de inverter] os pontos de referência da pesquisa internacional” (ROBINSON, 2006: 169, 91). Ao longo do caminho, isto precisaria envolver um “deslocamento” do centro euroamericano da produção teórica, reconhecendo ao mesmo tempo que as regiões do “centro” também podem ser “excepcionais a partir de uma perspectiva [verdadeiramente] global” (Roy, 2009: 820; Seekings/Keil, 2009: vi; Sheppard, 2014). O projeto de urbanismo pós-colonial é, conseqüentemente, marcado por uma atitude de fundamentada cautela em relação à maioria das (se não todas as) formulações conceituais ou classificatórias pré-determinadas, especialmente os universais produzidos no norte e disfarçados de fatos estilizados, paradigmas de políticas públicas, ou abstrações conceituais. Estes foram criticados, após Amin e Graham, através da metáfora da sinédoque, na qual, de maneira enganadora, a parte substitui o todo.

Metodologicamente, essas liminares pós-coloniais se traduzem numa preferência pela análise minuciosa de nós de particularidade urbana ao invés de projeções macro-teóricas; “Todas as cidades são distintas e únicas, e não exemplares de categorias quaisquer” (ROBINSON, 2006: 171). Esta visão da particularidade implica uma abordagem mais indutiva e expansiva do encontro urbano; cidades são vistas como “agenciamentos únicos”, cuja análise requer uma compreensão do espectro total da complexidade (ou multiplexidade) intra-urbana, abrangendo o humano e o não-humano, o econômico e o cultural, e assim por diante, e que necessitam de uma “visão abrangente de toda a cidade”, com a condição autocorretora de que “a cidade como um todo” nunca pode ser conhecida (Robinson, 2006: 109, 122). O objetivo desta metodologia de 360 graus é nada menos que uma reconstrução radical da análise urbana comparativa, rastreando grandes diferenças através dos terrenos intra e inte-

rurbano, mas cavando fundo na escala local, na expectativa de que as diferenças teórica e politicamente proeminentes fossem “distribuídas indiscriminadamente” (e não necessariamente nos locais habituais). Nenhuma cidade deve ser presumida a ser mais moderna e dinâmica do que outras, sendo que o desafio se torna enxergar “todas as cidades como comuns [e, ao mesmo tempo] *parte do mesmo campo de análise*” (Robinson, 2006: 109-108, grifo do autor).

Ao abrir novos horizontes para a teoria urbana, as intervenções pós-coloniais não apenas jogaram fora a imagem debilitante de cidades do mundo pós-colonial como “herdeiras de uma modernidade atrasada”, mas também exigiram insistentemente que “o centro do fazer teórico deveria se mudar para o sul global” (Roy, 2009: 828, 820). Há uma ansiedade compreensível aqui com o que Colin McFarlane (2010: 730) denominou como abordagens “integracionistas” (ou talvez mais apropriadamente, *reintegracionistas*) à teorização urbana, a favor de considerações que sejam enquadradas de forma a esticar ou “alargar o campo discursivo”, às vezes como casos contrários e frequentemente como reflexões críticas sobre “o conhecimento e a teoria existentes”. Isto tem sido associado a projetos destinados a incentivar o tipo de “teorizações alternativas [que] levam a sério os conhecimentos distintos e situados que surgem em, e através de, práticas de subsistência meridional” (Sheppard et al., 2013: 6). Embora entendimentos historicizados de um sistema mundial multiescalar e em evolução não precisem ser excluídos de tais análises (ver Roy, 2009), a tendência mais geral parece ser no sentido de hierarquias-horizontes explicativos comprimidos, ontologias aplainadas do urbano particularizado, celebrações da ordinariedade diversa e descentralizada e uma orientação metodológica *lateral* naquilo que McFarlane (2010: 726) descreve como um “campo comparativo mais horizontal”.

## Praticando a particularidade

A partir do final dos anos 1990, a ascensão dos urbanismos anti-essencialistas e de agenciamento – primeiro através do imaginário da cidade comum (e multiplex) e, em seguida, por meio de uma reimaginação mais cosmopolita da cidade comum (e pós-colonial) – alterou efetivamente os eixos metodológicos de investigação urbana. Reformulou-se a lógica unitária e absorvente da teorização

das cidades-globais, com suas ordenações hierárquicas e forças motrizes, que representavam a ortodoxia anacrônica. Analistas pós-estruturalistas e depois pós-coloniais formularam uma crítica robusta do estilo “globalista” de estudos urbanos e de seu exemplo predileto, a cidade mundial. E mais do que isso, eles estabeleceram as bases anti-fundacionais para um agrupamento de ontologias e epistemologias alternativas, muitas das quais foram nitidamente posicionadas em vários graus de tensão com os modos mais sistemáticos de teorização, ou os modos realistas de abstração e as tradições da economia política urbana em geral. Não tanto um risco implícito, mas um objetivo comum destas ondas de reinvenção pós-milenar tem sido o de desamararr a teoria urbana para livrá-la de seus pontos de referência relativamente duradouros (tanto em termos geográficos quanto teóricos), e para se instalar sensibilidades metodológicas alternativas, relativamente separadas de estruturas e conceitos analíticos pré-determinados e orientadas a investigações empíricas abertas e a encontros políticos.

Tal movimento realmente parece ter demarcado uma virada axial. Na crítica de modelos estilizados derivados de um pequeno número de casos privilegiados e excepcionais (normalmente localizados no norte global), há uma adoção da diversidade infinita da urbanidade “oni-local”. Na recusa da sobredeterminação globalizada e de interpretações hierárquicas de relações de poder de cima para baixo, há a indeterminação politicamente localizada do agenciamento. Na rejeição do elitismo da cidade global, e seu olhar desde cima, partindo das cidades que estão no topo, há uma concessão aberta, uma abordagem de cidades-no-mundo, onde os espaços urbanos são concebidos como heterogêneos, caseiros e híbridos, frouxamente posicionados em campos relativamente ilimitados de diferença. No repúdio das (sobre)generalizadas teorias urbanas macro-lógicas e sintéticas, há um clima arraigado de ceticismo teórico e um privilégio da singularidade fundamentada. Ao invés da preocupação com as lógicas (ou conduções) dominantes, processos comuns e estudos de caso gradualmente afirmativos, há uma orientação positiva na direção de casos excêntricos e de contra-peso, ou de novas configurações. E na defesa de um novo comparatismo, entendido mais como uma sensibilidade do que como um método sistemático, há um compromisso de se descentrar reivindicações de teoria recebidas através de afirmações de diferença profundamente



talhadas e da diversidade desregrada – não obstante movendo-se com algum grau de determinação, numa direção lateral-centrífuga, na direção oposta dos antigos núcleos de produção de teoria.

Agora, é claro que essas não são as únicas dinâmicas em curso nos estudos urbanos contemporâneos – como se o campo pudesse ser tão uniforme ou unificado. Mas elas correspondem a tendências perceptíveis, observáveis e significativas, diversamente animadas por uma série de intervenções aguçadas e de alto nível, acompanhadas por um pacote inovador de sensibilidades teóricas e metodológicas. Como tal, elas têm caminhado numa direção bastante diferente em relação a pelo menos duas correntes teóricas identificáveis em economia política urbana, nenhuma das quais podem ser exploradas em detalhes aqui, mas que, todavia, se apresentam como projetos um tanto compensatórios (ou pelo menos ortogonais). Mais conspicuamente, talvez, encontra-se um programa de trabalho organizado e em construção acelerada acerca da problemática neolefebvriana em torno do “urbanismo planetário”, que por suas próprias razões rejeita as velhas distinções de norte/sul global, centro e subúrbio, cidade e campo, como historicamente redundantes e conceitualmente caóticos, a favor de uma leitura dialética do “urbano” como uma condição social contraditória, sistêmica e de abrangência mundial, e como uma abstração concreta (ver Merrifield, 2013a, 2013b; Brenner, 2014; Brenner; Schmid, 2014). Tais explorações da urbanização tendencialmente “completa”, mas ainda profundamente contraditória, trabalham com concepções de “mundialização” bastante diferentes da ortodoxia das cidades globais, mapeando à medida que conduzem produções “revolucionárias” de espaço urbano. Não há sentido de cidade intrínseco nestas formas de teoria urbana de abrangência mundial “sem um lado de fora”, mesmo que haja um tipo diferente de adoção do “urbano onipresente”. Num ponto de tensão com os urbanismos pós-estruturalistas, no entanto, a desordem na superfície urbano-política é entendida em relação aos processos mais profundos de ordenação: o sistema urbano planetário é visto como propenso a “erupções radicais, não explosões aleatórias, ou a acontecimentos vulcânicos, ao invés da anarquia não anunciada, porque há uma regularidade subjacente, e alguma ordem de estruturação interna“, uma concepção que se reflete em metáforas como tecido orgânico, “com vasos capilares e artérias”, ou tecidos padronizados (Merri-

field, 2013b: 921; 2014: 41). As conotações escalares do urbanismo *planetário*, é desnecessário dizer, também tornam este projeto um pouco distante da adoção da diversidade multipolar, descentralizada e enraizada noutros lugares na comunidade dos estudos urbanos.

Um outro programa de pesquisa paralelo tem explorado as ligações entre transformações urbanas localizadas e a hegemonia neoliberal globalizante, que se refletem em processos de neoliberalização e são realizadas por meio de uma economia-cultura do urbanismo neoliberal em evolução (ver Brenner; Theodore, 2002; Hackworth, 2007; Leitner et al., 2007; Sager, 2011). Estes trabalhos enfatizam a (inter)conectividade e a padronização recorrente de formas e práticas urbanas, posicionando cidades em relação a processos dominantes (e “frentes”) de transformação neoliberal, embora sejam processos que devam ser entendidos como intrinsecamente incompletos e frustrados, e no enfrentamento frequente de resistências. Enquanto alguns dos trabalhos teóricos formativos aqui podem ter sido “incorporados na experiência urbana euro-americana” (Roy, 2009: 826), entende-se que o alcance hegemônico da neoliberalização tem, pelo menos desde suas origens como um projeto de Estado, transbordado para muito além disso, como em termos mais metodológicos o fazem as concepções dialógicas do neoliberalismo policêntrico ou “variegado”, onde processos co-produzidos são rastreados através de locais (conjunturais) e entre escalas (relativizadas)(Brenner et al., 2010; Peck, 2010). Com raízes diversas em projetos estatais pioneiros no Chile, na Nova Zelândia, no Reino Unido, nos EUA e em outros lugares, a neoliberalização é entendida como tendo adquirido uma forma cada vez mais profunda e transnacional, resultando em geografias complexas de experimentações e fracassos de políticas públicas, ajustes estruturais e isomorfismo mediado, cooptação e contestação, e assim por diante. A neoliberalização, porém, é aqui entendida como uma abstração processual, e não como um modelo empírico. Padrões recorrentes e repertórios compartilhados, como resultado, não são simplesmente réplicas padronizadas e reproduzidas em massa, mas conectividades e interrelacionalidades em aprofundamento, sob a influência de pressões competitivas, disciplinamentos fiscais e racionalidades de políticas públicas estreitas ou restringidas. Estas são sempre mediadas e, por vezes, ancoradas na escala urbana, mas também ultrapassam significativamente esta escala.

Esses dois projetos geralmente mais macro-teóricos tendem a se preocupar com modalidades de transformação urbana de amplo alcance, cujo âmbito e escala excedem invariavelmente a cidade em si. Eles são movidos menos por casos (de cidades) carismaticamente apresentados e individualmente delimitados, e mais pela interrogação cumulativa de processos comuns ou conjuntivos, em conversa e em combinação com vários locais. Estes projetos consequentemente se posicionam em diferentes graus de contraste (e às vezes de tensão) com posicionamentos pós-coloniais e pós-estruturais em relação a dinâmicas urbanas mais particularizadas, com o enfoque de micro práticas e métodos de foco aproximado, e com concepções meso-analíticas da cidade como agenciamento. Correntes dominantes neste último projeto têm sido reciprocamente céticas em torno de alegações teóricas de “visão abrangente” e de lógicas analíticas integrativas, cujas rotinas explicativas recebidas e categorias conceituais são acusadas de produzir leituras restritas e distorcidas de realidades urbanas sempre mais complexas, especialmente fora dos polos hegemônicos (ver McFarlane, 2010; Parnell; Robinson, 2012; Bunnell, 2014; Soderstrom, 2014). No lugar das concepções sistemáticas ou integrantes do “urbano”, incorporadas em diferentes formas de economia política, há nessas correntes alternadas de estudos urbanos uma preferência por explorações abertas de sítios urbanos (singulares) em toda a complexidade de seu espectro completo. Estas tendem a ser caracteristicamente mais particularistas e “cidade-cêntricas” (cf. Angelo; Wachsmuth, 2014), e menos preocupadas com formas e processos transversais de urbanização, ou com o posicionamento do “urbano” em quadros multiescalares e ordens conjunturais. Saem de cena as abstrações “totalizantes”, relacionadas à globalização, ou das condições urbanas e dos processos de transformação de abrangência mundial, e entra um tipo muito diferente de adoção total, da cidade *individual* como um local territorializado. De acordo com Jennifer Robinson (2006: 10), “a abordagem da cidade comum traz a cidade ‘como um todo’ de volta ao cenário, ou, mais propriamente, a cidade em toda a sua diversidade e complexidade. Isto implica uma reterritorialização mais forte da imaginação dos estudos urbanos em torno da cidade (ou cidade-região) individual, ao invés de sua imersão em inúmeros fluxos transnacionais [... Isso significa] trazer a cidade de volta para a teoria urbana”.

Não pode, é claro, haver uma teoria urbana sem cidades, mas da mesma forma, não há uma única maneira de “trazer as cidades para dentro da teoria”. Nesta leitura do mandato das cidades comuns, o bastão da teoria urbana está inclinado na direção oposta das concepções do urbanismo neoliberal ou das abordagens da urbanização planetária, por exemplo, com sua tendência (amplamente compartilhada) a conceber cidades como ligas conjunturais ou momentos sociopolíticos em sistemas mais amplos, estruturalmente padronizados, em favor de análises que se baseiam nas especificidades territoriais e relações sociomateriais localizadas, onde agenciamentos urbanos hibridizados são compreendidos como construídos no local, embora em relação a um emaranhado (não-hierárquico) de fluxos e circuitos interurbanos.

É preciso deixar claro que estes não são necessariamente modos totalmente inconciliáveis de conceituação e de investigação, uma vez que, como “estratégias de amostragem” teórica alternativas, cada uma traz diferentes aspectos da condição urbana para seu foco, enquanto tende a deixar outros desfocados em segundo plano. Em princípio, os métodos urbano-comparativos abrem espaço para o diálogo mutuamente adaptativo entre estas posições (incitando manobras mais bem concertadas de identificação de diferenças de um lado e de reconhecimento de padrões e processos recorrentes do outro). Há, afinal, uma longa tradição de reflexão metodológica de princípios em torno destas mesmas questões (ver Walton, 1990; Brenner, 2001; Robinson, 2011a; Söderström, 2014). Na prática, porém, a diferença entre os dois campos (ambos exibem diferenças internas, é claro) parece estar aumentando, e não diminuindo. Esta é talvez uma das razões pelas quais as convocações por uma virada comparativa – com efeito, uma estratégia metodológica para se explorar a zona entre o urbanismo planetário e o particular – correm o risco de se tornarem muito mais um coro ininterrupto do que uma conquista real.

A estrada comparativa não será explorada de fato, se estudos particularizados forem racionalizados por meio de críticas apresadas de seus “Outros”, ou se o terreno da teorização de nível médio e da abstração orientada para o processo for de alguma deixado de fora. De fato, as críticas de teorias “sobre-generalizadas” abriram (ou liberalizaram) o campo dos estudos urbanos, mas a tendência a igualar abstrações com essencialismos totalizantes, economia política

com o economicismo estruturalista, ou ambos com o universalismo, muitas vezes exclui o que de outra forma poderiam ser potenciais pontos de conexão, debate e diálogo. Compromissos epistemológicos com a complexidade irreduzível, a agências em restrições, e a diversidade completamente despadronizada abriram um caminho em direção à inversão metodológica e ao particularismo empírico, definidos contra um “outro” percebido (retratado em termos da aplicação rígida de categorias teóricas inflexivelmente formuladas e que não são passíveis de revisão). Esta situação é agravada, em algumas interpretações de urbanismos comuns/de “agenciamento”, por um hábito de girar reflexivamente não só contra os velhos fantasmas do estruturalismo, do determinismo, ou do essencialismo, mas praticamente contra todas as vertentes da economia política urbana, como se fossem inerentemente carregadas de um economicismo debilitante (Farias, 2010; Parnell; Robinson, 2012). Na verdade, não é incomum ver urbanismos de agenciamento posicionados como “alternativas ontológicas radicais à economia política” (Brenner et al., 2011: 232), cujas contribuições podem ser passivamente silenciadas ou “exteriorizadas”, se não rejeitadas de forma mais explícita, na tentativa de se “deslocar, ao invés de dialogar com as questões, preocupações e orientações da economia política urbana”. Diálogos através de diferenças teóricas nunca são fáceis (especialmente quando há diferenças a respeito de como se lidar com a própria diferença), mas há um risco de que eles sejam totalmente impedidos, se uma distância intransponível for invocada entre cidades particularizadas, como locais cotidianos da possibilidade emergente, e o contraste teórico-nomotético generalizado, liberalmente pavimentado com as (grandes) escovas do estruturalismo, do determinismo, do universalismo e do essencialismo.

No entanto, esta parece ser de fato uma tendência crítica difundida. E algumas correntes da investigação urbana contemporânea tornaram-se uma prática muito particular. Para dar alguns exemplos... Aiwa Ong (2011: 2-3), em sua formulação do projeto das cidades mundializantes, buscou separar as cidades da Ásia das teorias predominantes da globalização e do pós-colonialismo, baseando-se no fato de que estas “arquiteturas conceituais restritivas (...) deixam pouco espaço para a heterogeneidade empírica e são, portanto, investidas num determinado status quo global”, uma vez que ao “postularem uma causalidade singular (o capitalismo global) ou uma categoria

especial de atores (agentes pós-coloniais), estes princípios universais tendem a perceber locais significativamente diferentes como instâncias ou de um sistema econômico singular ou do mesmo formato político da globalização”. Em seu manifesto pelo urbanismo de agenciamento, Ignacio Farias (2010: 1-3) insiste na necessidade de ir além do “paradigma um tanto datado” da economia política urbana, retratado como um “programa estruturalista forte que ainda informa as maiores porções do campo”, em favor de uma “sensibilidade” ator-rede (na forma de uma abordagem intuitiva, uma vez que “seria impreciso definir [isto] como uma teoria (...)), privilegiando a atuação ativa de atores mais-que-humanos na reconstrução inquietada cidade, entendida como um “objeto difícil e descentrado”. Jeremy Seekings (2013), numa palestra do *IJURR* (*International Journal of Urban Regional Research*), lançou dúvidas sobre a própria “possibilidade de uma teoria urbana que possa acomodar as experiências do norte global e [aquelas] do sul global”, insistindo que a (agora aparentemente retomada) categoria da cidade meridional é definida por irreconciliáveis e diferentes experiências vividas, que se refletem em fenômenos geograficamente isolados como a informalidade, a fluidez, a mobilidade e até mesmo a “profunda fisicalidade”, que em combinação tornam esta antípoda analiticamente incomensurável com seus pares do norte; daí a necessidade de um urbanismo “do sul” mais empírico, praticado em “um nível mais desagregado”, em que “a [cidade] comum [torna-se] subversiva em relação às grandes narrativas de transformação”.

Estas e outras dinâmicas na pesquisa urbana contemporânea geraram uma aversão a explicações cruzadas dentre casos múltiplos e ao rastreamento de processos, instaurando uma preferência por formas variadas de particularismo. Muito frequentemente, isso pode funcionar de maneira a se distanciar, ao invés de se aproximar, do objetivo de uma teoria urbana comparativa e mais pluralista. Três dessas tendências são destacadas aqui. Em primeiro lugar, casos urbanos são posicionados *em contraste com* um Outro dominante (muitas vezes, uma composição inadequada de condições consideradas prevalentes em cidades do norte e do ocidente, juntamente com um conjunto de “condenação-por-associação” de teorias universalizantes). Em segundo lugar, casos urbanos são posicionados *como exceções a* processos supostamente transformadores (ou hegemônicos) como a neoliberalização (sobrecarregados com muitos

dos mesmos significantes geográficos, mas também apresentados como portadores de convergência ou como “modelos de impacto” de cima para baixo). E em terceiro lugar, casos urbanos são posicionados *como enclaves isolados da tirania explicativa* das forças estruturais sobrestimadas (onde concepções centradas na cidade e interiorizadas do agenciamento urbano são imaginadas sem um exterior constitutivo). A discussão a seguir explora brevemente cada uma destas correntes particularizantes na literatura – a busca por contra-alegações contrastantes; o privilégio de casos excepcionais como polos opostos à neoliberalização; e a ótica metodológica introspectiva das cidades agenciadas no local. Isso não quer dizer, é claro, que estas tendências na prática da pesquisa urbana estão suturadas a algum projeto-movimento unificado, ou que há uma ausência de contracorrentes dentro dos diversos campos marcados pelos estudos urbanos pós-estruturais e pós-coloniais. Mas estas não deixam de representar correntes discerníveis na literatura – correntes que, em alguns casos ameaçam minar a promessa do urbanismo comparativo e as possibilidades de diálogo entre tradições teóricas.

## Cidades Contrastantes

Um motivo dominante (e, de fato, uma força estimulante) em recentes pesquisas aprofundadas no campo dos estudos urbanos tem sido a preocupação não apenas em desafiar mas em *combater* o velho “silenciamento teórico” das cidades do sul global e do oriente, juntamente com os cordões metodológicos que foram erigidos em torno destas formulações imperiais (ver, especialmente, McFarlane, 2010; McFarlane; Robinson, 2012; Roy, 2009, 2011a, 2011b; Robinson, 2011a; Seekings, 2013; Parnell; Oldfield, 2014; Sheppard et al., 2013). Compreensivelmente, não houve quase nenhuma dissidência explícita a partir desta liminar metodológica, que, afinal, transborda de possibilidades políticas, bem como analíticas. Dito isto, o objetivo programático de uma teoria urbana mais mundial, policêntrica, cosmopolita e constitutivamente comparativa tem, por enquanto, sido perseguido menos pelo exemplo e mais por meio de declarações editoriais visionárias e em revisões conceituais de princípios. Como Jeremy Seekings (2013) refletiu, em sua reafirmação em defesa do urbanismo meridional como um projeto alternativo, uma coisa é desdenhar o “privilégio epistêmico das cidades

do norte”, e outra bem diferente é construir modos antípodas de teorização urbana. Ao invés de um novo compromisso com a construção teórica através da diferença, levanta-se a probabilidade de estagnações explicativas.

Aspiramos à teoria universal porque não queremos que as cidades sejam infinitamente diferentes. Queremos que haja algum tipo de lógica subjacente. Sonhamos com a teoria nomotética, que implique alguns tipos de leis universais da mudança. Este é um entendimento da teoria urbana que foi profundamente moldado por cidades do norte e [suas] trajetórias históricas muito particular[es] (...) Não é nada claro que esse entendimento universalista da teoria urbana pode acomodar as experiências do sul global (...) [No entanto] nenhuma teoria urbana clara ainda foi entregue pelos estudiosos do sul. A teoria é prometida, mas não entregue. Não houve reconstrução da teoria urbana com base em experiências meridionais (Seekings, 2013).

É verdade que o projeto de auto-identificação do urbanismo meridional ainda precisa ir além da crítica sugestiva para que alcance a renovação teórica significativa, e para tal é necessário um reconhecimento de que os campos de jogo da teoria urbana estão longe de serem nivelados, devido a uma série de restrições não-triviais, divisões relativas a práticas de pesquisa, diferenças linguísticas, desigualdades de recursos, dentre outras questões. A maior parte do campo dos estudos urbanos continua dominada pelo modelo de investigação do «acadêmico solitário» e em colaborações geralmente de pequena escala, o que é suficiente para os estudos de um único local ou para comparações unidimensionais dentre algumas localidades, mas raramente para mais que isso. Certamente, culturas e economias políticas da produção, publicação e promoção acadêmicas também têm papéis a desempenhar na redução de esforços para escrever e teorizar a partir de todo o sul (Robinson, 2011a; Seekings, 2013), ainda que várias iniciativas estejam agora buscando combater esta condição profundamente enraizada.<sup>2</sup> Há sempre algo que se perde em traduções entre linguagens e culturas de teorias – o que é, clara e certamente, um truísmo válido para os estudos urbanos.

---

<sup>2</sup> Existem novas iniciativas de pesquisa sobre as cidades africanas e asiáticas, por exemplo, e vários dos periódicos de estudos urbanos e regionais estão comprometidos com projetos de internacionalização de vários tipos (veja Seekings; Keil, 2009; Duminy, 2013; Sheppard et al., 2013).



Há outras maneiras, no entanto, pelas quais o projeto ainda nascente do urbanismo comparativo pode ter sido limitado por alguns dos próprios reflexos epistemológicos que deram origem à sua formação. Até agora, eles tenderam a favorecer modos de inquérito desconstrutivos e dissipadores em detrimento das abordagens que visam se interligar coma renovação teórica e a (re)construção. Tendeu-se a favorecer contrastes “laterais” e distinções empíricas em detrimento do desenvolvimento de abstrações cruzadas entre casos, conceitos relacionais, e proto-teorias comparativas. Mignolo (2013: 101-102, 113-114) adverte que as origens do método comparativo – envolvendo avaliações de terceiros a respeito de “semelhanças e diferenças entre duas ou mais entidades” – residem nas formas de “epistemologia imperial” do século XIX; estratégias analíticas ativamente *descolonizadoras*, ao contrário, devem envolver uma compreensão das “conexões ocultas e relações entre eventos, processos e entidades na matriz colonial do poder”.

O projeto de construção de teorias urbanas pós-coloniais e descolonizadoras, teve início, compreensivelmente, com a localização e o deslocamento do urbanismo “ocidental”, juntamente com seus falsos universais, um momento seguido do reconhecimento e da exploração de (um conjunto de) urbanismos “meridionais”. Estes foram entendidos como “movimentos provisórios” (Robinson, 2014b: 61). O desafio de “descolonizar” a teoria urbana, como explicou Vainer (2014: 53-54), deve começar com o reconhecimento de que “todo o conhecimento inexoravelmente tem uma localização”, mas não pode em seguida “substituir a epistemologia auto-centrada dominante construída em países do centro por outra epistemologia auto-centrada construída em países periféricos”. Além do momento de comparar, isto requer uma epistemologia relacional (Mignolo, 2013: 113). Claramente, as oportunidades de aprendizagem relacional e teorização cruzada por entre casos serão perdidas se o estandarte do urbanismo meridional for erguido a serviço de uma cartilha separatista ou de um egocentrismo invertido, ou se o necessário imperativo de se construir múltiplos “pontos de partida” para a teoria urbana for reduzido ao ponto explicativo nulo, que é a “objeção” através da complexidade empírica.

Os próximos passos certamente devem envolver o diálogo entre tradições teóricas (contextualizadas) e entre os próprios urbanismos distintos, embora estes tenham se mostrado mais difíceis de se

concretizar, produzindo uma estagnação aparente entre a crítica dos universais “setentrionais” e a revelação das alternativas “meridionais”. É claro, existem riscos numa posição epistemológica padrão de que os urbanismos “meridionais” possam ser lidos de forma definitiva como separados e desarticulados a partir de suas contrapartes setentrionais, ou relacionalmente destacados da matriz do poder global (cf. Mignolo, 2013). Estes riscos se elevam, se a cidade meridional for interpretada como uma espécie de inversão de um outro dominante, como uma imagem espelhada ou um “negativo teórico” definido em oposição a um urbanismo recebido (e relativamente singular e estático) “do norte” ou “do ocidente”. Objetos vistos neste espelho realmente podem estar mais perto do que parecem; uma *presunção* de distância teórica entre os urbanismos do sul e do norte cria suas próprias ilusões de ótica. Tais imagens invertidas também podem distorcer o campo focal da investigação urbana de outras formas, se deixarem intocados os urbanismos euro-americanos (exceto através da crítica), se canalizarem a diferença para um eixo bipolar, se contrapuserem abstrações hegemônicas face a casos meridionais “mais concretos”, se falsamente unificarem a variedade de experiências meridionais numa contracategoria contrastante ou se sequestrarem processos transversais (como, digamos, a gentrificação ou a informalização) para um lado ou outro numa divisão binária.

Preocupações paralelas foram articuladas por Ann Varley em sua crítica construtiva dos “problemas de reversão” nos estudos pós-coloniais urbanos, onde ela detecta uma tendência da (necessária) desconstrução em que binários modernistas/de desenvolvimento herdados sinalizam reflexos de compensação. Isso pode levar a “valorizações invertidas, de tal forma que os atributos do polo ‘negativo’ sejam valorizados positivamente” (Varley, 2013: 128, 126). Também pode resultar num privilégio dos princípios da diversidade e da diferença *contra* aqueles do compartilhamento e da conexão, em oposição a esforços para mantê-los em tensão relacional. De acordo com a visão de Varley, nas recentes discussões do urbanismo comparativo, uma certa tensão emerge entre o desafio da incomensurabilidade, por um lado, e a rejeição simultânea dos pressupostos de uniformidade ou convergência, por outro. Como podemos levar em conta o imperativo de não se assumir diferenças intransponíveis sem assumir e valorizar a mesmice? Como podemos reconhecer

a falta de convergência sem patologizar ou fetichizar a diferença? (2013: 125).

Varley (2013: 126) continua a salientar que este desafio de “reconhecer ‘diferenças comuns’ sem cair de volta na armadilha de se assumir a diferença incomensurável através de uma divisão norte-sul” foi abordado explicitamente em contribuições formativas para a teoria urbana pós-colonial, que nunca foi simplesmente uma questão de expansão empírica ou extensão espacial (‘adicionando’ cidades do sul, ou o urbanismo meridional como contraponto). Descolonizar a teoria urbana certamente deve envolver a identificação de falsas generalizações, universais crassos e más abstrações, mas há uma necessidade de se ter cuidado com as lógicas espacializadas de inversão. Estas podem até levar, de maneira irônica, à reinscrição de binários espaciais-analíticos, alguns dos quais podem revelar-se quase tão debilitantes quanto os antigos, especialmente se as pejorativamente denominadas ‘teorias do norte’ forem reduzidas ao estatuto de polos opostos inertes contra as quais relatos alternativos e mais fundamentados empiricamente são reativamente reunidos, ou onde as características supostamente definidoras dos urbanismos “meridionais” (ou orientais) forem apresentadas como separadas de um outro “dominante” ou hegemônico (que alternadamente é considerado como “em casa” no centro euroamericano). Tais manobras correm o risco de gerar novos essencialismos, e possivelmente até mesmo um desmoronamento em direção a novas formas de determinismos urbano-geográficos, especialmente se elas entronizarem os princípios ontológicos da diversidade e da diferença de tal forma que o reconhecimento de processos e padrões comuns e identificáveis em diversos contextos, bem como forças e restrições externas, ou tendências recorrentes e recombinantes, torna-se motivo de suspeita epistemológica (ou mesmo política).

Jennifer Robinson (2006: 57, 168-169, 171, 172), por sua vez, ressaltou reiteradamente o imperativo de se colocar “todas as cidades dentro do mesmo campo temporal e analítico enquanto apreciamos a diversidade dentre as cidades e por dentro delas”; embora a “tática primária” do urbanismo pós-colonial tenha sido enquadrada como “uma tática de descentrar os pontos de referência da pesquisa avançada internacional”, o objetivo analítico final tem sido o de *reposicionar* “todas as cidades dentro do mesmo campo de análise”, ainda

que “todas as cidades sejam distintas e únicas”. A metodologia do urbanismo pós-colonial é, portanto, “uma metodologia que *rastrea através* de tipos diferentes de cidades” (Robinson, 2006: 114), ao mesmo tempo em que localiza essas cidades em seu(s) mundo(s). Entretanto, na prática, “estudiosos invocando um urbanismo comparativo pós-colonial [estiveram] mais à vontade reforçando a diferença” (Varley, 2013: 129). Parece provável que isto permaneça confinado a um registro empiricamente contrastante, e não a uma comparação teoricamente informativa, se a oportunidade for perdida para a elaboração de projetos de pesquisa comparativa em diálogo com uma série de teorias (susceptíveis a revisões). Como Vainer (2014: 54) afirmou, isto reforça a necessidade de uma teoria-cultura “dialógica”, que permita conversas entre posições contextualmente sensibilizadas, enquanto protege-se da circulação acrítica de suposições tidas como certas, emprestadas de um contexto e aplicadas a outros (ver Leitner; Sheppard, 2014).

Da mesma forma, a proibição das más abstrações não pode aplicar-se a todas as abstrações ou teorias de nível médio (também susceptíveis a revisões), ou a cada reivindicação conceitual sobre os processos, forças e tendências cruzadas. Estes têm um papel a desempenhar nos entendimentos teóricos não somente das cidades em si, mas do ‘mundo’ que essas cidades ocupam. O desafio de se desenvolver projetos de pesquisa comparativos deve ser mobilizado em conjunto com tais teorizações (flexíveis), não em antecedência ou em substituição a elas. Como Scott e Storper argumentam, “o trabalho comparativo relevante requer que tenhamos um sentido teórico claro do significado e das propriedades das unidades de análise *antes* que a comparação seja iniciada. Na ausência deste sentido não temos orientações quanto aos que podem ser os pontos adequados de comparação ou ao que há exatamente neles que demande investigações comparativas” (2014: 11).

Noutras palavras, projetos de pesquisa comparativos que pretendam iluminar mais do que contrastes empíricos devem ser incorporados teoricamente. É desnecessário reiterar que os referenciais teóricos em questão não podem ser rígidos e deterministas; eles devem ser passíveis de (algum grau de) reconstrução empírica. Mas segue-se que os projetos de pesquisa comparativos devem ser desenvolvidos em diálogo com estes quadros para que facilitem o

questionamento, os testes e a reconstrução da teoria. Enquanto estes não são amplamente utilizados em estudos urbanos da atualidade, há uma série de estratégias bem estabelecidas para se trabalhar em direção a tais fins (ver, por exemplo, Tilly, 1984; McMichael, 1990; Burawoy, 2009; cf. Brenner, 2003)<sup>3</sup>. O desenvolvimento de uma compreensão rigorosa da *posicionalidade* das cidades, inclusive dentro de um sistema interurbano/interestatal em evolução e dentro de regimes de relações de poder (neo)imperial, exige necessariamente a apreciação (teoricamente informada) do mundo em que as cidades habitam; caso contrário, os casos singulares tenderão a flutuar num oceano de diferenças praticamente não cartografado.

Se a prática da pesquisa pós-colonial acerca das cidades tendeu, até o momento, a favorecer comparações que “sublinham diferenças” em detrimento daquelas que conformam teorias, tem havido uma orientação paralela à valorização unilateral da diferença em algumas articulações da abordagem das cidades mundializantes. A caracterização feita por Aiwa Ong (2011: 2-3) dos mundos urbanos (asiáticos), por exemplo, invoca a divisão aparentemente intransponível da “exceção” em sua dupla rejeição das “teorias hegemônicas da globalização e do pós-colonialismo”, baseada no fato de que estas suprimem a descoberta da “heterogeneidade empírica”, como resultado de uma litania de falhas estruturalistas vulgares: a monocausalidade (capitalismo global como causa raiz determinante de tudo), e a monopolítica (a agência subalterna como uma força singular e compensatória), ambas agravadas por uma fraqueza no pensamento convergente. O pivô direcionado a modos mais particularistas e abertos de inquérito, ancorados no cotidiano, no imediato e na proximidade, é justificado com alguma facilidade contra tais formulações pouco inspiradas.

Não há como negar a utilidade das metodologias de voo baixo

---

<sup>3</sup> Há certamente um potencial considerável para a implantação, nos estudos urbanos, da noção de “comparação de incorporação”, de Philip McMichael, ao lado de formas fundamentadas de “comparação em busca de variações” (ver Tilly, 1984; McMichael, 1990). Isto não necessitaria presumir uma compreensão resolvida e totalmente formada de um “sistema-mundo”, antes de explorações de seus elementos (urbanos) constituintes, e tampouco implica que qualquer sistema holístico governa unilateralmente as partes; ao invés disso, “progressivamente *constrói-se* uma totalidade como um procedimento metodológico provendo contexto aos fenômenos históricos [e, assim, permitindo que] o ‘todo’ [surja] via análise comparativa das ‘partes’ como momentos de um todo em auto-formação” (McMichael, 1990, p. 386). Colin McFarlane, Jennifer Robinson, e outros, também chamaram atenção para o potencial de algumas dessas abordagens.

associadas ao trabalho neste registro, mas o que parece faltar é um reconhecimento recíproco de que tais técnicas de foco próximo, ricas em contexto, também precisam ter em conta o *contexto* (posicional) deste contexto (próximo), juntamente com as operações de padrões e processos recorrentes por dentro tais contextos (cf. Brenner et al., 2010; Park et al., 2011; Fairbanks, 2012). Ao invés disso, a preocupação é com “microprocessos lateralizantes”, “formação[ões] não-ideológica[s]” e “práticas heterogêneas de conexão ao mundo que não se enquadram de maneira organizada em lados opostos de divisões políticas, culturais ou de classe” (Ong, 2011: 12). Esses fenômenos de outra forma inclassificáveis, no entanto, parecem ter sido posicionados do outro lado de uma divisão geográfica não-relacional: às cidades do ocidente não são apenas negadas suas complexidades concretas, elas são abandonadas às garras malignas do universalismo e do reducionismo, enquanto algo como direitos de exclusividade regionalizados são reivindicados nos terrenos da indeterminação política, do hibridismo empírico concreto, da informalidade social, da plasticidade institucional, e da explicação multicausal (como se fossem alheios tanto ao urbanismo ocidental quanto às tradições metodológicas alternativas). Há um problema aqui, caso os urbanismos particularizados sejam lançados contra corpos de teorias recebidas relativamente inertes e geograficamente indexadas, por meio do contraste empírico ou da inversão, ao invés da comparação teorizada ou do diálogo. É importante ressaltar que não se trata de ressuscitar a afirmação devidamente descreditada de que as teorias singulares, fundamentadas na experiência ocidental, estão aptas para a aplicação “global”. Mas sim, ao se reconhecer a crítica das teorias provinciais travestidas como universais, trata-se de lançar a questão metodológica acerca de como alegações teóricas (e urbanismos) concorrentes devem ser avaliadas(os).

## Neoliberalismo ausente?

Uma ilustração adequada de inversão contrastante pode ser encontrada em engajamentos recentes com o neoliberalismo, como uma ideologia hegemônica e uma matriz de políticas públicas, que têm recebido atenção crítica em virtude de sua difusão evidente enquanto estrutura explicativa, e do fato de seu “domínio atual no cânone dos estudos urbanos” (Robinson; Parnell, 2011: 524).

Em princípio, a questão da neoliberalização pode ser um local de diálogo entre a economia política e abordagens pós-coloniais (ver, por exemplo, Ferguson; Gupta, 2002; Gupta; Sharma, 2006), mas ao invés disso, parece ser mais comum para a literatura sobre o urbanismo pós-colonial manter distância do neoliberalismo (e de concepções a seu respeito) (veja Ong, 2006; Parnell; Robinson, 2012; Bunnell, 2014; Söderström, 2014). De fato, tem havido uma certa preocupação com diferenças declaradas a tais “[t]eorias que podem funcionar bem para o norte global” (Parnell; Robinson, 2012: 595; Robinson, 2011b; Robinson; Parnell, 2011). Seria uma alegação muito forte, é claro, sugerir que os programas neoliberais como o ajustamento estrutural não afetaram muitas cidades do sul e do oriente, porém pode ser revelador que fatores macro-institucionais como estes tendem a receber pouca atenção. Ao invés disso, a preocupação é que uma certa compreensão do “urbanismo neoliberal” – derivada de análises baseadas na teoria da regulação, de cidades do norte/ocidente global, culpadas por adotar um “tom economicamente reducionista”, como relatos variadamente “suturados das dinâmicas e processos do capitalismo” (ROBINSON, 2011b: 1092-1093) – tenha viajado como um modelo explicativo bruscamente imposto.<sup>4</sup> Este modo de formatação teórica rudimentar é tido como causa de um mal entendimento das dinâmicas de transformação e ação social nas cidades da mundo pós-colonial (que são marcadas por graus confusos de hibridismo, complexidade, fragmentação e informalidade), juntamente com uma subestimação radical das políticas e práticas extra-neoliberais.

Entretanto, este “modelo” padrão de urbanismo neoliberal – como veículo e representação de explicações convergentes – tem valor indiscutivelmente maior como um polo oposto crítico, ou um “corretivo”, do que na literatura sobre a própria neoliberalização, seja na teoria ou na prática. É notável que o olhar analítico é mais uma vez lateral: a preocupação é o estabelecimento de diferenças em relação a análises críticas do neoliberalismo em cidades euro-americanas, ao invés de entrar em diálogo com as amplas e profundas literaturas sobre o neoliberalismo, digamos, na América Latina ou na África,

---

<sup>4</sup> É importante ressaltar, porém, que a ênfase nas instituições e na política em teoria da regulação deriva de uma crítica ao economicismo em certas vertentes do marxismo estrutural, enquanto o campo da geografia econômica também é marcado por uma aversão ao economicismo (Peck, 2000, 2013b).

ou mediante a apresentação de uma teorização suplente da dinâmica contemporânea do imperialismo de mercado. A exclusão de tais estruturas de poder mais amplas, não importa como elas possam ser caracterizadas, pode ser suficiente para o objetivo de se estabelecer contrastes laterais com o urbanismo neoliberal “setentrional”, mas é menos eficaz para o avanço da análise crítica do poder, da política e da posicionalidade nas cidades do sul, ou do sistema mundial de forma mais ampla. Mais por omissão do que comissão, aqui existem ecos na propensão à comparação lateral, praticada à distância de teorias de relações de poder globalizadas, da “visão plana do mundo” (Sparke, 2006: 363) do próprio neoliberalismo.

A literatura “ocidental” sobre a neoliberalização tem, por suas próprias razões, sido crítica das alegações difusionistas e dos modelos padrão, argumentando a favor de leituras contextualizadas deste fenômeno variegado e articulando uma preocupação com a reprodução do domínio do mercado como um processo multi-situado, desigualmente desenvolvido, relacionalmente interpenetrado e que constitui mais do que a soma de suas partes (...) Isto demanda não somente que se dê atenção à interação e à padronização dos processos de neoliberalização em diversos locais (...) mas também coloca-se como uma advertência contra a adoção de modelos simplificados de urbanismo neoliberal, onde estes reivindicam status auto-afirmativos na base do aparecimento recorrente de formas institucionais similares e rotinas de reforma através de uma diversidade de casos (Peck et al., 2013: 1094).

Variantes espacializadas desses argumentos, em estudos urbanos e na geografia político-econômica, foram originalmente desenvolvidas (e, desde então, evoluíram) *contra* os modelos de convergência do neoliberalismo (Peck, 2001; Brenner et al., 2010; Peck; Theodore, 2013), embora quando estes são enquadrados como polos opostos para a crítica, muitas vezes são representados como praticantes de padronização explicativa e replicação, tendo sua invocação de processos comuns e conectivos (contextualmente mediados e contingentemente realizados) reduzida a (e prontamente descartada como) uma previsão da mesmice empírica (Parnell; Robinson, 2012: 599; Söderström, 2014: 15). A divergência de procedimentos neoliberais operacionais “padrão”, juntamente com a presença de interesses e dinâmicas não-neoliberais, é devidamente responsabilizada pela falta de ajuste ou relevância.



O neoliberalismo, porém, é uma totalidade sempre frustrada. Mesmo sob condições de hegemonia, ele só pode existir em sua forma híbrida (a noção de neoliberalização pura, total ou sem cortes sendo uma fantasia utópica). Como resultado, a análise crítica deste processo sempre incompleto deve necessariamente superar declarações binárias de ausência/presença (ou quantificações de mais / menos), para considerar questões num registro mais qualitativo, sobre suas manifestações específicas ao contexto e em articulações variáveis.<sup>5</sup> Demonstrar que o neoliberalismo tem um “exterior” na escala urbana, que a política urbana é “mais do que neoliberal” ou que uma infinidade de dinâmicas extra-neoliberais estão operando em cidades do mundo pós-colonial não equivale à falsificação *per se*, pois formações parasitárias como o neoliberalismo devem *sempre* ter um exterior; elas nunca podem ser tudo o que existe – seja em Lagos ou em Londres. No entanto, tem havido uma tendência a se construir a cidade meridional como um caso limite agregado de neoliberalização, pelo menos em sua forma análoga a um instrumento contundente (como replicação, padronização, uniformidade ou convergência). Isto envolveu a documentação de condições contrárias e dinâmicas alternativas, antagonica ou ambivalentemente posicionadas à distância de teorias supostamente mal ajustadas. Neste contexto, é comum ver a cidade meridional retratada como um local de complexidade elevada, enquanto as tradições locais de pesquisa são por vezes apresentadas como mais atentamente “aplicadas” ou “empíricas” (Parnell; Robinson, 2012; Seekings, 2013). Daí a necessidade de “relatos mais bagunçados de mudanças urbanas”, em sintonia com os “espaços urbanos altamente fragmentados do sul global, onde regimes de governança são mais fluidos e contestados, e onde grande parte da cidade em si é constituída informalmente” (Robinson; Parnell, 2011: 528, 526). A especificidade e a granularidade dessas “compreensões nuançadas das forças complexas que estruturam as cidades contemporâneas” são consideradas de tal modo que excedem as capacidades das teorias “importadas”; deste modo, o “desaparecimento do neoliberalismo como uma lente de

---

<sup>5</sup> Estas são perguntas que a literatura crítica sobre a neoliberalização vem explorando há algum tempo, inclusive por meio de uma variedade de métodos desconstrutivos e comparativos (ver, por exemplo, Dezalay; Garth, 2000; Bockman; Eyal, 2002; Fourcade-Gourinchas; Babb, 2002; Peck, 2004).

análise relevante para a compreensão das cidades contemporâneas” é esperado (Parnell; Robinson, 2012: 602).

Curiosamente, esta preferência pelo trabalho que vá além do alcance das teorias recebidas parece ter precedido a compilação de evidências conclusivas, uma vez que em “muitas cidades do sul global, onde pouca ou nenhuma investigação substantiva foi de fato realizada, pode não ser possível o discernimento entre a adoção clara e a divergência dos caminhos do neoliberalismo” (Robinson; Parnell, 2011: 527). Parece haver menos preocupação, no entanto, com as experiências concretas de neoliberalização nessas regiões, que têm sido amplamente documentadas.<sup>6</sup> Ao invés disso, convoca-se uma inversão teórica. Por exemplo, Parnell; Robinson (2012: 596-597) propuseram o que chamam de um “corretivo geográfico” para aquelas que são retratadas como as “mais modernas teorias ‘globais’ do neoliberalismo urbano” (que são provincianizadas ao norte global, bem como comprimidas à escala metropolitana), de acordo com um “compromisso de análise pós-neoliberal [baseado em] lógicas autônomas de formação e intervenção estatal como ponto de partida para a análise, ao invés de se enxergar as ações do Estado como necessariamente vinculadas à dinâmica da acumulação capitalista”. Mas o conceito de neoliberalismo não desapareceu totalmente. Na verdade, ele está invertido na forma do termo sucessor-guardador de lugar, que é o “pós-neoliberalismo”.<sup>7</sup> Definido em contraste com um Outro dominante, termos provisórios como estes constroem seus próprios novos binários, é claro, enquanto implicam a presença de uma lógica ou racionalidade combinatória que atua através de um conjunto de tendências, forças, reações e

<sup>6</sup> Para diferentes versões acerca do status explicativo e político do neoliberalismo na África do Sul, por exemplo, ver Bond (2000), Hart (2002), Koelble (2004), e Ferguson (2007).

<sup>7</sup> Há uma literatura considerável sobre o “pós-neoliberalismo” na América Latina, especialmente, embora tanto na região quanto em outros lugares o estado teórico e político do termo permaneça contestado (ver MacDonald; Rückert, 2009; Peck et al., 2010; Kaltwasser, 2011; Sader, 2011; Grugel; Ruggirozzi, 2012; Yates; Bakker, 2014). Aqui, o pós-neoliberalismo “raramente toma a forma de um negativo fotográfico do neoliberalismo ‘setentrional’”. Tanto os neoliberalismos caseiros quanto os importados têm histórias longas e complexas no Cone Sul, onde há uma longa experiência de construção de projetos neoliberais alternativos, não em isolamento intocado, mas em terrenos muitas vezes hostis, marcados por formas herdadas e simultâneas de neoliberalização, em meio a uma matriz desenvolvimentista, autoritária, paternalista, populista, bem como de forças progressistas. O Chile, é claro, foi um dos berços do neoliberalismo como um projeto de Estado, um fato que sublinha a necessidade de leituras relacionais desde o início, à luz dos papéis críticos exercidos, *inter alia*, pela rede transnacional que foram os “Chicago Boys”, e pela posicionalidade, durante a guerra fria, do regime Pinochet.

desenvolvimentos compensatórios (para uma discussão paralela do pós-fordismo, ver Sayer, 1989). Construída no espelho de um neoliberalismo setentrional singularizado, esta antítese meridional pode parecer mais coerente e separada do que realmente é.

Se um contra-polo meridional for analisado como uma formação desarticulada – fora do alcance do domínio colonizador do mercado, como um fenômeno político-econômico e cultural, e também fora do alcance de teorias críticas da neoliberalização, inegavelmente necessitando contínua reavaliação – os binários podem endurecer-se ainda mais, tornando-se diferenças espaciais irreconciliáveis. Não só o neoliberalismo se tornaria efetivamente normalizado ao norte enquanto alternativas pós-neoliberais são endogeneizadas no sul, mas estas seriam, em grande medida, racionalizadas de acordo com associações próximas e capacidades locais. Através desta ótica de contraste (absoluto), cidades do norte podem (re)aparecer como não apenas mais neoliberais, mas também mais organizadas e racionais, menos fragmentadas e fluidas, menos complexas e contraditórias, mais singularmente capitalistas e menos híbridas. Enquanto isso, cidades meridionais são retratadas como mais indisciplinadas e “tradicionais”, locais de práticas informalizadas, ligadas a Estados (mais) fracos e resultados indeterminados. Teorias geograficamente delimitadas da neoliberalização são conseqüentemente posicionadas como deslocadas em relação às “cidades de rápido crescimento do sul global, onde a autoridade tradicional, a religião e a informalidade são tão centrais para as narrativas urbanas legítimas quanto as oscilações na política pública urbana capitalista moderna” (Parnell; Robinson, 2012: 596).

Uma presunção de que tais teorias “podem ser relevantes lá, mas não aqui” pode abrir espaço para que vejamos as coisas de formas diferentes, é claro, mas também pode produzir suas próprias distorções. Levanta-se a possibilidade, paradoxalmente, de se re-essencializar divisões explicativas entre norte e sul, engendrando novas formas de incomensurabilidade teórica. No caso da neoliberalização, impõe-se uma grade geográfica irregular, normalizante em alguns locais e ao mesmo tempo “anormalizante” em outros, impedindo o reconhecimento do hibridismo e da complexidade no norte/ocidente, enquanto provê credibilidade preliminar a um espectro de inversões óticas do sul/oriente. A presunção da existência de geografias abruptamente descontínuas também corre o

risco de romper ligações relacionais de importância constitutiva, tanto no espaço quanto entre as escalas. Compreender o neoliberalismo lateralmente e em duas dimensões, e na forma achatada de um modelo neoliberal-urbano, é subestimar e ofuscar o caráter multiescalar e multipolar dos processos de neoliberalização como fontes de dinâmicas de transformação, assim como suas interligações com relações hierárquicas de poder, sua natureza de imersão contextual ainda que mutuamente referencial e suas condições de existência historicamente arraigadas. Perde-se também a oportunidade de se posicionar cidades meridionais – como deve ser feito com *todas as* cidades – em termos nacionais, transnacionais e escalares (por exemplo, em relação aos programas nacionais de ajuste estrutural ou aos acordos multilaterais e locais de “boa governança”, entendidos como relacionalmente coproduzidos, através da escala local). Ao invés disso, o contraste horizontal torna-se a manobra metodológica preferida.

Teorias do neoliberalismo referem-se não apenas às cidades, mas também ao *mundo das* cidades, para usar uma frase emprestada, exigindo que atenção seja dada (também), *inter alia*, à compulsão maçante da competição interurbana, às frentes mutáveis de experimentação e fracasso regulatórios, aos regimes de políticas públicas e constitucionais nacionalmente ancorados, às modalidades escalares de governança financeirizada e às regras mutantes do jogo, tais como aplicadas e policiadas por uma série de atores e agências extraurbanas. Uma coisa é argumentar que os tipos de política (intra) urbana e dinâmicas de reestruturação encontrados nas cidades do sul afastam-se de uma ‘norma’ do norte (noutras palavras, rejeitar os modelos massificados de urbanismo padronizado), outra bem diferente é suspender a consideração (ou a análise) dessa ampla gama de disciplinamentos, pressões e incentivos extraurbanos e multiescalares. Em termos substantivos, estes domínios “macro” têm recebido atenção apenas passageira dos programas de pesquisa do urbanismo pós-colonial, e se permanece útil ou não conceituá-los em termos de “neoliberalismo” (sempre uma questão teórica e política aberta), eles tendem a ser automaticamente excluídos de leituras horizontalistas, contrastantes e planares do “mundo das cidades”, na medida em que estas se desviam de análises transescalares.

Isto não implica uma defesa dos usos não-reflexivos e abreviados do “neoliberalismo” como um significante ambiente, apropriado

para todos os fins, pronto para a aplicação padronizada independentemente do contexto, e apto a qualquer finalidade explicativa no estilo de narrativas preemptivas do tipo “o neoliberalismo o fez novamente” (ver Peck, 2013a). Diferentes entendimentos teóricos da neoliberalização podem de fato ter diferentes tipos de tração em diferentes locais – embora isto possa ser entendido de forma mais construtiva como uma questão para interrogações caso-a-caso e como estímulo para dar continuidade à inovação metodológica. Aparentemente evitando a ideia das cidades comuns da maior parte do mundo como “pontos de partida” para novos enquadramentos e conceitos, construídos a partir destas bases bem diferentes, o ponto de partida verdadeiro parece ser um estado de alienação explanatória e uma rejeição de teorias externalizadas. Numa outra inversão, derruba-se o aforismo metodológico irônico de Michael Burawoy a favor da implantação intencional de estudos de caso (estendidos) na tarefa da reconstrução teórica, onde “começamos com a nossa teoria favorita” (ver Burawoy, 2009; cf. Eliasoph; Lichterman, 1999).<sup>8</sup> Ao invés disso, a análise aparentemente começa com a presunção da incomensurabilidade teórica e com o distanciamento de explicações *menos* favorecidas. No entanto, o motivo para se começar com teorias “favorecidas” não é simplesmente o fortalecimento de abordagens recebidas através de estudos de caso afirmativos. Trata-se, ao invés disso, de “testar por meio do estresse” e interrogar estruturas explicativas tendo em vista sua *reconstrução* contínua e crítica. Uma vasta gama de casos discrepantes, ortogonais, perturbadores, embaraçosos e distantes foram correspondentemente relocados para o seio do esforço teórico. Aqui, o particular pode ser empregado como uma alavanca proposital, em contraste com a tendência de demarcação de posições particularizadas para além do âmbito das teorias existentes, baseada numa suposta irrelevância situacional, e de racionalizar essas posições através de casos complexificados.

## Informação privilegiada

Enquanto algumas linhas de pesquisa das cidades pós-coloniais podem ter caminhado na direção de novos particularismos, por

---

<sup>8</sup> Ao lado de “comparação incorporadora”, há uma margem considerável para se implementar métodos de caso estendidos na causa da construção de uma teoria urbana mais cosmopolita e comparativa.

vezes reinscrevendo binários geográficos, o projeto como um todo mantém uma aspiração definidora ao objetivo metodológico da comparação geradora, disruptiva, como um caminho (não linear) na direção de novas formas de construção teórica. Esta meta – de acompanhamento para trás e para a frente através da diferença, entre as cidades e dentro delas – continua a ser promissora e indiscutivelmente necessária, e pode, em princípio, ser unida a uma gama de abordagens complementares derivadas, por exemplo, da sociologia macro-histórica e da economia política heterodoxa (ver Skocpol; Somers, 1980; McMichael, 1990; Peck, 2012b, 2013b). Algumas formulações pós-coloniais do urbanismo de agenciamento foram construtivamente abertas a tipos semelhantes de comparação cruzadas e ao diálogo inter-teórico (ver McFarlane, 2011, 2012), enquanto a literatura incipiente acerca da mobilidade de políticas urbanas abriu novos horizontes para a análise interurbana e comparativa (McCann; Ward, 2011; Cochrane; Ward, 2012). O mesmo não pode ser dito de leituras zelosas do urbanismo “ator-rede”, no entanto, que se une a uma ontologia muito mais plana, com fortes reivindicações da especificidade irreduzível de lugares/agenciamentos. Com raízes distintas na teoria anti-essencialista, o urbanismo da teoria ator-rede constrói seu próprio caminho para o particularismo.

Como Scott e Storper (2014: 11) observaram, estas firmes uniões entre “a teoria do agenciamento e a teoria ator-rede [em sua] aplicação prática nos estudos urbanos (...) tendem a dar um sentido radical da singularidade das cidades, com foco na descrição de combinações caleidoscópicas de contingências discretas em detrimento de estruturas e processos subjacentes”.

A versão deleuziana/latouriana da teoria urbana do agenciamento privilegia investigações *in situ* teoricamente estilizadas, focando no funcionamento interno de locais e redes, como revelado em práticas materiais. Elas reconhecem conexões local-a-local, é claro, mas são marcadas por diferentes graus de antipatia a teorizações do mundo fora do agenciamento, por exemplo, aquelas pertencentes às lógicas, racionalidades e domínios globais, bem como aos campos disciplinares associados ao capitalismo financeiro, à governança neoliberalizada, e a relações neoimperiais. Além da economia política, podem também estar em desacordo com algumas leituras da teoria pós-colonial (ver Ong, 2011). A cidade ator-rede existe

num espaço emergente do potencial, e é ativamente “des-posicionada” em relação a matrizes conhecidas de poder político-econômico e estatal.

Em sua fundamentada exposição de uma leitura em estado bruto do urbanismo ator-rede, Farias (2011: 368) sustenta que as categorias teóricas são (ou ainda serão) encontradas em sítios urbanos específicos, e não levadas até eles, entendendo a cidade não como “uma instância de outra coisa [como o capitalismo, mas] como um processo positivo, real e autointitulado”. Aqui, o conceito de agenciamento urbano denota “processos autocontidos de heterogêneas [associações, convocando] descrições positivas de seu surgimento, e não explicações externas”, pois em última análise, “não há lado de fora, nem exterioridade” (Farias, 2011, p. 369). Evitando qualquer tipo de teoria pré-constituída a favor de um indutivismo de vanguarda, o urbanismo ator-rede dá pouco fundamento a princípios concorrentes de pertinência teórica, ou “repertórios conceituais” alternativos. Parte deste trabalho é consequentemente realizada numa atmosfera de clausura explicativa, como um “sistema bastante hermético de pensamento” (Tonkiss, 2011, p. 584; Wachsmuth et al., 2011.). Este sistema de pensamento fornece justificativas elaboradas para o posicionamento “empírico [como] a força de liderança”, um explícito “compromisso com o empírico” que se baseia em três instruções metodológicas: “seguir os atores, esquecer os contextos”, “descrever, não explicar”, e “não mudar de repertórios conceituais ao descrever” (Farias, 2011: 367). Há muito pouco, com efeito, do lado de fora do agenciamento urbano. O “mundo de cidades” tem poucas características determinadas (ou nenhuma); cidades não são conjunturalmente posicionadas nesta paisagem plana e sem marcas, embora estejam ligadas por certas redes geralmente despadronizadas e “linhas de fuga” não estruturadas.

Abordagens ator-rede aplicadas à cidade favorecem metodologias experimentais que expandem os campos focais para a análise (intra)urbana (notavelmente, na transversal entre o humano e o não-humano). Eles chamam a atenção para certos nós de ligação interurbana, mas estabelecem os limites no reconhecimento sistemático de forças exógenas, processos, relações de poder ou efeitos político-econômicos forasteiros. Assim, se tal “sensibilidade” pode implicar flertes com “um imbróglie de teorias, autores, perguntas e sensibilidades”, torna-se aparentemente necessário reconhecer que

o urbanismo ator-rede “não pode ser estritamente utilizado como uma teoria de qualquer coisa”, ao mesmo tempo em que não deve haver nenhum compromisso com sua “posição fervorosamente anti-estruturalista, e [o] forte compromisso empírico com localidades e linhas de atividade factuais” (Farias, 2011: 6-7). Aqui, a adoção do particular, do excepcional, do específico ao lugar, e o repúdio ao estrutural e contextual, refletem-se em vários graus de ambivalência ou antagonismo a abordagens político-econômicas do urbano, que são comumente equiparadas ao economicismo, ao estruturalismo, ao determinismo (como se existissem apenas estes quartos na casa da economia política urbana), e que são muitas vezes entendidos como irreflexivamente “globais” ou em perspectivas de cima para baixo. Ironicamente, compromissos com o anti-essencialismo no “interior” de abordagens do agenciamento urbano parecem estar associados a um hábito de essencializar uma família de teorias consideradas inaceitáveis. Na selva explanatória além dos limites da cidade, ao que parece, somente os dinossauros teóricos habitam a terra, esmagando tudo em seu rastro de patas pesadas. No interior, no entanto, os actantes correm livremente.

Como resultado, uma cidade ainda mais radicalmente singularizada é colocada fora do alcance das teorias pan-urbanas, e teoricamente além de comparações informativas. No “lado de dentro”, os modos preferidos de investigação localizada, centrados na ação, podem ser altamente criativos, mas há pouco nestas práticas metodológicas quase libertárias para se proteger contra um indutivismo vale-tudo, de estilo livre. Essas explorações de itinerâncias e “encontros” espontâneos são caracteristicamente indispostas a reconhecer, de qualquer forma sistemática, processos operando por trás atores dos atores/actantes urbanos, preferindo ao invés disso manter distância de, ou até mesmo virar-se contra, manifestações habituais de poder “estrutural”, em favor de uma ampla gama de contracorrentes e contingências. Contudo, como Fran Tonkiss (2011: 587) apontou, “rejeitar uma leitura estruturalista da economia e da sociedade não implica (...) dizer que as formas de organização social e econômica (tais como corporações, governos ou mesmo algumas famílias) não são estruturadas de maneiras que são reproduzidas e que incorporam o poder em [formas] bastante estáveis ou sistemáticas”.

Implacável, o teórico da abordagem ator-rede se embrenha



em moitas emaranhadas de agenciamento, aparentemente sem um sistema de navegação teoricamente informado de qualquer espécie, e com pouco mais do que um senso intuitivo de direção ou prioridade. Parece não haver “nenhum princípio imanente para se distinguir entre actantes relevantes e irrelevantes, seja humano ou não humano em sua natureza” (Brenner et al., 2011: 232), sendo que a determinação dos locais de ação ou espaços de emergência pertinentes parece ser desgovernada por regras metodológicas reconhecidas. O princípio do capricho metodológico parece estar um pouco modificado na prática, no entanto, por uma tendência a se deslocar em direção aos poderes incomuns de actantes não-humanos cotidianos, ao contornar (ou adotar uma opinião elíptica sobre) locais de pesquisa “convencionais” e manifestações corriqueiras de poder político-urbano.

Por outro lado, a tendência de “ver agência em todos os lugares” se reflete em uma tendência a atribuir status de agente livremente, se não voluntariamente, relegando o que é sabido sobre capacidades diferenciadas, posições privilegiadas, relações assimétricas de poder, exclusões habituais, marginalizações sistemáticas, estruturações de campos de disputa irregulares, dentre outros, “ao pano de fundo”, seja por meio da exclusão ativa ou do silêncio passivo (Tonkiss, 2011: 584; Brenner et al., 2011: 236). As prioridades metodológicas e estratégias de amostragem e pertinência analítica tendem, portanto, a estar no olho de quem vê. Urbanismos de agenciamento são muitas vezes metodologicamente engenhosos; de fato aspirações para realizar inventividades sob medida aparentemente animam este campo de estudos. (Há recompensas escassas, ao contrário, para os que se dedicam à ideia de modificar conceitos intermediários através dos casos, por exemplo, ou à condução de comparações de maior escala).

Aqueles que são fiéis à causa do urbanismo ator-rede valorizam a proibição contra a sinédoque, logo, partes da cidade não devem substituir o todo (que é, por sua vez, um “objeto múltiplo”), e muito menos a condição urbana em geral. Deleitando-se com o “colapso do objeto”, jornadas a mundos urbanos teoricamente desconhecidos são, no entanto, repetidamente atraídas a tipos específicos de “práticas concretas, constituídas *in situ*” (Farias, 2010: 11), como aqueles que envolvem configurações intrigantes de agência mais-que-humana. Por outro lado, pouca atenção é normalmente

dada a práticas concretas (bem como às menos concretas) que são constituídas *ex situ*, como decisões de investimentos tomadas externamente ou ações envolvendo atores multilaterais ou situados no âmbito do Estado-nação. Isso resulta na reprodução auto-realizadora da “proposição ontológica” centrada na cidade de que o “modo de existência” urbano “se assemelha menos à noção daquilo ‘que está lá fora’ do que à ideia do ‘que está aqui dentro’ ” (Farias, 2010: 13; cf. Angelo; Wachsmuth, 2014). Os urbanismos ator-rede, assim promulgados, evitam até mesmo mapas teóricos passíveis de revisão, juntamente com a maioria das formas convencionais de abstração, no interesse da máxima liberação para o analista, que pode estar em posse de nada mais que uma determinação a descobrir configurações das capacidades de ação que sejam novas, transitórias, e específicas ao local. Operar do lado de dentro, de modo fortalecido com o que às vezes se aproxima de um compromisso de força ontológica como “sentimento do aqui dentro”, gera uma tendência a tornar *terrae incognita* os mundos multiescalares e desigualmente desenvolvidos que as cidades (constitutivamente) habitam. Como resultado, raramente há mais do que vislumbres fugazes de Estados-nação, poderes imperiais ou agências multilaterais, e pouco ou nenhum reconhecimento da importância da seletividade ideológica, dos disciplinamentos competitivos ou das restrições fiscais.

Não é necessário concordar com a visão de que as cidades são totalmente subordinadas a forças e limitações “externas” para se reconhecer que a imposição (geralmente de cima para baixo) de medidas de austeridade fiscal, por exemplo, remodela o próprio terreno da política urbana, favorecendo alguns atores e estratégias em detrimento de outros, de modo que as leituras estritamente *in situ* podem ser suscetíveis a interpretações equivocadas ou subestimadas (cf. Peck, 2012a). De forma mais preocupante ainda, a primazia do empiricamente observável e do localmente próximo, à custa de relações estruturais e de maior distância, podem gerar confusões (ou fusões) com esta modalidade de considerações endogeneizantes, internalistas, que tendem a culpar as vítimas (digamos, que as políticas locais “causam” crises fiscais urbanas) e que inapropriadamente responsabilizam ou mesmo patologizam atores que encontram-se visivelmente em cena. Isto significa que os processos urbanos recorrentes – do tipo que são realizados, de maneira mediada e contingente, num local após o outro – provavelmente

não são entendidos ou mesmo reconhecidos como tal. Ao invés disso, a relutância em traçar processos comuns a vários locais, ou de reconhecer padrões estruturais (mesmo que de forma não-estruturalista), se reflete numa tendência de tais fenômenos recorrentes serem (re)descritos de forma reiterada e redundante, confundidos com formações *sui generis* ou endogenamente produzidas, ou caracterizados como desvios de uma norma mais conhecida. Descrições adensadas de cidades/sítios individuais substituem o rastreo dos processos de urbanização através de casos e lugares diversos – uma forma de isolamento metodológico que pode ser comparada a uma tentativa de se compreender a dinâmica fluvial que começa por remover um balde de água do riacho.

Este privilégio de certas formas legíveis de ação, localizadas em “interiores” urbanos, presta-se a uma ênfase unilateral à inventividade da escala da cidade, bem como a estratégias livremente improvisadas, possibilidades efervescentes e devires localmente intencionados – com a ausência, a não ser por uma consideração passageira, das condições existenciais dessas capacidades, ou de suas co-constituições com seus processos extraurbanos, escalares ou hierarquizados. (Interesses do poder local podem ser reconhecidos, mas as fontes exógenas deste poder geralmente não são.) A predileção por narrativas particularistas e herméticas do urbanismo ator-rede tende a atuar na contramão dos esforços que identificam “pontos em comum na diferença”, processos generalizados, padrões recorrentes, poderes estruturalmente ativados e semelhanças familiares. Ao invés disso, ecoando tal ontologia um tanto exclusiva da cidade, as explicações são elaboradas no local, enquanto a teorização urbana torna-se sinônimo de narrativas altamente estilizadas embutidas em casos singularizados, inseridos de forma não mais que impressionista num mundo de diferença indisciplinada.

## Cidade Terminal

De volta a Vancouver, cidade terminal do Canadá, é difícil subestimar a importância de se interligar as especificidades do aqui-dentro, daquilo que é um lugar um tanto idiossincrático, a uma série de circuitos, fluxos e relacionais do lá-fora. Estes últimos incluem a multiplicidade de conexões constitutivas feitas pelas migrações internas e internacionais, pelo capital imobiliário e

os circuitos de crédito, por (longos) regimes globalizados de comercialização de recursos, por símbolos circulantes de arquitetura e de planejamento, por relações coloniais arraigadas, pelo aglomerado constitutivo de regulações federais e provinciais, por alegações/reivindicações sobre o espetacular-urbano voltadas para o exterior e assim por diante. Juntos, estes fatores estabelecem ativamente as circunstâncias existenciais, *inter alia*, de uma economia-cultura superaquecida do consumismo imobiliário, um mercado de trabalho oco e precariamente fundado em serviços “em efeito cascata” e em desigualdades geracionais cada vez mais arraigadas, e não menos de construções narcisistas da visão de desenvolvimento cultivada ostensivamente e de forma caseira acerca do que é o *Vancouverismo*, que concede uma licença cultural/política muito própria a interpretações “excepcionalistas” que atuam em seu próprio benefício, (a)justa(da) para um mundo de cidades em competição. (Basta refletir sobre as implicações e contradições, para não dizer das ironias, da meta pública de se alçar Vancouver ao *status* de “cidade mais verde do mundo” em 2020).

Cidades como Vancouver, como aponta Ananya Roy (2009: 828), podem ser vistas como “postos periféricos de um urbanismo dinâmico do Círculo do Pacífico centrado no parasita Hong Kong e se estendendo até Pequim e Xangai, sendo o trabalho árduo e a terceirização jogados para as “hinterlands” nas Filipinas, no Camboja, nas zonas econômicas especiais chinesas, e no Vietnã”. Ao mesmo tempo, Vancouver ocupa uma posição de destaque no mundo multipolar do urbanismo neoliberalizante, baseada nesta instância conjuntural sobre uma (re)formação transpacífica das culturas do individualismo liberal, num acordo precário entre a diminuição da presença federal-provincial e uma administração municipal “enxuta mas positiva”, e na indulgência das economias aspiracionais de estilo de vida construídas sobre o nexos da diversão mais-que-urbana e na servidão hipotecária (ver Mitchell, 2004; Peck et al., 2014). Nada disso faz de Vancouver parente imediata das cidades globais da classe alfa (a silhueta predial de seu centro é, afinal, dominada por torres residenciais de vidros verdes e não por sedes de bancos ou grandes corporações), nem estabelece uma estreita afinidade com aquelas cidades que sofreram uma ruptura abrupta com o fordismo-keynesianismo. Mas isso não deve diminuir a relevância de avaliações em seu *loci classici*, ou sugerir que este

lugar não tenha sido, de outra forma, abrangentemente globalizado e neoliberalizado – embora de maneiras diferentes (e um tanto inter-relacionadas). Explorar tais continuidades e conexões processuais não significa necessariamente invocar um modelo de difusão de moldes, ou martelar estacas empíricas redondas em buracos teóricos quadrados. Pode contribuir para a coprodução de teorias (urbanas) preocupadas com práticas, formas e processos urbanos relacionalmente coproduzidos.

Assim como existem muitas posições *relacionais* no universo em evolução do globalismo neoliberal, os mundos do urbanismo pós-colonial também são constitutivamente multipolares: Vancouver é uma cidade feita e refeita através de uma história longa e ainda presente de expropriação colonial e violência, ocupando os territórios vivos e formalmente não-concedidos dos Squamish, Musqueam, Tsleil-Waututh e outras nações indígenas (ver Harris, 2002; Blomley, 2004). Há muitos caminhos para o reconhecimento da forma (pós-) colonial de Vancouver, é claro (ver Demers, 2009; Suleman, 2011), acima e além das fronteiras analíticas que podem ser derivadas de uma leitura da teoria urbana pós-colonial. Mas por uma questão de argumentos (construtivos), pode-se consultar frutuosamente este corpo de trabalho não como uma fonte de leis inexoráveis mecanicamente concretizadas em regularidades empíricas, mas sim como um dispositivo de sensibilização, como uma fonte de reivindicações testáveis e contestáveis de causalidade, como um meio de se fazer conexões não-imediatas ou de se vislumbrar processos e relações que operam por trás dos atores situados ao nível da rua, e de tornar o familiar novamente estranho. A exploração incessante de casos comparativos pode ser especialmente válida nesta mobilização e modificação da teoria (urbana) vigente. No entanto, estas próprias práticas, de revisão de teorias sempre provisórias através dos casos, são impedidas por declarações unilaterais de particularidade local.

Numa leitura estritamente internalista ou mono-escalar, cidades como Vancouver, e certamente muitas outras, seriam praticamente incompreensíveis. Não se trata de chegar ao ponto de dizer que mesmo a compreensão mais elaborada das relações extraurbanas pode ser adequada, por conta própria, para o desafio de se entender cidades como essas. Tais relações são construídas dentro e dentre as próprias cidades, e repetidamente elas se intercalam com situações e estratégias, humores e movimentos fabricados muito mais local-

mente. Se as teorias urbanas devem ser reconstituídas para circunstâncias como estas (ou mesmo aquelas que se fazem presentes em Buenos Aires ou Bangcoc ou Bagdá), elas certamente deverão ser (re)feitas em diálogos dialéticos com entendimentos teóricos desses mundos-em-emergência em urbanização, habitados por todas as cidades. Neste contexto, poucos questionariam a importância do “gesto comparativo”, especialmente quando isso implica interrogações críticas das cidades *posicionantes* – lateralmente, em relação uma à outra, tridimensionalmente, em relação a um entendimento escalonado do “mundo de cidades” e, reflexivamente, em relação às considerações teóricas alternativas e complementares (cf. Robinson, 2011a; McFarlane; Robinson, 2012). Fundamentalmente, isto demanda uma ontologia relacional, que busque problematizar a *localização* na matriz colonial do poder (Mignolo, 2013: 101, grifo do autor). Estes objetivos são mal atendidos, no entanto, por abordagens que estabelecem, seja por projeto ou por padrão, blitzes epistemológicas nos limites da cidade, ou que excluem seletivamente certas tradições de linguagem na zona do esperanto, que seriam os estudos urbanos mais cosmopolitas e mundanamente críticos. Se a investigação urbana tornar-se uma iniciativa primordialmente introspectiva, ou se as comparações só forem atraídas “horizontalmente”, através de um mundo achatado de cidades-caso contrastantes, perderemos de forma substancial a capacidade de avaliação de posicionalidades/localidades relacionais no terreno mais amplo do desenvolvimento geográfico desigual, ou dentro dos contornos mutantes da desigualdade socioespacial, ou ainda entre regimes (re) escalonados de governança e regulamentação.

Ondas sucessivas de intervenção pós-estrutural e pós-colonial podem ser creditadas com a restauração de um grau significativo de efervescência crítica e criativa no domínio dos estudos urbanos, que tinha indiscutivelmente mostrado sinais de calcificação durante a década de 1990, sob a influência da fabricação de alegações paradigmáticas e do globalismo mal reconstruído. Neste sentido, uma resposta crítica sustentada – incluindo formulações radicalmente alternativas, interrogações céticas e manobras desconstrutivistas – pode ter sido programática e historicamente necessária. Ela pode ser vista como uma série de respostas estratégicas para o que Nigel Thrift (1993: 229) já havia declarado ser um “impasse urbano”, atolado em teorização repetitiva (embora fraca), retornos explicativos

decrecentes, e “críticas recicladas, circulando incessantemente as mesmas mensagens”. Uma geração depois, talvez um outro impasse seja iminente. O latido teoricamente desconstrutivo de várias das correntes ascendentes nos estudos urbanos parece ter excedido sua mordida teoricamente reconstrutiva, e sucessivas tentativas de se desenvolver soluções metodológicas significativas, por exemplo, por meio de uma virada comparativa, têm se tornado quase desesperadamente repetitivas e frequentemente não recompensadas.

Daí o aparente impasse, em que um ceticismo teórico sempre saudável parece, em alguns casos, estar contornando nas proximidades da ambivalência, indiferença ou cinismo teóricos. Neste processo, uma ortodoxia urbano-teórica fundada em cidades paradigmaticamente excepcionais tem dado lugar a uma preocupação recente com as especificidades empíricas incomensuráveis das cidades, como *exceções* a um corpo de teoria urbana existente, que muito frequentemente é representado como inerte, remanescente. Não deve haver nenhum engano: casos discrepantes têm funções vitais e construtivas a desempenhar no trabalho contínuo da renovação e da reconstrução teóricas, mas é improvável que eles realizem este potencial se forem utilizados para valorizar, por meio do reflexo negativo, pretensos estados de exceção urbano-teórica. O gesto comparativo pode de fato ser pouco mais do que gestual, em tal contexto, especialmente se ele se tornar sinônimo de uma leitura predominante do “método comparativo que é ... propício por padrão a privilegiar particularidades em resultados urbanos” (Scott; Storper, 2015: 11). Há um risco de que o potencial de revelação de diferenças através do diálogo teórico empiricamente fundamentado seja perdido numa derrocada na direção da reivindicação de exceções através da refutação teórica.

Um campo de estudos urbanos totalmente despojado de particularismo seria, de fato, um mundo sem graça e descaracterizado. O que está em questão, no entanto, não é o particularismo em si, mas o papel de momentos particularizantes na (re)construção proposital de teorias urbanas. Parece improvável que os frutos das várias formas de investigação urbana diametralmente opostas sejam colhidos se elas girarem reflexivamente contra a, ao invés de se envolverem de forma transformadora na tarefa compartilhada de refazer as teorias pan-urbanas; se conduzidas como inversões espelhadas de modelos “setentrionais”; se posicionadas como o outro menos

abstrato das formulações “globais”; ou se elas se tornarem desarticuladas de concepções mais amplas do poder imperial, das relações sociais estruturadas, da hegemonia ideológica e das transformações capitalistas. As práticas libertadoras do urbanismo de agenciamento certamente permanecerão isoladas, se forem decretadas como modos de análise hermeticamente fechados, posicionados de forma antagônica ao “global”, o trans-conjuntural, o multiescalar e o “lá fora”; se optarem por inserir considerações descritas de perto, práticas *in situ* no lugar de uma preocupação recíproca com a formação recorrente e a modelagem processual dessas práticas; ou se a adoção de uma sensibilidade anti-essencialista sobre o “lado de dentro” implicar uma vulgarização das teorias que circulam “do lado de fora”. E o potencial de abordagens das cidades-mundializantes também poderá ser limitado se elas forem exclusivamente focadas em encontros de voo rasante com objetos e sujeitos “achatados”, não mais que proximamente contextualizados; se a rejeição de universalismos de alcance exagerado decair ao egocentrismo reativo ou a declarações de excepcionalidade continental para todos; ou se as investigações criativas forem desconectadas de diálogos com teorias político-econômicas e culturais complementares e concorrentes.

Resta a necessidade indiscutível de novas geografias de teoria urbana, uma posição que Ananya Roy (2009) poderosamente defendeu, mas isso certamente deve ser uma conversa contínua e dialogicamente conduzida ao longo de terrenos cambiantes, e não um ato de inversão espacializada ou um “corretivo” unidirecional. O teste de teorias urbanas deve ser a sua veracidade explicativa através de casos distintos, e não (apenas) através de suas origens, ou dos locais onde foram operacionalizados pela primeira vez. E o teste de uma teoria-cultura urbana vibrante deve ser sua capacidade demonstrada de sustentar uma série de interrogações críticas, novamente através de casos, marcada por uma pluralidade de métodos e modos de análise. Para além de falsas escolhas entre o determinismo nomotético rígido e o excepcionalismo de estilo livre, deve-se reconhecer que as jornadas que terminam com (ao invés de passar por) viradas particularistas são suscetíveis a encontrar becos sem saída explicativos. A imaginação comparativa abriu construtivamente o horizonte para um tipo diferente de estudos urbanos. À medida que este projeto progride, seria útil reconhecer que a economia política urbana e o urbanismo pós-colonial não



ocupam espaços incomensuráveis de concorrência explicativa de soma zero. Além disso, para além das jornadas unidirecionais a caminho da desconstrução e dos casos excepcionais, há uma crescente necessidade de mais viagens de ida e volta entre a análise posicional e a teorização relacional.

## Referências Bibliográficas

- AMIN, A.; GRAHAM, S. (1997). The ordinary city. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 22, n. 4, pp.411-429.
- AMIN, A.; THRIFT, N. (2003). *Cities*. Cambridge, Polity Press.
- ANGELO, H.; WACHSMUTH, D. (2015). Urbanizing urban political ecology: a critique of methodological cityism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, n. 1, pp. 16-27.
- ARBOLEDA, M. (2014). Planetary urbanism and the possibilities for a new grammar of the urban: interview with Neil Brenner, unpublished paper.
- BEAUREGARD, R. A. (2003). City of superlatives. *City & Community* v. 2, n. 3, pp. 183-199.
- BLOKLAND, T.; HARDING, A. (2014). *Urban theory*. London, Sage.
- BLOMLEY, N. (2004). *Unsettling the city*. New York, Routledge.
- BOCKMAN, J.; EYAL, G. (2002). Eastern Europe as a laboratory for economic knowledge: the transnational roots of neo-liberalism. *American Journal of Sociology*, v. 108, n. 3, pp. 310-352.
- BOND, P. (2000). *Elite transition*. London, Pluto Press.
- BRENNER, N. (2001). World city theory, globalization and the comparative-historical method: reflections on Janet Abu-Lughod's interpretation of contemporary urban restructuring. *Urban Affairs Review*, v. 37, n. 1, pp. 124-147.
- BRENNER, N. (2003). Stereotypes, archetypes, and prototypes: three uses of superlatives in contemporary urban studies. *City & Community*, v. 2, n. 3, pp. 205-216.
- BRENNER, N. (edit.). (2014). *Implosions/explosions*. Berlin, Jovis.
- BRENNER, N.; KEIL R. (2006). Global city theory in retrospect and prospect. In: BRENNER, N.; KEIL, R. (edits.). *The global cities reader*. London, Routledge, pp. 2-16.
- BRENNER, N.; MADDEN, D. J.; WACHSMUTH, D. (2011). Assemblage urbanism and the challenges of critical urban theory. *City*, v. 15, n. 2, pp. 225-240.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. (2010). Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways. *Global Networks*, v. 10, n. 2, pp. 182-222.
- BRENNER, N. e SCHMID, C. (2014). The "urban age" in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 38, n. 3, pp. 731-755.
- BRENNER, N.; THEODORE, N. (edits.) (2002). *Spaces of neoliberalism*. Oxford, Blackwell.

- BUNNELL T. (2015). Antecedent cities and inter-referencing effects: learning from and extending beyond critiques of neoliberalisation. *Urban Studies*, v. 52, n. 11, pp. 1983–2000.
- BURAWOY, M. (2009). *The extended case method*. Berkeley, University of California Press.
- COCHRANE, A.; WARD, K. (2012). Researching the geographies of policy mobility: confronting the methodological challenges. *Environment and Planning A*, v. 44, n. 1, pp. 5-12.
- DEMERS, C. (2009). *Vancouver special*. Vancouver, Arsenal Pulp Press.
- DEZALAY, Y.; GARTH, B. G. (2000). *The internationalization of palace wars*. Chicago, University of Chicago Press.
- DUMINY J. (2013). *African Urban Research Initiative*. African Centre for Cities. Rondebosch, University of Cape Town.
- ELIASOPH N. e LICHTERMAN P. (1999). We begin with our favorite theory: reconstructing the extended case method. *Sociological Theory*, v. 17, n. 2, pp. 228-234.
- FAIRBANKS R. P. (2012). On theory and method: critical ethnographic approaches to urban regulatory restructuring. *Urban Geography*, v. 33, n. 4, pp. 545-565.
- FARIAS I. (2010). Introduction: decentering the object of urban studies. In: FARIAS, I.; BENDER, T. (eds.). *Urban assemblages*. London, Routledge, pp. 1-22.
- FARIAS, I. (2011). The politics of urban assemblages. *City*, v. 15, n. 3-4, pp. 365-374.
- FERGUSON, J. (2007). Formalities of poverty: thinking about social assistance in neoliberal South Africa. *African Studies Review*, v. 50, n. 2, pp. 71-86.
- FERGUSON, J.; GUPTA, A. (2002). Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. *American Ethnologist*, v. 29, n. 4, pp. 981-1002.
- FOURCADE-GOURINCHAS, M.; BABB, S. L. (2002). The rebirth of the liberal creed: paths to neoliberalism in four countries. *American Journal of Sociology*, v. 108, n. 3, pp. 533-579.
- FRIEDMANN, J. (1986). The world city hypothesis. *Development and Change* 17(1), 69-83.
- FRIEDMANN, J.; WOLFF, G. (1982). World city formation: an agenda for research and action, *International Journal of Urban and Regional Research* 6(3), 309-344.
- GRUGEL, J.; RIGGIROZZI, P. (2012). Post-neoliberalism in Latin America: rebuilding and reclaiming the state after crisis, *Development and Change* 43(1), 1-21.
- GUPTA, A.; SHARMA, A. (2006). Globalization and postcolonial states. *Current Anthropology* 47(2), 277-307.
- HACKWORTH, J. (2007). *The neoliberal city*. Ithaca, Cornell University Press.
- HARRIS, C. (2002). *Making native space*. Vancouver, University of British Columbia Press.
- HARRISON, G. (2010). *Neoliberal Africa*. London, Zed Books.

- HART, G. (2002). *Disabling globalization*. University of California Press, Berkeley.
- KALTWASSER, C. R. (2011). Toward post-neoliberalism in Latin America?. *Latin American Research Review* 46(2), 225-234.
- KOELBLE, T. A. (2004). Economic policy in the post-colony: South Africa between Keynesian remedies and neo-liberal pain. *New Political Economy* 9(1), 57-78
- LEITNER, H.; PECK, J.; SHEPPARD, E. (edits.) (2007). *Contesting neoliberalism: urban frontiers*. New York, Guilford.
- LEITNER, H.; SHEPPARD, E. (2014). Provincializing critical urban theory: extending the ecosystem of possibilities. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 40, n.1, pp. 228-235.
- MacDONALD, L.; RÜCKERT, A. (edits.) (2009). *Post-neoliberalism in the Americas*. Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- McCANN, E.; WARD, K. (edits.) (2011). *Mobile urbanism*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- McFARLANE, C. (2010). The comparative city: knowledge, learning, urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 34, n. 4, pp. 725-742.
- McFARLANE, C. (2011). *Learning the city*. Oxford, Wiley-Blackwell.
- McFARLANE, C. (2012). The entrepreneurial slum: civil society, mobility, and the co-production of urban development. *Urban Studies*, v. 49, n. 13, pp. 2926-2947.
- McFARLANE, C.; ROBINSON, J. (2012). Introduction: experiments in comparative urbanism. *Urban Geography*, v. 33, n. 6, pp. 765-773.
- McMICHAEL, P. (1990). Incorporating comparison in a world-historical perspective: an alternative comparative method. *American Sociological Review*, v. 55, n. 3, pp. 385-397.
- MERRIFIELD, A. (2013a). *The politics of the encounter*. Athens, GA, University of Georgia Press.
- MERRIFIELD, A. (2013b). The urban question under planetary urbanization, learning, urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, n. 3, pp. 909-922.
- MERRIFIELD, A. (2014). *The new urban question*. London, Pluto Press.
- MIGNOLO, W. D. (2013). On comparison: who is comparing what and why? In: FELKSI, R.; FRIEDMAN, S. (edits.). *Comparison*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, pp. 99-119.
- MITCHELL, K. (2004). *Crossing the neoliberal line*. Philadelphia, Temple University Press.
- NIJMAN, J. (2007). Introduction: comparative urbanism. *Urban Geography*, v. 28, n. 1, pp.1-6.
- OECD (2007). *Competitive cities*. Paris, OECD.
- ONG, A. (2006). *Neoliberalism as exception*. Durham, Duke University Press.
- ONG, A. (2011) *Worlding cities, or the art of being global*. In: ROY, A.; ONG, A. (edits.). *Worlding cities*. Oxford, Wiley-Blackwell, pp. 1-26.

- PARK, B-G.; HILL, R. C.; SAITO, A. (eds.) (2011). *Locating neoliberalism in East Asia*. Oxford, Wiley-Blackwell.
- PARNELL, S.; OLDFIELD, S. (eds.) (2014). *The Routledge handbook on cities of the global south*. London, Routledge.
- PARNELL, S.; ROBINSON, J. (2012). (Re)theorizing cities from the global South: looking beyond neoliberalism. *Urban Geography*, v. 33, n. 4, pp. 593-617.
- PEAKE, L.; RIEKER, M. (2013). Rethinking feminist interventions into the urban. In: PEAKE, L.; RIEKER, M. (eds.). *Rethinking feminist interventions into the urban*. London, Routledge, pp. 1-22.
- PECK, J. (2000). Doing regulation. In: CLARK, G. L.; FLEDMAN, M. P.; GERTLER, M. S. (eds.). (2000). *The Oxford handbook of economic geography*. Oxford, Oxford University Press, pp. 61-80.
- PECK, J. (2001). Neoliberalizing states: thin policies/hard outcomes. *Progress in Human Geography*, v. 25, n. 3, pp. 445-455.
- PECK, J. (2004). Geography and public policy: constructions of neoliberalism. *Progress in Human Geography*, v. 28, n. 3, pp. 392-405.
- PECK, J. (2010). *Constructions of neoliberal reason*. Oxford, Oxford University Press.
- PECK, J. (2012a). Austerity urbanism: american cities under extreme economy. *City*, v. 16, n. 6, pp. 626-655.
- PECK, J. (2012b). Economic geography: island life. *Dialogues in Human Geography*, v. 2, n. 2, pp. 113-133.
- PECK, J. (2013a). Explaining (with) neoliberalism. *Territory, Politics, Governance*, v. 1, n. 2, pp. 132-157.
- PECK, J. (2013b). For polanyian economic geographies. *Environment and Planning A*, v. 45, n. 7, pp. 1545-1568.
- PECK, J.; THEODORE, N. (2013). Reanimating neoliberalism: process-geographies of neoliberalization. *Social Anthropology*, v. 20, n. 2, pp. 177-185.
- PECK, J.; SIEMIATYCKI, E.; WYLY, E. (2014). Vancouver's suburban involution. *City*, v. 18, n. 4-5, pp. 386-415.
- PECK, J.; THEODORE, N.; BRENNER, N. (2013). Neoliberal urbanism redux?. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, n. 3, pp. 1091-1099.
- ROBINSON, J. (2006). *Ordinary cities*. London, Routledge.
- ROBINSON, J. (2011a). Cities in a world of cities: the comparative gesture. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, n. 1, pp. 1-23.
- ROBINSON, J. (2011b). The travels of urban neoliberalism: taking stock of the internationalization of urban theory. *Urban Geography* 32(8), 1087-1109.
- ROBINSON, J. (2014a). Introduction to a virtual issue on comparative urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, versão online, pp. 1-13.
- ROBINSON, J. (2014b). New geographies of theorizing the urban: putting comparison to work for global urban studies. In: PARNELL, S.; OLDFIELD, S. (eds.). *The Routledge handbook on cities of the global south*. London, Routledge, pp. 57-70.

- ROBINSON, J.; PARNELL, S. (2011). Travelling theory: embracing post-neoliberalism through Southern cities. In: BRIDGE, G.; WATSON, S. (edits.). *The New Blackwell companion to the city*. Oxford, Blackwell, pp. 521-531.
- ROY, A. (2009). The 21st-century metropolis: new geographies of theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, pp. 819-830.
- ROY, A. (2011a). Postcolonial urbanism, speed, hysteria, mass dreams. In: ROY, A.; ONG, A. (edits.). *Worlding cities*. Oxford, Wiley-Blackwell, pp. 307-335.
- ROY, A. (2011b). Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, n. 2, pp. 223-238.
- ROY, A.; ONG, A. (edits.). (2011b). *Worlding cities*. Oxford, Wiley-Blackwell.
- SADER, E. (2011). *The new mole*. London, Verso.
- SAGER, T. (2011). Neo-liberal urban planning policies: a literature survey 1990-2010. *Progress in Planning*, v. 76, n. 4, pp. 147-199.
- SASSEN, S. (1991). *The global city*. Princeton, Princeton University Press.
- SAYER, A. (1992). *Method in social science*. London, Routledge.
- SAYER, A. (1989) Postfordism in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 13, n. 4, pp. 666-695.
- SCOTT, A. J.; STORPER, M. (2015). The nature of cities: the scope and limits of urban theory. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, n. 1, pp. 1-15.
- SEEKINGS, J. (2013). Urban theory: the dream and its limits. IJURR Lecture, International Sociological Association RC21 Conference, Berlin, August 29-31.
- SEEKINGS, J.; KEIL R. (2009). The International Journal of Urban and Regional Research: an editorial statement. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 33, n. 2, pp. i-x.
- SHEPPARD, E. (2002). The spaces and times of globalization: place, scale, networks, and positionality. *Economic Geography*, v. 78, n. 3, pp. 307-330.
- SHEPPARD, E. (2014). Globalizing capitalism and southern urbanization. In: PARNELL, S.; OLDFIELD, S. (edits.). *The Routledge handbook on cities of the global south*. London, Routledge, pp. 143-154.
- SHEPPARD, E. et al. (2013). Provincializing global urbanism: a manifesto. *Urban Geography*, v. 34, n. 7, 893-900.
- SKOCPOL, T.; SOMERS, M. (1980). The uses of comparative history in macrosocial inquiry. *Comparative Studies in Society and History*, v. 22, n. 2, pp. 174-197.
- SMITH, D. A. (2000). Urbanization in the world system. In: HALL, T. (edit.). *A world systems reader*. Lanham, MD, Rowman and Littlefield, pp. 143-168.
- SÖDERSTRÖM, O. (2014). *Cities in Relations*. Oxford, Wiley-Blackwell.
- SPARKE, M. (2006). Political geographies of globalization (2): governance. *Progress in Human Geography*, v. 30, n. 2, pp. 357-372.
- SULEMAN, Z. (2011). *Vancouver dialogues*. Vancouver, City of Vancouver.
- TAYLOR, P. J. (2003). *World city network*. New York, Routledge.

- TAYLOR, P. J.; LANG, R. E. (2004). The shock of the new: 100 concepts describing recent urban change. *Environment and Planning A*, v. 36, n. 6, pp. 951-958.
- THEODORE, N.; PECK, J. (2012). Framing neoliberal urbanism: translating “common sense” urban policy across the OECD zone. *European Urban and Regional Studies*, v. 19, n. 1, pp. 20-41.
- THRIFT, N. (1993). An urban impasse?. *Theory, Culture and Society*, v. 10, n. 2, pp. 229-238.
- THRIFT, N. (1996). New urban eras and old technological fears: reconfiguring the goodwill of electronic things. *Urban Studies*, v. 33, n. 8, pp. 1463-1493.
- TILLY, C. (1984). *Big structures, large processes, huge comparisons*. New York, Russell Sage.
- TONKISS, F. (2011). Template urbanism: four points about assemblage. *City*, v. 15, n. 5, pp. 585-588.
- VAINER, C. (2014). Disseminating ‘best practice’?: the coloniality of urban knowledge and city models. In: PARNELL, S.; OLDFIELD, S. (edits.). *The Routledge handbook on cities of the global south*. London, Routledge, pp. 48-56.
- VARLEY, A. (2013). Feminist perspectives on urban poverty. In: PEAKE, L.; RIEKER, M. (edits.). *Rethinking feminist interventions into the urban*. London, Routledge, pp. 125-141.
- WACHSMUTH, D.; MADDEN, D. J.; BRENNER, N. (2011). Between abstraction and complexity: meta-theoretical observations on the assemblage debate. *City*, v. 15, n. 6, pp. 740-750.
- WALTON, J. (1990). Theoretical methods in comparative urban politics. In: LOGAN, J. R.; SWANSTROM, T. (edits.). *Beyond the city limits*. Philadelphia, Temple University Press.
- WARD, K. (2008). Toward a comparative (re)turn in urban studies?: some reflections. *Urban Geography*, v. 29, n. 5, pp. 405-410.
- YATES, J. S.; BAKKER, K. (2014). Debating the ‘post-neoliberal turn’ in Latin America, *Progress in Human Geography*, v. 38, n. 1, pp. 62-90.

## Capítulo 6

# Teoria urbana e geografia econômica nas encruzilhadas Norte-Sul: diálogos pós-estruturalistas e pós-coloniais

*Felipe Nunes Coelho Magalhães  
João Bosco Moura Tonucci Filho*

### Introdução

O panorama atual da teoria urbana, em interface com o campo da geografia econômica no cenário internacional, apresenta um leque amplo e diversificado de vertentes e renovações de abordagens dedicadas ao entendimento de processos socioespaciais contemporâneos, em sua grande maioria globais. Neste texto apresentaremos um breve retrato de recortes selecionados deste universo, na perspectiva das interseções possíveis com seus equivalentes brasileiro e latino-americano, tendo em vista oportunidades de trocas e formas de digerir e antropofagizar novos ingredientes advindos destes contextos outros. Não se trata de prover um panorama completo e que dê conta de toda a amplitude e diversidade das conversas e embates em curso, mas simplesmente de apresentar algumas perspectivas que consideramos férteis em suas possíveis interações com nosso ambiente de pesquisa e teorização. Na necessidade de tornar este trânsito efetivamente de mão dupla (considerando as lacunas existentes nos debates que nos dizem respeito diretamente, e a potencial fertilidade teórico-epistemológica das respostas e reações a nossas intervenções), e não mais reduzido a nossa tradicional coleta de elementos epistemológicos estrangeiros, tampouco pretendemos apontar para os temas, teorizações, metodologias e conteúdo empírico mais pertinentes nestes terrenos ampliados de diálogo. Tão somente propomos aqui alguns diálogos plurais nas encruzilhadas de encontros (e desencontros) entre Norte e Sul, particularmente em torno dos temas e debates teóricos e conceituais emergentes nas abordagens pós-estruturalistas e pós-coloniais.

## Pluralismo teórico-metodológico: diálogos pós-estruturalistas e economia (geo)política

Em linhas gerais, como pode ser verificado em Peck (2017, neste volume), há na última década uma continuidade (mas aprofundada sob novas bases epistemológicas e contextuais, como se verá adiante) do debate entre a economia política e o pós-estruturalismo<sup>1</sup>, que vem ocorrendo desde a ascensão deste no âmbito das disciplinas e dos discursos que se debruçam sobre questões socioespaciais na década de 1970<sup>2</sup>. No primeiro eixo, o tema do neoliberalismo ganha bastante espaço nas discussões posteriores à virada do século, tomando, de certa forma, o lugar que era ocupado pela questão da globalização e da cidade global nos anos 90. Neste contexto, os trabalhos de David Harvey permanecem, de modo bastante notável, como uma contribuição proeminente e em constante atualização acerca da dinâmica capitalista contemporânea em perspectiva geográfica. E mesmo dentro do marxismo a geografia e os estudos urbanos têm se aproximado de abordagens menos ortodoxas e mais arejadas, tal qual aquela encontrada na rica e extensa obra do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, que se deteve sobre temas como a vida cotidiana, o direito à cidade, a revolução urbana, a produção social do espaço, o Estado e a cidadania... No entanto, o campo da economia política urbana e espacial se diversificou para além desta perspectiva mais diretamente advinda do marxismo, abarcando também vertentes ligadas aos regulacionistas, a um diálogo com a economia política institucionalista e antropológica de Karl Polanyi na perspectiva da geografia econômica (Peck, 2013), e também, numa abordagem

---

<sup>1</sup> Já há algumas décadas, a teoria social vem se refazendo e se multiplicando sob o influxo do pensamento pós-estruturalista, que tem dentre suas principais referências os nomes de Gilles Deleuze, Michel Foucault, Roland Barthes, Jacques Derrida e Julia Kristeva (Williams, 2012). Ainda que o espectro de posições e perspectivas dentro desse campo filosófico sejam de notável amplitude e diversidade, poder-se-ia dizer, genericamente, que os autores pós-estruturalistas rejeitam as grandes narrativas da modernidade, as explicações totalizantes e os determinismos econômicos em favor de abordagens localmente contextualizadas, sensíveis à diferença, à contingência, à diversidade, ao fragmento, ao local. Elas vêm recebendo nomes variados (teoria ator-rede, pensamento relacional, teoria não-representacional, nomadologia etc.) na teoria social contemporânea, e, enquanto algumas se aproximam mais de um pensamento pós-marxista, outras se colocam em franca oposição ao legado marxista (e hegeliano).

<sup>2</sup> Um apanhado do diálogo paralelo a este, no contexto do pós-modernismo do fim da década de 1980, é apresentado por Soja (1993). Outras referências podem ser encontradas em Murdoch (2006) e Haesbaert (2012).



menos crítica, a uma continuidade dos estudos do pós-fordismo e do modo de acumulação flexível do ponto de vista de sua espacialidade dentro da chamada escola de Los Angeles (em Michael Storper e Allen Scott, por exemplo).

O pensamento pós-estruturalista tem influenciado profundamente a geografia humana e a teoria urbana. A sua influência estendeu-se a quase todos os campos do pensamento geográfico, particularmente ao estudo de culturas, economias e naturezas. Ademais, o pós-estruturalismo afetou não apenas *o que* a geografia estuda, mas também *como*, a partir do desenvolvimento de inovativos métodos de pesquisa qualitativa. Também se alteraram os estilos de escrita: de uma busca por comunicação através do rigor científico passou-se a uma maior ênfase na estética e no caráter inventivo dos textos e discursos geográficos. Para Murdoch (2006), dois impactos principais emergiram dessa aproximação: uma nova atenção às diferenças na identificação espacial, e um novo interesse em processos de emergência espacial.

No campo do pós-estruturalismo, assiste-se nos debates recentes uma ampliação de sua influência, um aprofundamento teórico e metodológico em sua interface com os estudos urbanos e a geografia econômica, e uma profusão de seus subgêneros. De modo geral e resumido, há um enfraquecimento relativo das abordagens do pós-modernismo mais influentes nas décadas de 1980 e 90, e um aprofundamento em três grandes linhagens teóricas que se tornam predominantes desde o início dos anos 2000, que podem ser identificadas por seus autores-chave: Michel Foucault (cuja publicação de seus últimos seminários no Collège de France neste período tem dado um impulso renovado à sua influência, que é colocada sobretudo diante dos trabalhos dedicados à questão do Estado, trazendo o olhar da *biopolítica e da governamentalidade* em diálogo e debate com os gramscianos e (neo-)marxistas de modo geral dedicados a estes temas)<sup>3</sup>, Bruno Latour (principalmente no que diz respeito à teoria ator-rede e à agência do imaterial e do não-humano)<sup>4</sup>, e Gilles Deleuze e Félix Guattari (na mobilização de inúmeros de seus conceitos e elaborações na geografia humana de modo geral, com destaque para a noção de *agenciamento* [*assemblage*], que vem se tornando uma nova epistemologia em ciências sociais, bem como

<sup>3</sup> Por exemplo: Foucault (2000, 2008, 2008b).

<sup>4</sup> Latour (2012, 2013).

uma ferramenta teórico-metodológica crescentemente utilizada na geografia urbana anglófona atual)<sup>5</sup>.

Há, deste modo, uma profusão de novos temas, metodologias e abordagens neste terreno ampliado da interface do pós-estruturalismo com a pesquisa e os discursos espaciais, que por sua vez, engendram novas colorações e formas de interação nas rodadas atuais dos debates com o campo da economia (geo)política<sup>6</sup>. Dentre tais formas de interação, destacamos de antemão uma busca deliberada por vias conciliatórias e diálogos produtivos entre estes dois conjuntos, como vem ocorrendo em inúmeras elaborações marxistas-foucaultianas (tal qual nos trabalhos de Michael Hardt e Antonio Negri, dentre outros). Uma defesa aberta deste terreno compartilhado e das conciliações possíveis é proposta no campo mais específico da geografia econômica por Trevor Barnes e Eric Sheppard (2010), que propõem a necessidade de abordagens que perpassem perspectivas distintas – muitas vezes posicionadas em oposição explícita umas às outras – a partir da ideia de que o olhar de uma só vertente tende a ser insuficiente para a teorização e a compreensão adequada da complexidade e do intrínseco caráter multifacetado dos processos socioespaciais contemporâneos. Julgamos ser este um caminho fértil, por abrir possibilidades de análises mais pormenorizadas de escolhas teórico-metodológicas de elementos menores contidos em cada grande agrupamento epistemológico, permitindo portanto que aproveitemos partes pertinentes e construamos novas montagens a partir de ingredientes que tenderam a se separar e se opor de forma apriorística nas últimas décadas em função de um debate pouco nuançado e excessivamente binário.

Neste sentido (não necessariamente respondendo ao chamado daqueles autores), mais recentemente emerge uma série de abordagens que se enquadram neste terreno de interseção e encontro criativo entre a economia política do espaço e o pós-estruturalismo em suas diversas linhagens, que mesmo reconhecendo suas diferenças explicitadas, perpassam suas vias internas em busca de elementos adequados que são combinados e colocados em diálogo

<sup>5</sup> Deleuze; Guattari (1995); DeLanda (2006); City (2011).

<sup>6</sup> Para um exemplo de um debate frontal entre expoentes destas duas vertentes, ver a intervenção inicial de Amin e Thrift (2005), as réplicas em Smith (2005) e Harvey (2006), e a tréplica em Amin e Thrift (2007). Para uma crítica das abordagens latouriana e deleuzoguattariana nos estudos urbanos recentes por parte de autores vinculados a uma vertente lefebvriana-marxista mais atual ver Brenner et al. (2012), e a defesa/réplica de McFarlane (2011).

na formulação de novos olhares e abordagens. Alguns exemplos, além da busca por diálogos produtivos no campo dos estudos urbanos em Peck (2017, neste volume): os estudos acerca da pobreza relacional e dos espaços de encontro em Lawson e Elwood (2014); a abordagem do estudo de redes aplicada à violência dos espaços formados pelos circuitos da logística internacional contemporânea em Cowen (2014); a abrangente produção acadêmica da geografia econômica de cunho feminista em seus guinadas perspectivistas indispensáveis na crítica da produção dos espaços econômicos contemporâneos<sup>7</sup>; os estudos de dinâmicas geográficas de transferências e mobilidades de políticas públicas (*policy mobilities*)<sup>8</sup>; dentre vários e muitos outros.

Storper e Scott (2015) identificam três vertentes emergentes principais no debate contemporâneo em teoria e estudos urbanos: a teoria urbana pós-colonial; as abordagens urbanas da teoria do *agenciamento*; e o urbanismo planetário. Aqueles autores oferecem uma crítica sucinta de cada um destes grupos a partir de uma defesa da teoria e da tentativa de encontrar terrenos em comum numa ampla variedade de recortes empíricos urbanos, situados em contextos distintos ao redor do mundo, tal qual invoca a vertente pós-colonial, no entanto sem abrir mão de teorias capazes de cruzar contextos que este grupo condenaria como universalistas. Na abordagem de Storper e Scott, o pós-estruturalismo predominante nos dois primeiros agrupamentos tende a negar não somente a capacidade de qualquer teorização de se aplicar e auxiliar na compreensão de fenômenos e processos socioespaciais situados em contextos radicalmente distintos, mas também, como já delineado por Peck (2017, neste volume), a importância das escalas ou de abordagens trans-escalares resultantes. Frequentemente há um alinhamento a abordagens de “ontologias planas”, sintonizadas ao paradigma de mapeamento de associações nano-escalares da teoria do ator-rede (Latour, 2012), ou a uma influente defesa de uma “geografia humana sem escala” (Marston et al., 2005).

No entanto, outros autores contemporâneos que se baseiam nas guinadas epistemológicas promovidas por Deleuze e Guattari, Gabriel

<sup>7</sup> Por exemplo: McDowell (1991; 1992; 2007), Silvey (2012), Wright (2006, 2010), Peake e Rieker (2013), Leyshon e Bondi (1994), Oberbauser (2003).

<sup>8</sup> McCann (2011), McCann e Ward (2012), Temenos e McCann (2013), Peck e Theodore (2012).

Tarde ou Alfred North Whitehead, fornecem possibilidades de se pensar as perspectivas conceituais do agenciamento, da monadologia e da predominância do *devoir* em termos escalares (DeLanda, 2006, p. 6; 17; 28; 32; 39). A mobilização da ideia de agenciamento não implica necessariamente uma perspectiva monoescalar dos processos sociais. Agenciamentos podem variar em escala, sendo compostos por entes sempre menores, sempre divisíveis noutros agenciamentos menores, o que implica o caminho contrário, da permanência da possibilidade de análise de redes de maior envergadura, mesmo que não as vejamos como unidades coesas. Ou, em resposta a um ponto de vista informado por Latour (2012), seus *actantes* podem frequentemente gerar vetores que se replicam em grandes quantidades de reproduções idênticas, que por sua vez atuam em diferentes locais e redes, em diferentes formatos de interação com receptores distintos. Bons exemplos de ações desta natureza podem ser encontrados no âmbito do Estado-nação, ou da macroeconomia, como um agenciamento de diferentes sujeitos e dinâmicas capazes de gerar novos vetores multiplicados em semelhantes inúmeros. Por cobrirem escalas geográficas ampliadas, eles se traduzem em uma quantidade ampliada de dinâmicas localizadas – que podem produzir resultados distintos de acordo com o formato da interação com elementos locais estabelecidos em cada lugar. Há, assim, uma geografia relacional mais adensada em determinados agenciamentos cuja capacidade de ação escalar é mais ampliada. Não necessariamente a análise das dinâmicas criadas através das ações destes agentes é realizada através de sobrevoos distanciados (como no ponto de vista latouriano acerca de muitas abordagens críticas, como na economia política) – e a pertinência da perspectiva pós-estruturalista de redes adensadas entre agenciamentos distintos não significa necessariamente um abandono da escala. Esta perspectiva pode, pelo contrário, enriquecer as interpretações e análises escalares, mapeando zonas de maior densidade de agentes capazes de engendrar vetores que se reproduzem e se espalham, que são condutores de dinâmicas replicadas em inúmeros territórios distintos, ou seja, que atuam em escalas mais amplas.

Deste modo, as perspectivas abertas pelo pensamento pós-estruturalista estão ainda a fecundar novas fronteiras teóricas, metodológicas e epistemológicas no campo da teoria urbana. Elas contribuem para a apreensão teórica da cidade como uma montagem de montagens, agenciamento de agenciamentos, que podem ser desmontadas

e remontadas de múltiplas maneiras, revelando a complexidade das relações entre componentes heterogêneos, díspares ou híbridos (humanos e não-humanos, materiais e imateriais) que estão por trás da emergência ou dissolução de modos singulares de produção do espaço. A maior sensibilidade do pós-estruturalismo à multiplicidade e à diferença, pensados sempre relacionalmente, desafia as grandes narrativas e as tentativas de estabilização e congelamento do potencial do espaço em gerar fenômenos e encontros insuspeitos e emergentes. Ao contrário, é nas bordas, fronteiras e superfícies geralmente ignoradas que esse pensamento encontra seu campo mais fértil de reflexão e atuação. Sua potência crítica reside na desestabilização de essencialismos absolutos, no rompimento de dicotomias e dualismos teóricos, no dar voz a novos atores e a novos modos de existência e de resistência.

## Diálogos pós-coloniais: novas geografias da teoria urbana

Como já apontado, outra abordagem mais específica que se insere neste panorama, e que permite a própria meta-reflexão acerca de nossa importação de alguns de seus elementos, é a entrada dos estudos urbanos, inúmeras vezes de mãos dadas com a geografia econômica, no campo do pós-colonialismo, e do profundo e abrangente quadro da crítica pós-colonial em contato com linhagens do pós-estruturalismo que vem ocupando terrenos importantes na filosofia e nas ciências humanas em geral, sobretudo na produção acadêmica dos países centrais nas últimas décadas. Como já indicado em Peck (2017, neste volume), a influência do pós-colonialismo nos estudos urbanos produziu um volume bastante significativo de pesquisas e publicações influentes desde o início dos anos 2000. Neste quadro, nota-se a pequena presença (relativa aos outros grupos) da interface com a vertente latino-americana do pensamento pós-colonial – tal qual representada, por exemplo, pelo grupo modernidade-colonialidade<sup>9</sup>. Percebe-se, nos estudos urbanos pós-

---

<sup>9</sup> Ver < [https://es.wikipedia.org/wiki/Grupo\\_modernidad/colonialidad](https://es.wikipedia.org/wiki/Grupo_modernidad/colonialidad) > (consulta em novembro/2015). Alguns latino-americanos proeminentes no campo dos estudos urbanos e da geografia humana vêm realizando férteis diálogos com a teorização deste grupo – por exemplo, Vainer (2014), Porto-Gonçalves (2010), Porto-Gonçalves e Quental (2012). No entanto, dentre os urbanistas pós-coloniais aqui descritos, há uma ausência marcante da América Latina dentre suas intervenções mais influentes e conhecidas.

coloniais, uma influência mais forte das perspectivas africanas, asiáticas e do meio oriente – em termos teóricos ligados às concepções de pós-colonialismo correspondentes a estas regiões, e na empiria dos autores pertencentes a este grupo, dentre os quais destacamos Ananya Roy (2009), Jennifer Robinson (2006), AbdouMaliq Simone (2010, 2014), dentre outros (ver Peck, 2017, neste volume).

As cidades do Sul global têm estado tanto na periferia da análise urbana quando corporificam processos e realidades urbanas que são largamente ignoradas quando de sua análise. Ainda que Abdou-Maliq Simone (2010, p. 14) enfatize que as cidades do Sudeste da Ásia, do Oriente Médio e da África por ele estudadas não possam ser englobadas em um consolidado e abrangente arcabouço para comparação, elas compartilham, todavia, legados coloniais, trajetórias de desenvolvimento, articulações geopolíticas, circuitos de troca, e desafios comuns. Ademais, elas avançam em direção umas às outras na medida em que buscam estratégias econômicas e políticas para se “normalizarem” como cidades viáveis conforme padrões largamente estabelecidos por noções ocidentais de modernidade.

Em seu importante livro *Ordinary Cities*, Jennifer Robinson (2006) argumenta que a teoria urbana ocidental desenvolveu-se – e se tornou canônica – adotando como referência central de suas reflexões e estudos as metrópoles do norte industrializado. Enquanto as cidades ditas desenvolvidas eram identificadas como centros dinâmicos portadores de uma urbanidade tipicamente moderna, às metrópoles do 3º mundo recaíam as caracterizações de incompletude, subdesenvolvimento e dependência em relação às noções de urbanidade importadas do Ocidente desenvolvido. Contra essa tradição arraigada nos estudos urbanos, a autora propõe uma abordagem pós-colonial que reconheça a vitalidade e criatividade de *cidades ordinárias* que não se enquadram no perfil da metrópole industrial ocidental. Com a ideia de *cidades ordinárias*, Robinson procura trazer de volta à teoria urbana a cidade em toda sua complexidade e diversidade, para além do dualismo reducionista entre as cidades globais e as megacidades do Sul global: aquelas, entendidas como centros modernos e dinâmicos da economia global; estas, como cidades precárias, problemáticas e carentes avaliadas em referência aos níveis de desenvolvimento das cidades do 1º mundo. Ademais, contra o etnocentrismo paroquial e a tendência de categorização hierárquica de cidades – traços típicos das abordagens de

desenvolvimento urbano e das cidades globais –, a autora defende a estratégia de um urbanismo comparativo calcado na ideia da diferença como diversidade, apontando assim para um campo global de estudos urbanos que possa se situar entre o universalismo abstrato das teorizações gerais e a incomensurabilidade de experiências locais, particulares.

A partir de uma abordagem pluralista e cosmopolita, Robinson (2006) procura reconhecer trajetórias diversas de modernidade e desenvolvimento, assim como prestar atenção tanto aos contextos locais quanto às redes de conexão e circulação da modernidade, essa pulsão social por novidade e transformação que atravessa várias culturas. Para aquela autora, todas as cidades combinam e inventam diferentes modos de ser moderno. Há aqui uma clara inspiração pós-colonial de entendimento da modernidade não apenas como imitação, mas como circulação descentrada na qual cada lugar se apropria criativamente de múltiplas modernidades. O que implicaria, no nosso meio acadêmico, passar do discurso crítico do Brasil como mero receptor de “ideias fora do lugar” à prática antropofágica defendida pelos Modernistas de 1922.

A construção da modernidade urbana ocidental, nos diz Robinson (2006), assentou-se sobre uma ficção: a invenção do outro primitivo, invariavelmente identificado com o atrasado, o rural, o comunitário, as sociedades fechadas, estáticas e sem história etc. Na concepção da Escola de Chicago de sociologia urbana, o processo de industrialização-urbanização dissolvia os modos de vida comunitários no individualismo das relações de mercado. A autora vai se apoiar na obra de Walter Benjamin para inverter esse argumento. A partir da exploração de *fantasmagorias* – expressão de futuros diferentes contidos nas formas herdadas do passado que marcam a paisagem histórica da cidade –, Benjamin entrevê uma coexistência dialética entre o moderno e o tradicional na cidade, o que nos permitiria pensar no potencial de outras urbanidades. Ela recorre também à Escola de Manchester de antropologia urbana, que questionou muito dos pressupostos da Escola de Chicago no que se refere à universalidade de um modo de vida especificamente urbano, centrado no anonimato, no individualismo, na atomização social e no desenvolvimento de uma atitude *blasé* e indiferente frente ao excesso de estímulos da metrópole moderna. As pesquisas etnográficas desenvolvidas em cidades na

África central por esses antropólogos revelaram diversos modos de vida urbana fora do Ocidente que desafiavam tais caracterizações do que seria a cidade. Para entendimento da urbanização africana, apoiaram-se na ideia de “tribalismos urbanos” como reconhecimento da apropriação e transformação de práticas e costumes ditos “tradicionais”, como relações de comunalidade, solidariedade e reciprocidade, mas envolvidas na produção de novos sentidos de modernidade.

Em debate com Neil Brenner, Ananya Roy (2014)<sup>10</sup> propõe novas geografias de teoria para além do universalismo da teoria urbana ocidental. Mas, em um movimento não simétrico ao de Robinson, a autora acredita que, ainda que reconheçamos o provincialismo – a especificidade contextualmente localizada – de toda teoria, não devemos perder de vista que toda teorização é também generalizante, o que não implica pretensões universalistas. Trata-se de, antes de defender a diversidade e especificidade, ampliar os contextos a partir dos quais se pode teorizar. Na mesma conversa, Brenner (2014) defende uma maior reflexividade sobre as categorias usadas e sobre os contextos a partir dos quais se pode generalizar teoricamente. Nessa perspectiva de uma hermenêutica crítica, o provincialismo é uma estratégia para desconstruir o universalismo da teoria urbana ocidental, mas que, em si mesmo, pode levar apenas à defesa da multiplicidade e diferença sem nenhuma generalização. Para Brenner, o desconstrutivismo seria um primeiro momento, mas que deveria vir acompanhado em sequência do esforço generalizante de construção de categorias teóricas mais amplas. Roy, inspirada metodologicamente pela leitura contra-pontual de Edward Said, concorda que o gesto de provincializar a teoria não é um movimento suficiente, e que é preciso generalizar, mas não a partir de comunalidades e similaridades, mas da disjunção, da discrepância e da divergência de processos.

É bem sabido que faz-se necessário, ao entrar neste debate, ter sempre em vista a cautela com o (neo-)colonialismo que se faz presente no próprio âmbito da produção científica, com o risco da validação da teorização do sul somente a partir de moldes construídos pelos centros mais poderosos e produtivos do norte

<sup>10</sup> BRENNER, Neil; ROY, Ananya. *Podcast 3 – Harvard GSD Urban Theory Lab* (disponível em: < <http://www.urbantheorylab.net/podcast/podcast-3-ananya-roy/> >



global, que atuam na predefinição e no enquadramento desejado do que é pertinente ser dito, pesquisado, teorizado – o que é uma preocupação marcante da escola da modernidade-colonialidade citada acima.

Ademais, há o problema das barreiras ditas linguísticas, manifesto não raramente no dramático desconhecimento, por parte dos pesquisadores do norte, da extensa e variada produção já existente sobre as cidades do Sul global que é produzida no próprio sul, geralmente na língua nativa de seus pesquisadores. Tal desconhecimento alcança um tom perversamente colonialista – para não dizer cômico – na postura celebratória de certos acadêmicos do norte quanto ao ineditismo de suas pesquisas, que estariam a inaugurar frentes nunca antes investigadas, quando no mais estão “reinventado a roda” de muito que já foi pensando, debatido e escrito em seus contextos originais. É curioso como temas como *informalidade*, *autoconstrução* e *periferia* entraram há tão pouco na agenda e no campo léxico dos estudos urbanos anglo, quase sempre sem referência às décadas de estudos a que pesquisadores brasileiros – e latino-americanos, africanos, indianos etc. – se dedicaram a desvelar as especificidades dos nossos processos de produção do espaço urbano. Romper tais barreiras é um importante passo para aprofundar as trocas e diálogos norte-sul sem reiterar, no âmbito da produção do conhecimento, as assimetrias da ordem mundial. Mas é justo também considerar que há exceções, e que várias leituras do norte sobre o sul – tanto por se darem a partir do olhar de um “outro” que não nós, e de recorrerem a abordagens teóricas e metodológicas distintas das nossas – também nos iluminam, provocativamente.

## O retorno da pesquisa comparada, a contribuição latino-americana e o neoliberalismo

A agenda atual da pesquisa urbana no Brasil tem férteis terrenos de diálogo com essas linhagens de debates e intervenções nos estudos urbanos e na geografia econômica do norte, inclusive em termos estritamente teóricos – mas também a partir das questões que se fazem pertinentes no nosso contexto contemporâneo, que passa por um ponto de inflexão significativo, convocando uma série de reflexões renovadas. Há um grande volume de pesquisas e publi-

cações da última década sobre os efeitos do retorno do crescimento econômico (entre 2004 e 2010) em moldes ligados ao chamado *lulismo* sobre as cidades e o planejamento urbano, já constituindo material suficiente para uma avaliação crítica de todo o bloco. Este exercício guarda o potencial de invocar questões que esta literatura lança para o ponto de inflexão atual, bem como nas reflexões acerca de seu próprio significado do ponto de vista da produção do espaço (crise do *lulismo*; novo ciclo de lutas urbanas; nova rodada de movimentos sociais fora da influência do Estado; esgotamento do modelo primário-exportador distributivista; neoconservadorismos mostrando suas faces em público, bem como seu caráter fortemente urbanizado; efeitos concretos e visíveis da mudança climática e suas relações com o urbano; transformações sociais e especiais nas periferias metropolitanas; dentre inúmeros outros temas emergentes).

Deste modo, é importante reconhecer as grandes contribuições e oportunidades trazidas pela proeminência recente da urbanização e da cidade do Sul global nos circuitos acadêmicos do norte. Abrem-se possibilidades de contato direto com elementos trazidos de outros contextos também periféricos que podem nos servir como referências importantes no estudo da urbanização brasileira em seus processos atuais, bem como perspectivas comparativas também com cidades e processos urbanos do norte, capazes de revelar aspectos significativos de nossas particularidades – apontando-se assim para outra agenda de pesquisa que se relaciona diretamente a esta ascensão do sul urbano (na teoria e na prática), qual seja, o retorno da comparação como método nos estudos urbanos.

O estudo de Abu-Lughod (1999) acerca das cidades globais americanas baseava-se na necessidade de compreensão da construção histórica daquela condição global do fenômeno urbano em determinadas metrópoles, numa perspectiva crítica da abordagem das cidades globais, que ao longo da década de 1990 teria proposto o ineditismo de tal condição, trabalhando o conceito de forma a-histórica. Para Abu-Lughod, estas características foram sendo construídas ao longo de muito tempo, sendo que no último quarto do século XIX, as grandes cidades norte-americanas já eram marcadas, em grande medida, por aquilo que o estudo das cidades globais no final do século XX ressaltaria como uma nova forma de excepcionalidade urbana a partir da hiperconexão em fluxos mundializados. Neste sentido, Abu-Lughod se dedica ao estudo comparado

entre as metrópoles de Nova York, Chicago e Los Angeles, como um método capaz de revelar diferenças e semelhanças de cada uma, construídas não de forma repentina, com a nova globalização decorrente da abertura das economias fordistas-keynesianas relativamente fechadas entre os anos de 1930 e a crise da década de 1970 nos países de centro, mas ao longo de suas trajetórias geo-históricas particulares, muito anteriores a este processo de reestruturação recente.

Mais recentemente, e trazendo este enquadramento teórico-metodológico para o plano das cidades do Sul global, Robinson (2011a) defende a comparação entre (históricos de) lugares inseridos em contextos distintos de uma série de críticas em torno da validade metodológica deste tipo de abordagem – que supostamente levaria a comparações e paralelos indevidos, entre processos radicalmente distintos (“laranjas e bananas”, nos termos dos economistas). Para Robinson, no entanto, as comparações ajudam a revelar a natureza dos próprios processos, e a trazer à tona as particularidades dos contextos sub-representados na teorização (do norte), que são definidoras de resultantes socioespaciais locais. Aquela autora defende que a interconectividade inerente às cidades no mundo

“might inform our eagerness to proliferate conversations across scholarships embedded in different urban contexts at the same time as it directs us to new units of comparison. Their diversity and multiplicity might inspire us to be quick to unsettle parochially derived theoretical certainties through engagement with different cities even as we embrace more nuanced forms of explanation and method appropriate to the complexity of cities. An urban theory on a world scale could, then, potentially draw more cities into shared fields of analysis, and be characterized by multiple, frequently unsettled and hopefully unsettling conversations about the nature and the futures of cities in the world. This style of theorizing would be neither a parochial universalism nor a uniform global analytical field but a rich and fragmented array of ongoing conversations across the world of cities” (Robinson, 2011a: 20)

Noutra intervenção, Robinson (2011b) defende a comparação entre cidades situadas em contextos distintos, em torno de eixos transversais (como o processo de neoliberalização) em que a compa-

ração auxilia na compreensão do próprio fenômeno em seu sentido mais amplo, e não somente das localidades em questão. Para aquela autora,

“analyses of neoliberalism have framed very useful opportunities for prolific engagements across different urban experiences, but the (?) analytical consequences of this move for thinking across different cities have not been very explicitly developed. This is partly because there has been a relative lack of formal comparative reflection across different urban experiences of neoliberalization, which has in turn limited explicit theorization of urban neoliberalization in an international mode. There is much promise, then, for internationalizing accounts of urban neoliberalism, but these limits mean that innovative, revisable accounts responsive to the diversity of urban engagements with neoliberalism have yet to emerge” (...) “One of the reasons for these relative limitations of comparative thinking and international theory-building lies, I suggest, in the dominant theoretical approaches—Marxism, and a Foucauldian-Deleuzian approach—used to analyze the urban processes of neoliberalization. On the one hand, a regulationist version of Marxism has drawn attention to the functionality of urban differentiation and urban-scale innovations in neoliberalization: a functionality, firstly, of the broad regulatory system (and thus neoliberalism) to the capitalist system and, secondly, of the urban to the reformulation of neoliberalism in order for it to be better able to secure a spatial or policy fix for capitalism (Jessop, 2002; Peck et al., 2009). On the other hand, an anthropologically inflected Deleuzian approach has promoted a “low-flying” theoretical analysis that decomposes neoliberalism into multiple governmental technologies dispersed in non-predetermined ways and assembled alongside many other components of social and political orders to constitute specific and diverse outcomes (Ong, 2007; Hoffman et al., 2006). The structured dynamics of urban processes and urban politics are occluded in both approaches: the first through a functionalism in the last instance (in otherwise sophisticated accounts) that does not leave space to take the tasks and projects of governing local urban contexts as a starting point for theoretical analysis; the second because the Deleuzian dispersal/recomposition analysis similarly evacuates the terrain of the urban as a distinctive, structured, and systematic site of politics.

As a result, in my view, both approaches too easily relegate the politics of urban neoliberalization to the specificity of context (although differently so) and do not interrogate these processes in their own right” (Robinson, 2011b: 1088).

Assim, a perspectiva globalizada e transnacional invoca a necessidade de entender processos também transnacionais através de seus históricos situados numa gama mais ampliada de cidades e regiões daqueles abordados e considerados na teoria urbana tradicional: caso contrário, a própria teorização tende a ser de pouco poder explicativo na maior parte do mundo (Robinson, 2011b: 1092). E a comparação, ao entender trajetórias locais em seus próprios termos, ajuda não somente a evitar o risco da rigidez da teoria deslocada e carregada a determinado local, mas permite um fértil movimento baseado no entendimento da *dependência da trajetória* [*path-dependence*] de cada localidade em perspectiva comparada.

No entanto, é a partir deste encadeamento, pertinente e necessário até este ponto, que abre-se uma janela para um movimento de negação do próprio processo de neoliberalização em determinadas localidades, tratadas como excepcionais em relação ao tema, e situadas justamente neste agrupamento de cidades do sul que esta abordagem vem logrando levar para as salas principais da teoria urbana. É claro que não se deve negar de antemão tal possibilidade, sendo perfeitamente possíveis as trajetórias desvinculadas de processos neoliberais e/ou inseridas em experiências de verdadeira superação daquele modo de regulação e governo, ou ainda vinculadas a outros formatos de governança ou em que a ausência do Estado não se relaciona a processos neoliberais, mas a dinâmicas geo-históricas de outras naturezas (ver também Robinson, 2011c). Podemos inclusive enquadrar algumas experiências brasileiras de política urbana, em curso e/ou na história da política urbana pós-1988, como tentativas de engendrar estas trajetórias de exceção em relação à tendência e à dinâmica mais amplas. Mas há um risco em cena, de que toda esta movimentação epistemológica em torno do urbano do Sul global se vincule, através inclusive de suas ligações com o próprio pós-estruturalismo de forma geral, a uma ideia de que cidades do sul tendem a ser campos de exceção em relação ao neoliberalismo urbano (tido como o tom atualmente dominante nos estudos urbanos críticos do norte a ser criticado como “aquilo que

não necessariamente verificamos no sul”). O que, como sabemos, a experiência latino-americana demonstra não ser válido, em incontáveis casos, apesar das experiências progressistas em política urbana e em determinados governos nacionais da região – ainda que de formas bastante variadas em ambos. Na seguinte afirmação, mesmo reconhecendo a importância de sua proposta de diversificação de pontos de partida de análise, ressaltamos que Robinson perde de vista o fato da *crítica* ao neoliberalismo (no plano da discussão teórica e no que diz respeito às ações de movimentos diversos desde a década de 1980) não ser um produto do norte importado pelo sul, ao contrário do próprio conjunto de políticas e reestruturações governamentais neoliberais, muitas vezes importados por imposição.

“Specifically, we question the extent to which the diversity of urban outcomes with which neoliberal policy circuits are associated necessarily contributes to a wider project of neoliberalization initially specified in its northern idiom. We suggest that this opens up important spaces for urbanists to contribute to present projects concerned to forge alternative forms of urban development, and to consider alternative starting points for theorizing urban processes” (Robinson, 2011c: 529).

Parecem ser estes os fundamentos de posteriores críticas ao paradigma do neoliberalismo urbano a partir de um ponto de vista supostamente representativo das especificidades da urbanização do Sul global. Seekings (2013), por exemplo, baseia-se numa concepção da teoria urbana como um discurso intrinsecamente em busca de formulações teóricas universais. Toma-se a cidade sul-africana como exemplo de um processo de urbanização cuja complexidade escapa às tentativas, supostamente advindas do norte, de teorização universal, que estariam sendo dominadas pelo paradigma dedicado aos estudos do neoliberalismo urbano, em função de uma série de dinâmicas contemporâneas que iriam na direção oposta, da reconstrução de estruturas coletivas a partir do crescimento econômico engendrado pela vinculação das economias da região ao dinamismo chinês.

Sem entrar no mérito da própria África do Sul – que nos escapa em muito, mas poderia ser abordada através de relatos acerca da entrada do neoliberalismo naquele país<sup>11</sup> – as formas de hibridi-

---

<sup>11</sup> Por exemplo: Klein, 2009; Bond, 2014; Desai, 2003; Ashman et al.; 2011; Roos, 2013; Narsiah, 2002.

zação neoliberalismo-patrimonialismo encontráveis no aparato regulatório e na dinâmica de acumulação entrecruzados à urbanização brasileira contemporânea serve como um contraponto em potencial. Ademais, a experiência metropolitana latino-americana, ao combinar claramente urbanismo meridional com neoliberalismo urbano, constitui uma irônica exceção a este argumento da excepcionalidade, crítico da suposta busca por universalidade da teorização em torno da cidade neoliberal (talvez por ter seus principais autores baseados nos centros).

A postura de abertura teórico-metodológica destas abordagens, aparentemente sob influência do agenciamento deleuziano (DeLanda, 2006), com a qual concordamos em relação a seu fértil potencial, e não somente para contextos periféricos, revela agenciamentos em que processos neoliberais se vinculam a formas de poder muitas vezes pré-modernas e não-capitalistas, e que resistem a rodadas históricas diversas de modernização institucional e jurídica. Estas se tornam peças essenciais para o entendimento apropriado das variações do neoliberalismo em inúmeras regiões do sul global, sobretudo em partes da América Latina – mas deve-se reconhecer que na ausência do próprio processo de neoliberalização como um componente que interage com outras peças/dinâmicas (muitas vezes extra-econômicas), também é impossível compreender os agenciamentos do poder contemporâneo, que geram resultantes urbanos significativos na região. E estas mesclas que também se fazem cada vez mais presentes no norte, num refortalecimento de formas de poder semelhantes aos da velha aristocracia rentista europeia através do aprofundamento da financeirização da cidade através do neoliberalismo urbano como na conceituação da “cidade parasita” de Merrifield (2014: 109).

Assim, nos termos desta crítica da conceituação da cidade neoliberal que pretende falar pelo sul, ironicamente deixa-se de reconhecer a diversidade de situações e de trajetórias geo-históricas muito distintas que compõem o amplo repertório da categoria da metrópole do sul global, unidas por suas relações com o norte e a herança colonial quase sempre presente nestes territórios, mas com diferenças e especificidades marcantes entre elas. Deixa-se também de tratar das origens meridionais do próprio neoliberalismo na experiência do Chile como laboratório dos *Chicago boys* no início do regime Pinochet (também abordado por Klein, 2009). Ademais,

podemos considerar também como o alcance do neoliberalismo no contexto meridional do caso brasileiro foi decisivo ao ponto de criar uma força contrária à dinâmica de democratização iniciada na década de 1980, neutralizando partes importantes de seus efeitos em potencial, o que gera consequências significativas para a metrópole, inclusive num conjunto de restrições às experiências das gestões municipais antenadas ao ideário distributivo, de justiça social e de democracia participativa da reforma urbana. Como indicado por Emilio Pradilla Cobos (2014),

A privatização do público, que entrega ao capital privado as empresas produtivas, comerciais, de serviços e as condições gerais de acumulação e de reprodução social sob controle, inclui muitos âmbitos públicos urbanos: solo e imóveis públicos, praças, parques, reservas naturais, estradas, serviços sociais, áreas recreativas etc., integrando-os a um amplo, profundo e incessante processo de mercantilização de todos os elementos da estrutura urbana, inclusive os não produzidos pelo homem. Paradoxalmente, esta privatização foi mais acelerada, profunda e extensa nos países latino-americanos que nos capitalistas hegemônicos, sobretudo os europeus, devido fundamentalmente à baixa capacidade defensiva real dos trabalhadores e cidadãos latino-americanos diante das investidas privatizadoras de seus governantes e empresários neoliberais, em comparação àquela dos cidadãos europeus com grande tradição histórica de luta defensiva de suas conquistas sociais e suas condições de vida. Estes fatos, empiricamente verificáveis, mostram o caráter desigual dos processos, que também se manifesta entre os países latino-americanos e suas cidades, no que diz respeito ao tempo, à intensidade e à profundidade, o que obriga sua diferenciação e particularização (Cobos, 2014: 44).

De forma mais ampla, trazer esta agenda da pesquisa comparada redefinida nestes termos de volta ao contexto latino-americano/meridional, aos seus pressupostos ontológicos<sup>12</sup> e suas próprias questões iniciais que orientam o trabalho de pesquisa e teorização, implica uma necessidade de (re-)tradução desta tentativa de teorização conduzida pelo norte/ocidente, que em sua pers-

---

<sup>12</sup> Terrenos férteis de teorização mais aprofundada podem ser abertos através de eventuais interfaces, nos estudos urbanos e campos adjacentes (e não somente nesta linhagem dos urbanismos pós-coloniais), com os debates em curso dentre antropólogos contemporâneos acerca da *guinada ontológica* (Castro, 2014; Graeber, 2015).



pectiva pode ser uma forma de encaixe e ajuste que dê conta das diferenças que o sul/oriente carrega (em relação ao próprio norte, onde está baseada esta perspectiva teórica) no bojo de suas variadas formações socioeconômico-espaciais. No século passado, a comparação com os centros leva na direção de uma forma de pensamento que enfatiza o caráter relacional (ainda que de modo mais próximo a um pensamento estruturalista) entre centro e periferia, como é o caso de toda a tradição desenvolvimentista latino-americana, com uma preocupação acerca das limitações que a condição periférica impunha à construção do moderno de forma plena. No contexto contemporâneo, tal exercício de comparação, como bem reiterado por esta agenda brevemente apresentada acima, envolve um retorno dialético à perspectiva relacional – realizado noutros termos e de forma mais radical pelo grupo modernidade-colonialidade, ao propor uma identidade causal entre estes dois termos (o moderno e o colonial). No entanto, observa-se que os pressupostos do esforço de compreensão das especificidades e da vinculada reflexão acerca da ação transformadora que elas conclamam informam reflexões que deixam de se focar nas barreiras colocadas à construção da *modernidade de forma plena* para se debruçar sobre aquelas que se erguem no bloqueio à *alteridade* de forma plena.

Na sequência dessa movimentação, há aberturas para uma postura de incorporação autônoma de ingredientes (inclusive na teoria) importados de forma deliberada, aberta, plural e criadora de novas potências emancipatórias. E este movimento não se restringe mais somente aos estudos acerca da globalização, como nas últimas décadas, passando a dialogar também com olhares desde outras periferias. O buraco na teorização da tradição desenvolvimentista acerca da democracia e do Estado – e da perspectiva do econômico como efeito do político – invoca uma forma de preenchimento que seja capaz de representar os processos e tentativas concretas de aprofundamento democrático, seja nos países latino-americanos ou nas grandes cidades brasileiras, das últimas décadas. E as limitações, barreiras e forças contrárias a tais dinâmicas, que têm se demonstrado bastante poderosas e eficazes em seus próprios propósitos antidemocráticos conservadores, também podem ser compreendidas em perspectiva comparada com outras formações econômico-sociais e espaciais, o que reforça a necessidade de se retornar às especificidades locais e, no caso brasileiro, trazer os debates da ampla

teorização em torno da formação social brasileira para o contexto atual, combinando-os a novos ingredientes – da perspectiva urbana, econômica e global contemporânea.

## Referências Bibliográficas

- ABU-LUGHOD, J. (1999). New York, Chicago, Los Angeles: America's global cities. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- AMIN, A.; THRIFT, N. (2005). What's left? Just the future. *Antipode*, n. 37, pp. 220-238.
- AMIN, A.; THRIFT, N. (2007) On being political. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 32, pp. 112-115.
- ASHMAN, S.; FINE, B.; NEWMAN, S. (2011). The crisis in South Africa: neoliberalism, financialization and uneven and combined development. *Socialist Register*, v. 47, pp. 174-195.
- BARNES, T.; SHEPPARD, E. (2010). "Nothing includes everything": towards engaged pluralism in Anglophone economic geography. *Progress in Human Geography*, v. 34, n. 2, pp. 193-214.
- BOND, P. (2014). *Elite transition: from Apartheid to neoliberalism in South Africa*. London, Pluto.
- BRENNER, N.; MADDEN, D.; WACHSMUTH, D. (2012). Assemblages, actor-networks, and the challenges of critical urban theory. In: BRENNER, Neil, MARCUSE, Peter, MAYER, Margit (orgs.). (2012). *Cities for people, not for profit: critical urban theory and the right to the city*. Nova York, Routledge.
- CASTRO, E. V. (2014). Who's afraid of the ontological wolf? CUSAS Annual Marilyn Strathern Lecture. Disponível em < [www.academia.edu/12865685/Who\\_is\\_afraid\\_of\\_the\\_ontological\\_wolf](http://www.academia.edu/12865685/Who_is_afraid_of_the_ontological_wolf) >
- CITY (2011). *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action, Assemblage and Critical Urban Praxis: Part One*, v. 15, n. 2, pp. 2-6.
- COWEN, D. (2014) *The deadly life of logistics: mapping violence in global trade*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- DeLANDA, M. (2006). *A new philosophy of society: assemblage theory and social complexity*. Londres, Bloomsbury.
- DESAI, A. (2003). Neoliberalism and resistance in South Africa. *Monthly Review*, v. 54, n. 8, pp. 16-23.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1995). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* (Volumes 1 a 5). Rio de Janeiro, Ed. 34.
- FOUCAULT, M. (2000). *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2008). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes.
- FOUCAULT, M. (2008b). *Segurança, território, população*. São Paulo, Martins Fontes.
- GRAEBER, D. (2015). Radical alterity is just another way of saying "reality": a

- reply to Eduardo Viveiros de Castro. *Journal of Ethnographic Theory*, v. 5, n. 2, pp. 1-41.
- HAESBAERT, R. (2012) O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- HARVEY, D. (2006). Editorial: The geographies of critical geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 31, pp. 409-412.
- KLEIN, N. (2009). A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- LATOUR, B. (2012). Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador, Edufba.
- LATOUR, B. (2013). An inquiry into modes of existence: an anthropology of the moderns. Harvard, Harvard University Press.
- LAWSON, V.; ELWOOD, S. (2014). Encountering poverty: space, class, and poverty politics. *Antipode*, n. 46, pp. 209-228.
- LEYSHON, A.; BONDI, L. (1994). Feminist theory and economic geography. *Area*, v. 26, n. 2, 190-192.
- MARSTON, S.; JONES III, J. P.; WOODWARD, K. (2005). Human geography without scale. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 30, pp. 416-432.
- McCANN, E. (2011). Urban policy mobilities and global circuits of knowledge: toward a research agenda. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 101, n. 1, pp. 107-130.
- McCANN, E; WARD, K. (2012). Policy assemblages, mobilities and mutations: toward a multidisciplinary conversation. *Political Studies Review*, v. 10, 325-332.
- McDOWELL L. (1991). Life without father and Ford: the new gender order of post-Fordism. *Transactions of the Institute of British Geographers* 16(4) 400-419
- McDOWELL L. (1992). Doing gender: feminism, feminists and research methods in human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers* 17(4) 399-416
- McDOWELL L. (2007). Sexing the economy, theorizing bodies. In: TICKELL, Adam et al (orgs.). *Politics and practice in economic geography*. Londres: SAGE.
- McFARLANE, C. (2011). On context: assemblage, political economy and structure. *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 15:3-4, 375-388.
- MERRIFIELD, A. (2014). *The new urban question*. Londres: Pluto Press, 2014.
- MURDOCH, J. (2006) *Post-structuralist geography: a guide to relational space*. London: SAGE Publications.
- NARSIAH, S. (2002) Neoliberalism and privatisation in South Africa. *Geojournal* 57: 3-13.
- OBERBAUSER, A. M. (2003) *Feminism and Economic Geography: Gendering Work and Working Gender*. In: SHEPPARD, E. et al (orgs.) *A Companion to Economic Geography*. Oxford: Blackwell.
- PEAKE, L.; RIEKER, M. (orgs.) (2013). *Rethinking feminist interventions into the urban*. Londres: Routledge.

- PECK, J. (2013) For Polanyian economic geographies. In: *Environment and Planning A*, vol. 45.
- PECK, J. (2017). *Novas direções na teoria urbana: para além da comparação?*. Neste volume.
- PECK, J.; THEODORE, N. (2012). Follow the policy: a distended case approach. *Environment and Planning A*, vol. 44, pp 21-30. doi:10.1068/a44179
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2010) *Décoloniser: l'esprit de Cochabamba*. *Projet*, v. 318, p. 52-59.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. A. *Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina*. *Polis (Santiago. en Línea)*, v. 11, p. 1, 2012.
- ROBINSON, J. (2006) *Ordinary cities: between modernity and development*. London; New York: Routledge.
- ROBINSON, J. (2011a). *Cities in a world of cities: the comparative gesture*. *International Journal of Urban and Regional Research*, 35, 1: 1-23.
- ROBINSON, J. (2011b). *The travels of urban neoliberalism: Taking stock of the internationalization of urban theory*. *Urban Geography* 32, 8: 1087-1109.
- ROBINSON, J. (2011c). *Travelling theory: Embracing post-neoliberalism through Southern Cities*. In: BRIDGE, G.; WATSON, S. (orgs.). *New Companion to Urban Studies*. Oxford: Blackwell.
- ROOS, J. (2013) *South Africa's untold tragedy of neoliberal apartheid*. *Roar Magazine*. Disponível em < [www.roarmag.org/essays/south-africa-marikana-anc-poor](http://www.roarmag.org/essays/south-africa-marikana-anc-poor) >
- ROY, A. (2009) *The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory*. In: *Regional Studies*, Vol. 43.6, pp. 819-830, July.
- SILVEY, R. (2012) *Gender, difference and contestation: economic geography through the lens of transnational migration*. In: BARNES, T.; PECK, J.; SHEPPARD, E. (orgs.). *The Wiley-Blackwell Companion to Economic Geography*. Blackwell.
- SIMONE, A. (2010) *City life from Jakarta to Dakar: movements at the crossroads*. New York: Routledge.
- SIMONE, A. (2014). *Jakarta: drawing the city near*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press.
- SMITH, N. (2005) *Neo-Critical Geography, Or, The Flat Pluralist World of Business Class*. *Antipode*, 37: 887-899. doi: 10.1111/j.0066-4812.2005.00538.x
- SOJA, E. (1993) *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- STORPER, M.; SCOTT, A. (2015) *Current debates in urban theory: a critical assessment*. Mimeog. Disponível em < [www.academia.edu/18533143/Current\\_debates\\_in\\_urban\\_theory\\_a\\_critical\\_assessment](http://www.academia.edu/18533143/Current_debates_in_urban_theory_a_critical_assessment) > (consulta em novembro/2015).
- TEMENOS, C.; McCANN, E. (2013). *Geographies of Policy Mobilities*. *Geography Compass*, 7: 344-357. doi: 10.1111/gec3.12063
- VAINER, C. (2014). *Disseminating "best practice"?: the coloniality of urban knowl-*

edge and city models. In: PARNELL, S.; OLDFIELD, S. (orgs.). *The Routledge handbook on cities of the global south*. Nova York: Routledge.

WILLIAMS, J. (2012). *Pós-estruturalismo*. Petrópolis: Vozes.

WRIGHT, M. (2006). *Disposable Women and Other Myths of Global Capitalism*. Nova York: Routledge.

WRIGHT, M. (2010). Feminism and a Feeling of Justice. *Progress in Human Geography* 34: 818-827.

## Capítulo 7

# A escala metropolitana no contexto da metrópole liberal-periférica latino-americana<sup>1</sup>

*Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro*

### Introdução

O continente latino-americano vive um momento especial, que impõe refletirmos sobre os paradigmas com os quais temos analisado as nossas particularidades como semiperiferia da economia mundo capitalista e também as nossas possibilidades históricas para encontrar caminhos alternativos na atual fase de crise da “virada neoliberal” que aconteceu no mundo a partir dos anos 1970. De certa maneira há fortes similitudes entre o presente momento e aqueles frutíferos anos 1950/1970, período no qual o encontro do pensamento cepalino com o marxismo latino-americano produziu uma autêntica teoria crítica, com capacidade de influenciar simultaneamente o debate intelectual e os projetos políticos de desenvolvimento para o continente. A tarefa agora é construir as bases para a compreensão do neoliberalismo historicamente específico na América Latina, incorporando nossas raízes ideológicas, doutrinárias e, sobretudo, as marcas e as condições da nossa trajetória na expansão global da economia mundo capitalista.

Após a recessão dos anos 1980 e as políticas neoliberais dos anos 1990, observa-se em vários países crescimento econômico com diminuição das desigualdades de renda, embora de modo geral os coeficientes de Gini permanecem muito mais elevados do que a média mundial. Trata-se da combinação de efeitos pró-ciclos do crescimento econômico impulsionado por dinâmica exportadora de *commodities* e pela expansão do mercado interno. Simultaneamente, surgiram em vários países políticas sociais de transferência

---

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste texto foi apresentado no Seminário Internacional A Cidade Neoliberal na América Latina: desafios teóricos e políticos, organizado pela Red Latinoamericana de Investigadores sobre Teoría Urbana, Rio de Janeiro, 06, 07 e 08 de novembro de 2013.

de renda, ao mesmo tempo em que os Estados retomam seus antigos compromissos com os direitos sociais, notadamente na educação e na saúde, o que se expressa no aumento dos gastos sociais. Também se observa, em vários países da região, políticas de aumento real do salário mínimo e do PIB per capita.

Este conjunto de mudanças se associa à crise do projeto neoliberal nos países centrais e ao surgimento de governos que expressam novas correlações de forças, com a maior presença dos partidos e grupos populares. Para muitos analistas, o continente latino-americano ingressou desde os primeiros anos do século XXI em uma etapa de transição marcada por uma crise de hegemonia do modelo liberal<sup>2</sup> de desenvolvimento que orientou as políticas econômicas nos anos 1990. Com efeito, a economia mundial atravessou desde 1994 um longo período de crescimento, apesar das frequentes crises, mas simultaneamente vêm acontecendo mudanças profundas na direção do enfraquecimento das condições econômicas, financeiras, políticas e ideológicas do projeto neoliberal em marcha desde a segunda metade dos anos 1970. Para vários analistas da cena política dos países latino-americanos vem surgindo no continente projetos de enfrentamento da política neoliberal, expressos, por exemplo, no “nacionalismo revolucionário” que tem suas manifestações mais radicais na Venezuela desde Chavez, na Bolívia de Evo Morales, no Equador de Rafael Correa, mas também se expressa de forma mais moderada na Argentina dos Kirchner. No Brasil, estaria em emergência uma política desenvolvimentista, desde a primeira eleição do governo de Lula, orientada pelo crescimento fundado no mercado interno, em ampla política de transferência de renda e de proteção e valorização do trabalho, através do crescimento do salário direto e indireto. O traço comum nestes experimentos pós-liberais seria, para Martins (2012), portanto:

“o restabelecimento do papel do Estado na organização de economia por meio da nacionalização dos recursos naturais estratégicos ou da apropriação pública da maior parte da renda mineira ou da terra; da nacionalização ou forte presença reguladora em serviços essenciais como eletricidade, água, telecomunicações e infraestrutura; da criação de uma arquitetura

---

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, Sader, E. Crise hegemônica na América Latina, Revista em Pauta, Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Número 19, Rio de Janeiro, 2007.

financeira e empresarial e de políticas públicas voltadas para o estabelecimento de altas taxas de investimento direcionadas à expansão do mercado interno, redução de assimetrias, desigualdades, pobreza e elevação do valor da força de trabalho, mediante aumento do salário direto e indireto (educação, saúde, seguridade, transporte e infraestrutura públicos). Isto requer altas escalas produtivas, utilização de recursos públicos, criação de banco e fundo regionais, forte atuação das empresas estatais – tradicionalmente as principais investidoras em infraestrutura e P&D da região – e criação de mecanismos de democracia participativa. Tais processos se afirmam na organização da ALBA, na proposição de uma UNASUL solidária e cooperativa, num Banco do Sul que utilize recursos públicos proporcionais ao peso econômico de cada Estado e opere de forma distinta que os bancos privados para concessão de créditos e financiamentos a dimensões deprimidas dos mercados regionais, na regulação democrática dos meios de comunicação de massa e nos processos constituintes populares que têm permitido avanços constitucionais e nas formas de governo em Venezuela, Bolívia e Equador” (Martins, 2012).

O que vem acontecendo nas cidades da América Latina? A pergunta tem sentido em razão de alguns resultados de pesquisa constatarem importantes mudanças urbanas no período dos anos 1990, quando em muitos países prevaleceram políticas de liberação das forças de mercado. Alejandro Portes, Bryan Roberts e Alejandro Grimson (2005), por exemplo, empreenderam um amplo estudo comparativo sobre as mudanças das principais características das metrópoles em seis importantes países do continente - Argentina, Brasil, Chile, México, Peru e Uruguai que juntos somam mais de 80% da população de toda América Latina- entre a fase da substituição das importações e os anos de 1990. No livro coletivo resultante deste investigação – *Ciudades Latino-americanas: un análisis comparativo em el umbral del nuevo siglo* – os organizadores sintetizam as conclusões apontando para tendências de crise urbana, expressa pelo aumento da informalidade no mercado de trabalho, da pobreza urbana, do aprofundamento da segregação como padrão de organização social do território e na explosão da violência urbana. Qual seria a leitura da cidade latino-americana no período recente, consi-



derando a hipótese da inflexão da orientação liberal da política macroeconômica? Em que medida o atual ciclo de crescimento econômico, com geração de emprego formal, aumento da renda do trabalho e diminuição das desigualdades de renda, vem se traduzindo em políticas urbanas e habitacionais que mudam o cenário de crise urbana presente nos países do continente?

Segundo o documento Estado das Cidades da América Latina e Caribe<sup>3</sup>, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), a taxa de urbanização no Brasil e nos países do Cone Sul chegará a 90% até 2020, só superior às verificadas no norte da Europa (84,4%) e da América do Norte (82,1%). No México e nos países que formam a região Andino-Equatorial a urbanização chega a 85%. No Caribe e a na América Central as taxas de urbanização são mais baixas, mas em elevação constante, devendo chegar a 83% e 75% da população urbana em 2050, respectivamente. Mas as sociedades urbanas em emergência se expressam também pela enorme concentração da população em grandes cidades, embora em ritmo mais lento do que o verificado no passado. Segundo o mesmo estudo, hoje, 34 % da população da América Latina vive em cidades com mais de 1 milhão de habitantes e 20% em centros metropolitanos, que concentram mais de 5 milhões de pessoas.

Mas as cidades na América Latina conformam também o território de concentração dos ativos e dos passivos dos seus países. Ainda segundo o documento da ONU/Habitat, cerca de 2/3 do PIB concentram-se nas regiões urbanas e, ao mesmo tempo, há extremados índices de carência, polarização e desigualdades sociais. Com efeito, 111 milhões de pessoas ainda moram em moradias consideradas subnormais em termos de padrões habitacionais, 74 milhões de pessoas (16%) em moradias sem saneamento adequado e menos de 20% do esgotamento da água usada e do resíduo sólido é tratado antes de ser despejado. A polarização e as desigualdades sociais em termos de renda vêm diminuindo nos últimos anos em alguns países – Panamá, México, El Salvador, Honduras, Brasil, Venezuela, Uruguai e Peru – mas mantém-se em elevados patamares, o que faz das cidades da América Latina as que apresentam os maiores índices de inequidade do planeta. Tal desigualdade da estrutura social

<sup>3</sup> <http://www.onuhabitat.org/>

traduz-se na constituição de cidades duais, divididas e segregadas como marcas da organização do território urbano, com importantes impactos nos padrões de sociabilidade.

Tais números indicam que os países do continente ingressaram em sociedades urbanas, mas com cidades ainda fortemente precárias e improvisadas, portanto despreparadas para cumprir seu papel de espaços sociais fundamentais para a produção da riqueza e a reprodução da vida .

Por outro lado, o mesmo estudo da ONU/HABITAT menciona a retomada em alguns países de políticas urbanas e habitacionais regulatórias e de promoção de bem-estar coletivo, praticamente abandonadas no período neoliberal dos anos 1990. Em vários deles surgiram, por exemplo, políticas de provisão de moradia fundadas no subsídio fornecido pelo orçamento público para aquelas famílias que sempre estiveram fora do mercado imobiliário. No Brasil, a constituição de 1988 e a lei federal conhecida como Estatuto das Cidades fixou, como princípio da política e da gestão urbana, a função social da propriedade privada do solo urbano e da própria cidade.

Simultaneamente à retomada de políticas públicas de provisão de moradia de interesse social, observa-se nos países do continente a inexistência de ações públicas de regulação do mercado de terras e de ordenamento do uso e da ocupação do solo. Ao mesmo tempo, em várias cidades latino-americanas vem sendo adotado o modelo de política concebido sob a ótica da competitividade urbana, o que se expressa por projetos que visam ativar e promover reformas urbanas que liberem a cidade dos fatores institucionais, culturais, sociais e urbanísticos que bloqueiam o pleno funcionamento dos circuitos de acumulação urbana. São experimentos regulatórios neoliberais, usando a formulação de Brenner; Peck; Theodore (2012), entendidos como ações pontuais realizadas em vários âmbitos da ação do Estado e em suas múltiplas escalas com o poder de impor, intensificar e reproduzir modalidades de políticas e governança urbana focadas na mercantilização da cidade. No plano das cidades assistimos, portanto, a uma disputa entre modelos de políticas neoliberais e reformistas.

Esta disputa de projeto de cidade e a sua experimentação ganha centralidade no atual momento de confronto de projetos políticos nacionais liberais e reformistas em vários países da

América Latina. Disputa marcada, por um lado, pela crise de hegemonia do modelo liberal global, por outro lado, pelas dificuldades das esquerdas de construir um projeto alternativo com capacidade contra-hegemônica para conduzir a oportunidade de transição aberta para os países do continente<sup>4</sup>. Como afirma Eder Sader (2007), a construção do projeto hegemônico pós-liberal depende do conhecimento das transformações ocorridas na América Latina, em especial da nova estrutura social de recomposição da força de trabalho ocorrida no períodos liberal e pós-liberal e, ao mesmo tempo, de conhecer os elementos e mecanismos pelos quais a concepção liberal de mundo se afirma e se difunde nas sociedades do continente. Em outras palavras, trata-se de entender os mecanismos de “construção ativa do consentimento” (Harvey, 2008: 50) e da legitimidade do projeto liberal.

Estas considerações nos ajudam a melhor elaborar a hipótese orientadora da reflexão proposta. A cidade latino-americana, de maneira geral, vem sendo um laboratório de *experimentos regulatórios liberais* que são transformados em protótipos e difundidos pelas redes de cultura técnica<sup>5</sup>, reafirmando os ideais neoliberais, sem contudo se apresentarem como ideologia formalmente constituída. Os protótipos são transformados em modelos de políticas e de gestão públicas que se legitimam por serem apresentadas como “soluções eficientes” para problemas práticos. Tais experimentos neoliberais ocorrem, contudo, em disputa com outros, de caráter reformista, que expressam os ideais e concepções de democracia, igualdade e justiça construídos e transformados em princípios e instrumentos de gestão e planejamento nos períodos anteriores, surgidos em vários países da América Latina ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000<sup>6</sup>. Por este motivo, o retrato dos modelos e orientações das políticas urbanas e habitacionais em realização em muitas cidades é necessariamente híbrido e mesmo contraditório,

<sup>4</sup> Esta análise está presente no texto de Sader (2007).

<sup>5</sup> Apoiamo-nos, mais uma vez nas reflexões de Brenner, N., Peck, J. e Theodore, N. (2012:24). Dizem os autores: “Ao estabelecer certos tipos regulatórios como protótipos, estas redes aumentam a legitimidade ideológica dos modelos de políticas neoliberais e, ao mesmo tempo em que estendem sua disponibilidade como ‘soluções’ para tudo, são facilmente acessíveis à resolução de problemas e crises regulatórias em contextos específicos” (Brenner; Peck; Theodore, 2012: 24).

<sup>6</sup> Podemos mencionar como expressão destes movimentos de resistência às políticas neoliberais nas cidades a criação em setembro de 1991 em São Paulo da SELVip-Secretaria Latinoamericana de Vivienda Popular, cujos objetivos são o enfretamento do neoliberalismo.

combinando elementos neoliberais e reformistas. É o caso, por exemplo, das políticas habitacionais massivamente retomadas em alguns países do continente. Ao mesmo tempo em que se orientam pelos objetivos de construção de “moradias de interesse social”, através de subsídios, buscam também ativar o mercado imobiliário através de transformações do marco regulatório na direção da sua financeirização<sup>7</sup>.

Fazendo um paralelo entre este período recente com outro momento da história política da América Latina, a nossa hipótese é que a crise urbana e suas representações nos campos político, acadêmico, jornalístico e na sociedade civil pode estar realizando papel semelhante ao assumido pela crise dos serviços públicos nos anos 1980 e 1990: veículo e mecanismo de construção de consentimento de uma nova rodada de neoliberalização que participa ativamente da fragilização da hegemonia dos projetos antiliberais.

Conforma-se, assim, um paradoxo cuja compreensão é fundamental. Enquanto muitas políticas na escala federal parecem mover-se na direção antiliberal, ainda que de forma contraditória e em constante conflito com as políticas macro-econômicas ainda de orientação liberal por fundarem-se em seus princípios – metas de inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal - experimentos regulatórios liberais na cidade vão afirmando o seu contrário, muitas vezes através da associação entre políticas urbanas locais liberais com políticas nacionais com pretensões antiliberais. Ao mesmo tempo, experimentos de políticas urbanas local claramente neoliberais são difundidas e adotadas, ainda que parcialmente, por escalas supralocais em políticas que se pretendem regulatórias antiliberais. O exemplo é o novo modelo de relação entre o Estado e os interesses dos capitais representado pela Parceria Público-Privado.

A compreensão dos fundamentos deste paradoxo da cidade exige ir além dos fatos mais imediatos da presente conjuntura. Devemos nos indagar sobre as relações econômicas e políticas entre as forças presentes nas cidades com aquelas que vêm comandando o desenvolvimento das relações capitalistas na América Latina. Tais relações foram sempre biunívocas, especialmente naqueles países

---

<sup>7</sup> Para o caso brasileiro, ver Royer (2009) e Fix (2011).

que conheceram a expansão do capitalismo industrial. Em outros termos, em muitos países do continente se estabeleceu uma relação orgânica entre o capitalismo industrial e o que poderíamos chamar de “capitalismo urbano”, pela qual pôde se legitimar o padrão liberal de desenvolvimento latino-americano.

A cidade foi, portanto, historicamente controlada pelas forças do mercado como fundamento de um bloco de poder que comandou a nossa inserção na expansão do moderno sistema capitalista. Este fato político-econômico decorre da acomodação das forças dominantes internas aos países latino-americanos à inserção associada às forças liberais-internacionalizantes que surgem e se expandem desde o século XVI, a partir do núcleo do moderno sistema capitalista.

Poderíamos chamar de “capitalismo urbano”, pela qual pôde se legitimar o padrão liberal desenvolvimento latino-americano. A cidade foi, portanto, historicamente controlada pelas forças do mercado como fundamento de um bloco de poder que comandou a nossa inserção na expansão do moderno sistema capitalista. Este fato político-econômico decorre da acomodação das forças dominantes internas aos países latino-americanos à inserção associada às forças liberais-internacionalizantes que surgem e se expandem desde o século XVI, a partir do núcleo do moderno sistema capitalista.

## A cidade no capitalismo dependente

Conforme afirmado na introdução deste artigo, as teorias da dependência surgem na América Latina como resultado do encontro entre o pensamento cepalino desenvolvido por Raul Prebisch, Celso Furtado entre outros, e o marxismo latinoamericano, produzindo uma autêntica teoria crítica, com capacidade de influenciar simultaneamente o debate intelectual e os projetos políticos de desenvolvimento para o continente, em um momento de pessimismo quanto às possibilidades do capitalismo promover o desenvolvimento econômico e social do continente. Suas raízes remontam ao debate do marxismo clássico e da teoria do imperialismo e de sua lógica de desenvolvimento desigual e combinado. Foi neste clima de estagnação e pessimismo que nasceram as “teorias da dependência”, cujas raízes remontam ao debate do marxismo clássico, e da teoria

do imperialismo, sobre a viabilidade do capitalismo nos países coloniais ou dependentes.

As teorias da dependência procuram preencher, para a América Latina, a lacuna deixada pela obra de Marx quanto às condições, possibilidades e caminhos do desenvolvimento capitalista nos países situados fora do núcleo europeu. Supunha-se, até então, que a simples internacionalização do regime de produção burguês promoveria, no longo prazo, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no mundo dominado pelas potências coloniais europeias. Para Fiori (2012):

“Mais tarde, no início do século XX, a teoria marxista do imperialismo manteve a mesma convicção de Marx, que só foi questionada radicalmente, depois do lançamento do livro do economista, Paul Baran, “A Economia Política do Desenvolvimento”, em 1957. Após sua publicação, a obra de Baran se transformou numa referência obrigatória do debate latino-americano dos anos 60. Para Paul Baran, o capitalismo era heterogêneo, desigual e hierárquico, e o subdesenvolvimento era causado pelo próprio desenvolvimento contraditório do capitalismo. Além disto, segundo Baran, o capitalismo monopolista e imperialista teria bloqueado definitivamente o caminho dos países atrasados” (Fiori, 2012).

As teorias da dependência passaram a orientar a elaboração de várias vertentes do pensamento crítico latino-americano que buscavam, sob vários temas, interpretar as particularidades históricas do desenvolvimento capitalista na América Latina, pensadas sempre na matriz da dualidade ‘forças internas x forças externas’. O corpo de conceitos, noções e proposições, que esteve presente na nossa agenda intelectual entre os anos 1950 e 1970, se unificava em torno de uma imaginária cidade latino-americana, utilizando as ideias de Gorelik (2005). Este imaginário coletivo, mais ou menos comum, organizava-se em torno das polêmicas geradas pelas interpretações teóricas sobre as nossas particularidades históricas a partir das posições marxistas em contraposição com as teses cepalinas. Assim, vimos surgir as distintas vertentes de interpretação sobre as relações entre as características da nossa urbanização e o desenvolvimento do capitalismo no continente: “urbanização dependente” (Castells, 1973), “economia política da urbanização do capitalismo

periférico” (Singer, 1987) e a “urbanização do fordismo periférico” (Lipietz, 1989).

Este debate girava em torno da interpretação de nossos particularismos históricos, sempre tendo o modelo histórico inglês como universal. As relações sociais no campo se caracterizavam (ou não) por um modo feudal de produção? Tivemos (ou não) uma Revolução Burguesa? A estrutura social conformada nas cidades se caracterizava como dual? Tínhamos (ou não) uma marginalidade urbana no sentido empregado por Quijano (1973), massa marginal ou excessivo exército industrial de reserva como proposto por Kowarick (1975; 1979)? O sistema urbano nos países latino-americanos expressava uma macro-encefalia urbana resultante de um processo de urbanização excessiva decorrente da situação de dependência como Castells (1973) ou tão somente uma urbanização sob condições históricas particulares da expansão capitalistas e suas leis universais como propôs criticamente Singer (1973)? As lutas nas cidades foram manifestações dos movimentos sociais ou formas de ação de classe? (Touraine, 1976; Moisés, Martinez-Aalier, 1977).

O debate sobre a urbanização dos países latino americanos expressa no plano intelectual a nossa condição de periferia. Frequentemente, com efeito, olhamos nossos países na ótica do espelho do próspero, sobre o qual nos falou Richard Morse (1975). Por esta razão, muitas vezes pensamos a nossa realidade através de três espécies de sociologia: a sociologia da incompletude, a sociologia da desproporção e/ou a sociologia da hibridez. O fundamento é a existência de um imaginário coletivo presente no campo do pensamento erudito segundo o qual estaríamos com nosso relógio gregoriano atrasado. No Brasil, esta percepção deu nascimento a uma teoria conhecida como a das “ideias fora do lugar”. Por um lado, porque, desde sua etapa inicial de formação, os intelectuais nativos olhavam a sociedade brasileira sob o prisma da cultura europeia, produzida sob os impactos culturais da industrialização, urbanização e modernização. Com base no modelo europeu, que muitos julgaram universal, não se conseguiu ver outra coisa na América Latina senão uma sociedade agrária, escravista e/ou tradicional. Por outro lado, as “ideias fora lugar” colocaram os intelectuais na situação de tomar a realidade histórica particular dos europeus (posteriormente dos estadunidenses) como expressão de leis univer-

sais. É por ter aceito essa universalidade da teoria dos intelectuais do Norte, que se continua a utilizar adjetivos que buscam identificar estes particularismos.

É assim que temos olhado vários aspectos do desenvolvimento econômico, social, político e cultural dos países latino-americanos: o liberalismo que identifica no Estado forte como ator da realização do seu ideário, os modernistas que vão buscar na tradição a nossa possibilidade de expressão autêntica da nossa modernidade, a classe empresarial que busca manter o Estado burguês como patrimonialista, a industrialização que conserva o feudalismo, o desenvolvimento que conserva o subdesenvolvimento.

Temos dificuldades de perceber que fazemos parte de uma história universal que nos particulariza. O universal e o particular fazem parte de uma mesma história. Esta dificuldade decorre de uma experiência histórica, especialmente dos intelectuais que estão inseridos em uma temporalidade própria da produção da cultura como um fato universal e universalizador. Mas, como sugerem Bourdieu; Wacquant (2002), há uma razão imperialista que impõe este jogo de espelho. Razão imperialista que sempre esteve presente na produção cultural da América Latina e na produção intelectual sobre as cidades, desde os anos 1920, como demonstram os estudos de história do pensamento urbano. Em pesquisa realizada nos anos 1980, com efeito, tivemos a oportunidade de identificar os fluxos de ideias, conceitos, teorias e projetos urbanos da Europa e, particularmente da França, para a América Latina, nos últimos decênios do século XIX e nos primeiros do XX (Ribeiro; Pechman, 1996).

A circulação cultural no plano internacional naquele momento tinha, contudo, duas características distintas das que hoje podemos presenciar. Havia um jogo duplo de espelho, pois a circulação correspondia, por um lado, à esperança dos produtores da Europa de experimentarem no “novo mundo” as ideias e os ideais da modernidade projetada, contra as quais se opunham as estruturas tradicionais do “velho mundo”, pelo fato, do “novo” ser concebido como sociedade em movimento, em construção. Ao mesmo, tempo, as ideias e os ideais foram recebidos pelas elites intelectuais e profissionais da época em função de necessidades políticas e sociais, porque era uma sociedade que conhecia os primeiros sinais de transformação, com o surgimento da questão social, do movimento operário em alguns países, a urbanização e a aceleração da sua modernização.



Estas duas características presentes na circulação cultural, naquele período histórico, conduziram-nos a pensar o processo, simultaneamente, como exportação/importação e empréstimo/tradução.

Hoje, a circulação se caracteriza por fortes assimetrias entre o Norte e o Sul, o que justifica a ideia de uma razão imperialista dos países que dominam a ordem mundial e, conseqüentemente, detêm o poder de hegemonia cultural. Como observaram Bourdieu e Wacquant, este poder agora se exerce pela capacidade que têm as universidades dos países centrais de legitimar os temas e maneiras de pensar. Essa legitimidade tem origem nos confrontos de intelectuais destas sociedades que buscaram justificar seus “universais teóricos”. Conhecimentos, contudo, des-historizados. Nas palavras daqueles dois sociólogos franceses, este poder de hegemonia cultural se exerce pela construção e difusão.

O imperialismo cultural repousa no poder de universalizar os particularismos associados a uma tradição histórica singular, tornandoos irreconhecíveis como tais. Assim, do mesmo modo que, no século XIX, um certo número de questões ditas filosóficas debatidas como universais, em toda a Europa e para além dela, tinham sua origem, segundo foi muito bem demonstrado por Fritz Ringer, nas particularidades (e nos conflitos) históricas próprias do universo singular dos professores universitários alemães (Ringer, 1969), assim também, hoje em dia, numerosos tópicos oriundos diretamente de confrontos intelectuais associados à particularidade social da sociedade e das universidades americanas impuseram-se, sob formas aparentemente desistoricizadas, ao planeta inteiro. Esses lugarescomuns no sentido aristotélico de noções ou de teses com as quais se argumenta, mas sobre as quais não se argumenta ou, por outras palavras, esses pressupostos da discussão que permanecem indiscutidos, devem uma parte de sua força de convicção ao fato de que, circulando de colóquios universitários para livros de sucesso, de revistas semieruditas para relatórios de especialistas, de balanços de comissões para capas de magazines, estão presentes por toda parte ao mesmo tempo, de Berlim a Tóquio e de Milão ao México, e são sustentados e intermediados de uma forma poderosa por esses espaços pretensamente neutros como são os organismos internacionais (tais como a OCDE ou a Comissão Europeia) e os centros de estudos e assessoria para políticas públicas (tal como o Adam Smith Institute e a Foundation Saint-Simon).

A neutralização do conceito histórico que resulta da circulação internacional dos textos e do esquecimento correlato das condições históricas de origem produz uma universalização aparente que vem duplicar o trabalho de “teorização”. Espécie de axiomatização fictícia bem feita para produzir a ilusão de uma gênese pura, o jogo das definições prévias e das deduções que visam substituir a contingência das necessidades sociológicas negadas pela aparência da necessidade lógica tende a ocultar as raízes históricas de um conjunto de questões e de noções que, segundo o campo de acolhimento, serão consideradas filosóficas, sociológicas, históricas ou políticas. Assim, planetarizados, mundializados, no sentido estritamente geográfico, pelo desenraizamento, ao mesmo tempo em que desparticularizados pelo efeito de falso corte que produz a conceitualização, esses lugarescomuns da grande vulgata planetária transformados, aos poucos, pela insistência midiática em senso comum universal chegam a fazer esquecer que têm sua origem nas realidades complexas e controvertidas de uma sociedade histórica particular, constituída tacitamente como modelo e medida de todas as coisas. (Bourdieu; Wacquant, 2011: 8-9).

No passado, a circulação Norte-Sul das ideias e dos ideais tinha como justificativa a adesão encantada dos protagonistas por estarem envolvidos ainda no projeto iluminista de transformação do mundo. Já que naquele momento a ação de exportação/importação e de empréstimo/tradução se conectava com a constituição de poderes de um lado e de outro do mundo. Hoje, os produtos de produção e circulação mundial da cultura erudita se constituem como mercadorias, o que nos permite pensar na *macdonaldização* das ideias e dos ideais.

Este ponto de partida pode-nos oferecer uma direção útil à empreitada de buscar as bases de uma teoria urbana para a América Latina. Não devemos defender o objetivo de buscar as nossas singularidades históricas e culturais, como já foi no passado a direção de várias formações culturais em muitos países do continente. Uma ciência latino-americana nos parece fora de propósito, pois seria negar a própria possibilidade da existência de uma ciência da sociedade. Seria um empreendimento intelectual semelhante ao historicismo alemão que, como se sabe, foi uma escola de pensamento que defendia o estudo da história com a única fonte possível de conhecimento sobre os fatos sociais.

Isso porque a sociedade seria dependente da cultura e não poderia ser, portanto, tomada como universal no espaço ou no tempo. Esta concepção se expressa pela rejeição da ideia de que teoremas econômicos podem ser universalmente válidos. Postula um conhecimento idiográfico em oposição a postulação positivista de um conhecimento nomotético.

Tampouco se trata de apenas pensar a nossa realidade como a particularização de um universal. Esta forma de percepção é muito corrente no debate latino-americano e está fortemente presente como orientação teórica e epistemológica no campo dos estudos urbanos. Neste caso, o perigo é tomarmos a história do desenvolvimento do capitalismo como universal e orientar nosso olhar para responder as razões pelas quais este universal não se repete de forma homóloga no continente. Este risco também é grande, pois quando olhamos a formação do capitalismo na América Latina, encontramos muitos elementos empíricos e históricos que parecem autorizar e legitimar a percepção de que somos a particularização de um universal.

## A cidade no capitalismo histórico da América Latina

O desenvolvimento desigual é interpretado como um processo diferenciado de difusão a partir de um centro que deixa para trás resíduos de eras precedentes ou se encontra com áreas de resistência para o progresso e modernização, que o capitalismo promove. Adotamos, aqui, o conceito de *capitalismo histórico*<sup>8</sup>, como proposto por Wallerstein (2001, 2006), para identificar o arcabouço apresentado a seguir.

---

<sup>8</sup> Acho que a seguinte citação pode ajudar na compreensão da concepção de Wallerstein sobre o seu conceito de capitalismo histórico. “Muito se tem escrito sobre o capitalismo, entre marxistas e outros na esquerda política, mas a maioria desses livros sobre de uma ou outra falha. Um tipo é constituído basicamente de análise lógicodedutivas, que partem de definições do que supõem ser o capitalismo na sua essência e, a seguir, observam o quanto ele se desenvolveu em diversas épocas e lugares. Um segundo tipo se concentra sobre as supostas transformações principais do sistema capitalista a partir de algum momento recente no tempo, onde todo momento anterior serve como modelo mitologizado contra o qual se confronta a realidade empírica atual. O que me parece urgente, uma tarefa para a qual, em certo sentido, tem se dirigido o conjunto do meu trabalho recente, é ver o capitalismo como um sistema histórico, na totalidade de sua história e na sua realidade concreta única. Portanto, coloco-me a tarefa de descrever esta realidade, delineando precisamente o que esteve em contínua alteração e o que nunca se alterou de modo algum (‘de modo a poder designar toda a realidade sob o único nome’)” (Wallerstein, 2001).

O argumento central é o seguinte: o tamanho das nossas metrópoles, suas desigualdades, suas favelas e periferias, sua violência são consequências necessárias da disjunção entre economia, sociedade e território que caracteriza a nossa expansão periférica na economia-mundo capitalista. A imagem que traduz esta ideia é a descrição de Braudel (1979) sobre a disjunção, ocorrida à época da formação da economia-mundo, entre os planos e o tempo da vida material e cotidiana da maioria da população, que construía a sua sobrevivência diária praticamente à margem da rede de trocas organizada sob a hegemonia das “altas finanças” que atravessava as regiões da Europa.

“O centro, o ‘coração’, reúne tudo o que há de mais avançado e de mais diversificado. O anel seguinte só tem uma parte dessas vantagens, embora participe delas: é uma zona dos ‘brilhantes secundários’. A imensa periferia, com seus povoados pouco densos, é, ao contrário, o arcaísmo, o atraso, a exploração fácil por parte dos outros. Essa geografia discriminatória ainda hoje logra e explica a história geral do mundo, se bem que esta, ocasionalmente, também crie por si mesma o logro com a sua convivência” (Braudel, 1979).

O ponto de partida para pensar a cidade latino-americana é a leitura histórico-institucional, fundada nas reflexões do grupo de pesquisa NEPSM<sup>9</sup>, que se inspira na interpretação da formação e expansão do capitalismo como economia-mundo e sistema interestatal, formulada por Braudel (1979; 1985), Arrighi (1995), Wallerstein (1985). A economia-mundo vem se expandindo desde o século XV sob dois movimentos históricos: a construção da ordem interestatal, dando nascimento aos Estados Territoriais e, após a revolução francesa aos Estados Nações, à construção da ordem industrial. Os primeiros correspondem ao surgimento de estruturas de poder centralizadas, diferenciadas e autônomas e com soberania sobre múltiplas regiões adjacentes. Os segundos expressam o momento histórico no qual ocorreu uma fusão cultural e linguística dos povos sob o governo de alguns Estados Territoriais na unidade social que

---

<sup>9</sup> Nova Economia Política do Sistema Mundo. Grupo de pesquisa organizado no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro tem o professor Jose Luis Fiori como coordenador ([www.poderglobal.net](http://www.poderglobal.net)).

no século XIX veio a ser chamada de Nação<sup>10</sup>. Por ordem industrial entendemos o fenômeno de internalização nestes territórios da dinâmica de reprodução do capital propiciada pela revolução industrial, dando origem àquilo que Marx chamou de modo de produção capitalista, base da existência das economias nacionais. Estes dois processos históricos se combinam e constroem as “comunidades imaginadas”, para usar a consagrada expressão cunhada por Benedict Anderson (2008), cujo efeito a existência de duas tensões internas aos países decorrentes da necessidade homogeneização social convivendo com as tendências de diferenciação e polarização sociais próprias do capitalismo. Necessidade de homogeneização decorrente, de um lado, do constante situação de rivalidades, conflitos e guerras existentes no interior dos sistema interestatal e, de outro, das tensões entre capital e trabalho.

Vamos focalizar a nossa reflexão na busca de nexos da urbanização como a expressão da geografia criada pelo capitalismo como economia-mundo impulsionada pelas duas tensões.

Antes, cabe melhor explicarmos a relação entre os conceitos da teoria braudelina e os estudos realizados pelo grupo de pesquisa NEPSM. Na leitura de Ribeiro (2001), “as duas abordagens convergem ao proporem uma análise dos fenômenos econômicos e geopolíticos atuais a partir de sua inserção no contexto de um sistema mundial, com características e regras próprias, definidas historicamente, mediante a atuação de agentes políticos (Estados) e econômicos (grupos empresariais)” (p.17). No entanto, elas divergem, e “interpretam de forma distinta o modo pelo qual o modelo europeu sai vitorioso e expande-se mundialmente” (p.18). Na visão de Fiori, não existe preponderância do elemento econômico sobre o político; ocorreria justamente o oposto e o conceito de hegemonia consistiria num conceito em permanente disputa. Em complemento a esta visão, ambas as abordagens apresentam diagnósticos distintos quanto à conjuntura atual da economia mundial, principalmente aquilo que se refere à tese da crise da hegemonia dos Estados Unidos. Diferentemente de Wallerstein e Arrighi, sucessores de Braudel, Fiori acredita que “as crises e guerras vivenciadas pelo sistema capitalista não são necessariamente anúncios do fim ou

---

<sup>10</sup> A distinção entre Estado Territorial e Estado Nação está apoiada na clássica análise de Tilly (1996).

do colapso (...)” (p.16), mas estaríamos diante de mais uma fase de expansão do poderio norte-americano e da resposta nacionalista a este fato, dos demais países do mundo.

O mundo capitalista foi constituído por uma ordem gerada pela aliança entre os donos do poder e os donos do dinheiro. Esta aliança fez nascer um capitalismo globalizado desde seu início e que se desenvolve tendo como força a dinâmica de um sistema de competição interestatal. Esta dinâmica criou uma geografia mundial baseada na constituição de sucessivos núcleos, semiperiferias e periferias.

A formação do Estado-Nação e a constituição da ordem industrial nos países do centro da economia-mundo desencadearam um duplo movimento histórico, responsável pela Grande Transformação do capitalismo entre os séculos XIX e XX. Este movimento histórico, para Polanyi (1980), apresenta dois princípios organizadores da sociedade (liberal), cada um deles determinando os seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas, e utilizando métodos próprios. Um foi o liberalismo econômico, que objetivava estabelecer um mercado autorregulado, dependia do apoio das classes comerciais e usava principalmente o *laissez-faire* e o livre-comércio como seus métodos. O outro foi o princípio de proteção social, cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afetados pela ação deletéria do mercado – principalmente as classes trabalhadoras e fundiárias – que utilizava a legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos.

Ainda de acordo com Polanyi (1980), na formação dos Estados Nacionais dos países da semiperiferia e na periferia da economia-mundo, estes dois princípios atuaram de maneira desigual. Enquanto no coração da economia-mundo estes dois movimentos se traduziram no internacionalismo transformado em nacionalismo-liberal associado ao imperialismo. Nos países periféricos, o Estado passa a atuar na proteção dos seus mercados nacionais. “Na verdade, o novo nacionalismo foi o corolário do novo internacionalismo” (Polanyi, 1980: 198).

Para Fiori (1999; 2001), este dois princípios enunciados por Polanyi seriam universais, na medida em que expressam duas

contradições essenciais ou materiais do capitalismo: contradição entre capital e trabalho e a entre a globalidade dos seus fluxos econômicos e a territorialidade da gestão política. Fiori identifica a dificuldade de Polanyi de pensar o desenvolvimento desigual e este duplo movimento, em termos de tempo e formas, “produzindo efeitos igualmente distintos nas várias sociedades nacionais” (idem, p.172). O desenvolvimento destes dois movimentos históricos é desigual porque (i) obedece ao desenvolvimento territorial desigual do capitalismo e (ii) é impulsionado pela competição e hierarquização do poder dos Estados nacionais. É exatamente isso que nos interessa sublinhar: apesar de sua universalidade, esses dois princípios atuam de forma completamente diferente fora do núcleo original (norte europeu) do sistema. Entretanto, para poder introduzir essa dimensão histórico territorial é necessário primeiro clarificar, conceitualmente, algumas distinções no raciocínio de Polanyi.

Em primeiro lugar, o princípio da proteção teve dois movimentos: regulação das relações sociais internas de cada país, resultando em uma politização das relações de classe, forçando uma lenta democratização dos sistemas políticos europeus, resultando do conflito entre o capital e o trabalho. Em segundo lugar, a proteção social também se manifestou sob a forma de uma proteção nacional, através da regulação estatal das relações econômicas externas de cada país, numa política do tipo neomercantilista. Mas este segundo princípio somente se realizou no núcleo da economia-mundo, envolvendo os países centrais e seus sócios próximos. Estes países impõem uma proteção nacional e, ao mesmo tempo, no plano internacional o livre-cambismo e políticas liberalinternacionalizantes. Fazendo esta diferenciação, Fiori constata que os dois movimentos do desenvolvimento do capitalismo se realizaram de formas distintas no núcleo e na semiperiferia. O princípio internacional-liberalizante foi imposto pelo poder material e cultural da potência econômica dominante.

Neste ponto, Fiori lembra os ensinamentos de Charles Tilly que confrontando os processos de formação dos Estados na Europa, América Latina e na Ásia, observa que eles “diferem grandemente no que diz respeito tanto à organização interna quanto à posição dentro do sistema universal de estado (...) [e] ao estender-se ao mundo não europeu, o sistema de estados não continuou simples-

mente o mesmo” (Tilly, 1996: 278). No desenvolvimento do capitalismo no continente latino-americano, desde a sua origem, nem a formação do Estado-Nação gerou a necessidade histórica da constituição de um sistema de proteção nacional e, tampouco, a emergência de uma ordem capitalista industrial tornou necessária a transformação deste sistema ampliado para a proteção do trabalho e da terra. Como periferia do movimento histórico de expansão do capitalismo globalizado (denominado pelos autores aqui referidos como a economia-mundo), sempre teve posição marginal no sistema de competição interestatal.

A América Latina, enquanto periferia desta economia-mundo teve como particularidade histórica o fato de ter um Estado territorial independente desde o século XIX, mas tal fato não desencadeou o movimento de proteção na sua dupla dimensão: a nacional e a social. Frente ao sistema interestatal conformado globalmente, os Estados na América Latina não se colocam em confrontação com o movimento liberal-internacionalizante e nem ocorreu no continente um expansionismo regional. Este fato ocorreu, por exemplo, em outras periferias constituídas pela economia mundo e pelo sistema interestatal. Por exemplo, no sudeste asiático, com a conformação do Estado Japonês. O fato é que, no continente latino-americano, “os estados nacionais não participam da competição interestatal como tampouco sua competição regional ocupa lugar de destaque na multiplicação das riquezas nacionais” (Fiori, 2000: 14).

A inexistência de forças atuando na constituição de proteção social, sejam as decorrentes do conflito capital x trabalho, sejam do conflito interestatal, teve como resultado a constituição de regimes de bem-estar fundados mais fortemente o princípio da reciprocidade do que na redistribuição realizada por políticas públicas. O trabalho de Filgueiras (1988) propõe uma útil tipologia destes regimes para a América Latina, que se diferenciam em função de condições históricas que presidiram a inserção de cada país na economia-mundo. Ela compreende as seguintes categorias: universalismo estratificado, sistemas duais e sistemas excludentes.

O universalismo estratificado alude a uma combinação de ampla cobertura de prestações sociais, com fortes diferenciais quanto à variedade dos benefícios, aos limites de acesso (como idade de



aposentadoria ou requerimento para financiamentos de habitação) e à qualidade das prestações. A conformação de sistemas deste tipo segue as linhas de modelos dos regimes de bem-estar corporativos da Europa continental. Os países da região que apresentam estas características são tipicamente Argentina, Costa Rica, Chile e Uruguai, mesmo quando o perfil que está assumindo o regime de bem-estar chileno parece estar se inclinando para um modelo mais liberal, tipo o anglo-saxão.

O Brasil e o México são tomados por Filgueiras (1988) como exemplos de sistemas duais, embora a população residente nas principais áreas urbanas destes países tenha acesso a um sistema de bem-estar próximo ao que tipificamos anteriormente como universalismo estratificado e o resto da população tenha muito pouca cobertura dos serviços sociais. Nestes casos, a diferença é que, politicamente, “o controle e a incorporação dos setores populares tem descansado em uma combinação de formas clientelísticas e patrimonialistas nas zonas de menor desenvolvimento econômico e social e formas de corporativismo vertical nas áreas mais desenvolvidas” (Filgueira, 1988).

A categoria regimes excludentes que, com exceção do Panamá, inclui para Filgueira, o restante das sociedades latino-americanas, se caracterizou historicamente pela presença das elites que “se apropriam do aparato estatal e que, apoiadas na exportação de bens primários em economias chave, utilizam a capacidade fiscal destes estados para extrair rendas, sem prover a contrapartida de bens coletivos, sejam eles na forma de infraestrutura, regulação ou serviços sociais. Os sistemas de proteção social e seguro deste tipo consistem na sua maior parte de políticas elitistas que agregam privilégios adicionais para a população em situação já privilegiada. Profissionais, um número muito reduzido de trabalhadores formais e os funcionários públicos é que são tipicamente favorecidos neste modelo. A maior parte da população representada no setor informal, a agricultura e a mão-de-obra secundária se encontra excluída. “Consistente com este panorama, os indicadores sociais neste tipo de países apresentam sistematicamente os piores igualitarismos assim como os diferenciais mais altos em regiões com distintos graus de desenvolvimento” (Filgueira, 1988).

## A Metropolização na América Latina como semiperiferia do sistema mundo

Quais as consequências para o processo de urbanização na América Latina? A formação e desenvolvimento das metrópoles do continente expressam o efeito das forças liberalizantes. No desenvolvimento do capitalismo no continente, desde a sua origem, a formação do Estado-Nação não gerou a necessidade histórica da constituição de um sistema de proteção nacional, tampouco a emergência de uma ordem capitalista industrial tornou necessária a transformação deste sistema ampliado para a proteção do trabalho e da terra. Como periferia do movimento histórico de expansão do capitalismo globalizado (denominado pelos autores aqui referidos como a economia-mundo), sempre tivemos posição marginal no sistema de competição interestatal.

Ao mesmo tempo, onde ocorreu um processo de industrialização, a força de trabalho foi constituída pelo intenso movimento migratório interno e externo, portanto, por um intenso movimento de mercantilização do trabalho. A cidade da industrialização com “massa marginal” permitiu que a formação da classe operária fosse vivida como um processo de mobilidade social ascendente já que era associada à intensa migração dos camponeses empobrecidos do campo, consequência dos efeitos de desarticulação das economias regionais provocada pelas relações de dependência.

A migração foi um fator de “mobilidade social ascendente” para estes trabalhadores, dadas as enormes disparidades de condições de vida. A formação de um extenso exército industrial de reserva na cidade. No caso brasileiro, podemos dizer que, por um lado, nossa industrialização em sua gênese prescindiu de um urbano como força produtiva capaz de fornecer os meios necessários à reprodução coletiva do capital e da força de trabalho, em razão do seu caráter autárquico. Por outro, a indústria nascente produziu, com efeito, o seu “urbano”, através do modelo da “servidão burguesa” (Leite Lopes, 1982).

Parece-nos importante ainda acrescentar as características da metropolização tem também como causa as consequências da constituição de um “mercantilismo urbano” como centro do tratamento político das grandes cidades do continente. Este “mercantilismo urbano” resultou da relação entre o Estado, as forças liberal-internacio-

nalizantes e as forças liberais-nacionais, expressa no que Carlos Lessa e Sulamis Dain chamaram de “sagrada aliança” (Lessa; Dain, 1984). A “sagrada aliança” assegurou a convergência de interesses entre os capitais nacionais dominantes em órbitas não-industriais e os capitais internacionalizados, de tal forma de uma coalisão de interesses que comandou de maneira liberal e conservadora a inserção dos países da América Latina na expansão e difusão do capitalismo globalizado.

Para tanto, o Estado vem cuidando para que sejam obedecidas duas cláusulas: a divisão das órbitas de acumulação e a distribuição horizontal da mais-valia, de forma que ocorra a equalização de lucratividade dos capitais nas duas órbitas. A cidade e, em especial, a metrópole foi usada nesta sagrada aliança como fronteira de viabilização dos interesses mercantis nacionais na forma de vários circuitos de acumulação sustentados pela produção e apropriação da cidade. Circuitos relacionados com os mercados imobiliários e fundiários, a construção de obras de equipamentos coletivos através da encomenda do Estado, a exploração dos serviços urbanos através de permissões e concessões, chegando até ao comércio ambulante de caráter territorial.

O Estado atuou ativamente na gestão da harmonia da coalisão de interesses deste capitalismo liberal-internacionalizante garantindo suas condições e promovendo a permanente mercantilização da cidade. Ao mesmo tempo, a metrópole desta política do *laissez-faire* urbano teve como contrapartida a utilização da metrópole como fronteira aberta a massa marginal que expressa o intenso processo de mercantilização da força de trabalho. Este outro lado da gestão das metrópoles operada por esta coalisões de interesses foi, portanto, uma espécie de política perversa de tolerância total com todas as formas de ilegalidade e irregularidade no uso e ocupação do território das metrópoles.

Em conclusão, enquanto no núcleo a competição interestatal e aliança entre Estado e os donos do dinheiro desencadeou um momento de regulação nacional e social como forma de regular o conflitos entre globalização e fixação territorial do capital e entre capital e trabalho, no qual a cidade e o trabalho foram parcialmente desmercantilizado para assegurar a expansão do capital, como nos mostrou as pesquisas realizadas por Christian Topalov<sup>11</sup>, na América

---

<sup>11</sup> Topalov (1988; 1991; 1996) e (Macri; Topalov, 1994).

Latina esta expansão leva ao seu contrário, ou seja, a intensa mercantilização do trabalho e da cidade, o que se constitui o núcleo explicativo do nosso processo de metropolização. Mas, esta dinâmica ocorreu de maneira diferenciada em termos de intensidade nos países do continente, em função dos seus processos de constituição do conflito capital x trabalho na formação da ordem industrial e dos Estados-Nações.

## Conclusão

Na fase atual, no continente latino-americano, estaríamos no momento de retomada da força do movimento liberal-internacionalizante na expansão do capitalismo – hipótese que pode parecer contraditória com a, até recente, retórica nacionalista, estadista e desenvolvimentista das atuais elites governantes e com as políticas sociais anunciadas como constituidoras de uma rede de proteção social. Porém, devemos pensar esta contradição compreendendo o processo de neoliberalização como uma nova rodada de mercantilização da sociedade, na qual a cidade pode exercer papel central na construção do consentimento político e ideológico de uma nova virada neoliberal.

A seguir, apresentamos questões que devem orientar a compreensão do processo de neoliberalização da cidade a partir do enfoque histórico-institucional que orientou a nossa reflexão.

### A remercantilização como desproteção social.

A remercantilização significa transformar em mercadoria o que estava sob a proteção social, basicamente o dinheiro, o trabalho e a terra. A utilização da expressão remercantilização decorre do fato de na história recente do capitalismo, em função das lutas sociais entre capital X trabalho, dos movimentos sociais e culturais (ambientalismo, preservacionismo, defesa de patrimônios etc.) e lutas intercapitalistas levarem à transformação do marco regulatório criado pelas próprias necessidades da circulação do capital para além das necessidades mercantis. A neoliberalização expressa a demanda da liberação do mercado destas instituições protetoras e sua substituição por outras adaptadas às necessidades mercantis.

## A remercantilização como desregulação social

A remercantilização não é o desaparecimento da regulação pública. Ao contrário do senso comum, a sua realização demanda não a eliminação da regulação pública da reprodução do capital, pois não há um espaço estabilizado de reprodução do capital sem que, anexo ao mercado, existam instituições para regular as relações mercantis. Mas, as instituições de regulação devem ser desenhadas e funcionar baseadas e orientadas pela lógica do mercado. A melhor ilustração desta característica regulatória das novas instituições criadas pela neoliberalização é a substituição da concepção preservacionista no debate ambiental pela concepção baseada no princípio poluidor-pagador.

## A remercantilização como processo

A remercantilização é um processo que implica em transições e não em ruptura. Por que transições ao invés de transição no singular? Por um lado, porque remercantilização implica não apenas em mudanças das relações econômicas, mas mudanças das instâncias institucionais da sociedade (ideológica, cultural, política, jurídica, etc.). Também porque implica em transição espacial, já que desde a obra de Manuel Castells sabemos que é complexa a relação entre sociedade e espaço, no sentido de que a ordem espacial de uma sociedade não é um puro reflexo das suas relações sociais<sup>12</sup>. Por outro lado, devemos falar em transições uma vez que a remercantilização processo de luta de transformação que não evolui de maneira coerente. Por esta razão, a neoliberalização acontece de forma diferenciada, heterogênea e mesmo contraditória entre instâncias, escalas e lugares. Também é um processo que ocorre sob os efeitos da dependência à trajetória, isto é, não apenas depende do ponto de partida (grau de regulação e proteção social alcançados na

<sup>12</sup> “Considerar a cidade como a projeção da sociedade no espaço é ao mesmo tempo um ponto de partida indispensável e uma afirmação muito elementar. Pois, se é necessário ultrapassar o empirismo da descrição geográfica, corremos um risco muito grande de imaginar o espaço como uma página branca na qual se inscreve a ação dos grupos e das instituições, sem encontrar outro obstáculo senão o das gerações passadas. Isso equivale a conceber a natureza como inteiramente moldada pela cultura, enquanto que toda problemática social nasce da união indissolúvel destes dois termos, através do processo dialético pelo qual uma espécie biológica particular (particular, porque dividida em classes), o ‘homem’, transforma-se e transforma seu ambiente na luta pela vida e pela apropriação diferenciada do produto do seu trabalho” (Castells, 2000: 18).

fase anterior) como também dos processos concretos e de resultados obtidos nos processos de neoliberalização e de resistência (Brenner).

Neste sentido, conta muito as raízes ideológicas e históricas alcançadas anteriormente. Em sociedades que construíram amplos e enraizados regimes de bemestar podem criar uma cultura não mercantil e mesmo antimercantil sobre aspectos e esferas da reprodução social que podem constituir resistência ao processo de remercantilização. Por exemplo, a concepção alcançada em uma sociedade a respeito da proteção da *infância* como ciclo da vida dos indivíduos a ser protegido por instituições sociais como a família, a escola, etc. podem se transformar em valores culturais que resistem à transformação de crianças em trabalhadores, não obstante o empobrecimento das famílias ou a fragilização da escola. Podemos pensar nesta direção certos aspectos da cidade. A conquista do transporte urbano como direito social a ser assegurado pelo poder público, pode dificultar a sua transformação em serviços privados organizados exclusivamente pela lógica mercantil. Podemos ainda pensar, de maneira um pouco mais genérica, nesta direção o quanto a trajetória de neoliberalização de uma cidade pode ser diferente de outra pelo fato da legislação urbana existente em uma delas tenha absolvido ao longo dos tempos ideais de higienismo, de proteção do meio urbano (construído ou natural), de preservação de valores culturais e estas ideais tenham se enraizado na sociedade como referências coletivas, enquanto na outra ou a legislação não se desenhou segundo tais princípios ou eles não se enraizaram socialmente. É por esta razão que Brenner afirma que o atual processo de remercantilização não deve ser entendido como simples repetição do que ocorreu no século XIX. Temos hoje um contexto geopolítico e geoeconômico diferente em termos qualitativos e quantitativos. Além do mais, a neoliberalização toma caminhos influenciados pelos fracassos regulatórios que vai acontecendo. Por exemplo, na etapa inicial a pobreza era concebida como um efeito passageiro do processo de neoliberalização do mercado de trabalho e que a política social deveria se restringir a intervenções pontuais e focalizadas nos grupos mais vulneráveis, além de ser concebida como ação transitória para não interferir negativamente nos mecanismos de virtuosos ajustes via o mercado. O fracasso desta concepção levou a uma importante mudança na concepção liberal no que concerne à política de combate à pobreza. O atual processo de neoliberali-

zação é também distinto do anterior na medida em que surge em um contexto institucional consolidado, diferente do que ocorreu no século XIX.

## A remercantilização no contexto histórico atual

A remercantilização no contexto histórico atual implica na construção do consentimento. Harvey fala na existência de um “mapa móvel” do processo de neoliberalização e das dificuldades ter construir uma visão de conjunto das mudanças.

Ao mesmo tempo, para Harvey a neoliberalização é uma “longa marcha”, na qual estratégias baseadas na força (Chile de Pinochet) combinam-se com outras fundadas na construção do consentimento. Mas, o mundo estaria se submetendo ao processo de neoliberalização mais pela segunda via, ou seja, pela difusão e afirmação da *concepção neoliberal do mundo* cujos pilares seriam, de um lado, a predominância dos valores relacionados ao direito à liberdade do indivíduo, especialmente em relação aos valores fundados no princípio da igualdade. Há uma inversão da hierarquia de valores que fundamentou a construção das instituições sociais de regulação e proteção sociais que constituíram o *Estado de Bem Estar Social* que, especialmente no pós Segunda Guerra Mundial, expressava outro consentimento da sociedade da no qual os indivíduos aceitam abrir mão de parte de sua plena liberdade individual associada ao mercado em favor do engajamento em um sistema de obrigações e responsabilidades que assegurassem a coesão da sociedade.

## A mercantilização em múltiplas dimensões

O processo de neoliberalização não se restringe apenas ao mundo das relações econômicas, mas também implica em transformações culturais que constroem o consentimento. Transformações da cultura em geral e de campos culturais específicos. Por exemplo, transformações da cultura jurídica. Podemos observar o complicado processo de construção do consentimento necessário para o nascimento do Estado de Bem Estar Social se acompanharmos a longa marcha das necessárias transformações da cultura jurídica das sociedades europeias no final do século XIX para o surgimento do conceito de direitos sociais. A magistral interpretação de François

Edwald (1986) sobre o surgimento do Estado Providência vai nesta direção, pois este autor mostra de maneira detalhada como esta instituição surge ao longo processo que culmina na construção de um novo arcabouço jurídico que transforma a noção do direito de uma problemática da responsabilidade para outra de solidariedade.

## A remercantilização como longa marcha

Para Harvey, a longa marcha da neoliberalização que desconstrói este consentimento e propõe outro não se realiza apenas no plano das lutas em torno das ideologias política. As lutas se misturam com vários processos de transformação cultural, como por exemplo, os levantes mundiais iniciados em maio de 1968, onde já havia uma tensão entre os clamores pelas liberdades individuais e os referentes à justiça. Mas nos anos 1960/1970 havia possibilidade destas duas demandas se articularem em plataformas comuns em razão da percepção de um único inimigo: os interesses das grandes corporações e a ação do Estado tecnocrático e intervencionista. Estas duas forças dirigiam o mundo de maneira individualmente opressiva e socialmente injusta: exagerado consumismo, degradação ambiental, guerra, imperialismo, necessidades sociais não satisfeitas. A demanda era pela reforma do Estado opressor e das grandes corporações. O neoliberalismo não criou estes clamores, mas soube bem aproveitá-los. Considerando a importância da estratégia do consentimento na afirmação da visão neoliberal do mundo, ganha muito importância refletir sobre o eventual papel da cidade como laboratório de experimentação das políticas neoliberais.

No processo histórico da construção da concepção regulatória e protetora do Estado do Bem-Estar-Social a cidade nos primeiros anos do século XX já tinha servido como laboratório de experimentação que legitimou e difundiu as concepções e representações da questão social que depois (no pós Segunda Guerra Mundial) vão constituir as bases ideológicas, políticas e cognitivas da proteção social e regulação do mercado. Teve relevante importância na construção e difusão da percepção coletiva das causas da crise higiênica e da crise social decorrente do pauperismo como fato social ao invés de moral. O mesmo sucedeu com a construção da ideia de planejamento como modelo de ação ao invés da ação emergencial.



## Referências Bibliográficas

- ANDERSON, B. (2008). Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo, Companhia das Letras.
- ARRIGHI, G. (1994). O longo século XX. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. (2002). Sobre as artimanhas da razão imperialista. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, 2002, pp. 15-33.
- BRASIL (2001). Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados.
- BRAUDEL, F. (1996). Civilização material, economia e capitalismo. São Paulo, Martins Fontes. 2005.
- BRAUDEL, F. (1985). A dinâmica do capitalismo. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. (2012). Após a neoliberalização?. *Cadernos Metrópole*, v. 14, n. 27, pp. 15-39.
- CASTELLS, M. (1973). Imperialismo y urbanización en America Latina. Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
- CASTELLS, M. (1972). A questão urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- EDWALD, F. (1986). L'État providence. Paris, Grasset.
- FILGUEIRA, F. (1998). El nuevo modelo de prestaciones sociales en América Latina: residualismo, eficiencia y ciudadanía estratificada. In: ROBERTS, B. (edit.). (1998). Ciudad y política. San Jose de Costa Rica, FLACSO/SSRC.
- FIORI, J. L. (org.). (1999). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes.
- FIORI, J. L. (2000). A propósito de uma “construção interrompida”. *Economia e Sociedade*, Campinas v. 14, pp. 1-19.
- FIORI, J. L. (2001). Brasil no espaço, Petrópolis, Vozes,.
- FIORI, J. L. (2014). Desenvolvimentismo e dependência. In: História, estratégia e desenvolvimento. São Paulo, Boitempo.
- FIX, M. A. B. (2001). Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário brasileiro. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. (tese de doutorado).
- GORELIK, A. (2005). A produção da “cidade latino-americana”. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 1.
- HARVEY, D. (2008). O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo, Edições Loyola.
- KOWARICK, L. (1975). Capitalismo e marginalidade urbana na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KOWARICK, L. (1979). A espoliação urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LIPIETZ, A. (1989). Fordismo, fordismo periférico e metropolização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, pp. 303-335.
- LÓPEZ, N. (2005). Equidad educativa y desigualdad social: desafíos a la educación en el nuevo escenario latinoamericano. Buenos Aires, IPE-Unesco.

- MAHONEY, J. (2003). Long run development and the legacy of colonialism in Spanish America. *American Journal of Sociology*, v. 109, n. 1, pp. 50-106.
- MAGRI, S. e TOPALOV, C. (1987). De la cité-jardin à ville rationalisée: um tournant du projet réformateur: étude comparative France, Grand Bretagne, Italie, États-Unis. *Revue Française de Sociologie*, v. 28, n. 3, pp. 417-451.
- MARTINS, C. E. (2012). Tendências da economia mundial e perspectivas da América Latina. In: <http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/07/02/tendencias-da-economiamundial-e-perspectivas-da-america-latina/> . Acesso em 02/07/2012.
- MARTINS, C. E. (2011). Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo, Boitempo.
- MARX, K. (1867). *O capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. (1857). O método da economia política. In: *Para a crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1982, pp.14-19.
- MOISÉS, J.; MARTINEZ-ALIER, V. (1977). As rebeliões no subúrbio. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, n. 49, pp. 31-49.
- MORSE, R. M. (1975). A evolução das cidades latino-americanas. *Cadernos Cebrap*, n. 22. São Paulo, CEBRAP, pp. 5-35. Disponível em [http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?lang=pt&area=7&pagina=31&item\\_biblio=217](http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?lang=pt&area=7&pagina=31&item_biblio=217). Acesso em 7/06/2011.
- ONU/HABITAT. (2012). Estado de las ciudades: rumbo a una nueva transición urbana. Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos. ONU/Habitat, Nairobi.
- POLANYI, K. (1944). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- PORTES, A.; ROBERTS, B. (2005). La ciudad bajo el libre mercado: la urbanización en América Latina durante los años del experimento neoliberal. In: PORTES, R.; GRIMSON, A. (eds.). (2005). *Ciudades latinoamericanas: un análisis comparativo en el umbral del nuevo siglo*. Buenos Aires, Prometeo Libros.
- QUIJANO, A. (1973). La formación de un universo marginal em las ciudades de América Latina. In: CASTELLS, M. (1973). *Imperialismo y urbanización em America Latina*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili.
- RIBEIRO, L. C.; PECHMAN, R. (orgs.). (1996). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- RIBEIRO, V. L. (2010). A economia política dos sistemas-mundo e a visão do sistema interestatal capitalista: uma análise comparativa. Trabalho apresentado no IV Colóquio Brasileiro em EPSM – Economia Política dos Sistemas-Mundo. Programa de Pós-Graduação em Economia da UFSC. Florianópolis, 30 e 31 de agosto.
- ROYER, L. O. (2014). *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. São Paulo, Annablume.
- SADER, E. (2007). Crise hegemônica na América Latina. *Revista em Pauta*, Facul-

dade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 19, Rio de Janeiro, pp. 15-25.

SINGER, P. (1973). Urbanização, dependência e marginalidade na América Latina. In: SINGER, P. (1987). Economia política da urbanização. São Paulo, Brasiliense.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, P. (1987). Economia política da urbanização. São Paulo, Brasiliense.

TILLY, C. (1996). Coerção, capital e estados europeus. São Paulo, Editora da USP.

TOPALOV, C. (1988). Naissance de l'urbanisme moderne et reforme de l'habitat populaire aux États Unis. Paris, Centre de Sociologie Urbaine.

TOPALOV, C. (1991). Os saberes sobre a cidade: tempos de crise, Espaço & Debates, São Paulo, n. 34.

TOPALOV, C. (1996). Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles no século XX. In: RIBEIRO, L. C.; PECHMAN, R. (orgs.). (1996). Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

TOURAINÉ, A. (1976). Les sociétés dépendentes. Paris, Gembloux-Duculot.

WALLERSTEIN, I. (2001). O capitalismo histórico. Rio de Janeiro, Brasiliense.

WALLERSTEIN, I. (2006). Comprendre le monde: introduction à l'analyse des systèmes-mondes. Paris, La Découverte.

## Capítulo 8

# Desenvolvimento regional sob transformações transescalares: porque e como recuperar a escala nacional?

*Victor Ramiro Fernández*

### 1. Introdução

Entre os fatos mais marcantes na análise dos processos de reestruturação econômica-institucional e espacial do capitalismo durante as últimas três décadas figura o notável reposicionamento outorgado por acadêmicos e *policy-makers*, às regiões e localidades, bem como os processos produtivos levados adiante pela proximidade das empresas, força de trabalho e instituições.

O fato é que essas três décadas foram acompanhadas por programas institucionais, alimentados por pautas de pesquisa que apelam para escalas regionais e locais, como instrumentos de desenvolvimento, usando um complexo de categorias dominado por termos conceitual e funcionalmente difusos (tais como distritos, clusters, regiões inteligentes, cooperação, capital e densidade institucional). A replicação desses conceitos com impressionante universalidade contribuiu para instalar uma “nova ortodoxia regionalista/localista” ou, como outros sugerem, um “pensamento único localista” (Brandão, 2012), que ganhou terreno primeiro nos países centrais e, em seguida, na periferia, particularmente na América Latina (Fernández et al., 2008).

No entanto, os resultados da prática regionalista não foram precisamente promissores: Por um lado, foram mantidas e aprofundadas as desigualdades nos contextos macrorregionais e nacionais nos quais se inserem essas dinâmicas subnacionais, mantendo a América Latina como a região mais desigual do mundo (CEPAL, 2004). Por outro, no interior dos espaços nacionais, as convergências territoriais, seja sob a prática de mecanismos de mercado (Barro; Sala-i-Martin, 1992) ou pelo “desenvolvimento endógeno”, que fortaleceria a “iniciativa local” (Vázquez Barquero, 2000), esti-

veram muito longe de ser alcançados, confirmando um aprofundamento das desigualdades inter-regionais (Markusen; Campolina Diniz, 2003).

Tendo em vista essa realidade, cabe perguntar: quais são as chances de que essas categorias e ferramentas conceituais permitam dar conta das causas dessas desigualdades e diferenças em cenários e momentos históricos muito diversificados? E ao mesmo tempo, quais são as possibilidades de constituir e fixar uma estrutura para reverter tal cenário e fazer com que outro seja gerado com base em um desenvolvimento mais integral, especialmente para as nações e regiões periféricas?

Nosso ponto de partida é o de que os enfoques do desenvolvimento regional e as localidades precisam alargar suas perspectivas rumo à construção de categorias mais holísticas e adequadas, capazes de fornecer precisão ao cenário complexo e condicionado no qual se movem as regiões. Isso envolve, em primeiro lugar, a necessidade de considerar o desenvolvimento das regiões e localidades não apenas a partir de *dentro delas*, ou seja, a partir de uma concepção que entende que são espaços autodelimitados que dispõem, a partir de seu dinamismo interno, de uma capacidade imunológica suficiente para responder, de forma eficaz, aos desafios impostos pelos processos de globalização. Convidamos aqui o leitor a pensar as regiões e as localidades como *nós* integrantes de redes de fluxos e atores, assim como de decisões e recursos situados *fora delas*, que enquanto as atravessam e as redefinem permanentemente, as condicionam em suas estratégias e possibilidades (Amin, 2004); (Massey, 1994; 2004).

Nesta perspectiva geral incorporamos a relevância de: a) uma análise das escalas e suas representações na reestruturação capitalista, no contexto em que se compõe o discurso regionalista; e dentro dessa análise, b) uma recuperação do papel estratégico da escala nacional, tanto do ponto de vista de diagnósticos, como o de estratégias.

Ambos os aspectos permitem: 1) Por meio da análise escalar e da ascensão de dinâmicas transescalares explicar a funcionalidade da representação espacial bipolar, plana e desempoderada adotada pelas perspectivas regionalistas/localistas com as lógicas reprodutivas do capital global em tal reestruturação. Para compreender essa funcionalidade examinamos qual é o posicionamento das perspec-

tivas dominantes do novo regionalismo: a) no âmbito das metáforas e representações escalares praticadas pela geografia humana, destacando o papel sobrevivente do tamanho e das hierarquias no funcionamento do poder no plano mundial; e a partir dessa estrutura, b) nas lógicas e estratégias que acompanham as “políticas e as representações escalares”, cuja reprodução é impulsionada pelas frações globalizadas do capital; 2) Por meio da incorporação da escala mesonacional – e do papel do Estado nacional –, mostrar as razões pelas quais essa dominante perspectiva regionalista impede de explicar como as regiões se inscrevem dentro de trajetórias nacionais específicas, que por sua vez são localizáveis em macrorregiões, e que abrem, a partir dessas especificidades, diferentes potencialidades e requerimentos para o desenvolvimento em geral e para o desenvolvimento regional em particular.

A recuperação dessa escalaridade nacional sob uma perspectiva multi/transescalar<sup>1</sup> envolve, em primeiro lugar, a tentativa de resgatar o papel das abordagens analíticas apoiadas nas *variedades de capitalismo* (VoC) (Hall; Soskice, 2001) e o surgimento de conceitos, tais como o *Sistema Social de Produção* (SSP) e suas contribuições mais recentes no campo da geografia econômica.

Em segundo lugar, sempre sob da perspectiva escalar, tratamos de mostrar – a partir das diferenciadas trajetórias nacionais do Leste Asiático (LA) e da América Latina (AL) – que, apesar da perspectiva ampliadora, sobre os desafios, possibilidades e restrições que operam sobre as regiões, o conceito de SSP e seus elementos, demandam uma reformulação orientada para compreender as complexas, particulares e também diferenciadas respostas, cujas trajetórias capitalistas atravessam na periferia, e, dentro delas, países e regiões que compõem essas áreas.

Para isso trazemos elementos ausentes na abordagem do SSP, que além de incorporar uma perspectiva trans e multiescalar na análise da escala nacional compreendem: a) a consideração de qualidade do Estado e a relação dele com sua lógica de intervenção; b) a relação dessa intervenção com a estrutura e dinâmica do capital produtivo e c) a formação de um núcleo de acumulação endógeno

---

<sup>1</sup> Neste trabalho nos referimos à multiescalaridade quando consideramos articulações escalares de ordem institucional, nas quais vinculam-se determinadas instâncias ou concorrências. Apelamos, no entanto, à noção de transescalaridade ao considerar as relações compostas a partir de redes de fluxos que atravessam as ditas instâncias.

e sua capacidade de subordinar o capital financeiro para este fim integrar formalmente a força de trabalho a esse núcleo.

A partir da investigação comparativa desses elementos entre a experiência do Leste Asiático e da América Latina, tratamos finalmente de tentar explicar a importância deles e a dita escala nacional para formular diagnósticos sobre as possibilidades e limitações que se abrem para as regiões posicionadas em diferentes trajetórias nacionais da periferia, como diretrizes estratégicas para o desenvolvimento regional sustentável e integrador. Essas diretrizes propõem que combinar retroalimentarmente formas *bottom up*, baseadas em lógicas descentralizadoras e conectividades intra e interregionais/ locais, com padrões centralizadores e formas *top down*, no qual se destaca o papel multiescalarmente articulador do Estado nacional.

O trabalho está organizado em quatro seções, preservando a sequência dos argumentos antes referidos e conclui com uma síntese os aspectos e resultados, bem como os desafios para pesquisas futuras.

## 2. Regiões e localidades emergentes como ferramentas na reestruturação capitalista

Nos últimos 25 anos, as regiões e localidades foram definidas como locais estratégicos para a compreensão do processo de reestruturação e dinamização do capitalismo (Scott; Storper, 2003); (Krugman, 1991). A história do surgimento, evolução e institucionalização do pensamento “novo regionalista”, neste contexto, é, a essa altura, bem conhecido (Fernández et al., 2008), mas deixe-nos apresentar brevemente os aspectos mais importantes do argumento da tal reinstalação, não só em sua face acadêmica, mas também política e institucional.

Desde meados dos anos 80 um importante conjunto de contribuições sustentava que, em resposta à crise capitalista dos anos 70, assistimos à emergência de um padrão de especialização ou acumulação flexível (Piore; Sabel, 1984); (Hirst; Zeitlin, 1991). O mesmo é baseado em um novo padrão de organização dos processos de produção que veio desafiar a rigidez fordista por meio da desintegração vertical, a potencialização a divisão social do trabalho e apoio – a partir disso– das formas descentralizadas e cooperativas de base territorial (Scott, 1988). Inúmeros estudos de caso, essencialmente compreendidos pelo conceito de distrito industrial (Pyke,

Becattini, Sengenberger, 1993), foram então desenvolvidos para exaltar as novas tendências flexibilizadoras e sua relação com a regeneração das regiões.

A partir dos anos 90, e sob a influência de abordagens evolucionistas e neo-shumpeterianas e os desafios da economia do conhecimento, o surgimento do conceito de *Sistema Nacional de Inovação* (SNI) veio a posicionar estrategicamente o papel da aprendizagem institucional e o papel dos processos de articulação público e privado na geração dos processos de inovação coletivos (Lundvall, 1992); (Nelson, 1993); (Freeman, 1995). No final dessa década, e com a contribuição pioneira do GREMI (Groupe Européen de Recherche sur les milieux innovateurs) (Camagni, 1991; Maillat, 1995; Capello, 1999), a escala nacional sobre a qual originou o conceito deu lugar aos âmbitos regionais e ao conceito de Sistema Regional de Inovação (SRI). Isso permitiu posicionar tais âmbitos como instâncias estratégicas para a identificação e promoção de processos coletivos de aprendizagem e inovação, SRI a partir dos benefícios proporcionados pela proximidade espacial para o desenvolvimento desses processos (Cooke; Morgan, 1998); (Cooke, 2001); (Asheim; Isaksen, 2002); (Braczyk et al., 1998); (Boschma, 2005). Os benefícios dessa última e a importância dos *face to face contacts* foram mantidos até recentemente como fundadores da inovação, da competitividade e do desenvolvimento (Storper; Venables, 2004); (Rodríguez-Pose; Crescenzi, 2008); (Sonn; Storper, 2008).

Este posicionamento de regiões nas duas últimas décadas, primeiro a partir das vantagens estáticas da flexibilidade produtiva e divisão social do trabalho e, em seguida, a partir das vantagens dinâmicas, baseadas em processos coletivos de aprendizagem e inovação, encontrou uma forte tradução institucional. Conceitos como *clusters* e SRI se tornaram insumos essenciais nas pautas de assessoria e os programas internacionais dos países centrais, por meio de organismos como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e da UE (União Europeia), orientados para a inovação, competitividade e equilíbrio territorial, derramando também em muitos programas nacionais desse último cenário (Raines, 2001). Principalmente a partir da década de 90, esses conceitos foram transportados acriticamente para os cenários periféricos, como o latino-americano, também nas mãos de organismos internacionais como o BID (Banco Interamericano



de Desenvolvimento) a própria CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e diversos programas nacionais (Fernández et al., 2008).

### 3. Uma leitura do regionalismo dominante a partir das representações e metáforas escalares

#### 3.1. As escalas como representações

Como advertimos inicialmente, o vigoroso reposicionamento regionalista tem como efeito inverso resultados associados essencialmente ao aprofundamento e não à reversão das assimetrias regionais, feito que assume particular importância tendo em vista que, como foi destacado, esse reposicionamento não foi circunscrito à academia, mas ganhou presença no campo das instituições e das políticas para reverter estas desigualdades.

Essa incompatibilidade entre o discurso regionalista e os resultados de sua prática e suas políticas obedece uma leitura inconsistente sobre o processo de reestruturação escalar do capitalismo e, nesse contexto, do posicionamento que assumem e as potencialidades que se abrem para as regiões, as localidades e seus atores nesta reestruturação, especialmente nos cenários periféricos.

A problemática das escalas e suas transformações, tornada um dos *issues* mais centrais da geografia humana nos últimos 20 anos (Passi, 2004), é um ponto de partida importante para a compreensão dessas limitações. No entanto, o conceito de escala ficou comprometido em um campo de alta indefinição, ambiguidade e variabilidade, ainda que recentemente alguns questionem a pertinência de apelar para a escala para compreender os processos de reestruturação espacial (Marston et al., 2005).

Sua pertinência requer, em primeiro lugar, não adotar escalas como entidades reificadas e muito menos estáticas, mas como “representações” impulsionadas por atores acadêmicos, institucionais e econômicos, nas quais os últimos três apontam estratégias destinadas para resolver sua reprodução e os conflitos de poder originados por elas.

Proponhamos, portanto, abordá-las não apenas como instrumentos gnoseologicamente construídos (Jones, 1998), ou seja, como os artefatos epistemológico-analíticos (Moore, 2008); (Jones,

1998), mas, além disso, como representações (espaciais do funcionamento social) levadas adiante a partir de um processo interativo dos atores mencionados. Com este processo se delimitam em um dado contexto histórico e sob certas formas, determinados campos espaciais aos que dão certos conteúdos não só simbólicos, como também materiais, ligados à atribuição de competências legais, os facultades laudatórias, recursos econômicos etc. Esses conteúdos dão o sustento factual para as estratégias mencionadas, as quais, por sua vez, fornecem uma tradução espacial aos interesses contraditórios e às relações de poder sob as quais se colocam.

A escalaridade como “representação”, resultante dessa – muitas vezes contraditória – dinâmica social, acarreta certos “*mapas mentais do mundo*” (Toal, 2002) ou “*esquemas compartilhados de interpretação*” que dão determinado sentido para essas estratégias (ações e políticas) que são realizadas (Moore, 2008). O controle de conteúdos simbólicos e materiais sobre os quais essas representações escalares se organizam em um determinado contexto histórico, se tornam um insumo fundamental para a reorganização das relações de poder e a expansão das estratégias reprodutivas dos atores econômicos e sociais, estratégias sobre as quais transitam os fluxos e ações que constantemente se expandem e redefinem, transvasando as escalas desses mapas mentais socialmente consensuados. Essa consensualidade (esquemas compartilhados), por sua vez, não é um transvasamento linear de determinados atores acadêmicos em direção ao conjunto de atores econômicos e sociais, mas uma forma de mapear escalarmente o mundo que certos atores conseguem impor aos outros – combinando convencimento e conflitos, valendo-se em maior ou menor medida, de determinadas contribuições que operam primeiro como ideias e, em seguida, como instituições que passam a dispor desses conteúdos simbólicos e materiais indicados.

De fato, como mencionado, essas representações não são estáticas, mas ao contrário, uma vez que eles são um resultado da mudança de contextos históricos nos quais se desenvolvem as estratégias, bem como as crescentes interpenetrações escalares. No entanto, em certos momentos e espaços essas representações expressam “hierarquias geográficas relativamente estáveis nas quais as atividades organizadas em determinadas escalas tendem a predominar sobre as outras” (Collinge, 1999 apud Brenner, 2001:

607), tornando possível por meio disso, a implantação de estratégias de atores econômicos e sociais que assumem uma posição dominante.

Ao assumir essa perspectiva começa o caminho para revelar as incoerências daquelas “representações” ou “mapas escalares” adotados – implicitamente – pelo enfoque regionalista dominante. Tais inconsistências estão relacionadas à adoção de uma representação escalar plana e bipolar e, portanto, ignorar o poder e os interesses que acompanham as estratégias dos atores e a dinâmica espacial multiescalar e interpenetrada do capitalismo.

No entanto, para dar conta dessas deficiências da melhor forma é pertinente avançar nas abordagens das escalas realizadas por um corpo de metáforas utilizadas pela geografia política e econômica, para depois voltar à perspectiva “representacional” ligada ao papel de “mapa compartilhado” e as estratégias de poder que temos observado (González, 2007).

As representações das escalas por meio de metáforas foi claramente sintetizada por contribuições de Howitt (1998); Herod (2003) e Herod; Wright (2002). Embora seja útil primeiro considerar como ambas contribuições sobre as representações metafóricas podem ser complementares, também o é observar como se posiciona em tal contexto a representação escalar do discurso regionalista dominante. Sobre este quadro analítico e esse corpo metafórico, podemos finalmente, como já advertimos, voltar a nossa perspectiva representacional para analisar as escalas a partir do ponto de vista das políticas (“políticas das escalas”) e políticas econômicas (“economias políticas das escalas”), considerando-se as relações de poder e as estratégias que acompanham a transformação espacial e o posicionamento hegemônico do capital global. Observando a maneira como o relato regionalista dominante se articula funcionalmente com essas transformações podemos dar conta das inconsistências mencionadas, que por sua vez explicam em grande parte o divórcio com os resultados.

### **3.2. As escalas como metáforas**

A abordagem das escalas ganhou uma presença significativa na década de 1980, a partir das contribuições pioneiras apresentadas por Peter Taylor e Neil Smith.

Voltaremos mais tarde a algumas das notas centrais abordadas

por esse último para que nos concentremos no quadro escalar apresentado por Taylor no início daquela década.

Desde que a estrutura conceitual da abordagem teórica do sistema mundo e com o imperativo de dar uma dimensão espacial para a divisão social imposta pela dinâmica de acumulação que ocorre – crescentemente – no plano global, Taylor apresentou um quadro de análise triescalar formado pela *macroescala* global, a *mesoescala* nacional e a local *microescala* urbana/local (Taylor, 1982).

Como destaca Marston, essa trilogia escalar analiticamente poderosa – depois ampliada por Smith – não foi acompanhada em respeito à precisão dos aspectos envolvidos na produção delas, e na forma em que se transformam umas em outras (Marston et al., 2005).

Em grande medida, o debate sobre as escalas seguido das contribuições mencionadas nas duas décadas subsequentes tentou avançar sobre essa insuficiência. A partir da adiantada perspectiva de abordagem, que vincula as escalas não a uma ontologia, mas às representações dessas contribuições, sem dúvida a mais importante delas, veio da apresentação das mesmas por meio de metáforas.

Na perspectiva de Howitt, as abordagens sobre as escalas podem ser sintetizadas em torno de três metáforas (ou formas de representação) dominantes), as quais são abordadas sob a perspectiva de *tamanho*, o *nível* e a *relacionalidade*. Ainda quando Howitt realizou essa apresentação tridimensional para dar-lhe especial profundidade à terceira delas, procuraremos dar conta da significação e inter-relação das três, observando – como dizíamos – sua complementaridade com as metáforas recuperadas por Herod e a maneira como se posiciona a perspectiva regionalista no contexto dessas metáforas.

### **3.2.1. A metáfora escalar do tamanho, “o poder condicionador da dimensão” versus “a bipolaridade expansiva a partir do local”**

A primeira das metáforas destacadas por Howitt com qual pode ser considerada o modelo triescalar está ligada ao tamanho e se traduz no alcance ou extensão de cada um dos elementos desse modelo.

Essa metáfora permite observar os campos de escala global, nacional e regional como uma organização espacial marcada por

alcances e extensões espacialmente diferenciais no contexto dos quais podem atuar determinados *atores, forças, recursos, fluxos*, de forma que cada um desses alcances marquem os pontos nodais das ações (ou seja, os nós de decisão cujos efeitos e relações modificam os outros) ou – inclusive – o limite no qual essas ações são limitadas.

A introdução das escalas global, nacional e regional sob as metáforas relacionadas ao tamanho se complementa adequadamente pelas quais Herod representa tanto sob as figuras dos “círculos concêntricos”, como a das “bonecas russas”. Apesar de suas especificidades, elas representam esferas ou unidades/bonecas maiores – escala global – que abrigam em seu interior outras menores que integram/se acomodam como partes dentro de um todo – escalas regionais e local –, sem perder a sua independência constitutiva.

Esta metáfora escalar centrada no tamanho leva a uma leitura que, em contraste com a perspectiva regionalista dominante baseia-se nos *atores, forças e fluxos* posicionados nas instâncias/escalas maiores (representados pela boneca externa ou o círculo maior) contam – a partir de seu alavancamento global – com capacidades diferenciais para atuar e penetrar, de forma condicionante sobre os atores e forças localizadas em instâncias menores.

A representação da escala, pelo tamanho, conforme essa leitura, deixa pouca margem para pensar que as “bonecas” menores e seus atores, possam impor-lhes direções ou qualidades a este último, uma vez que o tamanho das escalas na qual estão colocadas marca também a capacidade operacional dos atores, forças e fluxos que as compõem.

Agora, como se posiciona a perspectiva regionalista dominante? A primeira resposta para esta pergunta é a de que a representação escalar que – implicitamente – assume essa perspectiva dominante não leva em conta um diferencial de tamanho na reestruturação escalar. Em vez disso, a representação escalar pode ser vista como a geradora de um processo de ordem bipolar no qual o reconhecimento do processo de globalização opera conjunta e complementarmente, com um fortalecimento das formas locais e regionais.

Trata-se de uma ordem bipolar, baseada em uma em uma dialética global-local, que sustenta que a expansão e o dinamismo do primeiro elemento do binômio (o global) se relaciona com a qualificação interna do segundo (o local) contrariamente àqueles que exaltam a capacidade do global em declínio e sob a subordinação do local (Gibson-Graham, 2002). A escala local não representa um

espaço (boneca ou círculo menor) explicado ou condicionado pelos espaços globais mais amplos. De maneira inversa, essa escala local – além do seu tamanho – se reposiciona no cenário bipolar emergente como âmbito de construção de construção dinâmico cuja consistência, complexidade e organização interna envolvem o dinamismo dos processos de escala globais.

A “representação” ligada ao tamanho e sua capacidade de condicionamento que pode se desprender das metáforas escalares, a perspectiva do novo regionalismo dominante se opôs a um esquema de “bipolaridade expansiva a partir do local”, que rompe em princípio o esquema de que “os tamanhos contam” e levam à interpretação de que o pequeno bem organizado opera como elemento de qualificação nas esferas maiores.

### **3.2.2. A metáfora escalar do nível: hierarquização *top down versus o modelo localista bottom up***

Então, essa primeira metáfora escalar, continua e se complementa e com a segunda dimensão das metáforas, que liga a ideia de escala com o nível e, por meio dele, com a noção de hierarquias.

Em apoio a essa abordagem hierárquica, Herod (2003) refere-se ao gráfico da escada, o que leva a uma leitura da organização espacial dos processos e as instituições, que responde às formas verticais, que estrutura os mesmos (processos) e em formas prioritariamente descendentes, ainda que também em formas ascendentes.

Em outras palavras, os tamanhos escalares podem associar-se à estruturas hierárquicas que impõem decisões, ações, estratégias e relações de “cima para baixo” (*top-down*) e aqueles – espaços e atores – localizados nos níveis inferiores locais (regionais, locais e urbanos).

Ao contrário, a perspectiva regionalista dominante evidencia a preponderância e relevância de uma articulação inversa à forma *top down*, ou seja, piramidal ou em forma de “escadas descendentes” sustentada a partir das metáforas de escalas. A representação mantida a partir da perspectiva regionalista supõe que o seu mencionado mundo bipolar (local-global), formado por dois campos de construção complementares, assenta-se em um plano de construção essencialmente local que opera com uma lógica primeiro horizontal, que não reconhece a importância (e os condicionamentos) derivados das verticalidades intralocais. A partir daí, propõe-se uma forma ascendente, que dissolve as assimetrias derivadas não

só do tamanho, mas do posicionamento em diferentes instâncias escalares. A interação escalar simplificada pela “bipolaridade ascendente” que resulta do que foi mencionado, acompanha-se de um posicionamento quase exclusivo no plano intralocal para a análise das qualidades dos processos, estratégias e as organizacionais que moldam essa interação bipolar.

### **3.2.3. A metáfora escalar da relacionalidade: construção social “monoescalar” versus “transescalar”**

Utilizando a imagem das “escalas musicais”, a terceira e última metáfora aportada pela contribuição de Howitt está ligada a uma concepção relacional, que insere as escalas, a sua constituição e suas transformações no âmbito de um processo interativo que facilita a construção dinâmica de totalidades geográficas (Howitt, 1998).

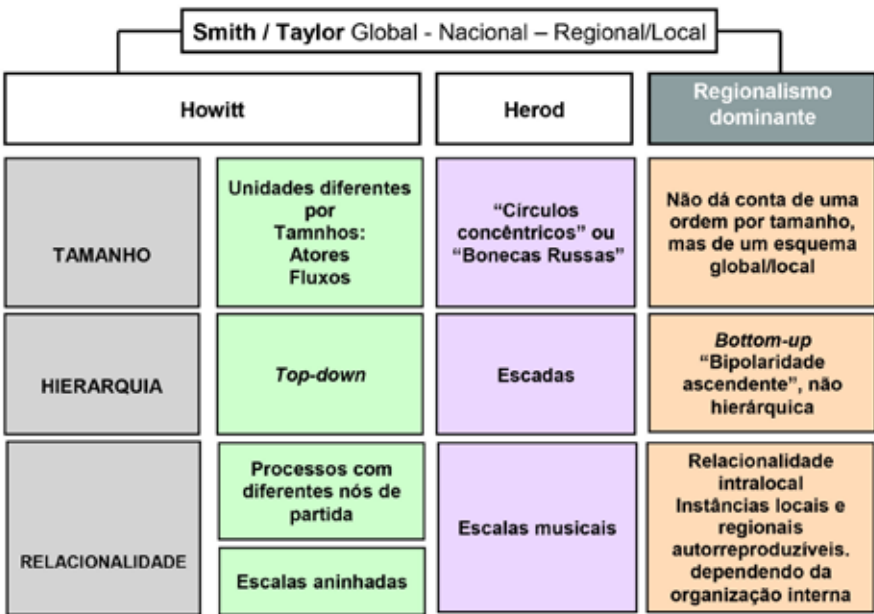
Sendo acompanhado por boa parte das abordagens desenvolvidas a partir de geografia humana (Marston, 2000); (Marston; Smith, 2001); (Passi, 2001), essa perspectiva relacional implica, em primeiro lugar – e em termos gerais – e em termos gerais, que as escalas não podem ser concebidas como instâncias fixas e autoisoláveis, mas como o resultado de um complexo de relações sociais transescalares que as interpenetram, configuraram e transformam permanentemente.

O complexo das relações sociais e econômicas ligadas à produção, reprodução e consumo social (Marston, 2000) ocorre por meio de processos transescalares (Howit, 1998), nos quais os atores, fluxos, decisões e relações, mesmo tendo diferentes pontos ou nós de partida (locais, regionais, nacionais ou globais), transvasando para esses últimos para dinamizar e reconstituir constantemente outras instâncias escalares, configurando o que foi denominado “escalas aninhadas” (Swyngedouw, 1997).

No entanto, o dinamismo e a mutabilidade sob a qual se conformam as totalidades geográficas de acordo com essa transescalaridade interpenetrante não impede, como já foi mencionado, que se conformem as hierarquias geográficas relativamente estabilizadas sob as quais se ancoram certos atores e atividades que predominam sobre outros (Brenner, 2001). Ou seja, a relacionalidade transescalar e seu dinamismo escalar convivem com estabilizações na quais as hierarquias e tamanhos preservam significância.

No entanto, como se posiciona a corrente regionalista dominante

a respeito dessa perspectiva e a metáfora relacional? Aquela toma novamente distância dessa última ao propor um imaginário escalar no qual as dimensões locais e regionais dão lugar à instâncias autor-reprodutíveis que conseguem fazer com que o alcance e a eficácia das interações externas dependam quase exclusivamente de sua qualidade organizativa. Em outras palavras, as relacionalidades estratégicas não passam a ser aquelas que conformam as redes e decisões transesca-lares, mas as que se realizam essencialmente sob formas horizontais em determinados contextos definidos como “locais”. A escalaridade do regionalismo dominante é formada, portanto, a partir de uma relacionalidade prioritariamente intraterritorial (sob uma fronteira local autoimposta) e uma conectividade escalar essencialmente baseada na conexão de instâncias que são entendidas como compartimentos claramente delimitados e autoqualificados.



### 3.3. Rumo a uma estrutura comum de interpretação sob complementaridade das metáforas

Conforme o que foi mencionado, e mesmo quando o enfoque relacional das escalas tenha sido considerado como uma perspectiva mais atualizada e prioritável em relação ao resto das metáforas



(Marston, 2000), o fato é que todas as três formas de abordagem podem coordenar-se para obter uma adequada representação escalar. As redes de relações transescalares que configuram e reestruturam constantemente as escalas, no entanto, ocorrem vezes, em formas horizontais e o fazem muitas vezes sob modalidades verticais que configuram escalarmente as hierarquias geográficas relativamente estáveis às quais nos referimos, compreendendo um complexo específico e variável de concorrências e recursos dos Estado e de instituições, assim como de fluxos econômicos. As dimensões (tamanhos) não somente das escalas, mas dos atores que conseguem se posicionar e recorrer a estas escalaridades não deveriam resultar intradescendentes no momento de compreender as relações sobre as quais essas hierarquias geográficas são formadas.

Por exemplo, é evidente que um complexo supranacional – como poderia ser a UE – apesar de as novas representações e práticas escalares incluírem importantes formas de cooperação interlocal e transfronteiriço (Jessop, 2004)<sup>2</sup> e uma regionalização das políticas e estratégias<sup>3</sup>, o fato é que elas se realizam sob o desenvolvimento de novas formas verticais e hierarquizadas de organização e interrelacionamento escalar. Neste último sentido, as formas “acima-abaixo” de funcionamento institucional (como o que compõe a Constituição da UE, por meio das regras de Masstricht que impõem aos Estados nacionais) convivem assim mesmo com os outras vinculadas a processos nos quais – como veremos melhor logo mais – redes econômicas supranacionais, comandadas por macroatores transnacionais costumam usar os tamanhos para reforçar as formas de integração hierárquicas e subordinadoras sobre atores escalarmente posicionados no plano local ou regional (Hudson, 1998).

Em suma, se observarmos representações metafóricas das escalas de maneira complementar, podemos sustentar que a constituição e redefinição constante delas a partir da imbricação de relações sociais, institucionais e econômicos de ordem intra e transescalares, leva tanto a uma consolidação – sobre a base de novas instabilidades em configurações – configurando uma constante redefinição, mas nunca a uma supressão de formas hierárquicas, fazendo com que os tamanhos das escalas e dos atores que se movem nelas tenham um

---

<sup>2</sup> Misión Operacional Transfronteriza <http://www.espaces-transfrontaliers.eu/>

<sup>3</sup> [http://ec.europa.eu/regional\\_policy/index\\_es.htm](http://ec.europa.eu/regional_policy/index_es.htm)

papel central tanto na produção dessas hierarquias, como na reprodução das diferentes formas de subordinação econômica e espacial.

## 4. Retornando à visão representacional das escalas

### 4.1. O regionalismo dominante à luz das “política de escalas” (poder, estratégias e conflitos)

Estas últimas reflexões decorrentes da leitura condicional das metáforas das escalas fixam uma base adequada para voltar a nossa perspectiva representacional, relacionar essa última ao debate anglo-saxão sobre a “política de escalas” e o papel dos interesses e estratégias de poder que acompanham a formação das escalas. E como consequência disso, é possível detectar as cumplicidades da perspectiva espacial/escalar de regionalismo dominante com as estratégias de poder – e lógicas de interesse – impulsionadas por atores com posições hegemônicas no capitalismo global.

Como foi dito, as escalas como representações significam “mapas mentais” ou “esquemas de interpretação compartilhados” que resultam de certas estratégias (ações e políticas) historicamente situadas em um cenário contraditório, no qual certos atores conseguem ter controle sobre os conteúdos simbólicos e materiais, localizados em determinadas delimitações espaciais. Ao mesmo tempo, essas últimas e suas relações estão sujeitas a variações, que dependem das mudanças nas estratégias e relações de poder dos atores que as formulam. Essa forma representacional de conceber as escalas dialoga adequadamente com as noções de “políticas” (Smith, 1993), políticas-econômicas (Peck, 2010b) e “narrativa” das escalas (Swyngedouw, 1997); (González, 2005), no sentido de que as representações são atravessadas por práticas e estratégias (políticas de escala) como relatos (narrativas). Eles são destinados tanto para configurar hierarquicamente quanto alterar representações vigentes por meio de determinados projetos institucionais e campos de ação onde se localizam os núcleos dos recursos simbólicos e materiais. Políticas e narrativas traduzem sempre os processos hierárquicos com estabilidades temporalmente limitadas, em estruturas nas quais os atores econômicos e institucionais tentam apontar – com suporte acadêmico e institucional – suas estratégias, estabelecer relações e finalmente moldar as lutas que

viabilizam sua reprodução e fortalecem suas posições de poder. (Swyngedouw, 1997); (Brenner, 2003).

Localizado historicamente, a representação (imaginários ou mapas instalados) e as políticas e narrativas foram redefinidas no contexto da crise do padrão fordista consolidado no pós-guerra e sua transformação a partir dos anos 1970 (Harvey, 1990). Essa transformação implicou profundas alterações nos padrões de acumulação e regulação das novas formas de existência do capital, trabalho e organizações (Peck, 2001); (Peck; Tickell, 1994).

Do ponto de vista espacial, as “políticas de escalas” destinadas a transformar as representações escalares fordistas significaram uma reformulação da organização e interação escalar, por intermédio de diferentes “saltos de escala” (*jumping scales*) (Smith, 1993) para acima (formação de órgãos e processos supranacionais) e para baixo (descentralização e favorecimento do protagonismo de instituições e atores locais) (Swyngedouw, 1997); (Brenner, 1999). Embora nesses “saltos” participem representações e práticas escalares fordistas de atores subalternos que procuram subir na trama escalar para melhorar o controle ou expressar formas alternativas de resistência (Gonzalez, 2005), o reescalamento significou uma tentativa generalizada de enfraquecer as representações/narrativas e estratégias fundamentadas nos espaços centrais ocupados pelos Estados-nação (Peck; Tickell, 1994). Portanto, a representação escalar pós-fordista hierarquizou um padrão bipolar, baseado tanto na dimensão regional-local como a supranacional, colocando esses terrenos escalares como os âmbitos nos quais se dão as lutas e respostas às estratégias geradas, em grande parte, de forma externa a elas (Brenner, 2001), por meio de redes/fluxos que as atravessam e as redefinem, às vezes consolidando e outras vezes criando novos processos que criam desigualdades tanto entre quanto dentro delas.

Mas o que são os fundamentos/interesses que se movem por detrás dessas estratégias e as representações escalares que as sustentam?

A resposta para esta pergunta pede a consideração conjunta sobre qual é a estrutura contextual delas, quem são os principais promotores e interessados, e por que razões/interesses a representação escalar se desenvolve sob essa lógica bipolarizante assinalada (que desloca o Estado-nação). Ou seja, é necessário mostrar com precisão, pelo menos resumidamente, o fio condutor que articula

essas estratégias – entendidas como estratégias de poder – com os atores emergentes e os interesses perseguidos por esses últimos.

A compreensão aproximada desses aspectos não só abre as portas para analisar a funcionalidade dessa modalidade bipolar de representação escalar (apresentada como uma realidade esvaziata de conflitos), mas também com relação aos nossos objetivos, a compreensão da forma em que o “mapa escalar” do regionalismo dominante opera funcionalmente a esses interesses e, mais estratégias para além de suas finalidades.

Vale destacar que, inicialmente, o que difusamente foi chamado de globalização (Olds et al., 1999) representa um novo padrão de reprodução montado na crise do modo de reprodução fordista e revolução tecnológica (principalmente a partir das tecnologias da informação), que conseguiu operar – como nunca antes no capitalismo – em tempo real e em escala por meio de redes fluxos e processos (Castells, 1996).

Do ponto de vista econômico, a maioria dessas redes se constitui a partir do posicionamento dominante de uma fração privilegiada da capital global, as empresas globais, que representam firmas com o poder de coordenar e controlar as operações em um grande número de países, mas cujas operações geograficamente dispersas estão funcionalmente integradas, e não são apenas um portfólio diversificado de atividades (Dicken, 2011).

Ao operar dessa forma permitiu-se que os processos de reprodução e realização funcionem sob a forma de cadeias globais de produção e valorização, que enlaçam um complexo de atores e espaços multiescalares, assim como de atividades que compreendem o projeto, a produção e o marketing, assumindo as primeiras e as últimas funções – os papéis estratégicos na *governance* de tais redes/encadeamentos (Gereffi et al., 2005); (Kaplinsky, 2000); (Messner, 2002).

A posição dominante que geralmente ocupam as corporações globais nessas cadeias ocorre porque esses são os únicos atores – frações do capital – que durante o processo globalizador pós-fordista puderam externar sua lógica reprodutiva em relação aos condicionantes de intervenção keynesianos colocados nas bases nacionais, dominantes sob o fordismo (Fernández, 2001); (Peck, 2001); (Ross; Trachte, 1993). Por meio dessa lógica externada conseguiram, desde o qualitativo, a capacidade de agir multilocalizada e variavel-

mente, operando como organizadores/montadores de várias redes locais e regionais. Este aspecto qualitativo tem sido associado a uma dimensão quantitativa: o escopo/tamanho (transglobal), tanto de si mesmos quanto das redes, que em conjunto viabiliza o controle por parte de tais corporações, das funções estratégicas das cadeias de valor (design e marketing), nas quais, tal como proposto, se concentram as atividades da mais alta valorização.

É claro que os efeitos disso não são inócuos, mas carregam a possibilidade de monopolizar seletivamente as receitas extraordinárias associadas a esses encadeamentos globais (Dabat et al., 2007), enquanto reforçam as formas de subordinação e controle – anteriormente examinadas por Dicken (1976) – sobre o maioritariamente complexo de atores econômicos, a força de trabalho e as instituições que permanecem confinadas nos planos regional e local – ainda participando das redes globais.

Sobre esse cenário e dinâmica se explica a funcionalidade com a lógica do capital global que adquire a representação escalar bipolar e os saltos de escala, para cima e para baixo, a que nos referimos, que atores acadêmicos e institucionais veem como necessários e inevitáveis.

Essa lógica implica uma forte e debilitadora pressão no espaço nacional e nos atores nacionais, principalmente no Estado, por criar instâncias e atores por meio dos quais, durante o fordismo, se constituíram os elementos fundamentais de amparo e redistribuição, que operam não só a favor da força de trabalho (Peck, 2001), mas também das frações não concentradas do capital e dos territórios periféricos.

Com relação ao escalonamento para cima (*upscaling*), a consolidação de instâncias do governo macrorregional e instituições de regulação globais ou de financiamento aportam, em todos os casos, um apoio à conformação de poderes restritivos das formas de intervenção socialmente redistributivas e produtivamente protetivas. Elas foram usadas desde o pós-guerra – com diferentes consistências – tanto por Estados de países centrais quanto periféricos, embora essas formas de intervenção tenham viabilizado um crescimento com distribuição social que o período neoliberal não conseguiu alcançar. (Navarro, 2004).

Enquanto isso, a promoção de formas descentralizadas e o protagonismo local que integram os reescalamentos para baixo,

contém um fundamento/interesse, tanto social como produtivo associado à geração de formas de reprodução sócio-espacialmente fragmentares.

Em relação aos serviços sociais, essa forma de reprodução permite que o desmantelamento das condições centralizadas e universais de organização e fornecimento de bens, próprias do “capitalismo organizado” fordista que ameaçam o capital global com uma distribuição sob formas universais, destinadas a favorecer os atores e regiões desfavorecidas por intermédio dos mecanismos de mercado. Para viabilizar isso, essas formas descentralizadas e localistas acabam promovendo um padrão fragmentado de autoprovisão local do *welfare*, com base em formas de assistência e qualificação social territorialmente autogestivas, que descomprimem a capacidade de pressão e condicionamentos – fiscais, sociais, institucionais – sobre as frações globalizadas do capital.

No que se refere à dimensão produtiva, potencializam-se as variáveis locais, mas também formas produtivas locais desiguais, adaptáveis às novas exigências de redes globais controladas por frações hegemônicas de capital global (múltiplos *workfare states* locais). Tais “formas variáveis” fornecem diferentes alternativas territoriais (de infraestrutura, tecnologia, condições ambientais, custo e qualidade da força de trabalho etc.), enquanto se dilui a ameaça de um padrão de políticas centralizadas que obrigue o capital global a orientar os fluxos de inversões e inovação assim como o destino dos excedentes.

Resumidamente, o processo de reescalamento incentiva uma função dinâmica fundada em instâncias supranacionais nutridas de um poder sem responsabilidades e de instâncias subnacionais fundadas em uma responsabilidade com restrições de poder (Peck; Tickell, 1994). Ambos os aspectos cooperaram em desativar a capacidade de intervenção centralizada (do Estado-nação) e promover estratégias territorialmente fragmentares e *darwinianas*, que impedem uma extensão da ação coletiva além do intralocal, ao mesmo tempo que asseguram os ambientes produtivos variáveis e adaptáveis que as redes controladas por esse capital global mesclam e controlam.



## 4.2. Regionalismo dominante segundo os interesses das “representações” e das “políticas das escalas”: funcionalidades com o capital global

A partir do que foi argumentado as representações escalares não são inócuas, mas representam práticas, instituições e estratégias vinculadas a determinados atores com interesses contraditórios no processo de reestruturação econômico e espacial do capitalismo.

Argumentamos que os atores – e seus interesses – e o posicionamento e as estratégias deles envolvem essas representações de ordem bipolar no processo de reescalonamento da escala global. Nesse contexto, como advertimos, podemos inserir a lógica escalar que impulsiona a perspectiva do *Regionalismo Dominante* (RD) e sua apelação às aglomerações locais como base motora do desenvolvimento territorial.

Tal inserção de RD se mostra funcional a esses interesses, devido a sua leitura do funcionamento escalar, como foi mencionado, oculta o poder que se desenvolve nesses atores e estratégias com interesses contraditórios. A silenciosa eliminação desses aspectos na narrativa escalar do regionalismo se vale de forma retroalimentar da também analisada supressão da significação dos tamanhos e as hierárquicas ao momento de relacionar o espaço com as dinâmicas sócioeconômicas institucionais. Ele origina um mapa operativo plano, na qual a qualidade organizativa (essencialmente

horizontal) do local, permite harmonizar-se adequadamente com as dinâmicas globais.

Nesse mapa pouco realista, as grandes unidades transnacionais que comandam as redes globais aparecem ou bem descentradas ou bem convenientemente acopladas perante processos locais com capacidade de definir o futuro globalizador a partir da fortaleza das redes intraterritoriais. Trata-se de uma escalaridade compartimentada, na qual as fronteiras do local podem operar preventiva e imunologicamente para condicionar a maneira em que os atores globais se acoplam aos territórios. Nessa escalaridade vinculada, mas bipolar, compartilhada e não hierárquica, a importância do tamanho desses atores se dilui perante a significação da organização coletiva territorial.

No entanto, uma vez que o poder é reinstalado junto às dinâmicas assimétricas e interessadas, na qual penetram os tamanhos e as hierarquias, o mapa escalar do RD se acopla funcionalmente às representações e políticas escalares que favorecem a reprodução desigual do capital global. Mais precisamente, a versão plana e localmente autorresolutiva do RD nutre a dinâmica social e produtivamente fragmentadora reforçada pelos reescalamentos para baixo, sob o analisado esquema bipolar. Ou seja, o RD opera não alternativa, mas funcionalmente na construção dos padrões territorialmente fragmentares e competitivos de autorresolução do bem-estar e competitividade, permitindo dismantelar as formas centralizadas de redistribuição sócioespacial, assim como a ampliação da oferta produtiva local que procura (sob competência interterritorial *darwiniana*) ingressar de forma subordinada nas redes globais que controlam o capital transnacional.

## 5. Da funcionalidade à alternativa: repensando a representação escalar do regionalismo a partir da recuperação da escalaridade nacional

Foi proposta uma avaliação que busca compreender a dinâmica regional dentro de um cenário transescalar, cuja organização institucional e complexo de práticas encontra cobertura em uma representação (imaginário) dominante, instalada por atores com interesses diferentes e lógicas conflitantes. Foi sustentado também que



a compreensão desses interesses e lógicas exige introduzir o papel dos tamanhos e as hierarquias que integram as relações sócioeconômicas/espaciais e formam interpenetrada e relacionalmente as escalas. Ele viabiliza a análise das formas subordinadas – e excludentes – que pesam ou podem pesar sobre a maior parte dos atores regionais e locais a partir dos processos de reestruturação em constante mudança, que governam as frações globalizadas do capital, tanto por meio de suas políticas escalares quanto das representações que ocultam essas desigualdades e forjam os consensos. Por intermédio dessas políticas, tais frações se posicionam nas redes – crescentemente globais – em cuja natureza não impera a horizontalidade nos acoplamentos dos atores econômicos e institucionais que integram maioritariamente as regiões, mas uma incorporação desigual e excludente que pode mais se ampliar do que se reverter (Hudson; Hadjimichalis, 2006).

Enquanto que, precisamente, a reversão dessa desigualdade e exclusão opera como um condicionante de dinâmicas regionais mais integrais e equitativas, está claro que ele só pode ser enfrentado no contexto de uma contra-representação escalar. Isso significa um projeto institucional e de práticas, que parta do princípio de admitir o peso dessas hierarquias e tamanhos na constituição e leve a uma representação escalar com lógicas funcionais e alternativas, baseadas no fortalecimento operativo das regiões e os atores subalternos ou excluídos.

Foi argumentado que isso é inviável no amplo enfoque do RD. Seu esvaziamento do poder e seus limites na consideração das lógicas que geram as desigualdades inter e intrarregionais transitam paralelos à sua simplificação escalar bipolar, a qual embora não negue explicitamente a presença de outras escalaridades como a nacional, as torna irrelevantes tanto na teoria quanto na. O resultado recém- indicado é sua funcionalidade com as formas fragmentares de reprodução sócioespacial que incentivam as representações e políticas escalares dominadas pelas frações globais do capital.

No entanto, essa degradada escalaridade nacional e seus atores econômico-institucionais constituem um insumo fundamental para formar um “mapa” mais completo, que ajude a compreender a dinâmica multi e transescalar que foi sustentada e partir dele, poder obter um diagnóstico realista e uma estratégia viável para as regiões e localidades.

Nesse sentido, uma importante quantidade de trabalhos mostrou como os processos de redefinição econômicos e espaciais ligados à globalização ocorreram com base em uma persistente e estratégica – ainda que alterada – presença dessa escala nacional e as formas variáveis de implicação de seus estados – nacionais – (Mann, 1997); (Weiss, 1998); (Jessop, 2004).

No entanto, o reconhecimento dessa persistência estratégica não leva a considerar – como fez boa parte dessa última bibliografia – a escala nacional e seus atores como realidades estáticas e isoláveis, o que guarda semelhança com a lógica dos fechamentos utilizada pelo RD ao considerar as regiões e localidades. Pelo contrário, a escalaridade nacional emerge, da mesma forma que as outras escalas, como uma instância constantemente redefinida como resultado das representações, instituições e práticas escalares que se interpenetram e se redefinem na estrutura de sua produção relacional (Mansfield, 2005).

Como participante de uma morfologia espacialmente redefinida e interpenetrada, a narrativa dessa escalaridade nacional e seus atores fundamentais, como o Estado, aparece também vinculada a um discurso que assegura a existência e a necessidade de transformá-lo funcionalmente. Tal transformação seria possível por meio de um desligamento das formas de legitimação e redistribuição que dominaram o período do pós-guerra e da emergência de um padrão de *workfare*, que exigem sua implicação direta para o apoio schumpeteriano da inovação e da competitividade do capital (Jessop, 2004).

No entanto, apesar do posicionamento em escalas nacionais nos permitir identificar essas transformações, é certo que a mesma escala, sua institucionalidade, suas instituições e organizações, tornam possível tamisar a generalização dessa transformação e reconhecer as especificidades nacionais que apresentam a reestruturação espacial e organizacional do capitalismo, como veremos a seguir.

Portanto, reformulada tanto em sua existência como em sua morfologia, e constantemente redefinida desde as relações sociais transescalares, a escala – e sua estatalidade – emerge como uma instância estratégica e, ao mesmo tempo, especificadora no momento de enfrentar combinadamente tanto os *diagnósticos* quanto as *estratégias de desenvolvimento* de regiões e localidades

## 5.1. “Escala Nacional”: diagnósticos adequados do contexto regional

O reconhecimento das especificidades nacionais que acabamos de ressaltar e sua relevância para os diagnósticos (regionais) encontra a contribuição da abordagem das “variedades de capitalismo”, que necessita, no entanto, superar um conjunto de limitações originadas da: a) desconsideração da perspectiva multi/transescalar; b) negligência daqueles aspectos que dão especificidade e explicam os resultados divergentes das trajetórias nacionais dos espaços periféricos.

### a. Diagnósticos desde a escalaridade nacional, através das variedades de capitalismo

A consideração das especificidades nacionais refere à atenção dos particulares “dependências de trajetória” e variedades (capitalistas)/arranjos nacionais que têm os atores sociais historicamente ocupados e caminhos econômicos e institucionais em que as dinâmicas são redefinidos multi/transescalares e inserção de regiões e localidades nelas.

Buscando uma importante tradição de estudos comparados de ciência política<sup>4</sup> e economia política, que destacaram a importância dos legados institucionais e as especificidades emergentes dos arranjos nacionais e seus *path dependences*, um conjunto de contribuições importantes e recentes permitiu finalmente apresentar uma estimulante agenda de pesquisa ligada às *variedades de capitalismo* (VoC) e sistemas sociais de produção (SSP). No primeiro caso, as contribuições como as de Hall e Soskice (2001) enfatizado voltaram-se à escala/base nacional para investigar diferenças dos países de centrais – e convergências – que existem entre as trajetórias nacionais com essas formas de organização orientadas pelo mercado e as outras coordenadas pelas instituições. Este foi complementado por contribuições relativas aos sistemas sociais de produção (SSP) (Hollingsworth, 1998); (Hollingsworth, Boyer, 1997), e os Sistemas de Produção e Inovação Social (SSPI) (Amable, 1997; 2000).

Todas essas perspectivas, além de seus méritos, convergem para notar que as características dessas “arranjos nacionais” operam

<sup>4</sup> Katzenstein, P. (1985): *Small States in World Markets. Industrial Policy in Europe*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1985, 268 pp. Gourevitch, P. (1986): *Politics in Hard Times: Comparative Responses to International Economic Crises*. Ithaca, NY and London.

como “padrões genéticos” que condicionam e dão particularidade aos “caminhos de saída” de crises e transformações estruturais operadas por processos de globalização (Hollingsworth; Boyer, 1997). Isso surge como resultado de que “as instituições estão incorporadas em uma cultura na qual suas lógicas são simbolicamente baseadas, organizacionalmente estruturadas, técnica e materialmente limitadas e politicamente defendidas. A configuração institucional exhibe normalmente algum grau de adaptabilidade a novos desafios, mas continua a se desenvolver dentro de um estilo existente” (Hollingsworth, 1998: 485).

O reconhecimento das VoC exigem então a identificação a partir da escala nacional, das configurações específicas de certos elementos forjados a partir de certa *path dependence*, o que permite observar as diferenças – e convergências –, assim como as *performances* particulares, vinculadas tanto no plano de competitividade como da cobertura e integração/cobertura social.

Ora, quais são os elementos a partir dos quais é possível avançar em uma estratégia comparada a partir a escala nacional com base nas abordagens de variedades do capitalismo e desenvolvimentos em torno dos SSP e dos SSPI?:

**O sistema de relações industriais:** compreende as formas (coletivas ou individuais, centralizadas ou descentralizadas) de determinação dos salários (contrato), e as formas de participação da força de trabalho nos processos produtivos.

**O sistema de formação dos trabalhadores e administradores:** trata-se de avaliar a existência de sistemas formais de educação e formação de participação da força de trabalho dos sindicatos e das organizações empresariais.

**As relações entre empresas:** aqui são analisados os processos pelos quais se estabelecem as relações estruturadas entre as empresas do mesmo setor, bem como aquelas que conectam as empresas com fornecedores e clientes, ou seja, a maneira como se formam os emaranhados produtivos a partir do tipo de relações interempresariais.

**O mercado financeiro de uma sociedade:** incluindo se a forma de organização do sistema está baseada essencialmente no capital de riscos e os instrumentos próprios do mercado de capitais, ou a partir de um epicentro no sistema bancário e acordos estáveis de shareholders.

**A estrutura do Estado e das suas políticas:** observando o nível de intervenção do Estado em relação ao conjunto dos sectores económicos.



De forma complementar, segundo o contexto e a trajetória nacional são moldados determinados elementos que atestam a especificidade do SSP e SSPI, e estão relacionados com os padrões culturais e axiológicos: a concepção de igualdade e justiça baseadas no capital e no trabalho; os costumes e tradições baseados na sociedade, assim com normas, princípios morais, regras e leis que guiam a ação institucional.

Ora, analisemos como se formam os modelos, quais são identificados e porque têm os mesmos efeitos sobre as *performances*.

**Como se formam os modelos?** Com base nos elementos identificadores das VoC identificados ocorre o que os seus analistas chamam de “complementaridade institucional” (Soskice, 1991; 1999). Isso implica que a presença de certo padrão organizacional em um destes elementos requer compatibilidade/complementariedade com os combinações outro, restringindo as combinações e, por tanto, os tipos de modelos de variedades emergentes. Por exemplo, um sistema descentralizado de organização da força do trabalho e da determinação dos salários não é compatível com um esquema financeiro de base bancária voltado para relações de longo prazo entre o sistema financeiro e o produtivo (Amable, 2000).

**Quais são esses modelos?** A combinação por complementa-

ridade resultou, no caso dos analistas das VoC, em dois modelos: um baseado nas *liberal market economies* (LME), incluindo na abordagem empírica as experiências anglo-saxônicas dos Estados Unidos e Reino Unido, e outro baseado no *coordinated market economies* (CMEs), alcançando as experiências da Alemanha e do Japão (Hall; Soskice, 2003). Enquanto isso, o repertório de modelos relacionados com o SSP, e particularmente com os o SSPI, compreende um campo mais amplo de modelos. No caso dos SSPI considerado por Amable e seus colegas, as variantes contemplam um complexo tipológico, de pelo menos quatro modelos SSPI: *um baseado no mercado, o social-democrata, o público e o mesocorporativo* (Amable, 2000).

**Como estão ligados aos desempenhos?** As análises dos SSP amostram que os diferentes modelos são capazes de manter níveis elevados de desempenho econômico, porém diferentes resultados distributivos no mercado interno. Por exemplo, enquanto as LMEs são capazes de apresentar elevados níveis de emprego com padrões elevados de desigualdade, as CMEs tendem a ter uma configuração oposta. Nesse cenário, intervém o fato de que os fatores culturais e axiológicos (e seu complexo normativo institucional) tendem a priorizar no primeiro caso a iniciativa individual ainda com resultados desiguais e os segundos, níveis básicos de integração social. Do ponto de vista do dinamismo inovador as LMEs são capazes de operar em melhor medida com inovações radicais, enquanto os CMEs o fazem com inovações incrementadas, o que tem um impacto na forma com que as empresas e os Estados procuram se articular no mercado internacional.

#### **b. O desafio da (trans) escalaridade na recuperação dos “variedades de capitalismo”: um primeiro limite estrutural**

Ora, um diagnóstico adequado demanda que todos esses elementos especificadores que operam em escala nacional dando maior precisão a esses “modelos nacionais” não seja realizado dentro de uma perspectiva estática e mono-escalar, como a maioria das abordagens para as VoC (Peck; Theodore, 2007), e sim a partir de um enfoque multiescalar e dinâmico (Hollingsworth, 1998), que acomoda duas regiões de suas possibilidades e impactos como na incidência que essas últimas podem ocorrer a partir de transformações globais sobre a reconfiguração dos SSP.

Este último inclui, portanto, uma “via dupla”: I) para a primeira,

é impossível não diferenciar os posicionamentos que podem ter cenários regionais em âmbitos/escalas nacionais tão variáveis, como a Alemanha, China ou Argentina. Esses últimos mostraram representações e narrativas escalares (regionais e nacionais) com trajetórias institucionais cuja especificidades condicionam o posicionamento e a resposta dos territórios e suas organizações econômicas e institucionais; II) por “outra via”, a relações variáveis entre as dinâmicas regionais – seus atores e instituições – com outras instâncias regionais (relações horizontais), bem como as redes econômicas globais – assimétricas – (relações verticais), estabelecer um cenário constante de condicionamentos, desafios e, eventualmente, mudanças para as organizações e agentes econômicos e institucionais de base nacional.

### **c. Os elementos de variedades de capitalismo na especificidade periférica: a superação de um segundo limite estrutural**

Junto com a avaliação transescalar, a análise das trajetórias nacionais por meio das VoC requer, por sua vez, incorporar a consideração de outros aspectos para compreender as potencialidades e as fragilidades que escalaridade (nacional) tem em cenários como os periférico perante a expansão e transformação do cenário global.

Na verdade, quando diagnosticada a SSP ou SSPI, sua consideração no contexto das relações centro-periferia procuram atender aspectos que incluam as especificidades diferenciadoras pelas quais um reduzido grupo de espaços/trajetórias nacionais pôde excepcionalmente alterar a estrutura centro-periferia considerada irremovível, sobre a qual se estrutura o sistema mundo capitalista (Arrighi, 1999) é estruturado (Arrighi; Drangel, 1986).

Uma avaliação comparativa com o cenário latino-americano desses casos excepcionais, centrados na experiência do Leste Asiático (LA), e mais especificamente nos casos de *Japão*, *Coréia* e *Taiwan*, permite identificar um grupo de elementos comparativos imprescindíveis para poder avaliar não apenas as especificidades diferenciadoras, senão também as *performances* dos países periféricos, operando como aspectos complementares que foram negligenciados no olhar institucional das “variedades de capitalismo”. Esses elementos e aspectos negligenciados compreendem:

**I. As qualidades e a forma de intervenção, realizando a:**

- Avaliação não só da maior ou menor intervenção em relação ao mercado, mas também das qualidades das estruturas burocráticas e a profundidade das vinculações com a matriz de atores capitalistas que possuem Estados desafiados a desenvolver estratégias de industrialização tardia em contextos de fortes pressões globais para o desmantelamento das proteções.

**II. A estrutura e dinâmica do capital produtivo, considerando:**

- Em relação à estrutura, quem controla a estrutura de capital, avaliando o nível de concentração e descentralização, bem como a endogeneidade ou transnacionalidade dos mesmos.
- Em relação à dinâmica, como se como orientam – e com que compatibilidade – os agentes económicos na relação mercado interno e externo

**III. A estrutura e dinâmica do capital financeiro, avaliando:**

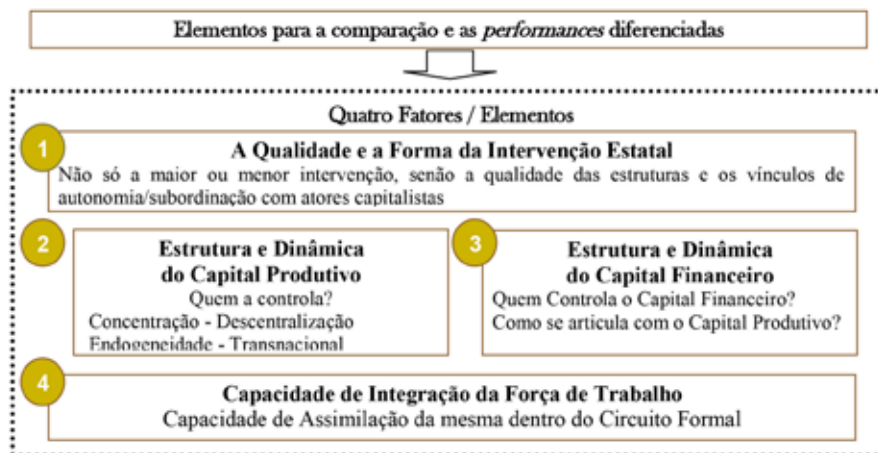
- No que diz respeito à estrutura, não só o domínio das formas bancárias ou da bolsa de valores, senão, mais uma vez, quem controla, em termos de origem e tamanho dos atores – o sistema financeiro.
- Do ponto de vista da dinâmica, como se orientou sua articulação com o sistema produtivo.

**IV. A capacidade de integração da força de trabalho, a partir de ponderar:**

- Não apenas a forma de negociação com o capital e seu envolvimento com as unidades empresariais, mas também a capacidade de assimilação nos circuitos formais da economia.



### As Variedades de Capitalismo, a escala nacional e as especificidades da periferia



#### I. Qualidades e formas de intervenção do Estado

A costura desses quatro aspectos indicados tem como ponto de partida a fortaleza ou debilidade do Estado para conduzir os processos de acumulação a partir de qualidades institucionais (capacidades internas) e sua capacidade de enraizamento com os atores sociais (capacidade de inserção externa e manobrabilidade social).

Isso exige transcender o conhecimento do maior ou menor grau de intervenção estatal institucional na compreensão do SSP, considerando portanto as qualidades/capacidades internas e externas a que nos referimos. A avaliação desses aspectos permite observar inicialmente os grandes contrastes entre o LA (Leste Asiático) e América Latina (AL), que têm impacto em suas *performances*.

No LA, além das diferenças na formação estatal e o desenvolvimento de suas burocracias (Cheng et al., 1999), existem poucas dissidências em torno da ampla capacidade de obter altas qualidades burocráticas e institucionais no plano estatal, pelo menos nas áreas de manobras nas quais se desenvolveram as estratégias com o núcleo de acumulação endógeno (Evans, 1995). Essas qualidades, que se originam na herança da linhagem colonial-burocrática japonesa (Kolhi, 2004), garantiram em primeiro lugar uma autonomia que evitou os ataques facciosos do Estado pelos atores sociais e concedeu força técnica para as estratégias de condicionamento sobre esses últimos. Além disso, a partir daí, foi garantida

uma plataforma para a elaboração de processos interativos e de sinergia (encastramento) com agentes económicos e sociais centrais que moldaram o núcleo endógeno (Evans, 1995; 1999).

Por outro lado, na AL e em um cenário de realidades nacionais heterogêneas, o Estado, situado como um ator altamente envolvido em processos de estruturação como resolução de conflitos (O'Donnell, 1972), a ponto de formar um padrão reprodutivo baseado em uma matriz centralizada no Estado (Cavarozzi, 2000) não conseguiu no entanto formar uma estrutura burocrática institucional qualificada necessária para alcançar a autonomia que antecede a ação disciplinadora sobre os atores manifestada no LA (Evans, 1994). Enquanto tal ação foi prejudicada pelo peso de atores económicos, altamente concentrados e de perfil rentista e mercado internista (Chibber, 2005), aquela qualidade institucional foi bastardeada pelas opções/estratégias de curto prazo, partidárias e clientelistas adotadas pela elite política à custa do declínio da utilização – a médio e longo prazos – de recursos para moldar estruturas de alta qualidade organizacional (Geddes, 1994); (Fernández et al., 2006). Ainda quando o propósito de boa parte da fase de industrialização substitutiva de importações (ISI) foi dar um papel ativo no desenvolvimento, o Estado foi desabilitado a reorientar os comportamentos rentistas dos atores económicos tanto internos quanto externos, aspecto que podemos ver contrastadamente ao considerar os dois elementos seguintes.

## **II. A estrutura e dinâmica do capital produtivo**

Através da observação comparada entre a AL e o LA, pode-se demonstrar de forma eficaz as diferenças nas qualidades internas e externas de existência da estatidade, que tiveram uma clara relação com os perfis assumidos pelos processos de acumulação em ambos esses diversos cenários.

Do ponto de vista da estrutura, considerando-se o padrão concentrado ou descentralizado, assim como o endógeno ou transnacional que domina a acumulação, vemos que, muito excepcionalmente – e apenas no LA – os processos de acumulação ocorreram de forma descentralizada, como no caso de Taiwan. Em todos os outros casos, os *developing countries* nessas regiões mostraram tendências a basear-se em um padrão de acumulação altamente concentrado, fundado base no protagonismo de grandes atores. No entanto, as confluências chegam só até aí.

O modelo desenvolvimentista exibido pela experiência do LA utilizou uma estratégia/política destinada a consolidar um núcleo de acumulação endógena. Esteve fundado tanto em uma estrutura concentrada de atores (como a Coreia) ou redes extensas de pequenos atores (incluindo Taiwan), bem como em uma seleção de setores estratégicos nos quais a entrada de capital estrangeiro foi tão restrita quanto condicional (Wade, 1990); (Amsden, 1989); (Akyüz et al., 1999). Este condicionamento consistiu em exigências para estender os vínculos produtivos com os atores locais e a transferência de conhecimentos a este último, em busca de uma força de trabalho capacitada, baixos salários e “desativação sindical”. Para os atores internos selecionados para formar o núcleo endógeno, o condicionamento consistiu no desenvolvimento desses conhecimentos e inovações destinados a qualificar a inserção nos mercados externos e a substituição de atividades importadas, em troca de benefícios fundados em auxílios diretos e indiretos de ordem financeira e fiscal, bem como de assistência científica e tecnológica (Wade, 1990); (Amsden, 2001); (Noland; Pack, 2005).

Em contraste, na AL o processo de substituição de importações aprofundado no pós-guerra não foi capaz de ganhar continuidade por meio da consolidação de um núcleo de acumulação endógena, capaz de cobrir as atividades críticas de uma substituição, enquanto eram quase inexistentes condicionamentos do Estado aos quais nos referimos no LA. A pauta de intervenção do Estado, influenciada pelo fraco padrão de construção institucional/estatal foi complacente com uma estratégia dominada por uma “assistência sem condicionamentos” de orientação quase exclusivamente para o mercado interno (Chibber, 2005), guiada pelas frações concentradas tanto do capital interno quanto transnacional. Como veremos, isso afetou a dinâmica estrutural do sistema, ao desestimular a eficiência e processos complexos de inovação.

As reformas institucionais seguintes à crise da ISI, introduzidas a partir das estratégias de privatização e desregulamentação impulsionadas pelas reformas neoliberais dos anos 1990, aprofundaram a transnacionalização da estrutura de capital previamente muito concentrada (agropecuária e industrial) (Cepal, 2005), ao mesmo tempo que ocorria a complexificação de processos produtivos.

Esse diferencial nas capacidades para instalar um núcleo de

acumulação endógeno, ao mesmo tempo dinâmico e inovador, e em grande medida ligado à capacidade desigual do Estado, teve claro impacto na dinâmica do capital produtivo. No caso do LA, os condicionamentos mencionados associados à obtenção de determinadas *performances* se expressaram na necessidade de obter uma inserção crescente e bem sucedida nos mercados globais. O fortalecimento de um núcleo endógeno desses recursos teve como complemento natural a progressiva inserção tanto no campo manufatureiro (e o distanciamento da doença holandesa associada ao domínio dos recursos naturais) assim como nos segmentos dinâmicos do mercado mundial – ligados à tecnologia de ponta. Em tal sentido, o fortalecimento das redes produtivas internas e a inserção nas redes econômicas globais formaram parte de um processo (Akyüz et al., 1999).

Por outro lado, na AL, além das heterogeneidades nacionais, o abortado processo substitutivo apresentou, como o Estado como uma de suas principais falhas uma crescente ineficiência e falta de estímulos para o avanço nos processos de aprendizagem e inovação globalmente competitivos. Isso alimentou sua natureza indiscriminada e incondicional, sua falta de orientação (e capacidade competitiva) externa aos processos de produção e posicionamento centrado quase que exclusivamente em *commodities* (recursos naturais) com baixo conteúdo de conhecimento (Fajnzylber, 1983); (Cimoli, Rovira, 2008).

Mais uma vez, a introdução de reformas neoliberais e processos de desregulamentação e privatização não produziram uma reversão disso, mas mesmo assim as respostas diferenciadas – crescente peso das manufaturas (México) e continuidade no domínio exportador dos recursos naturais (o Brasil, Argentina) –, em todos os casos o nível de integração com redes locais e sua inserção em segmentos dinâmicos de mercados globais manteve-se muito fraca (Godinez Enciso, 2007) além de ser um ponto de diferenciação claro com as experiências nacionais do LA.

### **III. A estrutura e dinâmica do capital financeiro**

Comparando o LA com a AL e avaliando os vínculos entre a sua formação e as relações com o capital produtivo, é possível mostrar a relevância que assume o nível de controle estatal e dinâmica diferencial.

O preservado controle do Estado sobre o sistema financeiro

que mostrou o LA, explica seu caráter estratégico – pioneiramente indicado por Johnson (1982) – na possibilidade aberta a partir do mesmo não só de garantir os vínculos do sistema financeiro com o produtivo, senão de forjar os padrões de condicionamento sobre a *performance* desse último impulsionado pelo Estado em relação aos atores empresariais (Woo-Cumming, 1999); (Akyiiz et al., 1999). Essa subordinação do sistema financeiro à *performance* do setor produtivo afastou a possibilidade de envolver a economia nacional em um padrão de valorização financeira, o que ocorreu, ao contrário, no cenário latino-americano, essencialmente a partir da abertura privatizadora e desreguladora da matriz neoliberal. (Gonçalves, 2006); (Arceo, 2006); (Salama, 2006).

Na verdade, o sistema bancário da América Latina (que só pertencia em parte ao setor público durante a dinâmica substitutiva) sofreu desde os anos 1980 e especialmente desde as reformas dos anos 90, um mercado no processo de transnacionalização – assim como o sistema produtivo –. Este processo ocorreu em paralelo à tentativa de enfraquecer o padrão bancário a favor do esquema de bolsas de valores e impor um sistema de fluxo de livre circulação financeira (Villalba, 2005). A forma bancária que sobreviveu sob o já mencionado contexto transnacionalizador e concentrador não apenas se isolou do setor produtivo – especialmente sobre o setor PyME – mas, em geral, teve uma baixa *performance* – em relação à capacidade de crédito que dinamiza o sistema econômico (BID, 2005).

#### **IV. A capacidade de integração da força de trabalho**

Com referência à capacidade de integração da força de trabalho, os aspectos antes mencionados influem decididamente na análise das diferenças e especificidades dos *developing countries*.

As diferenças quanto ao caráter de núcleo endógeno e ações condicionadas das empresas transnacionais e dos grupos locais, com seus efeitos integradores das redes internas, geram distinções substanciais no interior dos SSP e na natureza e dinâmica do mercado de trabalho e condições de existência da força de trabalho. No LA, a inserção de um mercado internacional com mercado interno integrado baseado na ampliação das cadeias produtivas e processos de inovação e aprendizagem, bem como o reinvestimento dos lucros para essas ampliações, da conta de um padrão de crescimento capaz de combinar alta produtividade com uma integração formal da força

de trabalho ao sistema produtivo. Com efeito, sob essas condições, o LA conseguiu tornar-se a macro região com as taxas mais baixas de desemprego no planeta, alcançando 3,8 % em 2008 (OIT, 2009).

Além disso, tal como proposto, essas taxas foram cobertas com um emprego informal reduzido, resultado dessa alta produtividade – tanto manufatureira quanto agrícola –, bem como de uma distribuição de renda que permite armar um ciclo de trabalho com base em um emprego mais estável e formal (Infante; Tokman, 1997).

Na AL, no entanto, e contra as previsões de Lewis (1954), a débil estrutura de produção endógena dos atores concentrados e transnacionalizados contribuiu com sua associação a um crescimento com baixa produtividade relativa, com o objetivo de realizar limitações substanciais para absorver a força de trabalho de origem rural que foi chegando aos centros urbanos (Tokman, 2001).

Isso potencializou a existência de uma presença expansiva da informalidade, que atinge quase metade da força de trabalho e na qual domina a precariedade, a baixa produtividade, baixa renda e baixa proteção social. Ela funciona como um refúgio colchão da baixa capacidade de absorção do sistema produtivo formal e alta regressividade da renda que acompanha e que posiciona a AL como a região mais desigual do mundo (CEPAL, 2004). Longe de serem revertidas, essas características regressivas e informalizadoras do emprego foram se agravaram com as reformas dos anos 90, com a simplificação do sistema de produtivo, a ação expulsora da força de trabalho por parte das grandes empresas e a redução do setor público (Tokman, 2001).

## **5.2. Do diagnóstico ao posicionamento estratégico: a escalaridade nacional como instrumento de desenvolvimento regional integrador e dinâmico**

Vimos que o escalaridade nacional transforma e permite verificar as variações econômico-institucionais, não só no centro, mas também na periferia. Tais variações são essenciais para observar como se conduzem diferentes *performances* em presença de vários tamanhos e hierarquias.

A consideração de variedades nacionais do capitalismo, os (quatro) elementos em falta para sua abordagem na periferia e os resultados de sua consideração empírica permitiu dar conta, a partir de um rápido – mas pontual – exercício comparativo, dos aspectos

essenciais sobre como e em que condições deveria se incorporar a escalaridade nacional e seus elementos para operar estrategicamente na periferia.

Certamente, a forma como esses elementos foram construídos são idiossincráticas, respondem a um *path dependence* e não são automaticamente transferíveis (Evans, 1999). No entanto, precisamente a forma como esses elementos são instalados, inspiram as diretrizes para ações e programas de acordo com realidades nacionais. Analisemos então, então quais são essas diretrizes.

#### **a. A transescalaridade como padrão de construção com epicentro nacional**

Em primeiro lugar é preciso destacar a necessidade de assumir a perspectiva transescalar para envolver escala nacional, evitando reutilizar as representações escalares sob as mesmas limitações que afetam os regionalistas-localistas ou seja, evitando entender o “nacional” como uma instância fechada e autorreprodutiva. Uma estratégia transescalarmente articulada a partir da qual se fortaleçam mutuamente os processos “abaixo-acima”, que garantam alta implicação regional nas instâncias e redes nacionais e supranacionais com os de “acima-abaixo”, que evitem o fragmentarismo localista funcional e as hierarquias e tamanhos que exploram o capital global, como analisamos.

#### **b. Uma estratégia nacional de desenvolvimento regional a partir da construção do Estado**

Com esse esquema multi/transescalar e em relação ao regime dessa última função articuladora, implica-se estrategicamente a escalaridade nacional, condicionada a desenvolver uma estrutura de alta qualidade institucional (burocrático organizacional) e um processo retroalimentar de ajustes com os atores econômicos e os agentes da sociedade civil. Isso implica a exigência de “contar com” e, em cenários como o latino-americano, “construir um” Estado com qualidades para desenvolver um núcleo de acumulação endógeno – com estímulo e condicionamento disciplinadores. Essa centralidade do Estado e sua qualidade não acarreta apenas a demanda de burocracias altamente capacitadas e organizadas com alta penetração social. Exigem também no interior do Estado, as elites políticas preparadas para o desafio de implicação (Kholi, 2004); e fora

do Estado, atores sócio-econômicos predispostos a seguir as orientações estratégicas dele (Chibber, 2005).

**c. Ações de interação Estado-sociedade no fortalecimento do núcleo endógeno: complexidade e dinamismo**

Precisamente por este último, a construção de núcleo endógeno implica um envolvimento estatal não asilado e impositor, mas que faça com que convivam multiescalarmente os condicionamentos e estímulos emanados do Estado com uma inserção cooperativa e sinergizadora com as instâncias coletivas da sociedade civil. Isso resulta essencial para estender e dinamizar as redes sociais e econômicas que dão complexidade e dinamismo à estrutura econômico-social. Do ponto de vista estritamente econômico, *complexidade* implica a extensão das cadeias – gerar novas atividades com novos atores econômicos endógenos localizados em zonas críticas das cadeias produtivas – enquanto o *dinamismo* acarreta a geração de processos coletivos de aprendizagem e inovação que deem posicionamento a esses atores e às dinâmicas territoriais nas porções mais dinâmicas das redes globais.

**d. O uso dos instrumentos da intervenção**

A configuração do núcleo endógeno com as características acima indicadas implica por parte do Estado o uso desses estímulos e condicionamentos por meio de uma abundância de instrumentos: fiscais, assessoria, do desenvolvimento de infraestruturas duras e suaves, a facilitação de taxas de câmbio competitivas, as formas de proteção paratarifárias (negociadas). Todos ou parte desses instrumentos operam por meio de ações organizativas, desenvolvimento de conectividades ou obtenção de *performances* para a geração de inovações ou concretização de exportações. Ainda, todos podem ser complementados com o uso estratégico do sistema financeiro, regulado de tal forma que sua rentabilidade se oriente ao financiamento dos processos produtivos, apelando para as variantes de um sistema público ou cooperativo, ou de uma forte regulação no setor privado orientado a decantar o crédito para os sistemas produtivos.

**e. Como, quem (novas bases da coalizão) e onde**

A implantação destes instrumentos leva a definir, de forma



geral, aspectos essenciais ligados à forma de *como*, *quem* e *onde* estão localizados.

Em respeito a *como*, além da observada capacidade diferencial exibida pelas experiências do LA e AL para configurar um estado ideal e formar um núcleo de acumulação endógeno nos termos indicados, elas convergem na dominância de um padrão *top down* de organização social, econômico e territorial, o que arrasta um esquema altamente centralizado nos atores e no território. Enquanto que na experiência do LA esta centralização contribuiu para moldar uma lógica altamente seletiva e concentrada no plano do espaço e dos atores (Hyung; Kee, 2005); na AL a isso se soma uma funcionalização de uma determinada lógica de formas paternalistas, patrimonialistas e populistas durante a ISI e aos processos de transnacionalização e consolidação das formas de valorização financeira e rentista, que acompanharam os processos de privatização e desregulamentação, particularmente desde que as reformas neoliberais realizadas nos anos 1990.

Neste caso, o processo reversivo em ambos os cenários passa por adicionar à demanda de transescalaridade em análise, uma transescalaridade no padrão construtivo que reverta essa dominância *top down*. Para o LA, o desafio consiste em reorientar o núcleo endógeno (impulsionado a partir da centralidade nacional e sobre grandes macroatores) para formas mais centralizadas em termos de controle do capital e dos cenários territoriais envolvidos. Na AL, por sua vez, o desafio – claramente mais complexo – passa inicialmente não por redefinir senão por moldar esse núcleo endógeno debilitado pela transnacionalização, invocando para isso uma estrutura escalarmente diversificada e ampliada. É necessário que ela desenvolva de forma complementar as formas *top down* e *bottom up* que conjuntamente favoreçam processos coletivos de organização e interação com a sociedade civil na formulação de programas, estratégias políticas e alocação de recursos etc.

Em relação a *quem* pode e deve ser protagonista, a viabilidade de *como* indicada anteriormente demanda assumir previamente a configuração de uma base de coalizão social e econômica alternativa, baseada em atores pequenos e médios e a força de trabalho ligada a ela, com um alcance territorialmente abrangente (que evita a concentração). Ou seja, uma base social territorial que conjugue atores e territórios que operaram periféricamente, sobre os quais

recaem os instrumentos antes referidos, procurando uma forma descentralizada de desenho e implementação dos mesmos não apenas no plano dos espaços, senão também dos atores.

Esta base de dados de coalizão social e territorial é essencial para enfrentar cenários como AL de um Estado qualificado e escalar bem articulado, uma base de coalizão real, liderada pelas frações capitalistas globalizadas do capital (produtivo e financeiro). Estas frações não só controlam os nós/funções nevrálgicas das redes globais, mas no interior das instâncias nacionais, têm a capacidade de condicionar o Estado em suas estratégias tanto de acumulação quanto de redistribuição.

Tendo em vista o que foi mencionado está claro que em relação ao *onde* as representações escalares regionais e locais formam peças essenciais não mais para operar – e apenas algumas delas – como privilegiados receptores de decisões *top down* ou de particulares condições internacionais ligadas à abertura do mercado e à sobrevivência *darwiniana* no mercado global; nem para ser concebidas como instâncias indiferenciadamente autorreprodutíveis além de seu posicionamento estrutural, seus recursos acumulados ou *path dependence*. Pelo contrário, são essenciais para atuar como nós dinamizadores de redes econômico-sociais nacionalmente articuladas, que procuram desenvolver processos de densificação de atores e melhoras coletivas no conhecimento para ingressar naquelas redes globais (translocais e regionais) controladas predominantemente pelo capital global.

A escalaridade regional e local, emerge então como, âmbito preferencial na constituição de conectividade e desenvolvimento intra e interregionais para acomodar e desenvolver essas redes e a formação a partir daí de um núcleo endógeno de acumulação. A escalaridade é uma instância ordenadora e promotora dessas conectividades com um alcance nacional.

O dinâmico de desenvolvimento que surge a partir do que foi destacado, combina, portanto, a qualificação e extensão constante da descentralização e o desenvolvimento das conectividades intra e interregionais com uma centralização ordenadora, com base em um estado de alta qualidade institucional, alcance nacional e interrelação escalar. Em outras palavras, estas diretrizes incentivam a complementaridade entre a centralização com epicentro nacional e impulsos *top down* escalarmente bem

articulados, e dinâmicas descentralizadas com processos *bottom up* que facilitam as conectividades (econômicas, sociais, e inter-regionais)

No caso das dinâmicas descentralizada de ordem intra e intrar-regional, isso ajuda a evitar:

- Que o reposicionamento de escalaridade nacional (e seu Estado) reincida nas debilidades conceituais que dominam regionalismo/localismo militante e, por sua vez, que reedite práticas de funcionamento verticais, clientelistas e populistas que arrastaram até a esclerose as estratégias substitutivas do pós-guerra, incentivando o endividamento a crise fiscal e as desvalorizações abruptas que atentam contra o que se procurava favorecer (Dornbusch; Edwards, 1990).
- Uma refortificação de mecanismos de alocação vertical com recepção passiva, que favorecem seletivamente determinados nós territoriais e assim como – neles – certos atores concentrados (local e ambos transnacionalizados) bloqueadores (a partir do rentismo) das conectividades institucionais e econômicas que dão complexidade e dinamismo ao sistema.

Enquanto isso, a intervenção nacional multiescalarmente articulada é central para:

- Forjar ou fortalecer um núcleo de acumulação endógeno social e territorialmente integrador. Isso sustentado na associação de pequenas e médias frações do capital e da integração de trabalho formal nos processos de produção e redistribuição, bem como o outorgamento de peso escalar e esses atores para condicionar o poder concentrado das frações transnacionalizadas do capital que controlam as redes globais.
- Reverter, de maneira complementar à anterior, riscos de fragmentação que, como vimos, afetam as perspectivas regionalistas/localistas dominantes e procuram as facções globais do capital na tentativa de dismantelar as restrições internas e as formas redistributivas vinculadas ao *welfare state*.

- Dinamizar, a partir da coordenação multiescalar, os condicionamentos e estímulos que recaem sobre os atores institucionais e econômicos, ajudando, por um lado, que as conectividades resultem efetivamente inclusivas fazendo chegar as mais dinâmicas até os cenários que foram tradicionalmente periféricos e, por outro, revertendo as práticas antiooperativas dentro e fora das representações escalares regionais.
- Finalmente, essa instância nacionalmente coordenada é imprescindível para sustentar os mecanismos redistributivos essenciais, que permitem fixar condições de partida territorial e socialmente equitativas. Com relação a esses últimos, o padrão de acumulação com capacidade de fortificar suas redes e sua dinâmica inovadora para se inserir em porções mais dinâmicas das redes globais, tem como condicionante e complemento o desenvolvimento progressivo de um sistema de bem-estar territorialmente estendido, com bens públicos assegurados (saúde e educação) e ingressos básicos universais. Ele fixa bases mais equitativas sobre onde lançar as conectividades inter-regionais dinamizadoras nas quais descansa a durabilidade do núcleo endógeno e a inserção no plano global com sucesso.

## 6. Conclusão

O que foi desenvolvido ao longo do trabalho se aglutina em duas partes claramente diferenciáveis e ao mesmo tempo altamente interconectadas.

Na primeira, fizemos uma apelação à perspectiva escalar para dar conta dos fundamentos das visíveis dissonâncias entre o reposicionamento das regiões e das localidades nos enfoques do desenvolvimento e os resultados calamitosos de sua tradução político-institucional para reduzir as desigualdades territoriais tanto no plano macro quanto no internacional que ocorreram nesse mesmo período.

Para isso examinamos as inconsistências das perspectivas dominantes do novo regionalismo, introduzindo a importância da noção de escalas e contrastando a perspectiva neorregionalista com o jogo de metáforas utilizado pela geografia para abordar a problemática escalar. Com esse primeiro contexto – contrastante

–, e adotando uma visão representacional das escalas, assim como uma análise transescalar dos processos de transformação espacial, argumentamos como a recuperação da hierarquia e o tamanho do no exame das dinâmicas transescalares permite dar conta da funcionalidade dos enfoques regionalistas com as dinâmicas fragmentadoras (e despolutizadoras) presentes nas estratégias reprodutivas das frações globalizadas do capital. Juntamente com os enfoques das “políticas de escalas”, sustentamos que o exame dessas funcionalidades mantém latente a importância da análise sobre os vínculos entre o poder e as hierarquias presentes nos processos de descentralização regional.

Na segunda parte, e com base no que foi apresentado, discutiu-se caráter estratégico que assume a recuperação de escalaridade nacional – sepultada por enfoques regionalistas – tanto para o desenvolvimento de diagnósticos quanto para diretrizes estratégicas. No contexto dessa recuperação se destacam as contribuições ligadas às *Variiedades de Capitalismo* (VoC) e os *Sistemas Sociais de Produção* (SSP), e também suas limitações analíticas na periferia.

Incorporamos com o propósito de tentar superar tais limitações, um conjunto de (quatro) elementos essenciais para manter um olhar escalarmente nacional dos processos de transformação e desenvolvimento em cenários periféricos.

Valendo-se desses elementos mostramos, em relação aos diagnósticos, o contraste entre as trajetórias bem sucedidas de experiências nacionais no LA e as regressivas experiências da AL. A observação comparada desses elementos vem confirmar a importância dos vínculos entre: a) a presença estratégica do Estado e suas qualidades institucionais; b) a formação a partir disso, de um núcleo de acumulação endógeno ajudado por uma implicação do capital financeiro subordinado em respeito ao produtivo, e c) a consolidação de um mercado de trabalho formal, com crescente capacitação, que acompanha a capacidade de avançar conjuntamente no fortalecimento quantitativo e qualitativo das redes internas e o *upgrading* nas redes globais cujas funções estratégicas são controladas pelas empresas transnacionais.

Estes aspectos deixam instalados um quadro global de diretrizes que operam como condicionantes para uma estratégia global de desenvolvimento regional integral. No entanto, para que a estratégia adquirira viabilidade e esse caráter regional e integral, é neces-

sário adicionar à recuperação de todos esses aspectos a formação de uma dinâmica multiescalarmente articulada, fundada em uma base de coalizão social e territorialmente alternativa. Nessa dinâmica, o desenvolvimentos da conectividade regional e frações que consolidam as formas oxigenadoras de *bottom up* de base territorial devem se complementar com as formas de coordenação, ordenamento e fortaleza antifragmentadora próprias da lógica *top down* de base nacional.

Aprendendo com este olhar comparativo e explorando esses elementos baseados em um estado qualificado para habilitar uma intervenção estratégica na qual o desenvolvimento de um processo de acumulação endógeno compatibiliza com uma bem-sucedida inserção internacional e uma redistribuição universal e progressiva, a convocatória de um dinamismo regional nacionalmente articulado se posiciona como uma peça chave para um desenvolvimento latino-americano desafiado a reverter seu pesado *path dependence*. Esse último, fundado na centralização autoritária, exclusão territorial e propensão mercado-internista, não aparece ainda bem avaliado por difusores acrílicos do regionalismo dominante.

## 7. Referências Bibliográficas

- AKYÜZ, Y.; CHANG, H.; KOZUL-WRIGHT, R. (1999). New perspectives on East Asian development. In: AKYÜZ, Y. (edit.). (1999). East Asian development: new perspectives. London, Frank Cass Publishers, pp.4-37.
- AMABLE, B. (1997). Diversity, coherence and transformation of innovation systems. BARRÉ, R.; GIBBONS, M.; MADDOX, J.; MARTIN, B.; PAPON, P. (eds.) (1997). Science in tomorrow's Europe, Paris, Economica International, pp. 33-49.
- AMABLE, B. (2000). Institutional complementarity and diversity of social systems of innovation and production. Review of International Political Economy, v. 7, n. 4, pp. 645-687.
- AMABLE, B. (2003). The diversity of modern capitalism. Oxford, Oxford University Press.
- AMIN, A. (2004). Regions unbound: towards a new politics of place. Geografiska Annaler, n. 86(B), pp. 33-43.
- AMSDEN, A. (1989). Asia's next giant: South Korea and late industrialization. New York, Oxford University Press.
- AMSDEN, A. A. (2009). A ascensão do "resto": os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo, Editora Unesp.
- ARCEO, E. (2006). El fracaso de la reestructuración neoliberal en América Latina. Estrategias de los sectores dominantes y alternativas populares. BASUALDO, E.;

- ARCEO, E. (comps) Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, Colección Grupos de Trabajo. pp. 27-66.
- ARRIGHI, G. (1994). O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo, Editora Unesp.
- ARRIGHI, G.; DRANGEL, J. (1986). The stratification of the World-Economy: an exploration of the semiperipheral zone. Review, Fernand Braudel Center, v. X, n. 1, pp. 9-74.
- ASHEIM, B.; ISAKSEN, A. (2002). Regional, innovation system: the integration of local sticky and global ubiquitous knowledge. Journal of Technology Transfer, n. 27, pp. 77-86.
- BARRO, R.J.; SALA-I-MARTIN, X. (1992). Convergence. Journal of Political Economy, v. 100, n. 2, pp. 223-251.
- BID (2005). Progreso técnico y social en América Latina. Informe 2005: desencadenar el crédito, como ampliar y estabilizar la banca. Washington, IADB.
- BOSCHMA, R.A. (2005). Proximity and innovation: a critical assessment. Regional Studies, n. 39, pp. 61-74.
- BRANDÃO, C. A. (2012). Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora Unicamp.
- BRACZYK, H.; COOKE, P., HEIDENREICH, M. (eds.) (1998). Regional Innovation Systems. London, UCL Press.
- BRENNER, N. (1999). Beyond state-centrism? Space, territoriality, and geographical scale in globalization studies. Theory and Society, n. 28, pp. 39-78.
- BRENNER, N. (2001). The limits to scale? methodological reflections on scalar structuration. Progress in Human Geography, v. 25, n. 4, pp. 591-614.
- BRENNER, N. (2003). La formación de la ciudad global y el re-escalamiento del espacio del Estado en la Europa Occidental post-fordista. EURE, v. 29, n. 86, pp. 5-35.
- CAMAGNI, R. (1991). Innovation networks: spatial perspectives. Londres, Belhaven Press.
- CAPELLO, R. (1999). Spatial transfer of knowledge in high technology milieux: learning versus collective learning processes. Regional Studies, v. 33, n. 54, pp. 379-389.
- CASTELLS, M. (1999). A sociedade em rede. São Paulo, Paz e Terra.
- CAVAROZZI, M. (2000). Modelos de desarrollo y participación política en América Latina: legados y paradojas. KLIKSBERG, B.; TOMASSINI, L. (comps.). (2000). Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo. México, Fondo de Cultura Económica.
- CEPAL (2004). Panorama social de América Latina 2004. Santiago de Chile, Cepal.
- CEPAL (2005). Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, Cepal.
- CHENG, T., HAGGARD, S.; KANG, D. (1999). Institutions and growth in Korea

- and Taiwan: the bureaucracy. AKYÜZ, Y. (ed.) (1999). *East Asian development: new perspectives*. London, Frank Cass Publishers, pp. 87-111.
- CHIBBER, V. (2005). Reviving the developmental state?: the myth of the “national bourgeoisie”. *The Socialist Register*, v. 41, pp. 144-165.
- CIMOLI, M.; ROVIRA, S. (2008). Elites and structural inertia in Latin America: an introductory note on the political economy of development. *Journal of Economic Issues*, v. 42, n. 2, pp. 327-347.
- COLLINGE, C. (1998). Spatial articulation of the state: reworking social relations and social regulation theory. Centre for Urban and Regional Studies, University of Birmingham. Disponível em: [http://www.curs.bham.ac.uk/publications/pdfs/Spatial\\_Articulation.pdf](http://www.curs.bham.ac.uk/publications/pdfs/Spatial_Articulation.pdf). Acesso em 12/03/2013.
- COOKE, P.; MORGAN, K. (1998). *The associational economy: firms, regions and innovation*. London, Oxford University Press Inc. .
- COOKE, P. (2001). Regional innovation systems, clusters and the knowledge economy. *Industrial & Corporate Change*, v. 10, pp. 945-974.
- DABAT, A.; RIVERA RÍOS, M.A.; SZTULWARK, S. (2007). Rentas económicas en el marco de la globalización: desarrollo y aprendizaje. *Problemas del Desarrollo*, v. 38, n. 151, pp. 11-36.
- DICKEN, P. (1976). The multiplant business enterprise and geographical space: some issues in the study of external control and regional development. *Regional Studies*, v. 10, n. 4, pp. 401-412.
- DICKEN, P. (2010). *Mudança global: mapeando as novas fronteiras da economia mundial*. Porto Alegre, Bookman.
- DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (1990). Macroeconomía del populismo en América Latina. *El Trimestre Económico*, v. 57, n. 225, pp. 121-162.
- EVANS, P. (1995). *Autonomia e parceria: estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- EVANS, P. (1999). Transferable lessons?: re-examining the institutional prerequisites of East Asian Economic Policy. In: AKYÜZ, Y. (edit.). (1999). *East Asian development: new perspectives*. London, Frank Cass Publishers, pp. 66-86.
- FAJNZYLBER, F. (1983). *La industrialización trunca de América Latina*. México, Nueva Imagen.
- FERNÁNDEZ, V. R. (2017). *La trilogía del erizo-zorro. Redes globales, trayectorias nacionales y dinámicas regionales desde la periferia*. Barcelona, Anthropos; Santa Fe, Ediciones UNL.
- FERNÁNDEZ, V.R.; AMIN, A.; VIGIL, J.I. (comp.) (2008). *Repensando el desarrollo regional. Contribuciones globales para una estrategia latinoamericana*. Buenos Aires, Ed. Miño y Dávila.
- FERNÁNDEZ, V.R.; GÜEMES, M.C.; VIGIL, J.I.; MAGNIN, J.P. (2006). *Capacidades estatales y desarrollo regional. Realidades y desafíos para América Latina*. Santa Fe, Ediciones UNL.
- FERNÁNDEZ, V. R. (2001). *Estrategia(s) de desarrollo regional bajo el nuevo*



- escenario global-local: revisión crítica sobre su(s) potencialidad(es) y límites. *EURE*, v. 27, n. 82, pp. 43-63.
- FREEMAN, C. (1995). The “national system of innovation” in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, n. 19, pp. 5-24.
- GEDDES, B. (1994). *Politician’s dilemma: building state capacity in Latin America*. Los Angeles, University of California Press.
- GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. (2005). The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*, v. 12, n. 1, pp. 78-104.
- GIBSON-GRAHAM, J.K. (2002). Beyond local vs. global: economic politics beyond the binar y frame. HEROD, A.; WRIGHT, M. (edits.). (2002). *Geographies of power: placing scale*. Oxford, Blackwell Publishers, pp. 25-60.
- GODINEZ ENCISO, J. A. (2007). Brasil y México: especialización productiva diferenciada y dependencia estructural “renovada” en un contexto económico globalizado. *Análisis Económico*, v. 22, n. 49, pp. 5-30.
- GONZÁLEZ, S. (2010). Las narrativas escalares de la globalización: neoliberalismo y ciudades competitivas. FERNÁNDEZ, V.R.; BRANDÃO, C.A. (edits.). (2010). *Escalas y políticas de desarrollo regional: desafíos para América Latina*. Buenos Aires, Miño y Dávila, pp. 123-149.
- GONZÁLEZ, S. (2007). Trepano por la jerarquía urbana: nuevas formas de gobernanza neoliberal en Europa. *UOC Papers*, v. 5, pp. 1-8.
- GONÇALVES, R. (2006). Desestabilización macroeconómica y dominación del capital financiero en el Brasil. BASUALDO, E.; ARCEO, E. (comps.) (2006). *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires, CLACSO, Colección Grupos de Trabajo, pp. 207-236.
- HADJIMICHALIS, C.; HUDSON, R. (2006). Networks, regional development and democratic control. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 4, pp. 858-872.
- HALL, P.; SOSKICE, D. (2001). *Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*. Oxford, Oxford University Press.
- HARVEY, D. (1989). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- HEROD, A. (2003). Scale: the local and the global. HOLLOWAY, S; RICE, S.; VALENTINE, D. (edits.). (2003). *Key concepts in geography*. London, Sage, pp. 229-247.
- HEROD, A.; WRIGHT, M. (2002). Placing scale: an introduction. HEROD, A.; WRIGHT, M. (edits.). (2002). *Geographies of power: placing scale*. Oxford, Blackwell, pp. 1-14.
- HIRST, P.; ZEITLIN, J. (1991). Flexible specialization versus postfordism: theory, evidence and policy implications. *Economy and Society*, v. 20, n. 1, pp. 1-56.
- HOLLINGSWORTH, J. R. (1998). New perspectives on the spatial dimensions of economic coordination: tensions between globalization and social system of production. *Review of International Political Economy*, v. 5, n. 3, pp. 482-507.
- HOLLINGSWORTH, J.R.; BOYER, R. (1997). *Contemporary capitalism: the embeddness of institutions*. Cambridge, Cambridge University Press.

- HOWITT, R. (1998). Scale as relation: musical metaphors of geographical scale. *Area*, v. 30, n. 1, pp 49-58.
- HUDSON, R. (1998). Industrial Restructuring in Europe: recent tendencies in the organization and geography of production. UNWIN, T. (edit.). (1998). *A European geography*. London, Longman, pp. 169-185.
- HYUNG KEE, K. (2005). Alternative Regional Development Based on Decentralization and Innovation. Conferencia presentada en el 6° Global Forum on Reinventing Government, Seoul, mayo 24-27.
- INFANTE, R.; TOKMAN, V. (1997). Crecimiento con empleo: La experiencia de los países latinoamericanos y del Sud-este Asiático. Documento de Trabajo n. 43. Ginebra, OIT.
- JESSOP, B. (2004). La economía política de la escala y la construcción de las regiones trans-fronterizas. *EURE*, v. 29, n. 89, pp. 25-41.
- JONES, K. (1998). Scale as epistemology. *Political Geography*, v. 17, n. 1, pp. 25-28.
- JOHNSON, C. (1982). *MITI and Japanese miracle: the growth of industrial policy 1925-1975*. Stanford, Stanford University Press.
- KAPLINKSY, R. (2000). Spreading the Gains from Globalization: What Can Be Learned from Value Chain Analysis? Documento de trabajo del IDS N° 110. Institute of Development Studies, Brighton, University of Sussex. <http://www.ids.ac.uk/ids/global/valchn.html> . Acceso em 20/4/2013.
- KHOLI, A. (2004). *State-directed development political power and industrialization in the global periphery*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KRUGMAN, P. (1991). *Geografía y comercio*. Antoni Bosch.
- LEWIS, W. (1954). Economic development with unlimited supply of labour. *Manchester School of Economics and Social Studies*, n. 22, pp. 139-191.
- LUNDVALL, B. A. (1992). *National system of innovation: towards a theory of innovation and interactive learning*. London, Printer.
- MAILLAT, D. (1995). Desarrollo territorial, milieu y política regional. VÁZQUEZ BARQUERO, A.; GAROFOLI, G. (edits.) (1995). *Desarrollo económico local en Europa*. Madrid, Colegio de Economistas de Madrid, pp. 37-51.
- MANN, M. (1997). Has globalization ended the rise and rise of the nation-state?. *Review of International Political Economy*, v. 4, n. 3, pp. 472-496.
- MANSFIELD, B. (2005). Beyond rescaling: reintegrating the “national” as a dimension of scalar relations. *Progress in Human Geography*, v. 29, n. 4, pp. 458-473.
- MARKUSEN, A.; CAMPOLINA DINIZ, C. (2003). La disparidad en la competencia de las regiones latinoamericanas: oportunidades y limitaciones. Documento preparado para el seminario Global y Local: el desafío del desarrollo regional en América Latina y el Caribe. Milán, 22 de marzo.
- MARSTON, S. (2000). The social construction of scale. *Progress in Human Geography*, v. 24, n. 2, pp. 219-242.
- MARSTON, S., JONES, J.P.; WOODWARD, K. (2005). Human geography without scale. *Transactions of the Institute of British Geographers*, NS. 30, pp. 416-32.

- MARSTON, S.; SMITH, N. (2001). States, scales and households: limits to scale thinking?: a response to Brenner. *Progress in Human Geography*, v. 25, n. 4, pp. 615-619.
- MASSEY, D. A (1994). Global sense of place. In: MASSEY, D. A (1994). *Space, place, and gender*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- MASSEY, D. (2004). Geographies of responsibilities. *Geografiska Annaler*, v. 86 B, n. 1, pp. 5-18.
- MESSNER, D. (2002). The concept of the World Economic Triangle: global governance patterns and options for regions. Documento de Trabajo del IDS 173. Brighton, Institute of Development Studies.
- MOORE, A. (2008). Rethinking scale as a geo-graphical category: from analysis to practice". *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 2, pp. 203-225.
- NAVARRO, V. (2004). Los costes de olvidarte de ciertas categorías analíticas para entender nuestras realidades. *Política y Sociedad*, v. 41, n. 3, pp. 127-140.
- NELSON, R. (1993). *National Innovation Systems*. Oxford, Oxford University Press.
- NOLAND, M.; PACK, H. (2005). The East Asian industrial policy experience: implications for the Middle East Institute for International Economics. Working Paper 05-14. Washington, IIE, pp. 1-30.
- O'DONNELL, G. (1972). *Modernización y autoritarismo*. Buenos Aires, Paidós.
- OIT (2009). *Global employment trends report*. International Labour Office. Geneva, ILO.
- OLDS, K.; DICKEN, P.; KELLY, P.; KONG, L.; YEUNG, H. W. (eds.) (1999). *Globalisation and the Asia-Pacific: Contested Territories*. London, Routledge.
- PASSI A. (2004). Place and region: looking through the prism of scale. *Progress in Human Geography*, 28(4), pp. 536-546.
- PECK, J. (2010). Economías políticas de escala: políticas rápidas e relações interesalar e workfare neoliberal. FERNÁNDEZ, V.R.; BRANDÃO, C.A. (edits.). (2010). *Escalas y políticas de desarrollo regional: desafíos para América Latina*. Buenos Aires, Miño y Dávila, pp. 77-120.
- PECK, J. (2001). *Workfare states*. New York, The Guilford Press.
- PECK, J.; THEODORNE, N. (2007). Variegated capitalism. *Progress in Human Geography*, v. 31, n. 6, pp. 731-772.
- PECK, J.; TICKELL, A. (1994). Searching for a new institucional fix: the after-fordist crisis and the global-local disorder. In: AMIN, A. (edIT.) (1994). *Post-fordism: a reader*. Oxford, Blackwell Publishers, pp. 280-316.
- PIORE, M.; SABEL, C. (1984). *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York, Basic Books.
- PYKE F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. (edits.) (1990). *Los distritos industriales y las pequeñas empresas (v. III)*, Madrid, Ministerio del Trabajo y Seguridad Social.
- RAINES, P. (2001). The cluster approach and the dynamics of regional policy-

making. Regional and Industrial Policy Research Paper, n. 47, European Policies Research Centre. Glasgow, University of Strathclyde.

RODRÍGUEZ-POSE, A.; CRESCENZI, R. (2008). R&D, spillovers, innovation systems and the genesis of regional growth in Europe. *Regional Studies*, n. 41, pp. 51-68.

ROSS, R.; TRACHTE, K. (1993) *Global capitalism: the new leviathan state*. New York, University of New York Press.

SALAMA, P. (2006a). Por qué América Latina no puede alcanzar un crecimiento sostenido. BASUALDO, E.; ARCEO, E. (comps.). (2006). *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias Globales y experiencias nacionales*, Buenos Aires, CLACSO, Colección Grupos de Trabajo. pp. 67-102.

SALAMA, P. (2006b). Crecimiento asiático y excluyente en Argentina. *Oikos* n. 22, EAE, Universidad Católica Silva Henríquez (UCSH), Santiago de Chile, pp. 55-79.

SCOTT, A.; STORPER, M. (2003). Regions, globalization, development. *Regional Studies*, n. 37, n. 6-7, pp. 579-593.

SCOTT, W. (1988). *Flexible production organization and regional development in North America and Western Europe*. London, Pion Limited.

SMITH, N. (1988). *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

SMITH, N. (1993). Homeless/global: Scaling places. BIRD, J. CURTIS, B.; PUTNAM, T.; ROBERTSON, G.; TICKNER, L. (eds.). (1993). *Mapping the futures: local cultures, global change*. London, Routledge, pp. 87-119.

STORPER, M.; VENABLES, A. J. (2005). O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, C. C. ; LEMOS, M. B. (orgs.). (2005). *Economia e território*. Belo Horizonte, Editora UFMG, pp. 21-56.

SONN, J. W.; STORPER, M. (2008). The increasing importance of geographical proximity in technological innovation: an analysis of U.S. patent citations, 1975-1997. *Environment and Planning A*, v. 40, pp. 1020-1039.

SOSKICE, D. (1999). Divergent production regimes: coordinated and uncoordinated market economies in the 1980s and 1990s. KITSCHOLT, H.; LANGE, P.; MARKS, G.; STEPHENS, J. D. (eds.). (1999). *Continuity and change in contemporary capitalism*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 101-134.

SOSKICE, D. (1991). The institutional infrastructure for international competitiveness: a comparative analysis of the UK and Germany. ATKINSON, A.; BRUNETTA, R. (eds.) (1991). *The new Europe*. London, Macmillan.

SWYNGEDOUW, E. (1997). Neither global nor local: glocalization and the politics of scale. COX, K. (edit.). (1997). *Spaces of globalization: reasserting the power of local*. New York/London, The Guilford Press, pp. 137-166.

TAYLOR, P. (1982). A materialist framework for political geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, NS 7, pp. 15-34.

TOAL, G. (2002). Theorizing practical geopolitical reasoning: the case of U.S. Bosnia policy in 1992. *Political Geography*, 21, pp. 601-628.

TOKMAN, V. (org.). (2001). De la informalidad a la modernidad. Santiago, Oficina Internacional del Trabajo.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. (2000). Desarrollo endógeno y globalización. EURE, v. 26, n. 79, pp. 47-65.

VILLALBA, C. (2005). El BID y el sistema financiero latinoamericano. Uruguay, Economía Sur.

WADE, R. (1990). Governing the market: economic theory and the role of government in East Asian industrialization. Princeton, Princeton University Press.

WEISS, L. (1998). The myth of the powerless state. Ithaca, Cornell University Press.

WOO-CUMMING, M. (1999). Introduction: Chalmer Johnson and the Politics of Nationalism and Development. WOO-CUMMING, M. (edit.) (1999). The developmental state. Ithaca, Cornell University, pp. 1-31.

## Capítulo 9

# Anotações para uma geoeconomia política transescalar do subdesenvolvimento histórico-geográfico desigual na periferia do capitalismo: lições para América Latina?

*Carlos Antônio Brandão*

### 1. Introdução

Este ensaio procura analisar aspectos da abundante literatura que investiga a natureza e o papel das escalas espaciais no capitalismo contemporâneo, procurando dialogar com a literatura crítica histórico-estrutural latino-americana e sugerir alguns elementos teórico-metodológicos para o reposicionamento e a reestruturação de uma problemática do desenvolvimento socioespacial desigual a partir das especificidades do contexto periférico da condição de subdesenvolvimento dos países da América Latina.

Para tal empreitada parte-se da constatação de que, de um lado, já se detém um amplo e consistente patrimônio científico no Atlântico Norte, de quase quarenta anos (1980-2017), que elaborou uma reflexão categorial, que poderia ser considerada um léxico escalar sofisticado, que agora se encontra consolidado. De outro, se construiu, em uma trajetória mais larga, no período 1940-2017, portanto durante quase oito décadas, um pensamento original na América Latina sobre a natureza e as especificidades do funcionamento do capitalista em suas periferias e sobre *os estilos, padrões e formas institucionais da variação capitalista subdesenvolvida* do Atlântico Sul, sobretudo daqueles espaços com maior desenvolvimento das forças produtivas (portanto inseridos de forma diversa no contexto do Sul Global).

Nos últimos trinta anos as reflexões sobre as potencialidades do tratamento escalar das questões espaciais se tornaram mais abrangentes, profundas e profícuas, com a grande contribuição de autores como Peter Taylor, Neil Smith, Erik Swyngedouw, David

Harvey, Bob Jessop, Jamie Peck, Anssi Paasi, Neil Brenner, Nigel Thrift, Nik Theodore, Sallie Marston, dentre muitos outros. De uma noção muito rígida e de exatidão matemática, as escalas espaciais passaram a receber tratamentos analíticos mais precisos, rigorosos e sofisticados, avançando para se legitimarem como *categoria-chave nos estudos da dimensão espacial de todo e qualquer dos capitalismo realmente existentes*.

Se o foco desse debate é a investigação da natureza das escalas espaciais na moldura do sistema capitalista central, formulado desde os países anglo-xasões, no interior do chamado Capitalismo Atlântico Norte, não obstante, defendemos que ele pode abrir espaço para a reflexão sobre as particularidades do capitalismo periférico subdesenvolvido dependente.

Para além de sistematizar alguns pontos daquelas reflexões sobre todos os capitalismos, a partir do Norte, o desafio neste capítulo é justamente iniciar uma agenda que logre friccioná-las e procure contrastá-las e fazer com que dialoguem, na medida do possível, com as situações específicas do capitalismo no contexto particular da geografia histórico desigual de sua periferia.

Como importantes pontos desta agenda ambiciosa de investigação, perguntas centrais podem ser formuladas - que não se tem a pretensão de responder aqui - que demonstram a pertinência das problemáticas a serem enfrentadas em programas de pesquisa abrangentes e coletivos: qual a natureza da escala nacional em um espaço “nacional” periférico, sem autonomia de decisões e dependente-associado e subordinado no concerto das relações e das divisões inter-nacionais/inter-estatais do trabalho? Como operariam neste contexto os processos socioespaciais de reescalonamento sub-nacional?. Quais as consequências das rodadas dos processos de neoliberalização em contextos muito vulneráveis da paisagem social e geoinstitucional subdesenvolvida?.

Para além de sistematizar alguns pontos daquelas reflexões sobre todos os capitalismos, a partir do Norte, o desafio neste capítulo é iniciar uma agenda que logre friccioná-las e procure fazer dialogá-las, na medida do possível, com as situações específicas do capitalismo no contexto particular do processo de subdesenvolvimento.

## 2. O debate sobre a natureza das escalas espaciais em todos os capitalismo: pontuando questões a partir do contexto anglo-saxão

A polêmica inicial da literatura crítica, a ser aqui muito sucintamente resenhada, brotou em torno da questão de que dada escala espacial não poder ser vista tão-somente em sua dimensão ordenada cartográfica-analógica-métrica, mecanicista e geometral, tomada apenas como mera relação de proporcionalidade, dotada de representação e comensurabilidade de medidas de tamanho, enquanto unidades e entidade espaciais estandardizadas, fixas e inertes.

Nessa interpretação, escalas eram vistas como simples elemento gráfico descritor, como puro atributo de um objeto (como massa, extensão, volume, tamanho). Como a maneira e o prisma como um objeto é observado, e não apreendida como uma propriedade material de processos sociais. O que contava era apenas a relação dimensional entre o desenho e o objeto representado, procurando cotejar as dimensões e distâncias representadas num plano com as dimensões e distâncias reais (Sayre, 2009; Sousa, 2013).

Ao contrário, na abordagem da escala como produto de processos sociais, esta passa a ser “entendida não cartograficamente, como a relação entre distância no mapa e distância ‘no chão’, mas como construído socialmente (Keil; Mahon, 2009: 8). Para John Agnew (1997: 100), escala refere-se ao cenário no qual as circunscrições espaciais são definidas para uma reivindicação social, atividade ou comportamento. A interpretação da produção social das escalas é útil para realçar a maneira como o espaço é diferenciado, esculpido como espaços para ações e relações particulares.

Dessa perspectiva, escalas são inerentemente *inexatas* e dinâmicas. Não podem ser enunciadas enquanto unidades imutáveis ou permanentes, pois são justamente inscritas e entalhadas em determinado espaço e instituídas ou erigidas, material e simbolicamente, em processos, por natureza, sociais. Trata-se de pensar as escalas espaciais enquanto instâncias e entidades nas quais a vida social é organizada e reproduzida, e não segundo uma representação cartográfica, “evitando a reificação e a acrítica divisão de escalas que reitera um fetichismo do espaço” Smith (2002: 141).

A fim de facilitar a exposição seria importante estabelecer, apenas previamente, uma distinção, antes de tudo analítica (proposta



em Moore, 2008), entre: escala, como categoria e unidade de análise, recurso epistemológico e heurístico; e escala, enquanto categoria da prática, campo e instrumento das lutas sociais.

Tal divisão binária, embora marcada por grande arbitrariedade, posto que o desafio da maioria dos autores é justamente tratar da simultaneidade e articulação complexas entre as duas, pode, não obstante, nos auxiliar em uma primeira aproximação dos termos deste debate.

Escala enquanto categoria analítica e escala enquanto categoria da *praxis* política não estão apartadas. Selecionar analiticamente a escala mais conveniente dos problemas observados faculta melhor diagnosticá-los e possibilita sugerir coalizões de poder e decisões estratégicas sobre como enfrentá-los. O desafio (simultaneamente) científico e político é, portanto, procurar definir *o que e com que meios* cada escala pode revelar, mobilizar, contestar, acionar, regular, comandar e controlar.

A escala espacial, socialmente produzida, deve ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais referidos no território. Ao mesmo tempo tomada como um prisma que permite desvendar processos sociais, econômicos e territoriais singulares. Mas escala também é arena política. Lócus do exercício de poder e de hegemonia. Neste sentido, Herod e Wright (2002: 2) afirmam que “sempre nos colocamos vários conjuntos de perguntas: sobre a forma como o nosso mundo é dimensionado escalarmente, como pensamos sobre tal escala e como os atores sociais procuram escalar suas próprias atividades, tarefas ou operações, de forma que lhes permitam exercer o poder ou que facilitem a sua negação de poder para outrem”.

Como “*categoria e unidade de análise*”, muito se avançou na investigação teórica e empírica da escala enquanto encarnação concreta de relações sociais, histórica e geograficamente determinadas. Logrou-se afastar das concepções restritas e estáticas que a tomavam como um dado e avançou-se ao tomá-la sob o prisma de sua natureza eminentemente relacional, contestável, processual e contingente, passando a ser interpretada como lócus e veículo *in situ* através dos quais as relações socioespaciais se estruturam e operam.

Embora seja decisivo retomar a abordagem das hierarquias e hegemonias, é preciso estar ciente de que “as formas de organização interscalar representam mosaicos, não pirâmides. A

paisagem institucional do capitalismo não é caracterizada por uma pirâmide escalar única e abrangente em que todos os processos sociais e formas institucionais estejam perfeita e ordenadamente desdobrados e revelados” (Brenner, 2009: 10).

Na busca de modos de apreensão e elucidação de dada realidade várias e inusitadas metáforas foram propostas neste debate, tentando caracterizar as escalas (como relacional, à semelhança das notas musicais; multicamadas articuladas, como nas bonecas russas; variados níveis, como nas escadas; construção constante e modulável, como nos andaimes etc.).

Isso porque as dificuldades da análise escalar são enormes e desafiadoras, pois as escalas devem ser tomadas em sua dinâmica em movimento e submetida a processos de mutação e relações e vínculos de interpenetração escalar. Uma escala só pode ser definida e determinada e qualificada apenas em relação às outras. Em analogia aos conceitos de “capital em geral” e “pluralidade de capitais”, que dialeticamente Marx ensina que um contém o outro, também se deveria pensar assim quanto às escalas espaciais. Parte das dinâmicas e lógicas escalares, em geral e em particular, jaz justamente nos nexos e coerências interescalares.

Harvey (2000: 112-114) aponta uma das grandes dificuldades desta análise, ao ponderar que “a concepção geral de desenvolvimento geográfico desigual que tenho em mente envolve uma fusão de dois elementos: a mudança das escalas e a produção de diferenças geográficas (...) Mas é conceitualmente difícil trabalhar simultaneamente com diferenciações geográficas voláteis e em multiplicação que operam em planos escalares eles mesmos em rápida mudança”.

Outro ponto é que é preciso realizar a “distinção entre a escala da realização das ações e a escala de seu comando” Santos (1996). Há sítios em que os processos sociopolíticos são comandados e há sítios em que se manifestam e concretizam o resultado daquelas ações. Os dois espaços podem coincidir ou não. As determinações de ações em uma escala, com repercussões e manifestações geralmente em uma intrincada cadeia de ações e reações em outra escala, é justamente uma marca decisiva do processo disruptivo, expansivo, molecular e de geometria variável do capitalismo.

O prisma analítico com tal recorte é *locus* privilegiado para relatar a estrutura e a dinâmica do desenvolvimento capitalista no território. É espaço de elucidação de mediações, tendo potencial

para auxiliar na hierarquização de determinações do ambiente construído. A escala potencializa um plano analítico de observação privilegiado, passível de revelar as articulações e mediações entre os cortes local, regional, nacional etc. Erik Swyngedouw afirma que “As escalas espaciais nunca são fixas, sendo perpetuamente redefinidas, contestadas e reestruturadas em termos de seu alcance, de seu conteúdo, de sua importância relativa e de suas inter-relações. Há contestação e transformação perpétuas de escalas geográficas de regulação. Está claro que haverá variações consideráveis das posições relativas de poder social a depender de quem controla o que em que escala” (Swyngedouw, 1997: 141).

Os desafios científicos e de ação política de natureza escalar são enormes, pois as escalas hierárquicas em que as atividades humanas são estruturadas mudam constantemente, não obstante, permanece a sensação que “as escalas são imutáveis ou mesmo totalmente naturais, em vez de produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas” (Harvey, 2000: 108).

Encontrar a escala adequada que defina determinado campo em que análises possam ser realizadas, onde alianças possam ser construídas, e estratégias de resolução dos problemas detectados possam ser implementadas. Isto é, buscar, de forma perene, a escala de observação adequada para a elucidação e tomada na devida conta, de forma bem ponderada, dos fenômenos sobre os quais se deseja intervir.

A escala permite um prisma, uma perspectiva em que “o caráter das coisas se afigura distinto quando analisado nas escalas global, continental, nacional, regional, local ou do lar/pessoal. O que parece relevante ou faz sentido dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra (Harvey, 2000: 108).

Swyngedouw (2007: 11), ao defender uma interpretação relacional e territorial de escala, nos diz que “I start from the view that scale is not ontologically given, but socioenvironmentally mobilized through socio-spatial power struggles. In other words, socio-spatial relations have a ‘scalar’ constitution as relational *networks* are forged that produce spatial geometries that are more or less long, more or less extensive. Yet, at the same time, these relational scalar networks articulate with produced *territorial* or geographical configurations that also exhibit scalar dimensions”. A concepção de escala “that

can have both rhetorical *and* material consequences – are often contradictory and contested and are not necessarily enduring”, por ser fruto de processos que moldam a prática social concreta.

Como “*categoria da prática*”, a construção escalar é um processo eminentemente político, estabelecendo a diferenciação de determinado ângulo de luta social pelo controle do espaço. Como modo particular de organizar e dispor de seus recursos políticos (incluindo a utilização de recursos simbólicos e discursivos) a “política de escala” se manifesta na constituição de arenas e instâncias em que se buscam estabelecer alianças, confrontos etc., possibilitando lançar mão de instrumentos, dispositivos e recursos diversos, segundo este prisma.

No campo crítico se tomou escala enquanto uma construção social conflitiva, constestável permanentemente por forças sociais em disputa. Sallie Marston (2000: 220) esclarece que “in these recent social theoretical studies, the fundamental point being made is that scale is not necessarily a preordained hierarchical framework for ordering the world – local, regional, national and global. It is instead a contingent outcome of the tensions that exist between structural forces and the practices of human agents”. O prisma analítico das escalas espaciais permite avançar-se em concepções que rompem com esquemas conceituais de estruturas carentes de sujeitos ou de sujeitos apartados de estruturas, dado que as escalas devem ser tomadas justamente como um *instrumento de apreensão da concretidade das práticas socioespaciais*.

A escala demarca o campo das lutas sociais, dá concretude a bandeiras, clivagens e orientações de lutas e ações políticas, delimita e cria a ancoragem identitária, a partir da qual se logra erguer/estruturar um contencioso em relação a imposições (por vezes ameaçadoras) provenientes de outras escalas, ou da mesma. Há um permanente embate de forças, posto que “a reprodução da vida realiza-se na relação contraditória entre necessidade e desejo; uso e troca; identidade e não-identidade; estranhamento e reconhecimento que permeiam a prática socioespacial” (Carlos, 2007: 56).

Um nível escalar possibilita captar dimensões do real concreto, que de outra perspectiva não seriam assimilados, apreendendo algumas referências e nexos que esta instância e corte analítico possibilita, podendo ser dessa forma ser lidos, impugnados ou referendados pelos sujeitos sociopolíticos.

Fernández (2017a, neste volume) resumiu com precisão *escala como representação*, em que atores e sujeitos politicamente constituídos buscam dar determinado sentido simbólico e material a suas ações e decisões. Esses sujeitos, ao acionarem conteúdos simbólicos e materiais que emprestam racionalidade e buscam significar e reordenar e requalificar certo ambiente e contexto histórico-espacial e suas específicas relações de poder e estratégias reprodutivas, lançam mão de diversificados esquemas e “mapas mentais socialmente consensuados”. Por exemplo, atores em posição dominante tendem a elaborar um “corpo de metáforas” adotando uma perspectiva de representação escalar peculiar.

A escala espacial deve ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais referidos no território. Como um prisma que permite desvendar processos sociais, econômicos e territoriais singulares. A interpretação privilegiada de determinado plano escalar pode revelar a natureza dos processos socioespaciais de forma mais adequada. Um nível escalar possibilita apreender dimensões do real concreto, que de outra perspectiva não seriam assimilados.

Souza (2013) apresenta uma importante distinção entre: escala cartográfica; escala do fenômeno; escala de análise e escala de ação e afirma que “em cada caso concreto, nos marcos de cada pesquisa específica, a construção do objeto definirá que, para focalizar e investigar adequadamente uma determinada questão, tais e quais escalas (e não outras) serão especialmente importantes, por serem as escalas prioritariamente necessárias para que se possa dar conta dos processos e das práticas referentes ao que se deseja pesquisar” Souza (2013: 188).

A escala, segundo Egler (1991: 232), permite visualizar “as intersecções dos conjuntos espaciais, não incorrendo no erro de reificar estes conjuntos de análise, transformando-as em ‘entidades reais’, passíveis de classificação sistemática”. Tais conjuntos são, também, “objetos do conhecimento”, abstrações.

A escala “confere visibilidade ao fenômeno” (...) “todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada. A escala é também uma medida, mas não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo” (Castro, 1995: 120).

Escala são centrais para se captar e buscar apreender as ligações

sociedade-espaco. Ações referenciadas escalarmente poderam desvelar a abrangência espacial das decisões dos sujeitos concretos. Nathan Sayre formula uma pergunta decisiva: “em que dimensões espaciais se pode melhor perceber e analisar fenômenos particulares?” Sayre (2009: 95).

Castro (1995: 120) propõe “discutir a escala como uma estratégia de apreensão da realidade, que define o campo empírico da pesquisa, ou seja, os *fenômenos que dão sentido ao recorte espacial objetivado*. Sendo níveis de abstração para a representação do real, “cada escala só faz indicar o campo da referência no qual existe a pertinência de um fenômeno (...), constituindo um modo de aproximação do real (...) sendo, na realidade, a medida que confere visibilidade ao fenômeno”.

A escala vai definindo diferentes *níveis de análise*, segundo Egler (1991), mas, sobretudo estabelece as articulações entre eles, “visualizando as intersecções dos conjuntos espaciais, não incorrendo no erro de reificar estes conjuntos de análise, transformando-as em ‘entidades reais’, passíveis de classificação sistemática”. Tais conjuntos são “objetos do conhecimento”, abstrações. “Cada uma destas abstrações dá conta, de um modo mais ou menos preciso, de um dos múltiplos aspectos que se pode discernir na ‘realidade’ (...) Não se trata de analisar o mesmo fenômeno em escalas diferentes, mas compreender que são fenômenos diferentes porque são apreendidos em diferentes níveis de abstração” Egler (1991: 232).

Construídas coletiva e politicamente, as escalas enquanto lócus de embates e enfrentamentos não podem ser definidas em si, mas apenas uma em relação com a outra. Assim, a escala delimita, desenha e recorta, em processo constante de confrontos e por interação/oposição, compromissos sociopolíticos em movimentos conflituosos e contingentes. Esses movimentos se expressam recorrentemente enquanto relações e mecanismos de *empowering-disempowering* (assim como em *upscaling-downscaling processes*) (Swyngedouw, 2004) que são utilizados pelos contendores. Há processos e manobras de reescalamento, táticos e/ou estratégicos, por exemplo do Estado, do capital e do trabalho, ações de *by passing scales*.

Comprometimentos e vínculos identitários e de interesses são esbalecidos e desfeitos, pois “os seres humanos produzem e concretizam suas próprias escalas para buscar a realização de suas metas e organizar seus comportamentos coletivos” (Harvey, 2000: 108).

Doreen Massey (2005: 144) declara que “espaço, enquanto relacional e enquanto esfera da multiplicidade, é tanto uma parte essencial do caráter do compromisso político quanto perpetuamente reconfigurado por ele. E o modo pelo qual esta espacialidade é imaginada pelos participantes também é crucial. O fechamento da identidade em um espaço territorializado de lugares delimitados fornece pouco no rumo das possibilidades para o desenvolvimento de uma política radical”.

Os territórios tornam-se também espaço da indeterminação, da contingência (Reis, 2005) e *locus* de lutas políticas e de estratégias de *re-scaling* (Smith, 1984; Swyngedouw, 1997) de sujeitos políticos insurgentes que contestam circunscrições e estruturas discursivas escalares. Isso, “exigindo a compreensão da produção do espaço na indissociabilidade do *sujeito produtor em ato* [em sua] atividade vital, realizando-se concretamente (Carlos, 2007: 49)”.

Afirma-se neste contexto, o reino do imprevisível, do fortuito, a não precisão, já que a práxis escalar ancora, expressa e concretiza espacialmente as respostas e enfrentamentos dos sujeitos sociais concretos aos desafios e conflitos postos concreta e conjunturalmente em cada momento e circunstância histórica e geográfica. Procura enunciar, anunciar e prenunciar transformações políticas em um espaço tomado e produzido em sua diversidade e pluralidade, pois “se o espaço é a esfera da multiplicidade, o produto das relações sociais, e essas relações são práticas materiais efetivas, e sempre em processo, então o espaço não pode nunca ser fechado, sempre haverá resultados não previstos, relações além, elementos potenciais de acaso” (Massey, 2005: 144).

Os processos históricos de desenvolvimento desigual construíram “um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida”. Harvey afirma que este mosaico é como um “palimpsesto”, ou seja, um papiro ou pergaminho cujo texto primitivo foi raspado, para dar lugar a outro, “composto de acréscimos históricos de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas uns sobre os outros” (...) Algumas camadas têm maior saliência sobre outras [Assim] Esse mosaico geográfico é uma criação, aprofundada no tempo, de múltiplas atividades humanas”. Harvey (2000: 110). Neste sentido, é um mosaico em movimento, constantemente reconfigurados, múltipla e interescalarmente.

### 3. A natureza específica da escala nacional, em qualquer capitalismo

A escala nacional continua sendo decisiva no capitalismo contemporâneo. Ou melhor, sempre terá papel decisivo enquanto existir o capitalismo, seus sistemas interempresariais e interestatais, seus processos de engendrar riquezas, blocos no poder e guerras.

A escala nacional é um complexo constructo histórico, sociopolítico e econômico, que apresenta variadas dimensões, todas atinentes à capacidade de controle e domínio sobre: os instrumentos de coordenação e regulação *no interior de* determinada circunscrição espacial historicamente construída; o sistema legal, suas normas e instituições; a manipulação dos preços fundamentais da economia (câmbio, juros, salários); dos esquemas específicos de endividamento público através de títulos; dos registros jurídicos dos direitos sobre a propriedade privada etc.

Esta escala espacial é uma espécie de moldura de enquadramento e de disciplinarização da potência mercantil, que via coercitividades de macrounidades políticas, logra algum controle e coação das macrodecisões sobre as microdecisões autônomas privadas individualizadas. Lessa (1998: 219) apresenta detalhada discussão sobre o papel do controle e da “necessidade de articular-se com uma macrounidade política, que regule as interdependências”. Furtado (1966) analisa o papel de controle e coação das macrodecisões vis-à-vis as microdecisões. Ou seja, a construção da escala nacional envolve a criação de domínio, de se exercer controle, moderar, disciplinar a mercantilização.

O recorte nacional envolve necessariamente algum nível de autodeterminação e autonomia, através da “internação dos centros dinâmicos” de decisão, como sempre ensinou Furtado, que possibilite algum grau de capacidade de disciplinar minimamente os circuitos, fluxos e os movimentos rápidos e voláteis de capitais especulativos. Portanto, envolve proteção e controle sobre os mecanismos “autoreguladores” das forças mercantis.

A unidade nacionalizada de decisão significa espaço minimamente refratário, circunscrito e protegido, em relação ao além-fronteiras.

Essa circunscrição, quando fortalecida na busca por maior soberania e autonomia, deve moldar os cálculos e microdecisões



empresariais favoráveis a composições de *portfólios* que valorizem menos a retenção de massas de riqueza monetária do que as inversões em empreendimentos produtivos, geradores de alternativas criativas de trajetórias sustentáveis de crescimento econômico. O poder nacional deve defender a geração de oportunidades internalizados de acesso a bens e serviço e coordenar a abertura de horizontes de enriquecimento nas fronteiras internas e de inserção mais soberana nas relações inter-nacionais.

A manipulação dos instrumentos formadores dos preços econômicos câmbio, juros e salários é condição primária para moldar o recorte nacional, balizando os cálculos econômicos dos agentes localizados naquele limite geográfico, vis-à-vis os “residentes no exterior”.

Com a definição da taxa de câmbio modula-se a gradação dos preços relativos, erigindo uma fronteira econômica entre as transações que geram e as que despendem divisas. Informa os ganhos com a exportação e o valor dos importados, dentre outras funções.

As decisões de política econômica quanto à entrada de capitais, remessas de lucros, esquemas de proteção (subsídios, barreiras alfandegárias, licenças, quotas, outras “novas” barreiras técnicas, ecológicas etc.) são definições importantes sobre a escala nacional que se deseja construir.

Com a definição da taxa de juros balizam-se as alternativas entre a criação de riqueza nova, empreendendo a geração de capacidade produtiva ou a manutenção desta riqueza sob a forma líquida. Esse preço da economia mede o custo dos recursos necessário ao financiamento da aplicação de capital.

Com a definição da taxa de salários constrói-se a “principal referência na opção tecnológica empresarial e um dos fundamentos da equação distributiva interna” (Paiva, 2003: 4). Esta apresenta relações múltiplas com a produção, emprego e preços no sistema econômico, com grande complexidade em sua determinação e seu comportamento (Baltar, 1985). Desdobramentos importantes da manipulação desta variável influenciarão o mercado de consumo de massa, o poder aquisitivo da população, além de importante componente do custo de produção.

As definições do fisco, através das políticas fiscais e tributárias, também serão decisivas para a definição de um espaço de uma economia nacional. A capacidade de exação, o nível e a distribuição

da carga tributária entre as classes sociais e estratos de renda etc. desenham o leque de alternativas para constituir fundos públicos, dá a capacidade de gasto público, orienta os investimentos privados e o raio de manobra financeiro do Estado e a capacidade de bancar o setor produtivo estatal.

Segundo Francisco Oliveira (1988: 13) no capitalismo atual crescentemente cabe aos Fundos Públicos Nacionais a tarefa de financiar tanto a reprodução dos capitais, quanto a reprodução força de trabalho. Há uma circularidade nacional dos processos de retroalimentação. Uma circularidade endógena à escala nacional “circunscrevendo aos limites relativos da territorialidade nacional os processos de interação dos componentes da renda e do produto”.

Por seu lado, a Moeda, a maior convenção nacional, elemento síntese da necessidade da disciplina e soberania naquele espaço circunscrito, presidirá o conjunto de decisões sobre o enriquecimento privado. A crença nela deve ser “suficientemente enraizada para permitir o movimento de preços relativos e a operação das forças da oferta e da demanda” (Belluzzo e Almeida, 2002: 30). Conforme afirmou Braudel (1979: 473) “o termo que se impõe é *mercado nacional*: o enorme continente admite uma certa coerência, na qual a economia monetária é elemento importante, essencial. Essa coerência cria polos de desenvolvimento, organizadores de assimetrias indispensáveis a uma circulação ativa”.

A moeda é uma referência imposta que cria fronteiras e hierarquias. Moeda e escala nacional quase se confundem, exceto em dois casos seculares. Historicamente, “conforme as barreiras tarifárias tradicionais foram sendo abolidas, a moeda se transformou na grande fronteira que separa e hierarquiza os territórios econômicos das grandes potências” Fiori (2014: 41)<sup>1</sup>.

Assim, além do poder sobre as relações internas é bom lembrar que, enquanto padrão de avaliação geral da riqueza, a moeda cumprirá papel central na escala nacional, pois cada país em seu relacionamento com o regime monetário-financeiro mundial fica pautado e hierarquizado pela moeda conversível da grande potência.

Por sua vez, nos espaços nacionais subdesenvolvidos, na

<sup>1</sup> “Na luta entre os Estado e as economias nacionais, houve países que conseguiram impor a própria moeda dentro de territórios regionais, mas apenas dois países lograram impor a própria moeda em escala internacional: Inglaterra e Estados Unidos (...) “nenhum país conseguiu desafiar ou substituir a moeda e a centralidade do sistema financeiro das duas líderes dos sistema interestatal capitalista nos últimos duzentos anos” (Fiori, 2014: 41).

ausência da conversibilidade, a moeda exercerá uma função que dá a dimensão do nível de vulnerabilidade da circulação monetária, das massas de capital-dinheiro nacionais vis-à-vis as massas denominadas em moeda forte do império (divisas escassas).

A delimitação econômico-escalar construída pela manipulação dessas variáveis e convenções (juros, câmbio, salários, fisco, fundo público e moeda) cria os principais marcos para a definição da base territorial nacionalizada, condição material da (re)produção social.

Entretanto, outras circunscrições serão decisivas para fixar o recorte da escala nacional. Para além do domínio econômico sobre aquela escala, outros fatores atinentes aos arranjos sociais, políticos e culturais imprimirão algum grau de unicidade de propósitos a esse recorte. Alguma comunhão de destino e alguma vontade compartilhada em relação ao futuro (Balakrishnan, 2000) são necessárias ao delineamento e circunscrição de qualquer escala “geográfica”.

Boaventura de Sousa Santos (1999: 87) define o que ele chama de “*espaço-tempo* estatal-nacional, que não é apenas uma perspectiva e uma escala; é também um *ritmo* e uma *duração*, uma *temporalidade* (...) é o espaço-tempo privilegiado da cultura enquanto conjunto de dispositivos identitários que estabelecem um regime de pertença e legitimam a *normatividade* que serve de *referência* às relações sociais confinadas no território nacional”.

Assim, o nacional é espaço de poder e arena privilegiada de constituição, enfrentamento e concertação de interesses, de alinhamento político mínimo, para além das clivagens de frações de classe e interesses. A apreensão destas múltiplas dimensões da questão desemboca, e é sintetizada e expressa, na questão do pacto federativo que se arma neste recorte nacional. Este contrato sociopolítico dá coesão e sanciona a unidade nacional no interior de dado território. Retornarei a esta questão ao final deste capítulo.

Segundo Coutinho (2003: 2), “os Estados nacionais correspondem a configurações sociais, estruturas empresariais, sistemas industrial-tecnológicos, bases de recursos naturais, geografia, poder militar e grau de centralização específicos e têm de lidar com a intersecção do arcabouço legal-institucional nacional com o funcionamento dos mercados mundiais” (...) Embora tenha ocorrido a desnacionalização de vários componentes da institucionalidade legal dos Estados nacionais, reduzindo-lhes o raio de manobra para operar políticas de regulação (...) a maior parte do aparato institu-

cional dos Estados nacionais não foi ainda afetada por essa onda homogeneizadora, preservando-se uma ampla reserva de poder exclusivo nos espaços territoriais”. [que, porém] “precisam reforçar as suas condições objetivas de independência ante esses mercados”. Torna-se imprescindível o entendimento de que “a vigência dos mercados mundiais está assegurada pela inscrição e pelo reconhecimento no plano nacional dos direitos capitalistas, ainda que esteja revestida de formas legal-institucionais específicas. (...) Sistema mundial e Estados nacionais são construções indissociáveis, e não instâncias essencialmente antagônicas”. Os direitos de propriedade são e continuarão sendo registrados e amparados nas legislações específicas das instituições localizadas na escala nacional.

Por paradoxal que possa parecer, crescentemente vem ganhando importância no “capitalismo desregulado” a discussão do papel do ordenamento legal e do ambiente jurídico na definição do recorte da escala nacional. O aparato de regulação e a capacidade de “governança” que o “confinamento” da escala nacional permite nunca foram tão discutidos (obviamente que a maior parte destes debatedores propugnam pela “flexibilização” e/ou desaparecimento destas “normas impeditivas”).

A construção da escala nacional envolve a criação de domínio, de se exercer controle, moderar, disciplinar e deve submeter e buscar neutralizar as determinações, destrutivas e predatórias da mercantilização desenfreada, fiscalizar, monitorar, regular, conter forças desagregadoras etc. O poder nacional deve defender a criação de oportunidades internalizadas de acesso a bens e serviço e coordenar a abertura de horizontes de enriquecimento nas fronteiras internas.

Envolve necessariamente autonomia de decisão, de comando soberano, circunscrição, e geração de “centros internos de poder”. Engendra arranjos sociais, políticos e econômicos que imprimem unicidade na(da) ação, buscando superar clivagens regionais, culturais etc.

Deve aglutinar forças, articular a complementaridade produtiva e a solidariedade de interesses cruciais, e desenvolver capacidade mínima de modular sua inserção externa, acumulando potência para enfrentar as pressões do centro hegemônico. Deve neste embate, crescentemente constituir e aperfeiçoar mecanismos e instituições regulatórias à escala nacional, ramificadas de forma descentralizada para as instâncias subnacionais.

Neste contexto, torna-se fundamental resgatar, neste debate com as “forças da não-nação”, as contribuições de List (1841) sobre sistemas econômicos nacionais de forças produtivas para que possamos demonstrar que as economias nacionais não desapareceram e não se transformaram em meros “mercados” (mais ou menos emergentes ou não).

O nacional não é plataforma hospedeira de plantas ou um mero espaço recipiente de atividades econômicas e capitais, como quer nos convencer o discurso liberal-conservador, que procurou vencer as salvaguardas e defesas da unidade nacional, propondo apenas sua substituição pela criação de ambiente sedutor dos investimentos. Segundo este discurso, disciplina, só do Estado; resguardo, apenas da “boa conduta” macroeconômica e da redução das falhas de mercado para um ambiente microeconômico saudável. Quanto mais porosa as fronteiras nacionais, segundo este “pensamento único”, melhor.

Além de ser espaço de acumulação sob padrões normativos e condições institucionais dadas, a escala nacional é historicamente fixada e politicamente criada e legitimada, ao resguardar, amparar e abrigar sujeitos, agentes e atores territorializados/localizados. Esses agentes são submetidos a normas, regras e parâmetros que estabelecem um contraponto (também espacial), uma dualização entre os agentes e interesses “locais” *versus* “os externos”, logrando ou não projetar, via coordenação do Estado, trajetórias e horizontes temporais com maior ou menor soberania em relação “ao outro”.

O ordenamento jurídico-legal do espaço nacional, os arranjos administrativos e de gestão são fundamentais e dependem da correlação de forças políticas estabelecidas em cada conjuntura histórica. Caracteres distintivos em dado recorte espacial são definidos pelas peculiares estruturas de propriedade, distribuição da renda e da riqueza e pelas estruturas de consumo de suas classes sociais montadas. Por outro lado, configurações sociais criativas, estruturas e processos inovativos, e modalidades institucionalizadas de interação entre produção e inovação, sistema de aprendizado (científico, tecnológico, educacional-cultural etc.), aptos a interpretar informações e conhecimentos e os reelaborar, criando competências e dinâmicas adaptadas às suas especificidades histórico-culturais são elementos importantes do sistema social de forças produtivas nacionais. A depender das especificidades da base produtiva montada

e das estruturas empresariais com que se pode contar, avança-se mais ou menos na construção de graus de autonomia e soberania do arcabouço legal-institucional nacional que é legitimado na escala nacional.

Ou seja, dentre outras questões, os fundamentos de base nacional envolvem o disciplinamento, a proteção e o controle sobre os mecanismos “autoreguladores” das forças mercantis, explicitando que os capitalismo variegados são compostos de rivalidades e relações hierárquicas entre os diversos Estados Nacionais, suas moedas, sistemas creditícios e financeiros, sistemas empresariais etc., e não, obviamente, como enuncia o pensamento conservador, um campo homogêneo de relações mercantis em ambiente de concorrência perfeita em um mundo plano e numa plataforma inerte espacial. Como afirma Neil Brenner (2010) a escala nacional apresenta variadas formas de organização espacial, aparatos regulatórios e diversidade geoinstitucional.

Em suma, o espaço nacional é também uma configuração cultural, social e política. É lócus privilegiado do poder e arena de constituição, enfrentamento e concertação de interesses, de alinhamento político mínimo, para além das clivagens de frações de classe e interesses. Abriga o conjunto das forças sociais reprodutivas e dos sistemas empresariais, o ambiente e o arcabouço e o ordenamento jurídico-legal, os arranjos normativos, administrativos e de gestão que a correlação de forças políticas estabelece em dado território nacional em temporalidades estruturais e conjunturais específicas.

#### 4. A agenda de possíveis diálogos entre a literatura do Norte sobre escalas espaciais e as mediações requeridas para sua utilização na análise dos casos específicos de capitalismo subdesenvolvidos dependentes

A América Latina concebeu e acumulou, por mais de meio século, desde o final da década de 1940, um inédito patrimônio acadêmico para pensar as especificidades do processo de desenvolvimento na condição periférica subdesenvolvida dependente.

Infelizmente a riqueza, a originalidade, a independência e a complexidade do pensamento crítico das ciências sociais desen-

volvido neste continente não tiveram a devida divulgação, visibilidade e influência, sobretudo no ambiente acadêmico eurocêntrico e anglo-saxão. Exceto raríssimas exceções, sua instigante e profusa contribuição não foi praticamente traduzida para o inglês ou publicada em veículos de divulgação internacionais, dotados de maior poder de difusão em escala global. O rico e criativo pensamento latino-americano, ficou enclausurado nas fronteiras de suas instituições nacionais, e mesmo a circulação da produção entre os países latino-americanos acabou se dando de forma muito restrita.

Neste contexto, suas inusitadas e inovadoras contribuições sobre a natureza e o caráter específico da situação periférica no contexto do capitalismo mundial, que poderiam ter enriquecido o debate sobre os subdesenvolvidos - mas também lançado luz sobre a estrutura e a dinâmica dos países desenvolvidos - acabaram se perdendo em parte, desperdiçando fração substantiva desta rica e arrojada experiência científica e política.

A sua insuficiente divulgação no ambiente acadêmico cêntrico internacional interditou a plena análise da condição periférica (da maioria dos espaços e da população mundial), impedindo a oportunidade do entendimento deste processo de subdesenvolvimento como uma *malformação estrutural* (Furtado, 2013), como uma situação marcada por estruturas em movimento truncado, resultado de processos de acúmulo de atrasos, de anacronismos e entravamentos estruturais no curso da história do capitalismo mundial - concepção impossível de ser plenamente apreendida pelo debate anglo-saxão.

Ou seja, o entendimento não avançou para elucidar a natureza estrutural dos obstáculos do ambiente capitalista truncado para a promoção de uma acumulação mais reprodutiva e dos contextos e paisagens institucionais que articulam altíssima concentração de renda e riqueza com ambiente macroeconômico de baixo crescimento, mas sobretudo com as carências de autonomia dos centros de decisão endógenos.

Assim, tanto no *mainstream* conservador, quando nas elaborações europeias e americanas, predominou a generalização de uma visão de capitalismo que negligenciou e jazeu alheada da situação em que há a penetração de fatores de modernização em ambientes de grande atraso nas relações sociais e nas forças produtivas, conformando estruturas híbridas *sui-generis*.

Segundo os autores latino-americanos, não é apenas fato que suas estruturas são atrasadas, mas que, ao longo do tempo, as limitações, privações, mutilamentos incompletudes do ser subdesenvolvido, acabam por deformar ainda mais as estruturas (produtivas, ocupacionais, de distribuição de renda e riqueza e a própria composição de classes sociais).

O que se quer afirmar é que, ao pouco se avançar na análise da natureza específica desta parte periférica no todo do processo de evolução do capitalismo, se perdeu o caráter das interdependências e possíveis diálogos com a produção científica periférica, prejudicando tanto a apreensão do *todo* quando de suas diversas partes.

O subdesenvolvimento visto não como fase, mas como face, que coevolue ao longo do tempo com o desenvolvimento, que foi o grande mérito do pensamento latino-americano, acabou pouco entendido pelos autores do norte.

Assim, é importante observar atualmente os aportes originais daquele patrimônio disponível, mas pouco mobilizado, e sua contribuição ao entendimento atual do complexo processo de reestruturação do capitalismo global e das oportunidades, constrangimentos e desafios que entranham a América Latina no contexto mundial. A escola latino-americana de pensamento crítico, histórico e estrutural, pode contribuir para lançar luz sobre as limitações, negligências e parcialidades dos enfoques desenvolvidos nos países centrais, ao explicar os processos e trajetórias particulares que têm tido lugar nos espaços nacionais periféricos (Fernández, 2017a).

Um exemplo bastante elucidativo de possíveis diálogos que poderiam ter acontecido são as profundas reflexões em torno dos diversos “estilos de desenvolvimento” possíveis. Esta brilhante construção poderia ter dialogado com as “vias de desenvolvimento”, no passado, com as sete formas institucionais da escola francesa da regulação, a partir do final dos anos 1970, ou com as “variedades de capitalismo”, ou com os “sistemas sociais de produção”, no presente. Entretanto, o desconhecimento dessa construção teórica ficou ausente da análise do capitalismo mundial em sua realidade concreta. Com isso, escaparam facetas do mundo realmente existente e ficaram impedidos potenciais avanços teóricos, analíticos e políticos que ele instigava.

Enquanto este diálogo este ausente, a corrente conservadora principal das ciências sociais avançou e legitimou uma



narrativa que defende a existência de uma trilha inexorável de convergência para um “modelo ótimo” de capitalismo. Um rumo pré-estabelecido e uniforme de capitalismo, com estruturas semelhantes. Uma imposição uniformizadora e homogeneizadora de uma narrativa escalar naturalizada. Ou seja, sustenta que existe um sentido de unificação e de confluência das trajetórias históricas capitalistas, rumo a uma espécie de meta-tipo, com “monocultura institucional” ótima. Neste pensamento conservador não há poder, conflitos ou hierarquias nas relações internacionais ou inter-regionais. Não importa ver a *posição específica que ocupam* os espaços periféricos *no conjunto do sistema*. Portanto, não há espaço analítico para se pensar a posição periférica e complementar. Não há hegemonias.

Entretanto, na realidade concreta não existe algo como uma trajetória de Convergência rumo a um tipo-ideal e superior de capitalismo, como se as regiões mais desenvolvidas ditassem a agenda e o caminho que as menos desenvolvidas percorrerão. Há polarização entre trajetórias múltiplas.

Assim, a agenda de investigação crítica deve assumir que não existe um modelo canônico a ser seguido no processo de desenvolvimento, mas uma pluralidade de vias, uma variedade de trajetórias históricas possíveis; a importância de entender o funcionamento da “máquina capitalista” em suas expressões espaciais histórico-concretas desiguais; o desafio de pensar o Tempo-Espaço combinado e assimétrico do processo de desenvolvimento.

Deve se basear na constatação de que existe Divergência e pluralidade de trajetórias. Há cultura, instituições, geografia, estruturas de poder e Decisões de facções de classes sociais que contam. Há História. Cabe assim, construir, em um processo de aproximações sucessivas (para cima e para baixo), uma abordagem que simultaneamente retenha as determinações gerais e decifre, ao mesmo tempo, as “situações reais”, hierarquizando determinações e procurando balancear devidamente fatores determinantes, condicionantes e coadjuvants *no curso do movimento histórico concreto*, buscando analisar o tempo conjuntural, sem perder a perspectiva do tempo estrutural de longa duração.

É urgente retomar o “velho problema teórico-metodológico das relações entre o movimento de longa duração das estruturas econômicas e sociais e o tempo conjuntural da luta política”

[elaborando-se] “uma proposta de análise que procura articular estrutura e conjuntura, economia e política num tempo comum, o tempo da valorização do capital e dos seus ciclos de acumulação” (Fiori, 2003: 26).

Mais recentemente um importante conjunto de trabalhos críticos procurou demonstrar que no mundo concreto há uma inerente heteromorfia nas experiências históricas. Há diversidade de estruturas institucionais, pluralidade, divergência e polarização de formas e modos de organização sistêmica e heterogeneidade de regimes sociais de produção, apropriação e reprodução.

Ensinam estas investigações que o sistema capitalista é, por natureza, plural e polimórfico. Segue diferentes trajetórias e vias e há constante polarização em suas estruturas e pugna reiterada de formas e modos de desenvolvimentos bastante distintos. Há competição permanente de Estados-Territoriais e Experiências Diferenciadas de Desenvolvimento. Daí a necessidade do estudo de suas particularidades e de suas maneiras diferenciadas de organização social, em cada contexto histórico, institucional, geográfico etc.

Essas investigações discutem os horizontes temporais, para além do momentâneo, que gerando trajetórias, possíveis vias de desenvolvimento, estruturando Opções e Alternativas (respostas diversas e concretas a problemas concretos). Trata-se de problemática atinente a Processos, Dinâmicas, Estruturas, Sujeitos e Relações reais-concretos e portanto marcado pela diversidade.

Neste contexto, torna-se indispensável aprender a investigar e a realizar um balanço adequado das recorrências, persistências e das rupturas e transformações ao longo de um processo histórico sem linearidades, indagando sobre como se forjaram e evoluíram suas vias, padrões e estilos de desenvolvimento. Entender que cada e todo capitalismo apresentam feições particulares e explícita determinações gerais, simultaneamente.

Embora tenha avançado em relação ao pensamento conservador, não obstante, a literatura sobre as variedades e variações de capitalismo desconhece as contribuições, com alta independência, excentricidade, do pensamento crítico, histórico-estrutural desenvolvido na América Latina.

Hoje há um grande desafio que seria identificar e qualificar as potencialidades, mas também as ausências, negligências e limi-

tações do pensamento crítico histórico-estrutural latino-americano que sejam dignas de anotação para a formulação de pesquisas coletivas de alta complexidade.

Um ponto central seria por em questão *se e como* o pensamento crítico latino-americano tratou as escalas espaciais. Há também a urgência em se examinar e introjetar dinamicamente nas análises concretas o papel das escalas espaciais (locais, regionais, nacionais, mundiais etc.) nesses processos estruturais e históricos.

Quando às escalas espaciais, podemos afirmar que suas análises: não descem ao subnacional, isto é, à escala regional; também não têm o inter-regional; não têm o interurbano ou uma concepção mais avançada de escala da rede urbana; não apresentam qualquer ideia de inter-regionalidade ou de interurbanidade (Brandão, 2015); não contêm a escala da vida cotidiana e os elementos centrais para se pensar a escala da reprodução social dos “de baixo” (ou seja, inspirados em Polanyi poderíamos aplicar as três formas de integração social que se mesclam de forma peculiar na periferia, conforme Ribeiro, 2017, neste volume), ou do nível da vida material de Braudel. Pior ainda, não têm uma concepção substantiva do Estado e suas relações escalares, de *suas formas específicas* de reescalonamento estatal. Ou seja, torna-se um ponto decisivo e o maior desafio para o resgate e a superação dialética deste patrimônio científico de investigação qualificar quais seriam as *particularidades do Estado latino-americano e como ele se reescalona*.

Não é que o estruturalismo histórico latino-americano não tivesse certa concepção de escalas espaciais, mas essas estavam subentendidas, não totalmente expressas, antes pressupostas, porém implícitas, em suas criativas análises da divisão internacional do trabalho, das heterogeneidades estruturais endógenas e das relações centro-periferia.

A ênfase era posta nos movimentos (segundo uma interessante e promissora consciência das rigidezes hierárquicas) do “centro cíclico principal” hegemônico (primeiro na Inglaterra, depois nos EUA). A primazia era colocada na escala nacional, mas essa era tomada enquanto entidade abstrata, sem contexto estrutural diferenciado e variado.

Ao mesmo tempo o estruturalismo histórico latino-americano teve, em parte, no seu horizonte teórico, mas sobretudo no de suas proposições concretas de estratégias de desenvolvimento, a cons-

trução de uma escala supranacional. Ou seja, a ação política propugnada passaria por uma espécie de *upscaling* continental.

Pouca ou nenhuma relevância tinham as escalas subnacionais. Estavam ausentes ou foram tratados de forma restrita qualquer processo de *downscaling*. A única exceção foram alguns “economistas regionais”, que trataram as desigualdades intranacionais dos países latino-americanos (Rofman, 1974; de Mattos, 1976; Coraggio, 1988).

O pensamento crítico latino-americano tratou o Estado e as escalas como entidades estáticas, rígidas e abstratas. Não se desenvolveu uma abordagem mais dinâmica e sofisticada de escalas espaciais. Estas foram tomadas como entidades estáticas e exatas, dotadas de certo mecanicismo. Sobretudo se privilegiou a escala nacional, mas em uma abordagem das estruturas e agentes abrigados, como se apenas locacionados e inseridos em uma moldura de enquadramento circunscrito e estaticamente restrita. Em suma, embora apresentando uma reflexão subjacente de escalas espaciais, estas apareciam basicamente como recorte, circunscrição e sobretudo fixas e confinada. Não foram concebidas como construções sociais conflituosas, relacionais, contestáveis, processuais e contingentes, como a literatura geográfica crítica aqui resenhada as reelaborou a partir dos anos 1990.

Na interpretação por exemplo cepalina, na melhor das hipóteses, concebeu-se, mesmo que crítica, uma bi-escalaridade (nacional e mundial), analisando apenas o núcleo *versus* a periferia, ou seja, as formas unidirecionais de engate desta última no espaço cêntrico. O caráter dinâmico das vinculações endógenas-exógenas era pouco aprofundado.

Certamente umas das limitações do estruturalismo histórico latino-americano para entender o capitalismo atual será desenvolver uma outra concepção de Estado, dos conflitos e da multi-escalaridade.

Ultrapassando sua percepção da escala nacional como receptáculo, abrigo de locação, plataforma homogênea harmoniosa e passiva, de um plano geométrico dado, seria preciso tomar de uma forma mais dinâmica e contraditória as variadas escalas em que são inscritos, esculpidos e erguidos, material e simbolicamente, os processos e os *loci* em que a vida social é organizada e reproduzida.

Neste sentido, uma ousada agenda de investigações requer ser

estruturada e sofisticada, buscando superar a concepção de uma escalaridade estática, que interpreta escalas como entidades imóveis e autossuficientes.

Apesar da originalidade de suas reflexões sobre a condição periférica, o estruturalismo histórico latino-americano não conseguiu recuperar e analisar adequadamente a riqueza da diversidade de suas trajetórias nacionais (com seus processos específicos de acumulação, reregulação, dominação e legitimação), sem ter incorrido em algum tipo de nacionalismo metodológico.

Poder-se-ia afirmar que mantiveram uma concepção escalar nacional estática, tomando-a como um contêiner, receptáculo de agentes-objetos (idealizados), como uma plataforma homogênea igualizada e passiva, em um plano geométrico dado. Negligenciaram ou pouco conseguiram *capturar as dinâmicas da geometria variável*, a multiplicidade de espaços nacionais e regionais e suas respectivas e peculiares capacidades de resposta, frente à constante penetração e reconfiguração realizada pelas redes e agentes institucionais e econômicas multiescalares (Fernández, 2017a).

Na verdade, seus principais autores continuaram presos a certo nacionalismo metodológico que exagerou nas relações *horizontais* no interior do país, negligenciando as potentes relações *verticais* (centro-periferia, redes econômicas e políticas globais).

Para o entendimento desta falha de percepção a recente contribuição de Bob Jessop (2017a) pode ser importante para elucidar as limitações da literatura sobre “variedades de capitalismo”. Suas observações cabem primorosamente e podem ser transpostas para o exame do pensamento latino-americano: “Centrar-se em comparações ‘horizontais’ de variedades locais, nacionais ou regionais de capitalismo desloca o olhar sobre as relações ‘verticais’ que ligam as economias no núcleo e na periferia do sistema, bem como das capacidades assimétricas não-triviais das diferentes variedades para moldar o mercado mundial” (Jessop, 2017: 1) (...) “As comparações horizontais ignoram as principais assimetrias na competição e co-evolução das variedades do capitalismo, que se baseiam em capacidades desiguais para moldar o mercado mundial e para explorar, deslocar e / ou adiar seus respectivos problemas, conflitos e tendências de crise” (Jessop, 2017: 8) (...) “A ênfase das ‘variedades de capitalisms’ nas comparações ‘horizontais’ desvia a atenção das relações ‘verticais’ entre o núcleo, a semiperiferia e

a periferia; Economias sub-imperiais e periféricas; Regiões dominantes e dependentes; Metrôpoles e satélites; e assim por diante” (Jessop, 2017: 8).

Superar o nacionalismo metodológico reificador, para compreender desde as dinâmicas endógenas os comportamentos mundializados e a complexidade das relações centro-periferia hoje se constitui em grand desafio epistemológico, sobretudo para tentar capturar a complexidade escalar do capitalismo atual, a partir da periferia.

A escala espacial nacional precisa ser apreendida segundo uma interpretação dinâmica e relacional (não contida em uma base analítica restritiva e nacionalista). Não deve negligenciar as determinações exógenas e conjunturalmente contextuais, que provêm dos Estados supranacionais imperiais hegemônicos, em um contexto mundial de inserção em sistemas interestatais em disputa coercitiva. Ainda mais quando a própria tradição teórica de apenas posicionar e situar a América Latina, a depender do autor ou da corrente, de forma fixada/engessada, no contexto e no interior de relações centro-periferia rígidas, perdeu grande parte do sentido desde que consolidou-se a “relação dos Estados Unidos com seu ‘território econômico supranacional’, diferente do que havia acontecido com a Grã-Betanha” (Fiori, 2014: 215).

Uma reconstrução teórica que valorize o patrimônio intelectual latino-americano deve questionar o papel da escala nacional no contexto das especificidades dos espaços periféricos.

Um exemplo é que, inspirados por Karl Polanyi, poderíamos falar da dificuldade em dinamizar e regular as três mercadorias fictícias na escala nacional periférica subdesenvolvida.

A mercadoria terra é interdita e tem o seu *acesso travado* à propriedade para a maioria dos habitantes, produzindo, assim, um ambiente construído (moradia, transporte, saneamento) precarizado, erguido dicotomicamente ao lado (e em paralelo) dos mercados formais e estruturados.

A mercadoria força de trabalho foi permanentemente aviltada, confrontada antagonicamente, vulnerabilizada em cada rodada de desregulação, perdeu salvaguardas, ficou submetida nestes capitalismos dependentes à super-exploração e aos baixos salários, à *dominação* despótica e disciplinadora, sendo caracterizada pela segmentação, *informalidade*, com a fragilização dos nexos de sociabilidade

dos “de baixo” e o reestabelecimento do poder da classe empresarial dos “de cima”. O fato é que foi transferido para fora do mercado ou para dentro do Estado parte da reprodução e parte da disponibilização regular-diária desta mercadoria, de acordo com as necessidades capitalista em cada ciclo conjuntural.

A mercadoria dinheiro sempre teve o seu *valor regulado politicamente*, no sentido de garantir proteção, diferenciada por frações da classe dominante, e adequada liquidez, promovendo a recomposição frequente dos portfólios dos afortunados e a segurança macroeconômica para as oportunidades de inversão de massas monetárias excedentárias, redundantes e ociosas entre as opções preferencialmente patrimonialistas e rentistas, orientada pelos jogos de manipulação dos juros (comparabilidade inter-ativos) e câmbio (relação inter-moedas). Tudo isso orientado pelo imperativo das circulações: de fazer retornar parte do excedente gerado internamente e remetido ao exterior; e parte dos fluxos futuros estimados que a propriedade de títulos assegura a seus detentores privados (Brandão, 2017b).

No que diz respeito a esta última “mercadoria fictícia” chave, nos países periféricos a natureza peculiar da escala nacional subdesenvolvida está marcada pela ausência da conversibilidade da moeda nacional em relação à moeda mundial. Assim, o controle de divisas escassas será fundante nas relações e nos ritmos cíclicos postos nos ambientes macroeconômicas dos capitalismo dependentes. Esta vulnerabilidade nas restrições externas é uma das principais razões para que nestes espaços se encontre disponíveis nichos privilegiados para a ação intermediadora de elites cosmopolitas-financeirizadas intermediadoras do comércio de dinheiro, que realizam a validação e o interfaceamento das relações interna-externas monetário-financeiras da frágil moeda nacional. O fundo e as finanças públicas jogarão papel decisivo neste processo.

Segundo Maria da Conceição Tavares (1999: 453), “as relações entre o dinheiro mundial, o dinheiro local e as finanças públicas, foram sempre a moldura que enquadrou a formação das elites latino-americanas cosmopolitas e seu caráter mais ou menos associado com o capitalismo internacional e seus conflitos periódicos com as elites regionais no processo de validação do dinheiro como forma de valorização geral dos capitais particulares”.

Francisco de Oliveira (1977: 87) nos fala dos processos de retroalimentação endógena-exógena, numa circularidade na escala

nacional vis-à-vis a necessidade de fazer retornar à escala global fração importante do excedente gerado na escala nacional, impostas pela insuficiência na geração de meios de pagamentos internacionais.

Segundo o mesmo autor, o padrão de financiamento público da economia capitalista sofreu modificações e agora, “o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o *pressuposto* do financiamento da acumulação de capital, de um lado, e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais” (Oliveira, 1988, p. 08). Ressaltando a *natureza politizada da acumulação de capital* deste megaciclo capitalista que vivemos desde meados dos anos 1970, que tem a riqueza pública como seu pressuposto em que ocorre *uma espécie de “estatização” das relações de produção*, justamente quando o mercado está solto para atuar, sem travas e sem peias, “em uma relação *ad hoc* entre o Fundo Público e cada capital particular. Essa relação *ad hoc* leva o fundo público a comportar-se como um anticapital (...) porém não pode, agora, reportar-se apenas a si mesmo: ele tem que necessariamente *reportar-se* a outros componentes; no caso, o fundo público, sem o que ele perde a capacidade de proceder à sua própria valorização” (Oliveira, 1988, p. 15).

Essa ideia do fundo público como um *pressuposto* e como um elemento a que as relações sociais têm que *reportar-se* pode abrir uma fronteira teórica profícua para pensar a natureza do Estado, e seu funcionamento nos países periféricos.

Na agenda de investigação apontada acima, seria bom lembrar que as contribuições da economia política são fundamentais para demonstrar que: a escala nacional continua decisiva e que as disputas por hegemonia inter-estatais e inter-territoriais e as hierarquias de Estado, moedas e armas ainda moldam o mundo (Fiori, 2007); que este é dominado pelos grandes interesses do poder financeiro e pela força de estruturas empresariais cêntricas enormes.

Estudar os processos concretos de experiências de desenvolvimento de capitalismo deve sempre partir da concepção que este processo promove, em contextos históricos e institucionais singulares, modos específicos de ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos. Seu estudo, portanto, exige ênfase em processos, estruturas e na identificação dos agentes cruciais e das interações entre decisões e aquelas estru-



turas, procurando revelar os interesses concretos em jogo. Neste contexto, a discussão da escala espacial pode se constituir em âmbito de desvendamento destes processos estruturais e em espaço de elucidação de mediações teóricas e históricas, tendo potencial para auxiliar na hierarquização correta de determinações estruturais e conjunturais do ambiente construído e da dinâmica de ação dos sujeitos políticos.

Seria importante avançar em uma teorização sobre decisões e poder de comando dos processos sob análise, investigando hierarquias de poder de comando, ações e as prováveis cadeias de reações das decisões tomadas por variados agentes e sujeitos sociais que operam em variadas escalas espaciais e que constroem e disputam socialmente determinado espaço. Seguindo o que Celso Furtado chamou de estruturar programas de pesquisa que possam “conduzir a uma progressiva aproximação da teoria da acumulação, com a teoria da estratificação social e com a teoria do poder, constituiu-se em ponto de convergência das distintas ciências sociais” (Furtado, 2013: 86). Seguimos aqui a mesma trilha teórica, procurando articular os processos de acumulação, reregulação, dominação e legitimação sociopolítica. Tal visão permite partir da entidade dominante para avaliar os encadeamentos de decisões cruciais dos detentores de poder de comando avaliando seus desdobramentos geográficos e históricos.

Torna-se necessário assumir a conflitualidade inerente e a contenda perene de interesses múltiplos e seus variados *loci* de possibilidade de concertação, ou não, de projetos em disputa e das *coalizões* e do *arco de alianças* que vão se armando em cada conjuntura histórica e territorial.

Neste contexto, pretende-se apontar a necessidade de se realizar o resgate da problemática da Reprodução das Classes Sociais para se entender a produção social do espaço e a dimensão urbano-regional do processo de desenvolvimento capitalista, procurando demonstrar que esta é um problemática atinente à existência, conteúdo e natureza de Centro de Decisão, Comando e Direção (*versus* Heteronomia) em todo e qualquer recorte espacial que se proceda à investigação comprometida, envolvendo a análise estrutural de Hierarquias e Hegemonias. É preciso entender como as diversas facções de classes sociais atuam e se estruturam e como se reproduzem além de interrogar quais são seus interesses concretos mobilizados e legiti-

mados e seus instrumentos, dispositivos e lógicas de ação acionados.

Tais processos, ocorrem, *grosso modo*, em vários planos analíticos, níveis de abstração e escalas espaciais.

Em suma, nesse sentido, as escalas devem ser consideradas como arma epistemológica, como decisivos planos analíticos e níveis de abstração que podem lograr desvelar a dinâmica e o sentido da organização da reprodução social da vida e das relações de poder estruturadas e abrir horizontes para se pensar lutar por transformações da ordem existente.

Pretende assim, de maneira muito esquematicamente ainda, propor projetos coletivos de reflexão que possam construir abordagens mais aderente à realidade do século XXI, e que busquem apreender o desenvolvimento hierárquico, desigual, dinâmico e contraditório do sistema capitalista, sua complexa redefinição geoeconômica e geopolítica e sua específica produção social e escalar do espaço, com destaque para os processos e os contextos dos capitalismo periféricos, subdesenvolvidos e dependentes.

## 5. Considerações Finais

Aprofundar o potencial científico e político da abordagem escalar requer apreender escalas espaciais enquanto categoria e unidade de análise, recurso epistemológico e heurístico, mas também enquanto categoria da prática, plano discursivo e narrativa, campo e arena de poder e de disputas em torno de projetos, táticas e estratégias alternativas.

Em contraposição às observações teóricas conservadoras e hegemônicas, a concepção teórica e metodológica a ser cultivada deve ser a da produção social do espaço, dos conflitos que se estruturam e dos antagonismos que são tramados em torno do ambiente construído sociopoliticamente.

Escalas são elaborações sociais conflituosas, são produções humanas coletivas, dinâmicas, multidimensionais, envolvendo variados agentes, sujeitos e trajetórias históricas em disputa, em movimento processual e em aberto.

A literatura recente sobre escalas espaciais desenvolvida pelos geógrafos críticos, que procurei brevemente sistematizar e recolher alguns pontos eleitos para análise, pode cumprir papel fundamental para decifrar o papel das hierarquias (e das coerências construídas

espacialmente) que estruturam os processos sociais em vários níveis, instâncias e territórios. Nesse sentido, poder-se-ia falar de coerência escalar estruturada.

Escalas são construtos intelectuais descritores de especificidades espaciais. Porém escalas não são apenas Objetos de Conhecimento. Escala é registro, ângulo de visão, é “óculos”, é *zoom*, resolução, forma de ver ou considerar, mas também é Objeto Real, e não apenas uma correspondência cartográfica rígida ou estática. São níveis dinâmicos de análise (e de abstração) *na* e *da* divisão social do trabalho.

Avançar em uma teorização sobre *ações e decisões de sujeitos socio-políticos*, em múltiplas escalas, requer depurar discriminar e hierarquizar os fatores endógenos e exógenos determinantes, condicionantes ou coadjuvantes dos processos sociais, econômicos, políticos etc. em cada escala e construir as mediações históricas, teóricas (e por que não dizer institucionais, territoriais, políticas etc.) devidas e pertinentes para a análise e para a ação.

O aprofundamento do debate sobre escala, que busque dialogar com uma teorização sobre Decisões e poder de comando dos processos sob análise, requer pensar: a dinâmica de atores, agentes e sujeitos concretos, classes sociais e suas frações; as hierarquias de poder de comando e as ações e cadeias de reações às decisões empreendidas (por variados agentes e sujeitos sociais dominantes que operam em variadas escalas espaciais). Dessa forma, a partir da análise das relações inter-escalares e inter-sociais de poder será possível melhor definir o campo da tomada de decisões e as arenas em que as ações cidadãos emancipatórias e de enfrentamento do pacto de dominação podem ser promovidos.

Neste desafio é importante, tanto refortalecer a tradição teórica que pergunta pelas propriedades das estruturas dos processos constituídos histórica e espacialmente, em temporalidades e espacialidades múltiplas, conjunturais e estruturais, realizando pesquisas e análises horizontais comparativas (Peck, 2017), mas também esteja atenta às contribuições das correntes pós-estruturalistas e pós-coloniais (Magalhães; Tonucci Filho, 2017).

A abordagem escalar, a partir da periferia do capitalismo, deve questionar e procurar elucidar a dinâmica de atores, agentes e sujeitos concretos, classes sociais e suas frações na produção de escalas e espaços e é simultaneamente a oportunidade de resgatar questões

e determinações estruturais e incorporar os novos processos e as novas dinâmicas.

Assim, é necessário partir de uma abordagem territorial que leve em consideração as escalas espaciais *em sua dinâmica de transformação*, em seu curso mutante, contraditório e contestável, mas é fundamental também ter uma visão não colonizada, inspirada pela tradição do pensamento crítico latino-americano, que possa refletir e buscar transformar a situação dos países periféricos, subdesenvolvidos e dependentes.

## 6. Referências Bibliográficas

- AGNEW, J (1997). The dramaturgy of horizons: geographical scale in the “reconstruction of Italy” by the new Italian political parties (1992/95). *Political Geography*, v. 16, n. 2, pp. 99-122.
- BAHIANA, L. C. (1986). Contribuição ao estudo da questão da escala na geografia: escalas em geografia humana. Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. (dissertação de mestrado).
- BALAKRISHNAN, G. (2000). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro, Contraponto.
- BALTAR, P. (1985). Salários e preços: esboço de uma abordagem teórica. Campinas, IE-Unicamp. (tese de doutoramento).
- BELLUZZO, L. G. ; ALMEIDA, J. S.(2002). BELLUZZO, Luiz G. M. e ALMEIDA, Júlio G. (2002). Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BRANDÃO, C. (2017). Territórios, escalas espaciais, decisões, poderes e conflitos. Campina Grande, Editora da UEPB, 2017. (no prelo).
- BRANDÃO, C. (2015). Dinâmicas regionais no Capitalismo Sul Atlântico Brasileiro: notas teórico-metodológicas. *Terceiro Milênio – Revista Crítica de Sociologia e Política*, v. 4, n. 1, pp. 13-30.
- BRANDÃO, C. (2012). Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora da Unicamp.
- BRAUDEL, F. (1979). *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo, Martins Fontes.
- BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. (2012). Após a neoliberalização?. *Cadernos Metrópole*, v. 14, n. 27, pp. 15-39.
- BRENNER, N. (2009). Restructuring, rescaling and the urban question. *Critical Planning*, n. 10, 2009.
- BRENNER, N. (2004). *New state space: urban governance and the rescaling of statehood*. Oxford, Oxford University Press.
- BRENNER, N. (2001). The limits to scale?: methodological reflection on scalar structuration. *Progress in Human Geography*, vol. 25, n.4, p. 591-614.

- CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. (orgs.). (2013). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, Editora Contexto.
- CARLOS, A. F. A. (2007). Diferenciação socioespacial. *Cidades*, v.4, n.6, p. 45-60.
- CASTRO, I. E. (1995). O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. (orgs.). (1995). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CHESNAIS, F. (2016). *Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump*. -Boston, Leiden.
- CHESNAIS, F. (2005). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo, Boitempo.
- COHEN, A.; MCCARTHY, J. (2015). Reviewing rescaling: strengthening the case for environmental considerations. *Progress in Human Geography*, v. 39, n. 1, pp. 3-25.
- CORAGGIO, J. L. (1988). *Territorios en transición: crítica a la planificación en América Latina*. Quito, Ciudad.
- CORRÊA, R. L.. Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais. *Cidades*, v.4, n.6, p. 61-72, 2007.
- COX, K.; MAIR, A. (1987). Levels of abstraction in locality studies. *Antipode*, vol 21, n. 2, p. 121-132.
- COX, K. (1998). Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or looking for local politics. *Political Geography*, vol. 17, n.1, pp. 1-23.
- DE MATTOS, C. A. (1976). Algunas consideraciones sobre la movilidad espacial de recursos en los países latinoamericanos. *EURE*, v.2, n. 6, pp. 31-42.
- EGLER, C. A. (1991). As escalas da economia: uma introdução à dimensão territorial da crise. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 53, n. 3, pp. 229-245.
- FERNÁNDEZ, V. R. (2017a). Desenvolvimento regional sob transformações transescalares: porque e como recuperar a escala nacional. Nesta volume.
- FERNÁNDEZ, V. R. (2017b). *La trilogía del erizo-zorro: redes globales, trayectorias nacionales y dinámicas regionales desde la periferia*. Barcelona, Anthropos; Santa Fe, Ediciones UNL.
- FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (2008). *Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana*. Buenos Aires, Miño y Dávilla Editores/UNL.
- FIORI, J. L. (2014). *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo, Boitempo.
- FIORI, J. L. (2007). *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo, Boitempo.
- FIORI, J. L. (2003). *O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Record.
- FURTADO, C. (2013). *Essencial Celso Furtado*. São Paulo, Companhia das Letras/Penguin.

- FURTADO, C. (1978). *Criatividade e dependência na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GONCALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (2003). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo, Editora da Unesp.
- GONZÁLEZ, S. C. (2005). *Las narrativas escalares de la globalización: neoliberalismo y ciudades competitivas*, Scripta Nova, v. IX, n. 189, may.
- HARVEY, D. (1973). *A justiça social e a cidade*. São Paulo, Hucitec.
- HARVEY, D. (2000). *Espaços da esperança*. São Paulo, Loyola.
- HARVEY, D. (2004). *O novo imperialismo*. São Paulo, Loyola.
- HARVEY, D. (1982). *Os limites do capital*. São Paulo, Boitempo.
- HARVEY, D. (2008). *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Loyola, 2008.
- HEROD, A.; WRIGHT, M. (edits.). (2002). *Geographies of power: placing scale*. Oxford, Blackwell.
- HUDSON, R. (2005). *Economic geographies: circuits, flows and spaces*. London, Sage Publications.
- JESSOP, B. (2017). *Capitalism: diversity, varieties, or variegation*. Texto inédito.
- JONAS, A. E. G.; WILSON, D. (edits.). (1999). *The urban growth machine: critical perspectives two decades later*. Albany, State University of New York Press.
- JONES, K. T. (1998). *Scale as epistemology*. *Political geography*, vol. 17, n.1, p. 25-28.
- KEIL, R.; MAHON, R. (edits.). (2009). *Leviathan undone?: towards a political economy of scale*. Vancouver, University of British Columbia Press.
- LEFEBVRE, H. (1974). *La producción del espacio*. Madrid, Capitán Swing.
- LEFEBVRE, H.; BRENNER, N.; ELDEN, S. (2009). *State, space, world: select essays*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- LEITNER, H.; PECK, J.; SHEPPARD, E. S. (edits.). (2007). *Contesting neoliberalism: urban frontiers*. New York, The Guilford Press.
- LESSA, C. (1998). *O conceito de política econômica: ciência e/ou ideologia?*. Campinas, Editora do IE/Unicamp, 1998.
- MAGALHÃES, F. N.; TONUCCI FILHO, J. B. (2017). *Teoria urbana e geografia econômica nas encruzilhadas Norte-Sul: diálogos pós-estruturalistas e pós-coloniais*. (Neste volume).
- MARSTON, S. A. (2000). *The social construction of scale*. *Progress in Human Geography*, vol. 24, n.2, pp. 219-242.
- MARSTON, S. A. et al. (2005). *Human geography without scale*. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 30, n.3, p. 416-432.
- MARX, K. (1856). *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- MASSEY, D. (2008). *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

- MASSEY, D. (1984). Spatial divisions of labor: social structures and the geography of production. New York, Routledge.
- MELLAZZO, E. S.; CASTRO, C. A. (2008). A escala geográfica: noção, conceito ou teoria?. Terra Livre, n 29, p. 133-142.
- MOORE, A. (2008). Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. Progress in Human Geography, v.32, n.2, pp. 203-225.
- OLIVEIRA, F. (1988). O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. Novos Estudos. Cebrap, São Paulo, n. 22, p. 08-28, out. .
- OLIVEIRA, F. (1977). Economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, Graal.
- PECK, J. (2017). Novas direções na teoria urbana: para além da comparação?. Neste volume.
- PAASI, A. (2004). Place and region: looking through the prism of scale. Progress in Human Geography, v. 28, n.4, pp. 536-546.
- PAIVA, C. A. (2003). O papel das instâncias políticas subnacionais na articulação e planejamento regional. VIII Encontro Nacional de Economia Política, Anais..., Florianópolis, 17 a 20 de junho.
- PAULANI, L. (2009). A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. Estudos Avançados, v.23, n.66.
- PECK, J.; THEODORE, N. (2016). Fast policies mobil: experimental statecraft at the thresholds of neoliberalism. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- PECK, J.; THEODORE, N. (2007). Variegated capitalism. Progress in Human Geography, v.31, n.6, pp.731-772.
- PECK, J. (2008). **Remaking laissez-faire**. Progress in Human Geography, v. 32, n.1, pp.3-43, 2008.
- PERKMANN, M. (2007). Construction of new territorial scales: a framework and case study of the Euroregio cross-border region. Regional Studies, v.41, pp.1-15.
- PINTO, A. (1982). Estilos de desenvolvimento e realidade latino-americana. Revista de Economia Política, v. 2, n. 1, jan./mar. .
- ROFMAN, A. (1974). Dependencia, estructura de poder y formación regional en América Latina. Buenos Aires, Siglo Veintiuno.
- REIS, J. (2005). Uma epistemologia do território. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais.
- REIS, J. (2007). Ensaios de economia impura. Coimbra, Almedina.
- RIBEIRO, A. C. T. et al. (2002). Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. Cadernos IPPUR, ano XVI, n.1, pp.33-52, 2002.
- ROCHEFORT, M. (1998). Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e o regional. São Paulo, Hucitec.
- RODRÍGUEZ, O. (2009). O estruturalismo latino-americano. Rio de Janeiro, Cepal/Civilização Brasileira.
- SANTOS, M. (1996). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Hucitec.

- SASSEN, S. (2016). *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra.
- SAYRE, N. (2009). *Scale*. In: CASTREE, N. et al. (2009). *A companion to environment geography*. Oxford, Blackwell Publishing.
- SCOTT, A. J. (2000). *Economic geography: the great half-century*. *Cambridge Journal of Economics*, v.24, n.4, pp. 483-504.
- SHEPPARD, E.; McMASTER, R. B. (edits.). (2004). *Scale and geographic inquiry*. Oxford, Blackwell.
- SMITH, N. (2002). *Geografía, diferencia y las políticas de escala*. *Terra Livre*, v. 18, n. 19, p. 127-146.
- SMITH, N. (1984). *Desenvolvimento desigual*. São Paulo, Forense.
- SOUSA SANTOS, B. (2016). *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo, Boitempo.
- SOUSA SANTOS, B. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo, Boitempo.
- SOUZA, M. L. (2013). *Escalas geográficas, “construção social da escala” e “política de escala”*. In: SOUZA, M. L. (2013). *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 179-216.
- SWYNGEDOUW, E. (1997). *Neither global nor local: “glocalization” and the politics of scale*. In: COX, K. (ed.) *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. New York/London, Guilford Press/Longman, pp. 137-166.
- SWYNGEDOUW, E. (2004). *Globalisation or “glocalization”? networks, territories and re-scaling*. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 17, n.1, pp. 25-48.
- SWYNGEDOUW, E. (2007). *Technonatural revolutions: the scalar politics of Franco’s hydro-social dream for Spain, 1939-1975*. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 32, n.1, pp. 9-28.
- TAYLOR, P.J. (1982). *A materialist framework for political geography*. *Transactions Institute of British Geographers*, v.7, pp. 15-34.
- VELÁZQUEZ, B. R. R. (2017). *Do debate sobre escalas à apologia localista na América Latina*. Neste volume.



## Capítulo 10

# De uma economia política das escalas espaciais a uma agenda renovada para os estudos críticos espaciais

*Jeroen Klink*

*Marcos Barcellos de Souza*

### Introdução

O presente capítulo pretende contextualizar e avaliar criticamente o debate sobre reescalonamento espacial do Estado no Brasil, realizando uma leitura acerca da evolução das pesquisas sobre o tema. Para isso, destaca os principais conceitos e teorias utilizados, assim como as motivações e limites dos trabalhos existentes. Como pontos comuns nestas pesquisas, ressalta-se a necessidade de adaptar um arcabouço desenvolvido num contexto eminentemente eurocêntrico para a realidade de um país continental e subdesenvolvido. Diversos desafios precisaram ser enfrentados, como a ausência de trabalhos prévios sobre a espacialização da Abordagem da Regulação, ou a necessidade de explorar a noção de estatalidade em um cenário no qual as descrições sobre o Estado Desenvolvimentista são geralmente centradas no Estado e onde o nacionalismo metodológico deixou marcas persistentes. No entanto, argumentamos que este programa de pesquisa já avançou significativamente, tanto em aspectos teóricos-abstratos como em pesquisas mais concretas e estudos de caso. O objetivo do capítulo, ao tentar organizar os principais marcos do debate, é ressaltar também a atualidade e relevância dessa agenda de pesquisa, incentivando novas reflexões. O capítulo, além desta introdução, está organizado da seguinte forma: na próxima seção, resgatamos as principais influências e inovações conceituais que fundamentaram as pesquisas de Novos Espaços do Estado e de reescalonamentos espaciais. Na terceira seção realizamos uma releitura das principais aplicações deste arcabouço teórico para a realidade brasileira, com atenção para a abordagem histórica e

suas periodizações, assim como a introdução de novos problemas de pesquisas. Por fim, na última seção apresentamos uma agenda de pesquisa com o potencial de reforçar o arcabouço adotado, expandindo-o para novas aplicações empíricas e retrabalhando-o através de novas sínteses teóricas.

## O(s) debate(s) sobre globalização e a economia política das escalas

Conforme diversas contribuições a este volume enfatizam (Swyngedouw, 2016; Jessop, 2016 ; Brenner, 2016), a economia política das escalas e a chamada “virada escalar” (com impactos nos estudos regionais, urbanos, e na organização espacial do Estado) tiveram como elemento catalizador as leituras críticas sobre o(s) processo(s) de globalização. Estas interpretações se opunham a uma explicação totalizadora, essencialista ou unilateral das dinâmicas de reestruturação organizacional, tecnológica, espacial e socioeconômica do capitalismo no último quarto do século XX. Nesse sentido, alertavam para a maior complexidade dos processos envolvidos na globalização, que não podiam ser explicados apenas de *cima para baixo*, como consequência direta da renovação do imperialismo norte-americano, do novo papel das agências multilaterais e da disseminação das novas tecnologias de informação. Os processos observados tampouco levariam a um mundo plano, assentado na convergência econômica, espacial e cultural e no qual o Estado Nacional perderia sua relevância.

Com efeito, os trabalhos reunidos neste volume compartilham a preocupação em entender as novas formas de produção do desenvolvimento espacial desigual que são, ao mesmo tempo, condição e consequência dos diversos processos de globalização. Estes, por sua vez, precisam ser conceitualmente definidos, assim como suas relações com a neoliberalização e financeirização.

Dessa forma, diante do reconhecimento da “hipercomplexidade da globalização” (Jessop, 2016), podemos destacar alguns elementos que orientam a economia política das escalas:

- i) o *imaginário da globalização*: o reconhecimento da globalização como um fenômeno multiescalar, multitemporal e multicausal (Jessop) destacou o papel de lugares e escalas

como constituintes da própria globalização, que surge “da interação de muitos sítios ao redor do mundo”, engendrando processos de cima para baixo, de baixo para cima e transversais. Com efeito, as diversas descrições monolíticas da globalização geram um imaginário que “confunde, marginaliza e silencia uma luta sócio-espacial intensa e constante na qual a arena chave é a reconfiguração da escala espacial” (Swyngedouw, 2016). Além de reduzir o espectro para as lutas políticas, as narrativas mais tradicionais sobre a globalização omitem que “As complexidades da globalização reordenam diferenças econômicas, políticas e socioculturais assim como complementaridades ao longo de diferentes escalas, lugares e redes” (Jessop, 2016), oferecendo novas oportunidades para diversos agentes econômicos e níveis de governo. A questão de como estas complementaridades e oportunidades podem ser exploradas remete ao surgimento de novas escalas espaciais, a novos papéis e funções exercidos por escalas já consolidadas e ao desenho de novas relações entre estas. O imaginário que assume a hipercomplexidade da globalização deve evitar o predomínio de “mapas mentais” binários como o global-nacional e o global-local. Conforme será discutido adiante, este reconhecimento implica em novos desafios para a governança e o estudo do Estado no capitalismo contemporâneo.

- ii) *a proliferação e a relativização de escalas*: uma abordagem não monolítica da globalização implica no reconhecimento do surgimento de diversas escalas, (cidades-região, regiões transfronteiriças, blocos regionais, Triáde EUA, UE e Japão) e de novas estratégias articulando as escalas em novas combinações (vertical, horizontal, transversal). Com efeito, torna-se necessária a identificação das escalas que são efetivamente institucionalizadas, o que dependerá das narrativas escalares e tecnologias de poder empregadas (Jessop, 2009). Conforme lembra Swyngedouw (2016), “o surgimento de novas escalas territoriais de governo e da redefinição de escalas existentes (como um Estado-nação) alteraram a regulação e organização das relações de poder

social, político e econômico”. Isso tem duas implicações diretas: a) as lutas e busca por novos mecanismos para coordenar e combinar estratégias em diferentes escalas (notadamente relacionada ao problema da governança, discutido mais adiante); b) a questão da mudança qualitativa nas escalas, sobretudo as mais conhecidas (urbana, regional, nacional), o que implica em novas relações entre elas (reescalamentos). Nesses casos, é importante considerar a “desconstrução e reconstrução de escalas espaciais que muitas vezes são consideradas como unidades naturalizadas para a existência social” (Swyngedouw, 2016).

No caso da escala regional, cumpre mencionar a emergência de estudos que propõem uma concepção relacional das regiões, que negam sua forma de recipiente fechado, defendem sua co-constituição material e discursiva (como comunidade imaginada e também como um tipo de ajuste espaço-temporal) e enfatizam também a importância de relações externas e não contíguas (como no caso dos BRICS). Com a efeito, a concepção de região aqui discutida difere dos modelos incluídos no Novo Regionalismo, que traçam uma transição não problemática para o pós-fordismo e sublinham a importância das redes locais de aprendizado, inovação e empreendedorismo. As abordagens críticas ao Novo Regionalismo, de inspiração regulacionista, evitam fugir dos imperativos tecnológicos e econômico-institucionais relacionados às narrativas pós-fordistas que conferem poder causal às regiões (são tratadas como atores plenamente racionais e coerentes, num fetichismo espacial) e trazem para o debate os aspectos da acumulação e regulação na produção de espaços regionais, além de sua relação com a reestruturação do Estado e uma maior preocupação com a dimensão política (Oosterlynck, 2010).

Outra escala espacial que sofreu importante mudança qualitativa, e ainda mais polêmica, foi a escala nacional. A literatura crítica indica um processo de relativização das escalas pelo qual, na presença da maior complexidade e novas relações entre escalas, lugares e redes e mudanças nas hierarquias nacionais diante da internacionalização e regionalização, é apontada uma “menor importância da escala nacional de organização econômica, política e social em relação às três primeiras décadas do pós guerra” (Jessop, 2016). Além da mudança nas hierarquias escalares *relativamente* mais

estáveis na vigência do fordismo atlântico, a noção de que houve rachaduras no receptáculo territorial nacional, que foi material e discursivamente construído ao longo de séculos (Taylor 1994), contribuiu para as investigações sobre o reescalonamento espacial do próprio Estado Nacional. Isso não implica num jogo de soma zero, no qual a escala nacional simplesmente transfere poderes para outras escalas, tampouco uma transição inequívoca para um mundo pós-nacional. Este último ponto, indicado por Jessop (2002), deve ser entendido mais como um incentivo ao pensamento criativo e pesquisas sobre processos de reescalonamento (Brenner, 2016). Por outro lado, a questão que se coloca é quais os novos papéis assumidos pelo Estado Nacional nos processos de articulação e coordenação entre escalas e redes diante de novas dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização.

*iii) o problema da governança:*

A preocupação com a governança surge em paralelo à “virada institucional” nas ciências humanas (em suas vertentes neoinstitucionalista, regulacionista, evolucionária, neo-polanyiana) e com a premissa de que os arranjos institucionais interescalares cumprem papel crucial: de um lado, por permitir a mobilização e circulação de certas estratégias, políticas e discursos e por possibilitar a imersão social do mercado em outras ordens sociais, apresentando vantagens diferenciadas para o capital; do outro, por serem o meio e objeto da reestruturação durante crises de legitimação social e crises da acumulação de capital. Dessa forma, os arranjos institucionais são importantes para explicar o desenvolvimento desigual e a fixação e valorização do capital em determinados ajustes espaço-temporais (Barcellos de Souza, 2014).

A maior complexidade do capitalismo globalizado é caracterizada também por processos de reterritorialização e reescalonamento que determinam os objetos da regulação e governança, mas estes apenas podem ser conhecidos durante as tentativas de regularizá-los/governá-los (Jessop, 1995; Goodwin e Painter, 1995). Em outras palavras, é preciso ter em conta que a globalização acarreta na busca de novas escalas territoriais do poder do Estado e do capital, e também de novas formas não territoriais de governança (Jessop, 2000).

Além da complexidade, o reconhecimento das formas extra-econômicas (e novas interdependências destas com as formas econô-

micas) para a inovação e competitividade também é responsável pela busca de uma governança não hierárquica e não mercantil que privilegie a negociação, comunicação e a transmissão de conhecimento entre os agentes. Neste contexto, diante da atual inadequação das formas de governança que privilegiavam o Estado e o mercado na conformação da “economia mista” keynesiana-fordista, Bob Jessop (1998) destaca o surgimento da *heterarquia* como alternativa de governança em uma sociedade complexa que assiste a diferenciação funcional de ordens institucionais em múltiplas escalas, trazendo à tona novos problemas de coordenação. Boyer e Hollingsworth (1997) contrapõem a imersão social das instituições nacionais do pós-guerra, a um entrelaçamento (“nestedness”) de instituições em todos os níveis espaciais, cujas consequências são: i) uma “causalidade multifacetada” relacionando segmentos sociais e atores complexos, impossível de ser apreendida por abordagens “de cima para baixo” ou “de baixo para cima”; ii) a inexistência de uma autoridade única com poder de monitorar e regular um sistema tão complexo.

Os debates sobre a governança, além da preocupação com redes interpessoais, coordenação interorganizacional e direcionamento intersistêmico, passaram também a abordar o problema da coordenação espacial. Neste sentido, ganham relevância as tensões entre o reescalonamento rizomático de redes e fluxos econômicos e o reescalonamento territorial das escalas de governança, num contexto no qual “a organização em rede da economia tornou-se simultaneamente mais localizada ou regionalizada, por um lado, e por outro, mais transnacionalizada” acompanhada da transformação escalar de redes econômicas e políticas (Swyngedouw, 2016; Ramiro Fernandez, 2016). Com efeito, trabalhos recentes têm ressaltado a natureza polimórfica do espaço, evitando conferir privilégio ontológico a alguma dimensão sócio espacial específica (território, escalas, redes e lugares) e enfatizando a necessidade de se pensar a articulação dinâmica entre elas. Não obstante, como lembra Jessop (2016), “a interação do espaço de fluxos e a lógica do território fornece um grande desafio para a governança global eficaz”.

*iv) o nacionalismo metodológico:*

O novo imaginário espacial da globalização e a constatação da proliferação e relativização das escalas, somados aos novos problemas de governança, trouxeram à tona o questionamento da armadilha do

nacionalismo metodológico. Com efeito, o nacionalismo metodológico constitui um viés analítico característico de abordagens centradas no Estado, e consiste em dar uma primazia ontológica à escala nacional e privilegiar o que ocorre dentro das suas fronteiras vis-à-vis as relações entre países. São ignoradas as transformações destas fronteiras (externas ou internas), as mudanças na territorialidade e nas escalas espaciais do Estado, as relações do Estado nacional com outras escalas espaciais e as práticas sociais e políticas que atravessam estas fronteiras. Em suma, analisam relações sociais e espaciais sob um filtro nacional e tomam como garantido um momento histórico da dialética de territorialização/desterritorialização do capital e do espaço do Estado na escala nacional (Brenner, 2004). Como consequência, sua unidade principal de análise continua sendo os países (como territórios limitados nos quais Estados-nações exercem soberania) em seus esforços (diferenciados) de desenvolvimento “para dentro”, ao invés de firmas, indústrias, sistemas urbanos, circuitos de capital ou divisões espaciais do trabalho. Dessa forma, apenas acrescentar o cenário de disputas geopolíticas nas escalas global ou macro regional não é suficiente para superar o nacionalismo metodológico (Barcellos de Souza, 2012). Diversos trabalhos tem alertado para os riscos do nacionalismo metodológico, sobretudo o de deixar de fora da análise aspectos importantes dos processos concretos. No campo do desenvolvimento econômico há a possibilidade de o nacionalismo econômico ser um discurso utilizado para encobrir diversas políticas escalares, como as estratégias de escalonamento para cima (visando ampliar a área de atuação) de diferentes grupos (geralmente os mais poderosos); ou de restringir a escala de atuação dos oponentes. Dessa forma, é necessária atenção à construção e uso do espaço político na formação destas coalizões e agendas político-econômicas (Glassman, 2004). De todo modo, os diversos tipos de coalizões entre capitalistas nacionais e estrangeiros que atuam dentro das instituições do Estado ilustram a luta de grupos e frações de capital que já são internacionalizados de várias formas (inclusive elementos da burocracia), e a adoção de uma abordagem estratégica-relacional do Estado ajuda a entender como nacionalismo muda de formas e discursos, já que considera que o poder (e formas) do Estado nunca é fixo ou permanente (Glassman, 2004, Barcellos de Souza 2012). O nacionalismo metodológico é um traço comum de abordagens neo-weberianas e esta-

tistas, que tendem a colocar demasiada ênfase na capacidade do Estado disciplinar o capital nacional e no papel planejador e regulador da burocracia. No entanto, considerar as relações dentro de cadeias de produção globais (CPGs) como parte da transnacionalização do capital melhora a compreensão da complexidade geográfica das firmas (em relação a outras firmas e outros Estados Nacionais). Este tipo de abordagem ressalta que as firmas não são apenas ponta de lança de estratégias nacionais (Glassman e Choi, 2014) e ilustra como fica mais difícil para o Estado nacional disciplinar uma CPG do que uma empresa doméstica. Nesse sentido, não é o Estado desenvolvimentista que dita a regra para os empresários; muito do poder está nas redes transnacionais. Com efeito, a abordagem das cadeias de produção busca identificar uma “teia de interdependências”, lançando uma série de novos desafios metodológicos (Barnes et al, 2007). Sua aplicação tem potencial em diversos campos, como na urbanização global e no setor de serviços nas redes de cidades globais (Brown et al, 2010).

*v) o fordismo atlântico e o keynesianismo espacial:*

É importante ter em mente que o arcabouço teórico e metodológico que orientou a economia política das escalas teve como referência a crise do fordismo atlântico e do keynesianismo espacial. Nesse sentido, além da forte influência da abordagem inspirada na Escola da Regulação francesa, é nítida uma visão eurocêntrica, não apenas dos processos que culminaram na crise do regime de acumulação fordista, mas também dos seus padrões de desenvolvimento regionais e urbanos.

Martin e Sunley (1997) desvendam alguns padrões importantes do que pode ser considerado o “keynesianismo espacial”:

- i) A necessidade de certo grau de “fechamento” do espaço econômico nacional para que as políticas domésticas implementadas funcionassem;
- ii) Alto nível de centralização espacial da regulação política da economia doméstica, com exigência de poderes centralizados para implementação das políticas monetária e fiscal. O sofisticado aparato de intervenção na economia aumentou a dependência de regiões e localidades em relação ao governo central;

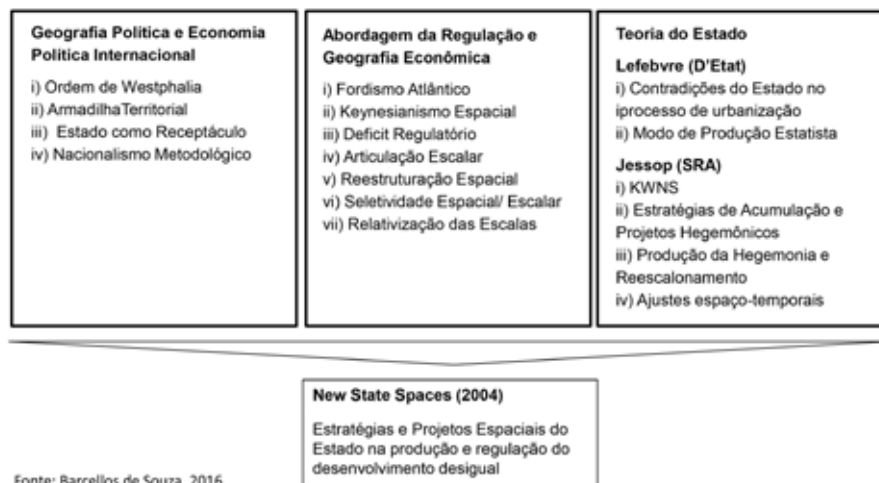


- iii) Integração espacial socioeconômica, possibilitada pelo “estabelecimento de padrões consistentes de bem estar social e provisão de infraestrutura entre as regiões e localidades, e, portanto incorporando-as numa economia espacial crescentemente coletiva ou pública” (Martin e Sunley, 1997, p. 280);
- iv) Um modelo de intervenção e regulação econômica espacialmente redistributivo e estabilizador (idem), envolvendo impostos progressivos, programas de auxílio a grupos de baixa renda e transferências fiscais entre regiões e localidades. Este modelo foi responsável pela convergência regional da renda per capita na maioria dos países desenvolvidos até o fim da década de 1970;
- v) Atuação do Estado alterando a divisão espacial do trabalho de maneiras diversas que favoreciam determinadas regiões produtoras, seja incentivando o consumo de massas, promovendo o emprego regional através da atuação de empresas estatais e do estabelecimento do setor público; e através do gasto militar.
- vi) Sancionamento dos padrões espaciais emergentes decorrentes dos investimentos econômicos e sociais e das relações entre emprego, consumo e residência, que informavam a formulação de políticas.

As políticas territoriais visavam a equalização dos padrões de vida e oportunidades de emprego entre as regiões, resultando numa estrutura fortemente hierarquizada nas relações entre poderes locais, regionais (quando existentes) e nacionais, mas também espacialmente equalizada em termos socioeconômicos (Breathnach, 2010). É importante registrar que embora no período fordista as hierarquias de poder do Estado fossem mais diretas e simples do que atualmente, “o fordismo não era uma condição ou uma configuração estável, mas sim um processo dinâmico, disputado e sempre precário de mudança sócio-espacial”, sendo necessário entender como novas escalas eram produzidas e redefinidas durante o longo período de gestação e de sua crise (Swyngedouw, 2016). Neste sentido, um tema relativamente negligenciado pelas abordagens regulacionistas tradicionais passa a receber maior

atenção: o papel do Estado na produção e regulação do desenvolvimento desigual, sobretudo no contexto da “virada escalar”. O trabalho de Brenner (2004), cujas principais influências são resumidas na **figura 1**, representa um marco na busca por uma teoria espacial do Estado, integrando suas estratégias territoriais e escalares. Brenner “desenvolveu uma sofisticada teoria que ancora as versões do Novo Regionalismo sobre a produção de novos espaços político-econômicos em uma compreensão da reestruturação espacial do Estado sob a globalização” na qual as formas contemporâneas do espaço do Estado são “intimamente relacionadas às lutas sobre formas de acumulação e regulação no após-fordismo” (Oosterlynck, 2010, p. 1156). Dessa forma, além das questões teóricas (quais são as formas espaciais concretas do poder do Estado e como elas evoluem), o autor apresenta novas questões metodológicas (categorias para explicar a reestruturação espacial do Estado), de periodização e variação contextual (comparativa); e de análise conjuntural, relacionada à como as formações herdadas estão sendo reconstituídas (Brenner, 2016). O arcabouço dos “novos espaços do Estado” envolve também a mobilização de um vocabulário conceitual para analisar as estratégias políticas voltadas para o reescalonamento do Estado e as formas pelas quais elas operam através do Estado e reproduzem e transformam o seu desenho institucional (Oosterlynck, 2010).

Figura 1 – Arcabouço Analítico



Fonte: Barcellos de Souza, 2016

vi) *estatalidade (statehood)*;

A discussão sobre estatalidade (*statehood*) ganhou relevo na Teoria do Estado a partir de três fatores: a avaliação crítica da contribuição marxista nos anos 1960 e 1970; a subsequente preferência pelo conceito de “sistema político” em áreas da Ciência Política norte-americana; e a emergência dos neo-weberianos na década de 1980. Além disso, a preocupação com a estatalidade surge na geografia econômica e política com a preferência por abordagens centradas na sociedade, em comparação com as abordagens centradas no Estado. Estas últimas incorrem no risco de naturalização dos Estados quando se tornam Estados-nacionais. Em outras palavras, outras espacialidades acabam eclipsadas por um “estatismo imerso”, que acaba contendo e subordinando os estudos de outras escalas espaciais a um arcabouço nacional (Taylor, 1996). Além disso, há uma tendência a privilegiar uma noção centralizada e hierarquizada do Estado, que planeja e executa suas políticas de forma *top down*.

Avaliando as abordagens centradas na sociedade tradicionalmente marxistas, Bob Jessop (2001) destaca a importância de entender que as formas do Estado podem ser disfuncionais e contraditórias para a acumulação, como uma consequência da sua separação institucional da economia de mercado. Desta forma, seria necessário: i) evitar análises mais abstratas e essencialistas e examinar as contradições estruturais (e sua seletividade), lutas sociais e dilemas estratégicos presentes no desenvolvimento de formas do Estado específicas; e ii) abandonar a visão do Estado como uma estrutura rígida, investigar sua natureza relacional e como o Estado projeta seu poder para outras esferas sociais, além de suas próprias fronteiras institucionais. O Estado deveria ser analisado como uma relação social complexa, então investigar suas relações com o sistema econômico e com a sociedade civil seria um ponto de partida.

No entanto, o desenvolvimento e crescente mobilização em torno de organizações políticas para e extra-estatais como sindicatos, mídia de massa, partidos e grupos de interesses contribuiu para um maior foco no sistema político. Para Timothy Mitchell (1991), esta mudança de orientação, sobretudo na Ciência Política norte-americana, teve duas repercussões mais imediatas. Em primeiro lugar, o Estado passou a ser considerado um objeto de investigação vago, impreciso e teoricamente pouco consistente, que excluía elementos

importantes do processo político. Como consequência, a questão do limite entre o Estado e a sociedade passou a ser vista como incerta, devendo ser substituída pelo mais abrangente e “científico” conceito de sistema político e por sua defesa da lealdade cívica e valores democráticos. O resultado, entretanto, foi a proliferação de interpretações pluralistas e a impossibilidade de demarcar o próprio sistema político, que poderia incluir qualquer forma de organização coletiva de reivindicações (idem, p.81).

Esta indeterminação motivou o retorno de abordagens centradas no Estado, de inspiração neo-weberiana, que tentavam restabelecer uma fronteira clara entre o Estado e a sociedade. Nas abordagens centradas no Estado, a ênfase é nas intenções dos funcionários públicos, sendo que o Estado se torna “uma esfera pública de programas, planos e ideais” (Mitchell, 1991, p. 82), o que ressalta seu aspecto subjetivo. Assim, fica comprometido o entendimento dos conflitos que atravessam o Estado e que refletem “a penetração de forças sociais mais amplas” (Mitchell, 1991, p.89). Neste sentido, os neo-weberianos dão maior destaque a redes e elementos não burocráticos da burocracia e à necessidade de combinar uma coesa organização interna do Estado - que não pode depender apenas de ilhas de excelência - com o caráter emergente e dinâmico das relações Estado-sociedade (“autonomia imersa”). Esta combinação é condição necessária para o Estado ser considerado desenvolvimentista, não sendo mais possível apoiar-se apenas no insulamento burocrático, mas sim na busca de um equilíbrio entre esta parte da burocracia e uma intensa conectividade com a estrutura social “circundante” para o estabelecimento de laços específicos (Evans, 1995). Entretanto, essa abordagem continua criticada por propor uma divisão clara entre Estado e sociedade, pela pouca profundidade dada às lutas sociais e certa preferência quase essencialista por um “Estado forte”, o que encobre diferenças nas suas capacidades estratégicas e áreas de atuação (Jessop, 2001).

Em geral, as contribuições sobre os instrumentos de intervenção do Estado e, posteriormente, a defesa de um tamanho reduzido para o mesmo focavam em variações no seu grau de intervenção, ou seja, no aspecto quantitativo do Estado. No entanto, a preocupação com a estatalidade defende que para entender os processos de reestruturação espacial (e de reescalonamento) do Estado é fundamental deslocar o eixo do debate para seus aspectos qualitativos. Assim,

embora a dimensão espacial do Estado possa parecer óbvia, geralmente sua identificação é no sentido de unidades bem delimitadas. Como diversos autores têm argumentado (Brenner et al., 2003), essa concepção incorre no risco de uma concepção estática do poder do Estado e do espaço social. Brenner et al. (2003) propõem que o poder territorial (e escalar) do Estado deve ser entendido no seu sentido restrito, integral e representacional. O primeiro caso – e mais convencional – abrange as variáveis geografias internas da regulação e administração subnacional do Estado (sua estrutura organizacional, administrativa e hierárquica) e a imposição de suas fronteiras externas e internas. O sentido integral do espaço do Estado envolve as estratégias espaciais do Estado, historicamente específicas. Entre elas estão as tentativas de influenciar as atividades socioeconômicas, integrar e homogeneizar o território, ou a seletividade espacial de determinado território ou escala. Por fim, o sentido representacional inclui as práticas espaciais do Estado que moldam a subjetividade e horizontes espaciais da vida cotidiana, onde se destacam projetos para naturalizar/desnaturalizar pressupostos geográficos associados a análises do Estado territorial nacional. A estatalidade se manifesta, portanto, nos conflitos dentro e fora do Estado à medida que novos interesses e atores emergem e tentam direcionar territorialmente e escalarmente os projetos e estratégias espaciais estatais (Barcellos de Souza, 2013).

*vii) a questão urbana;*

A metodologia processual empregada por Brenner (2004) estuda a reestruturação espacial do Estado com base em suas políticas territoriais e escalares, de modo que não foca em nenhuma escala espacial específica do Estado. A questão urbana, entendida desta forma, é uma “questão escalar”. O entendimento da questão urbana como uma questão escalar é considerado um aprimoramento de versões anteriores que focavam na funcionalidade da escala urbana para o capitalismo (Manuel Castells e o urbano como lócus de reprodução da força de trabalho), ou na especificidade escalar do urbano (David Harvey, Neil Smith, Edward Soja), na qual os processos supraburbanos do capitalismo eram estudados com mais atenção mas era vislumbrada a possibilidade de o capital saltar escalas e de promover um ajuste espacial na escala urbana. No entanto, Brenner propõe uma teorização e exploração sistêmica

sobre a possibilidade das próprias hierarquias escalares e relações interescares serem objeto e meio de reestruturação (Brenner,2009). Dessa forma, “a problemática da escala geográfica – sua organização espacial, produção social, contestação política, e sua reconfiguração histórica – foi inserida no coração da questão urbana” (Brenner, 2010b, p.69). Uma referência importante nessa concepção foi o trabalho de Jessop (2002), que procurou associar a reestruturação urbana a processos mais amplos de reestruturação do Estado e de transformação da governança em escalas sub e supranacionais, apresentando uma série de estratégias para cidades empreendedoras a partir de variantes locais/regionais do Regime Schumpeteriano de Workfare Pós-Nacional (*SWPR*, ver Barcellos de Souza, 2014).

### 3) A aplicação da economia política das escalas em pesquisas no Brasil

Uma série de pesquisas recentes (Brandão, 2011; Klink, 2013; 2014; Barcellos de Souza, 2013) vem tentando testar, adaptar, retrabalhar e *traduzir contextualmente* (Gonzalez, 2004), o arcabouço da economia política das escalas e, mais especificamente, dos novos espaços do Estado, à realidade brasileira. Uma estratégia metodológica adotada em alguns destes trabalhos é propor um diálogo aberto com estudos brasileiros e latino-americanos críticos (sobre subdesenvolvimento, desenvolvimentismo e urbanização) e, no confronto entre abordagens, desafiar duplamente as teorias eurocêntricas e alguns aspectos das tradições acadêmicas brasileira e latino-americana.

Dessa forma, é necessário ter como ponto de partida no Brasil a presença simultânea das características gerais de qualquer desenvolvimento capitalista e aquelas específicas, de um capitalismo constituído na etapa monopolista do capitalismo mundial e que apresenta um passado colonial (Draibe, 1985), a coexistência entre modos de acumulação distintos (Oliveira, 2003), e o peso da dimensão continental e das forças políticas e mercantis contrabalançando tendências dispersivas (Brandão, 2007).

No que tange aos debates sobre reescalamento, de início convém reconhecer que parece implícito em parte da literatura um viés eurocêntrico expresso em certo roteiro no qual diante da crise do fordismo e aprofundamento da globalização, o Estado nacional

transfere poderes para escalas supranacionais (UE, Nafta, agências multilaterais) e subnacionais (Regiões Metropolitanas, cidades-globais, cidades-região etc.) acompanhados de processos de descentralização e criação de novas agências regionais. Neste “roteiro”, costuma-se presumir que a escala nacional torna-se reduzida, “oca” (*hollowed out*) ou residual, quando na verdade os problemas de coordenação estratégica e a internacionalização do Estado podem exigir substanciais desafios e transformação qualitativa. Outra questão que resulta fundamental é o problema da variedade dos reescalamentos no tempo e no espaço. Reescalamentos não são lineares ou mecânicos. Não ocorrem exclusivamente de forma *top down* e, embora os regimes de regras que têm importância ao animar reescalamentos geralmente permaneçam numa escala superior (Peck, 2002), estes não ocorrem de forma unilateral e idêntica a partir da globalização. Pelo contrário, os reescalamentos ajudam a constituir a própria globalização (Mansfield, 2005).

No que diz respeito à hipótese da difusão de um padrão de reescalamento do “centro” para outros países, é preciso reconhecer que a escala nacional pode desempenhar importante papel como mediadora institucional, coordenadora e, às vezes, promotora destes processos. Deve-se admitir também que os reescalamentos não reproduzem de forma mecânica processos sincrônicos, emanados a partir deste “centro” (Egler, 1993). Ocorrem também processos assincrônicos, decorrentes do acúmulo diferenciado de técnicas produtivas, políticas e organizacionais. Outros reescalamentos podem até ser limitados, ou bloqueados (Barcellos de Souza, 2012).

Apesar de as possibilidades para explorar o potencial do arcabouço sobre economia política das escalas e processos de reescalamento no contexto brasileiro (e latino-americano) serem enormes – e retomaremos alguns destes temas no final deste capítulo – o tópico que mais avançou nas pesquisas recentes foi o do reescalamento espacial do Estado, sobretudo na regulação do desenvolvimento espacial desigual. Podemos especular algumas razões para isso: i) a influência e repercussão do trabalho pioneiro de Brenner (2004), e seu caráter teórico, metodológico e normativo. Soma-se a isso a disseminação da aplicação desse arcabouço em contextos não detalhados por Brenner (ver Antipode, 2010) ; ii) a rica herança da tradição desenvolvimentista no Brasil, com seu destaque à atuação econômica, mas também territorial, do Estado Nacional;

iii) o também rico campo de estudos urbanos críticos desenvolvido no país ; iv) o contexto histórico que apontava para o retomada do intervencionismo estatal e o resgate (neo) desenvolvimentista do Estado Nacional, centralizando também diversas políticas setoriais e de impacto territorial. O objetivo desta seção é realizar uma releitura crítica dos principais trabalhos realizados até o presente.

As primeiras abordagens sobre o reescalonamento espacial do Estado no Brasil priorizavam os aspectos macroespaciais, ou seja, trabalhavam com maiores graus de abstração privilegiando processos mais gerais vis-à-vis a política complexa envolvida na reestruturação de lugares específicos (McKinnon e Shaw, 2010). Embora o trabalho de Brenner (2004) tenha tido que lidar com a alta abstração inevitável numa análise ampla sobre a evolução e crise do keynesianismo espacial na Europa Ocidental, é possível, no caso brasileiro, investigar mais detalhadamente os conflitos em torno da hegemonia e das formas espaciais do Estado, utilizando com mais profundidade a Abordagem Estratégica-Relacional do Estado (Jessop, 2008; Barcellos de Souza 2012). Ademais, trabalhos mais recentes têm enfatizado o reescalonamento de políticas setoriais e a diferenciação dos impactos da neoliberalização e seus reescalamentos sobre contextos urbanos distintos, passando para níveis analíticos mais concretos (Klink e Denaldi, 2014; 2015).

Embora o arcabouço da economia política das escalas tenha surgido nos debates sobre globalização, o tipo de abordagem proposto implica necessariamente uma análise histórica, pois enfatiza a natureza imersa e *path dependent* dos processos de reestruturação (McKinnon e Shaw, 2010). A pesquisa sobre reescalonamento do Estado Desenvolvimentista no Brasil seguiu, portanto, o roteiro proposto por Brenner e Theodore (2002): i) identificar as paisagens regulatórias historicamente específicas em um território nacional; ii) analisar os padrões historicamente específicos de formação de crises, desenvolvimento desigual e contestação sócio-política que emergiram nestes territórios a partir da crise do modo de desenvolvimento fordista-keynesiano; iii) discutir a interação da iniciativas neoliberais orientadas para o mercado com o arcabouço regulatório, padrões espaciais e compromissos políticos herdados; iv) acompanhar a evolução da agenda de políticas neoliberais a partir desta interação (Brenner e Theodore, 2002: 357).

De modo geral, partiu-se das principais influências utilizadas



por Brenner (2004) – ver Figura 1 -, tentando problematizar seus conceitos e aplicação no contexto do Estado Desenvolvimentista brasileiro. Ficou claro, de início, que nunca presenciamos no Brasil um keynesianismo espacial pleno e que a forma de Estado Desenvolvimentista seria bem diferente do Estado Nacional de Bem Estar Keynesiano (*KWNS*), estudado por Jessop (2002). Entender a natureza deste Estado e as suas formas de atuação econômica, social, escalar e na governança foi um aspecto basilar nos primeiros trabalhos sobre reescalonamento espacial do Estado (Brandão, 2011; Klink, 2013; Barcellos de Souza, 2012). Além disso, o nacionalismo metodológico assumido no país encontra raízes peculiares no imaginário espacial desenvolvimentista (o que envolve tanto a descrição das relações externas, como no sistema centro-periferia, quanto as narrativas escalares e de ocupação territorial) e na construção ideológica, discursiva e material de um “receptáculo territorial” específico. Nesse ponto, o Tratado de Tordesilhas é um marco mais significativo do que Westphalia, como se pode depreender de Becker (1999). Com efeito, é uma herança das descrições desenvolvimentistas “assumir a escala nacional como ontológica e relativamente fixa, raramente explorando o fato que ela também representa uma arena de disputas entre classes e agentes sociais” (Klink, 2013). O nacionalismo econômico que sustentou o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) deve ser entendido com base na sua necessária evolução e transnacionalização, que pode ser melhor apreendida com base na política de escalas do Estado e de grupos empresariais (Barcellos de Souza, 2012)

A Abordagem da Regulação (AR) foi adotada com base no núcleo teórico da Escola da Regulação Francesa, acrescida de novas contribuições. A preocupação com a dinâmica institucional e contratos sociais estabelecidos na escala nacional tem sido, desde a década de 1980, objeto de crítica dos geógrafos anglo-saxões que se engajaram na Abordagem da Regulação. Enquanto um primeiro grupo destes trabalhos era marcado por nítida orientação produtivista, esta agenda se expandiu a partir do início dos anos 1990, onde passou a incorporar preocupações com: i) o processo regulatório e sua constituição discursiva; ii) geografias de regulação e escalas espaciais; iii) o Estado e a regulação política (MacLeod, 1997). Esta “terceira geração” de regulacionistas (Jones, 1997; Jessop & Sum, 2006) em muito contribuiu para revitalizar a Escola da Regulação

Parisiense, embora suas críticas e aperfeiçoamento da agenda da regulação não sejam devidamente reconhecidos por seus autores fundadores – a grande exceção talvez seja Bob Jessop (Barcellos de Souza, 2014). A Abordagem da Regulação também foi enriquecida com a aplicação de seu arcabouço em contextos não eurocêntricos. Nestes casos, torna-se necessário articular trajetórias de desenvolvimento dos países com o Regime de Acumulação dominante, analisando suas complementariedades e conflitos com a dinâmica do fordismo atlântico (Peck e Miyamachi, 1994). Assim, ficou claro que o objetivo era evitar especulações sobre a transição do fordismo para acumulação flexível e utilizar a abordagem da regulação como um método político-econômico, sendo a regulação entendida como um processo, aberto a formas sociais, institucionais e produtivas emergentes e que só pode ser apreendido corretamente através de rigorosa pesquisa histórica.

Dentre as principais contribuições destes trabalhos está a importância das pesquisas sobre modos locais de regulação, que explicam como a regulação é multiescalar, ocorrendo sobreposição das formas regulatórias, de modo que não existe uma escala ideal de regulação – em outras palavras, a regulação não pode ser compartimentalizada em escalas pré-definidas. Collinge (1999) oferece um tratamento estrutural de como a organização escalar da sociedade está relacionada à acumulação de capital e sua regulação, o que lhe permite abordar o conflito e seletividade estratégica entre frações de capital, a relação entre as formas regulatórias e a autonomia relativa do Estado. Dessa forma, o debate se aproxima da perspectiva neogramsciana, permitindo uma interação com as estratégias de acumulação e projetos hegemônicos na produção da hegemonia (Jessop, 1983).

A Abordagem Estratégica Relacional (AER) do Estado, desenvolvida e aperfeiçoada por Bob Jessop ao longo de décadas (inspirada em Poulantzas, Gramsci e Foucault, entre outros) refuta uma concepção funcionalista, instrumental ou essencialista do Estado e seu objetivo é entender como certas estratégias circulam através do aparato estatal e são selecionadas, retidas e exploradas juntamente com outras estruturas mais amplas de poder. A Abordagem Estratégica-Relacional permite entender como interesses, frações de capital e atores são selecionados de “dentro” e “fora” do Estado, onde restrições estruturais e oportunidades conjunturais fornecem

os incentivos e a base material para a seleção. O ponto de partida é tratar o Estado não como um sujeito (que atua ou deve atuar de certa forma) ou um objeto (usado por classes, partidos, ou burocracia para avançar seus interesses), mas como uma relação social e, portanto, como um projeto em andamento ao invés de uma estrutura acabada. Cinco pontos merecem destaque especial: i) a “separação” entre Estado e Sociedade; ii) a interação estratégica (ajuste estrutural e coordenação estratégica entre o político e o econômico); iii) a espacialização da AER; iv) a condição do Estado como um local, gerador e produto de estratégias; e v) periodização (Barcellos de Souza, 2013). A AER possui grande proximidade com a Abordagem da Regulação, sendo que Jessop inseriu a AR no seu tratamento estratégico-relacional do Estado para incluir mais “economia” e escapar das críticas de “politicismo” provenientes de alguns autores marxistas.

Essa aproximação ajuda a entender as relações do Estado com o modo de regulação e com formações sociais mais amplas e o regime internacional. A noção de ajuste espaço-temporal também facilita a consolidação do compromisso institucional do qual o regime de acumulação e o modo de regulação dependem (Jessop, 2005).

A aplicação da Abordagem da Regulação, da Abordagem Estratégica-Relacional do Estado e do debate existente sobre Estado Desenvolvimentista no Brasil acompanharam os primeiros trabalhos sobre Novos Espaços do Estado no Brasil. Um dos pontos de partida foi caracterizar o ajuste espaço-temporal desenvolvimentista, organizado na escala nacional, com suas seletividades, hierarquias escalares, contradições estruturais, dilemas estratégicos e mecanismos de deslocamento de crise no tempo e no espaço (Barcellos de Souza, 2012; 2016). De início, é importante “manter distinções claras e reflexivas entre os vários níveis de abstração nos quais a pesquisa sobre o reescalonamento do Estado é organizada”, assim como evitar os riscos de generalização dos processos de reescalonamento (Brenner, 2016).

Oliveira (1981) fornece *insights* importantes sobre a construção escalar do Estado enquanto discute a “questão regional” no Brasil. Partindo de uma abordagem centrada na sociedade, o autor analisa como o aparelho do Estado foi entrecortado por estratégias e frações de classe que mobilizam escalas espaciais diferentes à medida que a divisão regional do trabalho se torna mais

complexa e blocos hegemônicos se consolidam regionalmente e nacionalmente. Neste sentido, o aparelho do Estado fornece uma estrutura para que interesses e escalas sejam selecionados. Barcellos de Souza (2012) analisa o papel crucial do Estado no estabelecimento de estruturas espaciais hegemônicas através da limitação territorial das escalas regulatórias (como no caso do DNOCS, e depois a SUDENE) e substancial na abertura de novas escalas de acumulação (nacional, e depois internacional), o que alterou as dominâncias escalares do regime de acumulação e do modo de regulação nas duas “grandes crises” regulatórias observadas em 1930 e 1964. Baseado no modelo de organização escalar apresentado por Collinge (1999), o autor assume que ordens escalares e sociais estão sujeitas a crises e reestruturação quando a divisão escalar do trabalho ótima de um regime de acumulação não pode ser alcançada, como decorrência de um déficit regulatório. No caso da incapacidade da ordem societal vigente regular e incorporar mudanças nas escalas dominantes, ela poderá ser substituída por outro bloco de poder hegemônico, que estabelecerá uma nova ordem espacial. Este processo provavelmente ocorrerá na transição de um regime de acumulação para outro, e foi exatamente o que ocorreu em 1930 e em 1964 (Barcellos de Souza, 2012).

A mudança nos regimes de acumulação (primário exportador, fordismo periférico e fordismo periférico “selvagem”) deve ser acompanhada da investigação das mudanças nas estratégias de acumulação, no projeto hegemônico e, sobretudo, nos graus de hegemonia, entendida de uma forma dinâmica (Jessop, 1983). Com base nesses elementos, é discutido o papel regulatório da SUDENE na reorganização escalar do novo regime de acumulação, na nova seletividade espacial do Estado e na tentativa de corrigir o déficit de regulação (Barcellos de Souza, 2012). Dessa forma, pretendeu-se avançar no entendimento do espaço do Estado em seu sentido “integral” (Brenner, 2004), o que requer entender o papel das diversas agências do Estado na regulação político-econômica e a imersão de dada escala do Estado em amplas divisões escalares de regulação estatal (complementando abordagens mais tradicionais sobre a espacialidade do Estado em seu sentido “restrito”, como a maioria dos trabalhos sobre federalismo e relações intergovernamentais e sobre a materialidade institucional do Estado). Esta abordagem mais completa ilustra a co-evolução dialética do que Brenner

denominou “estratégias espaciais (de forma resumida, relacionadas as geografias de acumulação) e projetos espaciais (envolvem a estrutura e integridade institucional) do Estado”, cujas coerências e contradições nas tentativas de encaixe durante o desenvolvimentismo são analisadas com detalhes em Barcellos de Souza (2016).

O Estado Desenvolvimentista no Brasil caracterizou-se por mudanças na seletividade espacial (alternância nos discursos e macroregiões estratégicas) e escalar (papel dos polos de desenvolvimento como modos de conexão escalar local/global), além de outras estratégias espaciais baseadas na nacionalização e integração nacional. Por outro lado, projetos espaciais voltados para centralização financeira e administrativa envolvem os temas de descentralização fiscal e devolução, sobrerepresentação política de espaços e instauração das Regiões Metropolitanas, entre outros.

Explorando o conceito de modo estatal de produção do espaço no sentido lefebvriano, Klink (2013) argumenta que esse período é “marcado pelo envolvimento intenso do governo federal na articulação das regiões periféricas em torno do projeto da criação de uma economia nacional integrada com complementaridades macrorregionais”. É destacado o incentivo a uma matriz energética baseada na hidroeletricidade e uso de insumos baratos, como o carvão, para promover o desenvolvimento de setores intensivos em energia e recursos naturais (siderurgia, mineração), ainda que ocasionando novas contradições sócio-ambientais.

Uma leitura estratégica-relacional ajuda a ilustrar o papel do II PND como tentativa de recalibrar o modo de regulação da economia para dar prosseguimento à ISI, sendo que, mesmo com uma proposta desconcentradora, não conseguiu eliminar os padrões de desenvolvimento espacial desigual que se manifestavam e ainda aprofundou algumas dessas tendências, além de produzir outras. Utilizando uma construção do tipo ideal e baseado em outras formas de Estado sustentados em ajustes espaço-temporais na escala nacional, como KWNS (*Keynesian Welfare National State*) do fordismo atlântico e o LWNS (*Listian Workfare National State*) do desenvolvimentismo no Leste Asiático, Barcellos de Souza (2016) argumenta que o Estado brasileiro assumiu a forma de um Estado Nacional de *welfare* Cepalino (ENwC), e também apresentou tendências a crise em suas quatro áreas de intervenção (econômica, social, escalar e de governança). Discutir a interação da iniciativas neoli-

berais orientadas para o mercado com o arcabouço regulatório, os padrões espaciais e compromissos políticos herdados, a partir da crise do Estado Desenvolvimentista, passa a ser o objetivo de trabalhos preocupados com a neoliberalização do Estado. Nessa lógica, serão os processos complexos e contestados de neoliberalização – e não mais as mudanças no regime de acumulação do fordismo periférico – que comandarão os processos de reescalonamento.

A premissa era que seria necessário entender o “neoliberalismo realmente existente” (Brenner e Theodore, 2002) no Brasil -com a ressalva de que não se tratava de um neoliberalismo monolítico na escala nacional -, através do qual as contradições em relação ao que seria um utópico e irreal neoliberalismo “puro” vêm à tona. A partir da crise de hegemonia instaurada na década de 1980 - marcada por intensas experimentações, resistências e formas de hibridização do neoliberalismo com estruturas institucionais existentes – são apontados os principais vetores de expansão do neoliberalismo, analisados sob a ótica dos processos mais instáveis e contraditórios de *roll back* (momento destrutivo), e *roll out* (momento proativo de (re) regulamentação) (Peck, 2010). Caracterizar os momentos de *roll back* e *roll out* foi importante para entender a dimensão multiescalar do neoliberalismo, assim como o caráter não linear das reformas, sendo mais adequado entendê-las como um processo em zigue-zague, de tentativa e erro. Para acompanhar estes processos, seria necessário investigar as relações entre neoliberalização, descentralização, devolução, reescalonamento e financeirização (Barcellos de Souza, 2015).

A neoliberalização dependeria, num primeiro momento, de um ataque sistemático à Era Vargas e se apoiaria nas formas de fixação prévias, parasitárias, do neoliberalismo ao Estado e instituições socioeconômicas desenvolvimentistas. Dessa forma, a partir de 1995, com a eleição de Cardoso, o *roll back* se manifestava em suas formas “clássicas”: um ataque às estruturas desenvolvimentistas herdadas, associado à desregulação primitiva dos mercados. Foram analisadas as reformas no federalismo após a Constituição de 1988, as políticas regionais e de integração continental, que geraram novos déficits regulatórios. A autonomização da política urbana na escala nacional, reforçada pela extinção do BNH (Banco Nacional de Habitação), caracterizou a trajetória das políticas habitacionais e urbanas (Klink, 2013b). A política escalar nacional também se

tornaria muito mais complexa, com a emergência de novos atores privados nacionais e estrangeiros depois da privatização na mineração, telecomunicações e energia, além do maior empreendedorismo dos novos prefeitos (Vainer, 1995 apud Klink, 2013a).

Medidas mais características de um *roll out* se manifestaram com o tripé macroeconômico, a mudança nas políticas de coordenação intergovernamental, com novas experiências nas áreas da saúde (SUS) e educação (FUNDEF), e a reativação da política regional, agora baseada na seletividade de áreas com potencial competitivo e na dependência do capital estrangeiro (Barcellos de Souza, 2015). O tema da possível retomada do desenvolvimentismo ou aprofundamento do neoliberalismo também mereceu destaque nas pesquisas feitas. Com efeito, seria necessário reconhecer as relações imbricadas entre estratégias de desregulação e reregulação, e a possibilidade concreta de regimes híbridos de desenvolvimentismo neoliberal (Klink, 2013b).

Apesar dos elementos potencialmente progressistas no retorno das políticas regionais e urbanas (com destaque para o Estatuto das Cidades, em 2001, e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, 2007) é possível apontar políticas espaciais que reforçam a seletividade de espaços específicos no território, que adotam formas regulatórias customizadas a esses espaços e utilizam modos de governança excludentes, autoritários e sem transparência. Klink (2013b) indica como muitos dos projetos governamentais ajudavam a consolidar uma política escalar nacional difusa, como no Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa Minha Casa Minha Vida, que “atropelaram” agendas e políticas de cunho mais progressista e reforçaram uma lógica setorial dentro de “uma longa tradição de negociações bipartites entre burocracias federais e o capital nacional e internacional”.

Ademais, verifica-se também o incentivo à competitividade urbana e novas (e velhas) formas de mercantilização da terra. Uma abordagem multiescalar torna mais nítida as ambiguidades nas políticas, sendo que Barcellos de Souza (2015) sugere que a intensa experimentação neoliberal nos governos Cardoso e Lula foi facilitada pela ausência de uma forma de Estado que sucedesse o Estado Desenvolvimentista. Apesar de avanços acerca da visão geográfica e histórica mais apurada sobre as contradições que cercam a atuação e organização territorial do Estado desenvolvimentista brasileiro,

Klink (2013b) alertava para a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre políticas escalares (e as escalas da política dos diversos agentes e interesses que as moldam).

Uma forma de responder a esse desafio e entender as novas estratégias neocalistas e seus arranjos interescolares foi aplicar a literatura sobre reescalonamento do Estado para processos de reestruturação espacial metropolitana. Klink (2014) argumenta que mesmo com avanços institucionais a governança metropolitana no Brasil continua fragmentada e gradualmente esvaziada, sendo “preenchida” por agendas concorrentes da competitividade e da reforma urbana, onde a primeira segue uma estratégia multiescalar enquanto a segunda se manteve presa a movimentos sociais localizados. Como resultados, verifica-se a ausência de coordenação entre planos diretores e a inferioridade estratégica diante do capital imobiliário. A ausência de uma boa governança metropolitana ficou clara também quando consideramos as disputas sobre a hegemonia dos arranjos institucionais/escalares em torno da governança hídrica e a dificuldade de implementação de consórcios intermunicipais em áreas metropolitanas.

Klink (2013a) analisa a representação renovada do espaço metropolitano do Rio de Janeiro a partir da reestruturação produtiva (privilegiando investimento em energia) e política escalar nacional (com destaque para a agenda de mega eventos esportivos), associado a importantes investimentos em infra estrutura rodoviária. O autor analisa o choque entre o projeto de criar um espaço metropolitano competitivo com suas paisagens institucionais herdadas, na qual se inclui histórico padrão de segregação e exclusão sócioespacial e ambiental, associado à ausência de planos diretores nas cidades e de planejamento participativo. Ademais, os novos investimentos e a política escalar dos oligopólios atuantes na região metropolitana representam pouca imersão social e efeitos *trickle down* no território. Dessa forma, ao invés de uma simples transição de um espaço desenvolvimentista para um neocalismo competitivo, o que se observa é uma intrincada teia de estratégias multiescolares de agências estatais federais e estaduais, além das grandes companhias, projetadas no espaço metropolitano e aproveitando-se da ausência de estruturas institucionais transparentes para a governança metropolitana.

Nesse momento, é interessante notar que o reescalonamento das políticas setoriais ocupa papel de destaque no arcabouço dos



“Novos Espaços do Estado”, contribuindo para uma periodização mais precisa a partir da “construção de novas narrativas no nível meso como meio para trajetórias de longo prazo, ritmos temporais, tendências à crise e implicações político-econômica” (Brenner, 2016). Dessa forma, elaborar um mapa do reescalonamento em setores específicos tem o potencial de acrescentar elementos importantes em termos de periodização, agência e políticas escalares, enriquecendo o quadro macroespacial já delineado.

Dando prosseguimento a uma nova rodada de pesquisas que pretende avançar em níveis mais concretos, Klink e Denaldi (2014) analisam os reescalonamentos observados na política habitacional, o que possibilitou também lançar luz sobre as complexas relações entre financeirização, neoliberalização e reescalonamento do Estado no Brasil. Os autores argumentam que o setor habitacional tinha um papel estratégico na legitimidade política do Estado Desenvolvimentista, impulsionando a construção civil e reduzindo o custo de reprodução do trabalho, de modo que o redesenho institucional-financeiro do setores urbano e habitacional eram prioridades dos primeiros governos militares. A centralidade do Banco Nacional de Habitação na execução da política urbana teve como resultado um desequilíbrio entre esta e o financiamento habitacional. Um aspecto importante do *roll back* da neoliberalização no Brasil foi a extinção do BNH, havendo um período de vácuo regulatório no setor até a sua reregulamentação com a criação do Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), em 1997. O novo marco regulatório teve um peso definitivo na “financeirização truncada” observada no Brasil. As mudanças de políticas no setor habitacional ajudam a ilustrar a possível emergência de um Estado social-desenvolvimentista, promovendo o que os autores definem como finanças urbanas reformistas. Nesse contexto, além das contradições entre projetos de reforma urbana progressistas e de um movimento de financeirização direcionada pelo Estado, verifica-se a implementação de vultoso programa federal habitacional, com finalidades contra-cíclicas (Programa Minha Casa Minha Vida) e “atravessando” as premissas distributivas do Plano Nacional de Habitação. A análise da trajetória específica da política habitacional no Brasil e seu papel dentro do “desenvolvimentismo espacial” ilustram como a financeirização também assume características próprias e qualidades distintas em relação aos países industriais avançados.

Abordar os processos de reestruturação espacial com base na sobreposição de camadas regulatórias não restritas a uma lógica linear e à dicotomia desenvolvimentismo/neoliberalismo permite avançar no que Brenner (2016) defende como uma agenda explicativa para o estudo do reescalonamento do Estado, que o justifique de forma criativa e não apenas para legitimar as teses mencionadas. A continuidade desta agenda deve reforçar os processos variegados de reestruturação regulatória e reescalonamentos. Assim, mesmo rodadas regulatórias tidas como progressistas, como o caso da reforma urbana e do Estatuto das Cidades, apresentam resultados variados, que ficam mais nítidos ao se adotar um arcabouço teórico que ressalte as relações de poder, disputas e a ação multiescalar do Estado, além de levar em consideração as “especificidades históricas e geográficas das cidades em geral, a potencial *praxis* progressista dos movimentos sociais e outros *stakeholders* em preencher seus espaços de representação” (Klink e Denaldi, 2015: 3). Torna-se necessário resgatar as trajetórias históricas de determinadas cidades – identificando possíveis momentos de *path dependency* - enfatizando seu papel contestatório em relação ao planejamento tecnocrático desenvolvimentista e a emergência de prefeitos e atores sociais que aplicavam experimentos progressistas nos anos 1980, mesmo quando governos estaduais e o governo nacional seguiam trajetórias mais facilmente associadas com a neoliberalização.

Dessa forma, as pesquisas devem situar experiências específicas e disputadas, uma vez que o *roll out* regulatório aumentou as complexidades da reforma urbana. Uma agenda de pesquisa nesse tema deveria, portanto, reconhecer a riqueza da micro diversidade na paisagem urbana brasileira e abordar aspectos empíricos da reestruturação/reescalonamento do Estado, identificando suas relações com o complexo financeiro/imobiliário e com a reforma metropolitana, mas sem negligenciar as estratégias e experiências cotidianas dos atores (*idem*).

A agenda da pesquisa urbana – tema ao qual retomaremos na próxima seção deste capítulo - deve, portanto, aproveitar os recursos da análise macroespacial, sobretudo em termos de periodização e comparação, mas sem negar a capacidade transformativa e vibrante do urbanismo cotidiano, co-produzida nas e pelas cidades. Observando em retrospectiva, podemos afirmar que a evolução da questão urbana no Brasil seguiu, em linhas gerais e respeitadas

suas inovações conceituais e teóricas, etapas semelhantes às apontadas por Brenner (2009). Com base em Arantes (2009), pode-se argumentar que a *funcionalidade da escala urbana*, presente em trabalhos pioneiros de autores marxistas do CEBRAP (Singer, Oliveira, Cardoso), é explicada pela forte influência de Manuel Castells - também crítico à CEPAL - na definição do urbano como lócus de reprodução da força de trabalho. Ainda que novos elementos sejam trabalhados, como a emergência do migrante-morador-cidadão e o surgimento de categorias próprias como periferia e espoliação, a funcionalidade do urbano é patente nas caracterizações do polo marginal em trabalhos que enfatizavam o papel da cidade como esfera de consumo e do Estado no consumo coletivo, contribuindo para rebaixar o custo de reprodução do trabalho. A *especificidade escalar* do urbano surge em trabalhos posteriores de autores também vinculados ao CEBRAP (Oliveira), que dão maior destaque à relação entre o urbano e a acumulação, sobretudo no contexto da industrialização dependente. A escala urbana, contudo, passa a ser descrita como um contraponto às transformações no suprabano, tais quais a nova estrutura de classes (sobretudo a classe média, cujas demandas passam a determinar a ação do Estado, conforme proposto por Francisco de Oliveira), ou “ilustração da crítica sociológica e da racionalidade econômica”. Trata-se de um “urbano reflexo e descarnado” (Arantes, 2009, p.120). Nos dois tipos de abordagem sobre a escala urbana, não se entendia de fato como o urbano era produzido e reproduzido. Essa preocupação surgiu em uma nova geração de autores vinculados a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (Maricato, Rolnik, Bonduki) que realizavam pesquisas empíricas preocupadas em entender como agentes e frações de capital se apropriavam da cidade como renda e capital. Assim sendo, temas como o circuito imobiliário, a renda da terra, as formas arquitetônicas e urbanas e estudos mais concretos sobre a ação de agentes públicos e privados contribuíram para a definição de um objeto “especificamente urbano” (idem).

O entendimento do urbano como questão escalar, conforme apresentado nesse capítulo, tem o potencial de complementar muitos desses trabalhos críticos ao enfatizar a produção e reprodução da escala urbana a partir das estratégias materiais e discursivas de diversos agentes e frações de capitais com horizontes espaciais (locais, territoriais, escalares) e temporais variados, alterando

a escala urbana e suas relações com outras escalas, em processos contínuos de transformações das hierarquias escalares.

#### 4) Uma Agenda para Estudos Críticos

A tarefa de propor uma agenda para novos estudos contempla, basicamente, dois aspectos: i) uma extensão empírica, incorporando novos estudos de casos e temas proximamente relacionados; e ii) um aprofundamento conceitual, incluindo novas perspectivas teóricas e tentativas de promover novos diálogos e sínteses. Ambos os aspectos têm potencial para reforçar o arcabouço acerca dos Novos Espaços do Estado no Brasil, como vêm sendo estudados.

Conforme apresentado neste capítulo, os principais progressos foram feitos em relação às políticas regionais e urbanas, habitacional e de desenvolvimento urbano. Há bastante espaço para avançar na análise das trajetórias de políticas hídricas, de saneamento, transporte e inovação, por exemplo. O setor de infraestrutura urbana apresenta desafios importantes, tanto nos aspectos teóricos quanto no contexto nacional.

Considerando o reescalonamento do poder do Estado, é possível afirmar que as infraestruturas podem estar no centro da governança entendida de forma mais ampla, o que abarca sua dimensão territorial e também as novas conectividades em rede. Nesse sentido, reformas nos serviços de utilidade pública foram introduzidas na maioria dos países e setores, sendo necessário entender como as infraestruturas, cidades e Estados Nacionais estão sendo transformados conjuntamente (McFarlane e Rutherford, 2008). A dinâmica das empresas de infraestrutura na produção do ambiente construído tem muito a informar sobre as relações do circuito secundário de acumulação e a política urbana em geral, observada de uma perspectiva multiescalar. O estudo da provisão de infraestrutura urbana tem o potencial de lançar luz sobre diversos temas de interesse relacionados à governança, quais sejam: a mudança da estrutura de propriedade das empresas, decorrentes da reestruturação produtiva no setor e sua financeirização; o desafio regulatório nos setores analisados; os novos arranjos contratuais envolvendo as concessionárias e o poder público em vários níveis de governo e empresas públicas; os processos de fragmentação do espaço e novas formas de segregação

resultantes dos problemas de conectividade das redes; os modelos de governança “glocal” envolvendo atores locais, regionais, nacionais e supranacionais diante do surgimento de um mercado global de projetos e uma “nova era” de investimentos em infraestrutura, na qual as provisões de infraestrutura ao redor do mundo estão se transformando crescentemente em produtos financeiros. A constituição da infraestrutura materializa e frequentemente reforça os conjuntos de relações de poder dentro das sociedades urbanas. Torna-se necessário desvendar as formas pelas quais os interesses em torno da infraestrutura motivam certos grupos de elite a mobilizar poder para alcançar seus objetivos. Para tal, interessa não apenas as transformações macro espaciais, mas também as políticas escalares envolvendo setores específicos e o reescalonamento das coalizões locais dominantes. Nesse aspecto, há grande potencial de avançar na natureza destas coalizões nas cidades brasileiras, usando aportes da agenda de pesquisa dos regimes urbanos (Mossberger e Stoker, 2001).

A possibilidade de explorar o reescalonamento de políticas setoriais em setores de infraestrutura abre também um campo de estudos sobre os efeitos da financeirização em outros setores além do complexo imobiliário-financeiro. Para entender as mudanças em tela, propomos uma abordagem da financeirização que não se restrinja a seus imperativos estruturais, e inclua também elementos institucionais, culturais e discursivos. Em outras palavras, entender a “crescente dominância de atores, mercados, práticas, medidas e narrativas financeiras, em várias escalas, resultando na transformação estrutural de economias, firmas (inclusive instituições financeiras), estados e moradias” (Aalbers, 2015). Em termos mais metodológicos, é necessário entender a indústria financeira global, suas formações sociais e práticas de investimento, para entender o capitalismo contemporâneo, desde “cima para baixo” e “de baixo para cima” (Clark, 2005), o que inclui não apenas uma abordagem multiescalar, como também das redes financeiras internacionais. O entendimento da financeirização como um fenômeno profundamente espacial ajuda a descrever a busca por ajustes espaço-temporais financeirizados para as tendências a crise do capitalismo e também o estilo de financeirização “realmente existente” no Brasil (French et al. 2011, Klink; Denaldi, 2014). A literatura internacional indica que importantes avanços foram feitos na tentativa de

entender: i) a engenharia financeira e as relações entre corporações, mercados de capitais e moradias, reestruturadas por um modelo de ganho curto prazista; ii) o papel das tecnologias de financeirização, disciplinando e criando sujeitos investidores; iii) a financeirização do Estado, que compreende a financeirização do setor público (empresas públicas administradas como empresas privadas e a definição de cidadãos como consumidores e, mais ainda, como ativos financeiros) e das políticas públicas, com o privilégio das demandas da indústria financeira nos domínios públicos, sendo sancionadas pelo Estado (French et al., 2011; Aalbers, 2015).

Com efeito, aprofundar os estudos da financeirização no Brasil tem o potencial de articular temas relacionados, como a neoliberalização, e ajudar a revelar a natureza emergente e contraditória do Estado “social desenvolvimentista” ou “novo desenvolvimentista”. Pode servir também como um conceito em torno do qual novas perspectivas teóricas relacionadas à estatalidade sejam trabalhadas.

Um exemplo seria dar continuidade à evolução da Abordagem Estratégica Relacional em sua “terceira fase”<sup>1</sup>, que se mescla com a *economia política cultural* (EPC) e busca um diálogo com vertentes pós estruturalistas. Esta seria uma estratégia para considerar as viradas cultural e escalar a sério, mas destacando também os determinantes materiais da acumulação capitalista. A EPC se preocupa com elementos como: i) imaginários econômicos (com base em sua variação, seleção e retenção) e sua tradução em estratégias econômicas hegemônicas, além de sua institucionalização em estruturas e práticas específicas; ii) cadeias discursivas multiescalares e seus reflexos nos microfundamentos da vida econômica e política, assim como na micro-política da vida cotidiana. Em certo sentido, é uma tentativa de combinar abordagens de inspiração neogramsciana com neofoulcauldiana na produção da hegemonia, destacando o uso das tecnologias de conhecimento, *expertise*, técnicas (classificação, mensuração, *performance*, etc) que constituem e mobilizam sujeitos e ressoam em escalas e locais dispersos. Para a EPC, as crises assumem um papel fundamental, pois atuam rompendo visões de mundo sedimentadas e abrem espaço para a variação de interpre-

---

<sup>1</sup> Segundo Jessop, a primeira fase da AER lidava com a crítica à teoria marxista do Estado, a segunda trazia elementos institucionais/regulacionistas para o dilema entre agência e estrutura e discutia o problema do espaço, enquanto a terceira é uma resposta à virada cultural nos estudos sociais (Jessop, 2008).

tações sobre suas causas. Os imaginários espaciais (multiescalares) serão fundamentais ao moldar a interpretação da crise e as respostas a ela. O potencial para institucionalização será maior na medida em que existam mais locais e escalas de organização social nos quais os discursos são retidos. A EPC também destaca o papel dos imaginários econômicos em identificar, privilegiar e tentar estabilizar algumas atividades econômicas dentro da totalidade de relações econômicas (Jessop; Sum, 2001).

A economia política cultural pode fazer um contraponto a outras vertentes atuais da economia política, como a preocupação com a construção social dos mercados e os debates sobre “*performativity*”. Seguindo uma inspiração pós-estruturalista influenciada pela teoria ator-rede, estudos têm se voltado para entender a forma como a economia neoclássica influencia a construção dos mercados e como estes acabam criando seus próprios contextos socioeconômicos. Os processos de “mercadorização” são destacados e definidos pela ação, agência e *assemblage*, com o foco nas várias combinações de atividade humana com sistemas de tecnologia e conhecimento (Muellerleile, 2013). Um dos objetivos do programa de pesquisa é entender como teorias abstratas se tornam realidade assentada. Nesse sentido, embora uma de suas principais aplicações tenha sido na análise do papel das teorias das finanças na configuração de mercados de derivativos, há uma preocupação recente em entender como os modelos econômicos não apenas descrevem, mas também fazem e refazem o mundo urbano (Chistophers, 2014). Chistophers (2014) demonstra como modelos e métricas adotados no mercado de habitação popular se disseminaram e sedimentaram na Inglaterra, condicionando este mercado e criando um “mundo” próprio. Neste processo, é destacado como o foco muda das necessidades sociais para a acessibilidade e viabilidade econômica dos empreendimentos, que é transferida para a legislação sobre planejamento. Para garantir a viabilidade econômica, entra em ação a construção de cenários e a escolha das variáveis do modelo, dentre as quais a garantia das margens de lucro, e a atuação de agentes como consultorias e acadêmicos, construtores e os níveis de governo em várias escalas. Os locais e escalas em que os modelos são adotados são relevantes, pois reforçam suas premissas.

Uma agenda de pesquisa crítica deve tentar articular o entendimento da construção social dos mercados realmente existentes - e como estes criam seus próprios contextos e instituições a partir de

modelos econômicos - com as formações sociais, políticas e econômicas mais amplas. Argumentamos que elementos importantes como ideologia, hegemonia e relações de poder, presentes na economia política cultural podem ajudar a preencher algumas lacunas da abordagem de *performativity* (sobretudo a pouca preocupação com estruturas), sem abrir mão de suas principais contribuições mas destacando as condições e consequências dos modelos e métricas.

Neste sentido, um tema relevante para as pesquisas deve ser aprofundar as aplicações específicas para o debate brasileiro, ou seja, a “construção” peculiar dos mercados financeirizados. O processo de “financeirização truncada” verificado na política habitacional apresenta desafios analíticos importantes. A criação do Sistema Financeiro Imobiliário a partir da crise (discursivamente trabalhada) do Sistema Financeiro de Habitação e seu papel no imaginário econômico que priorizava o desenvolvimento do mercado de capitais e a securitização, baseados na economia neoinstitucional na teoria dos mercados eficientes e na promoção da governança corporativa, são pontos de partida. Por outro lado, considerando que a habitação popular é uma criação de economias baseadas no mercado (Christophers, 2014), há bastante potencial para analisar a “invenção” da “habitação social de mercado” a partir das novas relações entre política pública habitacional e produção privada de moradias, que se redesenharam com a entrada do capital financeiro nas grandes empresas construtoras e incorporadoras e com o aumento de recursos dos principais fundos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) – o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) (Shimbo, 2012). De forma semelhante, o novo mercado imobiliário é criado pela emissão de títulos, como o Certificados de Recebíveis Imobiliários e os Certificados de Potencial Construtivo Adicional (CEPACs). Estes últimos, são emitidos pelo poder municipal e acabam reiterando um sistema de venda de solo criado que atinge um mercado secundário e possibilita uma evolução das operações urbanas (Fix, 2011). A “construção” destes mercados pode ser melhor entendida a partir de uma base conceitual que articula a EPC com elementos de *performativity*. Isso poderia gerar *insights* sobre o papel dos modelos neoclássicos espaciais (representando o circuito imobiliário e financeiro como duas faces da mesma moeda), das consulto-



rias, dos arranjos regulatórios locais e da *assemblage* na constituição de um regime de financeirização seletivo e mediado pelo Estado (local). Neste sentido, os modelos e métricas tradicionais da viabilidade financeiro-econômica (valor presente líquido, taxa interna de retorno, risco, retorno e liquidez) não apenas descrevem, mas são “acionados” pelos agentes públicos e privados que procuram viabilizar os seus próprios projetos e estratégias. No caso das operações urbanas consorciadas, por exemplo, a análise dos detalhes técnicos do “modelo em ação” na transformação do espaço urbano-regional é instrumental. Mais especificamente, a avaliação do desenho dos estudos de viabilidade e da engenharia financeira-institucional que norteia a emissão dos CEPACS pode gerar conhecimento sobre como a “fixidez/rigidez”, e a relação “truncada” entre o financeiro e o imobiliário que marcam o ambiente construído brasileiro (Gotham, 2009), são, mesmo assim, no âmbito da operações, transformadas em ativos mobiliários híbridos e “semilíquidos”, cuja circulação fica circunscrita à área da Operação dentro de um mercado fortemente regulado e que gera uma “maquina de crescimento urbano imobiliário”. De forma mais geral, a articulação da EPC com a *performativity* abre uma perspectiva promissora de analisar, a partir do prisma da teoria dos Novos Espaços do Estado, o descompasso entre a *financeirização idealizada* (construído em torno da premissa de que o valor de uso e os ativos financeiros derivados do mercado do ambiente construído são substitutos perfeitos) e a *financeirização efetivamente existente no cenário brasileiro*. Uma abordagem que integre esses processos de “mercadorização” com as transformações regulatórias macrospaceais e os processos multiescalares de institucionalização poderia oferecer contribuições importantes.

Conforme tentamos demonstrar neste capítulo, o programa de pesquisa da economia política das escalas já avançou consideravelmente no Brasil, incorporando novos esforços de periodização, estudos de caso e conceitos teóricos. A complexidade e ambiguidade verificadas no Estado Desenvolvimentista (e seu sucessor) e os processos de intensa experimentação regulatória e conflitos políticos atuais configuram um quadro instigante, que convida ao aprofundamento da agenda crítica e a busca contínua por novos arca-bouços reflexivos e teórico-normativos.

## Referências Bibliográficas

- AALBERS, M. B. (2015). Corporate financialization. In: CASTREE, N. et al. (eds). The international encyclopedia of geography: people, the earth, environment, and technology. Oxford, Wiley.
- ARANTES, P. (2009). Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 83, pp. 103-127.
- BARCELLOS DE SOUZA, M. (2012). Espacializando o desenvolvimentismo: imaginários, escalas e regulação. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 14, n. 2.
- BARCELLOS DE SOUZA, M. (2013). Variedades de capitalismo e reescalonamento espacial do estado no Brasil. Tese de doutorado. Campinas, Instituto de Economia - UNICAMP.
- BARCELLOS DE SOUZA, M. (2014). Geografias da regulação e governança: perspectivas para a análise regional e urbana. *Geo UERJ*. Rio de Janeiro, ano 16, v. 2, n. 25, pp. 122-141.
- BARCELLOS DE SOUZA, M. (2015). Neoliberalização do Estado no Brasil: uma interpretação multiescalar. *E-metropolis: revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, n. 21, ano 6, jun. .
- BARCELLOS DE SOUZA, M. (2016). Reescalonamento espacial do estado desenvolvimentista no Brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 15, n.4, pp. 27-46, out./dez. .
- BARNES, T.; PECK, J.; SHEPPARD, E.; TICKELL, A. (2007). Methods matter: transformations in economic geography. In: TICKELL, A.; SHEPPARD, E.; PECK, J.; BARNES, T. (edits.). (2007). *Politics and practices in economic geography*. London, Sage, pp.1-24.
- BECKER, B. Brasil - Tordesilhas, ano 2000. (1999). *Revista Território*. Rio de Janeiro. ano IV, n. 7, pp. 7-23.
- BOYER, R.; HOLLINGSWORTH, J. R. (1997). From national embeddedness to spatial and institutional nestedness. In: HOLLINGSWORTH, J. R.; BOYER, R. (edits.). (1997). *Contemporary capitalism: the embeddedness of institutions*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BRANDÃO, C. (2012). Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora da Unicamp.
- BRANDÃO, C. (2011). Descentralização enquanto modo de ordenamento especial do poder e de reescalonamento territorial do estado: trajetórias e desafios para o Brasil. In: DALLABRIDA, V. (ed.). *Governança territorial e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Garamond.
- BREATHNACH, P. (2010). From spatial keynesianism to post-fordist neoliberalism: emerging contradictions in the spatiality of the Irish State. *Antipode*, v. 42, n. 5, pp. 1180-1199.
- BRENNER, N. (2004). *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. Oxford, Oxford University Press.
- BRENNER, N. (2009). Restructuring, rescaling, and the urban question. *Critical Planning*, Summer, v. 16, pp. 60-79.

- BRENNER, N. (2017). Perguntas abertas sobre o reescalonamento do Estado. Neste volume.
- BRENNER, N.; THEODORE, N. (2002). Cities and the geographies of “actually existing neoliberalism”. *Antipode*, n. 34, pp. 349-379.
- BRENNER, N.; JESSOP, B.; JONES, M.; MACLEOD, G. (edits.). (2003). *State/space: a reader*. Oxford, Blackwell Publisher.
- BROWN, E.; DERUDDER, B.; PARNREITER, C.; PELUPESSY, W.; TAYLOR, P.J.; WITLOX, F. (2010). World city networks and global commodity chains: towards a world-system’s integration. *Global Networks: a journal of transnational affairs*, v. 10, n. 1, pp. 12-34.
- CHRISTOPHERS, B. (2014). Wild dragons in the city: urban political economy, affordable housing development and the performative world-making of economic models. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.38, n.1, pp. 79-97.
- CLARK, G. (2005). Money flows like mercury: the geography of global finance. *Geografiska Annaler*, v. 87, n. 2, pp. 99-112.
- COLLINGE, C. (1999). Self-organisation of society by scale: a spatial reworking of regulation theory. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 17, pp. 557-574.
- DRAIBE, S. (1985). *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- EGLER, C. (1993). *Crise e questão regional no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia - UNICAMP.
- FIX, M. A. B. (2011). *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. Tese de doutorado. Campinas, Instituto de Economia - UNICAMP.
- FRENCH, S.; LEYSHON, A.; WAINWRIGHT, T. (2011). Financializing space, spacing financialization. *Progress in Human Geography*, v. 35, n. 6, pp. 1-22.
- GLASSMAN, J. (2004). Economic “nationalism” in a post-nationalist era: the political economy of economic policy in post-crisis Thailand. *Critical Asian Studies*, v. 36, n. 1.
- GLASSMAN, J.; CHOI, Y. L. (2014). The chaebol and the US military-industrial complex: cold war geopolitical economy and South Korean industrialization. *Environment and Planning A*, v. 46, pp. 1160-1180.
- GOTHAM, K. V. (2009). Creating liquidity out of spatial fixity: the secondary circuit of capital and the subprime mortgage market. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 33, n. 2, pp. 355-371.
- JESSOP, B. (1983). Accumulation strategies, state forms and hegemonic projects. *Kapitalistate*, 10, pp. 89-112.
- JESSOP, B. (1995). The regulation approach, governance and post-Fordism: alternative perspectives on economic and political change?, *Economy and Society*, v. 24, n. 3, pp. 307-333.
- JESSOP, B. (1998). The rise of governance and the risks of failure: the case of economic development. *International Social Science Journal*, v. 50, n. 155, pp. 29-45.

- JESSOP, B. (2000). The crisis of the national spatio-temporal fix and the tendential ecological dominance of globalizing capitalism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 24, n. 2.
- JESSOP, B. (2001). Bringing the state back in (yet again): reviews, revisions, rejections, and redirections. *International Review of Sociology*, v. 11, n. 2, pp.149-173.
- JESSOP, B. (2002). *The future of the capitalist state*. Oxford, Wiley-Blackwell.
- JESSOP, B. (2005). A regulationist and state-theoretical analysis. In: BOYD, R.; NGO, T. (eds.). *Asian states: beyond the developmental perspective*. London/New York, Routledge Curzon.
- JESSOP, B. (2008). *State power*. Cambridge, Polity Press.
- JESSOP, B. (2009). Avoiding traps, rescaling states, governing Europe. In: KEIL, R.; MAHON, R. (eds.). *Leviathan undone?: towards a political economy of scale*. Vancouver, University of British Columbia Press.
- JESSOP, B. (2017). Dinâmica do regionalismo e do globalismo: uma perspectiva de economia política crítica. Neste volume.
- JESSOP, B.; SUM, N. (2001). Pre-disciplinary and postdisciplinary perspectives. *New Political Economy*, v. 6, n. 1, pp. 89-101.
- JESSOP, B.; SUM, N. (2006). *Beyond the regulation approach: putting capitalist economies in their place*. Cheltenham, Edward Elgar.
- JONES, M. (1997). Spatial selectivity of the state? the regulationist enigma and local struggles over economic governance. *Environment and Planning A*, v. 29, pp. 831-864.
- KLINK, J. (2013a). Development regimes, scales and state spatial restructuring: change and continuity in the production of urban space in metropolitan Rio de Janeiro, Brazil. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.37, pp.1168-1187.
- KLINK, J. (2013b). A escalaridade e a espacialidade do (novo) desenvolvimentismo: uma exploração conceitual para o debate. In: BRANDÃO, C. A.; SIQUEIRA, H. (orgs.). (2013). *Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- KLINK, J. (2014). The hollowing out of brazilian metropolitan governance as we know it: restructuring and rescaling the developmental state in metropolitan space. *Antipode*, v. 46, n.3, pp. 629-649.
- KLINK, J.; DENALDI, R. (2014). On financialization and state spatial fixes in Brazil: a geographical and historical interpretation of the housing program My House, My Life. *Habitat International*. v. 44, pp. 220-226.
- KLINK, J.; DENALDI, R. (2015). On urban reform, rights and planning challenges in the Brazilian metropolis. *Planning Theory*, v. 15, n. 4, pp.1-16.
- McFARLANE, C.; RUTHERFORD, J. (2008). Political infrastructures: governing and experiencing the fabric of the city. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 32, pp. 363-374.
- MacLEOD, G. (1997). *Globalizing Parisian thought-waves: recent advances in*

the study of social regulation, politics, discourse and space. *Progress in Human Geography*, v. 21, n. 4, pp. 530-553.

MANSFIELD, B. (2005). Beyond rescaling: reintegrating the “national” as a dimension of scalar relations. *Progress in Human Geography*, v.29, n.4, pp. 458-473, 2005.

MARTIN, R.; SUNLEY, P. (1997). The post-keynesian state and the space economy. In: LEE, R.; WILL, J. *Geographies of Economies*. London, Edward Arnold.

MACKINNON, D.; SHAW, J. (2010). New state spaces, agency and scale: devolution and the regionalisation of transport governance in Scotland. *Antipode*, v. 42, n. 5, pp. 1226-1252.

MITCHELL, T. (1991). The limits of the state: beyond statist approaches and their critics. *The American Political Science Review*, v. 85, n. 1., pp. 77-96, mar. .

MUELLERLEILE, C. (2013). Turning financial markets inside out: Polanyi, performativity and disembeddedness. *Environment and Planning A*, v.45, pp. 1625-1642, jun. .

OLIVEIRA, F. (1981). *Elegia para uma re(li)gião*. Sudene, Nordeste: planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

OLIVEIRA, F. (2003). *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo.

OOSTERLYNCK, S. (2010). Regional uneven development and the politics of reconfiguring Belgian state space. *Antipode*, v. 42, n. 5, pp. 1151-1179.

PAINTER, J.; GOODWIN, M. (1995). Local governance and concrete research: investigating the uneven development of regulation. *Economy and Society*, v. 24, n. 3, pp. 334-356.

PECK, J. (2002). Political economies of scale: fast policy, interscalar relations, and neoliberal workfare. *Economic Geography*, v. 78, n. 3.

PECK, J. (2010). *Constructions of neoliberal reason*. Oxford, Oxford University Press.

PECK, J.; MIYAMACHI, Y. (1994). Regulating Japan? regulation theory versus the japanese experience. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 12, pp. 639-674.

RAMIRO FERNÁNDEZ, V. (2017). Desenvolvimento regional sob transformações transescalares: porque e como recuperar a escala nacional?. Neste volume.

SHIMBO, L. Z. (2012). *Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: C/Arte.

SWYNGEDOUW, Eric. (2017). Globalização ou glocalização?: redes, territórios e reescalamento. Neste volume.

TAYLOR, P. J. (1994). The state as container: territoriality in the modern world-system. *Progress in Human Geography*, v. 18, n. 2, pp. 151-162.

TAYLOR, P. J. (1996). Embedded statism and the social sciences: opening up to new spaces. *Environment and Planning A*, v. 28, pp. 1917-1928.

## Posfácio

Este livro nasceu da identificação dos possíveis e potenciais diálogos entre alguns pontos convergentes das agendas independentes e pessoais de investigação dos três organizadores. Não é o caso aqui de explicitar essas agendas, disponíveis em suas respectivas publicações e suas páginas web e em seus diretórios de pesquisa. Cabe antes destacar o espaço de confluência da reflexão aqui proposta decorrente de trajetórias teórico-metodológicas: a tentativa de encontrar pontos de referência para repensar as problemáticas espaciais no contexto das transformações geopolíticas, geoeconômicas e geoculturais deste ciclo de expansão do capitalismo. O objetivo geral do livro foi mobilizar uma das principais fronteiras do pensamento crítico produzido no Norte Global - o exame das escalas espaciais - e, ao mesmo tempo, resgatar e reatualizar o patrimônio científico crítico e original produzido no Sul Global. Contando com a contribuição dos principais autores anglo-saxões, busca-se construir vetores úteis para problematizar o tema das escalas no contexto específico do subdesenvolvimento periférico e dependente. Dada a magnitude deste empreendimento intelectual, pretende-se aqui tão-somente recompor alguns argumentos decisivos para pesquisas futuras.

A ênfase aqui foi colocada no debate sobre as escalas espaciais, inseridas no complexo movimento dinâmico dos interesses contraditórios e conflitivos que armam e reestruturam a produção social do espaço. Escalas foram tomadas ao longo do livro como necessariamente inexatas, híbridas, dinâmicas, contestáveis, e em constante processo de construção disputada, segundo suas dimensões de plano analítico, arenas de organização de poderes e estruturação de narrativas.

Questões e problemáticas muito diversas, posicionadas em diferentes planos de análise, níveis de abstração e escalas espaciais foram tratadas no livro. Múltiplas dimensões e dinâmicas geopolíticas, geoeconômicas e geoculturais foram examinadas: a atual reconstituição do poder de classe nas várias escalas; a dialética entre a lógica capitalista de poder e a lógica territorial de poder; aspectos

diversos, como o papel dos espaços regionais, urbanos e metropolitanos na periferia do capitalismo neste momento de re-regulação neoliberalizante; a re-análise da natureza da escala nacional, que não recaísse em nacionalismos metodológicos; a apologia aos modelos de interpretação e de implementação de políticas; a circulação internacional acrítica de políticas rápidas e ideias igualizadoras; os localismos de toda ordem; o desafio da construção de periodizações substantivas para os processos em curso; o papel do Estado e seus novos espaços de ação, dentre muitos outros aspectos e facetas da sociedade atual em transformação foram examinados.

Como apontado no início do livro, lançou-se mão de variadas linhagens teóricas, em suas mais diversas vertentes, tentando elaborar um esquema de análise eclético e abrangente capaz de apreender tão complexas e dinâmicas realidades. Foram acionados autores e teorias diversificadas, por exemplo, Braudel, Arrighi, Wallerstein, Polanyi, Foucault, Harvey e frentes teóricas muito amplas, tais como variedades e variegações de capitalismo, cadeias globais de valor, redes políticas e redes econômicas globais, dentre muitas outras.

Assim, procurou-se dialogar com antigos e novos temas das ciências sociais e buscou-se novas abordagens que possam fertilizar as reflexões sobre as nossas realidades latino-americanas. Foram investigados os elementos essenciais para reconstruir as bases de compreensão de nossas especificidades mais marcantes.

O percurso das perguntas centrais de partida sofreu trajetos inusitados e singulares em cada autor desta coletânea, mas esperamos que tenham contribuído para auxiliar na estruturação de uma agenda desafiadora no campo crítico dos estudos urbanos e regionais latino-americanos.

Pretendeu-se elucidar os contextos emergentes no sistema mundial de relações interestatais, lógicas territoriais e capitalistas de poder, esforçando-se por fazer dialogar com as problemáticas ligadas à produção social do espaço, para em seguida aplicá-las, de forma mais mediada histórica e teoricamente, aos cenários periféricos, e em particular nos latino-americanos. Um ponto importante foi questionar e melhor qualificar a oportunidade e a viabilidade de se realizar análises comparativas dos processos socioespaciais tão distintos entre os países, regiões e cidades do hemisfério Norte e do Sul.

Alguns macroprocessos contemporâneos desta contradição em

processo que é o sistema capitalista foram escrutinados em perspectiva histórica e espacial. Se o fio conductor foi uma abordagem contestada, construtivista, dinâmica e relacional das escalas espaciais, não se deixou de analisar os reescalamentos, as desterritorializações/territorializações, os empoderamentos/desempoderamentos, os processos de upscaling e downscaling, fragmentação ou pouca coerência da ação do Estado, as complexidades estatal, paraestatal e da estatalidade no capitalismo contemporâneo e os novos espaços do Estado na época presente.

Há consciência de que está subjacente em todo o livro um projeto ambicioso e de grande envergadura, e que só pode ser empreendido de forma coletiva e no longo prazo. As inquietudes intelectuais e epistemológicas aqui apontadas tiveram o intento de procurar motivar o pensamento que busque impulsionar a reflexão compartilhada e crítica, desenhada a partir da América Latina, e que possa melhor capturar a historicidade dos processos latino-americanos específicos.

O aqui proposto confronta-se com as teorias universalizantes, fruto do globalismo intelectual, dos eurocentrismos e dos colonialismos acadêmicos que vêm se materializando em novo ciclo de exportação, importação e difusão acrítica de concepções, conceitos e dispositivos teóricos, cujo efeito principal é a despolitização do pensamento nas áreas periféricas do sistema-mundo capitalista. Mas, se as nossas instituições de pesquisa e de financiamento, agendas de acadêmicas são invadidas e pressionadas por esta prática, a determinação crucial para o pouco avanço de investigações que capturem capturar as nossas historicidades não resulta apenas de imposição colonial exogena. Na escala nacional atuam instituições e atores ativamente desta difusão geocultural, na medida em que teorias, conceitos e modos de pensar constituem-se em recursos de poder no campo acadêmico-científico crescentemente estatalizado. Duas expressões podem ser observadas: de um lado, a hegemonia de artefatos conceituais tranvestidos de teorias, tais como cidade competitiva, cidade criativa, cidade inteligente, cidade sustentável, etc. Com efeito, os dispositivos acadêmicos e intelectuais impostos desde a geocultura dominante têm difundido, e estipulado, com ares totalizantes e força de autoridade, modelos de pensar e de intervir representados por figuras universalistas, tais como os espaços-ideiais que ser tornarão resilientes, sustentáveis, criativos, saudáveis etc. como



representações e esquemas e arquétipos, que orientam pesquisas e políticas muito circunscritas e isoladas, além de despolitizadas e sem conflitos. Como contraface de deste fato, por outro lado, o atual ciclo de exportação e importação da geocultura também se traduz na Política da CT&I em intensa fragmentação disciplinar, temática e escalar do campo dos estudos urbanos e regionais, fato que produz relevantes impactos nas práticas de formação e pesquisa do mundo universitário;

Há enorme dificuldade em se formular um projeto histórico que logre organizar pontes e referências a partir das quais os embates estratégicos, científicos e políticos, possam se dar e produzir formulações potentes, capazes tanto de engendrar não apenas artefatos teóricos, mas sobretudo possam disputar sua inscrição na sociedade, para além do mundo acadêmico. Há carências de renovadas interpretações, capazes de gerar ou potencializar sujeitos históricos dotados de competência para engendrarem pressupostos de novas ações que pudessem tensionar projetos alternativos, frente à geocultura dominante. O intento é o de produzir conhecimentos que possam impulsionar reflexões coletivas mais criativas, que desenhem mais claras agendas em uma perspectiva latino-americana. A partir desses olhares abrangentes e profundos, desde o Sul, assume-se que, em confronto com as teorias demasiadamente abstratas e generalizantes, poder-se-ia construir elementos teóricos que longer ajudar a gerar renovadas e criativas formas de compreensão da realidade concreta, desde a condição periférica.

Nesse contexto, perguntamos sobre o papel da sociedade civil e dos movimentos sociais contra-hegemônicos, sua capacidade e potencial, seu nível de organização e suas formas de envolvimento e de enfrentamento nas ações políticas impulsionadas ou não pelo Estado.

Em contraponto àquelas visões harmoniosas e ingênuas, ao longo do livro foram perfiladas as permanentes dimensões estruturais de nosso campo de conhecimento, qualificar, em suas contemporaneidades: a dinâmica dos embates entre as classes e frações sociais; as novas dinâmicas dos processos de urbanização; as transformações nas relações centro-periferia e de dependência no sistema mundial; as desigualdades socioespaciais etc.

Iniciamos o livro com perguntas abrangentes e não é o caso

agora de realizar um balanço se os doze autores do livro logram dialogar diretamente com elas ou respondê-las plenamente. O mais importante é que foi armada uma grade de questões estruturantes com a sugestão de diálogos-chave no campo da dimensão socioespacial dos processos de transformação.

Questionamos até que ponto seria possível construir autonomia de decisões de políticas urbanas e regionais frente aos processos de crescentes mundializações econômicas, políticas e institucionais e aos entrecruzamentos de interesses que vem ocorrendo entre atores transnacionais e poderosos grupos nacionais. Debates o raio de manobra possível existente para a implementação de estratégias urbano-regionais mais democráticas, populares e socialmente inclusivas, em um contexto inóspito de operação de poderosas redes políticas e econômicas globalizadas.

As abordagens e planos analíticos aqui examinados devem confluir para instalar uma estratégia que não se apoie em uma recuperação anacrônica, estática, linear ou funcional do pensamento crítico do passado, mas possa realizar um exercício dinâmico de abordagens, lutas e práticas escalares contestatárias que imponham contraposições e transgressões transescalares. Que entenda a nova natureza do conflito urbano e regional de classes e assegure base analítica que logre informar resistências e identificar potenciais de contraposição em todas as escalas, neste momento de defesa, pelas forças políticas conservadoras, da entrega e subserviência total e de alinhamento incondicional às forças mercantis transnacionais mais poderosas.

Nos encontramos em uma quadra histórica em que estamos mergulhados em novo ciclo de experimentações de implantação de ordens re-regulatórias garantidoras de dispositivos de conformação disciplinadora aos desígnios dos mercados.

A estratégia política e os propósitos de reconstituição do poder do campo de ação neoliberal - agora fundado no Estado forte e autoritário - para implementar as reformas requeridas pela institucionalização política do neoliberalismo exige um potente contraponto por parte do pensamento que busca a autonomia, a contra-hegemonia e a emancipação.

O anteparo da construção de outras narrativas, mapas mentais e esquemas interpretativos e perspectivas, no contexto da presente crise sistêmica, deixa pouca margem para a integração social e a

politização, em contextos de precariedade e destituição de direitos dos espaços urbanos e regionais latino-americanos.

A atual conjuntura política latino-americana é totalmente desfavorável para o avanço do pensamento crítico. Resta apenas resistir e promover reflexões ousadas pela transformação da situação presente.

O tratamento de tão complexas problemáticas exige reflexões sobre macroprocessos, ousadia de reconstrução teórica e metodológica e pesquisas empíricas renovadas.

O diálogo precisa continuar. Nossa histórica resistência sociopolítica e nossa capacidade analítica e teórica, ousadas e criativas, precisam continuar...

**Carlos Antônio Brandão**  
**Víctor Ramiro Fernández**  
**Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro**  
*(Organizadores)*

## Sobre os organizadores

**Carlos Antônio Brandão** - Professor Titular em Planejamento Urbano e Regional do IPPUR/UFRJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / Universidade Federal do Rio de Janeiro). Professor Titular em Economia Urbana e Regional pela Unicamp. Coordenador do site [www.interpretesdobrasil.org](http://www.interpretesdobrasil.org). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. Coordenador da Red del Desarrollo Socio-Económico-Espacial Latinoamericano (REDSLA) ([www.redsla.org](http://www.redsla.org)) e do Grupo de Trabajo Clacso “Desarrollo, espacio y capitalismo global”.

**Víctor Ramiro Fernández** - Professor da Universidad Nacional del Litoral (UNL). Investigador independiente do Conselho Nacional de Investigações Científicas (CONICET). Diretor do Instituto de Humanidades y Ciencias Sociales del Litoral (IHUCSO-UNL/CONICET) (<http://www.ihucso.conicet.gob.ar>). Coordenador da Red del Desarrollo Socio-Económico-Espacial Latinoamericano (REDSLA) ([www.redsla.org](http://www.redsla.org)) e do Grupo de Trabajo Clacso “Desarrollo, espacio y capitalismo global”.

**Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro** - Professor Titular do IPPUR/UFRJ (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional / Universidade Federal do Rio de Janeiro). Coordenador Nacional do Observatório das Metrôpoles ([www.observatoriodasmetropoles.net](http://www.observatoriodasmetropoles.net)). Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

## Sobre os autores

**Bob Jessop** - Professor Emérito de Sociologia da Universidade de Lancaster. Co-Diretor e Pesquisador do CPERC - Cultural Political Economy Research Centre. Site pessoal: <https://bobjessop.org>.

**Erik Swyngendouw** - Professor de Geografia na Universidade de Manchester, na School of Environment, Education and Development. Pesquisador do Society and Environment Research Group (SERG).

**Neil Brenner** - Professor de Teoria Urbana na Harvard Graduate School of Design (GSD). É Diretor do Laboratório de Teoria Urbana da GSD/Harvard (<http://www.urbantheorylab.net>).

**Blanca Rebeca Ramírez Velázquez** - Professora da Universidade Autônoma Metropolitana, unidade Xochimilco, Departamento de Teoría y Análisis. Doutorado em Urbanismo pela UNAM, Mestre em Planejamento Regional Rural pela University of Aberdeen (Inglaterra); Licenciada en Geografía pela UNAM.

**Jamie Peck** - Professor de Geografia da Universidade British Columbia. Canada Research Chair in Urban and Regional Political Economy. Site pessoal: (<http://blogs.ubc.ca/peck/>).

**Felipe Nunes Coelho Magalhães** - Professor de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Graduado em Ciências Econômicas pela FACE-UFMG. Doutor em Geografia pela UFMG, com estágio doutoral na University of British Columbia.

**João Bosco Moura Tonucci Filho** - Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Graduado em Ciências Econômicas pela FACE-UFMG. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP. Doutor em Geografia pela UFMG, com estágio doutoral no City Institute da York University, Toronto.

**Jeroen Johannes Klink** - Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC). Graduado e mestre em Economia pela Universidade de Tilburg (Holanda). Doutor pela FAU-USP.

**Marcos Barcellos de Souza** - Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC). Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas, com estágio doutoral na University of British Columbia.

**O**s textos aqui reunidos abordam, sob diferentes ângulos e objetos de análise, a problemática crucial das escalas espaciais e dos reescalamentos do Estado e das estatalidades na produção social do espaço no capitalismo do século XXI, buscando um diálogo criativo entre a fronteira do debate internacional e o pensamento crítico latino-americano.

Bob Jessop • Erik Swyngedouw • Neil Brenner  
• Blanca Rebeca Ramírez Velázquez • Jamie Peck  
• Felipe Nunes Coelho Magalhães • João Bosco  
Moura Tonucci Filho • Luiz Cesar de Queiroz  
Ribeiro • Víctor Ramiro Fernández • Carlos  
Antônio Brandão • Marcos Barcellos de Souza  
• Jeroen Klink



**IPPUR**  
Instituto de Pesquisa  
e Planejamento Urbano e Regional



ISBN 978-85-7785-579-7



9 788577 185579 7